

colóquio
internacional

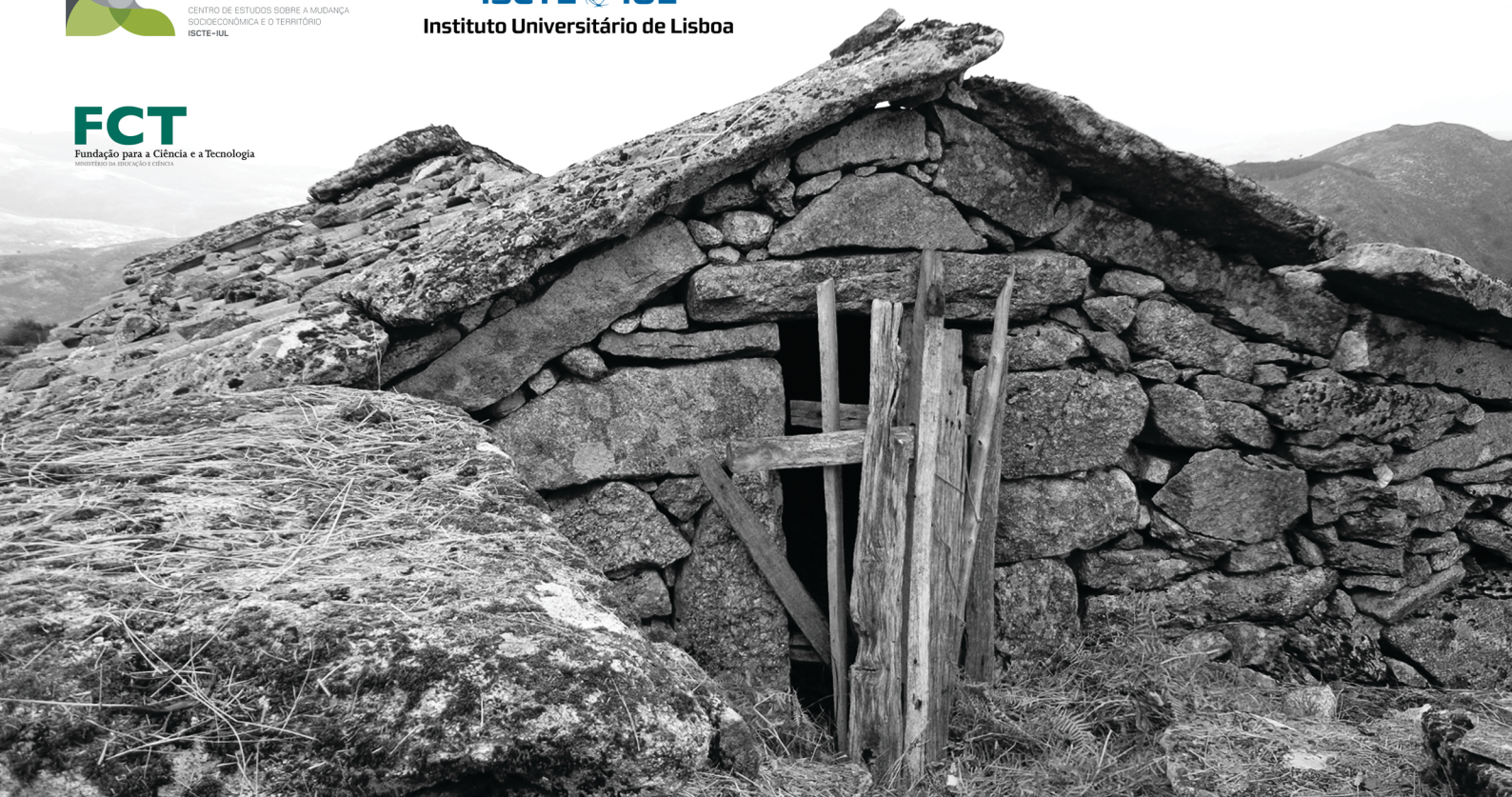
14 - 15 Dezembro | Diciembre
ISCTE-IUL

AR QUI TETURA POPULAR

Tradição e Vanguarda | Tradición y Vanguardia

livro de actas

COORDENAÇÃO: PAULA ANDRÉ



Colóquio Internacional Arquitectura Popular. Tradição e Vanguarda.

Coordenação
Paula André

DINÂMIA'CET-IUL
ISCTE-IUL
2016

Título: Colóquio Internacional Arquitectura Popular. Tradição e Vanguarda.
Coordenação: Paula André
Edição: DINÂMIA'CET-IUL
ISBN: 978-989-732-985-2
Ano: 2016

Índice

Arquitetura Popular. Tradição e Vanguarda.

Paula André
Carlos Sambricio

Lisga - a tradição perdida, a vanguarda inexistente, o regresso à Natureza

Duarte Belo

Arquitetura Popular: totalidade e ordem implícita.

Maria Rosália Guerreiro

A preservação de um “casarão popular” do século XIX: entre ideologias, interpretações e intervenções no Casarão Pau Preto, cidade de Indaiatuba, Brasil.

Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus
Marcos Tognon

Guadiana, Barrera tipológica. Un estudio comparativo de las tipologías de casa popular en el Sur Oeste de la Península Ibérica.

Vidal Gómez Martínez
María Teresa Pérez Cano
Blanca Del Espino Hidalgo

Património rural dos Açores. Proposta de inventariação e reabilitação da vila Conceição e envolvente.

Hernâni Alves Ponte
Soraya M. Genin

Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. A relação com a arquitetura típica açoriana.

Bruno Furtado
Cheila Arruda
Dinis Simão
Gonçalo Lopes

Arquitetura Portuguesa de Autor: Aproximações à Arquitetura Popular.

Teresa Madeira da Silva

A Arquitetura Popular dos Povoados do Alentejo. Uma abordagem metodológica e operativa.

José Baganha

A 2ª Geração dos arquitectos Modernos Portugueses, o Inquérito à Arquitectura Regional e os CIAM.

António Neves

Descontextualização e impactos das *casas-cueva* de Galera - Granada: de moradia popular a moradia de luxo.

María José Reche Domingo
Tomás Antonio Moreira

Bibliografia da arquitectura vernácula em Portugal – algumas considerações
José Manuel Fernandes

Arquitetura, contexto e mudança nas regiões de montanha do norte da Beira
Miguel Reimão Costa

Paradoxos entre a casa vernacular e a moderna - divergências ao longo do tempo entre o conservadorismo e o modernismo na cultura romântica europeia.
Ana Lau
Miguel Baptista-Bastos

Telhados de Tesouro de Tavira – Modelos e Tipologias de Casas Nobres da Ribeira com telhados múltiplos
Ana Isabel Nascimento Santos

Considerações de Raul Lino acerca das condições que influenciam a arquitectura de cada região
Francisco Portugal e Gomes

Manter ou não manter as técnicas construtivas utilizadas na Arquitectura Popular Portuguesa? – sua justificação à luz da contemporaneidade ecológica, filosófica e tecnológica.
Joana Maria Freitas Mesquita

Arquitetura Vernacular Praieira – Nordeste do Brasil
Genival Costa de Barros Lima Junior

A Casa e o sagrado – A Cidade de Macuti, na Ilha de Moçambique.
Filipa Besteiro Lacerda

A operatividade do popular na concepção do erudito.
Pedro Fonseca Jorge

Arquitectura Popular. Tradição e Vanguarda

O **Colóquio Internacional Arquitectura Popular. Tradição e Vanguarda**, procurou uma sistematização historiográfica, e uma reflexão teórica sobre a arquitectura popular, no abrangente arco temporal de finais do século XIX à contemporaneidade. A atenção e o foco centrado na arquitectura popular, parte integrante da cultura arquitectónica nacional em cada momento, insere-se num contexto mais vasto, de valorização da geografia como matriz, de propaganda das diferentes regiões nacionais, de valorização do mundo rural, e da construção de uma imagética iconográfica de um passado, tudo em prol de definição de um carácter nacional.

A complexa e contraditória realidade da contemporaneidade e do plural século XX, obrigam a recuar às heranças oitocentistas do pitoresco que parece evoluir para o folclorismo, e no caso português muito particularmente ao longo e persistente debate da “casa portuguesa”. Durante o séc. XIX, depois do processo que conduziu à “invenção da nação”, à reinvenção de uma arquitectura “própria” (isto é, “nacional”), procurou-se essa arquitectura no passado/na história. Nesse processo foi-se entendendo (do mesmo modo que uma paisagem caracterizava uma nação), quanto o estudo da cultura popular (isto é, do folclorismo), possibilitava enfrentar não já a arquitectura histórica (e foram longas as discussões sobre o manuelino, o neomudejar, ou a arquitectura do renascimento), mas sim a arquitectura que, pelas suas características tanto formais, construtivas como pela ordenação dos espaços, caracterizava um território. Se a pintura e a literatura deram num primeiro momento conta dessas singularidades (definindo “tipos”, descrevendo trajés, costumes e comportamentos) nos finais do século XIX ocorreu que, perante a reivindicação do *pastiche* historicista, outros inventaram o que denominariam “arquitectura regional”. Inventaram formas que identificavam com características locais (fosse essa arquitectura vasca, montanhesa, andaluza ou minhota, alentejana, algarvia) e aplicaram essa arquitectura tanto a habitações da alta burguesia, como aos equipamentos que nesse momento se edificavam. Contudo, seria nesses mesmos anos que pela primeira vez houve quem (nos momentos em que se questionava a desornamentação da arquitectura) ao assumir os critérios de simplicidade e simplificação, reclamasse o estudo da arquitectura rural.

Os olhares, as leituras, e as interpretações do mundo popular levadas a cabo por antropólogos, etnólogos, geógrafos, engenheiros agrónomos, e arquitectos, permitem posicionar o popular como uma plataforma entre o tradicional e o moderno, oscilando entre uma manipulação dirigida pelo poder, e uma alternativa desejada pela vanguarda. Os conceitos operativos são normalmente colocados em confronto nas mais diversas variantes: tradição vs modernidade; nacional vs internacional; verdadeiro vs supérfluo; academismo vs vanguardismo; erudito vs vernáculo. O vasto leque de fontes primárias como as publicações periódicas, exposições, inquéritos, concursos, congressos, ensaios, desenhos, projectos ou obras construídas, permitem desvendar as lições da arquitectura anónima, a associação de uma moral à arquitectura popular, e a atribuição de um valor patrimonial à arquitectura popular.

Qual a pertinência de estudar hoje a arquitectura popular? A resposta é clara: num momento em que vivemos uma intensa produção terminológica e conceptual; num momento em que segundo Saskia Sassen a mundialização entrou numa fase de “expulsão” e numa fase da “globalização do protesto”; num momento em que segundo Laurajane Smith o património pode ser tanto “um impulso progressivo” como um impulso “reacionário de conservação”, torna-se pertinente um olhar radiográfico sobre as visões, as revisões e as contaminações em torno da Arquitectura Popular, desvendando tempos de tradição, de vanguarda e de atemporalidade.

O debate sobre a arquitectura do séc. XX caracterizou-se tanto pelo estudo da habitação económica como pela gestão da cidade, e a discussão não só se centrou no debate sobre o programa de necessidades do *existenzminimum* como também sobre a possível estandardização dos elementos construtivos, para o qual se tomou como referência a até então quase desconhecida arquitectura popular, estudando como conseguir a reclamada “normalização do vernáculo”.

Experiências levadas a cabo, por exemplo, por Paul Schmitthenner em Berlim na *siedlung* de Staaken foram coetâneas aos estudos sobre a arquitectura popular desenvolvidos em Portugal e em Espanha. Perante a grandiloquência do regionalismo, o que agora se valorizava era uma “arquitectura humilde”, coerente tanto com as propostas de Heinrich Tessenow como com as iniciais propostas do jovem Le Corbusier. Foi então que a arquitectura moderna se direccionou para o estudo não já do classicismo mas sim para o estudo da tradição, procurando compreender (e apreender) o sentido das soluções dadas a programas de necessidades que, por sua vez, eram tema de reflexão.

Podemos detectar posições racistas que procuravam estabelecer o “catálogo” nacional de uma arquitectura nacional (como foi o caso, dentro do NSDAP alemão, dos nove volumes da *Kulturarbeiten* de Paul Schultze-Naumburg), ou a posição dos arquitectos da modernidade racionalista (como por exemplo o italiano Giuseppe Pagano ou o grupo catalão GATEPAC), interessavam pela cultura arquitectónica do Mediterrâneo. Na década dos anos trinta, em paralelo aos debates promovidos pelos CIAM, podemos ainda detectar outra posição (latente e presente em todas as discussões) que se centraram no sentido da arquitectura popular mediterrânea ao ponto de, a propósito da *Weissenhofsiedlung* de 1927, se publicar a conhecida imagem daquele bairro convertido em aldeia árabe, montagem fotográfica promovida por quem se opunha a uma arquitectura que entendiam alheia à tradição local.

Se o estudo da arquitectura popular é chave para entender os debates abertos na primeira metade do século XX, não devemos esquecer que depois da II Grande Guerra no caso espanhol a reconstrução obrigou (a partir de carências não só económicas, mas também perante a escassez de materiais de construção) a recorrer ao saber artesanal, edificando-se os núcleos rurais a partir de uma tradição e um saber que se rejeitava nos grandes monumentos edificados por ambos regimes, mais adeptos de uma história triunfante do que a uma arquitectura elementar. E só a partir dos anos 50 do séc. XX, quando de novo a moderna arquitectura centro europeia se abre a realidades portuguesas e espanholas houve quem abandonasse a reflexão sobre a tradição, participando do novo debate, enquanto que outros, pelo contrário, entenderam que perante uma recordação

nostálgica caberia outra opção, coerente com um Ortega y Gasset que assinalaria como “... existem alguns que reivindicam a tradição, mas são esses precisamente os que não a seguem, porque tradição significa mudança”. É a partir dessa intenção de mudar que o estudo do popular surgiria como uma das polémicas mais ricas e positivas.

O Colóquio Internacional Arquitectura Popular. Tradição e Vanguarda procurou assim desenvolver os temas assinalados e as abordagens com eles relacionadas, lançando o desafio através de uma chamada de trabalhos que materializem o exercício de uma história comparada, como reflexão de problemas que foram comuns e singulares, e que caracterizaram o debate e a cultura arquitectónica no período em análise.

Um especial agradecimento aos autores de Universidades e Centros de Investigação de Portugal, de Espanha e do Brasil: Duarte Belo; Maria Rosália Guerreiro (Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL; Centro em Rede de Investigação em Antropologia - CRIA); Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus (Fundação Pró-Memória de Indaiatuba; Universidade Católica de São Paulo); Marcos Tognon (Universidade Estadual de Campinas; I.P.R. (Inovação e Pesquisa para o Restauo) da Agência de Inovação da UNICAMP); Vidal Gómez Martínez (Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Grupo de Investigación HUM 700. Universidad de Sevilla), María Teresa Pérez Cano (Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Grupo de Investigación HUM 700. Universidad de Sevilla), Blanca Del Espino Hidalgo (Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Grupo de Investigación HUM 700. Universidad de Sevilla); Hernâni Alves Ponte (Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas-Direção de Serviços de Infra-estruturas e Equipamentos); Soraya M. Genin (Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL; Centro de Investigação em Ciências da Informação, Tecnologias e Arquitectura - ISTAR-IUL); Bruno Furtado, Cheila Arruda, Dinis Simão, Gonçalo Lopes (Mestrado Integrado em Arquitectura MIA - ISCTE-IUL); Teresa Madeira da Silva (Instituto Universitário de Lisboa- ISCTE-IUL; Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território - DINÂMIA'CET-IUL); José Baganha (International Network for Traditional Building, Architecture & Urbanism- INTBAU); António Neves (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto - FAUP; Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo - CEAU/FAUP); María José Reche Domingo (Faculdade de Engenharia Civil, Arquitectura e Urbanismo – FEC- UNICAMP); Tomás Antonio Moreira (Instituto de Arquitetura e Urbanismo – USP – São Carlos); José Manuel Fernandes (Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa-FAUL); Miguel Reimão Costa (Universidade do Algarve / Ceaacp / Cepac); Ana Lau (Centro de Investigação de Arquitetura, Urbanismo e Design- CIAUD; Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa-FAUL); Miguel Baptista-Bastos (Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa-FAUL); Ana Isabel Nascimento Santos (Universidade de Évora-UE); Francisco Portugal e Gomes (Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra- DARQ); Joana Maria Freitas Mesquita (Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa-BAUL); Genival Costa de Barros Lima Júnior (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE); Filipa Besteiro Lacerda (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto - FAUP); Pedro Fonseca Jorge (Escola Superior de Arte e Design das Caldas da Rainha-ESAD). E claro também

um agradecimento à eficaz equipa do Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território - DINÂMIA'CET-IUL (Maria José, Bruno Vasconcelos, Maria João Machado, Fátima Santos e Mariana Leite Braga) por todo o suporte operativo.

Paula André

paula.andre@iscte.pt

Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL

Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território - DINÂMIA'CET-IUL

Carlos Sambricio

csambricio@hotmail.com

Universidad Politécnica de Madrid

Lisga - a tradição perdida, a vanguarda inexistente, o regresso à Natureza

Duarte Belo

drtbelo@yahoo.com

Resumo

A Lisga é uma aldeia pertencente à freguesia de Sarzedas, do concelho de Castelo Branco. No âmbito de uma iniciativa do pelouro da cultura da Câmara Municipal de Castelo Branco, é lançado o desafio de fazer o mapeamento fotográfico da aldeia da Lisga, da ribeira da Lisga e da ribeira do Alvito, onde se incluem também as povoações de Sesmo, Sesminho e Pomar. Esta é a área mais afastada da sede do município e está hoje sujeita a um processo de desertificação humana bastante acentuado que se prolonga há várias décadas. Como consequência disso, a arquitetura popular, tradicionalmente construída em xisto, está a desaparecer e com ela a perder-se uma tradição e uma marca identitária da região. Por outro lado as construções mais recentes são, generalizadamente, desenhadas de forma pouco qualificada. O trabalho fotográfico consistiu no contacto direto com a realidade espacial, das aldeias e dos seus territórios de influência, e a captura fotográfica em diferentes períodos do dia. O que se passa neste território não é uma exceção em relação ao que podemos observar em quase todo o espaço português: não é apenas a arquitetura popular que está a desaparecer é mesmo o território que avança para um processo de desertificação humana e, em muitos casos, o abandono e a devolução à Natureza. Não podemos observar, tão pouco, qualquer espécie de vanguarda, de evolução qualificada de arquiteturas, de malhas urbanas ou de territórios agrícolas. Os campos reticulados são tomados pelo mato, as áreas maiores são quase sempre florestadas com espécies de crescimento rápido, como o pinheiro manso ou o eucalipto.

Palavras-chave: Arquitetura, território, mapeamento, fotografia, desertificação

1. Aproximação

Vindos de Castelo Branco, passamos a Sarzedas, sede de freguesia, e continuamos na direção poente. O povoamento humano vai-se tornando cada vez mais rarefeito. Deixamos as terras acentuadamente planas numa paisagem que agora se começa a enrugar. Um mundo que é isolado pelo próprio relevo. Descemos para o Sesmo e percebemos que há uma singularidade naquele vale. A ribeira do Alvito abre-se em terras férteis de aluvião. Este chão plano é dominado pelo olival. As árvores mais antigas falam-nos de solos há muito tempo trabalhados. Subimos a ribeira em direção a Pomar, depois continuamos para a Lisga. Observamos agora o domínio de pinhais jovens. Vemos parcelas agrícolas, muitas delas abandonadas, que nos contam a história de um tempo em que havia uma população mais numerosa e ativa a trabalhar as terras. Hoje a Natureza vai recuperando o seu território, a sua biodiversidade. A ribeira da Lisga, na “sombra” de serra do Moradal, é um mundo de vida e de lugares escondidos, um labirinto surpreendente e íntegro que nos fala silenciosamente de um mundo em transformação contínua.



Serra do Moradal, Lisga, Sarzedas, Castelo Branco. dg685500. 2016

2. Descrição

A aldeia do Sesmo é como que a porta de entrada neste território. Desenvolve-se a partir da proximidade da ribeira do Alvito que aqui, para montante e para jusante, apresenta solos de aluvião férteis. Dominam os olivais a par da coexistência com outras culturas e algumas hortas. A povoação é concentrada e as ruas orgânicas, adaptadas à topografia dominada por declives regulares uma vez que o local de implantação do povoado é um outeiro contornado pela ribeira. O conjunto urbano não apresenta edifícios notáveis. São visíveis casas

abandonadas, várias em ruína avançada, particularmente as habitações mais antigas, com paredes de xisto e áreas exíguas.

Acompanhando a ribeira do Alvito para montante, passamos a Pomar. O povoado tem um traçado linear ao longo de uma rua, a qual apresenta algumas ramificações muito curtas. Há uma pequena ribeira que desce de norte e que aqui próximo afluí à ribeira do Alvito. Podemos observar olivais abundantes, algumas hortas, não longe, em cotas mais elevadas, ruínas de moinhos de vento, raros nesta região.

Sesminho, no extremo sul desta área geográfica, é a mais pequena povoação do conjunto situado nas margens da ribeira da Lisga/Alvito, na zona de intervenção previamente definida. Situando-se um pouco afastada da margem da ribeira, não apresenta uma estrutura urbana clara, apenas casas dispersas entre dois núcleos separados pela estrada que vem do Sesmo e se dirige para sul.

Numa tentativa de caracterizar alguns elementos dominantes que encontramos nestes lugares, não podemos deixar de notar a presença de um mundo acentuadamente rural presente em todas as intervenções humanas naquela paisagem. Usar o solo, intervir, produzir alimentos, semear cores e formas pelas paisagens, pelos recantos possíveis dos declives das montanhas. Hoje, muitos espaços, antrs trabalhados, foram abandonados, mas a vegetação mantém o seu ciclo de vida, de floração. Outras espécies se aproximam. Há vida que se ergue sobre as ruínas das construções humanas. Natureza transformada.

As estradas e os caminhos estabelecem as múltiplas ligações entre sítios que aqui apresentam traços identitários bastante homogéneos. São, quase sempre, simples desenhos no solo, formas construídas para o atravessamento de linhas de água, estradas para uma passagem ou uma partida célere. São desenho e estrutura no território, são organização e espelho de uma sociedade. Formas elementares para o movimento.

A arquitetura popular tradicional mais antiga representa fragmentos de sabedoria e texturas de tempo, hoje ruínas. Formas de habitar materializadas com as pedras de xisto que são extraídas do solo, de pedreiras próximas ou da limpeza dos campos agrícolas. Paredes que se erguem como uma segunda natureza em diálogo com o mundo árduo diariamente trabalhado em registo de subsistência precária.

Há uma civilização que se perde. Gestos humanos poderão querer resgatá-la, fixar a memória de antigos construtores de paisagens. Talvez não faça hoje sentido lutar pela integração numa natureza dura em que apenas a falta de diferentes caminhos levou à edificação de obras tão notáveis. Percorremos a arqueologia de um tempo que queremos compreender, mas que quem o habitou quer esquecer.

A Natureza vai tomando progressivamente antigos campos agrícolas. As águas da ribeira continuam a correr ininterruptamente. No seu leito há desenhos em xisto polido tornados vivos pela erosão das cheias sazonais. A vegetação arbórea mostra poderosas raízes. Expressões perplexas de vida que se revelam no movimento efémero do transporte de uma folha sobre a água ou na chuva que desenha círculos na sua superfície, que ao mesmo tempo avivando o verde permanente.

Quando percorremos as terras elevadas, as linhas de festo que envolvem a ribeira da Lisga, percebemos, do alto, a dimensão de isolamento destas paisagens. Para norte, ao longe, vemos montanhas: Gardunha, Estrela, Açôr, Lousã. Para Sul sentimos o enunciar do vale do rio Tejo e das terras mais planas de horizontes longínquos.

Este território, no extremo poente de Castelo Branco, é um istmo administrativo situado entre os concelhos de Oleiros, a norte, e Proença-a-Nova, a sul. A aldeia da Lisga, que em tempos passados teve um grande dinamismo económico associado à agricultura, está quase a 40 quilómetros da sede do concelho, o que contribui para um acentuado isolamento. Um dos motivos de prosperidade no passado terá sido a presença de água, todo ano, numa certa abundância. Hoje a população decresceu de forma muito acentuada, muitas pessoas emigraram. A água continua a correr na ribeira, marginando agora campos abandonados e ruínas de moinhos. A Natureza toma conta do lugar e forma galerias ripícolas onde a biodiversidade cresce nesta paisagem húmida. Ao redor, numa grande concha que delimita aquele sítio, vemos pinhais jovens a perder de vista.



Lisga, Sarzedas, Castelo Branco. dg682494. 2016

3. Contexto

O trabalho de mapeamento fotográfico da “península” administrativa da Lisga, na freguesia de Sarzedas, foi um desafio lançado por Carlos Semedo, programador cultural da Câmara Municipal de Castelo Branco. O objectivo foi o de conceber e concretizar uma exposição de fotografia no salão do edifício da junta de freguesia, nas proximidades do território fotografado. A iniciativa, “Castelo de Artes - Encontros de Castelo Branco”, enquadrava-se num conjunto de outras propostas e desafios lançados a diversas pessoas ou entidades, todas elas em aldeias ou territórios agrícolas. É, por parte da autarquia, a procura de soluções para a interioridade que faz da paisagem, do mundo rural e das pessoas que o habitam, uma realidade que se quer resgatar do esquecimento, que se quer integrar nos movimentos contemporâneos de expressão artística. É uma forma de pensar o povoamento e de atuação que nega, no imediato, um mundo que procura apenas encontrar na economia produtiva de bens e serviços.

Há uma aposta na cultura como força transformadora que põe diferentes mundos em diálogo, renovando modos de olhar e de intervir nos lugares. É uma forma de criar memórias nas populações e de revitalizar espaços na iminência do abandono.

Sarzedas é uma vila fora do espaço que se tomou como referência de trabalho, mas o facto de aí se realizar a exposição, que motivou este levantamento fotográfico, levou à inclusão de algumas fotografias da mesma no projeto. Dessas imagens, algumas são de arquivo, feitas em 1996 e em 2003. As mais recentes são já do corrente ano, 2016. Nas várias representações feitas num intervalo de 20 anos é perceptível a passagem do tempo, em contraponto a uma estrutura urbana que se mantém e que é muito interessante. A povoação é definida, sensivelmente, por duas linhas, duas ruas paralelas. Ao centro há uma pequena praça onde se localiza o pelourinho, símbolo de um antigo poder municipal que, entretanto, se perdeu. Ao fundo do povoado, a nascente, situa-se a igreja matriz. Do alto de um cabeço, no topo de uma torre sineira isolada, vemos extensas paisagens em todas as direções. A serra do Moradal, e a sua sombra, estão próximos. A exposição veio a ter como título “A Sombra do Moradal - Uma viagem pelo extremo poente de Castelo Branco: Sarzedas, Lisga, Sesmo, Pomar e Sesminho”.



Sarzedas, Castelo Branco. dg686528. 2016

4. Matéria

“A sombra do Moradal” é este território próximo daquela serra, são as terras de xisto vizinhas dos horizontes planos de Castelo Branco, mas onde os solos de xisto são enrugados e pobres. São hoje paisagens em processo de desertificação humana, pontuadas por casos de resiliência. Alguns desses exemplos são obras de arquitetura tradicional muito interessantes, mas dominadas atualmente pela imagem de abandono. Campos agrícolas, parcelas conquistadas à

floresta e ao mato, outrora trabalhados, são hoje as ruínas que revelam um “esplendor” passado e perdido.

Este levantamento fotográfico decorreu nos dias 2 a 4 de outubro e, mais tarde, no dia 22 do mesmo mês, período em que choveu praticamente durante todo o dia. O objetivo deste trabalho consistiu na caracterização daquele espaço pela imagem fotográfica, um registo livre de paisagem e de povoamento humano. Foram feitas 6.604 fotografias nos primeiros três dias e 2.007 fotografias no dia 22. No total, foram captadas 8.611 imagens. Na preparação da exposição, o passo seguinte foi proceder a uma primeira seleção de fotografias. Do número total, foram destacadas 2.834 fotografias. Num segundo nível, reduziu-se aquele número para 1745. No terceiro e último passo, foram editadas, convertidas do formato original, RAW, para TIFF, 624 fotografias. Seguiu-se a estruturação da exposição. Definiram-se 11 grupos de imagens: Lisga; Sesmo; Pomar; Sesminho; arquitetura; caminhos; rural; natureza; ruína; fragmentos; Sarzedas. Procurou-se criar uma narrativa, pôr em diálogo os vários conjuntos de imagens que caracterizavam a região.

Na véspera da inauguração da exposição, no dia 28 de outubro de 2016, o trabalho é apresentado publicamente na aldeia da Lisga. Levo comigo um documento preparado com as fotografias da exposição que acabava de ser montada em Sarzedas. Provavelmente, esta população envelhecida e com pouca capacidade de transporte, não se deslocará a Sarzedas, até ao final do ano, para ver as fotografias impressas. Depois de uma breve apresentação do trabalho, feita por Carlos Semedo, promotor do evento, e pela presidente da Junta de Freguesia de Sarzedas, Celeste Rodrigues, avanço para a projeção das imagens. Nunca no passado tivera a oportunidade de falar com uma população que nada tem de próximo com este género de registo. O ruído das conversas e comentários alterna com o silêncio. Vou avançando com a projeção e os comentários pontuais às imagens. Da apreensão inicial, pela especificidade do público, rapidamente me apercebo que há uma identificação com as imagens, com os lugares que elas representam. Há o reconhecimento da terra por alguém que vem de fora e se fixa em fatores, aparentemente, insignificantes, mas que, na realidade, dizem muito àquela população. De uma forma inesperada, encontro no olhar e nas palavras daquelas pessoas algo do sentido mais profundo do que eu próprio procuro no meu trabalho: a representação da terra, a identificação e o reconhecimento dos lugares, a materialização de uma “geografia” própria, a convicção de que o conhecimento dos lugares e das formas sábias das suas arquiteturas, são elementos-chave para o desenho de um mundo mais qualificado, informado e livre. Fotografias que tentam captar a estrutura e a face dos lugares, das povoações e das paisagens.

Que o trabalho de fotografia sobre territórios povoados relativamente isolados e pouco visitados por pessoas de fora, pudesse levantar suspeitas, desconfianças por parte dos habitantes locais, era uma evidência decorrente de episódios vários que quotidianamente ocorrem neste labor. Quando ocorre o regresso, por várias vezes, aos mesmos sítios, em dias consecutivos, ou com o intervalo de poucas semanas, essa desconfiança acentua-se. O contacto com a população que estranha uma presença desconhecida é parcialmente desvanecido nos vários diálogos ocasionais, em que há sempre uma saudação, muitas vezes uma conversa breve sobre a atividade em desenvolvimento, seus pressupostos e destino. No diálogo com os habitantes da Lisga, quase todos manifestam alguma apreensão sobre alguém que por ali andou a fotografar em dias consecutivos. Em cada troca de palavras, nesses dias de

recolha fotográfica, foi clarificada a natureza e os objetivos deste trabalho. Mas quem observa ao longe este labor desconfia do estranho que por ali circulava, por terras que raramente recebem a visita de quem vem de fora, muito menos para desenvolver um levantamento fotográfico e colher imagens de situações, de paisagens, pouco valorizadas pelos habitantes locais.



Pomar Sarzedas, Castelo Branco. dg687317. 2016

5. Partir

Olhamos para um pequeno núcleo de casas abandonadas no centro da aldeia da Lisga. Também poderíamos observar a sua antiga ponte de pedra, os socalcos agrícolas, os muros de contenção de terras, as ruínas de azenhas ao longo da ribeira, ou os numerosos caminhos. Nestes elementos podemos ler uma parte do processo civilizacional que nos conduziu ao presente, como se ali estivesse representada a história de séculos do caminhar humano, entre derrotas e vitórias.

A arquitetura popular tradicional teve um lugar próprio na história do povoamento do espaço português. O período do seu desenvolvimento é necessariamente limitado. A sua evolução foi lenta, mas terá durado vários séculos. Agarra as suas raízes, talvez, ao período castrejo, quando se erguiam cidades no alto dos montes. O uso dos metais e da mineração irá proporcionar poderosas ferramentas evolutivas. Daí até meados do século xx, os processos construtivos pouco evoluíram em espaço rural. O grande salto dá-se com o uso generalizado do cimento. Betão armado, ferro, tijolo, vidro e, mais tarde, o alumínio. Historicamente, a maior densidade populacional de todo o espaço português, com a exclusão das cidades, dá-se em meados do século passado. Um regime opressor governava um país fechado ao exterior. A grande maioria dos solos era, e é, pobre e em parcelas de pequenas dimensões, mas sempre se

procuraram novos campos para cultivar à medida que as famílias cresciam. A fome surda, ou o seu limiar, estimulou o “salto”. Em meados dos anos sessenta o regime começou a apresentar fragilidades. A uma vigilância menos apertada da fronteira com Espanha não será alheia a participação portuguesa nas guerras que, entretanto, eclodiram nos territórios ultramarinos de expressão portuguesa, concentrando em si um enorme esforço administrativo e militar. Há um esvaziar parcial dos campos. Simultaneamente, aumentam consideravelmente as migrações internas com destino às cidades, particularmente Lisboa e a sua área limitrofe, onde se procura trabalho e o afastamento da dureza das lides da agricultura, dos pés na terra e as mãos no arado ou na sachola. Este movimento populacional tem como consequência, não só o abandono dos campos, mas, sobretudo, de muitas casas. O declínio não mais será travado.

Com o amear de poupanças, a primeira geração de emigrantes começa a construir novas habitações. Novos materiais e áreas muito mais generosas levam a que se abra o perímetro das aldeias. O seu antigo núcleo rural é, em parte, desabitado. As relações sociais, muito relacionadas com rituais associados aos ciclos das plantações e colheitas, também se alteram. As novas casas grande construídas por quem fora procurara alguma riqueza, de desenho quase sempre pobre e uniforme nas suas soluções arquitetónicas, simbolizam o sucesso na vida face à pobreza em que permaneciam as populações que haviam decidido ficar.

Hoje, este mundo afastado das maiores cidades continua o seu processo evolutivo com um outro revés. As casas que foram construídas pelos emigrantes destinavam-se também a acolher os filhos e os netos. Mas os jovens integraram-se nas comunidades de acolhimento, estudaram e, no início da vida adulta, iniciaram a vida laboral. O passo seguinte seria a constituição de família. O regresso à terra dos pais, em Portugal, deixava de se perspetivar. No tempo da reforma da atividade profissional, a primeira geração de emigrantes volta aos seus lugares de origem, mas, em muitos, casos, não será por muito tempo. A permanência de filhos e netos nos países estrangeiros leva a que estes homens e mulheres voltem para junto dos mesmos. As aldeias apresentam agora dois níveis de abandono. O das casas pequenas, mais antigas, quase sempre construídas com métodos tradicionais, e as casas grandes, mais recentes. Este fenómeno não é uniforme em todo o país, apresentando mesmo algumas diferenciações assinaláveis. O Minho e o Alentejo são um pouco uma exceção a esta leitura, mas correspondem a territórios que não deixaram de ser também transformados em direções opostas: o Minho numa exuberância significativa de muitas das suas formas construídas *versus* o Alentejo num conservadorismo evidente, em contraste com uma vanguarda ideológica de oposição ao regime do Estado Novo, na incessantemente procurada reforma agrária. Há ainda casos pontuais, um pouco por todo o país, de resistência ou declínio mais acentuado desta imagem geral que caracteriza o mundo rural. Algumas destas diferenças constituem casos de estudo muito interessantes.



Lisga, Sarzedas, Castelo Branco. dg681535. 2016

6. Quadro

O “fim” da arquitetura popular tradicional poderia ser interpretado como uma derrota. Não há perdedores, há um movimento civilizacional imparável. É um ciclo de habitar que chega ao fim, que deixa no solo as ruínas do seu “esplendor” passado. Foram desenvolvidas soluções arquitetônicas de grande equilíbrio e qualidade de desenho. Eram formas que respondiam a problemas concretos, saídas para necessidades prementes, muitas vezes de sobrevivência. O Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal, coordenado pelo arquiteto Francisco Keil do Amaral, então presidente do Sindicato Nacional dos Arquitetos, é um tributo a esse mundo. É um registo feito entre 1955 e 1960 que capta uma civilização à beira do seu colapso. Legitima uma fonte de inspiração e de liberdade para o modernismo arquitetónico que, tardiamente, despontava de forma generalizada em Portugal e que procurava a sua internacionalização. Era como se a própria arquitetura tradicional aguardasse esta passagem de mensagem e de testemunho para implodir.

O abandono da “prisão” da terra é uma realidade que poderá ser difícil de interpretar à luz de conceitos contemporâneos. E estamos tão próximos desse passado. Aquele espaço teria que ser vivenciado noutro tempo, durante os invernos duros e os verões tórridos. Quem habita as aldeias não tem dúvidas nem hesitações sobre o porquê do fim das mãos no arado. Foram tempos e rituais que se deixaram para trás, que levaram muita gente para as cidades, para as suas cinturas periféricas. Nos povoados de origem deixaram, indelévels, memórias fortes, mas, ainda assim, a recusa de um regresso.

Mas não deixa, contudo, de haver algo de muito sedutor neste processo de transformação do solo, quanto mais não seja o desejo de o entender. O conhecimento é construído com a vivência do terreno, com o caminhar sobre um solo pedregoso, lamacento ou coberto de

geada. Na terra poderemos encontrar um olhar renovado, a compreensão de gestos do passado, mesmo aqueles que poderão ter sido vividos por quem há séculos desapareceu. Há um caminhar humano que permanece por longos anos plasmado nestes horizontes. Estas fotografias buscam também esse tempo, essa memória. Procurar o tempo longo da cisão da passagem de uma condição animal para o dealbar da humanidade. Dificilmente uma bibliografia transmite uma vivência concreta, mesmo o cinema tem limitações. As fotografias aqui apresentadas são um movimento que procura a representação do desejo de captura das dimensões da terra e do tempo breve do seu habitar. Andamos, lentos, sobre um reino de silêncio, de sentidos despertos, de aproximação à força dos elementos basilares que compõem a natureza intacta ou o ambiente habitado.

As ruínas no interior das aldeias são cicatrizes insanáveis de um modo de construir que deixou de fazer sentido. Os artífices dessas obras também desapareceram, eram os construtores de uma arquitetura de aparência rude a par de pormenores de elevado refinamento no seu desenho. Agora são lugares de impasse e de solidão. Isolamento e, por oposição, indiretamente, a afirmação das cidades como pólos de agregação de populações que para elas convergem de diferentes territórios.

Muito mais do que em qualquer outro período no passado, o mundo rural é hoje um tabuleiro onde se jogam tensões de enorme complexidade. As cidades polarizam regiões cada vez mais vastas. A globalização vai invadindo territórios que não estão minimamente preparados para a receber. Há, na procura das cidades, um desagregar de estruturas sociais longamente maturadas. Os trabalhos árduos do campo não serão, quase nunca, substituídos por mundos fáceis e coloridos muitas vezes são veiculados pela televisão, pela internet dos mais jovens. Há uma dureza oculta na periferia cinza das urbes maiores, silêncios que escondem dor e sofrimento. Nenhuma revolução nos livrou ainda da luta quotidiana pela sobrevivência.

Hoje, Portugal tem uma rede de estradas qualificada. As auto estradas parecem-se com os componentes de um computador onde a informação circula a velocidades luminosas. Uma imagem relativamente homogénea e equilibrada, no jogo de forças entre o povoamento humano e a natureza, mostrou-nos, no passado, um país onde a arquitetura popular era a face dessa realidade aparentemente eterna. Atualmente lemos um país com enormes cicatrizes deixadas no solo, a par de construções recentes, do desejo de povoar, de desenhar. A arquitetura popular foi abandonada. A Lisga é um lugar que se sente afastado, mas que acaba por estar em ligação com tudo. As estradas são hoje linhas de fuga e de aproximação, de visitas breves, serpentes, muito mais do que artérias de vida entre comunidades vizinhas ou afastadas. São os territórios onde nunca estamos, que se escondem em recantos insuspeitos.

Reserva de lugar pode ser o que encontramos no vale da ribeira da Lisga. Num avanço da intervenção humana por todo o território, do desenho, técnico, de todos os espaços, são estes territórios mais escondidos que vão guardar micro paisagens. Aqui se criam estratos geológicos que contam a passagem do tempo e a história da ocupação do espaço ao longo dos séculos. Sedimentos civilizacionais que poderão ser eventualmente encontrados daqui a milhares de anos.

Antes de partir daquelas paisagens da Lisga procuramos Galharós, uma pequena aldeia de Oleiros a cerca de duzentos metros do limite do concelho de Castelo Branco. Percorremos estradas que serpenteiam entre pinhais, em horizontes ocultos. Seguimos uma indicação para virar à esquerda. Entramos num estradão. Chegamos ao ponto mais elevado da pequena

aldeia. Completamente abandonada. O lugar não é habitado por quem quer que seja em permanência. O último habitante da aldeia morreu em 1984 e nesse momento já não se encontrava em Galharós. Em 2003 um incêndio florestal destruiu completamente o que então restava da povoação. Uma parte das casas está hoje recuperada. É como se uma força poderosa lutasse com tenacidade contra o desaparecimento de um lugar. Esta é uma imagem possível deste mundo, a recusa do fim, o apelo da terra, como se na sabedoria do diálogo com a natureza estivesse a única chave possível para o entendimento da vida, a sobrevivência da luta tranquila pela permanência, a compreensão dos gestos que nos ergueram humanos ao longo de centenas de milhares de anos.



Lisga, Sarzedas, Castelo Branco. dg685167. 2016

7. Notas

Estes trabalhos questionam o sentido do viajar, do registo fotográfico, do entendimento da terra, de “toda a terra”. Há um limite de registo que nunca se alcança, persistem sempre enormes discontinuidades nessa aproximação, como que a ideia de um mapa à própria escala do território, como escreveu Jorge Luis Borges. Uma realidade que nos escapa. Projetos expositivos recentes como *Procurar um País - trinta anos em viagem*, apresentado em Coimbra, *Mundo Português*, em Viseu, ou *O arquivo como cidade*, primeiro sob a forma de conferência no ISCTE, depois o conjunto das imagens foi mostrado na Golegã, são a procura de uma síntese, de uma caracterização dos territórios na sua imensa diversidade, modos de comunicar uma reflexão sobre Portugal, expor informação, suscitar conhecimento.



Lisga, Sarzedas, Castelo Branco. dg685054. 2016

8. Fontes

Este trabalho partiu de uma conversa com Carlos Semedo sobre o objetivo de produzir um mapeamento fotográfico de um território delimitado, no extremo poente de Castelo Branco. A materialização do projeto consistiu na apresentação pública do trabalho desenvolvido no campo junto de uma das comunidades visadas e na realização de uma exposição. A pesquisa que precedeu o trabalho no terreno foi feita na Carta Militar de Portugal, escala 1/25.000, série M 888, do Instituto Geográfico do Exército, bem como na consulta de fotografias aéreas disponibilizadas no Google Earth e no Google Maps.

Há uma base transversal e sempre presente num olhar sobre Portugal: a obra de Orlando Ribeiro e de um modo de fazer geografia por si fundado. Também a escola etnográfica de Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira, entre outros, é uma referência sobre a ruralidade. O inquérito à arquitetura Popular Portuguesa é outra obra incontornável.

De referir ainda o recurso a fontes bibliográficas díspares que, de algum modo, contribuem de forma ativa para a construção de um olhar e de uma reflexão sobre o espaço entendido de uma forma lata.

Não poderá deixar de ser aqui assinalado que este trabalho é a continuidade de cerca de 30 anos de recolhas fotográficas, de mais de 10.000 povoações fotografadas em espaço português, 1.200.000 fotografias feitas e referenciadas, 700.000 quilómetros percorridos.



Pomar, Sarzedas, Castelo Branco. dg687711. 2016

9. Fotografias

Numa experiência de levantamento fotográfico recente, desenvolvida em Viseu, em 2015, apontava, numa estimativa inicial, para o registo de cerca de 40 a 50 aldeias, além de toda a cidade. Ao fim de 33 dias de campo, que se estenderam ao longo de 4 meses de trabalho, foram registadas 240 aldeias, num total superior a 400 lugares. Quando pensamos que um determinado território está relativamente bem coberto, em termos de registo de imagem, deparamo-nos com o que poderíamos descrever como uma dimensão fractal das paisagens, sensação essa que é exponencialmente acentuada pela passagem do tempo, que muito transfigura os sítios, mesmo aqueles onde é pouco notada a intervenção humana.

A terra é um labirinto e a forma de captarmos as suas dimensões não terá outra alternativa que não seja a de percorrermos os seus lugares. O que procuramos nesta busca árdua? Há aspetos individuais que se prendem com a consciência de identidade e posição de nós próprios, a procura da liberdade ou do sentido que a nossa vida pode ter. Mas há também aspetos coletivos conexos, como a identificação da comunidade a que pertencemos e o diálogo com a expressão da sua cultura. Talvez estas sejam apenas formas de procurar a sobrevivência num processo, em que há algo que nos escapa permanentemente .

Por vezes parece estarmos perto de uma ideia que esclarece uma dúvida difusa que perseguíamos ou que liga conceitos aparentemente díspares. Noutras vezes esse pensamento desvanece-se ou evolui simplesmente para dúvidas mais densas. Seguimos intuições que falham mas há um momento em que damos um passo em frente, em que algo se torna mais claro. Partimos para outras “batalhas”, para outras materializações do pensamento. Adaptação e sobrevivência, sem moral determinada, sem sentido definido. Um pouco como a arquitetura popular tradicional, construímos formas, reais e imaginárias, que um dia serão obsoletas.

As investigações fotográficas, os trabalhos extensivos sobre a imagem dos territórios, criam um corpus de informação com potencial estratégico para ser transformado em conhecimento estruturado. Há o “transporte” de uma realidade espaço-temporal viva, complexa, tridimensional, para o espaço delimitado da representação bidimensional. O “poder” dessas fotografias não reside no seu valor individual, mas no conjunto que representam. Neste conjunto podemos estabelecer relações topológicas que ligam o sentido dos lugares, uma das maiores seduções num trabalho tendencialmente exaustivo de levantamento fotográfico. Depois de selecionar e de excluir fragmentos de realidade, de construir um discurso, em continuidade, a partir de centenas, milhares e milhares de imagens. As fotografias são unidades de significação, propostas para o entendimento do mundo.



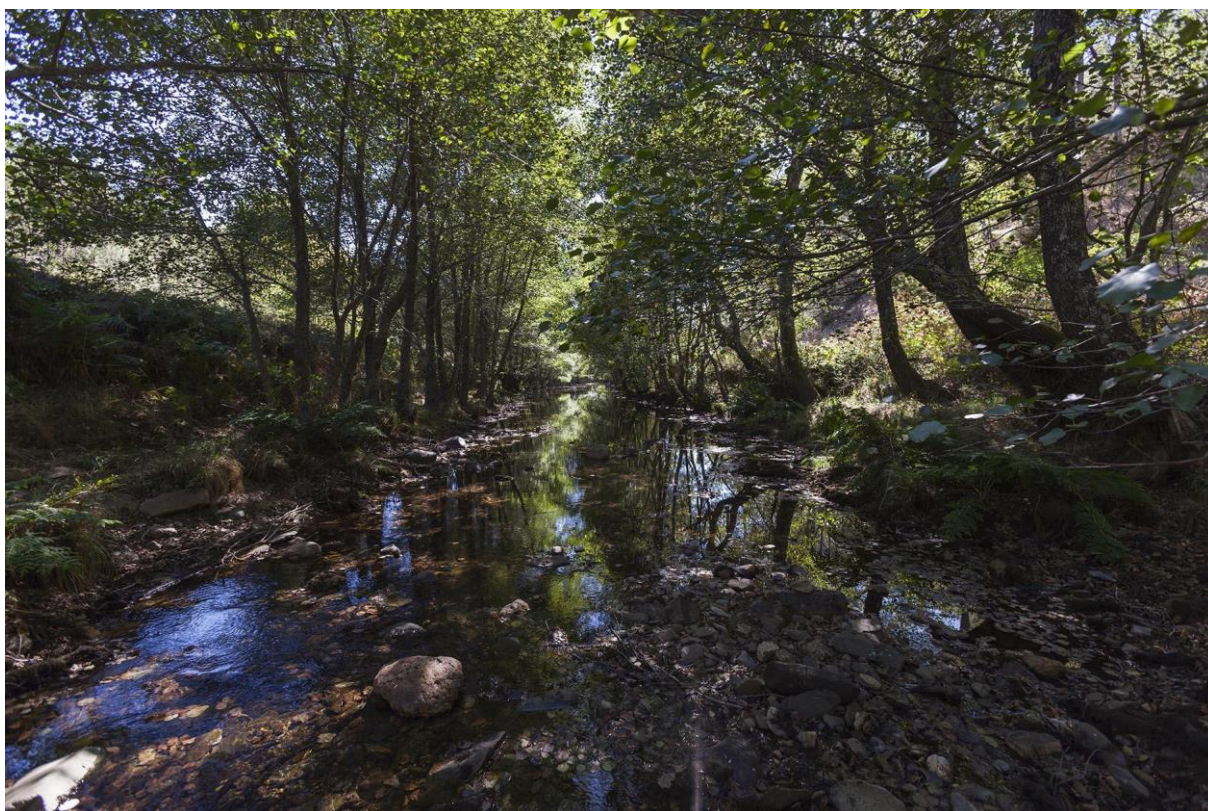
Sesmo, Sarzedas, Castelo Branco. dg686982. 2016

10. Continuação

Há “uma” imagem que não ficou registada. É essa ausência que nos “puxa” para o regresso ao campo, para então repararmos em detalhes que antes não observáramos. As fotografias são uma dança, um movimento performativo sobre o real, liberdade, imersão num espaço-tempo singular, o diálogo com o mundo visível, formal, reflexos de luz e sombra.

A arquitetura popular tradicional, como a conhecíamos, tende a desaparecer na sua expressão em territórios contínuos e integrados com o meio ambiente. Nas fotografias ficará fixada a sua imagem. São estas representações que nos demonstram, na sua imobilidade, a passagem do tempo e a transformação que este opera sobre os habitats humanos ou sobre o espaço natural. Nada detém a erosão dos elementos, o envelhecimento dos seres, a sucessão de ciclos de vida de indivíduos, de espécies, a morte.

A arquitetura popular tradicional mostrou-nos exemplos extraordinários de sabedoria e de conhecimento, de adaptação. Hoje, as construções sem recurso a arquitetos ou engenheiros continuam a existir com grande dinamismo. Ocupam lugares de franja, não o centro das cidades, mas as suas periferias, longe dos centros de poder e onde a pobreza de recursos é mais acentuada. Ironicamente, foi também esta que impulsionou algumas das nossas mais belas peças de arquitetura popular tradicional, muitas delas que hoje apenas permanecem em fotografias.



Ribeira do Alvito, Sesmo, Sarzedas, Castelo Branco. dg 684171. 2016

Bibliografia

- ADAMS, Robert - **Why People Photograph**. New York: Aperture, 1994. ISBN: 0-89381-603-5
- ARAGÃO, Maria José - **Uma Viagem às Nossas Origens, Uma História da Evolução Humana**. Lisboa: Guerra e Paz, Editores, 2011. ISBN 978-989-702-027-8
- BELO, Duarte - **Portugal, Luz e Sombra - O País Depois de Orlando Ribeiro**. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2012. ISBN: 978-989-644-186-9
- CANCELA DE ABREU, Alexandre; PINTO CORREIA, Teresa; OLIVEIRA, Rosário - **Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental**. Lisboa: Direção Geral do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004. ISBN: 972-8569-28-9
- CARERI, Francesco - **Walkscapes, El andar como práctica estética**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002. ISBN: 9788425225987

DIAS, Carlos Carvalho - **Memórias de Trás-os-Montes e Alto Douro, nos 55 anos do “Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa”**. Guimarães: Opera Omnia - Edição, Distribuição e Comercialização de Livros, 2013. ISBN: 978-989-8309-56-3

DOMINGUES, Álvaro - **A Rua da Estrada**. Porto: Dafne Editora. 2009. ISBN: 978-989-8217-06-6

DOMINGUES, Álvaro - **Vida no Campo**. Porto: Dafne Editora. 2011. ISBN: 978-989-8217-19-6

FARIA, Nuno (Coord.) - **Os Inquéritos [à Fotografia e ao Território] Paisagem e Povoamento**. Guimarães: A Oficina, CIPRL/Sistema Solar (Documenta), 2016. ISBN 978-989-8474-39-1

FLANNERY, Tim - **Here on Earth, A Twin Biography of the Planet and the Human Race**. London: Penguin Books, 2010. ISBN: 978-0-241-95073-9

FRANKLIN, Stuart - **The Documentary Impulse**. London: Phaidon Press Limited, 2016. ISBN: 978-0-7148-7067-0

HAZEN, Robert M. - **The Story of Earth, The First 4.5 Billion Years from star dust to living planet**. New York: Penguin Books, 2013. ISBN: 978-0-14-312364-41

MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte - **Portugal, O Sabor da Terra - Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões**. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2010. ISBN: 978-989-644-099-2

MLODINOW, Leonard - **The Upright Thinkers, The Human Journey from Living in Trees to Understanding the Cosmos**. Great Britain: Allen Lane/Penguin Random House, 2015. ISBN: 978-0-141-98099-7

REBELO, Fernando - **Portugal, Geografia, Paisagens e Interdisciplinaridade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. ISBN: 978-989-26-0629-3

SENA, António - **História da Imagem Fotográfica em Portugal — 1839-1997**. Porto: Porto Editora, 1998. ISBN: 972-0-06265-7

SPIEKER, Sven - **The Big Archive, Art from Bureaucracy**. Massachusetts: The MIT Press, 2008. ISBN: 978-0-262-19570-6

VILLANOVA, Roselyne de; LEITE, Carolina; RAPOSO, Isabel - **Casas de Sonhos**. Lisboa: Edições Salamandra, Lda. 1995. ISBN: 972-689-083-7

Arquitectura Popular: totalidade e ordem implícita

Maria Rosália Guerreiro

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CRIA,

Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal

rosalia.guerreiro@iscte.pt

Resumo

As construções humanas criam ordem física nas nossas paisagens, seja ela produzida pelo designer, pelo construtor ou pelo usuário ou até pela intervenção combinada destes intervenientes. Contudo e apesar do nosso mundo ser dominado pela ordem que nós criamos a nossa ideia presente de ordem é obscura. A arquitectura popular é uma excelente oportunidade para analisar o conceito de ordem e quais as suas propriedades emergentes.

O presente trabalho procura olhar para o ambiente construído emergente e explicar um certo tipo de ordem implícita que resulta da complexidade da auto-organização e que está presente na arquitectura popular.

O estudo socorre-se da teoria de *Wholeness* de Christopher Alexander nomeadamente através de 15 propriedades geométricas que estão presentes na natureza e na arquitectura e que o autor considera serem fundamentais e inerentes às estruturas espaciais com vida. A teoria consiste em analisar o ambiente construído às mais variadas escalas a partir de uma abordagem integrada e holista onde as formas e os objectos não devem ser vistos, apenas como uma parte da realidade, como algo separado do seu contexto, mas sim um centro, ou um conjunto de centros que se associam com uma certa organização e que não têm qualquer valor como entidades isoladas.

Conclui-se com este trabalho que a arquitectura popular do mundo mediterrâneo pode ser explicada em grande medida através da sua relação com o contexto. No entanto essa informação pode ser traduzida numa linguagem universal que pode ajudar a solucionar os problemas do habitat humano, nomeadamente nos países do global Sul onde a superpopulação cria uma grande demanda de novas construções que serão feitas necessariamente pelas pessoas, pelo que se torna imperativo encontrar os meios para recrear o nosso habitat de um modo mais sustentável e harmonioso de acordo com o espírito humano.

Palavras-Chave: Wholeness, configuração, centro, vida, natureza, arquitectura.

1. Introdução

As construções humanas criam ordem física na nossa paisagem, seja ela produzida pelo designer, pelo construtor ou pelo usuário. Contudo e apesar do nosso mundo ser dominado pela ordem que nós criamos a nossa ideia presente de ordem é obscura. A arquitetura popular é uma excelente oportunidade para analisar este conceito de ordem e quais as suas propriedades emergentes.

Numa altura em que se reconhece o valor da arquitetura informal enquanto solução para o habitat humano, nomeadamente nos países do global Sul onde a superpopulação cria uma grande demanda de novas construções, torna-se imperativo encontramos os meios para recrear o nosso habitat de um modo mais sustentável e harmonioso de acordo com o espírito humano.

O termo “totalidade” que formaliza o título deste trabalho, é a tradução do conceito e teoria de “Wholeness” desenvolvida por *Christopher Alexander* e que oferece um enquadramento para o estudo do ambiente construído enquanto um sistema vivo que otimiza a vida da espécie humana e adiciona valor à vida do planeta (Hamilton, 2008, p.xxi). Outra tradução para o termo *Wholeness* poderia ser holismo. O pensamento holista, integral, sistémico ou complexo, que significa olhar para qualquer entidade como um todo, como um sistema formado por uma série de elementos ou sistemas interconectados onde a complexidade e a beleza emergem com simplicidade e elegância.

Olhar para o ambiente construído desta forma, significa compreender que mais importante do que as partes constituintes dum sistema, são as relações entre essas partes, o que se designa por configuração. Assim, interessa perceber quais as características dessa configuração que se revelam em propriedades emergentes e dão vida ao ambiente construído nomeadamente na arquitetura popular.

O presente trabalho procura olhar para o ambiente construído emergente e explicar um certo tipo de ordem implícita que resulta da complexidade da auto-organização e que está presente na arquitetura popular. É este tipo de ordem que caracteriza os organismos ou estruturas espaciais com vida, seja ela, no universo, no planeta, numa cidade, num bairro, numa rua, num edifício, numa sala ou simplesmente num objecto pessoal.

Os princípios e o método de Christopher Alexander aplicados a este trabalho estão sistematizados na sua obra *The Nature Of The Order*, Volume 1- *The Phenomenon of Live* (2002), nomeadamente através de 15 propriedades geométricas que estão presentes na Natureza e na arquitectura e que o autor considera serem fundamentais e inerentes às estruturas espaciais com vida.

Embora o termo “vida” em arquitectura seja há muito usada, as bases científicas para a sua identificação/produção têm sido pouco exploradas. A vida de determinado sistema espacial é uma ideia positiva que temos de determinado espaço, que partilhamos subjectivamente mas que não sabemos descrever exactamente. Com Alexander, esta visão subjectiva vem alterar-se para algo mais concreto, definido e mensurável e com ela, uma profunda mudança na forma de ver a arquitectura e o urbanismo. Ele introduziu a ideia de vida na arquitectura, uma certa qualidade estrutural com determinadas características geométricas. Esta qualidade estrutural, vida, pode existir em maior ou menor grau, em qualquer parte do espaço e tem como peças do jogo, entidades, que o autor definiu por “centros”, por oposição a objectos ou partes. Consequentemente, esta teoria traz

profundas implicações nos estudos da relação da forma com o contexto, bem como na dualidade forma (edifícios) e espaço (vazio).

Na teoria de Alexander são as relações e as conexões, as forças que moldam a forma. O conceito de centro fundamenta-se, assim, na ideia de que a forma e contexto não se podem separar e que o espaço/matéria é constituído por um contínuo de entidades, centros relacionados uns com os outros, formando uma estrutura e uma ordem global que o autor designa por totalidade ou inteireza - *Wholeness* (Alexander, 2002).

Neste trabalho procurar-se-á aplicar a teoria e método de Alexander à leitura do ambiente construído, sugerindo assim um vocabulário próprio para partilhar informação subjectiva sobre o que sentimos quando estamos perante um contexto de arquitetura produzida pelas pessoas - popular.

O artigo está dividido em duas partes principais. A primeira parte descreve a metodologia e a teoria do todo, totalidade ou ordem implícita (*Wholeness*), bem como as suas propriedades configuracionais emergentes formuladas por Christopher Alexander para a compreensão do ambiente construído. Na segunda parte apresenta-se a discussão e aplicação dessas propriedades ao estudo da arquitectura popular, nomeadamente no mundo mediterrâneo como forma de interpretar a ordem implícita e/ou vida que estes objetos apresentam.

2. Totalidade e ordem implícita no ambiente construído

A teoria e metodologia de Christopher Alexander aplicada a este trabalho consiste em analisar o ambiente construído às mais variadas escalas a partir de uma abordagem integrada e holista. Deste modo, não devemos olhar para um objecto, apenas como uma parte da realidade, como algo separado do seu contexto, mas sim um centro, ou um conjunto de centros que se associam com uma certa organização e que não têm qualquer valor como entidades isoladas.

A noção de centro está ligada à ideia de que tudo está ligado a tudo e à existência duma relação necessária entre as coisas. Segundo Alexander (2002), esta é a noção de totalidade ou inteireza (*wholeness*) – aspecto fundamental para o entendimento do que é a vida num sistema espacial. *Wholeness*, é assim, uma característica do espaço que aparece em todo o lado, em toda a parte do espaço/matéria. Qualquer configuração do espaço/matéria que nós reconhecemos, edifício, rua ou praça é composto por entidades com base nas quais o *wholeness* é feito. *Wholeness* é um sistema de centros.

A razão por que é preferível chamar *centro* em vez de *parte*, deve-se ao facto de não ser possível definir e delimitar exactamente essa entidade. É muito difícil definir os seus limites. Como um lago, por exemplo, cujas margens se tornam muito difíceis de definir – isto não significa que o lago não existe como um todo. Nós é que não conseguimos defini-lo exactamente. No entanto, temos plena consciência da sua entidade. O que interessa na definição dum lago enquanto entidade coerente é que a sua organização é causada por um campo de forças no qual os vários elementos trabalham juntos para produzir o fenómeno centro.

Na arquitectura, e do ponto de vista desta relação que existe entre as coisas, se nós chamarmos partes a determinados objectos, edifícios, praças, escadas, etc., elas passam a existir na nossa mente como objectos isolados, mas se lhes chamarmos centros, estamos a acrescentar algo extra ao nosso pensamento sobre esses objectos: tomamos consciência das relações entre as coisas.

Ao chamar centro a uma parte ou objecto, pensamos nessa coisa como algo que irradia a partir dum centro e se estende para lá das suas fronteiras. Assim, ficamos muito mais despertos para o parentesco entre as coisas e como realmente elas são, ou seja, passamos duma visão fragmentária e racionalista da realidade para visão holista integradora e sistémica.

Wholeness é assim uma propriedade crucial do espaço/matéria. Não é somente uma percepção visual enquanto resultado da focagem em determinadas áreas do espaço. Ela é antes estrutura real e fundamental, uma coisa em si própria. É fonte de coerência e ordem que existe em qualquer parte do mundo (Alexander, 2002, p.90). *Wholeness*, definida como um padrão de centros, é, portanto, uma propriedade do espaço que actua a várias escalas, desde as partículas subatómicas ao universo. O carácter real do mundo é governado pela geometria dos centros que animam o espaço – ordem implícita.

Posto isto, o autor sugere que a vida numa estrutura espacial depende do padrão que esses centros formam entre si, da forma como se relacionam, da sua densidade e da forma como colaboram para formar uma unidade (Alexander, 2002, p.106). A vida de um objecto, um edifício, uma cidade, um qualquer sistema espacial, depende da forma como os centros estão organizados, se complementam e se reforçam uns aos outros. As 15 propriedades enunciadas pelo autor (Tabela 1) e que a seguir se analisam com o objectivo de perceber a arquitectura popular e o ambiente construído, são diferentes modos de perceber como isso pode ocorrer.

1. Levels of scale	1. Níveis de escala
2. Strong centers	2. Centros fortes
3. Boundaries	3. Fronteiras
4. Alternative repetition	4. Repetição alternada
5. Positive space	5. Espaço positivo
6. Good shape	6. Boa forma
7. Local symmetries	7. Simetrias locais
8. Deep interlock and ambiguity	8. Interligação profunda e ambígua
9. Contrast	9. Contraste
10. Gradients	10. Gradiente
11. Roughness	11. Irregularidade
12. Echoes	12. Eco
13. The void	13. O vazio
14. Simplicity and inner calm	14. Simplicidade e calma interior
15. Not separateness	15. Não separação

Tabela 1: As 15 propriedades geométricas que formam Wholeness e dão vida ao espaço-matéria (Alexander, 2002)

Estas 15 propriedades que vamos discutir na secção seguinte aplicadas ao estudo da arquitectura popular reflectem pois o comportamento dos centros, nos quais podemos identificar uma certa ordem implícita e grau de vida, aspecto crucial da coisa toda. E quanto mais uma

estrutura espacial tiver o carácter de centro, mais vida ela terá. No entanto, isso não é determinado por um fenómeno local. É determinado pelo modo como um centro se implanta num sistema geral de centros e do grau de vida que esses outros centros possuem (Alexander, 2002, p.126).

3. Propriedades configuracionais da arquitectura popular

Nesta secção analisam-se as propriedades dos centros em separado, no entanto elas nunca acontecem em separado – apenas por uma questão de sistematização e gestão de informação e consequentemente do seu entendimento, elas são aqui expostas separadamente. No entanto, as suas relações mais directas vão-se estabelecendo ao longo da descrição de cada uma.

Procura-se aqui concretizar o método de Christopher Alexander para o estudo da arquitectura popular, nomeadamente no mundo mediterrâneo como forma de interpretar a ordem implícita e/ou vida que estes objetos apresentam.

3.1. Níveis de escala

Entre as propriedades geométricas identificadas pelo autor que caracterizam uma estrutura espacial com vida, os níveis de escala são a mais evidente. Também Henri Laborit nos fala deste princípio fundamental, que designa por níveis de organização que asseguram a coesão funcional do conjunto e, portanto, fundamental às estruturas auto-organizadas (Laborit, 1971, p.17-18). Para que esta coesão possa existir, os saltos de escala não devem ser muito grandes. Segundo Alexander (2002), os centros contidos nas estruturas espaciais com vida têm diferentes níveis de escala e esses tamanhos existem em séries de bem marcados níveis, ou seja, existem centros grandes, centros médios, centros pequenos e centros muito pequenos. Uma grande variedade de todos bem formados e de diferentes tamanhos é muitas vezes a primeira coisa que podemos notar num edifício de arquitectura popular, conforme se pode observar na Figura 1.



Figura 1 – *Edifício vernacular, Ribeirinha, Ilha do Pico (Açores)*

A hierarquia de centros a várias escalas trabalha em conjunto e de uma forma sobreposta e, portanto, dobrada no espaço. Na Figura 1 a parte central da fachada que enquadra os vãos representa o centro maior e, portanto, de hierarquia superior. Na hierarquia seguinte temos dois centros formados respectivamente pelos conjuntos de vãos superior e inferior. Depois temos ainda mais quatro níveis de centros: os centros formados pelos pares de janelas, os centros formados por cada janela, os centros formados pelas frames das janelas e os centros formados pelas tabuinhas da parte central da fachada. É esta diferença de tamanhos, bem proporcionada, que faz com que os centros, ou seja, as entidades discerníveis se reforcem uns aos outros e ganhem coesão. A extensão das escalas forma um contínuo que liga o sistema espacial e o torna um todo. Para que esse contínuo se mantenha, é importante que os saltos de escala não sejam demasiado grandes.

Um centro torna-se assim mais intenso e com mais vida, quando os outros centros à sua volta têm com ele uma relação de tamanhos bem definidos, a uma escala que é talvez metade do seu tamanho ou o dobro do seu tamanho, mas não enormemente grande ou enormemente pequena. Deste modo para intensificar um determinado centro, temos de criar outro centro, talvez com metade ou um quarto do tamanho do primeiro. Mas se o centro mais pequeno for menos de um décimo do tamanho do centro maior, é muito pouco provável que o primeiro venha a ajudar a intensificar o segundo (Alexander, 2002, p.149).

Podemos assim dizer que o edifício de arquitectura popular representado na Figura 1 tem vida, porque os múltiplos centros existentes se entre-ajudam e porque existe uma relação correcta que se mantém entre os diversos tamanhos.

3.2. Centros fortes

Paralelamente aos níveis de escala, e intimamente relacionado com essa propriedade, outro aspecto importante dum objecto-organismo com vida, e, portanto, se comporta como um todo, é o facto deste conter um centro forte de atenção. O centro que comanda cada escala. Um centro forte, em qualquer sistema espacial, é um campo de forças. É qualquer coisa que mesmo que não se possa observar, sabemos que está lá, porque ficam visíveis as múltiplas forças de ligação que o todo estabelece com ela, ou seja, fica a sensação de que, todo o conjunto está organizado para suportar e rodear esse centro. E quanto maior for o número de ligações mais forte ele é.

Qualquer centro forte é constituído por muitos outros centros fortes visíveis a outras escalas. Uma multiplicidade de centros, que se organizam de tal forma que ajudam a formar esse centro forte. Na Figura 1 também podemos observar esta propriedade onde os centros mais pequenos se reforçam mutuamente e formam um todo, um centro forte, que dá vida a essa estrutura espacial.

Um centro forte é uma noção recursiva e fractal, que só se explica pela relação que tem com outros centros do sistema. Em cada nível de escala, um centro é mais forte do que outros, é o centro da composição naquele momento, para aquele tamanho e para aquela configuração. Tal como podemos observar também na Figura 2, é uma característica essencial da arquitectura popular. Os centros fortes desempenham um papel fundamental na imagem e na vida do sistema espacial por criarem pontos focais ou de encontro com muita facilidade.

Se o centro é meramente qualquer coisa no meio dum sistema espacial que desaparece quando o cobrimos, ou seja, não tem esta qualidade progressiva, sequencial, campo de forças que nos leva até ele, então este centro tem muito pouco poder. Para ser um centro forte, é necessário que

todo o sistema espacial esteja organizado de tal forma que suporte e circunscreva esse meio – o campo visual está orientado para esse centro. Na Figura 2 a igreja ou a protuberância do telhado não precisavam de lá estar para se saber que este é o centro do sistema espacial. Mas, a centralidade forte pode também ser criada pelo próprio vazio, como é o caso das praças das cidades tradicionais de crescimento orgânico, cuja centralidade está definida pelo grande número de ligações que indicam a sua existência.

A formação de centros fortes juntamente com os níveis de escala é um dos aspectos mais importantes na estrutura dum sistema espacial com vida, sendo por isso aspectos essenciais a ter em conta no desenho de novos sistemas espaciais sejam eles um edifício ou uma cidade ou na reconversão dos já existentes.



Figura 2 – *Valbona, Espanha* (in Carver Jr., 1988, p.74)

3.3. Limites

Os centros, ou todos com vida, são formados ou reforçados por fronteiras. A fronteira forma assim um campo de força que cria e intensifica o centro que fica por ela circunscrito. Este limite tem um duplo propósito: focar a atenção no centro, ajudando assim à sua produção, bem como, ligar o centro circunscrito ao mundo para lá da fronteira. Para que isso aconteça, é necessário que a fronteira seja, ao mesmo tempo, distinta do centro circunscrito para o manter separado da envolvente e simultaneamente ter a capacidade de unir esse centro ao mundo exterior. Dito de outro

modo, a fronteira é ela própria formada por centros. A fronteira unifica e separa ao mesmo tempo e ao perceber o espaço desta forma, as ideias fixas de centro e de limite dissolvem-se.

Para que a fronteira seja efectiva, esta deve ser da mesma ordem de magnitude do que o centro que circunscribe. Se a fronteira for muito mais pequena, do que a coisa que ela envolve, ela não ajuda muito à produção dum centro, dum todo.

Estas fronteiras largas resultam de necessidades funcionais de separação e de transição entre dois sistemas diferentes. Elas ocorrem essencialmente porque onde quer que dois fenómenos diferentes interajam, existe também uma zona de interacção que é uma entidade em si própria, tão importante como os sistemas que ela separa.

O ambiente construído por entidades, que são simultaneamente centros ou zonas de transição, fronteiras. Os telhados que rematam os edifícios e desenharam o *skyline*, reforçam o centro urbano como um todo. Uma rua é simultaneamente espaço de transição entre edifícios, mas é também um espaço de interacção e um centro forte, (Figura 3).



Figura 3 – *Uma rua em San Gimignano, Itália* (in Carver Jr, 1983, p.50,55)

3.4. Oscilação ou repetição alternada

A repetição só por si consegue criar harmonia. Esta é uma das formas pelas quais os centros mais se enfatizam uns aos outros e conseqüentemente criam vida numa estrutura espacial. No entanto, para que exista vida é necessário um tipo de repetição muito especial. É a designada repetição alternada, que é uma forma de repetição em que o ritmo dum conjunto de centros, que se repetem, é intensificado pelo ritmo paralelo dum segundo sistema de centros que se repetem numa

forma alternada com este. Por vezes, estes dois sistemas de centros dão origem a um terceiro sistema, que mais uma vez se repete, e oscila como os primeiros (Alexander, 2002).

Numa repetição alternada o que se repete não são simplesmente as unidades, mas também o espaço entre essas unidades. E muitas vezes a própria repetição se repete, criando imagens auto-selhantes, mais uma vez evidenciado o carácter recursivo das estruturas espaciais.

Na maioria dos padrões da Natureza, verifica-se que, as unidades que se repetem são alternadas por uma segunda estrutura, da mesma ordem de magnitude, que também se repete. As oscilações do relevo, as ramificações das árvores e os espaços entre essas ramificações, as folhas e os espaços entre elas, uma flor e os espaços entre as suas pétalas – em todos estes casos, o espaço vazio também se repete e também é uma entidade, um centro. Mas a questão central da repetição desta segunda estrutura é a coerência em si própria dos seus centros secundários. Não são apenas lidos como fundo, mas também como forma. Podemos ver claramente esta propriedade expressa nas estruturas representadas nas (Figuras 4 e 5).



Figura 4 – Museu do Vinho, Madalena, Ilha do Pico, Arq.º Paulo Gouveia.



Figura 5 – Casa de Lavoura, Anta S. Paio, Guimarães (in *Arquitectura Popular em Portugal*, 1.º Vol., p. 48).

3.5. Espaço positivo

O espaço positivo é também uma propriedade muito importante para garantir a inteireza do espaço e conseqüentemente para gerar vida numa estrutura espacial. O espaço positivo é um espaço que contém enclausura e que é convexo. Ou seja, é um espaço inteiro. Todos os pontos no interior desse espaço são intervisíveis e têm, pois, uma relação de simetria com os seus vizinhos. Isso significa que qualquer ponto dentro de um espaço positivo é um centro forte.

O espaço estruturado por formas positivas é um espaço fractal. Qualquer divisão que se faça num espaço positivo, ele é sempre um espaço positivo. As superfícies que crescem sob tensão têm tendência para formarem espaços positivos, convexos e inteiros, porque crescem de dentro para fora. Assim se passa com os assentamentos vernaculares, sendo esta uma das características principais dos seus espaços públicos (Figura 6).

Este é de facto um dos atributos geométricos mais importantes dos espaços vernaculares que resulta de imensos conflitos e tensões entre o espaço edificado e o espaço não edificado. Com o objectivo de compreender melhor a estrutura física do ambiente construído tendemos a separar duas variáveis: O espaço edificado que se percebe como forma ou cheio e o espaço não edificado (interstício) que se percebe como fundo ou vazio (Guerreiro, 2011). Acontece que o fundo ou espaço não edificado, tem também ele uma forma visual, positiva, cuja qualidade, dimensão e escala “*resulta do encontro entre a massa e o espaço*” (Ching, 1998, p.95). O espaço positivo está presente em muitas estruturas da natureza e bem assim na arquitectura e urbanismo vernacular onde não existem espaços residuais. Tudo é programado para uma função específica. O espaço público representado na Figura 6 é o arquétipo deste tipo de espaço que se vem falando. Nesta fotografia aérea, cada bocadinho de espaço; rua, praça, edifícios e até os espaços públicos interiores, são espaços positivos: “*Não existe parte deste todo que não tenha uma forma definida e positiva. É uma compilação de entidades definidas, cada uma delas, definida e substancial em si própria*” (Alexander, 2002, p.174). Aqui não são só os edifícios que aparecem como figuras, mas também o espaço exterior nos aparece como figura contra o fundo formado pelos edifícios.



Figura 6 – *Espaço público positivo, Sabugal* (in *Arquitectura Popular em Portugal*, 2.º Vol., p. 83).

Normalmente estes espaços apresentam uma geometria irregular, mas coerente. Estas formas emergentes são o resultado dum processo e o produto do desenho dum colectividade, onde cada lugar, cada rua, praça ou edifício foram concebidos com significado e propósito. Tal como na natureza, não há desperdício, não existem estruturas ou espaços residuais – tudo tem uma função específica.

São espaços anatómicos, mas também dinâmicos, que podem mudar de aspecto ao longo do ano com o devir do ciclo solar e das estações, o que provoca alterações no seu aspecto e consequentemente no seu uso. São estes espaços bem apropriados que têm mais vida. As praças, pracetas ou pequenos largos, os becos e as ruelas que caracterizam este padrão orgânico de espaços positivos, são ainda hoje um exemplo de espaços públicos bem-sucedidos para a função a que se destinam – o uso colectivo.

3.7. Boa forma

A boa forma depende do modo como determinada configuração é formada por múltiplos e coerentes centros, ou seja, pelo modo como é formada por espaços bem definidos e positivos. Em qualquer parte do todo, temos centros e como a regra recursiva ou fractal também se aplica, cada um desses centros é formado também por múltiplos centros.

Adicionalmente verificamos que a mais simples e elementar boa forma, é composta por figuras elementares regulares: triângulos, retângulos, hexágonos, pedaços de círculos, etc. Deste modo, verifica-se que as formas resultantes da boa forma são também espaços positivos.

Segundo Alexander, a boa forma é composta das seguintes propriedades parciais: 1 - Alto grau de simetria interna; 2 - Simetria bilateral (quase sempre); 3 - Um centro bem marcado (não

necessariamente no centro); 4 - Os espaços adjacentes criados por esta forma são espaços positivos; 5 - É muito distinta da envolvente; 6 - É relativamente compacta (1:1, 1:2, nunca acima de 1:4); 7 - Tem enclausura, está encerrada, um sentimento de estar fechada e completa (2002, p.183).

A boa forma, tal como aqui é descrita, tem extrema importância quer para o espaço edificado quer para o espaço não edificado. Ela joga um papel vital na forma como estes elementos se ligam. O essencial desta propriedade é que cada parte do espaço deve ser positiva e definida. Como resultado, nós tendemos a ver figuras simples como boa forma e a boa forma tende a ser composta por formas simples.

Muitos sistemas naturais têm a tendência para gerar boa forma. Se observarmos as curvas e contra-curvas das folhas de algumas plantas, verificamos que cada curva circunda um centro, sendo que umas vezes o centro está no interior da folha, outras vezes está fora. Esta propriedade existe também em muitos edifícios de arquitetura popular conforme podemos observar nas curvas do telhado representado na Figura 7. De igual modo, é o que acontece nas ruas curvas, que apresentam do ponto de vista de vivência do espaço, mais vantagens do que a rua rectilínea, exactamente porque ela apresenta maior número de centros que dão vida a esse espaço (Figura 8).



Figura 7 – *Composição de formas tradicionais, Albufeira* (in Carver Jr., 1988, p.105).



Figura 8 – *Uma rua em Monsaraz* (in Carver Jr., 1988, p.112).

Nos objectos com boa forma a funcionalidade joga um papel fundamental. O que acontece essencialmente é que o objecto que funciona efectivamente deve ter mais centros nele próprio e em virtude disso tem melhor forma. A relação que existe entre boa forma e o ambiente que a envolve tem a ver com o facto de essa relação ser também funcional.

3.8. Simetrias locais

As simetrias locais são sub-simetrias. A existência dum centro e de uma simetria local estão relacionados. Onde quer que exista uma simetria local tende a existir um centro. Onde quer que se forme um centro vivo é quase sempre necessária alguma simetria local. As simetrias locais são uma espécie de cola – a cola que mantém o espaço junto, coerente.

As coisas vivas apesar de serem muitas vezes simétricas, raramente têm simetrias perfeitas. Na realidade a simetria perfeita é uma marca das coisas mortas. O que dá vida a um sistema espacial não é a simetria global, mas sim as simetrias locais. O conjunto representado na Figura 9 não apresenta uma simetria global, no entanto está coberto de simetrias locais. São as simetrias locais que causam a beleza deste conjunto ordenado. Não existe de todo uma simetria global, mas sim muitas simetrias locais, que tornam o sistema vivo, orgânico e flexível. E mais uma vez a regra é recursiva, as simetrias locais podem existir a várias escalas.

Um sistema espacial onde abundam as simetrias locais é muito mais adaptável, do que a rigidez dum sistema com uma simetria global.

Aparentemente as grandes simetrias contribuem muito pouco para coerência dum sistema espacial. O que importa é o número das simetrias pequenas e locais. Contudo, como a maior parte das simetrias locais estão escondidas, este aspecto está longe de ser óbvio.

Qual é a relação entre simetrias e centros? Em muitos casos a simetria é usada para estabelecer um centro e cada simetria local estabelece uma simetria entre dois centros mais

pequenos para criar um centro maior (como no caso da Figura 1). “Apesar, de se garantir que a irregularidade do contexto local não é violada, as simetrias locais fornecem a cola que liga o campo de centros, tornando-os assim mais coerentes” (Alexander, 2002, p.194).



Figura 9 – Garrovillas, Espanha (in Rudofsky, 2003, p.71)

3.9. Interligação profunda e ambígua

Os centros adjacentes interpenetram-se formando centros intermédios. Isto faz com que muitas vezes seja difícil de distinguir o centro da sua envolvente. Vimos como na natureza vários sistemas se caracterizam por esta propriedade. Acontece normalmente nas estruturas que necessitam de manter uma extensa superfície de contacto face ao volume que apresentam. As estruturas em meandro, como é o caso da massa cerebral, são exemplos disso. Para aumentar a superfície de contacto e assim permitir um número máximo de ligações (centros) com o tecido envolvente o cérebro enrugam-se profundamente. Vimos também como as *ruas curvas* interpenetram o espaço formando novos centros entre as zonas de contacto (Figura 8).



Figura 10 – a) Arcadas em Garrovillas, Espanha b) Poiais numa rua em Elvas (in Carver Jr., 1988, p.19,119).

Por questões essencialmente climáticas e de vivência do espaço exterior, a arquitectura popular mediterrânea é muito rica nesta propriedade. Nas *arcadas*, o espaço dentro da galeria

pertence ao espaço público exterior, mas ainda assim também pertence ao espaço privado do edifício, causando assim uma fusão entre estes dois centros, (Figura 10a). O mesmo se passa com os *poiais* anexos às casas, que se interligam com a rua, (Figura 10b). A interligação ou ambiguidade, fortalece os centros de cada um dos lados, ganhando a sua força a partir da força do centro que se forma no meio.

3.10. Contraste

A diferenciação é uma propriedade fundamental das estruturas espaciais com vida e sem a qual esta não pode ocorrer: “*A unidade só pode ser criada a partir da distinção*” (Alexander, 2002:200). Assim, para que os centros se entre ajudem e formem todos, unidades, vida, é necessário que estes sejam constituídos por opostos discerníveis. É necessário que tenham um contraste pronunciado.

O claro e o escuro, o cheio e vazio, o alto e o baixo, o largo e o estreito, são os tipos de contraste mais comuns. Representam verdadeiros opostos que se anulam se sobrepostos. E a diferença entre opostos dá origem à unidade, beleza e vida.

O contraste unifica os centros. Em vez de separar as coisas, unifica-as. A dualidade dá lugar à complementaridade que por sua vez gera diversidade.

Muitos sistemas naturais estão organizados através da interacção de opostos. Desde as partículas mais elementares como as cargas eléctricas negativas e positivas, ao nível biológico, o contraste macho-fêmea, que existe em quase todos os organismos, ao ciclo do dia/noite, ao estado sólido ou líquido. Do ponto de vista cognitivo, o contraste é muito importante para os seres humanos, uma vez que nós lemos contraste.

Também as cidades com intensa vida têm esta propriedade. Existem muitas formas de contraste que produzem este efeito: diferenças de densidade, de luz, de materiais, de cores, de topografia, etc. Muitas variáveis urbanas trabalham muito melhor juntas se forem inteiramente diferentes, de tal modo que cada uma desempenha a sua própria função.

Esta é uma propriedade que encontramos com muita frequência na arquitectura e nas cidades tradicionais do mediterrâneo, que assumem o seu esplendor máximo, talvez no Sul de Portugal, nas famosas vilas brancas de contrastes de pedra e cal, de luz e de sombra, que o clima enfatiza.

3.11. Gradiente

O gradiente reforça a força dos centros, criando orientações através da gradação de centros. Uma qualidade muda gradualmente através do espaço, criando uma certa harmonia. “*Nas coisas que têm vida, existem campos graduados de variação através do todo (...). Na verdade, os gradientes estão essencialmente e necessariamente conectados com a existência de um centro vivo. Quase sempre, a força do carácter do centro é causada, em parte, porque as organizações de centros mais pequenos criam gradientes que apontam para um centro maior virtual*” (Alexander, 2002, p.207). A Figura 11 é a imagem certa para estas palavras de Alexander – aqui, as casas, os telhados, as árvores, comportam-se como centros mais pequenos, todos ordenados em relação ao Sol, centro maior, causando assim um gradiente de luz distribuído pelas diferentes partes, o que dá imensa vida e inteireza a este espaço.

Sempre que uma quantidade varia sistematicamente, através do espaço, estabelece-se um gradiente. Os gradientes, são assim, uma resposta natural à mudança de qualquer circunstância no contexto, como a luz, topografia, o vento, etc. Ao adaptar-se às novas circunstâncias, e criando assim séries de centros graduados, novos centros maiores são criados.

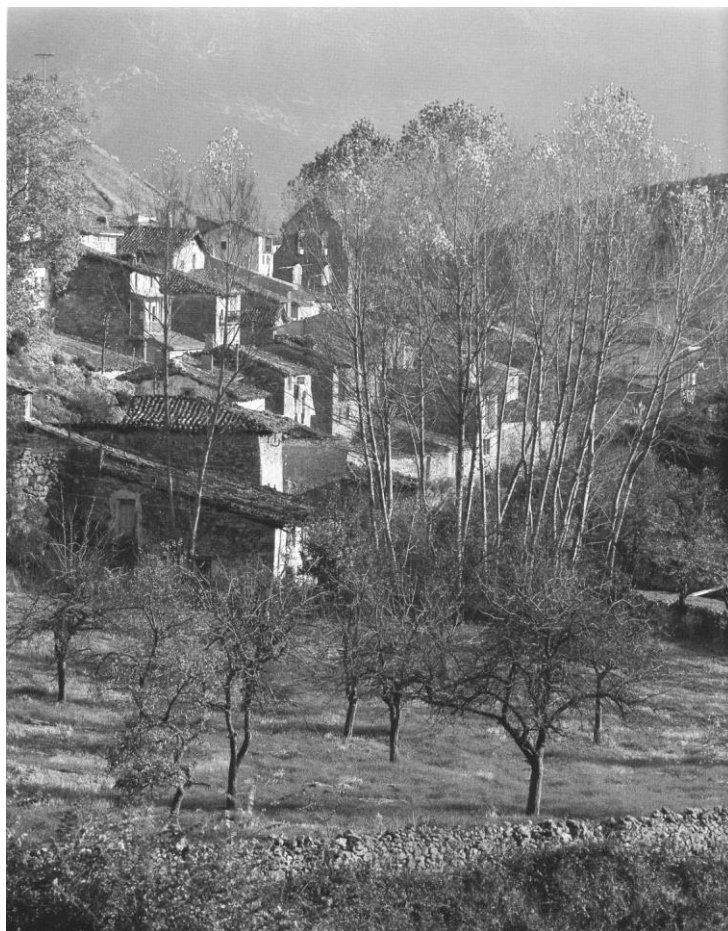


Figura 11 – *Frias, Espanha* (in Carver Jr., 1988, p.52).

3.12. Rugosidade

A irregularidade aparece nos sistemas naturais, como o resultado da interação entre uma ordem bem definida e os constrangimentos do espaço. A irregularidade, não é assim, um erro, mas sim uma forma criativa que a natureza tem de se adaptar ao contexto, criando sempre novas situações que permitem a existência da diversidade.

É esta propriedade que nos permite diferenciar a arquitetura popular da erudita. *“As coisas que têm vida verdadeira têm sempre uma certa irregularidade. Isto não é uma propriedade acidental. Não é o resultado duma cultura inferior, ou o resultado de ser feito manualmente. É uma característica estrutural essencial sem a qual uma coisa não se pode tornar um todo”* (Alexander, 2002, p.279).

Ao contrário do que estamos habituados, verifica-se nos objectos com vida que a irregularidade é muito mais precisa do que a regularidade, uma vez que ela surge dum cuidado

muito maior para guardar o essencial dos centros numa forma. São sobejamente conhecidos os espaços urbanos ou edifícios irregulares que parecem ter imensa vida, comparados com outros extremamente regulares, rígidos e mortos. Isto acontece porque na realidade os espaços têm que se adaptar às irregularidades do contexto ambiental correctamente - eles tornam-se parcialmente irregulares como resposta a esse facto. Os espaços vernaculares ilustram claramente esta irregularidade, como uma forma de perfeição e de adaptação ao contexto e às características do espaço tridimensional. Ela não acontece apenas porque os materiais ou as técnicas não eram precisas, ela acontece porque ela é uma forma de ordem real que permite alcançar a inteireza. Camillo Sitte (2013 [1889]) demonstrou claramente e de uma forma empírica como é que a vida dos espaços públicos depende da sua geometria. Tal como ele afirmou, “*Os espaços públicos são frequentemente irregulares. A irregularidade ajuda a criar uma atmosfera informal que liga o espaço público à cidade e aos edifícios*” (Apud Alexander, 2002, p. 216).

Deste modo, para construirmos espaços funcionais, eles terão naturalmente de ter alguma irregularidade, contrariamente à nossa tendência para uma ordem rígida e regular. Essa irregularidade poderá ser introduzida pelas próprias pessoas que interagem com o espaço.

3.13. Eco

Eco é a propriedade que mais evoca o contexto natural em que a configuração está inserida. Segundo Alexander (2002), eco é o modo como a força de determinado centro depende das semelhanças de ângulos e orientações do todo (envolvente). Depende dos ângulos e direcções que prevalecem no objecto construído.

Observamos esta propriedade nos ângulos do telhado da capela de peregrinação representada na Figura 12, que fazem ressonância com os ângulos das montanhas ao fundo, fazendo assim eco da paisagem em que está inserida. Também as construções em encosta tendem a ter uma relação similar com o declive, com o sol e com a drenagem das águas. Como resultado os edifícios, tendem a obedecer às mesmas leis, criando o eco do contexto nas suas formas físicas.



Figura 12 – Capela de Peregrinação de Santa Maria Madalena, Lindoso ((in *Arquitectura Popular em Portugal*, 1.º Vol., p. 101).

Esta propriedade eco tem muitas vezes uma justificação também climática. Na vila cubista de Olhão, os cubos anexados criam as condições necessárias para o sombreamento. A chuva é escassa dispensa o uso de telhados, cuja utilidade era propícia à secagem de alimentos (Figura 13). De igual modo, os palheiros do litoral central tendem a estabelecerem-se em filas paralelas à costa, contrariando assim o sentido dos ventos marítimos e permitindo que as areias passem por baixo das construções em palafitas, o que enfatiza também a familiaridade dos ângulos das construções (Figura 14). De um modo geral, toda a arquitectura popular portuguesa é muito rica nesta propriedade, exactamente pela diferença acentuada dos seus ambientes bioclimáticos face à latitude (Norte-Sul), longitude (Litoral - Interior) e altitude (Serra - Planície).



Figura 13 – *Olhão, Portugal* (in Girão, 1936, p. 254-255)



Figura 14 – *Palheiros da Tocha - Portugal*, (Instituto Geográfico do Exército, 1950)

A essência desta propriedade reside ao nível da própria estrutura: *“Quando as funções são tomadas a sério, existem usualmente várias regras geométricas que são seguidas como resultado de condições funcionais. Estas regras, aplicadas uma e outra vez, criam um sentimento de familiaridade entre os ângulos, linhas, formas, não por razões formais, mas simplesmente como resultado do cuidado de aderência aos requerimentos funcionais”* (Alexander, 2002, p.221).

A propriedade eco é uma forma de adaptação ao contexto em que a expressão da configuração traz consigo algo desse contexto. Como as formas mais bem-adaptadas, são aquelas que tendem a sobreviver por mais tempo, a nossa paisagem está repleta destes exemplos, quer ao nível das formas naturais quer ao nível das formas construídas.

3.14. O vazio

Sobre o vazio, Alexander faz-nos a seguinte descrição: *“Nos centros mais profundos que têm perfeita inteireza, existe no seu coração um vazio que é como água, infinito e profundo, circunscrito e contrastado com a desordem das coisas à sua volta”* (Alexander, 2002, p.222). Nesta

análise sobre a arquitectura popular, conjectura-se que esses locais sejam aqueles vazios, espaços públicos, que se podem encher temporariamente como os largos ou praças enunciadas na propriedade espaço positivo (Figura 6).

No centro nós experienciamos o vazio, o infinito, a calma. Uma propriedade também associada a certos locais muito especiais, como aqueles espaços que preenchem o espírito e, portanto, ligados à religião, à meditação, à contemplação, à imaginação e à brincadeira (Figura 6). A necessidade do vazio levanta-se em qualquer centro para contrastar com a envolvente fervilhante, tal como num redemoinho onde o centro, por contraste com a envolvente, é calmo.

4.15. Simplicidade e calma interior

As coisas com vida são muito simples: *“Na maioria dos casos esta simplicidade mostra-se ela própria numa simplicidade geométrica e purismo, que tem as formas geométricas tangíveis”* (Alexander, 2002, p.226). No entanto, o simples, não significa o simplificado, como por vezes fazemos, quando aplicamos os modelos abstractos.

Esta qualidade vem antes duma síntese de quando tudo o que é desnecessário é removido. Todos os centros que não funcionam activamente para suportar outros são removidos. O que resta quando o desnecessário é afastado é uma estrutura num estado de calma interior.

Na natureza esta propriedade está sempre presente, uma vez que no fabrico das suas formas, segue as leis do menor esforço, da uniformidade, da mínima energia e do mínimo material. As formas da natureza todas têm esta propriedade. É típico das formas ajustadas, adequadas e adaptadas aos contextos em que estão inseridas. Esta é também uma característica fundamental da arquitectura popular.

4. Conclusão: Não separação

A última das propriedades enunciada por Alexander na sua obra *The Nature of the Order* é porventura a mais significativa e transversal e por isso é usada como conclusão deste trabalho. É designada por *não separação* porque experienciamos as formas enquanto partes dum todo e não separadas dele. A forma depende do contexto e este determina o seu conteúdo.

Corresponde ao facto de que não existe um isolamento perfeito de qualquer sistema e que todo o sistema é sempre parte de sistemas maiores, no mundo à sua volta e que está conectado a ele profundamente no seu comportamento.

O reconhecimento científico desta interconexão entre as coisas surge com a teoria quântica, que nos mostrou como do ponto de vista físico tudo está ligado e interconectado, de tal forma que não é possível decompor as coisas em partes. Apenas podemos mapear as relações. Embora ainda não existam bases científicas suficientes para traduzir este facto numa teoria geral, algumas teorias têm emergido nos últimos anos nas várias disciplinas e isso está a marcar profundamente a nossa forma de pensar. Nas palavras de Pierre Rosenstiehl: *“A nossa época será marcada pelo fenómeno rede”* (1988, p.228). A obra de Christopher Alexander é um grande contributo neste sentido para as disciplinas de arquitectura e do urbanismo, porque procura explicar o porquê de certas ordens complexas e escondidas, mas implícitas como a da arquitectura popular.

Bibliografia

- ASSOCIAÇÃO ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal*. 3.º Edição. Vol. 1, 2 e 3. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.
- ALEXANDER, Christopher - *The Nature of the Order. The Phenomenon of Life*. Book One, Berkley California: Center for Environment Structure, 2002. ISBN 0-9726529-1-4.
- CARVER JR, Norman – *Iberian Villages Portugal & Spain*. Michigan: Documan Press, 1983. ISBN 978-0932076038.
- CHING, Francis D. K. - *Arquitectura Forma Espaço Y Orden*. Barcelona: Ediciones Gustavo Gili. ISBN 9788425223440.
- GIRÃO, A. de Amorim – *Lições de Geografia Humana*. Coimbra: Coimbra Editora, 1936.
- GUERREIRO, Maria Rosália Palma – Interstícios Urbanos e o Conceito de Espaço Exterior Positivo, Fórum Sociológico, ISSN 2182-7427, n.º 18 (2008), pp: 13-19.
- GUERREIRO, Maria Rosália Palma – *Urbanismo Orgânico e a Ordem Implícita: Uma Leitura Através das Geometrias da Natureza*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa ISCTE, 2010, 247 f., Tese de Doutoramento.
- HAMILTON, Marylin – *Integral City Evolutionary Intelligences for the Human Hive*. Gabriola Island: New Society Publishers, 2008. ISBN 978-0-86571-629-2.
- LABORIT, Henry – *O Homem e a cidade*. Biblioteca Universitária, Lisboa: Publicações Europa América, 1971. ISBN 9789721031708.
- ROSENSTIEHL, Pierre – Rede. In Enciclopédia Einaudi, vol. 13, Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda. Vol. 13, p. 228-246.
- RUDOFISKY, Bernard – *Architecture without Architects A short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*. Albuquerque: University of New Mexico, 2003 [1964]. ISBN 0-8263-1004-4.
- SITTE, Camilo - *The Art of Building Cities: City Building According to Its Artistic Fundamentals*. Eastford: Martino Fine Books, 2013 [1889]. ISBN 978-1614275244.

A preservação de um “casarão popular” do século XIX: entre ideologias, interpretações e intervenções no Casarão Pau Preto, cidade de Indaiatuba, Brasil.

Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus
Fundação Pró-Memória de Indaiatuba
Universidade Católica de São Paulo, Brasil
superintendencia@promemoria.indaiatuba.sp.gov.br

Marcos Tognon
Universidade Estadual de Campinas, Brasil
I.P.R. (Inovação e Pesquisa para o Restauo) da Agência de Inovação da UNICAMP.
tognon@unicamp.br

Resumo

A nossa apresentação tem o intuito de discutir a questão do patrimônio cultural e suas relações com as políticas públicas de preservação e legitimação da memória, assim como as práticas de intervenção sobre bens de natureza vernacular. Para tanto apresentamos um estudo sobre o processo de tombamento de um bem edificado localizado na cidade Indaiatuba, interior do Estado de São Paulo, Brasil, construído entre 1810 e 1812, denominado Casarão Pau Preto. A partir de escritos de memorialistas locais e laudos técnicos de especialistas, buscou-se levantar algumas evidências da relação da conservação do imóvel com as políticas públicas de preservação patrimonial e com o empenho de construção de uma memória e legitimação da história da cidade, em torno da consagração de tal patrimônio histórico reconhecido pela população como um dos maiores marcos de identidade da “origem” deste núcleo urbano. Por fim, avaliamos os critérios de intervenção de reconstrução do Casarão então em ruína parcial no momento dessas iniciativas preservacionistas dos anos de 1980, configurando assim uma visualidade do bem edificado segundo consensos e valores ideológicos considerados legitimadores de todo o processo.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural Vernacular, Políticas Públicas, História do Restauo da Arquitetura Popular.

1. Introdução

Com este texto pretendemos discutir o processo de preservação e tombamento de um bem edificado no Brasil, localizado na cidade Indaiatuba, interior do Estado de São Paulo e sua relação com as políticas públicas nacionais de proteção do patrimônio histórico daquele momento, bem como as abordagens e intervenções, decorridas sobretudo de uma construção ideológica, sobre um conjunto construído com técnicas vernaculares.

O bem denominado Casarão Pau Preto, construído entre 1810 e 1812, na cidade de Indaiatuba, distante 90 quilômetros da cidade de São Paulo, foi casa paroquial e depois sede da fazenda que levava o mesmo nome. Do ponto de vista arquitetônico pode ser caracterizado por uma mistura de estilos e técnicas construtivas, como a taipa de mão, de pilão e “alvenaria Inglesa”¹.

Indaiatuba é hoje um abastado centro urbano e industrial da região metropolitana de Campinas, estado de São Paulo, no entanto suas origens retomam a segunda metade do século XVIII, como uma região de parada na estrada de Itu para Vila de São Carlos (Campinas), o que contribuiu que se tornasse um pequeno polo populacional, tornando-se, no começo do século XIX um pequeno bairro de Itu.

Nesses tempos Itu estava prestes a se tornar a “Vila mais rica de toda a província de São Paulo, destacando-se na importante participação política e na economia, em função dos negócios de exportação de açúcar para a Europa”². Localizada na região conhecida como o “quadrilátero do açúcar”, território entre Campinas, Sorocaba, Jundiá e Mogi Mirim, depois da metade do século XVIII passou a produzir açúcar em grande escala³.

Foi nesse contexto histórico que, em 1813 o bairro de Itu que era conhecido por Cocais, teve sua capela curada⁴ e, em 9 de dezembro de 1830, foi feita Freguesia por Decreto do Imperador, situação que possibilitou a nomeação de Juizes de Paz, bem como vereadores que serviriam na Câmara Municipal de Itu. Só em 24 de março de 1859, foi elevada à “Vila, isto é, categoria de ‘Município’, através da Lei n. 12 do Presidente da Província de São

¹ No levantamento técnico sobre a situação do Casarão do Pau Preto, elaborado em 6 de março de 2013, o Arquiteto Charles Fernandes, definiu desta forma a técnica “Alvenaria Inglesa” empregada no Casarão Pau Preto: “No começo do século XX (o Casarão Pau-Preto) recebeu uma edificação adjacente para beneficiamento de café, que acompanhou as tecnologias trazidas pela ferrovia, com alvenaria de tijolos aparentes de barro maciços e queimados, assentados por argamassa, tecnicamente chamada de **alvenaria inglesa**” (grifo nosso); in FERNANDES, Charles. *Levantamento técnico a respeito da atual situação do complexo histórico Casarão Pau Preto*. Indaiatuba: Fundação Pró-Memória, 2013.

² ALVES, Silvane Rodrigues Leite. *A instrução pública em Indaiatuba:1840-1930. Contribuição para a história da educação brasileira*. Campinas, 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, p. 12.

³ O “quadrilátero do açúcar” foi a denominação dada para região entre Piracicaba, Sorocaba, Jundiá e Mogi Guaçu que, depois da metade do século XVIII, entre o fim da extração do ouro nas Gerais e o começo da produção cafeeira no Rio de Janeiro e São Paulo, passou a produzir açúcar em grande escala, a ponto se tornar a principal base econômica do país na época. A produção açucareira, com sua lavoura de cana e seus engenhos foi a responsável por introduzir a plantação no planalto paulista. Ver PETRONE, Maria Thereza S. *A lavoura canavieira em São Paulo, expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 24-53, e, JÚNIOR, Alfredo Ellis. *A Economia Paulista no Século XVIII*. São Paulo: São Paulo: Academia Brasileira de Letras, 1979, p. 104.

⁴ Cf. CAMARGO, Ana Maria. Apresentação. In. Carvalho, Nilson Cardoso de. *A Paróquia de Nossa Senhora da Candelária*. Indaiatuba. Fundação Pró-Memória, 2004, p.37-38.

Paulo”, tendo sido “procedidas no dia 3 de julho as eleições de vereadores para a Câmara Municipal de Indaiatuba”⁵.

Foi nesse momento, que a produção açucareira começou a ser substituída no planalto paulista:

(...) 1846-1847 é, certamente, o ano mais importante, o ano decisivo para a cultura canavieira. Os agricultores do *hinterland* de Santos, a partir de então, resolvem abandonar o cultivo da cana-de-açúcar para se dedicarem ao café. O ‘quadrilátero do açúcar’ vai transformar-se em zona cafeeira. O café plantado em 1846-1847 produzirá, em 1850-1851, ano em que ultrapassa, em volume, a exportação de açúcar pela barreira de Cubatão. Estranha coincidência! No ano de maior exportação de açúcar também foram formados grandes cafezais, e daí a pouco produzirão tanto, que o açúcar passará para o segundo lugar nas exportações de Santos⁶.

No entanto, especificamente na região do “quadrilátero do açúcar” tal mudança ocorreu algumas décadas mais tarde, pois:

(...) a implantação da lavoura cafeeira ocorreu de forma desigual nas vilas do Oeste paulista, até a sexta década do século XIX. Enquanto declinava a produção de açúcar e o canavial cedia espaço ao cafezal em municípios como Campinas e Rio Claro, o número de engenhos e o conseqüente aumento da produção de açúcar ampliava-se em municípios como Itu, Piracicaba, Capivari e Mogi-Mirim⁷.

Desta forma, seguindo o modelo das demais cidades da região Indaiatuba direcionou sua produção para os campos de café nas três últimas décadas do XIX, o que fez com que os cafeicultores vissem nesse momento a necessidade de criar uma alternativa para escoar sua produção. Com tal intuito foi idealizada em 1870 a Cia Ytuana de Estradas de Ferro. A companhia originou-se de uma concessão outorgada em 1870, para se fazer a ligação entre Itu e a São Paulo Railway, em Jundiaí. Para tanto construiu-se vários ramais que foram responsáveis por boa parte da distribuição da produção cafeeira nas décadas de 1870 e 1880. As duas primeiras linhas construídas pela Companhia passavam por Indaiatuba: a Jundiaí-Pimenta (Indaiatuba), inaugurada em 1872 e a Pimenta-Itu, criada em 1873. Esta última “abriu o ramal de Piracicaba, partindo de Itaiçi”, atingindo, Capivari, a partir de 1875, Rio das

⁵ SAMPAIO, Scyllas Leite de, Sampaio, Caio da Costa. *Indaiatuba: sua história*. Indaiatuba: Rumograf, 1998, P. 44-51.

⁶ PETRONE, M.T., op. cit., p. 162.

⁷ MELO, José Evandro Vieira de. *Café com açúcar: a formação do mercado consumidor de açúcar em São Paulo e o nascimento da grande indústria açucareira paulista na segunda metade do século XIX*. In *Saeculum Revista de História*. João Pessoa/PB, n.14, Jan./ Jun. 2006, p 76.

Pedras em 1876 e Piracicaba em 1879”⁸. Especialistas no tema destacam a importância estratégica da Estação de Itaiçi em Indaiatuba, pois “era um ponto de parada de onde abria uma chave para o ramal de Piracicaba”, além de ser “um ponto de distribuição e de ligação entre o interior do Estado de São Paulo e suas regiões”, (...) como era “uma estação de união, ligava a região de Sorocaba a Campinas, Piracicaba e Jundiá, atualmente as maiores regiões do interior paulista”⁹.

Sendo assim, pode-se notar que Indaiatuba historicamente, desde o final do século XVIII sempre esteve numa região estratégica na província de São Paulo, panorama que colaborou para que ali se concentrasse uma parcela populacional significativa, foco de fixação e moradias. No entanto, a maior parte de tais testemunhos edificados da história da cidade se perdeu, perdurando alguns poucos remanescentes, entre eles o Casarão Pau Preto¹⁰. Tal situação lhe conferiu o “status” de uma das construções históricas mais reconhecidas pela comunidade local. Por isso, no começo dos anos 1980, liderado pelo jornalista Sérgio Squilanti iniciou-se um o movimento popular em prol da preservação bem, já que parte da Tulha, feita no final XIX de alvenaria inglesa para abrigar a máquina de beneficiar café, tinha sido derrubada em virtude da especulação imobiliária.



Figura 1. Vista da Fachada principal do Casarão Pau Preto e a Tulha, s.d., Arquivo Fundação Pró-Memória, Indaiatuba. Sem autoria.

⁸ ANUNZIATA, Henrique. Parecer Técnico HA-01/2003 *Relevância cultural e recomendação de tombamento e conservação a título permanente da Estação Itaiçi, Indaiatuba*, São Paulo. In. FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE INDAIATUBA. Processo de tombamento n.11/2012, p. 4. Processo de Tombamento de nove bens de valor histórico e arquitetônico da cidade de Indaiatuba. (Acervo Fundação Pró-Memória de Indaiatuba).

⁹ Idem, *ibidem*, p. 4 e 8.

¹⁰ PAIVA, C.L. Parecer Técnico CLP-26/2002. Relevância Cultural e recomendação de tombamento e conservação a título perene do “Casarão Pau Preto”. In. FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE INDAIATUBA. Processo de tombamento municipal n.05/2002 referente à preservação do Casarão Pau Preto de Indaiatuba localizado na Rua Pedro Gonçalves, n.477 (Quadra s/n, Lote s/n), Jardim Pau Preto, Indaiatuba, São Paulo, p. 6. (Acervo Fundação Pró-Memória de Indaiatuba).

A primeira mobilização popular ocorreu em 1982, organizando-se passeatas, reuniões, e protestos na imprensa - o que resultou no decreto 2.394 de 20 de abril de 1982, do prefeito Clain Ferrari, declarando o bem edificado como de Utilidade Pública, a fim de ser adquirido, mediante desapropriação e sua área de terreno de 9.810 metros quadrados, ser utilizada para “instalação de museu histórico, centro cultural e parque de lazer”¹¹. Entretanto, o mesmo Clain Ferrari revogou o decreto em 14 de dezembro de 1982, o que fez a comunidade continuar a se mobilizar, por meio de projeções de filmes, exposições e passeatas.



Figura 2. Manifestação da População de Indaiatuba em 1982, Arquivo Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, Foto de Silva e Pena, Álbum Fotográfico Digital.

Muito provavelmente em consequência de tal reivindicação popular, em 24 de fevereiro de 1983, o novo prefeito, José Carlos Tonin, pelo decreto número 2.615, novamente declarou a edificação de “Utilidade Pública” só que, nesse momento, a área considerada foi de 4500,9 metros quadrados.

Em 1984 o prefeito anunciou o início de uma recuperação do Casarão, que foi executada pelo Departamento de Obras da Prefeitura, com supervisão de uma comissão da comunidade nomeada pelo prefeito (“Comissão de Participação do Projeto Cultural do Casarão Pau Preto”), que contava com nomes como o do memorialista local Nilson Cardoso Carvalho, o fotógrafo Antônio da Cunha Penna, o Engenheiro José Carlos Bicudo, o advogado Fernando Stein, entre outros.

Recuperado, o Casarão foi simbolicamente entregue à população da cidade em 9 de dezembro de 1985, no dia de comemoração do aniversário de Indaiatuba, sendo tombado como Patrimônio Histórico do Município muito mais tarde, em dezembro de 2008 (Decreto Municipal 10108). No local hoje se concentra a sede do Museu Municipal e da Fundação Pró-Memória de Indaiatuba.

¹¹CARVALHO, Nilson Cardoso. **Arquitetura em Taipa - um dos últimos exemplares em Indaiatuba. Indaiatuba, datilografado, 1984, p. 11** (Acervo Fundação Pró-Memória de Indaiatuba).

O Laudo técnico que subsidiou a abertura do processo de tombamento se apoiou na argumentação de que as edificações do Casarão conservam características que a recomendam “(...) a título perene, a ser mantido como amostra significativa da evolução histórica de Indaiatuba. Suas características construtivas justificam a conservação como objeto de pesquisas de História da Técnica”¹².

No entanto, acredita-se que há outras questões que foram preponderantes para preservação da construção histórica que vai além da sua riqueza arquitetônica e dialoga com a construção da identidade dos moradores da cidade e com o desejo de um grupo consolidar uma memória e uma história específica para o município. Pretende-se, então, buscar entender como se deu a construção deste processo e qual a relação de tal operação com a sacralização do Casarão Pau Preto como um patrimônio de relevante valor histórico e principal “lugar da memória” da cidade de Indaiatuba.

2. Desenvolvimento

“Ora, a arquitetura popular apresenta em Portugal, a nossa ver, interesse maior que a ‘erudita’ – servindo-nos de expressão usada, na falta de outra, por Mario de Andrade, para distinguir da arte do povo, a ‘sabida’. E nas suas aldeias, no aspecto, no aspecto viril das suas construções rurais a um tempo rudes e acolhedoras, que as qualidades da raça se mostram melhor”¹³.

Dentre as várias iniciativas do movimento em prol da preservação do Casarão Pau Preto, pode-se destacar a estratégia de se forjar o fato de que a edificação fez parte do ciclo bandeirista¹⁴.

Tal ideia teve entre seus precursores o memorialista Nilson Cardoso Carvalho, que no propósito de apoiar o movimento de preservação do bem, produziu em 1984 o livreto, *Arquitetura de Taipa: um dos últimos exemplares em Indaiatuba*. Na obra ele partiu de uma aproximação um tanto artificial e comparou a planta da edificação de Indaiatuba com o modelo bandeirista proposto por Luis Saia.

É possível levantar a hipótese que as ligações afetivas do memorialista com a causa de preservação do bem o fez cometer alguns deslizes do ponto de vista da pesquisa histórica. Muito em virtude disso a sua prática investigativa se distanciou de uma operação historiográfica e, na maior parte das vezes, tomou os documentos como fontes objetivas do

¹² PAIVA, C.L., op. cit., p. 7.

¹³ Lúcio COSTA, *Documentação necessária*. In Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1, 1937, p. 31.

¹⁴ Sobre a definição histórico-econômica de “ciclo bandeirista” consagrada no debate historiográfico no Brasil citamos os clássicos: HOLLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Livraria José Olympo, 1959; FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1974; PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 4ª Edição, 1996;

passado, deixando, justamente, de levar em conta o que Michel de Certeau chamou de “não dito”, ou seja, as informações que estão nas entrelinhas de tais fontes¹⁵.

Tal prática é comumente encontrada nos escritos dos memorialistas, nas quais experiências pessoais se misturam às escritas do passado e emoções se confundem à interpretação literal das fontes, iniciativas que os levam a uma busca quase ingênua de uma suposta objetividade calcada não só nas fontes, mas também em fatos, datas e nomes, fugindo, assim, dos princípios fundamentais da historiografia no que se refere ao tratamento documental. Por outro lado, deve-se levar em conta, que mesmo com tais limitações, tais escritos se aproximam de narrativas históricas, pois ainda que contenham uma parcialidade interpretativa, não são totalmente formadas pela ficção, apresentam conexões com a memória, a partir das lembranças e da experiência vivida.

No entanto, diante de todas as situações que contribuíram para se cunhar um perfil arquitetônico artificial para o bem, talvez nenhuma tenha sido mais forte que o intuito de se alinhar ao discurso das políticas públicas de preservação patrimonial vigentes na época. Assim, pode-se afirmar que ao salientar o fato do Casarão ter sua planta semelhante ao estilo bandeirista e datar de um período próximo aos “últimos exemplares” consagrado por Luis Saia¹⁶. Nilson Carvalho buscou dar legitimidade ao bem a partir de um critério já oficializado pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), na época o principal órgão de preservação do país¹⁷.

A política preservação patrimonial brasileira se baseou, desde da criação do órgão, em 1937, em buscar objetivar o que era subjetivo, ou seja, criar um critério universal que definiria o que deveria ser tombado ou não, baseado em características arquitetônicas específicas dos bens edificados. Nesse sentido, o arquiteto Lucio Costa, chefe da Divisão de Estudos e Tombamentos (o principal departamento de ordem técnica do SPHAN), foi o principal responsável por concretizar tal proposta, sedimentando, também, na época, um modelo historiográfico para os estudos sobre a história da arquitetura brasileira. Marcelo Puppi salienta que o propósito principal de tal modelo se baseava no fato de levantar os equívocos e aprofundar estudos da casa colonial brasileira. Situação que o levou defender a tese de que qualquer estudo da arquitetura brasileira devia recuar até o século XVII para definir um parâmetro¹⁸.

Tal proposta se tornou marcante ao longo do tempo, a ponto de tomar conta do próprio imaginário nacional, haja visto que até hoje há uma nítida preferência em se preservar um

¹⁵ A historiadora Ana Maria Camargo (2004, p.12-13) escreveu, que ele “frequentou regularmente o Arquivo do Estado de São Paulo, transcrevendo todos documentos relacionados com Indaiatuba. Dos arquivos eclesiásticos das Cúrias Metropolitanas de São Paulo e de Campinas trouxe subsídios para o conhecimento não apenas da antiga paróquia de Nossa Senhora da Candelária, centro originário de Indaiatuba, mas também de inúmeros aspectos da vida comunitária da época, profundamente marcada pela presença da Igreja; cf. CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 67.

¹⁶ CARVALHO, Nilson Cardoso, op. cit., 1984, p. 7.

¹⁷ Para entender a trajetória do Iphan ver FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2005.

¹⁸ PUPPI, Marcelo. *Modernidade e Academia em Lucio Costa: Ensaio de Historiografia*. Revista de História da Arte e Arqueologia. Campinas. n.1, 1994, p. 124-144, e destacamos especialmente p. 125-128.

bem de estilo arquitetônico colonial. Situação que pode facilmente ser vista se examinarmos a lista dos bens edificados tombados pelo IPHAN¹⁹.

Desta forma, os critérios utilizados por Lucio Costa na Divisão de Estudos e Tombamentos do SPHAN, rapidamente ganharam ar de oficialidade, sendo apropriados nas diversas Delegacias Regionais no Brasil. Entre elas a de São Paulo, com Mário de Andrade e Luis Saia, local que encontrou terreno fértil, pois ia de encontro ao projeto político e ideológico cunhado pela elite paulista nos anos 1920, que aproveitou o momento de discussão acerca de projetos para nação, para tentar legitimar uma leitura própria do passado brasileiro, baseada no discurso que a história da nação era a história de São Paulo. Tal tese foi direcionada pela tentativa de forjar a identidade do povo paulista a partir da imagem do bandeirante e do mestiço²⁰.

Foi na concretização de tal discurso que se destacou a figura de Luis Saia, discípulo e herdeiro de Mário de Andrade, que passou a dirigir a regional de São Paulo em 1939 e seguiu no cargo até 1975, quando faleceu²¹. Ele foi o primeiro a estigmatizar os traços da arquitetura paulista a partir do estilo colonial que ele denominou “casa bandeirista” (termo criado por ele para casa rural paulista), dividindo seu estilo arquitetônico em duas vertentes, a pura e tardia, o que deixava evidente um juízo de valor em tal definição, pois julgava pura aquela construção que se aproximasse do estilo colonial luso brasileiro do século XVII e XVIII.

Segundo Lia Mayume a tese do “tipo arquitetônico puro”, juntamente com o desejo modernista de valorizar as raízes culturais paulistas miscigenadas, legitimou “restaurações de casas bandeiristas orientadas para a recuperação da imagem ‘pura’, autorizando a destruição de elementos arquitetônicos desconformes com o estilo arquitetônico” e removendo “dos exemplares, sempre que possível os traços da ‘decadência’ social, cultural e estilística”²².

A maior evidência de que a chamada “Academia SPHAN” solidificou suas propostas são os trabalhos da geração seguinte que pensou o patrimônio histórico, principalmente paulista, como por exemplo, os de Carlos Lemos e Ernani Silva Bruno. Ambos, mesmo com algumas considerações diferenciadas, conservaram boa parte das premissas da dita “Fase Heroica” do órgão²³, como a valorização da arquitetura colonial e a crença no diferencial paulista advindo da miscigenação, principalmente do branco com o indígena: “(...) entende-se por bandeirista a designação das atividades do mameluco em suas próprias plagas”²⁴. Da mesma forma, Julio Katinsky na sua *A Casa Bandeirista* (1979) designou o termo “tradição

¹⁹ Conferir o link, “Bens Tombados e Registrados” na página institucional do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17733&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional> Acesso em 14 nov.2014.

²⁰ RODRIGUES, Marly. *Imagens do Passado – a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987*. São Paulo: Editora UNESP/IMESP/CONDEPHAAT, 2000, p. 21-22; o maior exemplo dessa proposta é a montagem histórica do Museu Paulista feita por Affonso d’Escragnolle Taunay a partir de 1917, na qual de um Museu de História Natural foi transformado num local de consagração de uma interpretação ilustrada da nação à paulista, cf. BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Editora Unesp/Museu Paulista, 2005, p. 118-119.

²¹ MAYUMI, Lia. *Taipa, canela-preta e concreto: estudo sobre o restauro de casas bandeiristas*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 16.

²² MAYUME, L. op. cit., p. 16 e 15-18.

²³ Cf. FONSECA, Maria Cecília Londres, op. cit., p. 81-130.

²⁴ LEMOS, Carlo A. C. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 12.

bandeirista” que abarcou “também as edificações de inspiração bandeirista construídas a partir da metade do século XVIII”²⁵, e, não somente as ditas edificações “puras” privilegiadas por Saia, mais próximas do século XVII. Por isso, ao rol das 16 Casas Bandeiristas proposta por Saia, Katinsky adicionou mais treze que correspondiam à “tradição bandeirista”, abrindo caminho, assim, para toda aproximação e apropriação que se podia ser feita de tal modelo, situação que daria legitimidade para o processo de preservação e restauração de qualquer bem que pudesse dialogar, de alguma forma, com esse perfil arquitetônico.

Por isso, a ideia de um programa de “tradição bandeirista” tornou-se um relevante argumento para aqueles que defendiam o estilo colonial como principal representante da arquitetura de São Paulo, ainda mais se pensarmos que, na realidade, a maioria das cidades paulistas, foi “fundada ou profundamente reconstruída entre o século XIX e XX”, sobrando muito pouco da arquitetura essencialmente colonial no Estado²⁶. Assim, para se encaixar no modelo excludente das políticas públicas estatais que privilegiavam o bem arquitetônico colonial, a saída era exatamente cunhar a ideia do estilo arquitetônico de tradição bandeirista, que se estenderia para um bem edificado que ia além, temporal e geograficamente, “do cinturão caipira de chácaras ao redor de São Paulo, e seguia no vale do rio Tietê na rota dos desbravadores e colonizadores”²⁷.

A luta pela preservação do Casarão Pau Preto se apoiou em tal discurso, abarcado pela a hipótese que suas características coloniais seriam o motivo para que fosse preservado e outras edificações históricas da cidade não. Situação que nos possibilita afirmar que não foi descabida, do ponto de vista político, a estratégia utilizada por Nilson Carvalho de adequar a sua proposta de preservação àquela vigente na época e praticadas por órgãos oficiais, ou seja, valorizar a preservação das moradas de tradição colonial, especificamente bandeirista, nem que para isso tivesse que abrir mão de um estilo peculiar da edificação, que tinha como sua marca a representação de, pelo menos, mais de um estilo arquitetônico²⁸. Situação que, obviamente, não reduzia as qualidades do Casarão Preto à tradição colonial bandeirista.

O interessante é notar que tal estratégia, no mínimo ambígua do ponto de vista arquitetônico e histórico, deu certo, e a maior evidência disso é o parecer técnico de tombamento do Casarão (CLP-26/2002), feito 18 anos depois, por Celso Lago Paiva. Mesmo tendo chamado a atenção para as evidências da mistura de técnicas construtivas e para os diferentes estilos arquitetônicos presentes no bem edificado, (situação que, para ele, inclusive possibilitaria ‘inserir a cidade de Indaiatuba no circuito das cidades históricas e turísticas), o técnico se aproximou do discurso de Nilson Carvalho para concluir que a preservação do imóvel se justifica, dentre outros apontamentos, pelo fato de filiar-se “ao partido colonial, que caracteriza as mais antigas edificações de uso civil na região paulista dos séculos XVIII e XIX”²⁹.

²⁵ ZANETTINI, Paulo E. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirista*. Tese (Doutorado em Arqueologia) MAE/USP, São Paulo, 2005, p. 74.

²⁶ MARINS, Paulo César Garcez. *A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária*. In. In. SETÚBAL, Maria Alice (coord.). *Terra Paulista: histórias, arte e costumes. Modos de vida dos paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos*. São Paulo: CENPEC/IMESP, 2008, p. 151 b.

²⁷ ZANETTINI, Paulo E., op. cit., p. 74.

²⁸ PAIVA, C.L., op. cit., p. 7.

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 5-6.

O posicionamento técnico de Celso Lago Paiva é um tanto contraditório, pois tem o cuidado de não mencionar o termo “bandeirista”, pois sabia que seria inapropriado para tal edificação, mas nem por isso deixou de definir o Casarão Pau Preto a partir do estilo “colonial do século XVIII”³⁰. Na verdade, tal ambiguidade deixa patente o interesse em legitimar a relevância histórica da edificação a partir dos critérios privilegiados pelos órgãos de proteção nacional e apropriados por Nilson Carvalho.

Tal hipótese ganha maior credibilidade se atentarmos para os demais laudos técnicos feito de bens considerados por Paiva passíveis de preservação. No laudo de outro bem edificado que posteriormente foi tombado em Indaiatuba, a Fazenda Engenho D’Água, mesmo depois de descrever algumas características que a distanciam do estilo bandeirista ele apresenta uma saída para aproximar a edificação do clássico partido colonial das moradas paulistas: “As características primitivas dessa construção (datada por mim de 1755 +/- 15 anos) prevalecem, fazendo dela exemplar conservador, **quase bandeirista** no sentido atribuído por Katinsky”³¹. Em outro parecer técnico desta vez de uma edificação contemporânea do Casarão Pau Preto, a “Casa Número Um”³², nota-se que o técnico, mesmo conhecendo as singularidades da casa bandeirista, em alguns momentos, também reduz a arquitetura colonial a tal terminologia consagrada por Saia. Segundo suas palavras a Casa Número Um, “de características semelhantes ao Casarão, se particulariza por filiar-se ao partido bandeirista, que caracteriza as mais antigas edificações de uso civil na região paulista do século XIX”. Uma conclusão um tanto equivocada, no nosso ponto de vista, ainda mais se levarmos em conta um outro laudo pericial a respeito do mesmo bem:

O interesse pela preservação da Casa Número 1 recorre não somente no seu aspecto exemplar ainda hoje de uma residência típica da ocupação urbana do estado de São Paulo, desde o início do século XIX, quando as casas localizadas próximas à matriz, em várias cidades (Itu, Sorocaba, Campinas, mas também Amparo, sem esquecer inúmeros exemplos no Vale do Paraíba como em São Luiz do Paraitinga) possuíam as seguintes características: a) Ocupação frontal e lateral do terreno em relação ao lote e ao calçamento; b) Pequena elevação do pavimento da casa em relação à rua, com

³⁰ Idem, *ibidem*, loc. cit.

³¹ PAIVA, Celso Lago. Parecer Técnico CLP-15/2002. Relevância Cultural e recomendação de tombamento e conservação a título perene da antiga sede da Fazenda Engenho –d’Água. FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE INDAIATUBA. Processo de tombamento n.01/2002 do imóvel antiga sede da Fazenda Engenho –d’Água, localizada na rua Zephiro Puccineli, quadra 38/39, lote s/n, Jardim morada do Sol, Indaiatuba, São Paulo. (Acervo Fundação Pró-Memória de Indaiatuba); no título de um artigo escrito por Paiva em 1998 a respeito da Fazenda, ele deixa claro, não só sua aproximação com o discurso legitimador do modelo colonial, como também, o seu conhecimento a respeito da diferença entre o termo bandeirista e tradição bandeirista: “Engenho d’Água: uma casa de Tradição Bandeirista em Indaiatuba, Estado de São Paulo”.

³² PAIVA, Celso Lago. Parecer Técnico CLP-22/2002. Relevância Cultural e recomendação de tombamento e conservação a título perene da Casa Número Um. In. FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE INDAIATUBA. Processo de tombamento municipal n.02/2002 referente à preservação da Casa Número Um, localizada na Rua Candelária n.459 (quadra s/n, lote s/n) Centro, Indaiatuba, São Paulo. (Acervo Fundação Pró-Memória de Indaiatuba); nesse estudo, o autor data a construção da “Casa Número Um” próximo a 1830, afirmando que é a “segunda mais antiga edificação residencial urbana sobrevivente em Indaiatuba, sendo posterior apenas ao chamado Casarão Pau Preto”.

introdução de grande porta monumental por quase toda a extensão do pé direito do vestíbulo de entrada; c) Distribuição dos ambientes em três “lanços” distribuídos da rua para os fundos, sendo sala e quarto principais (primeiro lanço); alcovas e depósitos (segundo lanço) e cozinha e dispensas (terceiro lanço); d) Telhado com cumeeira principal e alinhada, paralelamente, à rua do ingresso; e) Utilização de técnicas construtivas leves, como a taipa de mão, para a configuração das divisórias e paredes frontais; f) Estabelecimento de um quintal no restante posterior de serviços, geralmente delimitado por alvenarias pesadas, como a taipa de pilão, para distinção do lote em relação aos vizinhos; neste quintal se instalavam “casinhas” sanitárias, a criação de víveres, a cozinha suja em uma edícula precária, o pequeno jardim com pomar g) Os caixilhos são ainda de manufatura elementar de carpintaria, mas as janelas já apresentam folhas de vedação e em breve futuro, ainda no século XIX, serão instaladas guilhotinas com requadros de vidros. Todas essas características construtivas, formais, morfológicas e espaciais estão presentes na Casa Número 1, definitivamente um exemplo do modo de morar dos habitantes de Indaiatuba que superava o modelo, limitado, das construções rurais paulistas do século XVIII³³. (TOGNON, 2015, p. 9)

Assim, não é descabido afirmar que Celso Lago Paiva amparou seu argumento na tese de Katinsky de “herança bandeirista” para tentar encaixar a Casa Número 1, a Fazenda Engenho d’Água, o Casarão Pau Preto em tal proposta, pois acreditava que dessa forma poderia ter uma maior probabilidade de sucesso na preservação de tais bens. Mas, ao mesmo tempo que a definição alargava o espectro das casas bandeiristas, ainda, se apoiava na tríade capela-varanda-quarto de hóspedes³⁴, atributos que, de acordo com o próprio Paiva, não se encaixava ao estilo do Casarão: “As características primitivas dessa construção (datada por mim de 1820 +/- 10 anos) prevalecem, fazendo dela exemplar conservador, ainda que nada dela corresponde à faixa posterior de cômodos, com sua varanda típica”. Situação que à primeira vista dificultaria rotular o estilo da edificação como “essencialmente colonial paulista”, mas não para Paiva, que de forma surpreendente completava o raciocínio, afirmando, que esse “despojamento formal da edificação reflete a sobriedade da vida dos proprietários rurais do período colonial paulista”³⁵.

Desta forma, bandeirista, tradição bandeirista, morada rural ou urbana, pouco importava a delicada, mas relevante diferença entre os termos; o importante seria enfatizar um suposto “estilo arquitetônico colonial” anterior ao da era do café, que não por acaso era o privilegiado nas políticas de preservação do país. O que corrobora com a hipótese de que essa aproximação forçada fez parte de uma estratégia de discurso construída e utilizada tanto no

³³ TOGNON, Marcos. Laudo Técnico Pericial 075/2015 – “Casa n. 1 em Indaiatuba”. Campinas, 2015, p. 8-9. (Acervo Fundação Pró-Memória de Indaiatuba).

³⁴ ZANETTINI, P., op. cit., p. 84.

³⁵ PAIVA, Celso Lago, Parecer Técnico CLP-26/2002, op. cit., p. 8.

laudo do Casarão, como por Nilson Carvalho no seu livreto, para legitimar a proposta de preservação do bem³⁶.

Todo esse esforço de adequação a um modelo aceito nas políticas oficiais de preservação do patrimônio cultural edificado, não pôde esconder a artificialidade de tal aproximação, que fica clara se atentarmos para os escritos do próprio Luis Saia, a partir dos quais nota-se claramente a desconformidade entre o estilo arquitetônico da Casa bandeirista e do Casarão Pau Preto. Ao começar pela localização temporal de edificações bandeirista que para Saia se estendia ao XVIII e não ao XIX, como assevera Nilson. Ele chega até mencionar as casas do século XIX, mas como uma herança dos mineiros, que

(...) já liquidada a exploração do ouro de lavagem, iniciaram um movimento para São Paulo, trazendo consigo as características das construções montanhesas (...). Nada comparável, entretanto, que pudesse indicar uma base sólida para a organização da coletividade paulista (...) E, nada, portanto equiparável ao que ocorrera no período bandeirista (1611-1727)³⁷.

Além disso, para ele as taipas do XIX não tinham os mesmos cuidados que as dos séculos XVII e XVIII:

A taipa das construções do século seguinte não só apresenta os mesmos cuidados, como pelo contrário indica descuido na fatura propriamente dita e ainda no uso de quadro desse processo de edificar. Deve-se, realmente, supor que as condições desfavoráveis de economia e mobilidade demográfica, que afligiram os séculos XVIII e XIX, vieram criar circunstâncias prejudiciais ao aprendizado das técnicas correntes³⁸.

Saia também repudiava as comparações entre plantas como fizera Nilson Cardoso:

Cumprir ter em vista que a análise deste tipo de residência não se deve prender unicamente à planta; para considerar mais completamente o funcionamento, a importância especial em mesmo a concepção do conjunto, torna-se preciso estudar a aplicação desse esquema em três dimensões³⁹.

Mesmo que despidas de qualquer má intenção, tais aproximações nos soam como uma tentativa forçada de encaixar a linguagem arquitetônica de toda construção histórica nos

³⁶ Ver ANDRADE, Francisco de Carvalho dias; COSTA, Eduardo. *Arquitetura Bandeirista na Serra do Itapeti*: Um caso interessante para o estudo da arquitetura colonial paulista. In. VII Encontro de História da Arte da Unicamp. 2011. Campinas. Anais do VII Encontro de História da Arte da Unicamp. 2011. p. 192-199.

³⁷ SAIA, Luis. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 47.

³⁸ Idem, ibidem, p. 85.

³⁹ Idem, ibidem, p. 71.

parâmetros das características coloniais bandeiristas. Nesse caso deve-se concordar com Paulo César Garcez Marins que deixa claro que, as tentativas de adequar as moradas erguidas a partir da metade do século XVIII ao bandeirismo, é um sério caso de anacronismo, “já que a maior parte delas estava ligada à produção de açúcar ou às repercussões do tropeirismo e não mais às expedições sertanistas”⁴⁰.

Mas no Casarão de Indaiatuba, como em outros bens de diferentes regiões do Estado tal adequação não ocorreu somente por meio do discurso, mas também da prática. A maior prova disso é que a primeira obra de “restauro” do bem, em 1984, houve a preocupação em substituir janelas com vidraças, características do século XIX, por janelas protegidas por grades de seção retangular, particularidades das mais antigas moradas paulistas⁴¹.



Figura 3. Interior do Casarão Pau Preto, estruturas em Taipa de Mão, Áreas com remoção do preenchimento argiloso original, Arquivo Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, Foto de Silva e Pena, Álbum Fotográfico Digital, c. 1983.

Tal estratégia utilizada por Nilson Carvalho para buscar a preservação do Casarão revela que não há como se pensar num pesquisador, seja acadêmico ou memorialista, fora do seu lugar social e de seu tempo histórico como infere Certeau⁴², pois, especificamente nesse caso, estava pautado por uma prática e um discurso legitimador de que qualquer preservação deveria seguir os ideais abarcados na arquitetura colonial, produto da mestiçagem, que em São Paulo se configurou nas casas bandeirista, edificadas pelas mãos mamelucas. Nem que para isso precisasse fazer desaparecer seus diversos traços arquitetônicos originais.

Não se pode negar que graças a essa perspicácia, muito mais política do que técnica, legitimada pelos laudos, que Nilson Carvalho e seu grupo ganharam a luta pela preservação do bem. No entanto, deve-se salientar que não foi apenas esse discurso que contribuiu para o sucesso de tal empreitada.

⁴⁰ MARINS, Paulo C. G., op. cit., p.112.

⁴¹ Cf. MARINS, Paulo C.G., op. cit., p. 117.

⁴² CERTEAU, M., op. cit., p. 66.

3. Conclusão



Figura 3. Interior do Casarão Pau Preto, estruturas novas em alvenaria, Arquivo Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, Foto de Silva e Pena, Álbum Fotográfico Digital, c. 1983.

Os critérios de intervenção para restituir a “originalidade” do Casarão Pau Preto em 1982-1984 seguiram evidentemente os preceitos dominantes dos órgãos de preservação atuantes em São Paulo⁴³: quando a técnica construtiva vernacular se encontrava deteriorada a solução era imediatamente a sua demolição e substituição por métodos construtivos modernos (alvenarias de tijolos ou mesmo concreto). Mas ao final, a visibilidade completa do bem recorria aos velhos valores do patrimônio colonial e imperial, como a pintura a cal, a irregularidade dos rebocos, a rusticidade de janelas e portas novas, mas manufaturadas como se fossem recentemente extraídas de troncos da mata Atlântica, pintadas com tinta moderna, em um padrão bicromático legitimador (branco e azul) de todos os bens de um passado nacional homogêneo.

A arquitetura popular no Brasil ganhará novas interpretações e, assim, novas razões para a sua preservação quando, de fato, entrarmos profundamente no mérito das condições sociais e técnicas que caracterizaram as suas diversas e difusas manifestações.

4. Bibliografia

- FERNANDES, Charles. **Levantamento técnico a respeito da atual situação do complexo histórico Casarão Pau Preto.** Indaiatuba: Fundação Pró-Memória, 2013.
- ALVES, Silvane Rodrigues Leite. **A instrução pública em Indaiatuba:1840-1930.** Campinas, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 2007. Dissertação de Mestrado

⁴³ Ver sobretudo Lia MAYUMI (2008) e Cristina GOLÇALVES (2007).

PETRONE, Maria Thereza S. **A lavoura canavieira em São Paulo, expansão e declínio (1765-1851)**. 1ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968. ISBN 978-85-912876-0-4

JÚNIOR, Alfredo Ellis. **A Economia Paulista no Século XVIII**. 1ªed. São Paulo: Academia Brasileira de Letras, 1979. ISBN 9788564537002

CAMARGO, Ana Maria. Apresentação. **A Paróquia de Nossa Senhora da Candelária In.** Indaiatuba. Fundação Pró-Memória, 2004. ISBN 85-7582-10, p.37-38.

SAMPAIO, Scyllas Leite de, Sampaio, Caio da Costa. **Indaiatuba: sua história**. 1ª ed. Indaiatuba: Rumograf, 1998. ISBN 978-85-98754-02-4

MELO, José Evando Vieira de. Saeculum Revista de História. ISSN 0104-8929. 14vol, 2006, p 76.

ANUNZIATA, Henrique - **Parecer Técnico HA-01/2003: Relevância cultural e recomendação de tombamento e conservação a título permanente da Estação Itaiçi**. Indaiatuba, São Paulo: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2003.

PAIVA, C.L. **Parecer Técnico CLP-26/2002: Relevância Cultural e recomendação de tombamento e conservação a título perene do “Casarão Pau Preto”**. Indaiatuba, São Paulo: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2002

PAIVA, Celso Lago. **Parecer Técnico CLP-15/2002: Relevância Cultural e recomendação de tombamento e conservação a título perene da antiga sede da Fazenda Engenho – d’Água**. Indaiatuba, São Paulo: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2002

PAIVA, Celso Lago. **Parecer Técnico CLP-22/2002: Relevância Cultural e recomendação de tombamento e conservação a título perene da Casa Número Um**. Indaiatuba, São Paulo: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2002

ANDRADE, Francisco de Carvalho dias; COSTA, Eduardo. Arquitetura Bandeirista na Serra do Itapeti: Um caso interessante para o estudo da arquitetura colonial paulista. **VII Encontro de História da Arte da Unicamp In.** Campinas: UNICAMP, 2011. ISBN 9788586572487, p. 192

CARVALHO, Nilson Cardoso. **Arquitetura em Taipa - um dos últimos exemplares em Indaiatuba. Indaiatuba, datilografado, 1984, p. 7 e 11** (Acervo Fundação Pró-Memória de Indaiatuba). Disponível em www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/arquitetura_em_taipa.pdf

Lúcio COSTA, **Documentação necessária**. In Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937. Disponível em <http://www.arqpop.arq.ufba.br/node/149> ISBN 978-85-288-0286-3

HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. **Visão do Paraíso**. 1ª ed. São Paulo: Livraria José Olympo, 1959. ISBN 85-//1-13109-4

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. ISBN 8535909524

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. ISBN 851135008

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996. ISBN 9788530935733

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. ISBN9788530935733

- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2005. ISBN 8571081492
- PUPPI, Marcelo. Modernidade e Academia em Lucio Costa: Ensaio de Historiografia. Revista de História da Arte e Arqueologia. ISSN 8571131236. Vol. 1, nº 1 (1994) p. 124-144. IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: SID [Consult. 14 Nov. 2014] Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>
- RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado – a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP/IMESP/CONDEPHAAT, 2000. ISBN 9788571393325
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp/Museu Paulista, 2005. ISBN 9788571395886
- MAYUMI, Lia. **Taipa, canela-preta e concreto: estudo sobre o restauro de casas bandeiristas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Tese doutoramento
- LEMOS, Carlo A. C. **Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 1999. ISBN 9788331404719
- ZANETTINI, Paulo E. **Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirista**. São Paulo: MAE/USP, 2005. Tese doutoramento
- MARINS, Paulo César Garcez. **Terra Paulista: histórias, arte e costumes. Modos de vida dos paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos**. 1ª ed. São Paulo: CENPEC/IMESP, 2008. Disponível em <http://www.terrapaulista.org.br/novo/costumes/alimentacao/saibamais.asp>. ISBN: 85-7060-279-0, p. 151
- TOGNON, Marcos. **Laudo Técnico Pericial 075/2015 – “Casa n. 1 em Indaiatuba”**. Campinas, 2015, p. 8-9. (Acervo Fundação Pró-Memória de Indaiatuba).
- SAIA, Luis. **Morada Paulista**. 3ªed. São Paulo: Perspectiva, 1972. ISBN 9788527306058

Guadiana, Barrera tipológica. Un estudio comparativo de las tipologías de casa popular en el Sur Oeste de la Península Ibérica.

Vidal Gómez Martínez,
Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Grupo de Investigación HUM 700. Universidad de Sevilla.

María Teresa Pérez Cano,
Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Grupo de Investigación HUM 700. Universidad de Sevilla.

Blanca Del Espino Hidalgo,
Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Grupo de Investigación HUM 700. Universidad de Sevilla.

Resumen

El trabajo es un estudio comparativo de las tipologías de casa popular en el sur oeste de la Península Ibérica, tomando como referencias principales el caso de Mértola (Portugal) y diversos municipios de las provincias de Huelva y Sevilla (España). Desde un punto de partida común: la casa almohade, se detecta una divergencia clara durante la Edad Moderna. Si esta casa almohade se caracterizaba por un patio central como núcleo vertebrador, las tipologías posteriores son claramente diversas a ambos lados del Guadiana. En el Alentejo y Algarve portugueses hay una respuesta compacta y continua, mientras que en Andalucía Occidental se caracteriza por la concavidad y la discontinuidad. En ambos casos, la ocupación de la parcela es extensiva. Se profundiza en el factor cultural como principal condicionante de las tipologías de arquitectura popular residencial.

Palabras-clave: Casa-popular-tradicional-Alentejo-Andalucía

Introducción

La proximidad física actual en el tiempo y en el espacio, de dos territorios separados por el río Guadiana, han producido un modelo de asentamiento y unas formas de habitar la casa doméstica, que tuvieron un nexo originario común, pero que a partir de cierto momento han evolucionado de forma diferente.

Los objetivos fundamentales que se pretenden alcanzar son los siguientes:

- Valorar las similitudes y diferencias entre las tipologías tradicionales de la casa popular en el sureste de Portugal y suroeste de España.
- Indagar en los orígenes comunes de ambas tipologías y profundizar en la búsqueda del punto de divergencia cultural entre el desarrollo a ambos lados de la frontera.

La investigación se ha realizado principalmente a partir de la consulta bibliográfica y el trabajo de campo, mediante la visita de inmuebles. Se han llevado a cabo labores de documentación en las Universidades de Lisboa, Faro, Huelva y Sevilla, así como en el Campo Arqueológico de Mértola¹.

1. Alcance de las tipologías en la Arquitectura Popular

Los tipos de vivienda popular no responden a un marco geográfico claro sino que, por el contrario, se extienden por un territorio amplio y se fusionan con las tipologías de áreas limítrofes dentro de su ámbito cultural.

El estudio de la arquitectura popular en España tiene dos importantes referentes en las publicaciones especializadas en las obras de Carlos Flores y Luis Feduchi, “Arquitectura Popular Española”² e “Itinerarios de Arquitectura Popular Española”³, respectivamente. Ambas comparten una clara relación en el concepto y la forma con la que se considera la gran obra de recopilación sobre arquitectura vernácula portuguesa, “Arquitectura Popular em Portugal”⁴. Realizada a partir de la iniciativa “Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal” por el Sindicato Nacional dos Arquitectos, cuenta con un amplio elenco de profesionales encabezados por José Huertas Lobo y Francisco Keil do Amaral.

Lo que actualmente entendemos como cultura europea no es sino una amalgama de experiencias confluyentes y lo que hoy se lee en clave de límites internos, han sido hasta fechas muy recientes fronteras internacionales. En el suroeste de la Península Ibérica, el

¹ El presente artículo muestra parcialmente los resultados de una parte de los trabajos desarrollados dentro del proceso de elaboración de la Tesis Doctoral del primero de los autores –bajo la dirección de las dos segundas- y, más concretamente, es consecuencia de la estancia de investigación llevada a cabo en el Campo Arqueológico de Mértola durante el verano de 2016, centrada en el estudio de su vivienda popular tradicional.

² Flores, Carlos – **Arquitectura popular española**. Madrid: Aguilar, 1973. ISBN 84-0380-004-5

³ Feduchi, Luis; Borrego, Fernando; Temprano, Jesús – **Itinerarios de arquitectura popular española**. Barcelona: Editorial Blume, 1978. ISBN 84-7031-201-4.

⁴ [Org.] Associação dos Arquitectos Portugueses – **Arquitectura Popular em Portugal**. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980. ISBN no disponible.

Guadiana, además de como frontera natural entre España y Portugal, se erige como una barrera que las tipologías de la arquitectura popular respetan rigurosamente.

En el contexto de la casa popular tradicional como elemento vertebrador de los núcleos urbanos, así como soporte de la vida de las clases trabajadoras a lo largo de la Edad Moderna en las ciudades medias y pequeñas de Andalucía Occidental, no se pueden obviar las experiencias de nuestros vecinos más próximos. En concreto, destaca la experiencia excepcional de estudio, conservación y difusión de la casa tradicional en la Villa de Mértola. Los trabajos desarrollados por el Campo Arqueológico de Mértola desde los años 70, tanto en el ámbito del patrimonio cultural en general como en el de la arquitectura popular en particular, han cristalizado en la publicación y exposición “Mértola. A arquitectura da vila e do termo”⁵.

2. La Casa Almohade

Entre los años 1.147 y 1.148, los almohades desembarcan desde el norte de África y toman las principales ciudades y territorios del suroeste de la Península Ibérica, entre ellos Jerez, Mértola, Niebla y Sevilla⁶. El fugaz dominio de los almohades, que comienza su deterioro definitivo con la derrota de Las Navas de Tolosa en 1.212, tiene una fuerte repercusión en las ciudades, tanto a escala urbana, como en los edificios de ámbito público y privado. Este periodo se caracteriza por un regreso a las costumbres islámicas que se habían relajado durante el periodo almorávide.

A escala doméstica, esto se traduce en el desarrollo de una vida introspectiva que se refleja en una tipología clarísima de casa almohade que se extenderá a lo largo de estos dos siglos de dominación por todo el sur peninsular, desde el Algarve portugués hasta el Levante español, y que albergará desde las clases más modestas hasta los profesionales al servicio de la élite.

Se trata de una casa con marcado carácter mediterráneo, organizada en torno a un patio central al que abren las estancias y al que se accede desde la calle a través del zaguán, normalmente dispuesto en recodo para garantizar la privacidad interior⁷. El tamaño de la casa y el número de salas, acompaña a la posición social de su propietario, situándose entre los 50 y los 150 m².

Esta descripción es tan válida para las casas localizadas en la alcazaba de Mértola⁸, como para las excavadas en Saltés⁹ (Huelva) o Siyāsa¹⁰ (Cieza, Murcia) y que se recogen en

⁵ La exposición cuenta con un amplio catálogo coordinado por Miguel Reimão Costa y con diversos trabajos relacionados en la bibliografía.

⁶ Kennedy, Hugh - **Muslim Spain and Portugal: a political history of al-Andalus**. Londres: Longman, 1996. ISBN 9780582495159.

⁷ Palazón, Julio Navarro; Castillo, Pedro Jiménez – Casas y palacios de Al-Ándalus. Siglos XII-XIII. In. **Casas y Palacios de Al-Ándalus**. Barcelona: Lunverg Editores, 1995. ISBN 84-778-342-1. P. 17-32.

⁸ Macías, Santiago; Torres, Claudio – El Barrio almohade de la alcazaba de Mértola: el espacio cocina. In. **Casas y Palacios de Al-Ándalus**. Op. cit.. P. 165-176.

⁹ Bazzana, André - Urbanismo e hidráulica (urbana y doméstica) en la ciudad almohade de Saltés (Huelva). In. **Casas y Palacios de Al-Ándalus**. Op. cit. P. 139-156.

¹⁰ Palazón, Julio Navarro; Castillo, Pedro Jiménez – La decoración almohade en la arquitectura doméstica: la casa almohade nº 10 de Siyāsa. In. **Casas y Palacios de Al-Ándalus**. Op. cit. P. 117-138.

el catálogo de la exposición “Casas y Palacios de Al-Andalus. Siglos XII y XIII” llevada a cabo por El Legado Andalusi en Murcia en 1995 [fig. 1, fig. 2 y fig. 3 respectivamente].

La continuidad territorial y social de esta tipología se diluye con el ocaso del Imperio Almohade. A partir de este momento, con la conquista cristiana y el establecimiento de los reinos de Portugal y Castilla, la casa popular comienza a divergir claramente a ambos lados del Guadiana.

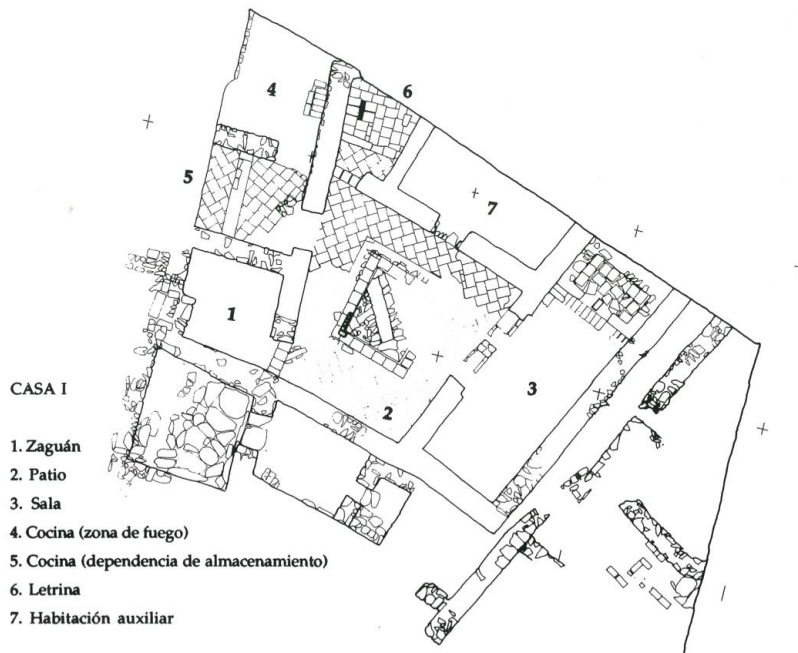


Figura 1 - Planta de la casa I. Barrio almohade de Alcazaba, Mértola. Macías, Santiago; Torres, Claudio – El Barrio almohade de la alcazaba de Mértola: el espacio cocina. In. **Casas y Palacios de Al-Ándalus**. Op. cit. P. 173.

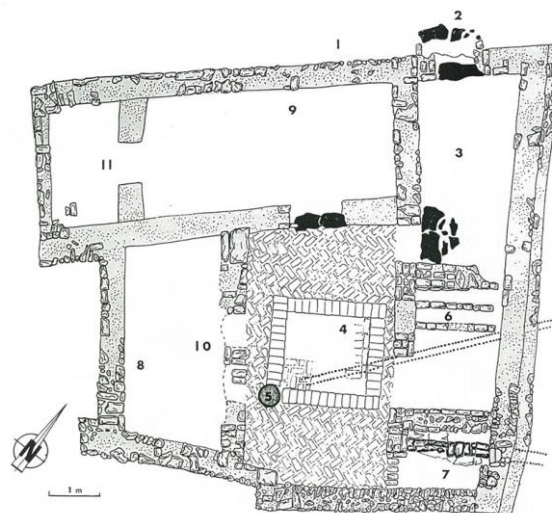


Figura 2 – Planta de la casa 1 B. Saltés. Bazzana, André - Urbanismo e hidráulica (urbana y doméstica) en la ciudad almohade de Saltés (Huelva). In. **Casas y Palacios de Al-Ándalus**. Op. cit. P. 146.

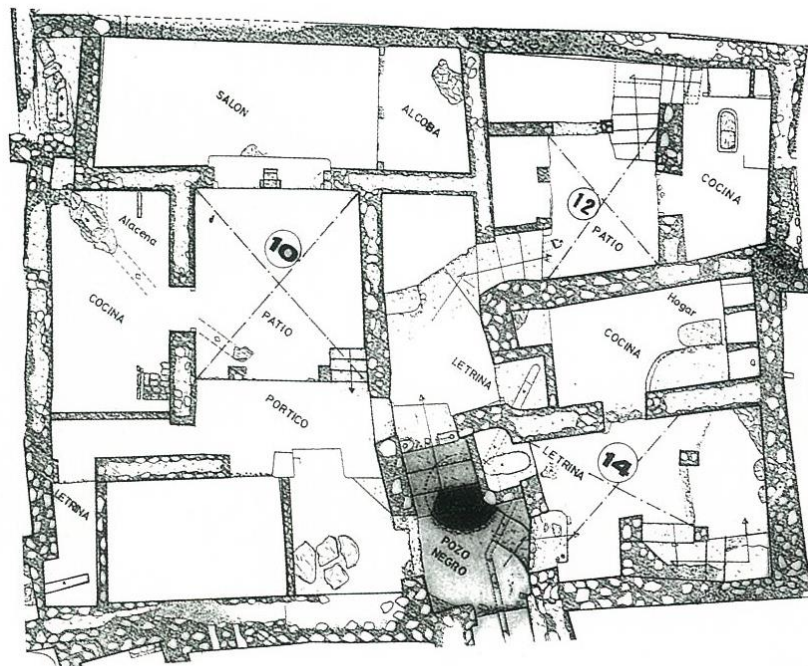


Figura 3 – Plantas de las casas 10, 12 y 14 Siyãsa. Palazón, Julio Navarro; Castillo, Pedro Jiménez – La decoración almohade en la arquitectura doméstica: la casa almohade nº 10 de Siyãsa. In. **Casas y Palacios de Al-Ándalus**. Op. cit. P. 120.

3. Divergencias

A partir del siglo XIV, las tipologías populares toman rumbos distintos, respondiendo a diferentes aspectos socioculturales. Las divergencias tipológicas son claras y las formales son evidentes -aunque no forman parte del presente trabajo, que se centra en la tipología entendida como esquema de generación y funcionamiento arquitectónico. El único denominador común entre las casas populares tradicionales a un lado y otro de la frontera es la limitación de recursos de sus habitantes, lo que obliga a disponer de todo el espacio disponible, ocupando -funcionalmente- todo el solar por las actividades necesarias para cocinar, dormir, almacenamiento, etc. En Alentejo y Algarve, los volúmenes se agregan en un continuo construido albergando usos puramente domésticos, mientras que en Andalucía, la casa ocupa el solar con espacios destinados a la vida doméstica -construidos-, pero también con espacios interiores -libres- de relación social y vinculados a la actividad agropecuaria.

Por tanto, podemos decir que en ambos casos nos encontramos con una implantación tipológica extensiva, en tanto ocupa todo el espacio disponible. La divergencia surge en el carácter -construido/libre- de los espacios con los que se ocupa el parcelario.

Dado que las condiciones orográficas son similares, debemos buscar el origen de esta divergencia tipológica en condicionantes económicos, sociales y culturales. Una estructura de la propiedad dispar -desde la escala local a la estatal- que genera una implicación laboral y

una posición social diferente, etc. En definitiva, una forma de vida y una cultura distintas, lo que se traduce en otra tipología doméstica.

A pesar de la simetría geográfica respecto al cauce, en la margen izquierda del Guadiana se presentan configuraciones morfológicas y tipológicas radicalmente distintas de las que pueden apreciarse en la margen derecha. Este hecho se constata desde la simple observación de fotografías aéreas hasta el estudio pormenorizado de los diferentes casos. Como ejemplo especialmente expresivo de este fenómeno, podemos mencionar el caso de las ciudades de Alcoutim, Portugal, y Sanlúcar de Guadiana, España, separadas por los 260 metros del cauce del Guadiana a esta altura [fig. 4]. Con una vista aérea comparada, podemos apreciar claramente las características fundamentales identificadas anteriormente a ambos lados de la frontera: un parcelario compacto, colmatado por edificaciones de cuerpos yuxtapuestos en el lado portugués y manzanas de mayor dimensión en las que las parcelas presentan numerosos espacios libres interiores intercalados con los cuerpos construidos, en la orilla española. No se observa una transferencia tipológica, no hay una contaminación, ni siquiera una conexión visible entre las arquitecturas populares de un lado y otro de la frontera.

Durante el final de la Edad Media y la Edad Moderna se generan y desarrollan las tipologías de vivienda popular que se describen a continuación: la “morada de casas” de “frente estreita” y de “frente larga” en el Alentejo meridional y la casa popular tradicional en Andalucía Occidental, caracterizada por la secuencia de cuerpos construidos alternados con espacios libres y para la que no se conoce un nombre específico.

Estas características pueden ser contrastadas también de una manera clara en un enclave como Mértola, villa histórica situada, también, a orillas del Guadiana -unos kilómetros más al norte de Alcoutim- pero a cierta distancia ya de la frontera con España. Es por ello que la caracterización de la arquitectura popular mertolense, plenamente portuguesa sin contaminaciones de frontera, centra el contenido del siguiente epígrafe.



Figura 4 – Vistas aéreas de conjunto y detalles de Alcoutim (bajo izquierda) y Sanlúcar de Gadiana (bajo derecha). Imagen elaborada por los autores a partir del “Vuelo Fotogramétrico Digital 2010-2011 (VF0.45_2011NO): Fotograma h50_980_fot_039_1901, INE 21065, Sanlúcar de Gadiana, MTA10 98012” realizado por Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía. Consejería de Economía, Innovación, Ciencia y Empleo. Junta de Andalucía.

4. Casa Popular en Mértola, entre Alentejo y Algarve

Mértola se sitúa en un enclave privilegiado sobre la confluencia de la Ribera de Oeiras con el río Guadiana, sobre un espolón rocoso que le permite controlar el punto de desembarco de las rutas fluviales. La ciudad se desarrolla fundamentalmente en el interior de las murallas que protegen al castillo desde la Edad Media, existiendo algunos arrabales históricos extramuros y en la otra orilla del Guadiana.

La topografía escarpada del espolón rocoso da como resultado una trama urbana basada en “ruas” y “travesas”. Las primeras son las calles principales que discurren siguiendo las curvas de nivel, mientras que las segundas son más pequeñas y conectan las anteriores entre sí desafiando a las líneas de máxima pendiente.

Cabe destacar que, en Mértola, las casas principales y los edificios más representativos se sitúan en la zona baja del núcleo, donde la topografía es más suave y permite un desarrollo más amplio de las construcciones. Mientras, las zonas altas son ocupadas por casas más sencillas, que colmatan las manzanas en su práctica totalidad con viviendas de “casas de frente estreita” y de “casas de frente larga”, designaciones que Miguel Reimão Costa rescata de la tradición oral¹¹. También es importante entender que la configuración actual del caserío de la villa proviene de un profundo proceso de renovación sufrido entre los siglos XIII y XVI, en el que se abandonan las tipologías medievales árabes.

Centrándonos en la casa popular, tenemos que buscar su origen para poder entender su tipología. Al inicio del periodo moderno se constata a través de las “visitações e os tombos da Ordem de Santiago” (1482-1607)¹² el cambio de tipología fruto del cambio cultural. Aumenta el número de viviendas (por aumento de la densidad) y desaparece el patio. La casa adopta una configuración celular de estancias yuxtapuestas que colmatan el loteamiento definido por el sistema de ruas y travesas.

Tanto en el lenguaje coloquial como en el documental, se ha conservado la denominación de cada una de estas células como “casa”. Se trata de unidades constructivas definidas por un pequeño espacio (en torno a ocho metros cuadrados) delimitado por muros de carga en todo su perímetro. La unidad mínima (casa de frente estreita) se compone de la casa de fuera que alberga la cocina y la casa de dentro donde se ubica el dormitorio [fig. 5]. El crecimiento de este tipo mínimo se produce bien en vertical, añadiendo una segunda planta de escasa altura (sobrado) o por adición de unidades colindantes, dando lugar a la casa de frente larga¹³ [fig. 6].

¹¹ Costa, Miguel Reimão - A transformação da arquitectura durante o antigo regime. In. **Mértola a arquitectura da vila e do termo**. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2015. ISBN978-972-9375-49-1. P. 97-122.

¹² Barros, M^a de Fátima Rombouts de; Boiça, Joaquim Ferreira; Gabriel, Celeste - **As comendas de Mértola e Alcaria Ruiva : as visitasões e os tombos da ordem de Santiago 1482 – 1607**. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1996. 972-9375-06-2.

¹³ Costa, Miguel Reimão; Rosado, Ana Costa - A vila velha e o arrabalde da vila no terceiro quartel do século XX. In. **Mértola a arquitectura da vila e do termo**, Op. Cit..P. 149-188.

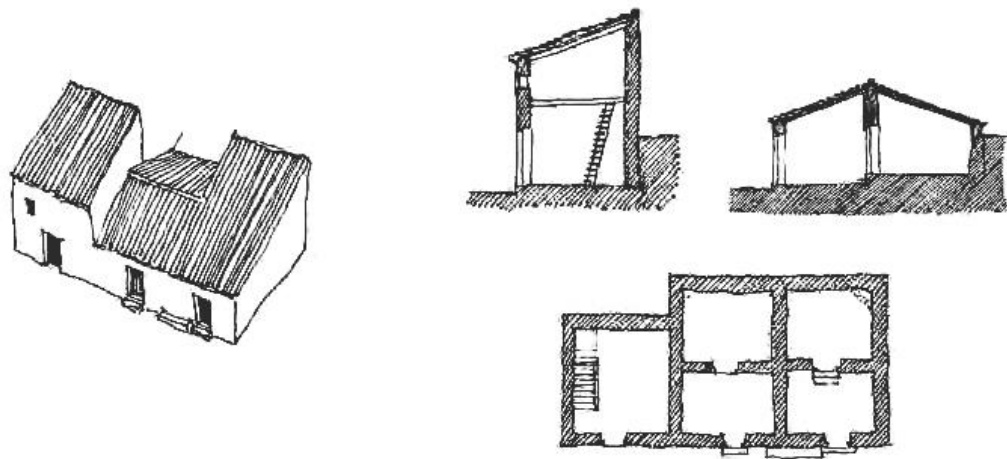


Figura 5 – Planta, secciones y volumetría de “morada de casas de frente estreita”. Costa, Miguel Reimão; Rosado, Ana Costa - A vila velha e o arrabalde da vila no terceiro quartel do século XX. In. **Mértola a arquitectura da vila e do termo**. Op. Cit.. P. 151.

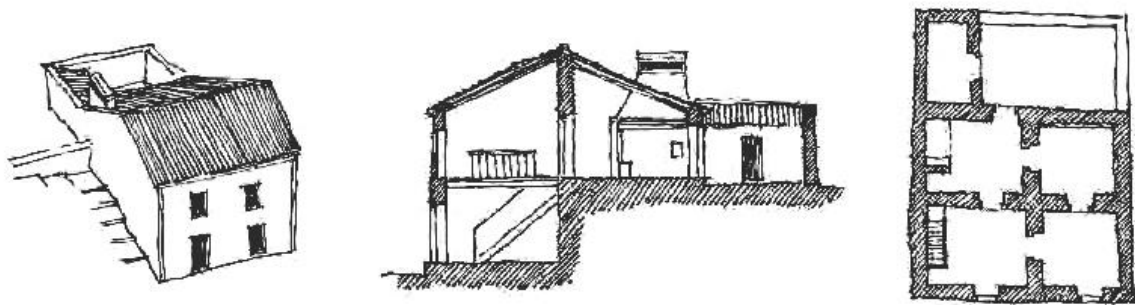


Figura 6 – Planta, sección y volumetría de “morada de casas de frente larga”. Costa, Miguel Reimão; Rosado, Ana Costa - A vila velha e o arrabalde da vila no terceiro quartel do século XX. In. **Mértola a arquitectura da vila e do termo**. Op. cit. P. 152.

A primeira vista, esta configuración podría entenderse consecuencia directa de la topografía y la densificación del tejido urbano. Sin embargo, la observación de las tipologías de casa popular tanto en el entorno rural de Mértola como en el resto de su ámbito territorial (Alentejo y Algarve) nos confirman que no se trata de una mera adaptación funcional, sino que responde a un posicionamiento cultural que se traduce en una forma de habitar propia.

Tanto en el amplio recorrido que hace Reimão Costa por las casas de la sierra entre Algarve y Alentejo¹⁴, como el en estudio tipológico de la casa rural en Mértola que realizan

¹⁴ Costa, Miguel Reimão - **Casas e montes da serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve : forma, processo e escala no estudo da arquitetura vernacular**. Porto: Edições Afrontamento, 2014. 978-972-36-1383-4.

Ilaria Agostini y Daniele Vannetiello¹⁵, podemos comprobar que la generación y ampliación de las casas populares se lleva a cabo por una continua yuxtaposición de células compuestas por cuatro paredes maestras.

El proceso tipológico [fig. 7] sintetizado por los autores italianos es muy esclarecedor: a partir de una célula mínima con cubierta a un agua se van añadiendo células a un lado y a otro, creando un faldón a cada lado del muro de cumbrera que alberga las diferentes casas de cada vivienda y las diferentes viviendas dentro de la manzana.

Este proceso, que a priori puede entenderse como propio e incluso consecuencia natural de las densidades asociadas al hecho urbano -especialmente en recintos amurallados- donde el espacio disponible es limitado y escaso, se desarrolla igualmente en el micro-universo urbano de las aldeas, y en el de las construcciones aisladas de las alquerías con las que se estructura el vasto territorio del Alentejo portugués [fig. 8].

¹⁵ Agostini, Ilaria; Vannetiello, Daniele - La casa rurale nel territorio di Mértola. **Arqueología Medieval**. ISSN 0872-2250. Nº 6 (1999) 269-278.

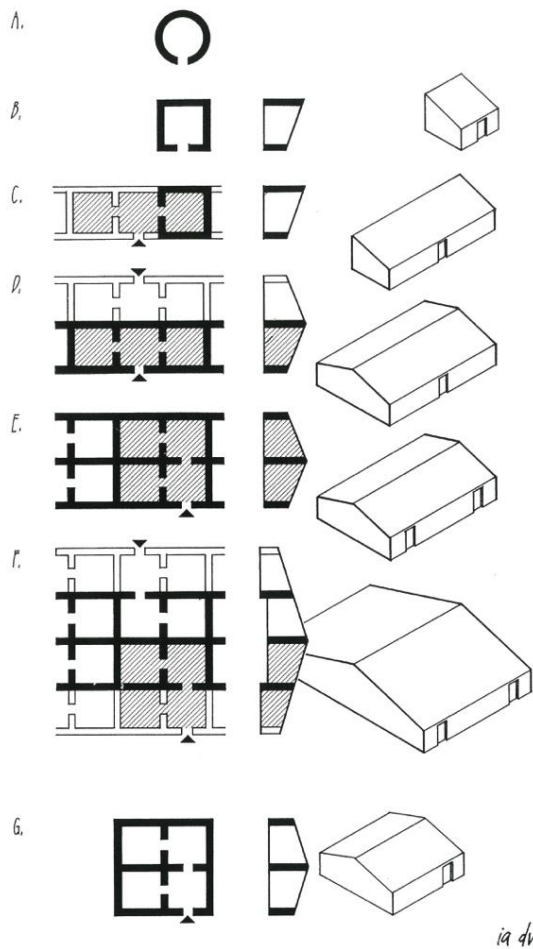


Figura 7 – Processo tipológico. Agostini, Ilaria; Vannetiello, Daniele - La casa rurale nel territorio di Mértola. **Arqueología Medieval**. Op. cit. P. 269.

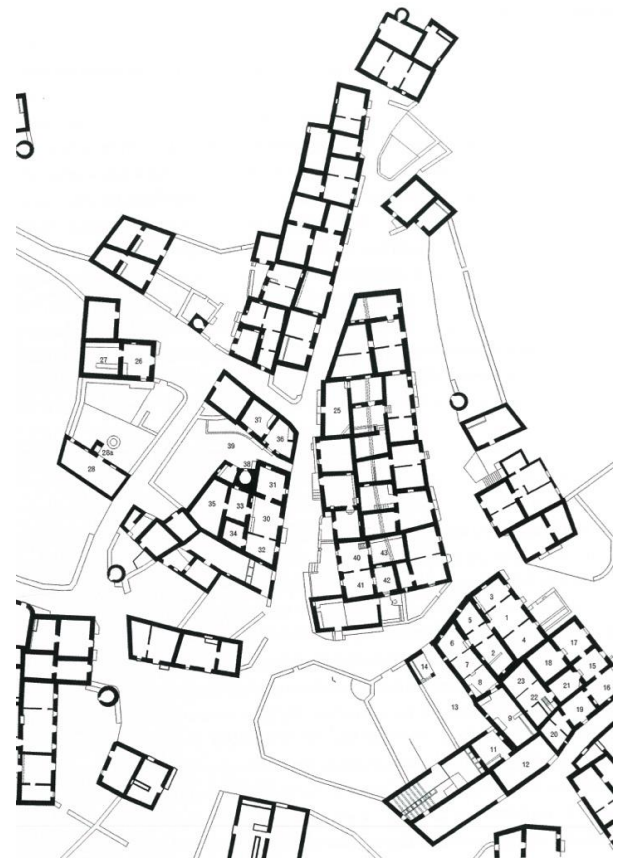


Figura 8 – Planta de Alcaria Queimada, Vaqueiros. Costa, Miguel Reimão - **Casas e montes da serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve : forma, processo e escala no estudo da arquitetura vernacular**. Op, cit. P. 185.

Estamos ante una estructura de células yuxtapuestas, cada una de las cuales transmite, al mismo tiempo, autonomía y capacidad de crecimiento por adición, teniendo un carácter absolutamente único.

La masividad tipológica de la arquitectura popular en el sur de Portugal se confirma en el “mapa tipológico” diseñado por Artur Pires Martins, Celestino de Castro y Fernando Torres [fig. 9], donde reflejan las tipologías dominantes en la costa portuguesa al sur del Tajo y la zona sur de Alentejo. Se sintetizan 8 tipos de viviendas populares relevantes (más una cabaña), todas ellas generadas a partir de la comentada yuxtaposición de cuerpos construidos, con la única salvedad de las casas costeras de Olhão y Fuseta, de un origen claramente diferente al resto y que se identifican como una tipología singular dentro del contexto.

Las casas del Bajo Algarve y la zona de Monchique se definen por un cuerpo principal con cubiertas de tejas a una o dos aguas con división interior y un cuerpo anexo que alberga el horno y otros espacios complementarios. La casa del Algarve Central no cuenta con el cuerpo anexo, incluyendo el hogar en una de las salas, con la características chimenea algarvía. Las cubiertas de teja se alternan con cubiertas transitables. En la Sierra de Grândola y el Valle del Sado, las casas se organizan longitudinalmente en una crujía única con cubierta de teja a dos aguas. Por último, la casa del Bajo Alentejo, que se recoge en este esquema -un poco ajena al objeto de este trabajo-, es de mayores dimensiones, pero igualmente de un único cuerpo a dos aguas, con más divisiones internas y con porche y horno adyacente.

Nos encontramos, pues, con una casa popular marcada por dos características fundamentales a nivel tipológico, como son la **compacidad** y la **continuidad**. Como se ha descrito anteriormente, se generan por sumas de células compactadas por adición. Se conciben así casas que crecen de forma continua, sin dejar espacios intermedios. Por otro lado, en la mayoría de las ocasiones, estas células colmatan la totalidad de la parcela, a menudo de pequeña dimensiones, por lo que se acaba compactando el espacio construido.

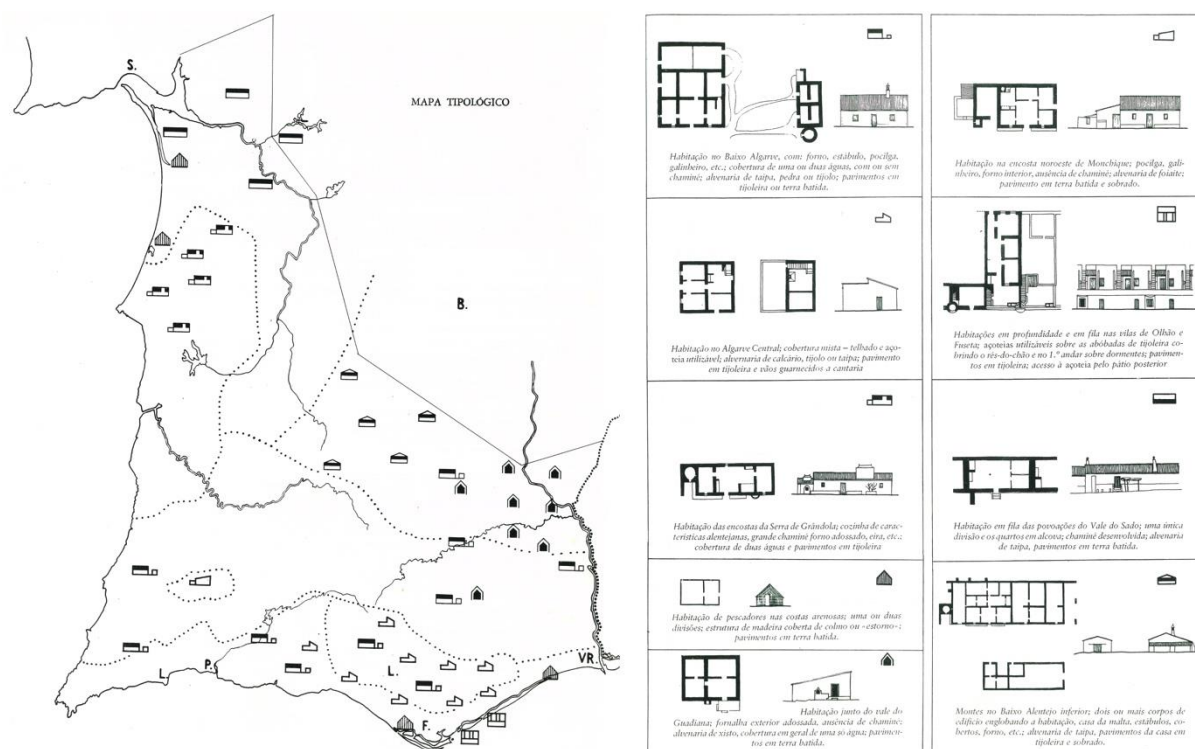


Figura 9 – Mapa tipológico Alentejo y Algarve. Martins, Artur Pires; Castro, Celestino de; Torres, Fernando - Zona 6 (Algarve, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral). In. **Arquitetura Popular em Portugal**. Lisboa: Banco de Fomento Nacional, 1988. ISBN no disponible (depósito legal 19 991 88). P 678-679.

5. La Casa Popular Tradicional en Andalucía Occidental

Tras la toma de los territorios por parte de los reinos cristianos, los edificios fundamentales de las ciudades sufren un proceso de cristianización que se entiende en la actualidad como un valor añadido, específico de nuestro patrimonio. El cambio de culto transformó numerosas mezquitas en iglesias, las fortalezas se adaptaron a las nuevas técnicas de combate y los palacios se amoldaron a los nuevos usos sociales.

La tradición mudéjar consiguió hacer la transición hacia la arquitectura tardo-medieval cristiana y renacentista a lo largo de la Península Ibérica - sobre todo en España -, afectando a todos los ámbitos de la arquitectura.

En este contexto y en tramas urbanas marcadas por grandes manzanas, se desarrolla un tipo de casa popular en parcelas de gran fondo y poco frente que albergan usos domésticos y algunos asociados a labores agropecuarias. Es un tipo reconocible en todo el poniente andaluz, tanto en la provincia de Sevilla como en las de Huelva o Cádiz. Se trata una casa popular tradicional de características específicas, que comparten poco con sus homólogas portuguesas.

Feduchi hace una acertadísima reflexión sobre la “concavidad de la casa andaluza” en el cuarto volumen de su obra *Itinerarios de Arquitectura Popular Española*¹⁶, dedicado a “los pueblos blancos”. El concepto, empleado para la casa patio [fig. 10], es extensible a la casa popular tradicional de menor entidad. Sin entrar en grandes pormenores, las agrupa por las realidades geográficas en las que se implantan, nombrándolas, así, como “casa de la sierra” y “casa de la campiña”. En todos los casos, la casa permanece cerrada al exterior con muros ciegos, de huecos pequeños defendidos por rejas y contraventanas, mientras se abre a patios que, además de aportar luz y ventilación, ordenan el conjunto y son soporte de gran parte de la actividad cotidiana. Cuando nos centramos en los tipos más modestos, de menores dimensiones de frente de fachada, los patios pierden el carácter central y organizador de la distribución, para pasar a tener un papel de alternancia con las zonas construidas.

En cualquier caso, es una casa que se vive desde dentro, donde los espacios libres, más allá de las meras funciones de salubridad, son tan importantes como los construidos, ya que en ellos se desarrollan buena parte de la vida doméstica y algunas tareas relacionadas con la actividad agropecuaria.

Por tanto, la casa popular tradicional en el suroeste español puede definirse por su **concavidad y discontinuidad**. Estas dos características son reconocibles en los tipos de casas populares en las provincias de Sevilla, Huelva, Cádiz, Badajoz o Málaga, algunos de cuyos casos más significativos se detallan a continuación.

En la provincia de Sevilla, se localizan tipos sujetos a la siguiente secuencia: cuerpo de fachada de doble crujía, patio, cuerpo interior de doble crujía y corral con construcciones auxiliares -o no- [fig. 11], mientras en la provincia de Huelva, el cuerpo de fachada suele ser de triple crujía y muchas veces abre directamente al corral interior. Es importante remarcar

¹⁶ Feduchi, Luis; Borrego, Fernando; Temprano, Jesús – *Itinerarios de arquitectura popular española*. Barcelona: Editorial Blume, 1978. ISBN 84-7031-201-4.

que, en todos los casos, la sucesión de espacios construidos y libres se registra mediante un recorrido que arranca con el zaguán¹⁷ de entrada y libra a las salas de servidumbres de paso.

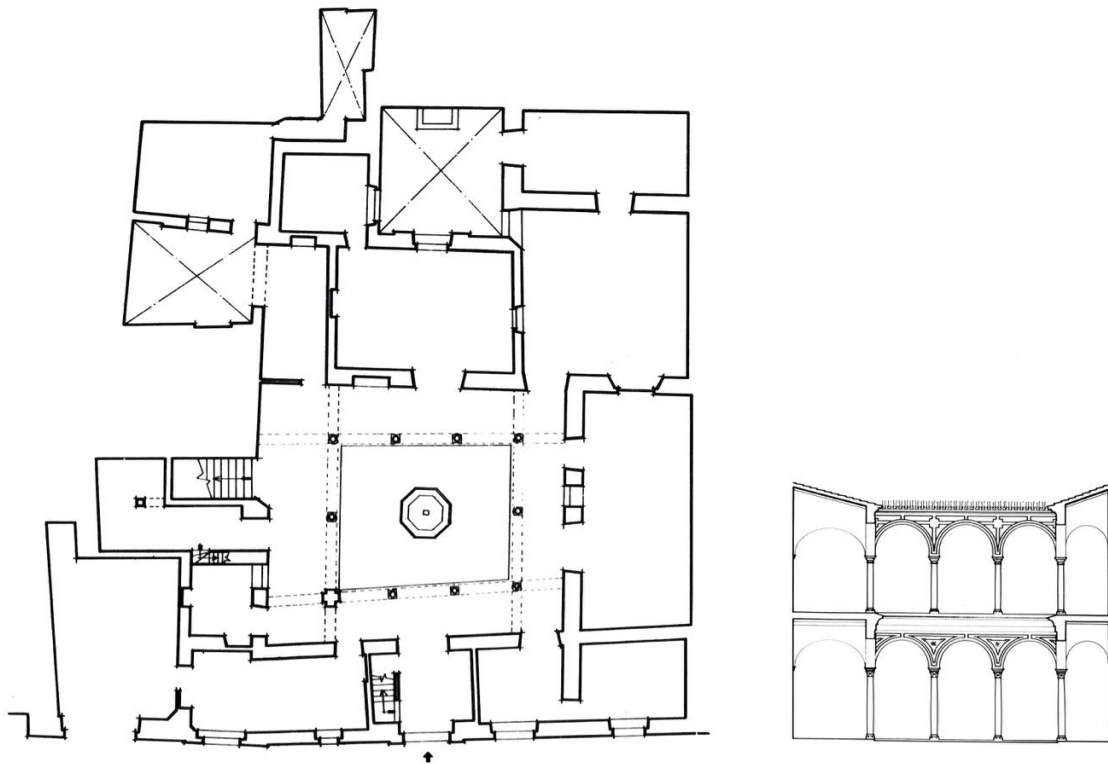


Figura 10 - Casa patio en la calle Dos Hermanas de Sevilla. Delorme, Francisco Collantes de Terán; Estern, Luis Gómez – **Arquitectura civil sevillana**. Sevilla: Editorial Castillejo, 1999. ISBN 84-8058-082-8. P 141.

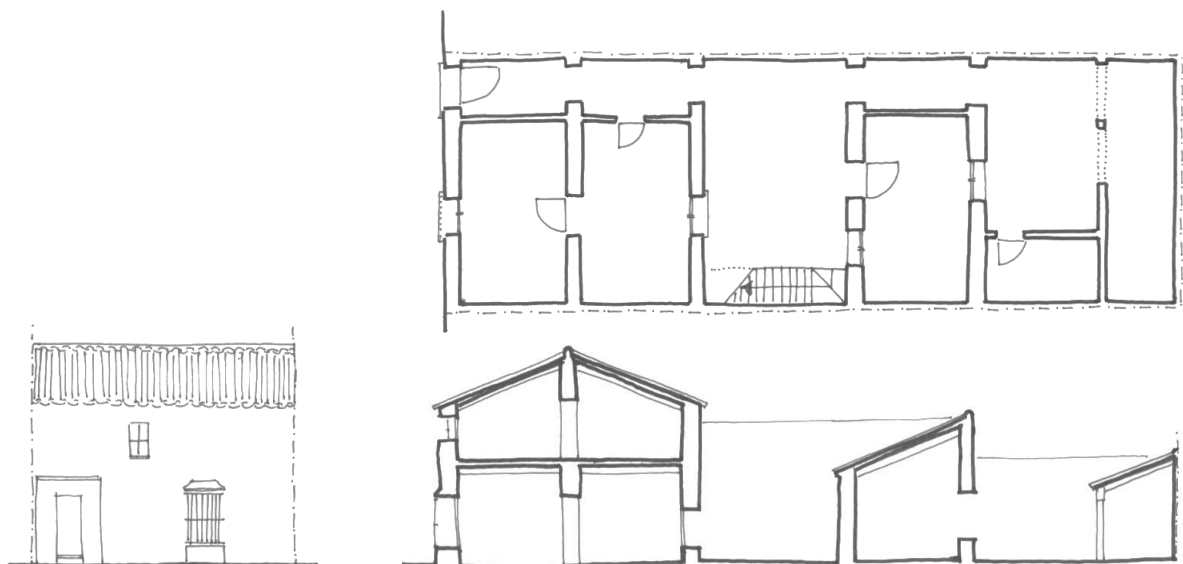


Figura 11 – Esquema tipológico de la casa popular tradicional en la provincia de Sevilla. Imagen elaborada por los autores.

¹⁷ Zaguán: espacio cubierto situado dentro de una casa, que sirve de entrada a ella y está inmediato a la puerta de la calle. Definición del Diccionario de Arquitectura y Construcción de Santiago Vega Amado y otros.

Siguiendo el itinerario marcado por Luis Feduchi para la provincia de Huelva, encontramos numerosos ejemplos de estas casas en Alájar, Aljaraque, Ayamonte, Huelva, Manzanilla, Palos de la Frontera o Zufre. Y en los municipios sevillanos de Alanís, Constantina, El Coronil, Écija, El Saucejo, Estepa, La Puebla de Cazalla, Lebrija, Lora del Río, Marchena, Morón y Utrera.

Más en detalle, María Teresa Pérez Cano y Eduardo Mosquera Adell describen en su trabajo de catalogación de Almonte¹⁸ una casa compuesta por un cuerpo de fachada de triple crujía y un corral posterior, asociada a los agricultores y pequeños propietarios y que identifican como “casa agrícola” [fig. 12], existiendo la posibilidad de “media casa” (puerta de acceso y ventana) o “casa entera” (ventana, puerta y ventana). Engloban dentro de “otras tipologías tradicionales” casas más modestas -de hasta 200 m² de parcela, por lo general “medias casas”- que se limitan a un cuerpo de fachada de doble crujía y un pequeño patio o corral posterior. En ambos casos, si la casa es “entera” el acceso se realiza mediante zaguán ubicado en la zona central de la casa.

Cronológicamente, se trata de una tipología longeva, ya que consigue, con ligeras adaptaciones de estilo y funcionales, adaptarse al devenir de los tiempos. Así, se localizan en Carmona las “casas corredor”¹⁹ que se ajustan a la secuencia anteriormente descrita y se datan a partir del siglo XIV en los arrabales y en los espacios intramuros. Esta casa recibe de la tradición mudéjar el diseño sencillo de las portadas o los arcos de ladrillo aplantillado enmarcados por alfices en las aperturas a los patios [fig. 13].

Se localizan tipos similares en todo el ámbito de influencia, llegando hasta finales del siglo XIX y principios del siglo XX, cuando la migración a las ciudades y las innovaciones tecnológicas comienzan a configurar una nueva manera de vivir y de construir. En Lebrija, por ejemplo, la casa tradicional de las clases trabajadoras recibe el nombre de “doméstica” o “popular”²⁰ en función de si es más modesta o con un programa funcional más complejo [fig. 14 y 15].

¹⁸ Cano, María Teresa Pérez; Adell, Eduardo Mosquera – **La protección del patrimonio edificado. Catálogo de bienes inmuebles del municipio de Almonte**. Sevilla: Secretariado de publicaciones de la Universidad de Sevilla, 2006. ISBN 84-472-0718-8.

¹⁹ [Org.] Servicios Técnicos Municipales - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Carmona. Documento de Aprobación Definitiva**. Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 191 de 19 de agosto de 2009.

²⁰ [Org.] Servicios Técnicos Municipales - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija. Documento de Aprobación Inicial**. Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014.

CASA AGRÍCOLA

- 1. Alcoba
- 2. Sala
- 3. Comedor
- 4. Estancia
- 5. Cocina
- 6. Aseo
- 7. Patio-corrал
- 8. Almacén
- 9. Pozo
- 10. Gallinero
- 11. Alpende

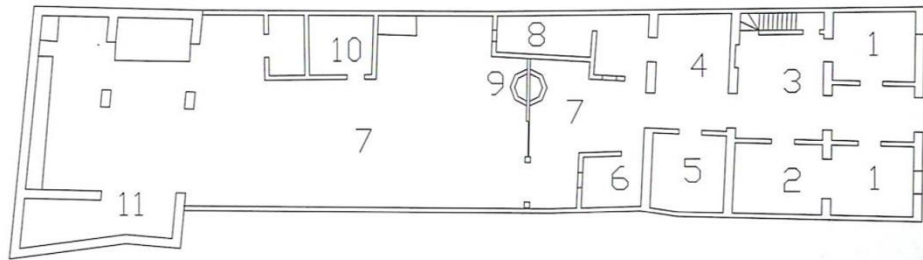


Figura 12 - Planta de casa agrícola “casa entera” en Almonte. Huelva. Cano, María Teresa Pérez; Adell, Eduardo Mosquera – **La protección del patrimonio edificado. Catálogo de bienes inmuebles del municipio de Almonte.** Op. cit. P. 53.

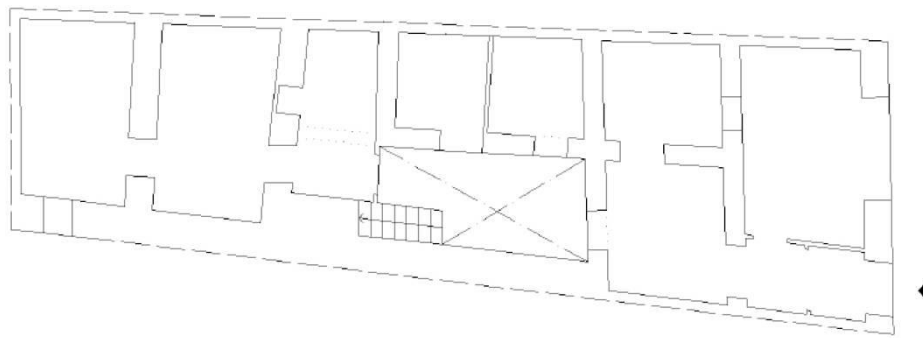


Figura 13 – Planta casa corredor en Carmona. **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Carmona.** Memoria de Información y Diagnóstico. P 108.



Figura 14 y 15 – Plantas de casas doméstica y popular. **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija.** Memoria de Información y Diagnóstico. P 47-48

6. Conclusiones

Podemos establecer las siguientes conclusiones de manera sintética, como resultados de la presente investigación:

Se constata la arquitectura popular como hecho cultural, puesto que se produce como respuesta tanto a la realidad social como a la geográfica u orográfica.

La adaptación inmediata de la casa, como centro de la vida privada, se produce ante cambios bruscos culturales como lo fue la toma de los territorios almohades por parte de los reinos cristianos en el siglo XIII.

La pervivencia de las tipologías de casa popular en periodos históricos estables -sin grandes alteraciones socio-culturales-, perdurando los tipos estudiados en el presente trabajo hasta los inicios de la Revolución Industrial.

Se detecta una diferencia de planteamiento ante necesidades similares en la casa popular tradicional en el sur de Portugal y en Andalucía Occidental, optando por soluciones caracterizadas por la **compacidad** y la **continuidad** en el primer caso y por la **concauidad** y **discontinuidad** en el segundo.

Normativa y Planeamiento

Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº 191 de 19 de agosto de 2009 - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Carmona. Documento de Aprobación Definitiva.**

Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija. Documento de Aprobación Inicial.**

Bibliografía

AGOSTINI, Ilaria; Vannetiello, Daniele - La casa rurale nel territorio di Mértola.

Arqueología Medieval. ISSN 0872-2250. Nº 6 (1999) P. 269-278.

AMADO, Santiago Vega; Carrió, Juan Mojo [et. Alt.] – **Diccionario de Arquitectura y Construcción.** Madrid: Editorial Munilla-Leiría, 2001. ISBN 84-89150-44-3.

[Org.] Associação dos Arquitectos Portugueses – **Arquitectura Popular em Portugal.** Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980. ISBN no disponible.

BARROS, M^a de Fátima Rombouts de; Boiça, Joaquim Ferreira; Gabriel, Celeste - **As comendas de Mértola e Alcaria Ruiva : as visitasões e os tombos da ordem de Santiago 1482 – 1607.** Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1996. ISBN 972-9375-06-2.

BAZZANA, André - Urbanismo e hidráulica (urbana y doméstica) en la ciudad almohade de Saltés (Huelva). In. **Casas y Palacios de Al-Ándalus.** Barcelona: Lunwerg Editores, 1995. ISBN 84-778-342-1. P. 139-156.

CANO, María Teresa Pérez; Adell, Eduardo Mosquera – **La protección del patrimonio edificado. Catálogo de bienes inmuebles del municipio de Almonte.** Sevilla: Secretariado de publicaciones de la Universidad de Sevilla, 2006. ISBN 84-472-0718-8.

COSTA, Miguel Reimão - A transformação da arquitectura durante o antigo regime. In. **Mértola a arquitectura da vila e do termo.** Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2015. ISBN 978-972-9375-49-1. P. 97-122.

COSTA, Miguel Reimão - **Casas e montes da serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve : forma, processo e escala no estudo da arquitetura vernacular.** Porto: Edições Afrontamento, 2014. ISBN 978-972-36-1383-4.

- COSTA, Miguel Reimão; Rosado, Ana Costa - A vila velha e o arrabalde da vila no terceiro quartel do século XX. In. **Mértola a arquitectura da vila e do termo**. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2015. ISBN 978-972-9375-49-1. P. 149-188.
- DELORME, Francisco Collantes de Terán; Estern, Luis Gómez – **Arquitectura civil sevillana**. Sevilla: Editorial Castillejo, 1999. ISBN 84-8058-082-8.
- FEDUCHI, Luis; Borrego, Fernando; Temprano, Jesús – **Itinerarios de arquitectura popular española**. Barcelona: Editorial Blume, 1978. ISBN 84-7031-201-4.
- FLORES, Carlos – **Arquitectura popular española**. Madrid: Aguilar, 1973. ISBN 84-0380-004-5
- GEORGE, Federico; Gomes, António Azevedo; Antunes, Alfredo da Mata - Zona 5 (Alentejo). In. **Arquitectura Popular em Portugal**. Lisboa: Banco de Fomento Nacional, 1988. ISBN no disponible (depósito legal 19 991 88).
- KENNEDY, Hugh - **Muslim Spain and Portugal: a political history of al-Andalus**. Londres: Longman, 1996. ISBN 9780582495159.
- MACÍAS, Santiago; Torres, Claudio – El Barrio almohade de la alcazaba de Mértola: el espacio cocina. In. **Casas y Palacios de Al-Ándalus**. Barcelona: Lunwerg Editores, 1995. ISBN 84-778-342-1. P. 165-176.
- MARTINS, Artur Pires; Castro, Celestino de; Torres, Fernando - Zona 6 (Algarve, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral). In. **Arquitectura Popular em Portugal**. Lisboa: Banco de Fomento Nacional, 1988. ISBN no disponible (depósito legal 19 991 88).
- PALAZÓN, Julio Navarro; Castillo, Pedro Jiménez – Casas y palacios de Al-Ándalus. Siglos XII-XIII. In. **Casas y Palacios de Al-Ándalus**. Barcelona: Lunwerg Editores, 1995. ISBN 84-778-342-1. P. 17-32.
- PALAZÓN, Julio Navarro; Castillo, Pedro Jiménez – La decoración almohade en la arquitectura doméstica: la casa almohade nº 10 de Siyãsa. In. **Casas y Palacios de Al-Ándalus**. Barcelona: Lunwerg Editores, 1995. ISBN 84-778-342-1. P. 117-138.
- TORRES, Claudio [et. al.] - A transformação da arquitectura da vila entre o período islâmico e o início do período moderno. In. **Mértola a arquitectura da vila e do termo**. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2015. ISBN 978-972-9375-49-1. P. 97-122.

Património rural dos Açores. Proposta de inventariação e reabilitação da vila Conceição e envolvente.

Hernâni Alves Ponte,
Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas-Direção de Serviços de Infraestruturas e Equipamentos, Portugal,
hernaniponte@gmail.com

Soraya M. Genin,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa – Departamento de Arquitetura e Urbanismo,
ISTAR-IUL – Centro de Investigação em Ciências da Informação, Tecnologias e Arquitetura.
soraya.Genin@iscte.pt

Resumo

As construções em alvenaria de pedra marcam a paisagem natural da Ilha de São Miguel, habitações, torres, mirantes, abrigos e muros altos para proteção das quintas da laranja oitocentistas. Por abandono, muitas encontram-se degradadas e em estado de ruína. Com o objetivo de salvaguarda deste património, desenvolvemos um estudo histórico e arquitetónico da Vila Conceição, na Ribeira Grande, construção rural composta por habitação e torre/mirante. A investigação tem por base a pesquisa documental, o levantamento arquitetónico e informação oral. Inclui sete construções rurais localizadas na envolvente próxima, que partilham o mesmo tipo de sistema construtivo. Duas apresentam a mesma tipologia, são torreadas e integram o Inventário do Património Imóvel dos Açores. Com base nos resultados obtidos propomos a inventariação da Vila Conceição, dado o seu valor cultural, histórico, arquitetónico e funcional. Com vista à sua conservação e das sete construções que se encontram abandonadas, propomos uma reabilitação integrada para fins turísticos em espaço rural, fundamentado no valor paisagístico e arquitetónico do conjunto.

Palavras-chave: Açores, Património rural, Arquitetura popular, Construções em pedra, Inventário.

Introdução

No séc. XVIII e XIX, a ilha de São Miguel foi palco de um desenvolvimento económico notável, proveniente da exploração da cultura da laranja. “*Submetidas a transformações posteriores ou completamente destruídas, a reconstituição destas antigas quintas de laranja só é possível graças a testemunhos indirectos e a algumas estruturas inertes (...). Muros, arruamentos, pavilhões, mirantes e, sobretudo, os portais de acesso à quinta (...)*”¹

O abandono da arquitetura popular e da paisagem rural dos Açores apela ao seu estudo e inventariação como meio de salvaguarda. Com este objetivo desenvolvemos o estudo de uma construção rural, a Vila Conceição, no âmbito do Projeto Final do Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

O método de investigação utilizado inclui: análise construtiva, através de observações *in situ*, levantamento arquitetónico e fotográfico; análise de documentos existentes na Conservatória do Registo Predial da Ribeira Grande e disponíveis na internet; entrevistas realizadas a Maria Ivone Calisto, filha de José da Silva Calisto Estrela, antigo proprietário da Vila Conceição, e a Marcolina Frazão Mota, moradora na vila entre 1950-70 e atual proprietária.

Pretende-se analisar o valor histórico e arquitetónico da Vila Conceição e avaliar a sua integração no Inventário do Património Imóvel dos Açores, com base nos critérios de seleção e caracterização do bem referidos no Inventário:

- A caracterização do bem inclui cinco categorias/grupos tipológicos: unidades paisagísticas construídas, conjuntos edificados, edifícios isolados, construções utilitárias e vestígios arqueológicos;

- A seleção do bem deve satisfazer a, pelo menos, uma das condições seguintes: o bem deve apresentar significado, valor ou qualidade arquitetónica ou tipológica, paisagística, urbanística, construtiva, tecnológica, decorativa; significado cultural (funcional, simbólico, histórico, arqueológico ou literário); ou potencialidades de valorização cultural, turística, de restauro, de recuperação, de reconstrução ou de gestão museológica.

O Inventário do Património Imóvel dos Açores inclui o concelho de Vila Nova do Corvo, na ilha do Corvo, os concelhos de Santa Cruz e Lajes na ilha das Flores, o concelho da Horta na ilha do Faial, os concelhos de São Roque, Lajes e Madalena na ilha do Pico, os concelhos da Calheta e Velas na ilha de São Jorge, o concelho de Santa Cruz na ilha Graciosa, os concelhos da Praia da Vitória e Angra do Heroísmo na ilha Terceira, o concelho da Vila do Porto na ilha de Santa Maria e os concelhos da Povoação, Nordeste, Vila Franca do Campo, Lagoa, Ponta Delgada e Ribeira Grande na ilha de São Miguel. É no concelho da Ribeira Grande que se localiza o nosso objeto de estudo.

A Vila Conceição é composta por dois corpos autónomos: um volume térreo de planta retangular e um volume de dois pisos com planta aproximadamente quadrada, com acesso por escada exterior e balcão (figura 1). O sistema construtivo é em alvenaria de pedra ordinária, característico da região. Na envolvente próxima encontram-se mais sete construções em pedra; seis estão abandonadas, em mau estado de conservação ou mesmo de ruína; duas integram o Inventário do Património Imóvel dos Açores, uma com tipologia de torre/mirante, semelhante ao volume de dois pisos da Vila Conceição.

¹ ALBERGARIA, I. S - Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel. p.58



Figura 1 - Vila Conceição. Elaborado pelo autor.

Localização e envolvente

A Vila Conceição e as restantes construções em alvenaria de pedra localizam-se na freguesia do Pico da Pedra, com acesso pela rua Maria do Céu. Estão inseridas numa paisagem natural agrícola. Encontram-se identificadas no mapa (figura 2) com os números 1 a 8 (Figura 2): construções pequenas para abrigo de alfaías agrícolas (números 4 e 5), habitações de um piso (números 3 e 7) construções com dois pisos (números 1, 2 e 6). As construções números 1 e 2 integram o Inventário do Património Imóvel dos Açores. A Vila Conceição, identificada com o número 8, será analisada em capítulo próprio.



Figura 2 - Localização das 8 construções em alvenaria de pedra. Elaborado pelo autor sobre orto foto.

Construção 1

A construção 1 (figura 3) está registada no Inventário do Património Imóvel dos Açores com a referência “22.171.11, *Quinta com torre - Rua Maria do Céu*”. Insere-se na categoria de “*unidade paisagística construída*”². Está datada do século XIX e considerada em

² As “*Unidades paisagísticas construídas constituem áreas de dimensão territorial significativa, mas contendo um edificado fragmentado ou de pouca densidade, onde os espaços ou elementos vegetais desempenham um papel importante; devem ter uma personalidade ou identidade própria e reconhecível; são exemplo as quintas, solares, casas rurais e “casas de campo”; os palácios e respectivas áreas envolventes ajardinadas; os conventos, mosteiros e santuários, com os respectivos terrenos ou espaços envolventes; os jardins e parques, com o*

estado de ruína. Transcrevemos a descrição da ficha de inventário, servindo de exemplo, uma vez que adotamos os mesmos critérios de caracterização e seleção do bem, para o nosso caso de estudo.

“Sítio constituído por um terreno murado de formato rectangular, inicialmente destinado ao cultivo da laranja (“quinta da laranja”), com a respectiva torre/mirante.

O muro de pedra que delimita o terreno está completo, apesar de, em algumas zonas, estar bastante danificado. É característico das propriedades de cultivo de laranjas do século XIX, tem uma altura aproximada de 3,15 m e destinava-se a proteger as árvores de fruto (este tipo de muro de protecção estava normalmente associado a sebes altas, tanto plantadas junto ao seu paramento interno como criando divisórias no interior do terreno). Actualmente funciona apenas como muro de vedação, estando o terreno, já sem árvores, destinado ao pasto.

A torre situa-se a meio do lado sul, à face do muro. Tem dois pisos: o armazém/abrigo situa-se no piso térreo e o mirante coberto no piso superior. Apresenta uma entrada em arco, a eixo da fachada principal, por cima da qual se situa uma janela. Esta disposição é igual na fachada posterior. O acesso ao segundo piso é feito por escada exterior e balcão lateral. O edifício é construído em alvenaria de pedra rebocada e as molduras dos vãos são em cantaria à vista. Emoldurando a fachada principal tem uma faixa pintada de rosa velho. A cobertura era de duas águas, em telha de meia-cana tradicional, com telhão na cumeeira e beiral duplo (muito danificado na fachada principal). O interior do edifício ruiu, assim como grande parte do telhado, restando as quatro paredes exteriores. Actualmente, a entrada de gado é feita por um portão de madeira situado à direita da torre, aproveitando parte de um vão que, possivelmente, teria sido um antigo portal.”³

Note-se a tipologia é semelhante ao nosso caso de estudo, do volume torreado composto por dois pisos.

Segundo o arquiteto Pedro Maurício Borges os muros que limitavam as quintas de laranja do Pico da Pedra ultrapassavam os 3,00m de altura e podiam chegar a ter 3.70m de altura, com elevados custos inerentes. *“O efeito visual de muralha defensiva, acrescentaram à sua finalidade utilitária outra finalidade de tipo simbólico: estes muros seriam tão mais altos quanto mais valiosa fosse a propriedade que defendiam, como era o caso das quintas da laranja”⁴*



Figura 3 - Construção 1. Quinta com Torre. Elaborado pelo autor.

respectivo mobiliário; os elementos pontuais e seu contexto; os “sítios” ou conjuntos agregando diversas funções). INSTITUTO AÇOREANO DA CULTURA – O Inventário do Património Imóvel dos Açores.

³ INSTITUTO AÇOREANO DA CULTURA – O Inventário do Património Imóvel dos Açores.

⁴ BORGES, P. M - O Desenho do Território e a Construção da Paisagem na Ilha de São Miguel, Açores, na segunda metade do século XIX, através de um dos seus protagonistas. p.92

Construção 2

A construção 2 (figura 4) encontra-se registada no Inventário do Património Imóvel dos Açores com a referência 22.171.12, como “casa de habitação” – Rua Maria do Céu, nº1 E 3. É composta por casa rebocada pintada de branco e anexos em alvenaria de pedra à vista. Data do séc.XVII / séc.XIX e insere-se na categoria de edifício isolado⁵.

Durante a II Guerra Mundial foi um quartel militar, onde os oficiais se instalaram na casa principal e os soldados nos anexos. Estas construções foram reabilitadas recentemente, encontrando-se em bom estado de conservação.

Relativamente aos anexos, a ficha de inventário refere que *“tem uma disposição longitudinal e inclui um mirante, uma torre e um forno com uma expressiva chaminé. É construído em alvenaria de pedra à vista com as molduras e cunhais em pedra aparelhada. As coberturas, com diferentes águas, são em telha de meia-cana tradicional, com beiral duplo no corpo da torre e simples nos outros corpos. O conjunto de dois corpos é em "L" e corresponde às actuais garagens e arrumos.”*⁶



Figura 4 - Construção 2. Anexos em alvenaria de pedra. Adaptado do Inventário do Património Imóvel dos Açores.

Construção 3

A construção número 3 (figura 5) localiza-se no interior da propriedade. Tem planta retangular, com duas divisões interiores e cobertura de duas águas. As fachadas norte e sul são cegas. As fachadas laterais incluem duas portas a poente e uma janela a nascente. As paredes eram rebocadas no exterior e interior e o pavimento interior era em terra batida. Há vestígios da cobertura, com estrutura em madeira e revestimento em telha de meia-cana tradicional. Inicialmente era habitação, atualmente encontra-se abandonado e em estado de ruína.

⁵ “Edifícios isolados constituem objectos com considerável autonomia e consistência, destacáveis com clareza da sua envolvente (...); Construções utilitárias (infraestruturas e mobiliário) constituem os tipos mais especializados de estruturas edificadas, em geral não destinadas a ocupação interior humana (atafonas, cisternas), ou mesmo sem espaço interno (cruzeiros)”. INSTITUTO AÇOREANO DA CULTURA – O Inventário do Património Imóvel dos Açores.

⁶ INSTITUTO AÇOREANO DA CULTURA – O Inventário do Património Imóvel dos Açores.

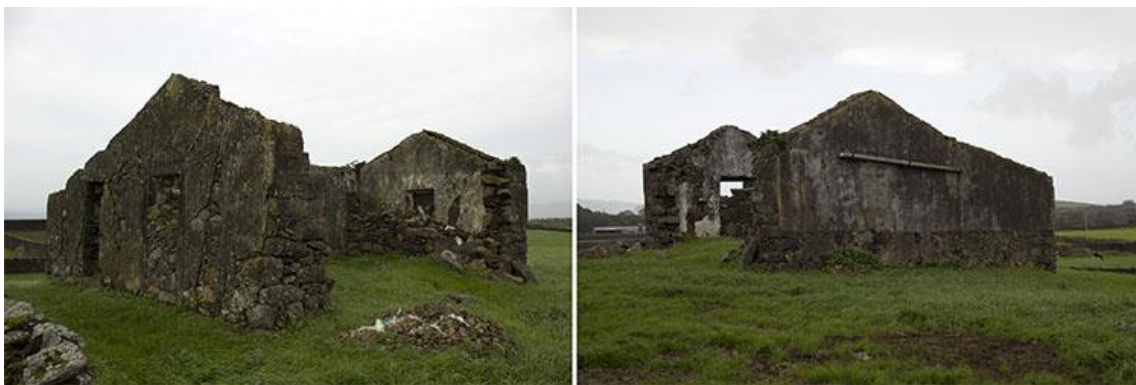


Figura 5 - Construção 3. Habitação. Elaborado pelo autor.

Construção 4

A construção 4 (figura 6) apresenta planta retangular no sentido norte-sul, com a fachada sul contígua à rua. As paredes são em alvenaria ordinária de pedra seca, rebocadas com argamassa de cimento no exterior. A fachada nascente tem dois vãos de porta, os restantes alçados são cegos. O pavimento era de terra batida. A cobertura era de duas águas, observando-se vestígios da estrutura em madeira e revestimento em telha de meia-cana.

Servia para abrigo de alfaias agrícolas e dos agricultores. Atualmente encontra-se abandonado e em estado de ruína.



Figura 6 - Construção 4. Abrigo para alfaias agrícolas. Elaborado pelo autor.

Construção 5

A construção 5 (figura 7) localiza-se no interior do terreno agrícola. Tem planta retangular e apenas um vão de porta na fachada nascente. As paredes são em alvenaria de pedra seca ordinária e cunhal aparelhado, sem qualquer reboco interior ou exterior. A cobertura é de duas águas com estrutura em madeira e revestimento a chapa de fibra de vidro. Originalmente era revestida com telha de meia-cana. O pavimento é de terra batida.

Mantem a sua função inicial de abrigo de alfaias agrícolas, encontrando-se por isso num razoável estado de conservação.

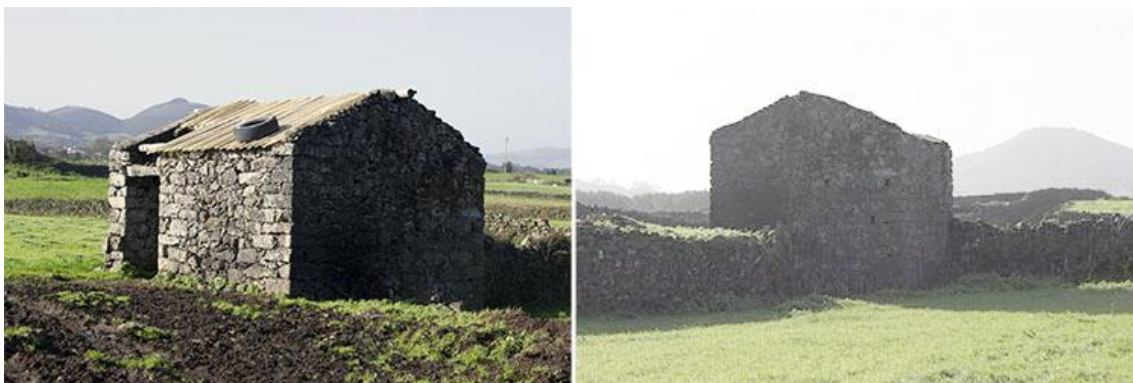


Figura 7 - Construção 5. Abrigo de alfaias agrícolas. Elaborado pelo autor.

Construção 6

A construção 6 (figura 8) localiza-se no interior da propriedade, limitada por muros de aproximadamente três metros e meio de altura. Tem planta quadrangular, dois pisos e cobertura de quatro águas. O piso superior é acessível por uma escada exterior, contígua ao alçado norte. O piso térreo é de terra batida e tem apenas um vão de porta a nascente. No piso superior há duas janelas de peito, uma a nascente e outra a poente, a última encontra-se entaipada com blocos de cimento. As paredes são em alvenaria de pedra, com cunhais aparelhados. Os vãos são guarnecidos com cantaria. Apenas a fachada nascente se encontra rebocada, com argamassa de cimento nos cunhais e no embasamento. Interiormente, a torre apresenta reboco nos dois pisos. A cobertura e o pavimento do piso superior ruíram, observando-se vestígios da anterior estrutura em madeira.

Esta construção tem tipologia de torre/mirante, característica das quintas da laranja, limitada por muros altos, à semelhança da construção 1 incluída no Inventário do Património Imóvel dos Açores.



Figura 8 - Construção 6. Torre. Alçados nascente e poente. Elaborado pelo autor.

Construção 7

A construção 7 (figura 9) localiza-se contígua à rua e é composta por dois volumes térreos. O volume norte dispõe de uma única porta exterior, na fachada norte, e um pequeno vão a nascente para ventilação. O volume principal a sul, com cozinha e forno de lenha, inclui uma porta a norte, e uma janela de peito a poente. A cobertura era em madeira, revestida a telha de meia-cana e o pavimento em terra batida. Há vestígios de reboco na chaminé e no interior da casa. O forno é em alvenaria de pedra vermelha, com cobertura abobadada, coberta

de terra e revestida a telha de meia-cana. A terra era utilizada nas coberturas dos fornos para reter o calor, assim como a pedra vermelha. A construção destinava-se a habitação, atualmente encontra-se abandonada e em estado de ruína.

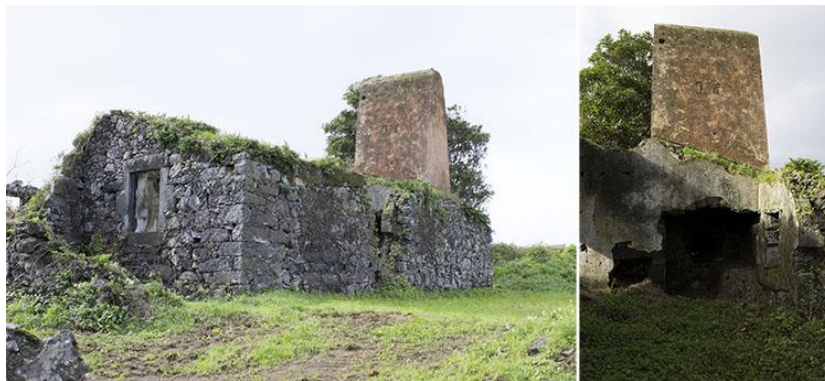


Figura 9 - Construção 7. Habitação. Elaborado pelo autor.

A Vila Conceição

Análise construtiva

A Vila Conceição (figura 1) encontra-se afastada da rua, fronteira a poente com a propriedade da construção 5. O terreno confronta a nascente e a sul com a propriedade da construção 6 com muro divisório alto, de aproximadamente três metros e meio de altura. Os restantes muros têm um metro e meio de altura.

A construção é composta por dois corpos autónomos. O corpo térreo tem planta retangular (figura 10), com três quartos e uma cozinha, com forno saliente e chaminé de grandes dimensões. A cobertura é de duas águas, no sentido nascente/poente.

O corpo de dois pisos tem planta aproximadamente quadrada, com um piso inferior semienterrado para abrigo de alfaias agrícolas, e um quarto no piso superior com acesso por escada exterior e balcão (figura 11 e 12). A cobertura é de duas águas no sentido nascente/poente.

A construção das paredes é em alvenaria de pedra ordinária com os cunhais em pedra aparelhada. Apenas o alçado sul se encontra rebocado parcialmente (figura 15). O interior está rebocado na totalidade, com argamassa de barro, pintado de branco, à exceção da cozinha.

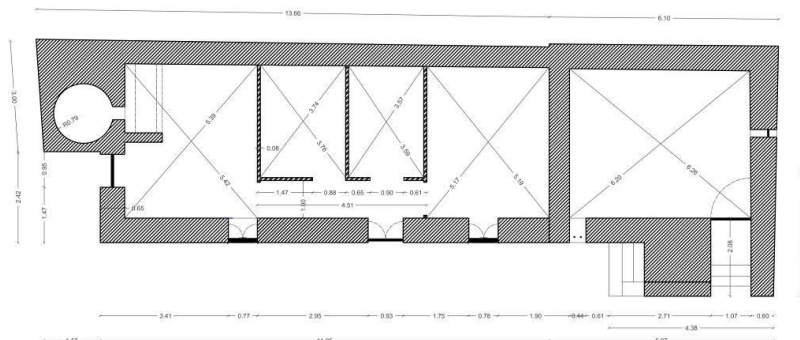


Figura 10 - Planta do piso térreo da casa e do piso semienterrado do torreão. Elaborado pelo autor.

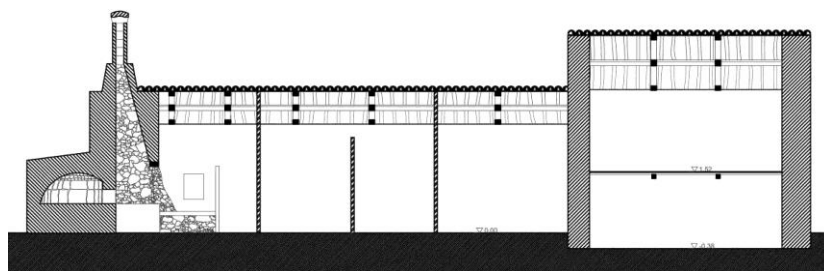


Figura 11 - Corte longitudinal. Elaborado pelo autor.

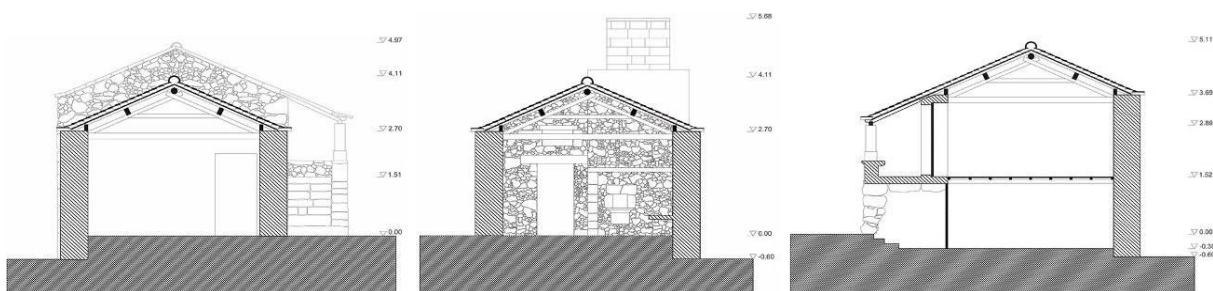


Figura 12 - Cortes transversais. Elaborado pelo autor.

As duas coberturas têm estrutura composta por elementos de madeira roliça (figura 13) - asnas, madres e varas – revestidas a telha de meia cana tradicional, assente em tábuas. A fileira e as madres apoiam em cachorros (figura 14).

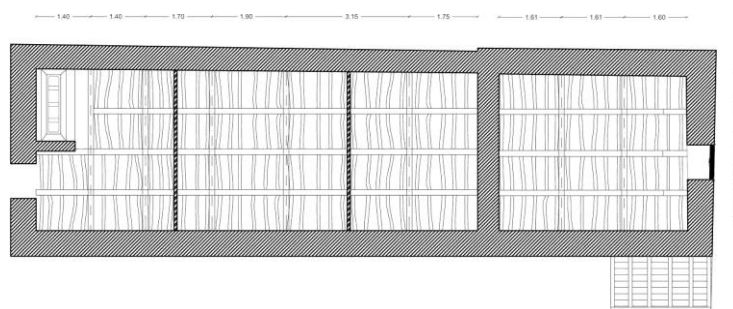


Figura 13 - Planta de tetos. Elaborado pelo autor.



Figura 14 – Cobertura em madeira. Elaborado pelo autor.

Os vãos exteriores são guarnecidos com elementos em cantaria: vergas, ombreiras, peitoris e soleiras.

O volume térreo tem cinco vãos. Na fachada principal nascente existe um vão de porta, ladeado por duas janelas (figura 15). A fachada sul inclui um vão de porta, de acesso direto à cozinha, e um vão de janela entaipado (figura 15).

O volume contíguo tem dois acessos independentes para cada piso, alinhados verticalmente na fachada nascente. O vão de acesso ao piso térreo, localizado sob o balcão, tem forma de arco abatido e a ombreira norte é composta pelas pedras aparelhadas do cunhal.

A fachada nascente inclui mais dois vãos, uma janela guarnecida com cantarias no piso superior, e um pequeno vão no piso inferior. A fachada norte (figura 15) inclui um vão de janela em cantaria no piso superior, e um pequeno vão no piso inferior.

A fachada poente é cega (figura 15), confina com o terreno vizinho.

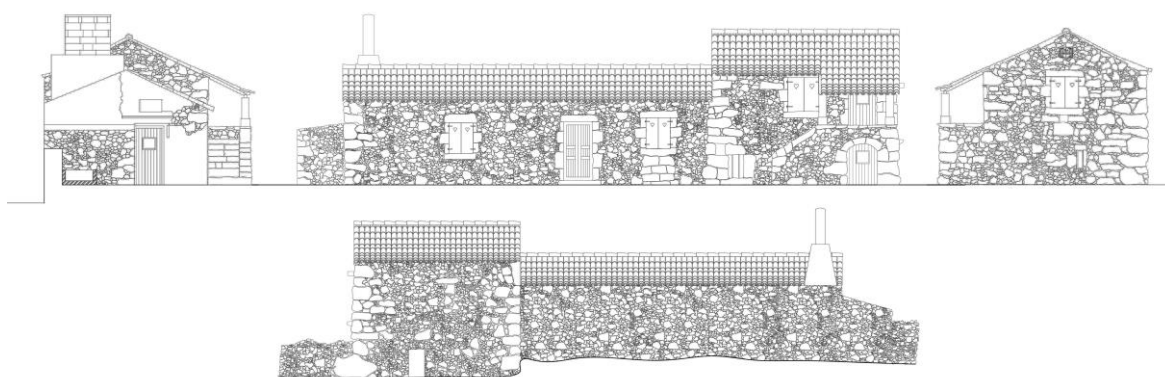


Figura 15 - Levantamento arquitetónico. Alçados sul, nascente, norte e poente. Elaborado pelo autor.

Os pormenores construtivos visíveis nos alçados indicam que o volume torreado já existia antes da construção da casa. Os seus quatro cunhais são aparelhados e a fachada poente é saliente em relação ao volume térreo (figura 16).



Figura 16 - Secção dos alçados nascente e poente. Elaborado pelo autor.

Destacam-se os elementos construtivos singulares. No volume térreo, a sul observa-se o corpo saliente do forno e a chaminé de grandes dimensões (figura 19). O forno tem planta circular (figura 18) e é coberto por abóbada em alvenaria de pedra. Por baixo do forno existe um pequeno vão para limpeza das cinzas. A abóbada é em alvenaria de pedra, coberta com terra para retenção do calor, e revestida com telhas de meia cana, idênticas às restantes coberturas.

No volume de dois pisos, a nascente observa-se a escada exterior e balcão em alvenaria de pedra. No alçado norte destacam-se duas cantarias salientes para apoio de haste de bandeira (figura 19).



Figura 18 - Forno. Elaborado pelo autor.



Figura 19 – Elementos singulares. Elaborado pelo autor.

Análise histórica e tipológica

O volume de dois pisos, com escada exterior e balcão, tem tipologia de torre com mirante coberto, idêntico ao imóvel número 1 que se encontra inventariado. Na Vila Conceição acresce a particularidade das cantarias para colocação de haste de bandeira (figura 19).

“Todas as quintas têm uma alta torre com mastro de bandeira, donde oscilam ao vento bandeiras e galhardetes em todas as ocasiões” (...) “A função emblemática e quase heráldica do mirante, evoca situações militares que se inscrevem numa tradição construtiva de longa duração. Tanto no domínio do simbólico como no plano arquitectónico, aliam a tradição das construções militares a uma nova função de teor essencialmente recreativo.”⁷.

Segundo a historiadora Isabel Soares Albergaria, a filiação dos mirantes oitocentistas pode recuar ao século XV ou XVI, às torres semafóricas e atalaias que pontuavam a linha de costa em todas as ilhas, *“destinadas à vigia da costa, equipadas com um sistema de comunicação por bandeiras” (...) Em meados do século XIX «todas as quintas têm uma alta torre com mastro de bandeira, donde oscilam bandeiras e galhardetes em todas as ocasiões».* Atribui aos mirantes uma função comercial, de observação do porto para transporte da fruta, e defensiva, funcionando em rede como atalaias na vigilância da costa, como desde longa data, sendo a bandeira no mirante uma constante. Num levantamento levado a cabo em 2007/2008 identificou a existência de 165 mirantes e torres da laranja nos Açores, dos quais

⁷ ALBERGARIA, I. S - Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel. p.63

137 estão em São Miguel⁸. Desconhece-se os imóveis inventariados, mas provavelmente inclui a Vila Conceição.

Da análise documental realizada, identificámos um mapa de 1897 (figura 20) que regista um imóvel no local, provavelmente o volume torreado.

Não existem registos de imóveis na Conservatória do Registo Predial da Ribeira Grande anteriores a 1959. A descrição predial de 1959 inclui as duas construções, referindo a torre como uma construção contígua à casa (o volume térreo).

“A requerimento de José da Silva Calisto Estrela, casado, proprietário, morador no Pico da Pedra, se declara que este prédio tem a área de 146.26 ares (10 alqueires e 100 varas), de terreno, onde se acha edificada uma casa, com três quartos e cozinha, retrete e casa de lavar, e contíguo tem uma parte com cave e 1º andar com quarto, achando-se a parte urbana omissa na matriz predial, tendo sido feita a competente participação para a respectiva inscrição, em 4 de Abril corrente”⁹.



Figura 20: Extrato do mapa de 1897. Adaptado do Museu Virtual da Direção-Geral do Território

Segundo informação oral, o terreno era dividido em três partes, com muros de pedra seca, não ultrapassando um metro e meio de altura, de modo a facilitar a gestão das plantações, uma vez que não se semeava todo o terreno com a mesma cultura. *“A propriedade era cultivada com tabaco, milho, feijão, favas e amendoim. Na parte mais alta havia duas viradas de vinha”¹⁰.*

Note-se que os muros baixos poderão ser anteriores aos altos da época da laranja, século XVIII e XIX. Como refere Borges, até ao século XVIII os muros tinham cerca de metro e meio, porque as culturas não necessitavam de proteção¹¹.

O volume térreo foi construído entre 1950-52 (figura 21). Em 1940 José da Silva Calisto resolveu albergar o seu vinhateiro, Manuel do Porto, pai de Marcolina Frazão Mota, na sequência de uma tempestade que assolou a ilha e para o efeito construiu o corpo de um piso.

“A parte mais alta da casa é mais antiga. Na parte de baixo, eles arrumavam os produtos da terra. Na parte de cima tinha uma cama e uma cómoda que os senhores costumavam usar

⁸ ALBERGARIA, I. S. e, FRANÇA, I. E. - Mirantes e torres da laranja: elementos identitários da paisagem Açoriana.p.154-156

⁹ BOTELHO, V. B. - Livro de descrições prediais.

¹⁰ MOTA, M.F. – Entrevista.

¹¹ BORGES, P. M - O Desenho do Território e a Construção da Paisagem na Ilha de São Miguel, Açores, na segunda metade do século XIX, através de um dos seus protagonistas.p.91

depois do almoço para descansar. Ninguém dormia lá de noite, era só de dia quando iam para lá com os trabalhadores”¹².

Antes da construção da casa, o torreão servia de vigia e abrigo, sendo o piso semienterrado destinado ao abrigo dos animais e armazenamento das colheitas e utensílios agrícolas. O piso superior era utilizado apenas de dia, como local de descanso após o almoço do proprietário, dispoindo, de uma cama e uma cómoda. Com a construção da casa, o piso superior passou a ser o quarto principal, sendo os quartos da casa mais pequenos e modestos.

A casa dispunha de um quarto de cama à direita da porta de entrada e uma cozinha no restante espaço da casa, separadas por uma parede com estrutura e forro em madeira. A cozinha tinha uma bancada ao longo da parede poente, com um louceiro no topo. Ao centro existia uma mesa com dois bancos corridos de madeira e, junto à parede nascente, havia os “talhões” utilizados no armazenamento de água para a alimentação, outros destinados à conservação da carne de porco proveniente da matança anual. A cozinha era o espaço de maior permanência, mais confortável devido à presença do forno, servia como zona de refeições e de estar.



Figura 21 - Vila Conceição. Fotografia dos anos 50 cedida pela proprietária.

Uns anos mais tarde a Vila Conceição sofreu alterações. O interior da casa foi compartimentado devido ao aumento do agregado familiar, construindo-se dois quartos com blocos de betão. O pavimento interior foi cimentado à exceção da cozinha, que continuou em terra batida.

Foi construído a sul, um anexo para retrete e tanque de lavar roupa, com cobertura em chapa. A chaminé original foi parcialmente demolida devido a problemas de desenfumagem (figura 19). A fachada nascente tinha dois pequenos vãos de ventilação, que ladeavam a porta principal. Estes foram posteriormente substituídos por vãos de janela idênticos aos do torreão.

No torreão, o piso superior manteve-se com um só quarto assoalhado. O piso inferior (figuras 11 e 12) que era utilizado para abrigar os animais, dispunha de baias em todo o seu perímetro para acomodar os cavalos e burros. Com o revestimento do pavimento em massame, este espaço passou a ser utilizado como granel da casa.

O acesso ao piso inferior deixou de ser em rampa para ter degraus de pedra. O balcão foi coberto por alpendre de madeira, suportado por duas colunas de pedra de secção quadrangular (figuras 22).

Para além da habitação existia uma pocilga, um secadouro e uma tolda de milho. A Vila Conceição foi habitada até aos anos 70 do século passado. Com a mudança dos moradores e o decréscimo da atividade agrícola, substituída pela criação de gado bovino, o terreno e os apoios agrícolas tornaram-se obsoletos.

¹² CALISTO, M. I. – Entrevista.



Figura 22 – Norte e nascente, escada. Elaborado pelo autor.

Estes dados permitem confirmar que a casa tem tipologia de casa popular dos Açores, da ilha de São Miguel. Note-se a sua semelhança com a casa de Arrifes (figura 23), incluída no livro *Arquitectura Popular dos Açores*¹³.



Figura 23 - Casa de Arrifes. Adaptada de *Arquitectura Popular dos Açores*.

Proposta de inventariação e conservação

Como medida de salvaguarda deste património rural, propomos a integração da Vila Conceição no Inventário do Património Imóvel dos Açores e a reabilitação do conjunto das sete construções que se encontram abandonadas, em mau estado de conservação e ruína.

A Vila Conceição apresenta deformações na parede nascente da cozinha e forno. A cobertura está degradada, mas ainda conserva a estrutura original. No corpo torreado, o pavimento de piso ruiu. As caixilharias das janelas foram vandalizadas, restando apenas as do alçado norte do torreão, com portadas de madeira decorada com corações.

A proposta de inventariação baseia-se na análise efetuada, que prova o valor arquitetónico, tipológico, paisagístico, construtivo, cultural (funcional, simbólico e histórico), da Vila Conceição, assim como potencialidades de valorização cultural e turística, condições referidas no inventário para seleção do bem. A Vila Conceição tem as seguintes particularidades:

- A construção em alvenaria de pedra seca ordinária com cantarias nos vãos e cunhais aparelhados, é característico da arquitetura rural dos Açores;
- O corpo de um piso com forno saliente tem tipologia de casa popular dos Açores;

¹³ CALDAS, J. V. - *Arquitectura Popular dos Açores*. p.142

- O corpo de dois pisos está registado no mapa de 1897; tem tipologia de torre e mirante coberto, característica das torres oitocentistas das quintas da laranja, para apoio à atividade agrícola; as cantarias para haste de bandeira posicionadas na fachada norte, provam a função comercial de vigia do porto, e função de vigia da costa, filiação que remonta aos séculos XV e XVI.

Chama-se a atenção para a autenticidade rara do imóvel. Apresenta na íntegra os dois corpos (habitação térrea e torre de dois pisos), as alvenarias de pedra seca e coberturas em madeira. A escassez na ilha de antigos torreões/mirantes em boas condições é um dos fatores determinantes para esta seleção.

Propomos a reabilitação integrada das sete construções, para fins turísticos em espaço rural, como turismo de Aldeia, dado o seu valor cultural, social e económico. O conjunto compreende os requisitos recomendados para o desenvolvimento de turismo em espaço rural. Os materiais e sistemas construtivos são característicos da região e está inserido numa paisagem rural agrícola.

Propõe-se a reabilitação das construções torreadas (1 e 6), para agroturismo com árvores de fruto, incluindo laranjas, e as restantes construções (2, 3, 4, 5 e 7) para casa de campo.

Para a construção 8 (Vila Conceição) propõe-se a reabilitação do volume térreo para restaurante, aproveitando o forno. No torreão, o piso inferior serviria de apoio ao restaurante e no piso superior um quarto para o caseiro, dando continuidade à sua função de vigia. Todos os materiais e sistemas construtivos tradicionais devem ser conservados, incluindo a cobertura original, única existente do conjunto.

Para o conjunto, devem ser mantidas as construções originais e prever-se uma intervenção sustentável, com sistemas de recolha de águas pluviais para abastecimento de água e rede geotérmica para fornecimento energético.

Para além das potencialidades culturais e turísticas, a reabilitação do conjunto irá dinamizar a região, permitindo a integração da comunidade local, através de um conjunto de atividades e serviços, como a hospedagem, a restauração e outras de animação turística. O turismo em espaço rural deve ser sustentável e contribuir para o desenvolvimento local e regional.

Conclusão

As construções rurais de apoio à atividade agrícola nos Açores e particularmente na ilha de São Miguel encontram-se abandonadas, desde a segunda metade do século XIX, e em estado de degradação e ruína.

Com o objetivo de inventariação e salvaguarda deste património, estudou-se uma construção localizada na Ribeira Grande, a Vila Conceição. Alargou-se o estudo para um conjunto de construções rurais próximas, com o mesmo sistema construtivo em alvenaria de pedra. Duas destas construções integram o inventário do Património Imóvel dos Açores.

A investigação prova o valor arquitetónico, tipológico, construtivo e cultural da Vila Conceição, assim como o valor paisagístico, social e económico do conjunto.

O sistema construtivo da vila (e restantes construções) em alvenaria de pedra é característico da arquitetura rural dos Açores. A vila é composta por dois volumes autónomos. O corpo de um piso tem tipologia característica de casa popular açoriana, com forno e chaminé salientes. O corpo torreado tem tipologia de mirante oitocentista típico das quintas da laranja. As duas cantarias na fachada norte para suporte de haste de bandeira, testemunham a função comercial de vigia do porto e a função defensiva da linha de costa, herdada das torres de vigia e proteção quinhentistas.

Com vista à conservação da Vila Conceição e do conjunto das construções abandonadas, é proposta uma reabilitação integrada com fins turísticos em espaço rural.

Bibliografia

ALBERGARIA, Isabel Soares - **Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel (1785 – 1885)**. 1ª ed. Lisboa: Quetzal Editores, 2000.

ALBERGARIA, Isabel Soares, FRANÇA, Igor Espínola de (2011) - **Mirantes e torres da laranja: elementos identitários da paisagem Açoriana**. Boletim do Núcleo Cultural da Horta, 21: 149-176.

BORGES, Pedro Maurício - **O Desenho do Território e a Construção da Paisagem na Ilha de São Miguel, Açores, na segunda metade do século XIX, através de um dos seus protagonistas**. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007. Tese de Doutoramento. [Consulta. 10 Set. 2016]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/5917>.

BOTELHO, V. B., 11 Abril 1959. Livro de descrições prediais. Ribeira Grande.

CALDAS, João Vieira - **Arquitectura Popular dos Açores**. 2ª Edição ed. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007.

CALISTO, Maria - Entrevista [3 mar. 2014]. São Miguel, 2014.

INSTITUTO AÇOREANO DA CULTURA – **O Inventário do Património Imóvel dos Açores**. [Em linha] Instituto Açoreano da Cultura [Cons. Set. 2016]. Disponível em <http://www.inventario.iacultura.pt/>

LOPES, Flávio - **Património Arquitectónico e Arqueológico - noção e normas de protecção**. Casal de Coimbra: Caleidoscópio, 2012.

MOTA, Marcolina - Entrevista [3 jan. 2014]. São Miguel, 2014.

PONTE, Hernâni - **Património Rural nos Açores – Inventariação e Reabilitação da Vila Conceição**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2014. 155f. Projeto final de Arquitetura. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8756>.

Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. A relação com a arquitectura típica açoriana.

Bruno Furtado
ISCTE-IUL - ISTA – MIA
brunoafex@hotmail.com

Cheila Arruda
ISCTE-IUL - ISTA – MIA
thealiech@hotmail.com

Dinis Simão
ISCTE-IUL - ISTA – MIA
dinisimao95@hotmail.com

Gonçalo Lopes
ISCTE-IUL - ISTA – MIA
goncalopes95@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho centra-se na análise do Bairro dos Ilhéus em Mafra, procurando-se fazer uma analogia entre o referido bairro e um tipo de arquitetura vernácula, saloia ou açoriana, bem como a relação destas com o tema de habitação operária, em particular na região de Lisboa.

Esta análise procura ainda realizar uma estreita relação entre a edificação do Bairro dos Ilhéus, e por consequência com o tipo de arquitetura e contexto que deram lugar à sua edificação, com um bairro social contemporâneo erguido na Ilha de São Miguel, nos Açores, na freguesia das Sete Cidades, projecto de Souto Moura e Adriano Pimenta, considerando-se que o objetivo essencial desta construção estabelece uma estreita relação com as circunstâncias que deram lugar ao Bairro dos Ilhéus, com uma arquitetura económica, em série, que garante a optimização da relação custo/qualidade e revela uma reinterpretação dos desenhos de uma casa saloia portuguesa, com especial foco na chaminé e forno, símbolos marcantes das casas típicas açorianas.

Palavras-chave: Bairro dos Ilhéus, saloio, habitação operária, casa açoriana, período industrial, arquitetura vernacular.

1. Introdução

Este trabalho tem como tema “*O Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. A sua relação com a arquitetura típica açoriana*”. Em particular e tal como sugere o tema, procura-se analisar a relação do Bairro dos Ilhéus em Mafra com a casa Açoriana, baseando-se o presente trabalho, maioritariamente na Dissertação de Mestrado de António Vasconcelos.

Considerando que para a análise desta relação é necessário compreender-se o contexto histórico, analisando-se não só as origens de uma comunidade, como a sua conjuntura ao longo do tempo, procura-se, numa primeira abordagem, focar a origem da comunidade em análise, procurando-se compreender o desenvolvimento de uma identidade e cultura própria, que sem dúvida influencia a arquitetura.

A arquitetura deve assim ser considerada como uma manifestação direta da cultura secular que transporta as influências que a originam e moldam ao longo do tempo (Vasconcelos, 2015, p.61).

O Bairro dos Ilhéus erguido em 1879 insere-se no período industrial, na segunda metade do século XIX, época em que também surge em Lisboa as primeiras vilas operárias. Considerando que dentro de cada comunidade desenvolve-se uma arquitetura de acordo com os seus costumes e materiais a que têm acesso, procurou-se assim abordar a evidente analogia entre as casas dos Ilhéus e um tipo de arquitetura vernácula, saloia ou açoriana, bem como a relação destas com o tema de habitação operária, em particular na região de Lisboa, considerando-se estar associados os conceitos e o tipo de solução (Vasconcelos, 2015, p.159).

É esta influência, de época, que parece promover a edificação do próprio Bairro dos Ilhéus na medida em que este surge no contexto de aumento da exploração e produtividade da Quinta dos Machados e a conseqüente necessidade de mão-de-obra, habitual nesse período. Nesse sentido, pode-se considerar que as casas dos ilhéus e as vilas operárias assumem princípios e ideologias semelhantes, fruto da proximidade geográfica Mafra-Lisboa e de um pensamento moderno que se encontra em conformidade com época, resultando num tipo de habitação idêntica na oferta, na finalidade, nos modos de habitar e na população-alvo (Vasconcelos, 2015, p.159-161).

Salienta-se ainda, que para a realização deste trabalho foi efectuada uma visita ao Bairro dos Ilhéus, de forma a obter-se uma aproximação com a realidade em estudo.

Por fim, este trabalho procura ainda revelar uma estreita relação entre a edificação do Bairro dos Ilhéus, e por sua vez, um tipo de arquitetura vernácula e saloia, com um bairro social contemporâneo, erguido na Ilha de São Miguel, mais propriamente na freguesia das Sete Cidades, projeto do arquiteto Souto Moura e Adriano Pimenta. Para tal, foi efectuada uma visita ao local, que permitiu a criação de uma curta-metragem, onde se encontra visível a reinterpretação dos desenhos de uma casa saloia portuguesa, porém, numa linguagem contemporânea.

2. Enquadramento Histórico

De forma a analisar e compreender o fenómeno de um habitat é interessante começar-se por analisar as origens de uma comunidade.

Por volta do século VIII, os povos Berberes formaram unidades político-religiosas com os Árabes, dando origem a uma tentativa de fundação de dois impérios corânicos, que constituíram a linha da frente da invasão Árabe na Península Ibérica em 711. Foi neste contexto que se fixaram nas áreas de fronteira, como é o caso da Estremadura, uma província portuguesa estabelecida na Idade Média e extinta no século XIX (Vasconcelos, 2015, p.49).

Foi com a Batalha de *Tarik*, este um general incumbido de defender a posição de um grupo de herdeiros do rei Vitiza, que possibilitou a invasão Árabe na Península e permitiu aos árabes apoderarem-se das terras de Andaluzia, os berberes das terras áridas da Mancha e da Estremadura, as Montanhas de Leão, a Galícia e as Astúrias. As tropas mouras, constituídas na sua maioria por berberes, invadiram o reino visigótico, obtendo a vitória decisiva em julho de 711, na Batalha de Guadalete (Área Militar, s.d).

Os Árabes ao tomarem Lisboa permitiram aos Berberes espalharem-se pelos arredores formando o que mais tarde se veio a designar de região saloia.

A ocupação moura, que durou cerca de cinco séculos, admitia no território grupos de cristãos, que não renegavam a sua religião, e que vieram a adotar os costumes e modos daquele povo (Vasconcelos, 2015, p.49).

Em 1147, com o fim do domínio muçulmano naquela região e após a reconquista de Lisboa, D. Afonso Henriques autorizou a permanência de algumas populações autóctones nos arredores, mediante o pagamento de um tributo. Estes foram designados de “mouros-forros”, podendo-se justificar e relacionar esta designação com o termo de saloio. Ao explorar-se a etimologia do vocábulo saloio nota-se que o mesmo parece derivar do termo “çahroi”, referindo-se ao Deserto do Saara, com o intuito de designar “planície deserta”, a ideia de campo afastado da civilização. O vocábulo “çalaio” refere o tributo pago pelos mouros-forros, podendo assim estar relacionado com a etimologia do nome. Contudo, é necessário realçar que existem discordâncias nas investigações acerca desta etimologia, bem como da área dita saloia (Carneira, 2014, p.35-37).

De um modo geral, o elemento cristão absorveu o chamado mourisco, onde se insere a população saloia, contudo, o perímetro da região saloia é vago, não estando definido uma designação administrativa relativa ao território saloio, sendo a região delimitada pelas características e vestígios culturais, dos quais se destaca a casa saloia, bem como a proximidade com a cidade de Lisboa, a evolução da província de Estremadura como área primitiva de fronteira e os lugares de peregrinação e romarias (Carneira, 2014, p38-41).

Para José de Leite Vasconcelos, a área de saloios compreende algumas freguesias rurais do Concelho de Lisboa como Ameixoeira, Benfica, Amadora, Carnide, Charneca, Lumiar e Olivais; o Concelho de Oeiras; o Concelho de Cascais com exceção das freguesias à beira-mar como Monte Estoril e Estoril, São João de Estoril, Parede e Carcavelos; o Concelho de Loures com exceção em Sacavém; o Concelho de Sintra, com menos incidência no centro da vila e o Concelho de Mafra com exceção de Ericeira. (Leite de Vasconcelos, 1980 p. 429-430 apud Vasconcelos, 2015, p.55-57).

Pode-se referir que a população dita saloia, comunidade de tradição rural, é autóctone, afastada dos centros urbanos, mas com uma estreita relação com estes, permitindo assim o desenvolvimento de uma identidade e cultura própria (Vasconcelos, 2015, p.49).

Em síntese, para a caracterização da casa saloia é importante considerar-se a importância da cultura árabe/muçulmana e do seu cruzamento com a cristã para a concretização de um modelo arquitetónico do habitat saloio. Além desta característica é ainda importante ser considerado o sentido vernáculo (Fernandes & Janeiro, 1991, p.25).

2.1. Arquitetura vernacular e as influências muçulmanas/árabes

Dentro de cada comunidade desenvolve-se uma arquitetura de acordo com os seus costumes e materiais a que têm acesso. Com o romper do isolamento do Homem, com o aperfeiçoamento técnico e inovações formais da arquitetura, acompanhado da expansão territorial de certos povos, das suas doutrinas religiosas, intercâmbios económico e cultural deu-se o desenvolvimento de pequenas comunidades e culturas regionais assentes na tradição dos seus costumes e necessidades. Embora não imune a este desenvolvimento, a arquitetura vernácula pode urbanizar-se, contudo, se dissipa as suas raízes perde a sua autenticidade (Vasconcelos, 2015, p.37-39).

Ora, o termo vernacular refere-se a uma linguagem própria de uma região, um tipo de arquitetura indígena própria de uma época ou local específico. Manifesta-se em construções identificadas com um local, que a originou através das necessidades físicas e sociológicas de um grupo restrito, do uso de materiais circunscritos à fronteira do mesmo e na sua adequação aos agentes físicos. É um tipo de arquitetura em que se emprega materiais e recursos do próprio ambiente em que a edificação é construída, apresentado assim um carácter local ou regional, estabelecendo vínculos com o lugar e pressupondo uma cultura, reflexo da história e da sucessão do tempo, de uma população face às adversidades e condicionalismos da natureza, produto dessa região e da respectiva cultura. É sem dúvida, determinante no retrato das gentes dessa região (Jorge, s.d, p.9-10).

A aplicação deste termo na arquitetura sugere o recurso a uma matéria física, cultural e local, que diz respeito a uma determinada natureza. Deste modo, resultam diversas práticas que se assemelham em contextos naturais semelhantes, como é o caso da arquitetura vernácula da região de Lisboa, da região saloia e da arquitetura vernácula das ilhas de Santa Maria e de São Miguel, nos Açores. Contudo, atualmente o fenómeno designado de aldeia global, provocou uma maior acessibilidade a diferentes tipos de materiais, que tornaram-se comuns a várias regiões, provocando uma alteração da ideia desta mesma arquitetura, denotando-se a necessidade de clarificar-se não só este conceito como também o termo popular em arquitetura, entendido como se referindo às edificações e espaços de um determinado extrato da população de uma dada região em comum, enquanto o primeiro se refere aos aspetos construtivos e materiais que caracterizam uma região (Vasconcelos, 2015, p.39-41).

A arquitetura é assim uma manifestação direta desta cultura secular que transporta as influências que a originam e moldam ao longo do tempo. A casa saloia ergue-se, implantada à margem da cidade, ora em aglomerados rurais ora em casais, isto é em pequenos grupos de casas pouco afastadas entre si, uma espécie de propriedade campestre com casa. Deste modo, e como exemplo de uma arquitetura vernácula, demonstra as influências mais significativas que foi sofrendo e que contribuíram para a definição da sua cultura (Vasconcelos, 2015, p.61-63).

É neste contexto que torna-se relevante para a concretização de um modelo arquitetónico do habitat saloio considerar-se a importância da cultura muçulmana/árabe e do seu cruzamento com a cristã.

Apesar de se relacionar esta casa com a comunidade ibero-berbere-moçárabe é necessário ter em conta o referido por Fernandes & Janeiro (1991, p.28), isto é, que ao partir-se da tese de relacionar esta casa com a formação e evolução da comunidade ibero-berbere-moçárabe, depois de cristã e saloia, é provável ter-se processado nesse quadro uma lenta elaboração e consolidação dos modelos arquitetónicos que serviram de base a essa comunidade e que terão evoluído em paralelo a ela, pelo que será possível procurar-se as suas origens numa fase ainda anterior à reconquista, com graus sucessivos de aperfeiçoamento do modelo ou influências de outras arquiteturas chegadas à região.

Porém, neste contexto de relação da importância da cultura muçulmana/árabe e do seu cruzamento com a cristã, assinala-se o carácter sagrado que acompanha o conceito de casa na cultura árabe, que tal como a mesquita, é um local sagrado, funcionando como elemento base, onde a rua fica em segundo plano (Vasconcelos, 2015, p.63).

A casa considerada como reflexo do homem, e determinada com base nas dimensões da figura humana é representada geometricamente pelo quadrado. Foi precisamente com o desenho do Homem de Vitruvius de Leonardo Da Vinci, que esta noção ganhou uma expressividade maior, entendendo-se este como uma forma de elo de ligação entre Deus, o círculo celeste, e o mundo terreno, o quadrado dos quatro elementos da natureza. Este pensamento da cultura árabe eleva a casa como alma do homem, espaço de concretização da quadratura do círculo, e a sua morada, e com efeito é privilegiada na relação vertical, tanto num edifício isolado, como no esquema urbano da cidade (Vasconcelos, 2015, p.63).

O olhar o Céu é também entendido nesta cultura, como a articulação entre o Homem-Terra e o Céu-Deus, representado geometricamente pelo octógono, e revelado na arquitetura através das construções religiosas pela intersecção da abóboda-céu com o quadrado terra, como é o exemplo do “caaba”, edifício cubico e sagrado situado em Meca (Anexo – Figura 1). Como exemplos de construções árabes espalhadas por Portugal pode-se referir a Capela do Sítio de Nazaré (Anexo – Figura 2), e da Senhora do Cabo (Anexo – Figura 3), que apresentam formas cúbicas e encontram-se próximas de um território saloio (Vasconcelos, 2015, p.63-65).

Pode-se assim afirmar que, originalmente, a casa árabe, e mais tarde a casa saloia, terá tido como base a raiz quadrada de dois, ou seja, uma planta quadrada. Na casa árabe o centro é o pátio quadrado envolto por toda a casa, enquanto na casa saloia é a casa-de-fora que marca o centro e comunica com toda a habitação, apresentando na sua composição uma geometria quadrada que se estende da planta à projeção dos alçados, de dimensões idênticas. Deste modo, o quadrado é a primeira grande evidência das casas saloias e a testemunha da sua origem (Vasconcelos, 2015, p.65).

Ao examinar-se as influências muçulmanas/árabes é pertinente mencionar a identidade de saloio, a sua atividade e o meio em que se insere, isto é, deve-se ter em consideração o facto de que D. Afonso Henriques ofereceu proteção e jurisdição própria aos mouros, em troca de um tributo pago à Coroa Portuguesa e de alguns serviços agrícolas e comerciais a prestar à cidade de Lisboa, o que permitiu a polarização dos arredores de certas cidades do centro e sul de Portugal, definindo assim bairros próprios, onde coabitam mouros, judeus e

cristãos, e que conduziu à criação de uma dupla realidade que resultou na criação de casas de mouraria, urbanas, por um lado, e por outro lado, na casa saloia, rural. Em ambas as situações, a aplicação das normas canónicas muçulmanas na organização e conceção de espaços constitui uma chave na materialização da expressão mourisca. Os becos e ruas sem saída que estruturam os antigos arredores de Lisboa, são precisamente um exemplo tão comum no urbanismo muçulmano (Vasconcelos, 2015, p.65-67).

Contudo, esta influência deve ser observada do ponto de vista de domínio territorial por parte dos cristãos, factor que subordina a expressão morfológica muçulmana aos seus próprios ideais e directrizes (Vasconcelos, 2015, p.69).

Procurando sistematizar em grupos tipológicos as variantes da casa do tipo da região saloia, partindo-se de um esquema organizativo comum, pode-se relatar que a casa saloia (Anexo – Figura 4) apresenta um espaço de entrada térrea, uma casa-de-fora, com armários característicos de canto em madeira e escada interior, no caso de ter dois pisos, ligado por sua vez à cozinha ou a outros anexos como quartos ou arrecadações. Por cima, apresenta um ou mais quartos. Em relação à cozinha, esta apresenta um forno integrado na lareira que pode ser alta ou chã, tendo a chaminé por cima. Quando o conjunto torna-se mais complexo e apresenta uma escada exterior com alpendre, o sistema pode alterar-se, articulando-se a sala de entrada directamente com esse alpendre, no cimo das escadas. Neste caso, os espaços térreos poderão servir de lojas (Fernandes & Janeiro, 1991, p.40).

Ora, deve-se assim considerar de grande importância a arquitetura popular na idade média na análise da casa saloia, uma vez que esta lhe é contemporânea. De facto, a casa popular medieval na região de Lisboa teve a sua origem precisamente no tipo elementar da casa unicelular de piso térreo e divisão única, que resultam em duas tipologias bicelulares, na casa térrea de duas divisões pela repartição horizontal do tipo elementar (a casa térrea de uma divisão) e na casa de dois pisos e duas divisões (a loja térrea e o sobrado resultante da repartição vertical da casa elementar). (Vasconcelos, 2015, p.69).

A primeira é predominante no meio rural, uma vez que adequa-se às economias locais e insere-se num contexto marcado pela simplicidade, homogeneidade e largueza espacial, sendo essencialmente um núcleo de uma empresa agrícola. Já a segunda caracteriza o panorama urbano, heterogéneo, assente na pluralidade funcional e verticalização dos espaços, sendo um reflexo da densificação das cidades e crescimento da população, onde já se denota uma preocupação com a ordenação do espaço em lotes, em comunicação com a rua na parte da frente e uma traseira mais modesta, de articulação do espaço doméstico com o quintal (Vasconcelos, 2015, p.69).

Em síntese, a casa medieval da região de Lisboa era bastante elementar e com poucas aberturas para o exterior. A sua organização quando horizontal caracterizava-se pela compartimentação simples, um sistema de dois módulos de divisão única que se sucediam em profundidade, isto é casa dianteira e casa de trás. Apresentava uma ordem rectangular na sua planta no Centro e Sul, aproximando-se da forma quadrada no Norte, o que denota a provável influência muçulmana (Vasconcelos, 2015, p.71).

A casa saloia surge assim como um elemento de síntese entre muçulmanos e cristãos dos arredores de Lisboa, marcada fortemente pela presença dos mouros-foros e por um contexto popular medieval. Em termos morfológicos, a casa saloia é constituída por uma série de módulos quadrados que posicionados de forma diferente definem as três tipologias

principais da casa e as suas variantes. Seja em piso térreo ou em dois pisos, a casa compreende por norma três a quatro divisões, ou seja, a casa-de-fora, espaço de entrada, a cozinha onde se encontra o forno familiar integrado na lareira, adossado e saliente em relação ao volume da casa e coroado pela chaminé, sendo esta uma das particularidades da casa saloia e por fim o quarto de dormir, que por vezes era o único espaço privado da casa (Anexo – Figura 5 e 6). (Vasconcelos, 2015, p.73).

2.2. A expressão saloia no Arquipélago dos Açores

No fim da idade média foram realizadas as primeiras expedições marítimas, orientadas por D. Henrique, dando-se os primeiros passos para a descoberta do Arquipélago dos Açores e também da Madeira, exploradas e ocupadas entre os séculos XV e XVI (Vasconcelos, 2015, p.81).

As primeiras ilhas descobertas e ocupadas foram Porto Santo na Madeira e Santa Maria nos Açores, tendo as migrações para as ilhas tido origem no Algarve e daí progressivamente para o Norte, à medida que o povoamento das ilhas ia sendo feito (Vasconcelos, 2015, p.81).

A partir do século XVI o movimento migratório para as ilhas foi tendo a sua origem no Norte, onde havia uma maior densidade populacional, bem como um maior número de famílias ilustres interessados em protagonizar algumas explorações (Vasconcelos, 2015, p.81-83).

O povoamento das ilhas contribui para uma polarização de diferentes meios culturais na fisionomia das ilhas, o que influencia a arquitetura doméstica. Como exemplos, pode-se referir que o facto da ilha da Madeira ter recebido mais “povoadores” do Norte do que Sul do país o que poderá explicar a sobreposição de marcas do Noroeste no arranjo das casas e na disposição dos campos. Outro exemplo são as pequenas casas térreas de Santa Maria, muito semelhantes ao Sul Algarvio, ou as tradicionais casas nortenhas de loja e sobrado e pedra à vista na ilha do Pico, as relações entre a ilha do Corvo e Trás-os-Montes (Vasconcelos, 2015, p.83).

Sofrendo mais ou menos influências, físicas ou culturais, as ilhas foram sobretudo elementos da civilização rural portuguesa. Contudo, é necessário salientar que apesar das semelhanças e destas relações a falta de documentação não permite verificar os movimentos migratórios na origem do povoamento das ilhas (Vasconcelos, 2015, p.83-85).

De qualquer modo, nota-se a existência de várias habitações muito semelhantes à casa saloia nos Arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias, denotando-se uma maior coerência de representação destas casas em Santa Maria, nos Açores, onde essas tipologias surgem mais frequentemente e em São Miguel já com alguma raridade (Vasconcelos, 2015, p.85).

Ora, o carácter individual e autónomo das habitações nos Açores, claro na dispersão de povoamento, é confirmado pela existência em todas as casas de um forno familiar. É na organização interna, na sua composição formal e no modo como se articula com a cozinha, na chaminé e nos tipos de acabamentos, que as casas se distinguem de ilha para ilha e até dentro de uma ilha, motivo pelo qual deverá ser considerado no processo de caracterização das ilhas as relações de influência entre ilhas vizinhas e entre o continente, por meio de emigrantes (Vasconcelos, 2015, p.85).

De acordo com Vasconcelos (2015, p.85-87) a casa popular açoriana pode ser classificada em três grandes grupos quanto à sua organização interna e à posição que a

cozinha integra a casa. Em primeiro lugar a casa dissociada da cozinha, isto é, totalmente separada ou unida por um telheiro, a casa linear em que os espaços se sucedem em linha ou em “L”, ocupando a cozinha sempre um dos topos, a casa integrada de volume único e saliente, geralmente simétrica na composição do espaço e da fachada e dobrada com divisões para a frente e para trás.

Na ilha de Santa Maria as casas rurais pertencem de um modo geral ao tipo de casa integrada e destaca-se pelos telhados de quatro águas, pelos cantos sem beiras, pela caiação das casas e dos telhões nas arestas das coberturas e pelas faixas de cor nos cunhais e molduras dos vãos (Vasconcelos, 2015, p.87).

Contudo, é nas casas denominadas de “mais antigas” que a semelhança com as tradicionais casas da região saloia surge de forma clara. Compostas por um volume principal, normalmente loja e sobrado, onde se encosta um outro, térreo, que integra a cozinha e o forno familiar saliente, com um sistema de forno-lareira-chaminé, comum na ilha Terceira e Graciosa. A casa torreada é deste modo a tipologia de referência que além da semelhança visível nos volumes, destaca-se a forma quadrada e o tipo de assentamento, isolado e afirmativo em relação à envolvente, que tanto caracteriza a casa saloia e lhe configura personalidade (Vasconcelos, 2015, p.87-89).

As casas “mais antigas” de Santa Maria, tal como as casas saloias, são compostas por uma compartimentação modelada, aproximadamente quadrada, onde cada divisão ou pequeno conjunto de divisões corresponde um telhado de quatro águas. Atualmente, com as obras de conservação dessas casas, foram simplificadas as coberturas tornando-as maiores e contínuas (Vasconcelos, 2015, p.87-89).

Por se encontrar implantada em terrenos mais acidentados, resiste com mais frequência nas freguesias de Vila do Porto e Anjos o que pode-se designar por casa saloia-mariense, onde a topografia menos agreste em Santa Maria e São Miguel do que nas restantes ilhas, se assemelha mais aos terrenos áridos da região saloia. Na Vila do Porto em Santa Maria, estas casas quando inseridas em meio urbano são dispostas em sequência ao longo das ruas (Vasconcelos, 2015, p.89).

2.3. O período industrial e o princípio do modernismo

Com o objetivo de acompanhar a evolução industrial da Europa e recompor a precaridade económica da região de Lisboa, a cidade alarga as suas fronteiras em 1852 e em 1880, o que conduziu a um processo da industrialização e urbanização da região, que tinha como intenção o alargamento da área de tributação fiscal pela inclusão de novas localidades e aumento do número de contribuintes (Vasconcelos, 2015, p.89-91).

Foi a partir da década de 50 que se estabeleceram medidas importantes de industrialização da cidade, como as obras do porto de Lisboa e a introdução de uma estrutura ferroviária. Contudo, só a partir da década de 60 é que o desenvolvimento tornou-se mais significativo, uma vez que o desenvolvimento dos caminhos-de-ferro conduziram à implantação de unidades industriais (Vasconcelos, 2015, p.91).

A industrialização desenvolveu-se com base nas trocas comerciais, estabelecendo a cidade de Lisboa como o centro de importações e exportações. Este progresso resultou num maior afluxo populacional para Lisboa e conseqüentemente um forte aumento demográfico. A população concentrava-se no centro, nos bairros antigos e nas zonas das ribeirinhas,

porém com as novas redes de transportes e de eletricidade, do telégrafo e a iluminação pública, permitiram a sua expansão para outras áreas da cidade, sendo evidente o aumento demográfico a partir de 1864, que resultou numa densificação das áreas urbanas e provocou um alargamento das mesmas e reorganização dos espaços (Vasconcelos, 2015, p.91-93).

A cidade teve assim de responder a este crescimento populacional em serviços e habitação, sendo a classe baixa, operária, a que chegava à cidade em grandes quantidades, procurando uma melhoria das suas condições de vida e trabalho, o que obrigou a cidade a crescer em área através da inclusão das periferias nos novos limites da cidade (Vasconcelos, 2015, p.93).

Procurando responder a estes problemas que se colocavam, foi promulgada legislação relativa a melhoramentos da capital, tal como o decreto de 31 de dezembro de 1864, que com a falta de disponibilidade financeira do governo para tais melhoramentos, incentivou a iniciativa privada, particular ou colectiva, razão pela qual a expansão foi influenciada pela estrutura de classes dominantes. Esta iniciativa pertencia a uma burguesia em ascensão, com fortes aspirações políticas e às várias companhias construtoras que começavam a surgir (Vasconcelos, 2015, p.93-95).

As preocupações em causa estavam assentes na qualidade das construções, enquanto o problema central, era sem dúvida a falta de habitações para a população crescente, operária, cuja existência dependia, nos finais da década de 60, da localização das fábricas (Vasconcelos, 2015, p.95).

Os novos bairros que se erguiam, como o de Campo de Ourique e Estefânia eram pouco acessíveis e não respondiam à procura de habitação das classes operárias, sendo as mesmas ocupadas por uma classe média (Vasconcelos, 2015, p.95).

Deste modo, a área oficial da cidade não correspondia à área urbanizada, uma vez que a população de baixos rendimentos começou a urbanizar-se em zonas residenciais mais acessíveis e afastadas do centro. Porém, o peso das deslocações para o local de trabalho tornou-se pouco sustentável, aspecto que originou os diferentes tipos de habitações operárias que surgem no sentido de resolver uma necessidade de alojamento no centro da cidade (Vasconcelos, 2015, p.95).

Com o objetivo de alojar o maior número de operários ao menor custo, foram ignoradas quaisquer regras estéticas ou morais que impedissem o proprietário de um lucro maior, passando a arquitetura a ter uma conotação meramente utilitária, admitindo apenas em alguns casos certos valores tradicionais, eruditos ou vernáculos (Vasconcelos, 2015, p.95).

A procura por um alojamento próximo do local de trabalho conduziu a que as populações se acomodassem em bairros antigos, em casas abandonadas, em pequenos logradouros, sempre mediante o pagamento de uma renda. Alguns proprietários construíram pequenos alojamentos nas traseiras das suas casas ou em edifícios religiosos ou nobres, adquiridos em hasta pública e alugados quarto a quarto. Com esta ocupação surge a mais frequente habitação operária, isto é o designado pátio (Anexo – Figura 7 e 8), que após um inquérito industrial acerca destes lugares concluiu-se que essa solução colocava em risco a população pela propagação de bactérias e doenças, motivo pelo qual e na impossibilidade de o Estado intervir com capital, promulga uma lei que isenta as novas construções de pagamento do imposto predial, procurando promover a melhoria das condições da habitação operária (Vasconcelos, 2015, p.97-99).

Ora, o designado pátio surgiu em Lisboa na arquitetura árabe, como espaços íntimos que reflectem a própria religião e o modo de habitar muçulmano. As fachadas das casas eram despojadas porque a atenção encontra-se voltada para o interior onde reside a riqueza material e espiritual. Nesse sentido, o pátio da casa medieval é nada mais do que a continuação de um modelo já existente e produto de uma cultura mourisca, adaptada a uma cultura cristã e medieval. Porém, o aumento da população permitiu o alojamento de uma série de famílias em habitações construídas nestes pátios que resultou na criação de novos pátios, onde se diminuíram as condições de habitabilidade, perdendo-se o significado mais nobre e ideológico dos pátios árabes, em favor de uma conotação social popular (Vasconcelos, 2015, p.99-101).

Em consequência das novas premissas e procurando responder a este problema surge um segundo tipo de habitação que procura agrupar os trabalhadores e oferecer uma habitação digna e salubre, designada de vila (Anexo – Figura 9). Esta era colectiva e baseada numa repetição de módulos (Vasconcelos, 2015, p.99).

Neste quadro de procura pela melhoria das condições de habitação, associado ao progresso industrial surgem os primeiros ideais funcionalistas modernos na arquitetura, isto é, economia e utilidade, ideais que pressupõem uma racionalização do espaço doméstico, o qual devia de responder de forma prática e acessível às necessidades básicas dos moradores, sem prejuízo das condições mínimas de habitabilidade (Vasconcelos, 2015, p.111).

No século XIX, o progresso assenta assim na produção e no princípio de uma cultura de massas. De um modo geral, a arquitetura deixa de lado as preocupações individuais e assume um novo comportamento face às necessidades de um colectivo, inicialmente composto pelas classes trabalhadoras (Vasconcelos, 2015, p.111).

A grande indústria ocupa-se então de construir e estabelecer em série os elementos da casa, construindo as casas em série. As vilas operárias vieram precisamente dar forma a esta arquitetura para massas com preocupações funcionalistas e utilitárias, sendo um tipo de habitação que demonstra ser fruto de um pensamento moderno, adequado ao seu tempo e às necessidades que pretendia dar resposta, com uma estrutura composta pela repetição seriada de um modelo tipológico e por um espaço comum que regulava a implantação, formando longos blocos de construção, ou pequenas vilas (Vasconcelos, 2015, p.111-113).

De facto, estes conjuntos assemelham-se às grandes unidades habitacionais que se viriam a construir no auge do modernismo (Vasconcelos, 2015, p.113).

3. O Bairro dos Ilhéus

A antiga vila de Mafra surge na proximidade de um Castelo, actualmente desaparecido, do qual resta apenas a Igreja de Santo André que remonta aos séculos XII-XIV. Esta área habitada tanto pelos romanos como pelos árabes foi incorporada aquando da conquista de Lisboa na Coroa Portuguesa, e mais tarde cedida à Ordem de Catalavra, sendo posteriormente retomada pela Coroa (Vasconcelos, 2015, p.117).

Geograficamente, Mafra situa-se em terra fértil, o que justifica a ocupação dos mouros-forros e logo dos saloios (Anexo – Figura 10). (Vasconcelos, 2015, p.117).

Paralela a esta, surge em Ericeira, local sob a jurisdição de Mafra e que possui fronteira com o Atlântico, uma cultura piscatória. É neste contexto que se encontra o casal da

Picanceira, numa vasta propriedade rural do século XIV, sito no lugar com o mesmo nome, e onde mais tarde surge o Bairro dos Ilhéus (Vasconcelos, 2015, p.117).

Foi com a ascensão da burguesia no século XIX que a Quinta da Picanceira, que servia de pólo ao pouco casario que aí se erguia, chegou às mãos de Domingos Dias Machado, um industrial açoriano que na época ganhou alguma influência em Maфра. Procurando o lucro, decidiu construir e ampliar a quinta fundando a Quinta dos Machados em 1850, apostando na exploração agrícola, ligada essencialmente à vitivinicultura, reconhecida na primeira metade do século XX, como uma das mais importantes do concelho (Vasconcelos, 2015, p.117-119).

O desenvolvimento do lugar da Picanceira insere-se deste modo no movimento de criação de grandes latifúndios destinados a sustentar um esquema económico em grande escala por uma nova burguesia capitalista (Vasconcelos, 2015, p.119).

A exploração da Quinta de Santo António e a Quinta dos Machados conduziu ainda à construção de alguns edifícios fora das suas fronteiras para apoiarem as atividades económicas das quintas (Vasconcelos, 2015, p.119).

De acordo com Pagará (2002) foi devido à falta de mão-de-obra na região que Domingos Machado promoveu a vinda de 23 famílias da ilha de S. Miguel, nos Açores, lugar de onde era natural, com o intuito de trabalharem na quinta, podendo esse facto derivar ainda da necessidade de o mesmo ter trabalhadores da sua confiança. Foi neste contexto, com o intuito de acomodar estas famílias, que mandou edificar habitações unifamiliares, que vieram a se designar de as Casas dos Ilhéus ou Bairro dos Ilhéus (Anexo – Figura 11). No seu conjunto, e com uma arquitetura singular, as mesmas parecem fazer referência tanto à arquitetura salaia como à açoriana (Pagará, 2002, p. 273 apud Vasconcelos, 2015, p. 119).

Procurando-se uma relação com a época em análise, realça-se que o bairro surge num período de desenvolvimento industrial. As circunstâncias que dão origem ao Bairro dos Ilhéus são semelhantes às que estão na origem dos pátios e vilas operárias em Lisboa na mesma época, com uma arquitetura económica, em série, capaz de resolver os problemas do alojamento das famílias operárias e em estreita relação com o local de trabalho (Vasconcelos, 2015, p.119-121).

Implantadas num território de declive acentuado por um pequeno vale exposto a sudoeste, o Bairros dos Ilhéus insere-se na paisagem ressaltado do contexto do aglomerado das velhas casas que compõem o lugar. (Vasconcelos, 2015, p.121).

O Bairro dos Ilhéus afirma-se numa extremidade do aglomerado. O conjunto mais elevado em relação à cota do lugar situa-se a nordeste pela Rua dos Ilhéus, integrando-o na estrutura viária a norte e estendendo-se para contornar a encosta a nascente. Insere-se, pois numa relação superior e à margem desse centro. O volume longitudinal entre a rua a nordeste e o vale a sudoeste deixa-se quebrar pela situação topográfica, criando vários desníveis da fachada (Anexo – Figura 12). (Vasconcelos, 2015, p.121-123).

Erguido assim numa das concavidades desenhadas pelo relevo da encosta, o local da implantação parece ter sido determinado por um jogo de condicionantes, ora de natureza, ora de proximidade com a Quinta dos Machados. A proximidade com os terrenos da quinta, local de trabalho, constitui um fator importante na localização das habitações operárias, elementares e seriadas, que permitiam não só a acomodação das famílias, mas pouco tempo

de deslocação, fator ainda favorável para o proprietário que assim poderia supervisionar e controlar melhor os seus trabalhadores (Vasconcelos, 2015, p.121-123).

As casas dos Ilhéus surgem dispostas numa corrente isolada de dois pisos e deste modo, de duas frentes, isto é, a principal para a rua, em cima, onde só é perceptível um piso, e a tardo, para o vale, com dois pisos. Adjacente a esta fachada surge um espaço-patamar que acompanha o declive em socacos, numa espécie de “degrau”, e que serve de pequenos quintais às habitações, não murados e com comunicação entre si por um caminho estreito que percorre todo o comprimento. Numa quota mais elevada, a rua serve de acesso e conduz ao lavadouro (Vasconcelos, 2015, p.123-125).

Reconhecido pela sua fachada posterior, o bairro distingue-se ainda pela sua composição modular, económica e industrial e pela repetição dos elementos que o identificam na paisagem, como os fornos e as chaminés (Vasconcelos, 2015, p.125).

Ainda em relação à implantação é necessário referir-se que é devido à forma como se insere na estrutura viária e a relação que estabelece com ambas as frentes, que cria uma espécie de barreira na encosta, contra os ventos e climas vindos do nordeste, permitindo atribuir um ambiente mais ameno aos quintais que se encontram expostos a sudoeste.

Esta implantação revela assim um pensamento moderno, num contexto rural de uma arquitetura de massas, que se encontra num contexto de industrialização e expansão e que se começaram a desenvolver nos grandes centros urbanos (Vasconcelos, 2015, p.125).

O Bairro dos Ilhéus, constituído por 23 módulos dispostos em série e agregados à ilharga, foram, tal como já referido, construídos para o alojamento dos trabalhadores da Quinta dos Machados. A cada módulo compreende uma regra geral de 27 m² a cada duas cotas. Os quatro primeiros, que se situam a noroeste correspondem às habitações familiares, ocupando um lote maior de 44 m², motivo pelo qual destaca-se duas tipologias, uma grande que se será designada de familiar, e outra simples, mais pequena, considerando-se na caracterização das tipologias o piso superior, de entrada e com serventia para a rua, e o piso inferior, com serventia para as traseiras (Anexo – Figura 13). (Vasconcelos, 2015, p.125-127).

Por natureza, os módulos são virados para sudoeste, o que privilegia os espaços da cozinha e do quarto. O interior dos módulos é distribuído em forma de “L” e composto por três partes, isto é, casa-de-fora, cozinha e quarto, logo duas áreas públicas posicionadas nas extremidades em contato com o exterior e uma privada entre elas (Vasconcelos, 2015, p.127).

As primeiras quatro casas, de tipologias familiares, diferem das restantes pelas exceções nos alçados e na dimensão do módulo pelo espaçamento das chaminés e dos fornos, como também pelo número de janelas, que resultam dos dois compartimentos que lhe são acrescentados no piso superior e da área no piso inferior. O espaço desta planta “aquadrada” apresenta uma área bruta de 68 m², tendo em média entre 5 a 8 m² por cada compartimento. A pouca compartimentação dos fogos é evidente a partir dos alçados, dada a escassez das aberturas para o exterior que, em regra geral, têm um vão por cada compartimento. Esta tipologia possui uma variante nas duas primeiras casas devido ao declive do terreno, não possuindo um piso inferior. Neste caso, a cozinha é transporta para um dos compartimentos no piso superior (Vasconcelos, 2015, p.127).

Relativamente à tipologia pequena, esta apresenta uma área bruta de 41 m². É na casa-de-fora e no quarto do piso superior, por onde é feito o acesso à cozinha e ao pequeno arrumo no piso inferior. A planta possui uma geometria alongada, correspondente a dois terços da tipologia familiar, e uma aparência “aquadrada” que é figurada nos compartimentos de cerca 10 m² (Vasconcelos, 2015, p.127).

O elemento comum à maioria dos espaços nestas unidades são as escadas “em tiro”, perpendiculares à distribuição da tipologia, e que encostam-se ao eixo longitudinal dos fogos, servindo de forma eficiente as várias dependências e estabilizando a estrutura visual da casa, na medida em que permite que a casa se ajuste ao declive e assente no território (Vasconcelos, 2015, p. 129).

Ora, o quadrado que circunscreve o módulo permite entender o pé direito reduzido e a relação de proporção entre as duas fachadas, tornando claro a forma como as tipologias organizam os seus espaços, e permitindo que se identifique um aspeto particularmente interessante que caracteriza a distribuição tipológica das casas, isto é, o duplo acesso, que tem uma entrada superior pela Rua dos Ilhéus e outra inferior pela área dos quintais (Vasconcelos, 2015, p.129).

Deste modo, a forma como a casa se estrutura internamente e se relaciona com o exterior define a sua distribuição e distingue-a das casas saloias, onde os acessos, quer haja um ou mais, são geralmente feitos pelo mesmo plano. A organização tipológica é assim, reflexo de uma de uma adaptação da unidade habitacional às condicionantes naturais e culturais, o que traduz uma maturação de um pensamento elementar regional às necessidades do tempo em que é concebido (Vasconcelos, 2015, p.129).

Actualmente foram feitas algumas alterações que descaracterizam tanto o interior como o exterior, dificultando o diálogo do conjunto no território e o seu carácter comunitário. Relativamente à organização interna foram introduzidas, em parte das tipologias simples, escadas em caracol na casa-de-fora que terminam num espaço por cima do quarto, numa espécie de sala-sótão; nas tipologias simples é implantando uma pequena casa de banho na casa-de-fora; o espaço da casa-de-fora é destituído do seu carácter e passa a servir de corredor entre os espaços; o arrumo é muitas vezes substituído por uma casa de banho ou eliminado para expandir a cozinha; os fornos familiares deixam de funcionar para passar a incluir um pequeno lavado ou arrecadação no seu interior (Vasconcelos, 2015, p.131).

Porém, considera-se a alteração mais grave a dos logradouros que são delimitados e murados individualmente, perdendo-se a comunicação e o carácter comunitário e público que os distinguia (Vasconcelos, 2015, p.131).

Tal como acontece nas estruturas dos conjuntos operários, nas lógicas de habitação em série, a malha estrutural do Bairro dos Ilhéus é definida pela lógica repetitiva dos módulos. Assim, a estrutura é definida por um eixo central no comprimento do conjunto e uma série de planos transversais que delimitam os módulos. Esta continuidade só é quebrada em meia dúzia de níveis devido ao ajusto ao declive do terreno, porém, sem deixar de perder a sua homogeneidade (Vasconcelos, 2015, p.131-133).

Nos pontos de quebra, a seção dos planos transversais aumenta permitindo um melhor comportamento estrutural e dividindo todo o conjunto em pequenas séries de módulos, resultando em três seções diferentes de paredes e dois tipos de estrutura, isto é, a primária, composta pelas paredes interiores de seção maior, pelas paredes interiores de seção

intermediária que delimitam vários módulos e a secundária composta pelas paredes interiores que demarcam e compartimentam os vários módulos dentro de cada série. O facto de não ser um problema estrutural que dimensiona os módulos reforça a analogia com as vilas operárias, na medida em que procura um maior número de fogos por área de conjunto, em detrimento de módulos um pouco maiores mas em menor quantidade (Vasconcelos, 2015, p.133).

A cobertura é também um elemento importante na homogeneização do conjunto. O mesmo apresenta um único telhado de quatro águas e que se deixa quebrar nos vários desníveis que o conjunto apresenta, o que resulta na decomposição formal do todo em pequenos agrupamentos de módulos com cobertura de águas, à exceção dos topos com três águas para fechar o conjunto. A estrutura do telhado em madeira parece assim ser referente a cada série de módulos, em vez de única para cada um, contribuindo para reforçar a ideia de conjunto, de comunidade. Esta cobertura em telha canudo é o próprio tecto no interior, cuja estrutura assenta directamente nas paredes (Anexo – Figura 14). (Vasconcelos, 2015, p.133).

No que diz respeito aos materiais, estes são de fraca qualidade, reforçando o carácter económico da construção. As paredes são de argamassa barata, de pedra irregular assente na argamassa, rebocada e posteriormente caiada tanto no exterior como no interior. No interior, a compartimentação é feita por intermédio de uma espécie de tabiques, compostos por uma estrutura de pedras de argamassa, o que estabelece relações com os modelos açorianos. A altura destes tabiques, no piso superior é de 40 cm acima das vergas das portas, para compartimentar apenas os espaços. (Vasconcelos, 2015, p.133-135).

O pavimento é assente em pedra ou terra, no piso inferior, subpiso enquanto no superior é composto por um tabuado de madeira, construído sobre uma estrutura de barrotes que assentam directamente nas paredes e desenham o teto do piso inferior. As escadas em madeira constituem uma estrutura independente e permite alargar o espaço da cozinha através do seu vão (Anexo – Figuras 15, 16 e 17) (Vasconcelos, 2015, p.135).

Em relação às fachadas do Bairro dos Ilhéus, pode-se dizer que são o elemento de comunicação com o exterior e o resultado da composição lógica do conjunto. A fachada tardoz, com uma cércea de 4,57 m a sudoeste revela as habitações de dois pisos adaptada ao terreno com declive, o que lhe confere uma feição particular. A homogeneização da cal que cobre todo o conjunto, a repetição dos volumes dos fornos familiares salientes no piso inferior e as chaminés que individualizam a fachada posterior, concedem-lhe também um ritmo próprio (Vasconcelos, 2015, p.135-137).

A posição das tipologias familiares torna-se evidente devido ao espaçamento entre os vãos, chaminés e fornos que se encontram aproximados ao longo desta série de casas e que se deixam alargar em quatro janelas a partir do noroeste. Os vãos da janela do piso superior e da porta no piso inferior contribuem para a estabilidade cromática do conjunto (Vasconcelos, 2015, p.137).

O contraste entre a brancura do cal e a sombra de baixo relevo nestes elementos, bem como o branco das chaminés e o tom escurecido do telhado, permitem assegurar a coerência do alçado e do ritmo equilibrado. É neste sentido que a fachada posterior assume uma maior riqueza na sua composição, ao estar voltada para um contexto mais rural, dos campos agrícolas e contígua aos pequenos quintais de cada módulo, caracterizando a vertente mais

social desta série de casas, pela maior exposição solar e diversidade de elementos. Porém, o alçado principal é sem dúvida mais humilde na sua escala e composição. O seu desenho horizontal é composto pela repetição contínua dos vãos de porta e janela das tipologias familiares a noroeste, tornando possível observar-se pequenos alçados contínuos pelo declive, escondendo o piso inferior, que só se descobre nas traseiras (Vasconcelos, 2015, p.137).

A simplicidade desta fachada caracteriza um espaço mais guardado, apropriado para as crianças brincarem e para os bailaricos ao jeito do ripo de vida mediterrâneo, de apropriação da rua (Vasconcelos, 2015, p.139).

Em síntese, pode-se dizer que a reduzida informação da longa fachada permite uma fácil leitura do conjunto. Por um lado, há uma fachada muito rica, de elementos variados e de dois pisos, e por outro lado, uma mais pobre, simples e térrea. Para Vasconcelos (2015) esta dualidade parece relacionar-se com o caráter e dimensão dos espaços contíguos, em que na principal temos a rua, o acesso à vizinha e nas traseiras o sentido privado do conjunto, mais rural, diverso e agreste (Anexo – Figuras 18, 19 e 20). (Vasconcelos, 2015, p.139).

Conforme já referido, foram efetuadas alterações nas tipologias. Estas alterações têm também um reflexo imediato nas fachadas, pela abertura de pequenos vãos de janelas ao lado das portas de entrada, por razões de ventilação. Deste modo, as alterações mais significativas foram as da fachada principal, na medida em que alteraram a leitura e o caráter da fachada, perdendo a opacidade do alçado e o enche de mais informação (Vasconcelos, 2015, p.139).

Procurando entender como a forma como os espaços do Bairro dos Ilhéus se relacionam e estruturam, há algumas “leituras” a ter em conta. Por um lado, deve-se considerar a distinção da habitação em dois espaços em que a primeira corresponde a uma divisão horizontal, por cotas, isto é, a casa-de-fora e quarto, cozinha e arrumo, logo uma zona superior, mais formal e comercial associada a um contexto viário, mais urbano, limpo e reservado, e uma zona inferior, mais rural, mas mais social e comunitária no espaço que integra e que se associa com o exterior. A segunda corresponde a uma divisão cruzada, mais útil nos espaço que considera, ou seja, casa-de-fora e quarto, cozinha e quarto. Uma casa térrea de dois compartimentos e uma de dois pisos do tipo loja e sobrado. Deste modo, pode-se estabelecer uma analogia com as casas medievais, ora rurais, de um só piso, ora urbanas de loja e sobrado com escadas de tiro. Outra analogia prende-se com a compartimentação das lojas rurais, com tipologias que se inserem no âmbito das construções rurais que unem trabalho e habitação, tal como o Bairro dos Ilhéus na medida em que tinha como finalidade servir de habitação aos trabalhadores agrícolas (Vasconcelos, 2015, p.145-147).

Os espaços interiores desempenham assim um papel na estruturação da habitação, entre as quais se pode destacar a casa-de-fora e a cozinha, ambas de caráter público e em contato com o exterior. A casa-de-fora é mais contida e sob a Rua dos Ilhéus e a cozinha, mais social e associada às traseiras, a um espaço comunitário. No entanto, ambas apresentam um espaço de transição, tanto para o exterior como para o interior, sendo duas divisões próximas e ao mesmo tempo opostas (Vasconcelos, 2015, p.147).

O quarto funciona como um elemento comum e agregador da casa, como um espaço neutro e regulador da casa, uma vez que estabelece uma relação próxima como a cozinha

com a casa-de-fora, permitindo que ambos os extremos da casa se relacionem. Deste modo, as Casas dos Ilhéus funcionam como um espaço próprio de acolhimento, mediando o nível superior da rua e inferior do campo, permitindo ao conjunto intervalar os conceitos de trabalho, habitação e lazer como uma espécie de antecâmara (Vasconcelos, 2015, p.147-151).

Ora, de um modo geral, o Bairro dos Ilhéus revela uma proporção quadrada dos espaços e dos elementos que o compõem, característica esta, própria do saloio que o envolve. Inserido no período industrial, na segunda metade do século XIX, época em que também surge em Lisboa as primeiras vilas operárias, a analogia entre as casas dos Ilhéus e um tipo de arquitetura vernácula, saloia ou açoriana, pode parecer relativa, contudo, a relação destas com o tema de habitação operária, em particular na região de Lisboa, pode já parecer evidente, pelos conceitos associados e o tipo de solução (Vasconcelos, 2015, p.157-159).

As casas dos ilhéus e as vilas operárias assumem princípios e ideologias semelhantes, fruto da proximidade geográfica Mafra-Lisboa e de um pensamento moderno que se encontra em conformidade com época, resultando num tipo de habitação idêntica na oferta, na finalidade, nos modos de habitar e na população-alvo (Vasconcelos, 2015, p.159-161).

Considerando esta relação destaca-se o tipo de solução comum que distingue as Casas dos Ilhéus e as insere no âmbito da habitação operária, como o facto de serem multifamiliar, programática, seriada, económica e espacial na comunicação com o edificado envolvente (Vasconcelos, 2015, p.161).

A opção por um sistema habitacional colectivo, de casas em série, multifamiliar, lógica oposta à rural, isolada e unifamiliar, é um princípio que nasceu fruto do problema urbano da falta de espaço e adotado no período industrial devido à sua eficiência na resolução deste problema, permitindo concentrar na mesma área e a baixo custo grande parte dos trabalhadores de uma unidade fabril. No caso das casas dos Ilhéus, embora não houvesse falta de espaço, esta opção adequou-se ao seu propósito permitindo a integração dos trabalhadores vindos dos Açores, o cooperativismo e o controlo da entidade promotora (Vasconcelos, 2015, p.161).

O programa exclusivo à habitação, considerado como uma das especificidades das vilas operárias, surge da mesma necessidade de aproveitamento do espaço urbano. Esta característica, para Vasconcelos (2015, p.161-163) parece ter uma origem profundamente rural e elementar, principalmente na região de Lisboa, onde o piso térreo é aproveitado para a habitação. Neste sentido, não só o bairro em análise adota a mesma ideologia das vilas operárias, como as próprias vilas estabelecem relações com o meio rural, podendo-se constituir assim uma observação válida que contribui para a relação entre a habitação rural e operária.

A seriação da habitação foi uma grande revelação das vilas operárias. Este fator repetitivo, assente na estrutura modular, padrão, permite reduzir os custos da construção e define a composição característica das habitações operárias. Este tipo de solução descende de pequenas construções de um só piso, com dois fogos, que terão existido em bairros mais antigos. No meio rural, a opção pela tipologia padrão de carácter funcional é recorrente, aspeto que traduz um tipo de solução vernácula e não erudita. É de fato esta solução padrão que permite distinguir a casa saloia de uma casa algarvia ou gandraesa (Vasconcelos, 2015, p.163).

No caso dos Ilhéus, esta opção de casas em série torna-a única na sua relação com o meio rural em que se insere. A sua composição, ora em planta, ora em alçado, permite evidenciar a relação com o mesmo tipo de solução e pensamento industrial que caracteriza as vilas operárias. Em ambos, é possível observar um tipo de estrutura comum que regula todo o conjunto, mais densa na periferia e mais fina e secundária na compartimentação interior e de acordo com os diferentes módulos ou tipologias (Vasconcelos, 2015, p.163-165).

A necessidade de resolver a crise de alojamento operário conduziu a arquitetura a um racionalismo estrito nas opções que toma e nas soluções e tipo de arquitetura que propõe, motivo pelo qual, neste contexto e de forma a reduzir os custos, há ainda um despojamento pelo ornamento, considerado como uma despesa sem retorno (Vasconcelos, 2015, p.165).

De acordo com Vasconcelos (2015, p.165-167), a forma como as vilas operárias e o Bairro dos Ilhéus se inserem e relacionam com a envolvente parece ser o reflexo da mesma linha de pensamento e de solução habitacional, na medida em que a primeira se insere à margem dos arruamentos e em estreita proximidade com o local de trabalho. A implantação e configuração assume um caráter segregacionista, ora no interior dos quarteirões formando uma espécie de rua ou pátio alongado para o qual se voltam as habitações. Por sua vez, o Bairro dos Ilhéus, ainda que inserido num contexto próprio como o meio rural, a rua que serve de acesso ao bairro funciona por natureza, como espaço de recreio dos moradores, assemelhando-se ao pátio ou rua formados pela generalidade das vilas operárias.

Pode-se assim verificar a semelhança entre a arquitetura do bairro em análise e a arquitetura das vilas operárias. Para comprovar basta observar-se a semelhança entre alguns exemplos de pátios e vilas operárias e o Bairro dos Ilhéus, como por exemplo, o Pátio Novo, a Vila Elvira e a Vila Cardoso, no que diz respeito à sua configuração, composição e tipologia (Vasconcelos, 2015, p.167).

Ora, implantados também numa situação de declive, tal como o Bairro dos Ilhéus, estes exemplos apresentam a mesma tendência ao nível das coberturas, telhadas de duas águas, reforçando o sentido alongado destes conjuntos, podendo-se notar que a circunstância da implantação tem resultados formais semelhantes. A organização interna dos fogos pode também ser classificada em duas tipologias base, surgindo algumas variações. A casa profunda, semelhante à casa medieval, é organizada numa lógica de compartimentação sucessiva em profundidade, por vezes com um pequeno corredor que une as três divisões, uma delas interior (Vila Elvira). Já a casa regular é circunscrita numa espécie de quadrado de quatro divisões e compartimentação em cruz, sendo ligeiramente maior que a anterior e embora tenha apenas uma frente corresponde à tipologia mais comum deste tipo de habitação operária (Pátio Novo). (Vasconcelos, 2015, p.167-169).

O desenho das tipologias dos Ilhéus apesar de possuir um caráter mais rural, saloio ou açórico apresenta semelhanças com o Pátio Novo em termos de organização interior da tipologia ou de tipologia pequena profunda dos Ilhéus com o tipo de casa da Vila Elvira.

Em suma, o Bairro dos Ilhéus parece encontrar a sua verdadeira identidade num tipo de arquitetura popular, em estreita relação com a região em que se insere (Vasconcelos, 2015, p.169-175).

4. A casa saloia versus casa açoriana

Considerando a relação entre saloio e açoriano é possível notar-se algumas semelhanças materiais e estéticas que caracterizam ambas as tipologias, aproximando-as num contexto de arquitetura mediterrânea, como é o exemplo da utilização da pedra local como material de construção, em detrimento das madeiras, um sistema de cobertura de pouca inclinação e em telha canudo, que denota a influência continental de ocupação mourisca no povoamento das ilhas, a aplicação de cantarias no guarnecimento dos vãos e a utilização de nichos escavados nas paredes no interior das habitações, e por fim o fabrico e utilização do cal no reboco das construções, que nos Açores verifica-se apenas nas ilhas de São Miguel e Santa Maria (Vasconcelos, 2015, p.177).

Do ponto de vista formal e cultural, o modo de habitar e a estrutura do agregado revelam grandes relações de semelhança entre a casa saloia e a açoriana. Dessas semelhanças pode-se enunciar a existência de um forno familiar integrado no volume das habitações, saliente e de acordo com o sistema forno-lareira-chaminé; o volume, as áreas, pequenas, o dimensionamento dos espaços domésticos com uma variação entre as quatro e as cinco varas e a quadrangularidade da sua composição; e pelo tipo de habitação elementar e independente da sua relação com a envolvente (Vasconcelos, 2015, p.177).

Ainda que com algumas diferenças no que respeita à dimensão do lar e do seu interior, a existência de um forno, do emprego do sistema forno-lareira-chaminé e a integração desse elemento no programa habitação, em detrimento da lareira e do forno comunitário, reforça o carácter autónomo do agregado, apresentando assim uma semelhança cultural na consideração do espaço doméstico e na forma de habitar (Vasconcelos, 2015, p.177).

No que diz respeito à tendência quadrangular dos espaços que caracteriza a arquitetura doméstica saloia, pode-se dizer que a casa açoriana, apesar de distanciar-se na estruturação e na modulação geométrica do seu espaço interior, acaba por aproximar-se desta tendência na composição genérica da tipologia (Vasconcelos, 2015, p.177-179).

A casa açoriana, situada num contexto histórico semelhante à saloia, entre migrações e ocupações de vários pontos do continente, resulta num mesmo tipo de arquitetura elementar, autónoma e de síntese, onde integra pequenos detalhes mais eruditos, de ordem estética como as cantarias que emolduram os vãos (Vasconcelos, 2015, p.179).

Face ao exposto é necessário ter-se em conta que as circunstâncias que estão na base de ambos os casos dão origem a uma arquitetura doméstica comum, na sua forma, composição e entendimento do espaço, na medida em que partem de um mesmo tipo de influências e ocupações. Porém, existem divergências. Torna-se assim relevante, entender-se que o processo de aculturação promovido pelas ocupações do território e o desenvolvimento dos costumes e necessidades dos habitantes conduziram a uma arquitetura doméstica regional, vernácula, que se distingue em vários aspectos da tipologia saloia, apesar de a expressão saloia ter surgido nas ilhas açorianas como resultado de uma série de influências continentais, uma vez que essa expressão foi subordinada a uma cultura local, aos seus hábitos, modos de vida, recursos e necessidades, resultando numa arquitetura própria (Vasconcelos, 2015, p.179).

Como exemplos dessas divergências pode-se referir a variação do número de águas da cobertura, do tipo de escadas e do desenho da chaminé. O telhado da casa popular de Santa Maria e São Miguel, que originalmente eram de quatro águas, alterou-se para duas águas,

criando assim pequenas empenas às quais se anexam muitas vezes, outras casas, o que facilita a lógica urbana e as casas em série. A diferença em relação às escadas em “L” da casa açoriana e das escadas de tiro da casa saloia podem ser explicadas num contexto histórico, uma vez que só a partir da época moderna é que passou a ser comum as escadas em “L” na habitação corrente, período que coincide com as ocupações das primeiras ilhas dos Açores (Vasconcelos, 2015, p.179-181).

No que diz respeito à chaminé, o seu desenho varia não só entre as tipologias como também dentro de cada uma. A chaminé da casa saloia é formada habitualmente por dois volumes, um primeiro paralelepípedo e um segundo semicircular e semicilíndrico horizontal. Na casa açoriana esta varia entre o modelo à moda antiga e o de vapor, mais alta e esguia, formada por dois volumes sobrepostos, um tronco de pirâmide e um tubo cilíndrico com ventilações laterais na seção superior (Anexo – Figura 21, 22 e 23). (Vasconcelos, 2015, p.181).

A estruturação da casa açoriana numa composição de módulos difere também da casa saloia. Enquanto na tipologia da casa saloia cada módulo corresponde em área a um único espaço como cozinha, casa-de-fora ou quarto, na casa açoriana estes são habitualmente compartimentados ou interrompidos através da introdução de paredes de tabiques, gerando outras pequenas divisões (Vasconcelos, 2015, p. 181-183).

Numa perspetiva tipológica, pode-se dizer que a casa saloia é mais térrea, torreada ou sobradada, enquanto a casa açoriana pode ser mais linear, antiga, abarracada, ou de cozinha dissociada. Apesar do referido, os dois modelos partilham algumas ideologias comuns (Vasconcelos, 2015, p.185).

5. Relação entre o Bairro dos Ilhéus, a casa saloia e a casa açoriana

Procurando-se estabelecer uma relação entre o Bairro dos Ilhéus e casa saloia, além do seu contexto geográfico, é relevante referir, além do que já foi exposto ao longo deste trabalho, que as mesmas assemelham-se na distribuição, estruturação, organização e proporção da casa, bem como, na proporcionalidade do desenho das fachadas, no número de vãos por área e na sua forma, nos acessos e nas relações interior/exterior e no tipo de escada utilizado (Vasconcelos, 2015, p.187).

A lógica distributiva da casa, a sequência e a posição dos espaços em “L” é um aspeto do bairro em análise que parece aludir à tipologia torreada da casa saloia, na distribuição e volumetria dos espaços que compreende, bem como, nas transições que estabelece (Vasconcelos, 2015, p.187).

Em ambos os casos, o quarto situa-se num extremo da casa, acessível apenas pela área social e ocupando a posição de destaque. Os alçados do bairro parece também ser um reflexo da lógica de proporção que existe na composição das casas saloias, com acento na quadrangularidade dos vãos (Vasconcelos, 2015, p.187-191).

Observando-se por exemplo, duas casas saloias, uma torreada em Lourel e uma sobradada em Arneiro dos Marinheiros, nota-se as relações entre a geometria dos seus alçados e o alçado dos Ilhéus (Anexo – Figura 24 e 25). Ao considerar-se os limites das casas como eixos de vãos, destes dois exemplos, verifica-se a aproximação ao tipo e proporção de alçado do Bairro dos Ilhéus, em que no caso da tipologia sobradada é notável a

semelhança dos eixos que marcam os vãos e deste modo, a sua composição (Vasconcelos, 2015, p.191).

Relativamente ao número de vãos por área, que não é abundante neste tipo de habitações, o Bairro dos Ilhéus aproxima-se do modelo saloio na medida em que é bastante poupado, apresentando, em regra geral, um vão de janela por compartimento. Como resultado, o tipo de relações interior/exterior apresenta analogias entre as duas casas devido à existência de uma casa-de-fora num dos dois acessos à casa, com um espaço cego, de receção e em comunicação com a rua, tal como na casa saloia. O acesso feito pelos dois espaços sociais da casa (pela casa-de-fora ou pela cozinha) relaciona-se com as duas portas na fachada da casa saloia (Vasconcelos, 2015, p.191).

As escadas “em tiro” assemelham-se com a da casa saloia em tipologia, forma, dimensão e no próprio vão da escada, sendo apropriado devido ao espaço onde se inserem.

Porém, é através das divergências entre o bairro e a casa saloia, que se encaixam as semelhanças com o modelo açoriano. Estas semelhanças encontram-se, fundamentalmente, na cobertura de duas águas e nos sistemas de agregação por empena (Anexo – Figura 26 e 27); no tipo de declive a que a casa está sujeita e por consequência no modo de implantação; no carácter dobrado das tipologias dos Ilhéus e em parte no desenho da fachada a nordeste (Vasconcelos, 2015, p.197).

É, deste modo, possível fazer-se uma analogia entre o Bairros dos Ilhéus e os pequenos aglomerados açorianos, como por exemplo, uma série de casas situadas na Feteira Pequena, em São Miguel, com relação ao número de águas de cobertura e sistema de agregação. Contudo, esta analogia pode tornar-se ambígua pelo facto de que aparentemente, o modelo original açoriano poderia ser de quatro águas, facto este que não é possível verificar-se. Não obstante, o caso das hospedarias do Santuário de Nossa Senhora do Cabo, que, tal como os modelos açorianos era composto por uma sequência de coberturas de quatro águas, característica comum nas casas saloias, passou também para uma estrutura única de duas águas, notando-se uma tendência para a uniformização das coberturas tanto nos modelos açorianos como nos saloios (Vasconcelos, 2015, p.197-199).

O sistema de agregação por empena, comum na tipologia linear da casa açoriana em contexto urbano, encontra-se em grande evidência no acabamento entre os vários desníveis que compõem o Bairro dos Ilhéus. Contudo, para além da semelhança exterior ao nível do conjunto entre ambas, é relevante destacar-se também as relações próximas com um tipo de casa saloia térrea, podendo-se encontrar proporções constantes nos três casos e numa lógica linear idêntica, apesar de tipologicamente o Bairro dos Ilhéus não se organizar da mesma forma (Vasconcelos, 2015, p.199-201).

A relação mais evidenciada, encontrada em matéria de empenas entre ambos os modelos referem-se às casas abarracadas, comuns em São Miguel, num contexto mais rural e isolado, como na zona da Bretanha e Sete Cidades. Nestes casos, os modelos aproximam-se pela profundidade dos espaços interiores, com exceção do lar de acesso ao forno (Vasconcelos, 2015, p.201).

Considerando que é frequente, na generalidade das tipologias açorianas, em especial da Ilha de São Miguel, a implantação em situações de declive, tanto num meio rural como urbano, a casa açoriana ganha expressão no contexto de semelhança com o Bairro dos Ilhéus, pelo uso frequente de pequenos degraus de acesso que permitem estabelecer cotas

comuns entre as várias casas e vencer o declive, como é o exemplo de duas casas na Vila do Porto; a aparência escaduada que revela o sistema de agregação por empena; a implantação a duas cotas de algumas tipologias maiores de forma a vencer o declive, como acontece com uma casa com alpendre em Água Retorta, São Miguel (Vasconcelos, 2015, p.203-205).

Relativamente ao interior, e não obstante ao facto de a estruturação linear da casa saloia e a organização em “L” do seu modelo torreado estabelecer relações com o Bairro dos Ilhéus, a planta dobrada com compartimentos para trás e para frente, comum em algumas tipologias açorianas, relaciona-se também com o bairro em análise. Porém, estes modelos dobrados são normalmente o resultado de modernização das casas existentes (Vasconcelos, 2015).

Em relação ao desenho das fachadas, nota-se uma relação entre o alçado nordeste das quatro tipologias familiares do bairro e a generalidade das casas açorianas, que são caracterizadas por um alçado do tipo janela-porta ou janela-porta-janela. Contudo, esta é outra semelhança que, assentando numa exceção do bairro, não se revela uma amostra suficiente para estabelecer uma analogia (Vasconcelos, 2015, p.207).

De acordo com Vasconcelos (2015, p.207), é através dos aspectos de ordem construtiva tipológica que se observa as relações, quer de semelhança como de divergência entre as casas dos Ilhéus e os modelos açorianos e saloios. Desse modo, o Bairro dos Ilhéus assume uma posição racional e económica quando se considera a época da sua construção e a sua relação com o tema de habitação operária, o que resulta na inexistência de nichos no interior do espaço doméstico, ou de cantarias no guarnecimento dos vãos, elementos estes transversais na arquitetura popular saloia e açoriana.

É ainda na dimensão do lar que as casas do bairro afastam-se do modelo açoriano, habitualmente mais profundo, aproximando-se da casa saloia, normalmente menos profunda. Assim sendo, a relação entre a casa açoriana de Santa Maria e São Miguel e o bairro dos Ilhéus refere-se, acima de tudo, ao tipo de assentamento que caracteriza de modo mais transversal a sua arquitetura popular, afastando-a dos continentais (Vasconcelos, 2015, p.207-209).

Em síntese, ao considerar-se a constituição das tipologias do bairro, que revela uma proporção quadrada dos seus espaços e elementos em medidas muito aproximadas às da casa saloia; a ordem na edificação dos espaços com destaque sobre o forno, a cozinha e o quarto, revelando uma tipologia em loja-sobrado; a proporcionalidade no desenho dos alçados com referências à geometria quadrangular; a aproximação entre a seção das casas do bairro e a casa saloia e não tanto com a açoriana, bem como os acessos e a sucessão dos espaços na distribuição da tipologia e a quantidade e o desenho de vãos em ambas as tipologias, apura-se a existência de uma base saloia na arquitetura do Bairro dos Ilhéus, tal como também o é na arquitetura popular dos Açores, pelo que se pode considerar a casa saloia como o tipo-base em ambos os casos (Vasconcelos, 2015, p.209).

Por fim, é ainda importante referir que o território em que se insere o Bairro dos Ilhéus revela uma abordagem de um tipo de arquitetura popular, de bases locais ao ter-se em conta o território como zona e área de influência, isto é, a região saloia onde se insere e à possível mão-de-obra local que terá estado na construção do conjunto. Por outro lado, o território como matéria física, isto é, o declive em que se insere esta série de casas, adversa à implantação das casas saloias, estabelece semelhanças com as ilhas de São Miguel e Santa

Maria, criando assim condições para obter um resultado aparentemente idêntico uma vez que a arquitetura popular das ilhas insere-se também no âmbito da arquitetura saloia (Vasconcelos, 2015, p.209-211).

Deste modo, o Bairro dos Ilhéus, tal como a casa saloia ou a açoriana são fruto de um processo de aculturação, representando uma síntese de dois tipos de arquitetura vernácula de princípios semelhantes, ou seja, saloios. A relação com a habitação operária permite concluir que o bairro constitui uma representação seriada da casa saloia na região de Lisboa (Vasconcelos, 2015, p.211).

6. Loteamento e casas das Sete Cidades de Eduardo Souto Moura e Adriano Pimenta

Sete Cidades é uma freguesia portuguesa do concelho de Ponta Delgada, ilha de São Miguel, arquipélago dos Açores, com 19.22 km² de área e 793 habitantes de acordo com os censos efectuados em 2011 (Censos, 2011, p.151). Esta apresenta características e paisagens únicas, sendo uma freguesia com uma altitude de 260 metros no interior da caldeira do vulcão das Sete Cidades, na margem oriental da lagoa com o mesmo nome. Os habitantes desta freguesia vivem essencialmente da agricultura e da produção de gado.

No que diz respeito a obras arquitectónicas de carácter importante nesta freguesia, realça-se a Igreja de São Nicolau, em estilo neogótico e inaugurada em 1852, bem como a casa dos herdeiros de Caetano de Andrade, e o túnel de descarga da lagoa, inaugurada em 1937.

De vivências genuínas e com uma beleza natural impressionante, esta freguesia tem sido alvo de interesse por alguns arquitetos, alguns até de renome, devido à sua delicadeza.

Neste paraíso natural, Souto Moura foi convidado a projetar uma construção de 27 casas em regime de custos controlados (Anexo – Figuras 28, 29 e 30), com o objetivo de garantir uma otimização da relação custo/qualidade das habitações, sendo este o objetivo essencial do projecto, evidenciando-se neste tipo de construção uma estreita relação com as circunstâncias que deram lugar ao Bairro dos Ilhéus, bem como aos pátios e vilas operárias.

A racionalidade das soluções dos espaços das casas nas Sete Cidades tenta garantir a satisfação do exercício das atividades da vida familiar, desenvolvendo-se em dois pisos com o aproveitamento da falsa e com um forno exterior (Anexo – Figuras 31, 32, 33 e 34), elementos característicos das tipologias do nordeste micalense (Delaqua, 2015).

O forno é, sem dúvida, uma imagem marcante das casas típicas da Região Autónoma dos Açores, sendo um elemento arquitectónico presente na vivência das suas gentes. O forno é assim utilizado não só para cozinhar, mas também para aquecer, como desumidificador, como o local de convívio entre a família.

Nota-se que Souto Moura ao construir este bairro teve precisamente a preocupação de integrar as vivências típicas dos Açores. Sendo um projeto de áreas mínimas, por ser de custos controlados, as casas apresentam-se ainda desagregadas umas das outras e com logradouros sem delimitações aparentes, podendo-se notar aqui uma relação com o Bairro dos Ilhéus, antes da já referida alteração que foi efectuada nos logradouros.

Salienta-se que apesar das casas das Sete Cidades apresentarem traços contemporâneos, as mesmas não desrespeitam a forma das moradias típicas daquela zona.

Ora, o terreno das casas das apresenta uma área total de 13.202 m² e situa-se numa zona de transição da Vila das Sete Cidades, confinando a poente com um arruamento existente, com uma frente consolidada de habitações de R/C mais 1, a norte com uma habitação e uma série de lotes de ocupação agrícola, a nascente com um lote agrícola e a Sul com um lote arborizado e sem construções (Delaqua, 2015).

O arquiteto escolheu o betão como principal material construtivo, mas não deixa de ter a delicadeza de utilizar tábuas de criptoméria para a sua cofragem, madeira esta, típica daquela região, e que permite que a cofragem permaneça com o negativo dos veios da madeira, fazendo com que as casas se interliguem com o local e utilizando assim material local para a construção.

Evidencia-se ainda o cuidado na escolha das cores das casas. A casa típica das Sete Cidades é pintada de cor branca e as portas de uma cor avermelhada. No bairro das Sete Cidades, o arquiteto não utilizou a cor branca no exterior mas sim no interior deixando os veios da madeira visíveis, utilizando somente nas portas a típica cor vermelha (Anexo – Figuras 28 e 29).

7. Considerações finais

Foi possível observar-se através deste estudo desenvolvido, que o Bairro dos Ilhéus, inserido num contexto de arquitetura popular regional, relaciona-se com a casa saloia e a casa açoriana.

Erguido ainda numa época de conseqüente necessidade de mão-de-obra, caraterizada por um pensamento moderno industrial, estabelece relações com as formas de habitação operária no tipo de arquitetura que propõe, em particular com as vilas.

É neste contexto histórico próprio em que surge o bairro em análise que o mesmo estabelece ainda uma relação entre o sentido de tradição e modernidade, de onde resulta a singularidade da sua arquitetura, pelo equilíbrio que aparenta apresentar entre os valores tradicionais e um pensamento moderno, sóbrio, expondo uma arquitetura rica e coeva.

Revela pois a sua base tradicional pelas relações que estabelece com a arquitetura popular local, saloia. É neste período caraterizado pelo êxodo rural, pela invasão da modernidade e do urbanismo que o bairro demonstra ser um produto assente na tradição cultural saloia. É igualmente um produto do tempo em que surge, no tipo de soluções e necessidades que procura atender, motivo pelo qual os princípios industriais que o concebem tonam-no testemunha de um tipo de arquitetura operária e industrial. São precisamente estas soluções que caraterizam as vilas operárias de Lisboa e que são reconhecidas no Bairro dos Ilhéus que o destacam no meio em que se insere, por revelar um pensamento moderno, capaz de responder a necessidades coevas (Vasconcelos, 2015, p.221-224).

Deste modo, pode-se dizer que o Bairro dos Ilhéus é uma obra de modernidade, criada de acordo com objetivos e soluções modernas, expondo-se como resultado da colaboração entre a participação da cultura vertical da tradição e de uma cultura horizontal da modernidade, num ponto em que a tradição acolhe naturalmente os aspectos da modernidade (Vasconcelos, 2015, p.223).

Por fim, realça-se que o contato de natureza constante, a transmissão de certos elementos de uma cultura de uma sociedade para a outra, aceite em certos aspectos e

rejeitada noutros, conduz a que se verifiquem semelhanças arquitetónicas, quer no Bairro dos Ilhéus, como na casa saloia e açoriana, aspectos estes, que ao procurar-se não desprezar a envolvente, a forma típica das moradias da zona, cria, ainda que de modo singular, uma estreita relação com as edificações contemporâneas, como é o caso do bairro edificado nas Sete Cidades, que representa, de certa forma, os desenhos de uma casa saloia portuguesa, com uma configuração contemporânea.

Bibliografia

ÁREA MILITAR. **Batalha de Guadalete. Reconquista cristã.** [Consult. 02 nov. 2016] Disponível em: <<http://www.areamilitar.net/HISTbcr.aspx?N=37>>

CARNEIRA, Ana. **Memória da História no Reabilitar. O sentido do lugar no casal do reboleiro.** Dissertação e Projecto para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura. Universidade de Lisboa. Portugal, 2014. [Consult. 02 nov. 2016] Disponível em: <<http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/12208>>.

CENSOS, 2011. **Principais Resultados Definitivos dos Censos 1991, 2001 e 2011.** SREA, Serviço Regional de Estatística dos Açores. [Consult. 08 nov. 2016] Disponível em: <<http://estatistica.azores.gov.pt/upl/%7Bb6051d72-fdd2-4442-9a84-21f34f6f190f%7D.pdf>>

DELAQUA, Victor. **Loteamento e casas das Sete Cidades/ Eduardo Souto de Moura + Adriano Pimenta.** Archdaily. [Consult. 06 nov. 2016] Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/765406/loteamento-e-casas-das-sete-cidades-eduardo-souto-de-moura-plus-adriano-pimenta>>

FERNANDES, José & JANEIRO, Lurdes. **Arquitetura Vernácula da Região Saloia - Enquadramento na Área Atlântica.** Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991. [Consult. 02 nov. 2016] Disponível em: <<http://www.cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/architectura-1/8-8/file.html>>

JORGE, Pedro. **A Arquitetura Popular como transição entre o vernáculo e o erudito. Uma tentativa de definição dos diferentes contextos arquitetónicos de raiz não-erudita.** Escola Superior Gallaecia. Portugal, s.d. [Consult. 02 nov. 2016] Disponível em: <https://www.academia.edu/3701593/A_ARQUITETURA_POPULAR_COMO_TRANSI%C3%87%C3%83O_ENTRE_O_VERN%C3%81CULO_E_O_ERUDITO_Uma_tentativa_de_defini%C3%A7%C3%A3o_dos_diferentes_contextos_arquitet%C3%B3nicos_de_raiz_n%C3%A3o-erudita>

VASCONCELOS, António. **Seriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra.** Dissertação para Mestrado Integrado em Arquitetura. Universidade de Lisboa. Portugal, 2015. [Consult. 03 nov. 2016] Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/8930>>

Anexo



Figura 1 – Caaba, Santuário de Meca. Know.net Enciclopédia Temática. Caaba. [Conslt. 14 de nov. 2016]
Disponível em: <http://knoow.net/religoes/islamismo/caaba/>



Figura 2 – Capela do sítio da Nazaré. Nazaré e São Martinho do Porto. [Conslt. 14 de nov. 2016] Disponível em: < <http://viajarso.blogspot.pt/2011/04/nazare-e-s-martinho-do-porto.html> >



Figura 3 – Capela da Senhora do Cabo, Cabo Espichel. Artigos de apoio.[Conslt. 14 de nov. 2016] Disponível em: < [https://www.infopedia.pt/\\$santuario-de-n.-sra.-do-cabo-espichel,4](https://www.infopedia.pt/$santuario-de-n.-sra.-do-cabo-espichel,4)>



Figura 4 – Casa Saloia em Assafora, Sintra. Vasconcelos, 2015. Sèriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. Conslt. 03 de nov. 2016] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/8930>



Figura 5 – Forno adossado ao volume de uma casa térrea no Pragal, Almada. Vasconcelos, 2015. Seriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. Conslt. 03 de nov. 2016] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/8930>



Figura 6 – A casa-de-fora de uma casa saloia na aldeia de Broas, Sintra. Vasconcelos, 2015. Seriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. Conslt. 03 de nov. 2016] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/8930>



Figura 7 – Pátio do Carrasco, Alfama, Lisboa. Ruas de Lisboa com alguma história. Largo do Limoeiro. [Constl. 15 de nov. 2016] Disponível em: <http://aps-ruasdelisboacomhistrria.blogspot.pt/2014/11/largo-do-limoeiro-ii.html>



Figura 8 – Pátio do Gil em 1904, Lisboa. Na última hora do ano do 2º Centenário. [Constl. 15 de nov. 2016] Disponível em: <http://aps-ruasdelisboacomhistrria.blogspot.pt/2014/11/largo-do-limoeiro-ii.html>



Figura 9 – Vila Flamiano, Lisboa. Ruas de Lisboa com alguma história. Vila Flamiano III. [Conslt. 15 de nov. 2016] Disponível em: < <http://aps-ruasdelisboacomhistrria.blogspot.pt/2015/09/vila-flamiano-iii.html>>

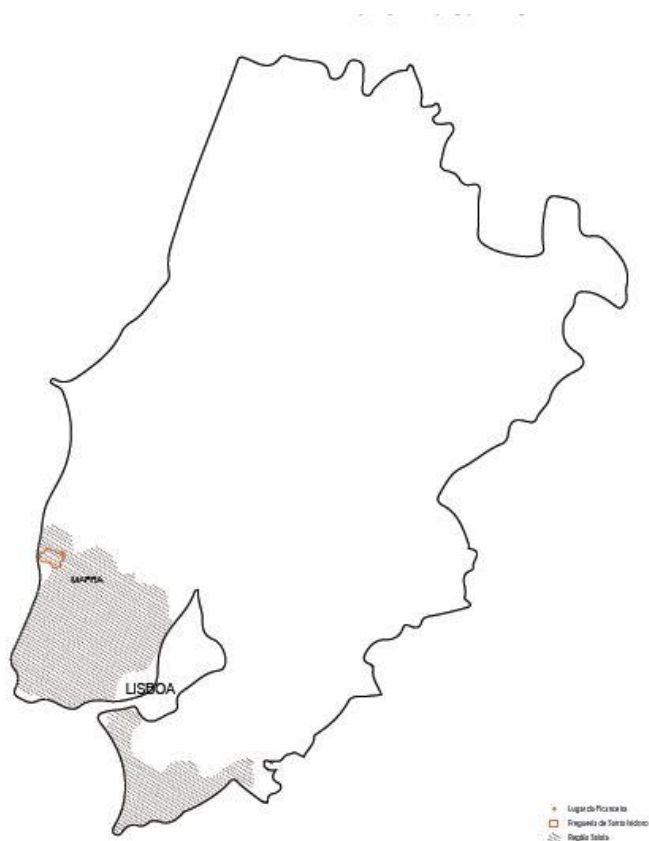


Figura 10 – Mapa da região de Lisboa com o lugar da Picanceira sobre a região saloia. Vasconcelos, 2015. Seriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. Conslt. 03 de nov. 2016] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/8930>



Figura 11 – Bairro dos Ilhéus à direita, Pínceira. Pínceira. [Conslt. 15 de nov. 2016] Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pínceira#/media/File:Pínceira_-_Vista_geral.jpg



Figura 12 – Situação topográfica, desníveis. Elaborada pelos autores, 2016.



Figura 13 – Logradouros nas traseiras com acesso pela cozinha. Elaborada pelos autores, 2016.



Figura 14 – Cobertura em telha de canudo. Vasconcelos, 2015. Sriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. Constl. 03 de nov. 2016] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/8930>



Figura 15 – Estrutura da cobertura. Vasconcelos, 2015. Seriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. Conslt. 03 de nov. 2016] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/8930>

Figura 16 – Detalhe da estrutura da cobertura. Vasconcelos, 2015. Seriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. Conslt. 03 de nov. 2016] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/8930>



Figura 17 – Estrutura do pavimento do sobrado e do teto no piso inferior. Vasconcelos, 2015. Seriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. Conslt. 03 de nov. 2016] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/8930>



Figura 18 – A porta, de postigo, que dá acesso a cada casa. Vasconcelos, 2015. Seriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. Conslt. 03 de nov. 2016] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/8930>



Figura 19 – A casa-de-fora. Vasconcelos, 2015. Seriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. Constl. 03 de nov. 2016] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/8930>



Figura 20 – O quarto. Vasconcelos, 2015. Seriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. Constl. 03 de nov. 2016] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/8930>



Figura 21 – Dois tipos de chaminés comuns nas ilhas de S.Miguel e Santa Maria. À direita a chaminé “mais antiga” e à esquerda a chaminé de vapor. Vasconcelos, 2015. Seriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. Conslt. 03 de nov. 2016] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/8930>



Figura 22 – Dois tipos de chaminés comuns nas casas saloias. Vasconcelos, 2015. Seriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. Conslt. 03 de nov. 2016] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/8930>



Figura 23 – Chaminé do Bairro dos Ilhéus, distinta da casa açoriana. Vasconcelos, 2015. Seriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. Conslt. 03 de nov. 2016] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/8930>

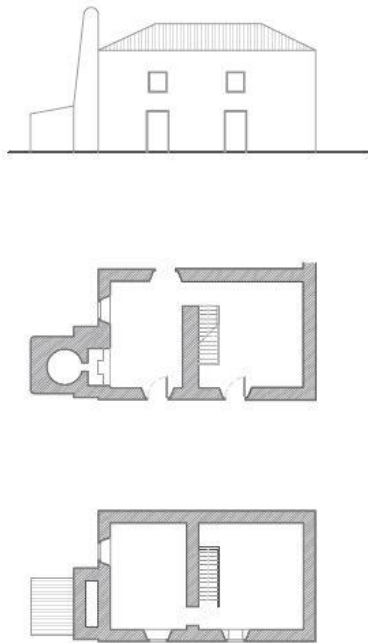


Figura 24 – Alçado e Planta de casa sobradada, Arneiro dos Marinheiros. Vasconcelos, 2015. Seriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Pícançeira, Mafra. Conslt. 03 de nov. 2016] Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/8930>>

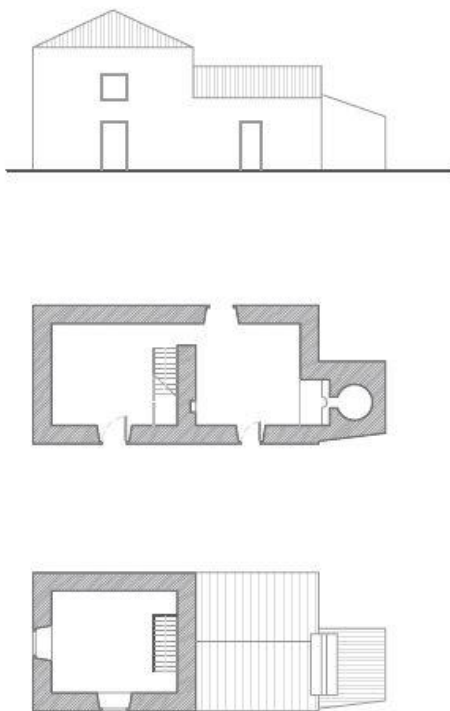


Figura 25 – Casa torreada em Lourel. Vasconcelos, 2015. Seriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Pícançeira, Mafra. Conslt. 03 de nov. 2016] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/8930>



Figura 26 – Sistema de agregação por empena, na Feteira Pequena, S.Miguel. Vasconcelos, 2015. Seriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. Conslt. 03 de nov. 2016] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/8930>



Figura 27 – Detalhe do sistema de agregação por empena, na Feteira Pequena, S.Miguel. Vasconcelos, 2015. Seriação da casa saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. Conslt. 03 de nov. 2016] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/8930>



Figura 28 – Loteamento e casas das Sete Cidades, S.Miguel. Elaborada pelos autores.



Figura 29 – Loteamento e casas das Sete Cidades, S. Miguel. Elaborada pelos autores.



Figura 30 – Loteamento e casas das Sete Cidades, S. Miguel. Elaborada pelos autores.



Figura 31 – Detalhe do forno das casas das Sete Cidades, S. Miguel. Elaborada pelos autores.

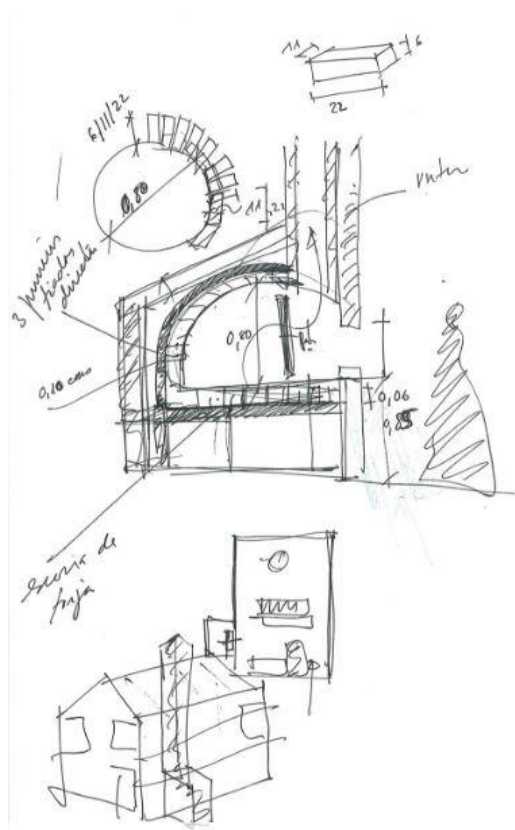


Figura 32 – Esquízo do forno. Alves, 2015. Loteamento e casas das Sete Cidades/ Eduardo Souto Moura + Adriano Pimenta. Archdaily.[Conslt. 08 de dez. 2016] Disponível em: < <http://www.archdaily.com.br/br/765406/loteamento-e-casas-das-sete-cidades-eduardo-souto-de-moura-plus-adriano-pimenta/552c85c8e58ece2cfd000183>>

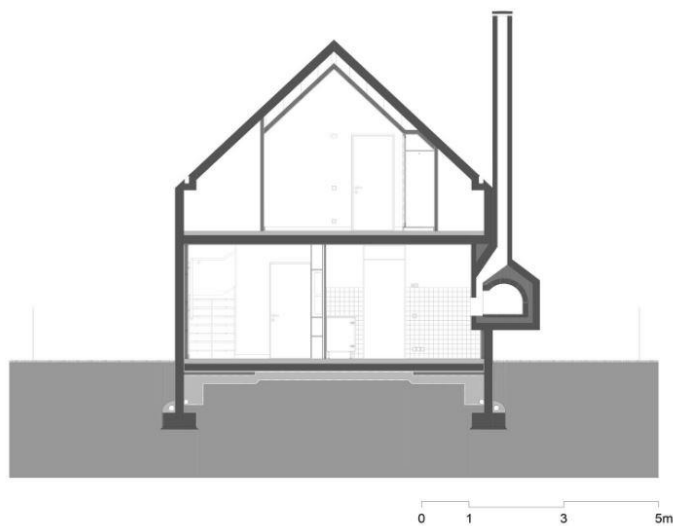


Figura 33 – Desenho técnico. Loteamento e casas das Sete Cidades/ Eduardo Souto Moura + Adriano Pimenta. Archdaily.[Conslt. 08 de dez. 2016] Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/765406/loteamento-e-casas-das-sete-cidades-eduardo-souto-de-moura-plus-adriano-pimenta/552c8936e58ece2cfd00018a>



Figura 34 – Forno, vista interior. Loteamento e casas das Sete Cidades/ Eduardo Souto Moura + Adriano Pimenta. Archdaily.[Conslt. 08 de dez. 2016] Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/765406/lotamento-e-casas-das-sete-cidades-eduardo-souto-de-moura-plus-adriano-pimenta/552c810be58ece2cfd000176>>

Curta-metragem

“ORIGEM”

Link:

www.youtube.com/watch?v=NTMfS7vj4BA

Duração:

3:04 min

Produção:

Magmáticos.



goncalopes95@gmail.com

dinisimao95@gmail.com

brunoafex@hotmail.com

Imagem:

Magmáticos

Imagens aéreas:

Dronabove

Som:

“Open sea morning – Puddle of infinity”

Memoria-descritiva:

A nossa curta, tinha como objetivo relacionar vários pontos fundamentais relacionados com o nosso trabalho “O Bairro dos Ilhéus, Picanceira”.

Visto que as casas do bairro dos ilhéus, tem grandes semelhanças com as casas micaelenses devido a historia da sua origem. Achamos interessante retratar uma recente obra dos Arquitectos Souto Moura e Adriano Pimenta, onde reinterpretabam os

desenhos de uma casa salaia portuguesa, só que numa linguagem contemporânea. Áreas, forno de lenha e as formas dos vãos, não foram esquecidos. Acaba por manter uma relação interessante também, por o projeto ter como lugar os Açores, local que estabelece uma relação com as casas do Bairro dos Ilhéus .

A nossa curta estabelece uma relação entre a forte envolvente açoriana e a obra arquitetónica. Utilizamos filmagens aéreas e filmagens estáticas de forma a enfatizar as sombras, cores e texturas.

Arquitetura Portuguesa de Autor: Aproximações à Arquitetura Popular

Teresa Madeira da Silva,
ISCTE-IUL / DINÂMIA'CET-IUL
teresa.madeira@iscte.pt

Resumo

O objetivo deste artigo é identificar os traços da arquitetura popular (a partir do Inquérito), na arquitetura erudita (de autor), na segunda metade do século XX a partir da análise de três obras de arquitetos portugueses projetadas e construídas nas décadas de 1950 e 1990 e da leitura do Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa (1955-1960). No seguimento do repto lançado por Leal (2011) acerca do diálogo entre o erudito e o popular partindo da arquitetura erudita, este texto apresenta três habitações unifamiliares onde é possível reconhecer raízes da arquitetura popular numa atitude que associa os princípios da arquitetura moderna e a tradição da arquitetura rural. Este artigo organiza-se em quatro partes: o corpo do texto que faz uma leitura dos casos de estudos e do Inquérito, antecedido de uma Introdução de modo a enquadrar o tema a tratar, seguido de uma Conclusão e de uma Bibliografia. O primeiro caso de estudo corresponde aquilo a que alguns autores designam por “segunda geração no Movimento Moderno” (Tostões, 1997: 40) e é uma obra realizada entre os anos 50 e 60 do século XX, fortemente marcada por um processo de reflexão e crítica a certas premissas do Movimento Moderno. Referimo-nos à **Casa Metelo** construída, no Banzão, em Sintra (1957/1959), e projetada pelos arquitetos Nuno Teotónio Pereira (1922) e Nuno Portas (1934). A **Casa em Moledo**, Caminha (1991/1997), do arquiteto Eduardo Souto de Moura (1952), e a **Casa Saraiva de Lima II** em Alcácer-do-Sal (1998/2001) projetada pelo arquiteto João Pedro Falcão de Campos (1961) são os dois outros exemplos escolhidos. Em todos eles encontramos traços comuns e reconhecíveis dos princípios da arquitetura popular apresentados no Inquérito.

Palavras-chave: Arquitetura Popular, Arquitetura Moderna, Fernando Távora, Nuno Teotónio Pereira, Souto de Moura.

Introdução

Este artigo parte do pressuposto aceite por vários investigadores que o Inquérito¹, foi se tornando “uma obra de referência para os arquitectos portugueses, sendo-lhe atribuído um papel importante no desenvolvimento da arquitectura portuguesa da segunda metade do século XX.” (Teixeira, p.156, 2013). O nosso objectivo é fazer uma análise da arquitectura de autor da segunda metade do século XX a partir de três habitações unifamiliares em confronto com os fundamentos da arquitectura popular apresentados no Inquérito. Neste sentido, interessa-nos refletir sobre os aspetos relacionados com “formas e expressões” (Inquérito, p. 93, 1988), ou seja, na linguagem de Keil do Amaral e da sua equipa, através de “uma análise sob o aspeto plástico” da arquitectura (Inquérito, p.93, 1988). A metodologia utilizada assenta assim na leitura dos casos de estudo escolhidos e do Inquérito através da recolha bibliográfica e iconográfica à luz de diferentes tópicos tais como: a forma de implantação dos edifícios e a sua relação com o terreno onde se implantam e com a orientação solar, a relação dos volumes, dos espaços e das superfícies, os efeitos de luz e sombra, a relação e a disposição entre os cheios e vazios, os materiais e os sistemas construtivos, etc. Não iremos, portanto, fazer uma leitura, nem do ponto de vista histórico, nem do ponto de vista conceptual (são muitos os contributos quer nacionais quer internacionais sobre a arquitectura popular a partir destas duas vertentes), vamos sim, fazer uma leitura entre os casos de estudos escolhidos – habitações unifamiliares construídas nas décadas de 1950 e 1990 e as soluções do ponto de vista funcional, construtivo e formal apresentadas no Inquérito.

A primeira obra que iremos apresentar marca um período de viragem no campo disciplinar da arquitectura em Portugal. É aceite que a partir da década de 1950 podemos encontrar um número significativo de propostas resultantes da aproximação aos valores da arquitectura vernacular, popular como forma de afirmação de uma entidade cultural (Fernandes (1996), Tostões (1997), Leal (2000; 2009, 2011), Teixeira (2013), Farias (2013), entre outros). É aceite igualmente que neste período, se assistem a certas mudanças de linguagem e de formas de construir através da percepção das virtudes e qualidades da arquitectura popular que resultaram numa nova sensibilidade em relação ao modo de leitura do lugar, do território, dos sistemas construtivos, e da utilização de materiais de construção. “Embora o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal tivesse exclusivamente objectivos de estudo da arquitectura popular e não pretendesse portanto definir – à semelhança da Casa Portuguesa – um programa estilístico, teve um impacto considerável na produção arquitectónica portuguesa da época, facilitando a abertura para novas formas de diálogo entre arquitectura moderna e arquitectura vernácula, (...)” (Leal, p. 8, 2009). A Casa Metelo de Nuno Teotónio Pereira² e Nuno Portas, a Casa em Moledo

1 “Entre 1955 e 1960 o então Sindicato Nacional dos Arquitectos levou a cabo uma pesquisa denominada Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa. Tratava-se de um levantamento sistemático da construção popular portuguesa, já então prestes a desaparecer, realizado de norte a sul do país. Dividido por regiões geográficas coube a diferentes equipas de arquitectos o estudo de uma área delimitada num total de seis zonas (Minho, Trás-os-Montes, Beiras, Estremadura, Alentejo e Algarve). A profunda mutação do território português e da sua construção que se vem sentindo desde então torna o material recolhido um espólio de valor incalculável e único. Deste Inquérito resultou a 1ª Edição do livro Arquitectura Popular em Portugal publicada em 1961, reeditada em 1980, 1988 e 2004.” In: Ordem dos Arquitectos (s.d.). Neste artigo designaremos por “Inquérito” a obra “Arquitectura Popular em Portugal”.

² Nuno Teotónio Pereira foi um dos arquitectos que participou no Inquérito fazendo parte da equipa da zona IV (Extremadura, Ribatejo e beira Litoral), juntamente com António Pinto de Freitas e Francisco Silva Dias.

de Souto de Moura e a Casa Saraiva de Lima II de João Pedro Falcão de Campos são, entre muitas outras que poderíamos incluir neste estudo³, proposta que poderão ir ao encontro da leitura que pretendemos fazer a partir do pressuposto inicial.

Casa Metelo na Praia das Maças⁴

A Casa Metelo, também conhecida como Casa na Praia das Maças (Portas e Pereira, 1963) foi projectada pelo arquitetos Nuno Teotónio Pereira (1922) e Nuno Portas (1934), entre 1958 e 1959. A casa, situa-se no Alto da Salada, no Banzão perto de Sintra no meio de um pinhal e implanta-se numa zona de duna com um desnível acentuado. “A construção, no interior do pinhal, estende-se adocçada à duna que atravessa longitudinalmente o terreno virado para a estrada tendo apenas uma discreta presença.” (Portas e Pereira, p.13, 1963). Pela maneira como se implanta no terreno, o edifício tem uma forma escalonada a partir de dois pisos – o piso onde se situa a entrada principal assenta na parte superior do terreno e o piso da zona de estar, na parte mais baixa do terreno, remetendo a forma de implantação para a relação com a topografia do terreno. A casa é formada por três volumes organizados de forma a criar uma zona exterior de recepção e de estar. A inflexão que se verifica na volumetria da casa, assim como o desenho da escada interior, têm igualmente a ver com a topografia do terreno, acompanhando, deste modo, o desenho das curvas de nível: “a escada, reproduzindo interiormente o movimento natural do terreno, liga os dois espaços parcialmente sobrepostos e ambos à entrada intermédia e ao corredor dos quartos, de novo sobre elevado” (Portas e Pereira, p.14, 1963), (Figs. 1 e 2).

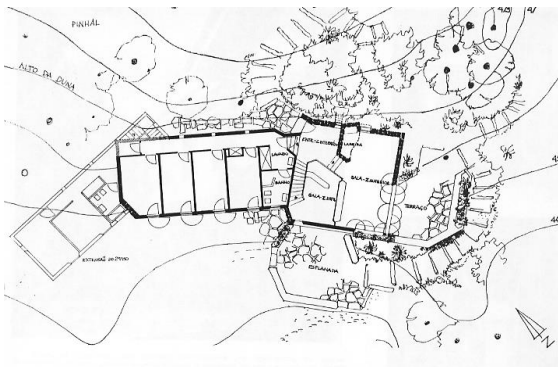


Figura 1 – Casa Metelo, Planta; Fonte: PORTAS, N., PEREIRA, N. Teotónio (1963). Habitação na Praia das Maças (1957-59), Sítio do Alto da Salada (projecto), *Arquitectura*, 79, pp. 11-14.

Figura 2 – Casa Metelo - Vista Geral. Fotografia: Inês Flores, 2006.

³ Por exemplo, a casa Dr. Ribeiro da Silva em Ofir (1956) de Fernando Távora, já analisada à luz da arquitetura popular por Hugo Farias (Farias, pp.537-552, 2001), a Casa Alves Costa (1971-1973), projectada por Siza Vieira e construída em Moledo do Minho. A Igreja de Águas (1949-1957), de Nuno Teotónio Pereira e Frederico George; ou a Pousada de Santa Bárbara (1955-1958), de Manuel Tainha.

⁴ A Casa Metelo ou Casa na Praia das Maças foi pela primeira vez publicada na revista *Arquitectura* em 1963 (Portas e Pereira, 1963).

No projeto original da casa⁵, no primeiro corpo, situam-se o acesso principal da casa a partir da zona superior do terreno e a escada de acesso a uma zona mais baixa onde se situam a sala e a zona de refeições com uma zona de duplo pé direito; no segundo corpo e no piso mais baixo, situam-se uma outra entrada a cozinha, os arrumos e uma área para o pessoal, no piso de cima ficam os quartos (quatro) e as instalações sanitárias; no terceiro corpo situam-se dois quartos e uma instalação sanitária em cada um dos pisos e uma escada de ligação entre os dois pisos.

“O gozar do sítio dividia-se naturalmente em dois níveis: o alto da duna e o terreno baixo suavemente inclinado. Por isso, a zona de estar dividir-se-ia também pelos dois níveis dos seus prolongamentos exterior a vida intensa de uma família numerosa e acolhedora de numerosos amigos.” (Portas e Pereira, p.13, 1963). O acesso à propriedade faz-se por uma passagem aberta num muro tosco de pedra que divide a propriedade da estrada em terra batida. Os acessos no interior da propriedade são dois caminhos de terra batida, revestidos de lajetas de pedra e desenhados pelos moradores da casa durante e após a construção (Portas e Pereira, 1963). Estes caminhos, de configuração linear, dão acesso às passagens para o interior da casa e foram pensados em função do terreno, da existências de enormes pinheiros e dos acessos da casa para o exterior. À casa acede-se por três portas principais, duas na parte de trás da casa e outra no topo poente. A relação da zona superior da casa com a parte mais baixa é organizada através de escadas e muros de pedra que resolvem o desnível acentuado onde a casa se implanta. A partir das zonas de estar do piso mais baixo é possível aceder ao interior da casa também através de envidraçados (janelas de sacada) que servem as zonas de estar. A chaminé da lareira revestida a pedra tem uma forte presença do exterior, dada a sua dimensão.

As paredes exteriores são, até ao nível do primeiro andar, de pedra local aparada. As do piso superior são rebocadas e caiadas com alguns elementos de betão pintados de cores diferentes. As portas e os caixilhos das janelas exteriores são em madeira maciça, envernizadas incluindo as portadas constituídas por régua fixas de madeira de pinho também envernizada. As coberturas são inclinadas de duas águas, com alguma complexidade resultantes dos 3 volumes que se interceptam, e revestidas a telha portuguesa à cor natural. A vegetação, maioritariamente pinheiros, constitui igualmente um elemento do revestimento da casa, dada a forma como se relaciona com esta. (Figs. 3 e 4).

⁵ Atualmente a casa encontra-se dividida em duas habitações independentes e é usada por duas famílias.



Figura 3 - Casa Metelo. Vista sobre a casa. Fotografia: Teresa Madeira da Silva, 2007.

Figura 4 - Casa Metelo. Vista sobre a fachada nordeste. Fotografia: Teresa Madeira da Silva, 2007.

Do que nos é dado observar, o modo como a casa se implanta no terreno, remete-nos para situações que encontramos na arquitetura popular. Tal como nos exemplos apresentados no Inquérito, verificamos que o conjunto foi pensado como que “adaptando os edifícios e os pequenos espaços livres adjacentes e murados ao parcelamento dos terrenos e à sua configuração e acidentes naturais; e deixando livres as ruas e os caminhos por onde todos têm que passar...” (AAVV, 2º vol., p.18, 1988). Assim, a casa adoça-se à duna adaptando-se ao perfil do terreno criando muros e escadas de acesso em pedra e onde a pedra se mistura com a vegetação rasteira. No topo do corpo da sala encontramos uma escada em pedra exterior de pedra que dá para um terraço que serve de zona de estar exterior semelhante à que encontramos na arquitetura popular - “as escadas exteriores de pedra; as varandas alpendradas...” (AAVV, 1º vol., p.27, 1988). Como na arquitetura popular, as relações que a casa estabelece com a envolvente prendem-se com as vistas, com a orientação solar, com os acessos e com a vegetação. As aberturas estão deste modo localizadas em pontos estratégicos, quer em relação a pontos de vista sobre a vegetação envolvente, quer em relação aos acessos. A fachada onde as aberturas são maiores é a fachada orientada a sul onde se situa a zona de estar exterior “esplanada”.

Ao observar este excerto retirado do Inquérito verificamos que o mesmo se aplica à casa na Praia das Maças: “solidamente erguida em alvenaria de pedra, os seus volumes cúbicos, rematados pelo telhado mourisco de telhas cuidadosamente argamassadas, nas povoações ou implantados nos campos, entre muros de pedra solta, são elementos humanizantes de uma paisagem equilibrada, que a proximidade da cidade ainda não destruiu.” (AAVV, 2º vol., p.219, 1988). Também a forma como a pedra é aplicada reforça a ideia de uma intencionalidade semelhante à apontada no Inquérito: “e as cantareiras praticadas nas paredes sem rigidez geométrica são, por vezes, peças de grande interesse decorativo.” (AAVV, 2º vol., p.99, 1988). (Figs. 5 e 6).



Figura 5 – Casa Metelo - Vista sobre a fachada sudeste. Fotografia: Inês Flores, 2006.

Figura 6 – Olela. St.ª Senhorinha de Basto. Habitação. Fonte: AAVV., 1º Vol., p. 87, 1988.

A forma como os volumes da casa se articulam remete-nos, mais uma vez para o Inquérito à semelhança das casas que se vão ampliando ao longo do tempo: “a ampliação da habitação faz-se organicamente pela adição de novas dependências no piso térreo.” (AAVV, 2º vol., p.219, 1988). A articulação do terraço e do volume da sala de estar faz-se à semelhança do Inquérito: “A articulação interior, quer se desenvolva num ou dois pavimentos, faz [se] sempre em volta da sala de entrada chamada ‘de fora’. No núcleo primitivo da solução térrea, a cozinha e o quarto dão imediatamente para esta dependência; na solução em dois pisos, uma escada conduz da sala para o quarto que se localiza no sobrado. (AAVV, 2º vol., p.219, 1988). (Figs. 7 e 8).

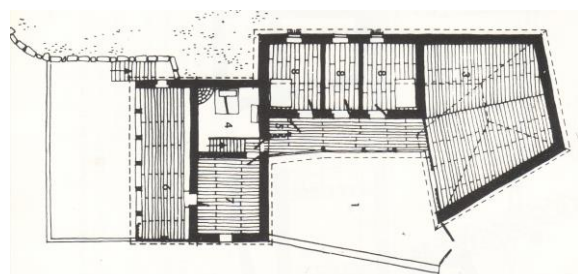
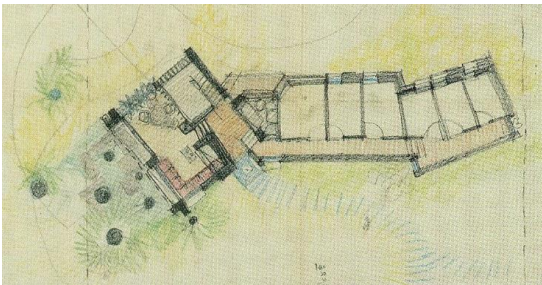


Figura 7 – Casa Metelo – Estudo. Grafite e lápis sobre esquiço; n/dat.; n/ass. Fonte: Tostões, p.179, 2004.

Figura 8 – Anta. Planta do 2º piso da casa da lavoura. Fonte: AAVV., 1º Vol., p.49, 1988.

A adaptação aos materiais e às formas de construir locais, quer pelo embasamento em pedra no piso inferior, quer pelo uso de telha à portuguesa em telhados com panos pouco inclinados dão-nos a sensação de que o edifício se agarra ao terreno à semelhança de algumas construções apresentadas no Inquérito. Os processos construtivos e materiais aproximam-se da arquitetura popular: os muros de pedra com uma certa largura semelhantes à forma de construir tradicional, o uso da madeira nas caixilharias exteriores e nas portas interiores, a forma como são resolvidas e revestidas as coberturas inclinadas de telha cerâmica de cor natural e a forma como a casa se encosta ao terreno, revelam a aproximação à arquitetura popular expressa no Inquérito.

Casa em Moledo

A casa em Moledo (1991- 1997) de Eduardo Souto de Moura (1952), situa-se em Moledo do Minho, perto de Caminha e desenvolve-se num só piso, a partir de uma planta retangular com duas fachadas envidraçadas (as de maior dimensão) e duas fachadas cegas (as de menor dimensão). A casa, de um só piso, está semi-enterrada e desenvolve-se entre a ruína existente e um muro de pedra⁶ formando um socalco; a fachada principal (virada a oeste), está voltada para a vista do vale e do mar enquanto a fachada de traz (voltada a leste), tira partido de um muro rochoso de granito, pré-existente que se situa no fundo da casa. Do exterior a única indicação de que o terreno foi alterado é a existência de uma parede de vidro entre a ruína e a parede do socalco, e a cobertura formada por uma laje assente sobre as empenas e o terreno como uma plataforma colocada à cota do terreno superior, de onde emergem as chaminés cuidadosamente desenhadas. (Figs.9 e 10).

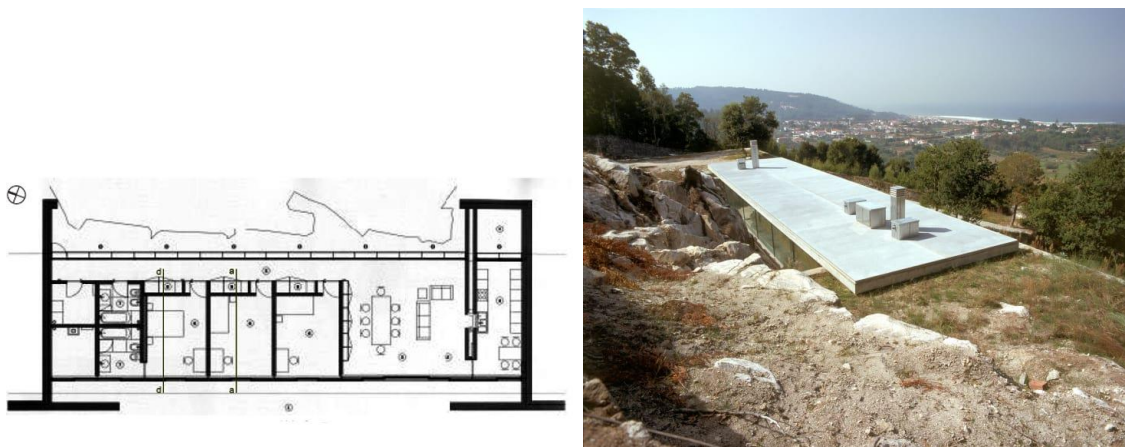


Figura 9 - Casa em Moledo. Planta. Fonte: <https://en.wikiarquitectura.com>

Figura 10 - Casa em Moledo. Vista sobre a casa e sobre o vale. Fotografia: Luis Ferreira Alves. Fonte: <https://divisare.com/projects/>

A cobertura vista de baixo dilui-se no terreno dada a sua reduzida espessura. A preocupação com a paisagem envolvente é-nos revelada, por um lado, através das vistas que se tem da sala e do corredor de acesso aos quartos e, por outro, pela forma como a casa se encaixa nos muros de pedra que a escondem e a articulam com o terreno envolvente. Apesar de ser uma construção nova na paisagem, a partir da reconstrução de um conjunto de elementos, podemos ter a leitura de que a casa surge da topografia do terreno. Este mantém o seu carácter uma vez que o terreno mantém as características topográficas pré-existent nomeadamente os muros de pedra em socalcos entre a vegetação pré-existente. A planta organiza-se a partir de um rectângulo onde, de forma linear, estão distribuídos, a cozinha (adjacente a um pátio), a sala, os três quartos, as

⁶ Segundo Ströher, “Além da descoberta dessa ‘pedra única’ e das consequências que ela trouxe para o projeto de Moledo, existe ainda um outro aspecto da construção que me parece importante ressaltar, citado no texto publicado pela revista Projeto (1999, p. 88/93): ‘Aterros, plataformas e muros de arrimo foram reconstruídos [...] para que a casa pudesse ser implantada, uma vez que o muro original era muito baixo.’ A recriação desse ‘muro original muito baixo,’ inserindo-o numa sequência de terraços e paredes de pedra, traz consigo algumas características de interpretação que são fundamentais à leitura do projeto. Inicialmente, a tão decantada associação com a ruína e, mais do que isso, com a própria natureza.” (Ströher, pp. 104-115, 2005).

instalações sanitárias e os arrumos. Junto à parede envidraçada voltada para a rocha, existe um corredor de distribuição que percorre a casa e permite o acesso a todos estes espaços. As paredes laterais cegas são de betão e constituídas de blocos de granito de forma irregular e as paredes longitudinais são fachadas de vidro, a principal com elementos de madeira à vista e a tardo com caixilhos em aço inox. A sala é limitada pelos dois envidraçados (com vista para o vale e para o mar e com vista para a parede de pedra) e lateralmente, de um lado, por um armário desenhado em madeira, e de outro por um muro de pedra da região colocada de forma irregular que incorpora a lareira. (Figs.11 e 12).



Figura 11 - Casa em Moledo. Vista sobre o corredor. Fonte: <https://divisare.com>.

Figura 12 - Casa em Moledo. Vista sobre a lareira. Fonte: <http://ofhouses.tumblr.com>.

Nenhum destes dois elementos – o armário e a parede da lareira (ambos de direcção perpendicular aos socalcos) toca no envidraçado frontal. Da leitura que fazemos da casa podemos reconhecer algumas semelhanças com o esquema apresentado no Inquérito, no modo simples de organização dos espaços: “As habitações apresentam geralmente um esquema muito simples, circunscrito a uma forma rectangular, e desenvolvendo-se num único piso, (...). Interiormente, a casa reserva nos exemplos mais elementares, a zona que se abre à rua ou à praia para sala de fora, e a cozinha com ligação com a varanda ou com os quartos que se abrem para o lado oposto.” (AAVV. 2º vol., p.214, 1988). (Figs.13 e 14).

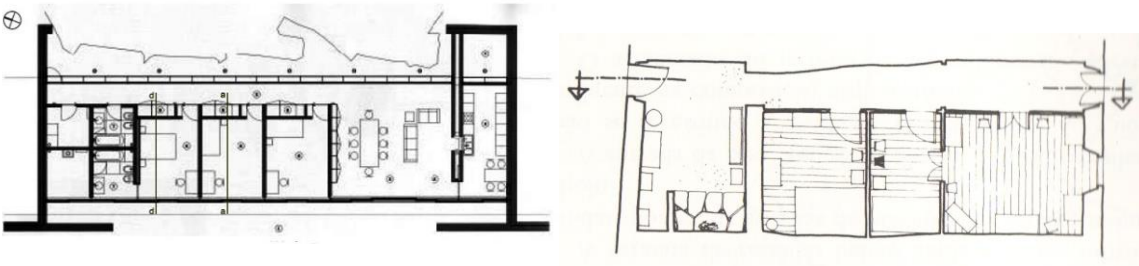


Figura 13 – Casa em Moledo. Planta. Fonte: <https://pt.pinterest.com>.

Figura 14 – Habitação. Planta; Fonte: AAVV, 3º vol., p.62, 1988.

A simplicidade do desenho em planta e o emprego da pedra nos seus projetos é um dos aspectos que aproxima esta casa à arquitetura popular. “...as habitações construídas de tijolo, tufo ou adobe, desenvolvem-se sempre num único piso, segundo um esquema muito simples - divisões em sucessão e comunicando entre si –, implicando a característica planta dentro de um rectângulo alongado” (Inquérito - 2º vol., p. 219, 1988). À semelhança do que vem referido no Inquérito, “o largo emprego da pedra – granito ou xisto – (...); as casa de planta rectangular, embora sem grande regularidade...” (Inquérito - 1º vol., p.27, 1988), são aspectos que aproximam a casa da estética da arquitetura popular. (Figs.15 e 16).



Figura 15 - Casa em Moledo – Vista dos socalcos. Fonte: <https://spar487design2.wordpress.com>

Figura 16 - Linhares. Fonte: AAVV., 2º vol, p.63, 1988.

“Do construtor rural recebemos o legado do seu engenho e da economia das suas soluções, admiráveis pela sinceridade formal, a coerência entre a construção e o ambiente que o rodeia, a natural compreensão dos valores espaciais e a sua tradução em situações variadas e de elevado sentido estético, em suma, a mensagem de uma verdadeira superação, natural e harmónica, das necessidades materiais” (Inquérito - 2º vol., p.221, 1988). Apesar da utilização de tecnologia actual (como a aplicação de isolamentos térmicos nas paredes, o uso de aço inox em caixilharias, etc.) permitindo níveis de conforto especiais, podemos dizer que através da forma com a casa se relaciona com a paisagem (como um abrigo encrustado na rocha e em contacto com a natureza) nos remete para a arquitetura popular. Instalada numa zona alta do terreno, de planta rectangular e distribuição ortogonal, encaixada entre muros de pedra e sendo a parte mais visível de intervenção o arranjo de um conjunto de socalcos, esta casa obedece à matriz popular no que toca à relevância dada às características do terreno e ao contexto onde se situa a obra. A simplicidade formal e a materialidade reforçam a leitura que fazemos de aproximação à arquitetura popular.

Casa Dr. Saraiva de Lima

A casa Dr. Saraiva de Lima (1998-2001), situada em Santa Catarina, nas proximidades de Alcácer do Sal projectada por João Pedro Falcão de Campos (1961), está implantada numa zona sobre-elevada do terreno, entre enormes pinheiros e bastantes sobreiros. A organização do conjunto, de forma quadrangular, é marcado por caminhos, muros e por uma zona de pátio que separa a zona da casa da zona da piscina situada um

pouco distante da casa de modo a aproveitar a vista a sul e ao mesmo tempo criando um pátio central. “Percursos pavimentados circundam a casa e acedem à piscina, que se afasta e procura a vista a sul. Entre ambas uma zona relvada.” (Neves, p.97, 2002). “A casa nasce de um quadrilátero, formando uma cobertura plana” (Neves, p.94, 2002) e desenvolve-se horizontalmente em dois pisos num terreno com um certo desnível que permitiu a construção de um semi-piso autónomo. Comporta no piso superior, uma sala comum, três quartos, cozinha, instalações sanitárias, zonas técnicas e arrumos. No piso de baixo, decorrente do aproveitamento do desnível a sul, existe uma sala de jogos, um quarto e uma casa de banho de apoio. Junto da entrada existe uma zona coberta formando um alpendre que protege a casa a sul. A toda a volta da casa a cobertura perlonga-se alguns centímetros para fora da linha da parede constituindo um elemento de protecção das fachadas em relação ao sol e da chuva. (Figs.17 e 18).

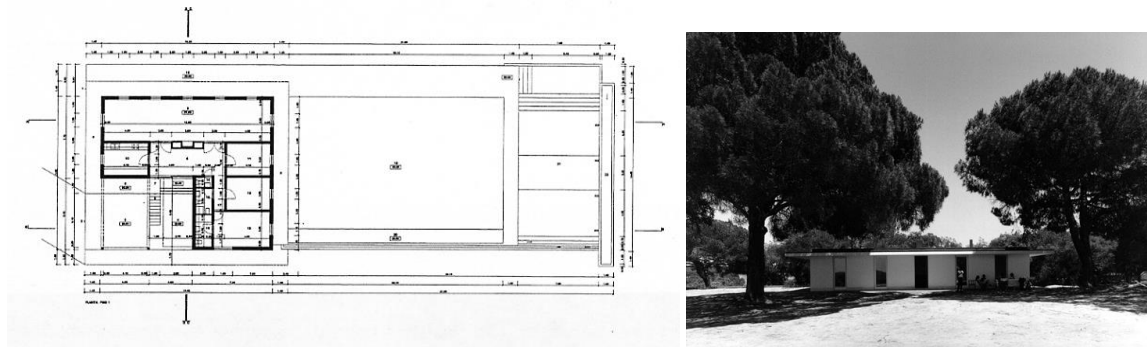


Figura 17 – Casa Saraiva de Lima. Planta do 2º piso. Fonte: Neves, p. 98, 2002.

Figura 18 – Casa Saraiva de Lima. Vista frontal. Fonte: Neves, p.99, 2002.

Os materiais utilizados são: “estrutura de betão armado; tijolo; reboco; azulejo e cal nas paredes; pedra e tijoleira nos pavimentos; madeira pintada nos vãos. (Neves, p.97, 2002). Os vãos são ritmados e marcados na vertical. O seu alinhamento permite que se verifique uma transparência entre um lado e o outro da casa, através de enfiamentos visuais e mais uma vez o exterior é trazido para o interior. Neste caso, dado o clima da região, a casa não é demasiado aberta para o exterior. Como em muitas construções populares também este conjunto remete para um tipo de organização referenciado no Inquérito: “de uma forma geral em toda a extensão da zona, as habitações são de composição simples e de um só piso; a chaminé nem sempre é utilizada, os estábulos, os galinheiros, as pocilgas, os fornos, etc. acompanham a habitação ou ‘monte’ e ficam-lhe adoados, ou por vezes, agrupados e dela distintos” (AAVV, 3º vol., p.191, 1988). A ortogonalidade, a horizontalidade dos volumes e a forma como a casa assenta no terreno remete-nos para a relato apresentado no Inquérito: “a simplicidade de volumes e das composições salta à vista, bem como o geometrismo elementar das articulações das massas construtivas e dos elementos que as definem, completam ou valorizam. Robustos, sólidos e sem desvaneios, os edificios assentam pesadamente na terra. (...). De proporções modestas, dominantes horizontais, disciplinada e sem arrogância (...) ... os volumes, a modulação, as proporções, a horizontalidade, permanecem sem grandes alterações ” (AAVV, 2º vol., p.116, 1988). (Figs.19 e 20).



Figura 19 – Casa Saraiva de Lima. Alçado frontal. Fonte: Neves, p.99, 2002.

Figura 20 – Alcaria Ruiva. Fonte: AAVV, 3º vol., p.118, 1988.

Também a relação entre os vãos exteriores e os panos de paredes associados ao clima da região remetem-nos para a composição de cariz popular: “outro aspecto a acentuar é o hermetismo das edificações. Do absoluto predomínio das paredes sobre os vãos.... Imposições de ordem técnica, climatérica e económica encontram-se na base dessas soluções fechadas, maciças, que um nível primevo de existência e de concepção fizeram perdurar.” (AAVV, 2º vol., p.118, 1988). A mesma associação pode fazer-se em relação ao jogo de luz e sombra resultante dos cheios e vazios: “...o contraponto de grande superfície branca com o negro incisivo das pequenas aberturas, o gosto pelo jogo dos volumes simbólicos sob a luz, a penetrante síntese estética, a apurada sobriedade que conduz a uma superação plástica eivada da mais genuína monumentalidade.” (AAVV, 2º vol, p.225, 1988). Numa outra ocasião, “cremos bem, de resto, que de um modo geral (embora mais acentuado no interior do País) as características apontadas são típicas da arquitetura portuguesa. A sobriedade, a horizontalidade e o hermetismo caracterizam, com efeito, as edificações típicas de regiões mais vastas do que as da Zona em estudo.” (AAVV, 2º vol., p.118, 1988). A zona de alpendre da casa remete para o descritivo da zona 4 do Inquérito quando refere que “os Invernos temperados, com dias soalheiros, e os Estios quentes, influenciam o carácter dos espaços exterior contíguo à habitação que, pela criação dum alpendre ou de uma varanda alpendrada, constitui zona de transição climática entre o ambiente tórrido e o interior fresco. Geralmente orientados para sul, os alpendres oferecem no inverno excelentes logradouros, bem isolados e abrigados do vento nordeste. Por estar de certo modo ligado à recepção, o alpendre adquire muitas vezes grande valor plástico, quer pela cuidadosa composição dos seus elementos, quer pela escolha criteriosa dos materiais empregados.” (AAVV, - 2º vol., p.163, 1988). (Figs. 21 e 22).



Figura 21 – Casa Saraiva de Lima. Alpendre. Fonte: Neves, p.95, 2002.



Figura 22 – Beja, Monte da Diabrória. Alpendre. Fonte: AAVV, 3º vol., p.109, 1988.

Tanto a horizontalidade que nos é dada pela volumetria, como a disposição dos vãos, como a forma de organização do conjunto, lembram-nos muitas das construções de cariz popular existentes no país. Os valores regionais da arquitectura popular são reinterpretados e aplicados à arquitectura desta casa, de forma simples, austera e económica. Podemos dizer que, a casa se expressa, por um lado, através de volumes neutros que actuam na paisagem isoladamente como arquétipos quase transportáveis⁷, no entanto, ela assume elementos formais que encontramos claramente na arquitectura popular da região.

Conclusão

Numa primeira leitura das obras em estudo, é possível entender que existe um conjunto de características comuns na forma como os edifícios se implantam, na relação que estabelecem com a envolvente e no modo como são interpretadas as particularidades do local. Se observarmos os exemplos seleccionados, verificamos que os pressupostos que estão na base das relações que se estabelecem com a topografia do terreno, as construções envolventes, os ventos dominantes, o movimento do sol, os acessos e os percursos, a luz, as vistas, etc., constituem valores expressivos e reconhecíveis na forma como são construídos as obras em referência e as apresentadas e citadas a partir do Inquérito. Dos exemplos escolhidos observa-se, numa primeira leitura, a contextualização dos modelos no sítio - a dissolução do objecto na paisagem. O lugar é o ponto de partida para a forma. Aqui trata-se de obras que, embora autónomas, reinterpretam a condição do lugar. As qualidades do espaço interior assim como as formas, as cores, as texturas, as entradas de luz natural, advêm das pré-existências ambientais e naturais. As construções adaptam-se à topografia do terreno ou através de pisos semi-enterrados (Casa Metelo, Casa Saraiva de Lima, Casa em Moledo) ou através da articulação de vários corpos distintos (Casa Metelo), e neste sentido há uma valorização do lugar pré-existente e uma aproximação às raízes da arquitectura popular portuguesa. Em todos os casos estamos perante uma arquitetura de formas sóbrias, com uma geometria elementar rectilínea, acentuando a horizontalidade, podemos verificar uma tendência à simplificação formal, onde os elementos decorativos e simbólicos são praticamente inexistentes, verifica-se em quase todos os casos uma tendência para a abstração, para a simplificação das formas e para a maneira como as mesmas se articulam. Usando os tópicos utilizados por Montaner, reconhecemos que “a forma do lote, a topografia, as vistas (...), a orientação, as árvores pré-existentes e o programa doméstico” (Montaner, p.18, 2001) acabam por configurar cada uma destas obras. Os exemplos escolhidos são exemplos paradigmáticos que vão ao encontro dos nossos pressupostos. O uso dos materiais da zona (cal ou reboco pintado a branco, tijoleira, pedra da região, madeira, azulejo, etc.) é recorrente. Fachadas muito abertas para espaços de estar ou de contemplar, fachadas muito fechadas para outras envolventes são situações que encontramos nestas três obras e na arquitetura popular. Apesar de reconhecermos que este artigo é um ponto de partida de uma investigação que se pretende mais aprofundada, podemos concluir, desta primeira leitura, que, em todas as

⁷ Ver Josep Maria Montaner - caracterização da arquitetura de final do Século XX in. Montaner, Josep Maria – **A Modernidade Superada**, Barcelona: G.G. 2001, p. 38.

obras se verifica uma tendência inicial para absorver as influências internacionais mas, incorporando-as e trabalhando-as de uma forma crítica, de acordo com as especificidades da cultura portuguesa, quer nas suas formas e linguagens quer, sobretudo, nos seus valores plásticos.

Bibliografia

AAVV. [1961] - **Arquitectura Popular em Portugal**, 1º, 2º e 3º volume Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.

AAVV. - [Revista] **Architétí** nº 21; “6 casa: houses”, (AnoV- Nov/Dez/Jan) pp. 22 a 27.

AAVV. - [revista] **2G**, nº 20, (Abr. 2001), p. 48-53.

ORDEM DOS ARQUITETOS - **OA PIX**. Disponível em: <http://www.oapix.org.pt/100000/1/3161,01,11/index.htm> (s.d).

CAMPOS, João Pedro Falcão de - Casa Saraiva de Lima. **2G**, nº 20, (Abr. 2001), p. 48-53.

FARIAS, Hugo José Abranches Teixeira Lopes - **Modernidade e Tradição: Casa de Ofir, de Távora e a Casa de Vila Viçosa, de Portas e Teotónio Pereira, como Obras Primogénitas da Arquitectura Portuguesa, na Transição da Década de Cinquenta para Sessenta do Século XX**. Atas do Colóquio Internacional Arquitectura Popular. Arcos de Valdevez: Casa das Artes, (2013), pp. 537-552.

FERNADES, José Manuel – **Cidades e Casas da Macaronésia**. Porto: FAUP, Publicações, 1996.

FIGUEIREDO, Ricardo - **Nos 50 anos da publicação de "Arquitectura Popular em Portugal**. (2011). Disponível em: <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/03/nos-50-anos-da-publicacao-de-popular-em.html>

Acesso: Setembro 2016

LEAL, João - **Etnografias Portuguesas (1870-1970) Cultura Popular e Identidade Nacional**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2000.

LEAL, João - **Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos. Estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Português**, Porto: Fundação Marques da Silva, 2009.

LEAL, João - Entre o vernáculo e o híbrido: a partir do inquérito à arquitectura popular em Portugal. **Revista Joelho #02** Editorial do Departamento de Arquitectura, 2011.

LOPES, Daniel de Castro - “Notas Sobre Alguns Arquitectos Portugueses”, **2G: Revista Internacional de Arquitectura**, 20, pp. 11-12, 2001.

MONTANER, Josep Maria – **A Modernidade Superada**, Barcelona: G.G. 2001, p. 38.

MOURA, Eduardo Souto de - Casa em Moledo. In [Revista] **2G Revista Internacional de Arquitectura**, (1998), pp. 44-51.

MOURA, Eduardo Souto de - “A Poética da Materialidade” (entrevista), **Arquitectura e Vida**, 19, (2001), pp. 24-31.

MOURA, Eduardo Souto de, “La Naturalid de las Cosas” (entrevista), **El Croquis**, 124, (2005), pp. 6-18.

OLLERO, Rodrigo - **E depois do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa? Carta a Raul Lino**. Revista Arquitectura Lusíada, n. 1, (2.º semestre 2010), p.39-52.

NEVES, José Manuel das (coord.) - **Casas + interiores Sul. Houses + Interiors South**. Lisboa: edições ASA, (2002), pp. 96-101.

PEREIRA, Nuno Teotónio - “A Arquitectura dos Anos 50 em Portugal”, **Arquitectura**,

148, (1983), pp. 58-61.

PEREIRA, Nuno Teotónio, FERNANDES, José Manuel - “A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959”, **Colóquio sobre o Estado Novo: Das Origens ao Fim da Autarquia, 1926-1959**, texto policopiado, Lisboa: Comissão Organizadora do Colóquio Sobre o Estado Novo, 1986.

PEREIRA, Nuno Teotónio - **Escritos (1947-1996, selecção)**, Porto: FAUP Publicações, 1996.

PORTAS, Nuno, PEREIRA, Nuno Teotónio - “Habitação na Praia das Maças (1957-59), Sítio do Alto da Salada” (projecto), **Arquitectura**, 79, 1963, pp. 11-14.

PORTAS, Nuno, [1977] - “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma Interpretação”, ZEVI, Bruno (ed.), **História da Arquitectura Moderna**, vol. 2, Lisboa: Arcádia, 1993, pp. 687-744.

STRÖHER, Ronaldo de Azambuja - Casas do Norte de Eduardo Souto de Moura, **Arqtexto** 6, (2005), pp. 104-115.

TEIXEIRA, Manuel C. - **Popular, Tradicional, Regional, Português, Nacional**. Atas do Colóquio Internacional Arquitectura Popular. Arcos de Valdevez: Casa das Artes, (2013), pp. 153-163.

TOSTÕES, Ana - **Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50**. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997.

TOSTÕES, Ana (coord.) - Casa Metelo. **Arquitetura e Cidadania. Ateleir Nuno Teotónio Pereira**. Lisboa: Quimera editores, 2004, pp.178-181.

A Arquitetura Popular dos Povoados do Alentejo. Uma abordagem metodológica e operativa.

José Baganha,

International Network for Traditional Building, Architecture & Urbanism

josebaganha@jbaganha.com

Resumo

Esta comunicação surge no seguimento do ensaio subordinado ao tema “Arquitetura Popular nos Povoados do Alentejo”, levado a cabo no âmbito de um doutoramento concluído em 2012, no Departamento de Arquitetura da Universidade do País Basco.

Neste ensaio, aprofundaram-se os conhecimentos sobre a matéria de estudo, na senda de uma melhor, mais completa e fundamentada compreensão da singularidade dos povoados do Alentejo, da sua morfologia urbana e da sua arquitetura de raiz popular, nos seus vários aspetos e nas suas várias expressões, de lugar para lugar, com diversidades por vezes muito subtis mas também muito interessantes, e ainda a relação ou interdependência do espaço construído do espaço livre - dependência recíproca ou relação indissociável esta que forma um todo coerente e singular.

O objetivo aqui contido, neste estudo, é o de usar toda a singularidade cultural, o manancial riquíssimo, a qualidade do espaço dos povoados do Alentejo, nas intervenções que hoje fazemos nessas aldeias, nos montes, nas cidades, a nível urbanístico ou arquitetónico, com uma abordagem culta, nova, sem preconceito ideológico, mas profundamente ecológica¹.

Trata-se, portanto, de um trabalho com claros objetivos operativos, um estudo metodológico, se quisermos. A análise aborda os aspetos de composição e todos os demais que caracterizam estas arquiteturas, bem como os processos e materiais construtivos que contribuem fortemente para esta singularidade tipológica.

Perante um cenário mais ou menos previsível, e bastante provável, de descaracterização e desqualificação ambiental que os fenómenos da globalização e do turismo de massas poderão vir a gerar nesta região, como noutras do sul da Europa, parece evidente, e até urgente, que se possam encontrar soluções que permitam viabilizar novos investimentos e gerar mais bem estar para as populações locais, sem que isso implique necessariamente, perda de identidade².

Palavras-chave: Vernacular, popular, arquitetura, povoados, Alentejo

¹ Na introdução da sua obra “*Vernacular Architecture in the Twenty – First Century*”, publicada pela Taylor & Francis em 2006, Lindsay Asquith e Marcel Vellinga referem, a propósito: “(...) *the way in which the vernacular can play a part in the provision of future built environments. Analysing the value of vernacular traditions to such diverse fields as housing, conservation, sustainable development, disaster management and architectural design. (...) these are valuable lessons to be learnt from the traditional knowledge, skills and expertise of the vernacular builders of the world.*” E sublinham também a vantagem de “(...) *a more processual, critical and forward looking approach to vernacular research, education and practice.*”

² Robert Adam, num seu artigo com o título “Globalisation and Architecture – the challenges of globalisation are relentlessly shopping architecture’s relationship with society and culture”, artigo publicado na “*Architectural Review*”, em Fev. 2008, estabelece com clareza os desafios em causa:

“The future of both architectural persuasions will be tested in the lasted and most urgent crisis – the survival of the ecology of the planet such that it will continue to support our global civilisation. This is the supreme challenge for globalization: The cause, the effect and the resolution are and will be global and local. It will affect all aspects of social, political and economic life and it will, as day follows night, have a profound impact on architecture.”

Introdução

Neste ensaio procurei demonstrar a importância de cada pequeno detalhe nas várias expressões urbanas de pequeno aglomerado (as vilas e aldeias); como tudo tem um sentido muito adequado no todo, quer se trate da rua, do muro, da fachada ou da chaminé.

Trata-se, portanto, de um trabalho com claros objetivos operativos, um estudo metodológico, se quisermos, e não de um mero rol ou levantamento exaustivo, de tom saudosista ou melancólico, para “arrumar” ou “guardar” museologicamente certos lugares, mais preservados, despojando-os, muitas vezes, de vida própria e de sentido de existir.

“Numa sociedade que apesar de alguns integristas, se vê em vias de dessacralização, ir à procura do passado é um exercício essencial, porque traz consigo uma atração, mesmo uma fascinação, que permite que se viva uma aventura espiritual que não é forçosamente religiosa. (...) No Alentejo é possível exercitar-se uma reconciliação com valores de uma cultura em renascimento”.³

Desenvolvimento

Este estudo incide sobre a Arquitetura Popular e procura ater-se fundamentalmente aos aspetos de natureza tipológica – nas diversas espacialidades, usos e materiais, na composição, no jogo dos volumes, no detalhe, nas soluções construtivas/tecnológicas – e na relação que estes estabelecem entre si – as partes e o todo – e menos na busca da origem, da explicação para estas mesmas manifestações, já exaustivamente estudadas em várias e excelentes obras.

Naturalmente que teremos de levar sempre em consideração estes aspetos, de natureza histórica, geográfica, sócio-económica e outros – não poderemos empreender semelhante estudo ignorando estes fatores – até porque, na maior parte dos casos (senão sempre) justificam a diferenciação tipológica, as cambiantes, de região para região. No entanto, procurei atender mais direta e concretamente à análise do(s) tipo(s) em si mesmo(s), nesse enfoque ou nessa abordagem mais abrangente entre o construído – o cheio – e o vazio, considerando o conjunto e não só a casa ou a construção isoladamente, procurando analisar também, assim, o espaço público urbano, como objeto de composição e não como uma mera resultante, aleatória, do somatório de arquiteturas ou construções.

Existem várias abordagens ao estudo da cidade – a económica, a histórica, etc... e são todas importantíssimas; Mas a mim, interessa-me estudar a sua forma.

Metodologia

Para levar a cabo esta tarefa, adotei um conceito geográfico de região, ao invés de uma delimitação meramente administrativa, mais concretamente, a divisão geográfica definida pelo Prof. Amorim Girão, citada ou incluída na magnífica obra que constitui o “Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal”⁴.

Delimitadas as sub-regiões e identificados os casos de estudo mais significativos, houve naturalmente que percorrer estes lugares, fotografando, desenhando, recolhendo informação, tentando compreender a gente que povoa o Alentejo, os seus hábitos, as suas histórias.

Os dados recolhidos foram estudados, sistematizados, comparados, «arrumados» de forma a originarem conclusões tão significativas quanto possível para o objetivo do estudo.

³ SARAMAGO, Alfredo: Livro-Guia do Alentejo, Ed. Assírio & Alvim, Lisboa, novembro de 2007, p.12.

⁴ “ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL”, II Vol.s, Ed. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, Lisboa 2004.

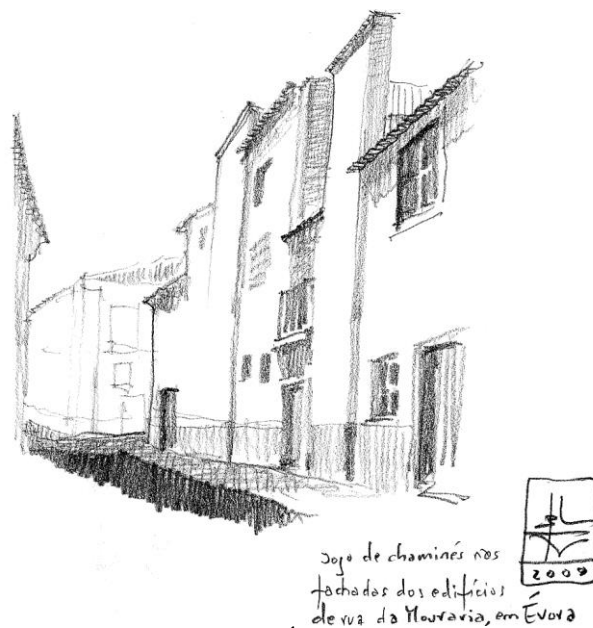


Figura 1 - Mouraria no distrito de Évora. Desenho elaborado pelo autor

Neste trabalho de recolha, de análise, vão-se observando igualmente as intervenções mais recentes. E, entre estas, encontramos, geralmente, dois tipos:

- As obras projetadas por arquitetos ou engenheiros:
 - Como esta que aqui se apresenta (figura 2), de uma intervenção da Administração Central do Estado Português em Vila Viçosa, nos anos 40 do Séc. XX, em que se destruiu uma parte significativa do seu centro histórico para abrir uma alameda monumental rematada pelo castelo;



Figura 2 – Vila Viçosa - «Alameda do Castelo» hoje. Fotografia elaborada pelo autor

- E também as obras de natureza espontânea.



Figura 3 – Arraiolos, construções híbridas, descontextualizadas. Fotografia elaborada pelo autor

Considerarei também, neste estudo, as experiências que eu próprio vou tendo, como arquiteto, no exercício da minha profissão de projetista, nesta região.

Refiro, a propósito, três experiências que vivi em obras de minha autoria: O monte da Herdade do Rego, em Vila Boim – Elvas, nos anos de 2001 a 2007; O monte da Casa Alta, em Melides – Grândola, nos anos de 2003 a 2005; e as obras que desenvolvi e as que estou a desenvolver para a Sociedade Agrícola Niza Mariano, em Terena, Alandroal, no âmbito dos programas de Turismo no Espaço Rural, do Turismo de Portugal.



Figura 4 – Monte da Herdade do Rego, Elvas. Fotografia adaptada de FG + SG (Fernando Guerra)

Naturalmente que este trabalho não poderia ser completo sem a leitura e o estudo de outros ensaios sobre a matéria, ou que de alguma forma com ela se relacionam.

Finalmente e tendo em conta a procura crescente de que as construções da arquitetura popular da região têm sido alvo, nos últimos anos, recolhi também dados sobre ofícios tradicionais «vivos», sempre no mencionado propósito de operatividade.

Existem, de facto, no Alentejo, ainda hoje, uma série de pequenas empresas que se dedicam ao fabrico e ao comércio de produtos tradicionais para a construção.

Descrição geral do território

Neste ensaio apresento uma análise histórica e geográfica do território alentejano por forma a contextualizar e compreender melhor as formas urbanas e arquitetónicas dos seus povoados. Esta temática é de estudo indispensável para melhor compreender as singularidades urbanas e arquitetónicas desta região. Assim, estudou-se a História e também, a geografia:

- A sua paisagem natural;
- A geologia;
- Os rios do Alentejo;
- O clima;
- A vegetação;
- etc..

E também a **PAISAGEM URBANA**.

De facto, a região constitui, no contexto do urbanismo e da arquitetura vernácula, em Portugal, um território singular, no qual o tempo soube preservar, de forma bastante significativa, a autenticidade das suas expressões formais urbanas e construtivas.

De uma forma, ou num processo, que se poderia classificar como espontâneo, inato, as gentes do Alentejo têm demonstrado uma sabedoria que provem da tradição, na sua verdadeira e única dimensão, isto é: a que não exclui a inovação, a evolução⁵.

De acordo com António Borges Abel, e a propósito dos povoados do Alentejo, podemos distinguir dois tipos principais de «malhas» urbanas: aquelas que não foram planeadas (orgânicas) e as que resultam de um plano ou esquema previamente determinado, induzindo-se nestas últimas os vários sub-tipos ou «nuances».

Também segundo este autor, podemos identificar dois tipos de crescimento dos núcleos originais: pelo prolongamento das vias existentes (radiocêntrico) e/ou segundo novos núcleos (policêntrico)⁶.

Considerando que a ocupação urbana do território compreende, em termos formais, dois elementos fundamentais: a estrutura edificada e os espaços livres (exteriores), formados pelas áreas de circulação e estadia – ruas, praças e largos – e restantes espaços não construídos públicos ou privados, teremos que o carácter, a identidade, de um determinado povoado resulta da distribuição relativa dos diversos espaços bem como da sua articulação e da arquitetura dos seus edifícios.

Poderemos enumerar algumas das características comuns dos povoados das várias sub-regiões – o denominador comum – digamos assim:

- A concentração do casario em assentamentos bem delimitados e densos;
- Uma definição nítida dos volumes – volumes simples e muito precisos;

⁵ “Tradition (...) is a term that has been much maligned and misunderstood in recent years. We live in a world that has become so pre-occupied with change and innovation, that we can all too easily forget how crucial traditions are in handing on the immense richness of human knowledge, wisdom and skill” Introdução de H.R.H. the Prince of Wales à obra de Robert Adam e Matthew Hardy com a I.N.T.B.A.U. (International Network for Traditional Building, Architecture and Urbanism) e Witpress, 2008, p.7.

⁶ Abel, António Borges – “Os Limites da Cidade”. Dissertação apresentada na Universidade de Évora para obtenção de graduação de Doutor em Arquitetura, 2007, 2008.

- A horizontalidade é dominante, num jogo de volumes em que cada parte é indispensável no todo;



Figura 5 - Marvão, Norte do Alentejo – fotografia elaborada pelo autor



Figura 6 – Mértola – Fotografia elaborada pelo autor.

Não são tão visíveis, neste território, e apesar de fenómenos esporádicos, os efeitos de descontinuidade que certas «arquiteturas» provocam na paisagem e nos aglomerados urbanos,

com tipologias híbridas, ingénuas, inspiradas em modelos de outras paragens, longínquas (a designada «casa do emigrante»⁷).

Já o mesmo não se poderá afirmar no que diz respeito à substituição, a que paulatinamente vamos assistindo, de materiais e processos construtivos; Isto é: se na forma, no volume, na inserção no conjunto, apesar de tudo, as novas construções e as renovações vão mantendo o essencial das tipologias urbanas dos aglomerados populacionais, já na composição arquitetónica, nos materiais usados e nas tecnologias construtivas vai sendo raro o uso dos elementos e processos originais:

A estes fenómenos, para os quais existem explicações socioeconómicas e culturais já relativamente bem identificadas, está associado o inevitável desaparecimento de certos ofícios, tradicionais, por outros, novos, sem qualquer ligação ao local, ao seu clima ou natureza própria, mas sim a uma lógica de produção globalizante.

Perdem-se assim, a pouco e pouco, oficinas e artífices com sabedorias preciosas, de origem ancestral, e também se perdem empregos, população e vida nos povoados desta região. “O processo de modernização tende a subtrair aos indivíduos a sua identidade tradicional”⁸.

Os espaços exteriores

Os espaços exteriores complementam o edificado e, ambos, no seu conjunto indissociavelmente, contribuem para a identidade ou singularidade dos locais.



Figura 7 - Praça Giraldo, Évora – fotografia elaborada pelo autor

A análise morfológica dos aglomerados populacionais permite evidenciar esta relação edificado - vazio, nas ruas, por exemplo (ver figura 8) mas também no conjunto dos espaços exteriores privados – pátios e áreas comuns adjacentes aos edifícios – quase sempre de dimensões reduzidas, podemos adicionar as hortas urbanas. Se os primeiros se encontram

⁷ Nuno Portas afirma, a propósito: “Na verdade, só a síndrome alentejana – do envelhecimento, desertificação, défice de iniciativa – terá evitado, neste caso por razões negativas, as lacerações internas ou o cerco de expansões (...) que se vêem noutras regiões, também do interior do país.” In : “*Revista Monumentos*”, n.º 27, Dez. 2007, Lisboa, p. 7.

⁸ Peter L. Berger, director do Institute for the Study of Economic Culture e do Institute on Religion and World Affairs da Universidade de Boston, U.S.A., na conferência proferida no colóquio internacional “*Globalização, Ciência, Cultura e Religiões*”, organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, em 2003, e publicada pela D. Quixote em Setembro de 2003, p. 40.

disseminados pelo tecido urbano, estas situam-se predominantemente na periferia dos aglomerados (existindo ou não muralhas), quase sempre limitadas por muros que contêm muitas vezes, também, pequenos pomares de citrinos, o que contribuiu para conter a dispersão urbana.

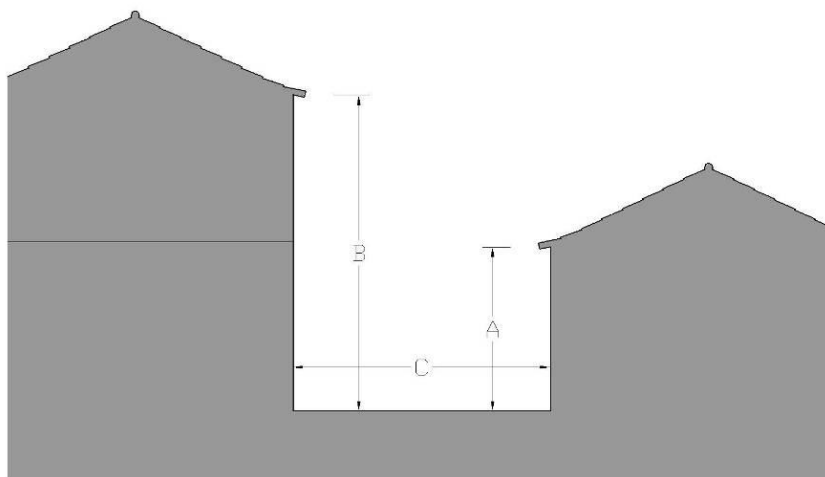


Figura 8 – Perfil tipo de uma rua de um povoado Alentejano tradicional – desenho elaborado pelo autor



Figura 9 – Muro no limite urbano de Alpalhão que encerra um pomar de citrinos – fotografia elaborada pelo autor.

Equipamento e mobiliário urbano

O aspeto sóbrio, de um certo “minimalismo”, que caracteriza estes povoados, manifesta-se também nas suas ruas e praças, e o mobiliário urbano participa desta sobriedade.

Como elementos principais, temos:

- Chafarizes;
- Fontes;
- Fontanários;
- Bebedouros;
- Bancos;
- Pelourinhos;
- Alegretes e Floreiras;
- Tanques;

Estrutura funcional

Mas os povoados do Alentejo são também estruturas funcionais diversificadas. De facto, para além das habitações, estes aglomerados, contêm também os espaços destinados ao comércio, os espaços culturais – museus, teatros, cinemas, etc. – e de culto religioso, e também os de uso mais institucional – câmaras municipais, quartéis, tribunais, entre outros – e os da indústria ligeira, artesanal e oficinas.

Esta diversidade de usos é tão maior quanto maiores são também as dimensões do povoado e da respetiva povoação.



Figura 10 – Oficinas no centro de Vila Viçosa – desenho elaborado pelo autor

A partir da década de 1960, o país viveu um crescimento económico significativo. Como resultado desta profunda mudança, os povoados do Alentejo sofreram também alterações. Enquanto algumas aldeias se foram esvaziando de população, nos povoados de maior dimensão – nas cidades – verificou-se uma deslocação em direção às periferias, quase

sempre seguindo modelos inadequados, sem qualquer atenção aos modos de vida locais, aos aspetos singulares da cultura, do clima e todos os demais que moldaram os povoados desta região.

Hoje, e apesar da influência que os mencionados modelos desadequados continuam a exercer nos povoados destas regiões (tal como acontece em todo o mundo), parece começar a existir um reconhecimento da qualidade que os centros urbanos tradicionais acrescentam, como contrapartida ou antídoto à explosão e dispersão (“sprawl”) a que assistimos, agora, nos últimos anos, um pouco por toda a Europa e que procuramos contrariar através da Reabilitação Urbana.

O tema da «Reabilitação Urbana» é hoje um dos mais tratados nos meios académicos, como nos políticos e até sociais. Reconhece-se a sua importância no contexto atual.

A partir dos modelos originais apresentados e do seu estudo aprofundado poderemos então retirar os dados essenciais de que necessitamos para as novas intervenções, com uma abordagem contemporânea mas sem qualquer tipo de preconceito e respeitando a identidade local/ regional, nos seus múltiplos aspetos.

Tipologias arquitectónicas / construtivas

Neste ensaio inclui-se uma análise detalhada destas tipologias e constata-se que a divisão por sub-regiões, adotada para efeitos de sistematização, não impede que se manifeste claramente um traço comum, uma imagem comum na arquitetura vernácula desta região do país.

Isto, mesmo tendo em consideração certas reservas ou «nuances» que tais afirmações muito perentórias nos deverão suscitar, sem o que se corre o risco de faltar ao rigor que estas análises merecem.

Mas, parece não haver grandes dúvidas que se poderá falar de «*Arquitectura Popular Alentejana*» com alguma segurança, ressalvando essas tais «nuances» e reservas atrás mencionadas e que, mais rigorosamente, nos deveriam levar a considerar «*Arquitecturas Populares Alentejanas*».

Da análise tipológica efetuada, resulta evidente que uma das características principais dos edifícios destes povoados é a de uma forte presença da arquitetura de raiz popular rural.

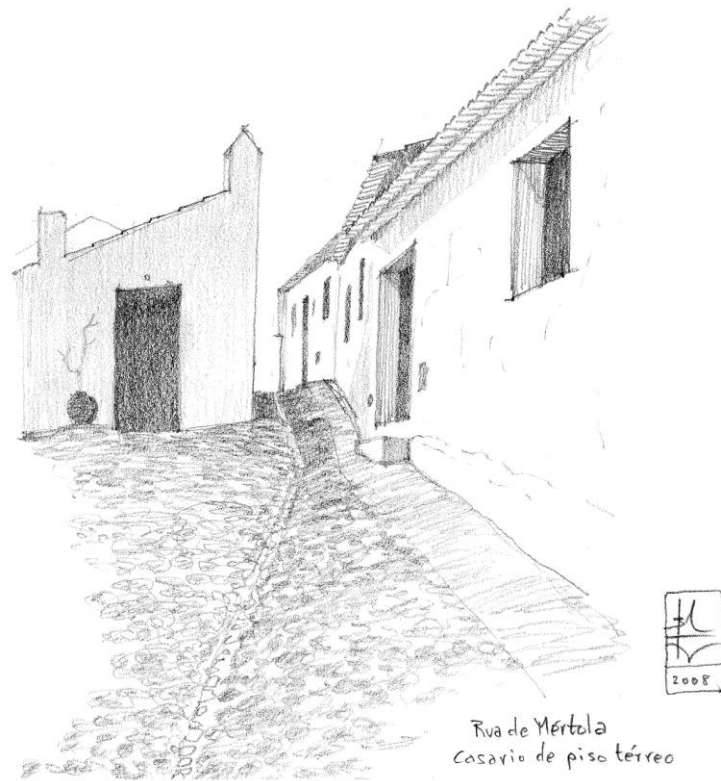


Figura 11 – Rua de Mértola – desenho elaborado pelo autor



Figura 12 – Centro da cidade do Redondo – fotografia elaborada pelo autor

O modelo – o arquétipo – da casa popular do povoado alentejano

Na sua origem, a habitação vernácula, anónima, dos povoados do Alentejo, copia a casa rural dos montes da região e adapta-se à morfologia do terreno e à exiguidade do espaço intramuros.

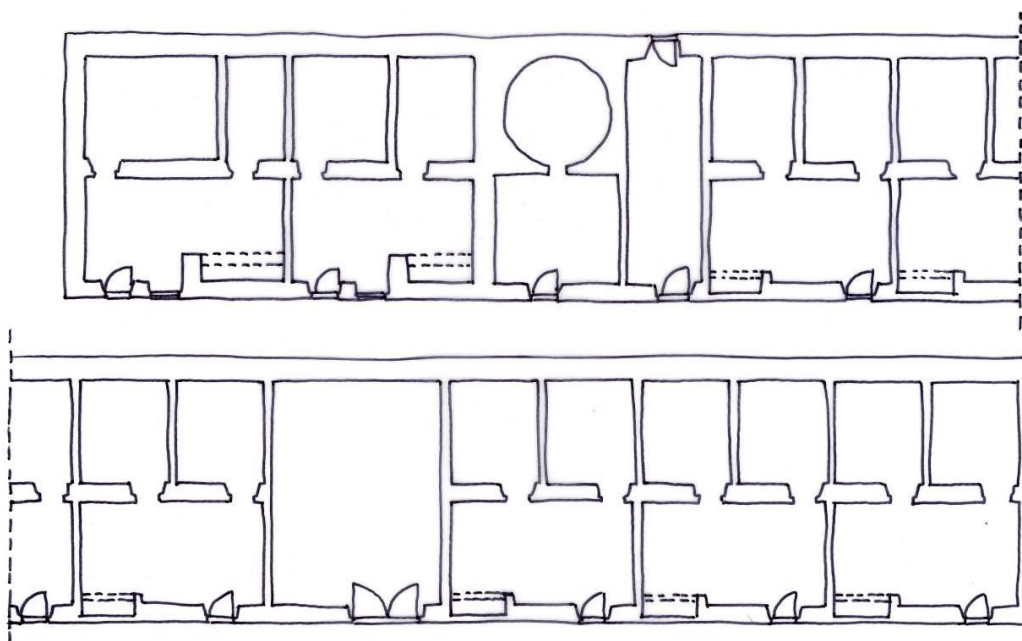


Figura 13 – Arquétipo de casas rurais em Torre de Palma, Monforte – fotografia e desenho elaborados pelo autor

A simplicidade e a excelente adaptação às contrariedades do clima destes modelos rurais, são importados para as aldeias e vilas e dão origem aos tipos novos, diversificados, mas com características comuns que, de região para região, podemos identificar nos seus aspetos principais.

Parece ser opinião unânime dos autores que consultei a este propósito, o tipo mais característico de casa ou de edifício vernacular dos povoados alentejanos terá a sua origem nas casas de habitação de operários agrícolas dos «montes» desta região.

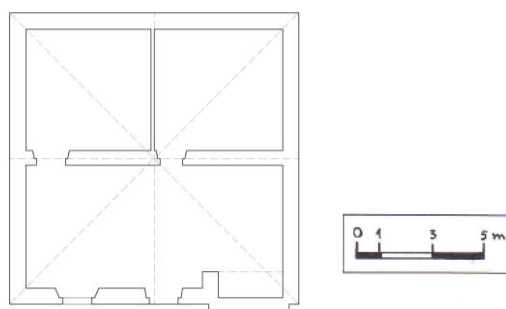


Figura 14 – Casas rurais – o arquétipo do modelo teórico – 1 piso mais largo. Desenho elaborado pelo autor.

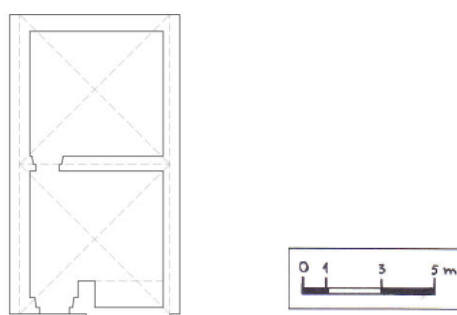


Figura 15 – Casas rurais – o arquétipo do modelo teórico – 1 piso mais estreito (mais comum nos povoados com muralhas). Desenho elaborado pelo autor.

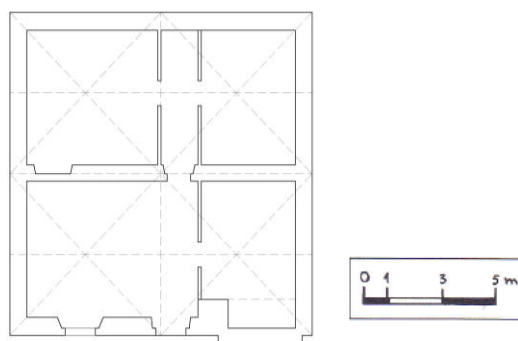


Figura 16 – Casas rurais – modelo teórico – 1 piso – evolução. Desenho elaborado pelo autor.

As dimensões variam consoante o espaço disponível e as características do terreno – mais exíguo / estreito em terrenos acidentados; Mais «largo» em terrenos de planura – tal como variam os materiais usados na construção consoante as características geológicas dos terrenos – a taipa ou o adobe, a pedra e o barro – e, em todos, omnipresentes, a cal e as telhas «de canudo» das coberturas.

Este modelo «original», que encontramos um pouco por todo o Alentejo, evolui em muitos casos em altura (para dois pisos, na maior parte dos casos) podendo chegar a três pisos ou mais em cidades mais populosas – Évora, por exemplo.

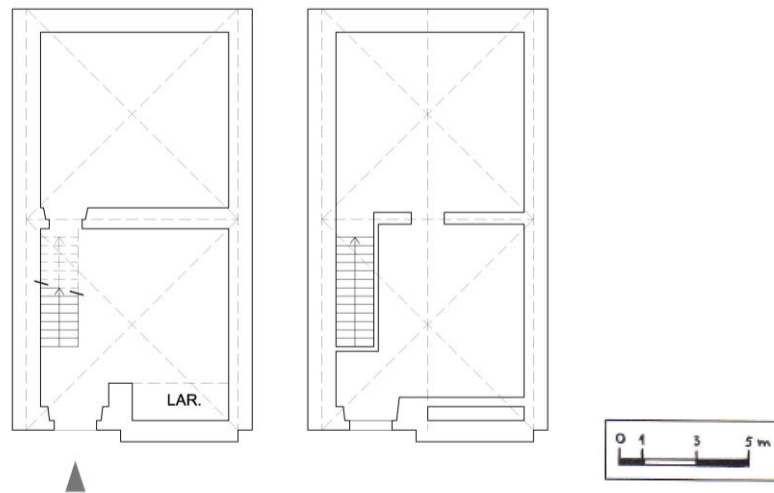


Figura 17 – Casas rurais – o arquétipo do modelo teórico – 2 pisos. Desenho elaborado pelo autor.

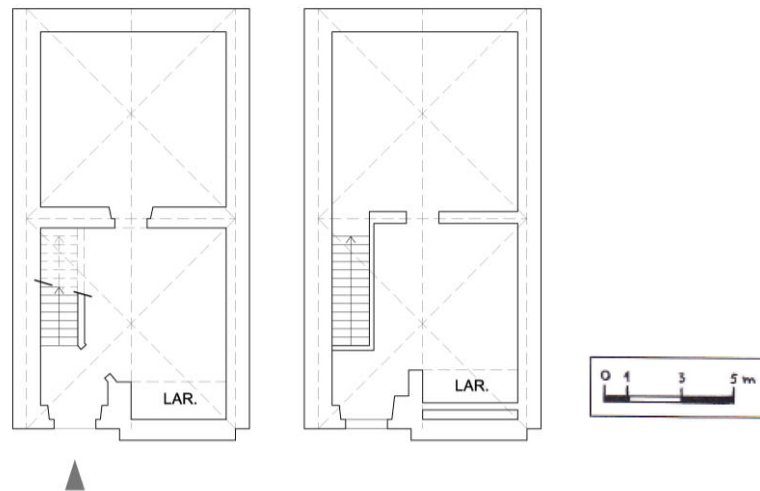


Figura 18 – Casas rurais – modelo teórico – 2 pisos – evolução. Desenhos elaborados pelo autor.

Elementos de composição

Mais altos e estreitos, com vãos de maiores dimensões, a Norte, nas serranias do Alto *Alentejo*, ou mais baixos e largos no Sul, nas planícies que precedem os peneplanos da fronteira com o *Algarve*, ou ainda com «nuances» de materiais que resultam do aproveitamento que sabiamente o homem alentejano soube fazer da natureza e do que esta tem para dar, os edifícios vernaculares dos povoados alentejanos apresentam alguns elementos de composição arquitectónica mais comuns, que passo a identificar:

- A chaminé

A chaminé elemento indissociável da composição da casa alentejana (mais para o Norte e Centro e menos no Sul) assume um papel determinante na arquitetura vernacular desta região, com formas muitas vezes fantásticas e surpreendentes. Outrora, constituía elemento indispensável e central da vida familiar, doméstica, da casa desta região; Era à volta da grande chaminé que se cozinhava, que se faziam as refeições, que se conversava. Entretanto as cozinhas «modernizaram-se», a compartimentação da casa alentejana alterou-se – surgiu a «sala de estar» – era à volta do fogo que tudo se passava, existindo apenas uma separação dos quartos de dormir ou alcovas. Esta chaminé, hoje, quando existe, serve já somente para

aquecimento. Muitas vezes, até, tem só o propósito de «conforto espiritual» que o fogo de uma lareira proporciona.

- Telhados

As coberturas, de telha cerâmica, de canudo, quase sempre de uma ou duas águas pouco inclinadas, sem se intersectarem, terminando muitas vezes em beirais simples ou com uma sanca de sub-beira, igualmente muito simples, em telha ou paralelepipedica, recordam-nos a secura que caracteriza o clima alentejano – de longos e quentes estios – e, na sua cor terrosa, contrastam harmoniosamente com o branco das paredes e das chaminés.

- Cal branca

A cal branca é usada profusamente no revestimento das paredes dada a abundância de calcário na região e contribui para a frescura do interior das casas nos verões abrasadores bem como para manter afastados insetos e outras «moléstias».

- Predominância das superfícies dos paramentos sobre os vãos

A predominância das superfícies dos paramentos sobre as aberturas, decorre igualmente desta característica do clima que, sendo seco e muito quente no verão, também se faz de Invernos frios, muito frios, de que a casa alentejana se protege com a grande lareira e com a espessura das paredes (de taipa ou alvenaria) de grande inércia térmica, tanto no frio como no calor, reduzindo ao mínimo indispensável a fenestração.

- Espessura das paredes

Esta espessura confere, assim, aos vãos, quase sempre de pequenas dimensões, um aspeto de concavidade, de profundidade, muito acentuado, na macizez das paredes, produzindo um efeito de sombra muito marcado, acentuando o contraste claro-escuro das fachadas em que predomina a alvura das superfícies dos paramentos caiados à exaustão, que a luz reflete de forma, por vezes, quase violenta.

- Vãos

A disposição e proporção dos vãos nas fachadas das construções vernaculares do *Alentejo* não é uniforme. No norte, as janelas têm dimensões um pouco menos reduzidas do que no Sul – onde as aberturas são as mínimas indispensáveis. Isto por razões de ordem climática, fundamentalmente, como atrás já descrevi, mas também decorrentes do sistema construtivo – que não deixa lugar para grandes vãos.

Por outro lado, também variam com a dimensão do lote. Se nos burgos medievais, de lotes «apertados» no interior das muralhas, há menos espaço para abrir vãos – até porque a chaminé, quase sempre no mesmo plano da fachada, ou de ressalto em relação a esta, ocupa por vezes mais de metade da frente do lote, deixando nos casos dos edifícios de um só piso, térreo, apenas lugar para uma porta com um postigo –, nos lotes mais largos, nas áreas «fora de muros», já há lugar para abertura de vãos de janela suplementares, correspondendo a plantas com distribuição mais generosa.

As janelas têm a proporção clássica – «ao alto» –, que resulta do sistema construtivo tradicional – que não permite vergas com grande vão –, de forma retangular, com duas folhas de abrir, com mais ou menos bites, de acordo com a sua dimensão. Por vezes aparecem

surpresas como janelas góticas – normalmente do gótico tardio («manuelino») –, com elementos singulares em cantaria como arcos polilobados, colunelos e decorações diversas –, deixando os seus autores (canteiros) marcas características, a maior parte das vezes de identificação, ainda hoje visíveis nas janelas e portas de burgos medievais como *Castelo de Vide, Estremoz, Monsaraz*, e outros.

Nas portas também sucede essa variedade. Além da porta mais comum, de vão retangular, com um postigo, são visíveis «intra-muros» ainda bastantes portas inseridas em arcos góticos. O contraste da pedra destes vãos emoldurados em cantaria com a cal das paredes, constitui um dos elementos singulares de composição das arquiteturas vernaculares destes povoados.

- Óculos e frestas

Para além das portas e janelas encontramos aqui também uma profusão significativa de óculos e frestas, com o propósito evidente de iluminar e/ou arejar determinados compartimentos interiores (normalmente zonas de escadas, mas também outras). De forma circular, elíptica, em trevo, ao alto, ao baixo, ... a variedade é razoavelmente grande. Estes elementos de composição emprestam ao edifício e ao conjunto em que se inserem, uma nota igualmente singular e bela. Por vezes, estas aberturas são também protegidas com tijoleiras formando grelhas com formas curiosas.

- Varandas, sacadas, «lógias»

Nos tipos arquitetónicos mais «ricos», no sentido em que pressupõem ocupações menos modestas que nos tipos mais simples, incluem-se, com alguma frequência, pequenas varandas ou «sacadas» nas fachadas voltadas à rua.

Menos comuns são as varandas alpendradas e/ou pérgoladas e as «loggias»; Embora também visíveis, principalmente nos burgos de maior influência do período renascentista (*Vila Viçosa, Évora* e outras).

- Galerias

Bastante raras, observam-se apenas em Évora, na zona da praça de Giraldo.

- Bancos, «poiais», muros, pilastras, socos, sancas

Às fachadas destes edifícios são ainda justapostos, frequentemente, bancos ou «poiais» de forma paralelepípedica, muito simples.

Os muros poderão delimitar um espaço defronte da casa (em zonas mais limítrofes dos burgos), sendo baixos e integrando grelhas decorativas em tijoleira, vasos, pilaretes e outros elementos decorativos. Mas os mais comuns são muros que se situam no tardo das casas, altos (2,00m e mais) e que encerram pequenas hortas, pomares ou «*almuínhas*»; Estes muros são construídos em alvenaria seca, taipa ou adobe, rematados superiormente com pedra e argamassa de cal e areia de forma semi-circular para evitar a degradação por efeito da água (isto à exceção dos muros de adobe que são rematados na horizontal, utilizando o próprio tijolo).

Nestas fachadas podemos encontrar também as já mencionadas pilastras em cunhais, sancas de beirado (mais ou menos decoradas, consoante os tipos) e, quase sempre ou mesmo sempre, os socos que protegem as paredes.



Chaminé: Crato



Chaminé - Vila Boim - tijoleiras do cimpêdo ext. encovadas para fora - maior preocupação à entrada da água dos chuveiros

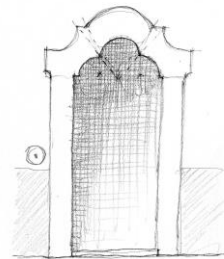
Topo de chaminé - Vila Boim - com a degradação e queda das argamassas de revestimento mostram-se os diversos elementos estruturais cerâmicos.



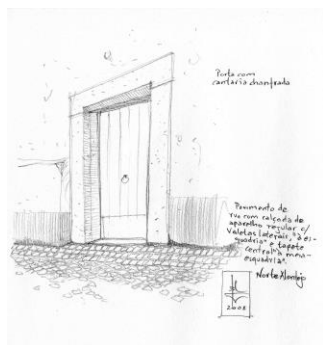
Chaminé - Vila Boim; alta pressão e rasante de um sistema mais antigo (as tijoleiras antigas são retangulares, de aço mais corrente e de tijoleira indústrial).



Mértola - influência mourisca em portal - forma original de rescalço oslano e felpo no piso superior

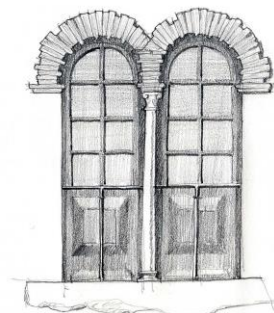


Porta em Vila Vigosa - influências de formas / estilos / arabesques



Porta com cantaria chanfada

Documento de um remeço de Valetas laterais, do arcos e tapete central, em madeira



Janela - Boja



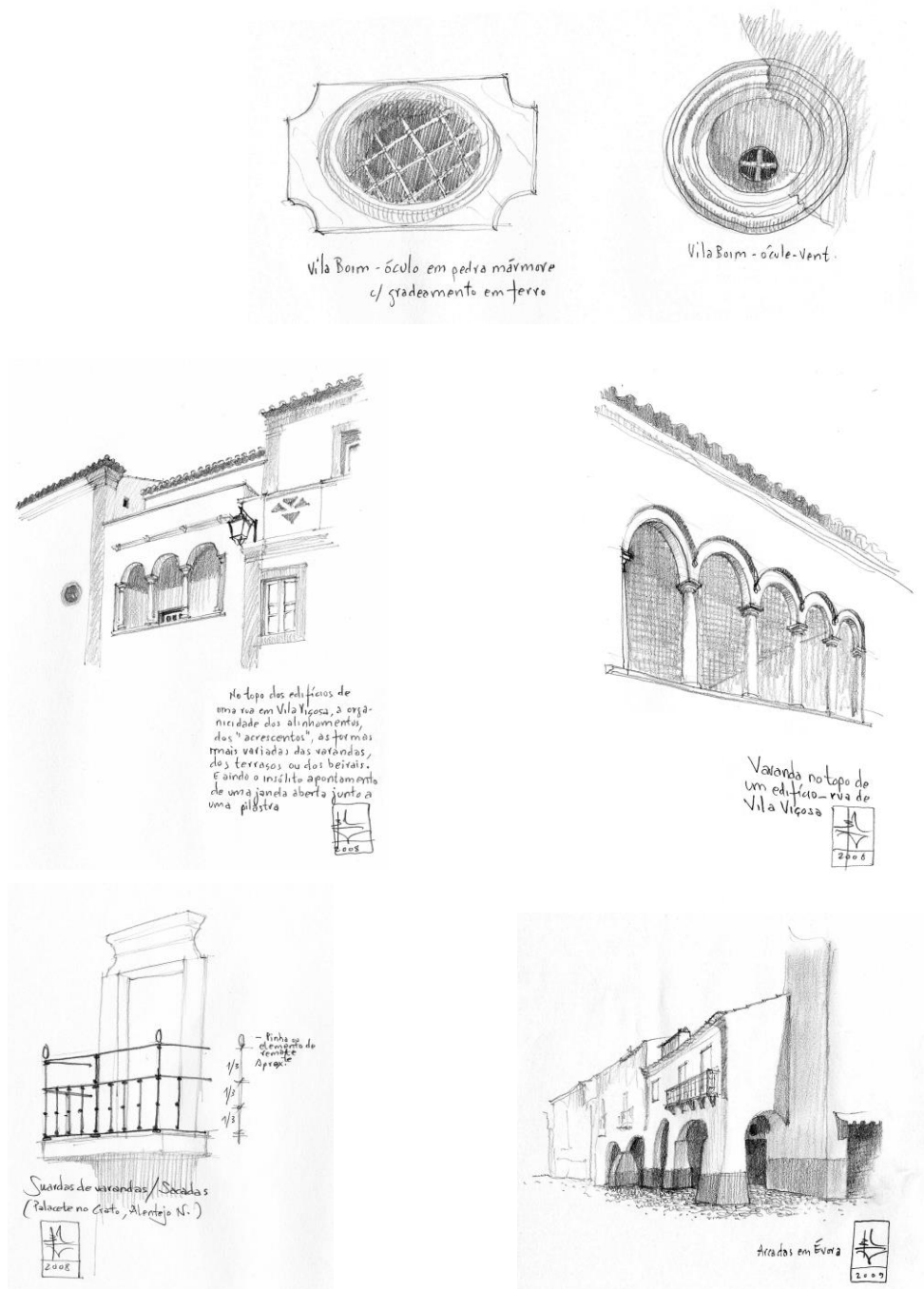
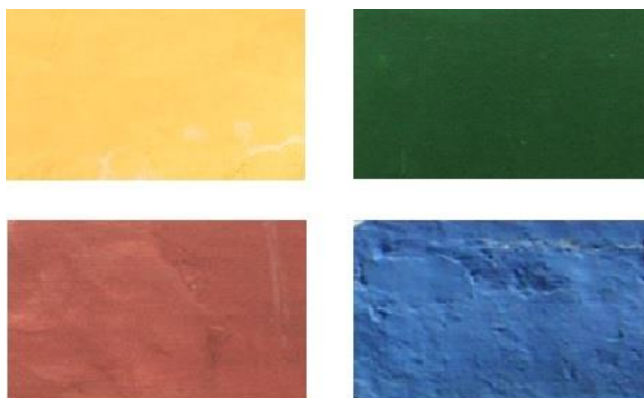


Figura 19 – Elementos de composição arquitetónica – desenhos elaborados pelo autor

- A Cor

O casario dos aglomerados urbanos e dos «montes» do Alentejo é branco, refletindo a luz do sol intensamente, fruto da pintura das superfícies com a cal ou *leite de cal*. Mas a cor também está presente; E não só a cor terrosa dos telhados mas também, e especialmente, a cor dos pigmentos que se adicionam à cal para emoldurar um vão, assinalar um soco, uma pilastra ou uma sanca de beirado.

São os azuis ferretes, os verdes secos, os amarelos ocre, os vermelhos «*sangue-de-boi*» e até (mais no Centro – Norte) os cinzas quase pretos.



As portas e as janelas são também profusamente pintadas (antigamente com tintas de óleo, hoje com esmaltes sintéticos). Normalmente o caixilho é branco e os aros e almofadas em côr – as mais usuais são o vermelho «*sangue-de-boi*» e o verde-escuro, “seco”, também conhecido por «*verde-garrafa*».

É um dos aspetos mais singulares destes conjuntos de construções.

Conclusão

Em jeito de síntese, parece-me que poderei concluir destacando que a concentração urbana se afigura como uma solução mais adequada do que a dispersão e que esta ultima deverá ser, na medida do possível, obstaculizada. Neste contexto, resulta também evidente a necessidade de respeitar as relações de cheio – vazio, do espaço construído com o espaço livre – seja este público ou privado, incluindo as relações de largura de ruas com as cérceas dominantes, a existência de hortas e pomares, incluindo ruas estreitas, rossios, praças e outros espaços públicos.

Há que saber extrair das experiencias dos passado tudo aquilo que nos possa ser benéfico hoje e no futuro, numa perspectiva sem compromisso, assumindo espírito de descoberta, criatividade e inovação à sabedoria ancestral, buscando uma síntese nova, verdadeiramente adequada ao meio em que vivemos e intervimos, tanto nos aspetos ambientais como nos culturais e socioeconómicos, conjugando os léxicos compositivos e as tipologias tradicionais com modos de vida contemporâneos, contribuindo assim também para esse propósito de proteção, de preservação e de afirmação de identidades locais.

Teremos também que ser capazes de adotar e promover as indústrias e ofícios tradicionais renovados e os equilíbrios do comércio de proximidade com os bairros em que predomina a habitação e com a adequada distribuição dos serviços públicos.

Desta investigação posso concluir também que, mesmo tendo em conta o passar dos séculos e apesar de todas as vicissitudes de abandonos e mudanças, estes povoados e estas arquiteturas resistem e preservam as suas extraordinárias qualidades, com uma resiliência que permite a sua reabilitação ou seu «renascimento» numa nova era, plena de paz e harmonia.

Parede, 30 de Setembro de 2016



Figura 20 - Alandroal, recanto perto das muralhas da cidade – desenho elaborado pelo autor

Bibliografia

ABEL, António Borges – *Os Limites da Cidade*. Dissertação apresentada na Universidade de Évora para obtenção graduação de Doutor em Arquitetura, 2007, 2008.

ADAM, Robert - *Globalization and Architecture* – «The challenges of globalization are recently shopping architecture's relationship with society and culture». In *Architectural Review*, fevereiro, 2008.

ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL, II Vol.s, Ed. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, Lisboa, 2004.

ASQUITH, Lindsay; VELLINGA, Marcel (ed.); RAPOPORT, Amos y otros – *Vernacular Architecture in the Twenty-First Century, theory, education and practice*. Ed. Taylor & Francis, Nova Iorque, 2006.

BAGANHA, José – *Casas com Tradição*. Ed. Caleidoscópio, Lisboa, Março 2005.

BAGANHA, José – *A Arquitetura Popular dos Povoados do Alentejo*. Ed. Edições 70, Lisboa, Março 2016.

- FATHY, Hassam – *Natural Energy and Vernacular Architecture, Principles and Examples with Reference to Hot and Arid Climates*. Ed. The University of Chicago Press, Chicago, 1986.
- FATHY, Hassam – *Construire avec le Peuple*. Ed. Sinbad, Arles, 1970.
- JACOBS, Jane – *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Ed. Martins Fontes, S. Paulo, 2003.
- KRIER, Léon – *Arquitetura – Escolha ou Fatalidade*. Ed. Estar, Lisboa, 1999.
- LIMA, Miguel Pedroso de – *Muralhas e Fortificações de Évora*. Ed. Argumentum. Lisboa, 1996.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Ed. D. Quixote. Lisboa, 2000.
- OLIVER, Paul – *Dwellings: the Vernacular House World Wide*. London, 2003.
- OLIVER, Paul – *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World, Vol. 1: Theories and Principles*. Ed. Cambridge University Press, 1997.
- PORTAS, Nuno – *A singularidade Urbanística da Vila Ducal*. In: Revista *Monumentos*, n.º 27, Dezembro, 2007.
- RAMOS, Rui (Coord); VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo e MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. Ed. Esfera dos Livros, Lisboa, 3.ª edição, Fevereiro 2010.
- RIBEIRO, Orlando – *Portugal – O Mediterrâneo e o Atlântico*. Ed. Livraria Sá da Costa, (6.ª edição), Lisboa, 1991.
- RIBEIRO, Orlando – *Geografia de Portugal, Vol. III. 2.ª Edição*, João Sá da Costa, Lisboa, 1992.
- RIBEIRO, Orlando – *Introduções Geográficas à História de Portugal, Estudo Crítico*. Ed. Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1977.
- RIBEIRO, Orlando – *Geografia e Civilização – Temas Portugueses: A Civilização do Barro no Sul de Portugal*. Ed. Livros Horizonte, Lisboa. Sem data.
- ROSSI, Aldo – *La Arquitectura de la Ciudad*. Ed. Gustavo Gilli, 1.ª edição, Barcelona, Maio, 1993.
- SALDANHA, José Luís Possolo de – “Azeites e Olivais no Alentejo, «Montes» com lagar na província transtagana”. Ed. de Autor, Lisboa, Dezembro de 2003.
- SARAMAGO, Alfredo – *Livro-Guia do Alentejo*. Ed. Assírio & Alvim, Lisboa, 2007.
- SITTE, Camillo – *A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos*. Ed. Ática, S. Paulo, 1992.
- TÁVORA, Fernando – *Da Organização do Espaço*. Ed. FAUP, 1.ª Edición (del autor), Porto, 1962.
- TEIXEIRA, Manuel C. – *A Evolução Urbana de Vila Viçosa*. In: Revista *Monumentos*, n.º 27, Dezembro 2007.
- VENTURI, Robert – *Complexity and Contradictions in Architecture*. Ed. The Museum of Modern Art, 2nd revised edition, New York, 1984.
- WATKIN, David – *A History of Western Architecture*. Ed. Watson-Guption Publications, New York, 4th edition, 2005.

A 2ª Geração dos arquitectos Modernos Portugueses, o Inquérito à Arquitectura Regional e os CIAM.

António Neves,

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) / Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU/FAUP)

aneves@arq.up.pt

Resumo

O presente artigo pretende iluminar o modo como as discussões levadas a cabo pelas vanguardas do debate arquitectónico mundial no período do segundo pós-guerra influenciaram formal e conceptualmente o Inquérito à Arquitectura Regional.

Através da elencagem de anteriores relações entre arquitectura moderna e vernacular; da análise do conhecimento dos arquitectos portugueses do debate arquitectónico do período em causa e da sua participação nesse mesmo debate por via da presença em congressos internacionais de arquitectura pretende-se desenhar uma teias das inter-relações que nos parece ser possível estabelecer entre Arquitectura Popular, tradição e vanguarda.

Palavras-chave: Movimento Moderno, CIAM, Arquitectura Vernacular, Arquitectura Portuguesa.

Introdução

É nossa opinião de que sobre as relações entre o Inquérito à Arquitectura Regional e os arquitectos do Movimento Moderno (e sobre o próprio movimento) se têm feito algumas generalizações que não contribuem para uma leitura exacta do seu significado e da sua importância no debate arquitectónico.

Estas generalizações apontam para um Movimento Moderno monolítico e uniforme, características que se verificariam também nas relações que os arquitectos mais conotados com este movimento estabeleceram com a história e com a tradição.

A procura de paralelismos entre a arquitectura vernacular e a arquitectura moderna apresentava alguns antecedentes anteriores ao período em que se inicia o Inquérito, coincidente com a revisão crítica do Movimento Moderno iniciada depois da Segunda Guerra Mundial.

Estes antecedentes são hoje conhecidos.

Em trabalho já publicado¹ também tivemos oportunidade de nos debruçar sobre tais esforços anteriores, destacando os existentes na cultura arquitectónica espanhola (através da acção do GATPAC), italiana (através da acção de Giuseppe Pagano e da revista Casabella) e brasileira (através dos textos e acção de Lúcio Costa).

Nesse mesmo trabalho, tivemos ainda espaço para relevar algumas relações entre as obras de figuras-chave da 2ª Geração de arquitectos modernos portugueses e o Inquérito à Arquitectura Regional.

O conhecimento das dinâmicas que se estabeleceram no seio das discussões realizadas no âmbito dos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna (CIAM) e das respectivas sessões preparatórias ilumina uma rede de relações muito mais rica e complexa do que as habituais leituras, com um certo carácter maniqueísta, têm vindo a propor.

A investigação que realizámos no âmbito da tese de doutoramento² revelou que para uma compreensão mais aprofundada dessa interessante teia de relações, que informa o debate da cultura arquitectónica portuguesa ao tempo do *Inquérito*, é preciso ter em conta o *apport* permitido pelas participações dos arquitectos portugueses pertencentes à designada *segunda geração dos modernos*³ nas discussões que se estabelecem tendo como polo central os congressos internacionais de arquitectura.

O debate arquitectónico do pós-guerra e a preocupação com a arquitectura vernacular

Com o fim da Segunda-Guerra Mundial, em Portugal, estabelece-se definitivamente a ruptura entre os arquitectos e artistas conotados com os movimentos das vanguardas e o estado.

Estado que, esquematicamente, pretendia impor uma arquitectura pretensamente nacionalista, baseada numa hipotética síntese das várias especificidades regionais e articulada (por vezes de forma abusiva) com base nos escritos e propostas do arquitecto Raul Lino (1879-1974).

1- Neves, António - *The second modern generation and the survey on regional architecture, some notes based on projects of Arménio Losa (1908-1988) and Cassiano Barbosa(1911-1998)*,

2- Neves, António - *Arménio Losa e Cassiano Barbosa, arquitectura no segundo pós-guerra : Arquitectura Moderna, Nacionalismo e Nacionalização*.

3- Designação atribuída por Nuno Portas aos arquitectos nascidos nas duas primeiras décadas do Século XX em *A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal*.

O fim do conflito permitiu de uma forma quase imediata o acesso a um enorme manancial de informação sobre o panorama arquitectónico internacional.

A adesão aos ideais do Movimento Moderno atinge um pico de interesse entre a classe dos arquitectos portugueses, como demonstram as actas do 1º Congresso Nacional dos Arquitectos.⁴ Sem entrar aqui na discussão deste congresso e do seu significado, apesar da aparente unanimidade que parece testemunhar - aparente porque a considerámos mais tática do que real - o problema da relação dos arquitectos modernos com a história e a tradição permanecia em aberto e era expresso por alguns dos principais protagonistas deste movimento de actualização.

Távora perguntava, logo em 45 no texto intitulado *O problema da Casa Portuguesa*:

“O estilo nasce do povo e da terra com a naturalidade de uma flor, e povo e terra encontram-se presentes no estilo que criaram em muitas gerações. Que sentido poderá ter, pois, a vontade de criar numa geração um estilo português sem, para tanto, proceder a estudos íntegrais das nossas necessidades e das nossas condições?”⁵

Estipulando o objectivo a atingir - uma *arquitectura integral*, entendida como *estudos íntegrais das nossas necessidades e das nossas condições que nos levariam, pouco pouco, a soluções verdadeiras e em muita coisa diferentes das que apresentam as chamadas "casas portuguesas"*. Távora preconizava estudos em *três-ordens*: a) *Do meio português*; b) *Da arquitectura portuguesa*; c) *Da arquitectura moderna no mundo*.⁶ E esclarecia, no que diz respeito ao estudo da arquitectura portuguesa:

“O estudo da casa portuguesa (erudita e popular), ou chamemos-lhes antes da construção em Portugal, não está feito; alguns arqueólogos falaram e escreveram já sobre as nossas casas mas do que conhecemos nenhum deu sentido actual ao seu estudo, tornando-o elemento colaborante da nova arquitectura; além dessa, outra ausência se verifica: a da relação da nossa arquitectura antiga ou popular com todas as condições que a criaram e desenvolveram, sejam elas condições do Homem, sejam elas condições da Terra.

A casa popular fornecer-nos-á grandes lições porque ela é a mais verdadeira, a mais funcional e a menos fantasiosa.”⁷

Keil do Amaral, em convergência de intenções, no mesmo ano em que Teotónio Pereira reedita este texto de Távora em versão revista e ampliada⁸, escreve, logo no primeiro número em que passa a estar directamente ligado à revista *Arquitectura*, o texto *Uma iniciativa necessária*:

“Trata-se da recolha e classificação de elementos peculiares a arquitectura portuguesa nas diferentes regiões do País, com vista à publicação de um livro, larga e criteriosamente documentado, onde os estudantes e técnicos da construção pudessem vir a encontrar as bases para um regionalismo honesto, vivo e saudável. Exactamente assim: honesto, vivo e saudável. (...)”

4 - Silva, Luís Cristino da [compil. por] - *1º Congresso de Arquitectura 1948*.

5- Távora, Fernando *O problema da Casa Portuguesa* in *Aleo*, 1945, Ano IV, série IV, nº9.

6- Távora, Fernando *O problema da Casa Portuguesa* in *Aleo*, 1945, Ano IV, série IV, nº9

7- Távora, Fernando *O problema da Casa Portuguesa* in *Aleo*, 1945, Ano IV, série IV, nº9

8- Távora, Fernando *O problema da Casa Portuguesa* (1947), publicado originalmente em *Cadernos de Arquitectura* nº1, 1947.

(...)Nós, os que acreditamos numa arquitectura funcional, feita para servir mais do que para agradar, consulta-lo-íamos com frequencia. Creio que as nossas obras lucrariam com isso: serviriam melhor e ganhariam um calor humano mais acessível aos corações da gente portuguesa. Quanto aos regionalistas do aspecto, estou certo de que também se interessariam pelo livro; e talvez as suas obras viessem a adquirir maior profundidade. (...)”⁹.

Também no nosso país existiam alguns estudos antecedentes.

Além das investigações ligadas ao Movimento da Casa Portuguesa (que não abordaremos no presente artigo, bastando notar que não lograram grandes conclusões e cujos resultados arquitectónicos o próprio inquérito pretendia rebater), já havia sido realizado um *Inquérito à Habitação Rural* por um conjunto de engenheiros agrónomos como Lima Basto, Henrique de Barros, ou Castro Caldas com o objectivo de fazer um levantamento das condições de vida das populações agrícolas¹⁰.

O regime não podia reagir bem aos resultados deste Inquérito dos engenheiros, que mostrava quão miseráveis eram as condições de vida no mundo rural, promovido por aquele como modelo, premiando as aldeias onde o atavismo das condições de vida era mais patente e estimulando arquitectonicamente a reprodução dos traços desta ruralidade.

“O contraste com o texto de Lino anteriormente citado não poderia ser mais evidente.

As casinhas passam a casebres. Deixam de ser sorridentes, alegres, simpáticas, para se passar delas a reter a miséria”¹¹.

O Inquérito dos engenheiros foi proibido, nunca chegando a ser editado o seu terceiro volume, mas era do conhecimento das equipas do Inquérito à Arquitectura Regional.

Existe ainda um outro aspecto que à época do arranque do Inquérito informa de modo decisivo o debate arquitectónico português, que na nossa opinião tem uma enorme importância na forma como é realizado esse levantamento, mas que não tem sido referido: a internacionalização da arquitectura portuguesa, nomeadamente a participação nos CIAM.

A internacionalização da arquitectura portuguesa e a participação nos CIAM.

Neste início da década de 50, em que se inicia a participação dos arquitectos portugueses nos CIAM pressente-se a existência de uma certa tensão no ar, de uma certa dúvida sobre quais seriam as direcções a tomar pela arquitectura (e pelas artes em geral).

Esta participação centra-se num número reduzido de arquitectos. Nos espólios pessoais de três dos mais relevantes protagonistas não encontramos textos próprios relativamente aos CIAM.¹²

No entanto, Távora em particular, se também não escreveu muito sobre os CIAM propriamente ditos refere-os sistematicamente em entrevistas várias que quando relacionadas permitem ter uma ideia deste processo.

9- Keil do Amaral, Francisco *Uma Iniciativa necessária*.

10- Basto, E. A. Lima, Barros, Henrique de - *Inquérito à habitação rural* (1943 e 1947).

11- Leal, João *Arquitectos, engenheiros, antropólogos : estudos sobre arquitectura popular no século XX português*.

12- Efectuámos pesquisas nos espólios de Arménio Losa, Viana de Lima e Fernando Távora, que não nos levaram a nenhum texto pessoal que tivessem escrito, individualmente ou em conjunto, sobre os encontros no âmbito dos CIAM. O facto de os três espólios não estarem totalmente tratados, nem totalmente disponíveis para consulta, leva-nos a basear as reflexões seguintes na reunião de referências dispersas, privilegiando as fontes primárias, com a respectiva origem sempre assinalada.

A participação portuguesa nestes acontecimentos começa em 1951 quando um grupo de arquitectos portugueses constituído por Viana de Lima, pelo referido Fernando Távora e por João José Tinoco se desloca pela primeira vez a um Congresso Internacional de Arquitectura Moderna - o CIAM VIII, realizado em Hoddeson.

Recorda mais tarde Távora:

“Nesse congresso que foi muito importante na vida do CIAM porque foi, em certos aspectos um congresso de reviravolta em relação ao pensamento anterior, clássico, dos CIAM, estiveram presentes os nomes mais famosos do organismo, Le Corbusier, Gropius, Giedion, Sert, e depois gente mais nova como Kenzo Tange, Bakema, Rogers, e muitos arquitectos ingleses.

O tema era o *Core*, interpretado como o coração, o centro. Não referido somente ao centro urbano mas especialmente à necessidade do centro em qualquer organização de arquitectura ou urbanismo. Ao centro da cidade, por exemplo, ou ao centro da casa. Portanto uma visão muito ampla, arquitectónica, urbanista e humana da necessidade do *core* como elemento de vida espontânea ou organização individual ou colectiva”¹³

Como descreve Távora, no CIAM VIII havia sido eleito como tema principal o *Core*, no sentido de núcleo, de centro. Ao longo das discussões foi transformado em *Cuore*, ou na versão inglesa em *Heart*, designações que acabariam por substituir a primeira nas publicações que resultaram desse congresso.¹⁴

Como resultado, a versão inglesa da publicação que pretende documentar este congresso intitulou-se precisamente “The Heart of the City”.¹⁵

Ao que se sabe, Le Corbusier defendia que o CIAM de 51 tivesse como objectivo a elaboração de uma “Carta do Habitat”, mas acabou por ser convencido por Sert e Giedion da importância de introduzir este novo tema.

Este tema foi não só tido em linha de conta como constituiu o elemento aglomerador das discussões, conforme se pode ver pela leitura do referido *The Heart of the City*:

Giedion fez um apanhado da evolução histórica do *Core*, a partir da tradição da Grécia, e a generalidade dos textos coligidos a partir deste tema, introduzem as questões da relação com o passado (Gregor Paulson e J. M. Richards) do indivíduo com a comunidade (artigo de G. Scott Williamson e, mais tarde, título de um livro de Giedion); da escala humana (Gropius) e da relação entre o homem e as coisas (Bakema) - estes dois amplamente sublinhados por Távora no exemplar existente na sua biblioteca - ; da relação com as artes (Le Corbusier e J. J. Sweeney); e também das relações do homem com a cidade (Rogers), por via da espontaneidade (Ian McCalum), das ideias (Fry) e das necessidades humanas (Ling). Estes textos de cariz mais geral são também completados com transcrições parciais das discussões abertas sobre a importância das cidades como centros civilizacionais e sobre as praças italianas. São ainda acompanhados por uma descrição de experiências recentes - de Paris

13- Távora, Fernando Entrevista in Revista Arquitectura, nº 123, 1971.

14 - Josep Lluís Sert, Jacqueline Tyrwhitt CIAM 8: The Heart of the city: towards the humanisation of urban life. London: Lund Humphries, 1952, Il cuore della città: per una vita più umana delle comunità. Milano: Hoepli, 1954; El corazón de la ciudad: por una vida más humana de la comunidad. Barcelona: Hoepli, 1955

15- Sert, Josep Lluís; Tyrwhitt, Jacqueline CIAM 8: The Heart of the city: towards the humanisation of urban life (1952).

(Alaurent), Londres (Holford) ou Califórnia (Neutra) - e por uma colectânea de projectos relacionados com o tema e elaborados por membros dos CIAM.

Note-se, desde logo, como os temas abordados serão aspectos valorizados no levantamento realizados pelas equipas do inquérito.

É também de notar neste congresso a ausência da *Arquitectura Moderna Brasileira* que, como referimos, constituía uma referência fundamental para os portugueses.

No entanto, nele se assiste à consolidação de uma outra influência que começava já a granjear considerável importância entre nós, a do *Empirismo Nórdico*.

Embora Aalto não participasse directamente no VIII CIAM, as arquitecturas que se apresentam na publicação que deste resulta são, senão directamente influenciadas, pelo menos convergentes em intenções com as deste autor.

É muito curioso o facto deste movimento poder ser relacionado com uma preocupação de aproximação da arquitectura ao homem comum que vinha sendo divulgado por J. M. Richards na *Architectural Review* (revista da qual era editor e que existe em vários espólios de arquitectos portugueses, como o de Viana de Lima) e que encontrava no *Empirismo Nórdico* (termo aliás por ele criado na mesma publicação) o equilíbrio necessário entre o realismo soviético - considerado inaceitável no seu ecletismo - e a vanguarda do Movimento Moderno - agora considerada elitista e desligada da realidade, mas no entanto detentora de uma herança que não se devia renegar na totalidade.¹⁶

Entre nós *Empirismo Nórdico* e *Arquitectura Moderna Brasileira* constituíam-se em duas alternativas para aproximar a arquitectura do Movimento Moderno das aspirações do homem comum, sem, por um lado, cair no Realismo revivalista proposto pelo Estalinismo, mas, por outro, também sem renegar a herança do Movimento Moderno, das vanguardas e da abstracção.

No nosso país problemas semelhantes opunham os arquitectos modernos aos tradicionalistas, ambos na procura de uma resposta relacionada com as questões da identidade e da tradição que fosse nesse mesmo sentido de aproximação da arquitectura ao homem, como se percebe nos textos de Távora e Keil atrás citados.

Neste CIAM de 51 o Grupo português, com estatuto ainda de “grupo em formação” não apresenta, ao que se sabe, nenhum contributo escrito ou desenhado. Mas, como mostra a descrição de Távora, não terá ficado indiferente a esta centralidade das problemáticas do homem no debate arquitectónico deste CIAM.

Esta primeira participação teve assim um carácter algo passivo e teve como principal resultado a transformação da ODAM no grupo CIAM-Porto.¹⁷

Depois de Hoddesdon, o grupo Português participa e começa a contribuir para as sessões de trabalho que conduziriam ao CIAM de 53.

16- A oposição entre estes dois pólos, pela conotação política com a oposição ao regime vigente dos movimentos artísticos portugueses ligados à arte e à arquitectura modernas irá desempenhar um papel importante no âmbito da cultura artística e arquitectónica portuguesa desta época.

17- A ODAM, que aparece no espólio de Arménio Losa como tradução de Organização dos arquitectos Modernos e também como Organização em defesa da Arquitectura Moderna é uma organização de arquitectos que surge no Porto em 1947 e estabelece um conjunto de actividade articuladas com a acção de Keil do Amaral em Lisboa e com as actividades da organização lisboeta ICAT (Iniciativas culturais de Arte e Técnica). A este propósito veja-se Neves, António - *Arménio Losa e Cassiano Barbosa, arquitectura no segundo pós-guerra : Arquitectura Moderna, Nacionalismo e Nacionalização*. pp 210-217, 297-309.

Se, por um lado, não participa na reunião mais restrita realizada em Paris, no escritório de Le Corbusier em 1952 - onde ficou decidido que no CIAM IX (quando se completariam 25 anos desde o Congresso de La Sarraz) se iniciaria um processo de transição para os membros mais novos que deveria ficar concluído até ao CIAM seguinte - por outro, o grupo português assiste ao evento realizado entre 25 e 30 de Junho do mesmo ano de 1952 - o encontro de Sigüta - que dado o extenso programa de actividades foi, segundo Eric Mumford, praticamente um CIAM.¹⁸

Participaram quase 60 membros, muitos dos quais os que iriam mais tarde dar origem ao Team X.

Segundo o mesmo autor foi neste encontro que apareceram os primeiros sinais de ruptura entre esta geração mais nova e a geração anterior, conhecida por “middle generation”.

A avaliar pelos documentos oficiais, Portugal participa com Viana de Lima, Luís Canossa (engenheiro) e Matos Veloso,¹⁹ e assume um papel mais interventivo, apresentando uma grelha que é discutida com alguma intensidade²⁰.

No seguimento da proposta portuguesa e doutras propostas relativamente à grelha a adoptar, e face à impossibilidade de chegar a um consenso, constitui-se uma comissão para o seu estudo de que também faz parte Viana de Lima.

Os resultados desta não seriam no entanto suficientemente consensuais para a definição de um modelo único de grelha a adoptar no CIAM IX.

Note-se que tem sido referida erroneamente a não participação de Távora nessa reunião.

Távora não aparece de facto nas listagens de participantes, apesar de ter estado presente, como atestam os documentos da Câmara Municipal do Porto.²¹

Neste mesmo ano de 1952 Távora participa também na Escola de verão dos CIAM, realizada em Veneza. Nessa cidade terá oportunidade de re-encontrar Le Corbusier e conhecer Lúcio Costa, personalidade que muito o influenciará.²²

Logo na sequência destas duas participações em actividades dos CIAM é publicado o texto de Fernando Távora que ficará conhecido como “A Lição das Constantes”²³, que remete directamente para as discussões tidas no congresso de 51, enriquecendo-as e nacionalizando-as, através da sua própria reflexão sobre o papel do arquitecto, sobre a sua modernidade assente no conhecimento da história, sobre o seu papel de homem entre outros homens.

Posteriormente, em Julho de 53, Arménio Losa desloca-se com Viana de Lima e com o mesmo Fernando Távora ao IX CIAM em Aix-en-Provence.²⁴

18- Mumford, Eric *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*, p219.

19- Mota, Nelson *An archaeology of the ordinary: rethinking the architecture of dwelling from CIAM to Siza*, p73.

20- Refira-se a título de curiosidade que esta grelha que o grupo português apresenta em Sigüta é apresentada no livro de Eric Mumford referido em (18) como “não identificada, provavelmente do CIAM X, 1956”.

21- Trevisan, Alexandra *Influências internacionais na arquitectura moderna no Porto (1926-1956)*, p309.

22- Mendes, Manuel *Ah, che ansia umana di essere il fiume o la riva!* in Antonio Esposito, Giovanni Leoni *Fernando Távora: opera completa*, p 378.

23- Távora, Fernando *Arquitectura e Urbanismo, a Lição das Constantes*, revista *Lusíada* Vol1/2 Novembro 1952

24- Existe uma certa indefinição quanto aos restantes membros da delegação portuguesa ao CIAM de 53. Martins, João Paulo - em *Arquitectura Moderna em Portugal, a difícil internacionalização*, in Tostões Ana (coord.) *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*, p164 - refere a presença de Matos Veloso. Por outro lado, Nelson Mota, em informação que muito agradecemos, no contexto da sua investigação levada a cabo directamente nos arquivos dos CIAM forneceu-nos dados que vão no sentido de ser João Andresen quem

Esta viagem terá sido certamente palco para os três discutirem o que pensavam relativamente à evolução da arquitectura e, se não o tinham feito já, para Viana e Távora partilharem com Losa o que haviam vivido dois anos antes no CIAM de Hoddesdon e também, no tempo desde aí decorrido, nas reuniões de trabalho em que nesse âmbito haviam participado.

Não procuramos sustentar que, destes problemas então em discussão, os três arquitectos que agora se preparavam para participar no CIAM de 53 tivessem entendimentos semelhantes por esta altura, apenas nos parece importante sublinhar que acabariam por tomar direcções convergentes pouco depois.

Estes três arquitectos saíram do Porto a 16 de Julho e viajaram juntos durante três dias passando por Salamanca, Valladolid, Burgos, S. Sebastian, Pirinéus, Feix, Carcassone.

Chegaram na véspera do início do Congresso a Aix-en-Provence, onde aquele se realizou entre 20 e 25 de Julho, na Escola de Artes e Ofícios.

O programa do congresso, apesar de estipular as quatro funções do urbanismo, limitava as discussões às questões relacionadas com a função habitar, incluindo as “extensões da habitação” e o “meio envolvente”, com o objectivo de elaborar uma *Carta do Habitat*, documento que se esperava sucedesse à *Carta de Atenas* e cuja formulação vinha sendo adiada desde o VII CIAM realizado em Bergamo em 1949.

Neste congresso, segundo Eric Mumford, a cisão que referimos entre a geração mais nova e aquela que designa por *middle generation* acentua-se até à ruptura que se consumaria nos encontros seguintes.²⁵

A publicação que se esperava que resultasse do IX CIAM - *CIAM9, The Human Habitat* - segundo o que Giedion e Thyrwitt haviam assente num encontro que realizam com Sert na sua casa antes do congresso - deveria incluir não só a referida *Carta do Habitat*, mas também abordar temas como o perímetro das deslocações a pé tratado também enquanto habitat e analisado relativamente às diversas realidades mundiais; os meios de tornar patente a ligação entre a célula de habitação e a envolvente; a necessidade de privacidade; a integração de usuários de diferentes idades; a questão da concentração urbana versus dispersão; a relação do Habitat com o *Core*; os meios para expressar a continuidade com o passado; e até a necessidade de alegria no habitat.²⁶

Estas foram de facto aspectos que emergiram, individualmente ou associados entre si, nas discussões e nas cerca de 40 grelhas apresentadas no âmbito do Congresso.

Pela relevância que a participação neste congresso nos parece assumir na reflexão teórica do grupo de arquitectos que temos vindo a seguir, parece-nos que vale a pena determo-nos um pouco sobre ela.

Começemos pelo texto da comunicação portuguesa existente no Espólio de Távora²⁷:

“En tenant compte des limitations imposées par les successives modifications du programme initialement proposé; en tenant compte de l’impossibilité de recueillir les éléments valables pour une analyse juste du problème de l’habitation. En tenant compte que le problème de l’habitation n’attire suffisamment la attention de l’autorité

completa a delegação portuguesa. Note-se que face ao elevado número de participantes neste CIAM (aspecto também não quantificável a partir dos dados actuais da historiografia, por muito diversos) não é de excluir a possibilidade de se terem ambos (e até eventualmente outros) deslocado a Aix-en-Provence.

25- Mumford, Eric *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*, p225.

26- Mumford, Eric *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*, p226.

27- Espólio Fernando Távora. Fundação Marques da Silva FIMS, Porto.

et que par conséquence nous n'avons pas d'exemples à présenter, ni une expérience. En tenant compte encore que les conditions économiques des architectes qui se vouent – avec passion – à l'étude des problèmes que nous présentons maintenant, sont très difficiles au Portugal; Notre Grille touche les sujets des grillions de la façon suivante:

I *Urbanisme* - On prétend démontrer que l'habitation, ne peut être considérée isolément, c'est-à-dire que l'habitation totale n'existe que si elle s'intègre dans une communauté, donc continuée pour les prolongements.

II *Synthèses des Arts* - Nous pensons que l'habitation, comme toute manifestation des activités de l'architecte, doit être le résultat de la synthèse des trois arts. En outre, nous pensons que pour notre cas, il sera nécessaire de faire une révision et la connaissance correcte de la leçon du passé, donc connaître et développer la véritable tradition.

III *Formation de l'architecte* - Nous n'avons pris en considération ce sujet.

IV *Technique* - On présente la relation existante parmi le type de l'agglomération - urbaine et rurale - et ce procédé de construction que lui correspond, en arrivant à la conclusion qu'il faut bien profiter de toutes techniques correctes à portée de l'architecte pour la réalisation de l'habitat, surtout quand il s'agit du logis minimal.

V *Législation* - De l'analyse de la législation portugaise ressort l'impossibilité de réaliser un habitat à l'échelle du pays et donc le besoin d'une législation basée sur la réalité nationale.

VI *Questions Sociales* - Nous sommes d'avis que l'habitation devant être toujours considérée comme un droit semblable au droit de la vie, doit être considérée en fonction de l'individu sans jamais ignorer les conditions économiques et sociales.”

Este texto, que resultou da síntese dos contributos solicitados individualmente em reuniões sucessivas aos membros da ODAM e CIAM-Porto, pode ser considerado como uma resenha do que eram os aspectos relevantes para os arquitectos portugueses da 2ª geração dos modernos, e confirma algumas das hipóteses levantadas neste trabalho.

Note-se a preocupação com a relação entre a habitação, a intervenção isolada e o contexto urbano onde se insere; com a necessidade de fazer uma revisão e conhecer correctamente a lição do passado e de conhecer e desenvolver a verdadeira tradição; com o estabelecimento (que o inquérito viria a aprofundar) de relações entre as intervenções nos aglomerados urbanos e rurais e com a reciprocidade da validade das técnicas construtivas a cada um deles associadas, ou seja, a criação ou o reforço da sensibilidade que potencia o Inquérito à Arquitectura Regional.

Note-se ainda a reafirmação do direito à habitação (no sentido do que já vinha dos textos do Congresso de 48) e da necessidade de intervenção ao nível da legislação e enquadramento da prática, que vinha sendo tentada, quer através das actividades individuais, quer através das actividades da ODAM (como referimos, articuladas com as ICAT e revista Arquitectura, lideradas por Keil do Amaral), quer ainda através da crescente participação no âmbito do Sindicato Nacional dos Arquitectos, cujos corpos dirigentes seriam integrados por Lusa, Viana de Lima, Fernando Távora, João Andersen e Matos Veloso, ou seja pelos principais participantes nestes congressos.²⁸

28- Informação amavelmente cedida por João Afonso recolhida no âmbito da sua tese de doutoramento em curso, sobre a actividade deste organismo.

Esta contribuição era o que os arquitectos portugueses já traziam na sua bagagem. As dos outros grupos, com as quais puderam contactar durante o congresso, não deixaram seguramente de os marcar também.

É neste congresso que emergem algumas personalidades e/ou grupos que assumirão papel importante no debate arquitectónico.

É o caso de Allison (1928-1993) e Peter Smithson (1923-2003) - que haviam ganho notoriedade com a sua miesiana Escola de Hustranton (1949) - e que questionam frontalmente a cidade funcional, apresentando uma proposta urbana para Londres que tenta casar as virtudes da cidade tradicional (e multifuncional), com uma multiplicação de edifícios fortemente inspirados nas Unidades de Habitação de Le Corbusier.

Também a participação do grupo holandês foi bastante destacada e terá sido apreciada pelos arquitectos portugueses. Não nos esqueçamos a atenção já dedicada por Távora ao texto de Bakema no congresso anterior, arquitecto que neste congresso aparece juntamente com outra personagem com quem Távora também viria a estabelecer relações importantes, Aldo Van Eyck.

Outro contributo relevante para os portugueses neste congresso terá sido o dos arquitectos nórdicos que, como vimos, eram já alvo da atenção destes arquitectos portugueses. O Grupo Pagon - constituído por Christian Norberg-Schulz (1926-2000), Arne Korsmo (1900-1968), Jorn Utzon (1918-2008) e Sverre Fehn (1924-2009) - lidava no seu país natal com problemas que se aproximavam daqueles que apresentava a prática portuguesa, o que os levava a defender uma postura muito semelhante: “O valor da tradição não se pode negar. Mas, precisamente porque compreendemos e apreciamos o modo como as formas emergiram a partir das suas próprias circunstâncias, não desejámos emulá-las”.²⁹

Ainda relativamente às questões urbanas, uma das outras novidades deste congresso, depois de algumas referências laterais ao tema noutros encontros, foi a tentativa de abordar um problema que foi baptizado neste âmbito dos CIAM e em articulação com a UNESCO como *Casa para o Maior Número*, problema que se tornou central no debate arquitectónico durante e após o congresso.

A emergência deste candente problema estava ligada à divulgação do trabalho dos vários grupos CIAM na América do Sul e principalmente no continente africano.

Este tema foi bastante importante para os arquitectos portugueses pois permitiu, por uma via algo inesperada, alargar o debate a temas que não a pressão sobre a cidade industrial e a reconstrução do pós-guerra, e passar a incluir problemas mais relacionados com zonas não urbanizadas ou zonas onde era o próprio problema da urbanização que se punha, e não os problemas que dela resultam. Estes problemas estavam muito mais presentes na realidade do nosso país do que os anteriores e a sua aproximação a questões arquitectónicas, como as que se punham em Portugal, associadas a uma maior exiguidade de meios do que a que era apresentada pelas Unités e pelas intervenções de grande escala nos países europeus e nos Estados- Unidos, revelava-se porventura mais útil para a prática dos nossos arquitectos.

29- PAGON-CIAM, citado em Borrego, Iván Rincón, *Arquitectura nórdica en la segunda mitad del siglo xx* in Alexandra Cardoso, Jorge Pimentel, Fátima Sales (Eds.) *Januário Godinho, Leituras do Movimento Moderno*, p201.

Assim, além das já referidas intervenções do casal Smithson, as apresentações geralmente mais destacadas no âmbito do congresso são as do grupo *CIAM-Algers* coordenado por Pierre-André Emery (1903-1982) e do Grupo Marroquino *GAMMA*.

As grelhas apresentadas por estes participantes viriam a ser publicadas na *Architecture d'aujourd'hui* precisamente com o título “L’habitat pour le plus grand nombre / Habitat for the greatest number”.

Em particular a apresentada pelo grupo *CIAM-Algers* apresenta enormes semelhanças com o grafismo que viriam a ter as grelhas portuguesas dos CIAM seguintes, nomeadamente as do estudo para uma comunidade rural que Viana de Lima, Távora e Lixa Filgueiras coordenaram e seria apresentado no CIAM seguinte, e também com o grafismo do próprio *Inquérito à Arquitectura Regional*.

Como explica Eric Mumford:

“In a similar way to the Smithsons presentation, the Moroccan group’s conception of habitat combined a changed attitude toward the urban design process with Corbusian prototypes inflected with a awareness of local cultural identities”³⁰

Desta forma, a participação nos CIAM e em todo este debate parece ter dado um contributo muito importante para as mudanças na arquitectura portuense neste período, e inclusivamente para a forma como viria a ser encarado o Inquérito.

Depois do CIAM de Aix-en-Provence, propriamente dito, continuaram a chegar elementos relativos às discussões que aí tiveram lugar, até pelo menos 1956.

Por exemplo, nas conclusões do CIAM de 53, apenas recebidas no ano seguinte pelos arquitectos participantes, podemos encontrar outros contributos importantes:

“A tarefa do Arquitecto é dar ao Homem instrumentos de vida (do lápis à cidade) que sejam a expansão das suas necessidades, no seio do meio natural e humano em que se encontra, a concepção da nossa arquitectura não será ligada às condições de fronteira (internacionalismo ou nacionalismo) mas seguirá a variedade e as variações das condições que são impostas pelo meio natural. (...) (...) mais ainda, no quadro destas condições climatéricas formam-se tradições de vida.

Será necessário e imperativo compreender essas tradições e tê-las em conta na medida em que sejam válidas se queremos estabelecer formas construídas que respondam às necessidades criadas pelo clima. Por outro lado, é razoável aspirar à junção dos materiais naturais adequados ao clima, de novos materiais na medida em que a tecnologia possa ajudar a resolver os problemas que se põe.(...)”³¹

E no relatório de outra comissão:

(...) A Arquitectura primitiva, abordada de uma forma acertada, tornou-se um símbolo que reflecte directamente um modo de vida que navega através dos tempos, com as suas profundas raízes nas condições humanas e cósmicas(...)

(...) Reconhecemos que os métodos técnicos modernos podem muito bem ser combinados com o uso de materiais tradicionais. Para assegurar as necessidades materiais do Homem primitivo, apenas era necessário dar-lhe um esqueleto estrutural,

30- Mumford, Eric *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*, 2002, p236.

31- CIAM IX - *Comissão 1: Urbanismo; Sub-comissão 1A*, p10. Espólio AL/CB.

para que as suas faculdades inatas de decorar e transformar a Arquitectura pela sua utilidade não sejam destruídas. (...)”.³²

Curiosamente esta informação que chega a este grupo de arquitectos portuenses não foi muito divulgada, nem sequer no âmbito da revista *Arquitectura*, talvez por estes terem seguido à risca as indicações que constavam dos documentos recebidos no âmbito da participação no CIAM de 53 - “Publication interdite”.

Ainda neste ano de 1953, os arquitectos portugueses teriam oportunidade de participar num outro encontro com profissionais de várias nacionalidades, realizado no nosso país, em Lisboa, entre 20 e 27 de Setembro: o 3º *Congresso da União Internacional de Arquitectos*.

A participação de arquitectos de todo o mundo foi muito grande. A dos portugueses atingiu, a julgar pela lista dos inscritos, uma enorme percentagem dos existentes em Portugal à época.

O Congresso tinha como tema central das discussões, muito apropriadamente face ao que acabamos de referir, “A arquitectura na encruzilhada dos caminhos”.

No mesmo número em que dá conta das conclusões provisórias do CIAM de Aix-en-Provence, a *Architecture d’aujourd’hui* noticia igualmente a realização deste congresso em Lisboa, dando conta de que seria acompanhado de três exposições: uma exposição itinerante relacionada com o próprio congresso, uma exposição itinerante de Arquitectura Moderna Brasileira e ainda uma exposição das técnicas tradicionais de construção portuguesas.³³

Não é de somenos significado a escolha dos temas das duas exposições para acompanhar o primeiro e único Congresso Internacional de Arquitectos realizado no nosso país:

. Uma Exposição de Arquitectura Moderna Brasileira - facto que vem confirmar a importância de que esta se revestia para os arquitectos portugueses. O seu aparecimento neste ano de 53 tem, no entanto, mais um significado de confirmação de tal importância do que propriamente um cariz inovador, já que nesta altura aquela era sobejamente conhecida dos arquitectos mais representativos do nosso país (no caso dos arquitectos portuenses já estaria até na sua curva descendente enquanto influência, substituída pelas que referimos a propósito dos eventos ligados aos CIAM).

. Uma Exposição de Técnicas de Construção Portuguesa - não realizada. Sublinhe-se que da publicação que reúne as actas deste 3º Congresso da UIA, percebe-se também que Fernando Távora era o responsável pela organização desta exposição³⁴, no que constitui desde logo um sinal do seu futuro envolvimento nesta questão.

Na mesma publicação relativa ao Congresso da UIA de 53 podem encontrar-se quatro comunicações de arquitectos portugueses feitas nesse âmbito: Pardal Monteiro, Januário Godinho, Arménio Losa e João Andresen.

Se as comunicações dos dois primeiros não se revestem de particular interesse para os assuntos em questão, nas intervenções de Andersen e Losa, parece existir uma lógica conjunta que reflecte já alguns aspectos tratados em Aix-en-Provence, onde, recorde-se, ambos haviam estado presentes. Referem-se as novas terminologias de Habitat, Unidade de Habitação, Unidade de Vizinhança e Prolongamentos da Habitação - terminologia que Losa manterá sempre nos seus planos urbanísticos -, os trabalhos do grupo de Marrocos e a designação de

32- CIAM IX - *Comissão II: Síntese das artes plásticas*, p20 Espólio AL/CB.

33- Revista *Architecture d’aujourd’hui*, nº 48 Julho 1953.

34- UIA *Troisième Congrès de l’Union Internationale des Architectes* 1953, p447.

Michel Ecochard (1905-1985) de *Habitação para o maior número* (o que confirma a importância que lhes atribuímos). Reforça-se a defesa do direito à habitação como universal e inalienável e sublinha-se o problema da habitação incluindo o da habitação rural. Apresenta-se ainda uma das grelhas já apresentada nesse CIAM, completada por uma outra elaborada sobre o mesmo esquema que pode ou não ter também sido reaproveitada do dito congresso.³⁵ A exposição prevista para acompanhar o congresso da UIA em Lisboa e dedicada às técnicas tradicionais de construção, por motivos que desconhecemos, acabaria por não se realizar, mas Carlos Ramos, na sessão de abertura aproveita o discurso inaugural deste congresso não só para lamentar a impossibilidade de a realizar referindo-a como “uma vez mais de entre outras tentativas já sugeridas e igualmente perdidas”³⁶ - mas também para:

“(…)pedir a sua Excia. Ministro das Obras Públicas a quem a palavra tradição toca, como a nós todos, as profundidades da sua alma, de tomar nota da prioridade desta iniciativa e pedir ao Governo da Nação para nos fornecer os meios de proceder sem mais atraso aos inquéritos, aos inventários e aos trabalhos relacionados que esta tarefa exige e que é urgente realizar.”³⁷

Só dois anos mais tarde, em 1955, o apelo veemente de Carlos Ramos feito nesse congresso iria, finalmente, surtir efeito e unificar os arquitectos de todo o país em torno desse desígnio que foi a realização do *Inquérito à Arquitectura Regional*.

Conclusão

O debate em curso no âmbito dos CIAM renovou o interesse relativamente à integração e radicação local da arquitectura, problemas ainda em aberto desde da década de 40, e logo expressos nos textos seminais de Keil do Amaral - “Uma Iniciativa Necessária” - e Fernando Távora - “O Problema da Casa Portuguesa”.

É importante também ter presente o modo como Lúcio Costa propunha uma linha de continuidade da arquitectura moderna brasileira com as suas raízes portuguesas, assim as como referidas relações entre arquitectura vernacular e arquitectura moderna propostas pelos arquitectos italianos e espanhóis.

Mas se, como Távora descreve, esta pluralidade orientações se traduzia numa certa angústia, simultaneamente, dizemos nós, ela produziu um quadro de enorme fertilidade de pensamento. Este quadro, testemunha do sincretismo de referências que defendemos verificar-se no período do pós-guerra no contexto arquitectónico português, permitirá, num processo de nacionalização dessas problemáticas, duradouras sínteses de cariz eminentemente local.

Os factos apontados constituem desde logo prova de que generalizações que se têm feito sobre a relação dos arquitectos da Segunda Geração dos Modernos com o Inquérito à Arquitectura Regional, pecam por superficialidade.

35- UIA *Troisième Congrès de l'Union Internationale des Architectes* 1953, pp 305-319

36- Ramos, Carlos *Séance Solennelle d'ouverture* in UIA *Troisième Congrès de l'Union Internationale des Architectes* 1953, p14.

37- Ramos, Carlos *Séance Solennelle d'ouverture* in UIA *Troisième Congrès de l'Union Internationale des Architectes* 1953, p14.

Assim não podemos concordar que o período de meados da década de 20 seja, como diz Nuno Portas, o “único momento em que se repercute neste país, e quase sem atraso, um movimento de vanguarda internacional”.³⁸

É nossa opinião que em Portugal no início dos anos 50 há uma quantidade de arquitectos considerável com perfeito conhecimento e em perfeita sintonia com o debate arquitectónico internacional, conhecimento que contribui decisivamente para a construção de uma síntese própria e local.

Todas estas questões que temos vindo a analisar, maturadas com a evolução do debate arquitectónico que referimos atrás relativamente aos anos 50, dentro e fora dos CIAM, estão presentes em 1955 no arranque dos trabalhos de campo do “Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa”.

Assim, não é rigoroso dizer que seja o Inquérito que provoca a revisão crítica das premissas do Movimento Moderno, pois, como mostramos, ela já está em curso no seio do próprio movimento.

O Inquérito contribuiu profundamente para tal revisão, mas esta é alimentada dialecticamente por ambos: Vanguarda e tradição têm neste período um sentido convergente, e assumem um papel fundamental para a compreensão da arquitectura portuguesa, não só do período do segundo pós-guerra, mas também da nossa contemporaneidade.

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007744

Bibliografia

AAP, “Arquitectura Popular em Portugal”, Lisboa: AAP, 1961.

BASTO, E. A. Lima; Barros, Henrique de - “Inquérito à habitação rural”
Lisboa : Universidade Técnica, 1943

BORREGO, Iván Rincón - “Arquitectura nórdica en la segunda mitad del siglo XX” in Cardoso, Alexandra; Sales, Fátima; Pimentel, Jorge Cunha; Eds. - “Januário Godinho”: leituras do movimento moderno - Porto: Centro de estudos Arnaldo Araújo, 2012

C.I.A.M, CIAM IX – Relatórios das Comissões. s/d, s/l.

CONGRÈS de l'Union Internationale des Architectes 3eme. Lisbonne 1953 - “Troisième Congrès de l'Union Internationale des Architectes: rapport final”. Lisboa: UIA, 1953

KEIL do Amaral, Francisco - "Uma Iniciativa necessária”, in Revista “Arquitectura” 2ª Série, AnoXX nº 14, Lisboa, 1947

MARTINS, João Paulo - "Arquitectura Moderna em Portugal - A difícil internacionalização”, in Tostões, Ana (coord.) “Arquitectura moderna portuguesa: 1920-1970”; Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico

MENDES, Manuel – “Ah, che ansia umana di essere il fiume o la riva!” in Esposito, Antonio, Leoni, Giovanni - “Fernando Távora: opera completa”. Milano: Electa, 2005

MOTA, Nelson - “An archaeology of the ordinary: rethinking the architecture of dwelling from CIAM to Siza”. Delft: University of technology, 2014

38- Portas, Nuno - *A evolução da arquitectura moderna em Portugal*, p708.

- MUMFORD, Eric - "The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960" Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2002
- NEVES, António - *The second modern generation and the survey on regional architecture, some notes based on projects of Arménio Losa (1908-1988) and Cassiano Barbosa(1911-1998)*, Seminário Internacional "Surveys on Vernacular Architecture - Their significance in 20th century architectural culture". Conference Book of Abstracts / conference proceedings + papers cd-rom. Edited by Cardoso, Alexandra; Leal, Joana Cunha; Maia, Maria Helena. Porto, CESAP/ESAP, 2012. ISBN 978-972-8784-39-3
- NEVES, António - Arménio Losa e Cassiano Barbosa, arquitectura no segundo pós-guerra : Arquitectura Moderna, Nacionalismo e Nacionalização. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2016. Tese de doutoramento.
- PORTAS, Nuno - "A evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação" in Zevi, Bruno – "História da arquitectura moderna" [S.l.]: Arcádia, 1973 (1ªEd.italiana 1950)
- SERT, J.L.; Tyrwhitt, J - "CIAM 8: The Heart of the city: towards the humanisation of urban life". Londres: Lund Humphries, 1952
- TÁVORA, Fernando - "O problema da Casa Portuguesa" in Aleo, 1945, Ano IV, série IV, nº9
- TÁVORA, Fernando - "O problema da Casa Portuguesa" (1947) in Trigueiros, Luís – "Fernando Távora", Blau, Lisboa, 1993 p11-3, publicado originalmente em Cadernos de Arquitectura nº1, 1947
- TÁVORA, Fernando - "Arquitectura e Urbanismo, a Lição das Constantes". Revista Lusíada Vol1/2 Novembro 1952
- TÁVORA, Fernando - Entrevista in Revista "Arquitectura", nº 123, 1971
- TREVISAN, Alexandra - "A Arquitectura Artes-Deco no Porto", Porto: Ed. Autor Policopiado, 1996

Espólios

- Espólio Arménio Losa/Cassiano Barbosa - CDA/FAUP
- Espólio da família de Arménio Losa
- Espólio Viana de Lima - CDA/FAUP
- Espólio Fernando Távora - Fundação Marques da Silva

Descontextualização e impactos das *casas-cueva* de Galera - Granada: de moradia popular a moradia de luxo¹

María José Reche Domingo

Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – FEC- UNICAMP- Brasil

mariajreche@gmail.com

Tomás Antonio Moreira

Instituto de Arquitetura e Urbanismo – USP – São Carlos, Brasil

tomas_moreira@sc.usp.br

Resumo

A arquitetura escavada vem dando refúgio ao homem desde a pré-história. Característica dos países do mediterrâneo, é na Espanha onde essa arquitetura apresenta-se em maior número e forma parte da arquitetura vernacular. Encontram-se exemplos de *cuevas* com diferentes usos ao longo do país: *casas-cueva*, silos, adegas, poços para neve, entre outros. As *casas-cueva* são um exemplo de moradia popular escavada vigente até hoje que se caracteriza pelo aproveitamento das condições naturais do terreno de cada região. A autoconstrução, o baixo custo e as propriedades isotérmicas no interior destas fizeram das *casas-cueva* um dos exemplos mais peculiares de moradia popular na Espanha, com maior afluência no sul do país. O objetivo específico deste trabalho é analisar as transformações de uso das *casas-cueva* na cidade de Galera, na Espanha. Esta cidade se destaca pela grande presença de *cuevas* e têm-se dados da existência destas arquiteturas como moradia já no século XVIII. Em sua origem, este tipo de habitação relacionou-se às classes mais baixas da sociedade. No entanto, no final do século XX, após a população da cidade diminuir consideravelmente, o município adotou um discurso patrimonialista e incentivou diversas políticas para o desenvolvimento do turismo *cuevero*. Estas políticas ocasionaram importantes transformações tanto no nível de uso das *casas-cueva* quanto no perfil de seus usuários. Metodologicamente, esse trabalho se desenvolve nas seguintes etapas: apresentação de um breve quadro das *casas-cueva* na Espanha, como modelo de arquitetura vernacular; estudo desta tipologia arquitetônica em Galera e estudo das transformações de uso nos últimos 50 anos. Dentre as conclusões destacam-se a perda do caráter, da tradição e do uso original destas arquiteturas influenciada pelos novos usuários. Antes moradia de agricultores, as *casas-cueva* de Galera são agora recurso econômico e turístico destinado a moradores temporários e estrangeiros.

Palavras-chave: *Casas-cueva*, patrimônio arquitetônico, arquitetura escavada, arquitetura popular, neorruralismo.

¹ Este artigo é resultado de parte do trabalho de pesquisa de Iniciação Científica “Direito à moradia: origem e transformação das *casas-cueva* em Galera, Granada” Bolsista: María José Reche Domingo. Orientador: Prof. Drº. Tomás Antonio Moreira, IAU-USP, Brasil. Financiamento: FAPESP nº 2015/14858-2. 2015- 2016.

1. Arquitetura escavada

Existe uma forte ligação entre os países do mediterrâneo e a arquitetura escavada, já que essa se encontra principalmente na Itália, França, Sérvia, Palestina, Síria, Egito, Líbia, Tunísia, Marrocos e Espanha. Além desses países, exemplos mais esparsos são encontrados também na Turquia, no Iraque, Iran, estendendo-se até a Ásia central até a China².

Dentre os países do mediterrâneo, a Espanha é o país com maior número desta arquitetura e encontram-se exemplos com diferentes fins: armazenamento, moradia, abrigo de animais, adegas e poços para neve, entre outros³. Todos os exemplos encontrados ao longo do país têm em comum métodos e processos construtivos similares⁴.

Presentes em várias regiões da Espanha, as *casas-cueva* são um exemplo de arquitetura vernacular com maior concentração no sul do país, especialmente na Província de Granada^{5 6}. Muitos autores evidenciam que essas construções já estavam presentes desde a Idade Média^{7 8}. Desde a sua origem, as *casas-cueva* foram vinculadas às classes mais baixas da sociedade e à trabalhadores do campo. O sucesso das *cuevas* como moradias populares está associado à facilidade de construção, o baixo custo e às boas condições climáticas que oferecem. No entanto, na segunda metade do século XX, houve uma redução importante no número de *casas-cueva* habitadas. Tanto por causa da emigração destas cidades, quanto pela mudança dos moradores destas para vivendas construídas, muitos dos assentamentos *cueveros* foram desabitados e muitas *cuevas* abandonadas. Foi apenas na década de 1990 que estas arquiteturas começaram a valorizar-se novamente mediante um processo de recuperação de vivendas tradicionais cujo objetivo era a atração do turismo⁹. Neste processo, determinado por agentes tanto públicos como privados, os promotores imobiliários e os grupos de estrangeiros e turistas tiveram um papel fundamental que alterou notavelmente as cidades *cueveras*¹⁰. Estes processos e os novos moradores da cidade trouxeram consigo mudanças no uso das *casas-cueva* e no perfil dos usuários¹¹.

² URDIALES VIEDMA, M.E. – Las cuevas-vivienda en Andalucía: de infravivienda a vivienda de futuro.

³ DE CÁRDENAS Y CHÁVARRI, J. [et al.] – Sostenibilidad y mecanismos bioclimáticos de la arquitectura vernácula española: el caso de las construcciones subterráneas, p.3.

⁴ SORROCHE CUERVA, M.A. – La casa-cueva. ¿Un modelo de recuperación de la arquitectura vernácula en la provincia de Granada?, p.358.

⁵ URDIALES VIEDMA, M.E., cit. 2.

⁶ GIL CRESPO, I.J. [et al.] – La arquitectura popular excavada: técnicas constructivas y mecanismos bioclimáticos (el caso de las casas-cueva del valle del Tajuña en Madrid).

⁷ PÉREZ CASAS, A. – Los gitanos y las cuevas, en Granada, p.2.

⁸ BERTRAND, M. – Notes sur les cuevas artificielles de la vallée de l'Alhama de Guadix, p.64.

⁹ MEJÍAS DEL RÍO, J.M. – De infravivienda a recurso turístico, las casas-cueva de Baza y Guadix, p.21.

¹⁰ MOCHÓN ESCOBAR, A. [et al.] – Nuevas realidades poblacionales en el rural profundo. Nuevos residentes extranjeros con fines de ocio y retiro en el altiplano granadino.

¹¹ MEJÍAS DEL RÍO, J.M., cit. 9.

É assim, objetivo principal deste trabalho mostrar a cidade de Galera - Granada como estudo de caso de cidade que viveu e está vivenciando estas mudanças. Além do estudo destas moradias na cidade de Galera, apresenta-se uma breve análise das características principais e da origem das *casas-cueva* como arquitetura vernacular espanhola.

2. Objetivos e metodologia

Esse trabalho tem como objetivo principal o estudo da descontextualização e seus consequentes impactos nas *casas-cueva* na cidade de Galera, Granada. Metodologicamente, optou-se pelas seguintes etapas: apresentação de um breve quadro das *casas-cueva* na Espanha como modelo de arquitetura vernacular; estudo desta tipologia arquitetônica em Galera, Granada; e estudo das transformações de uso nos últimos 50 anos.

3. CASAS-CUEVA como modelo de arquitetura popular espanhola

Para Sorroche¹² a *casa-cueva* é sem dúvida o melhor expoente de adaptação do homem ao meio refletido através da vivenda, na qual aproveita as condições extremas que oferece o território em um setor concreto da geografia. O hábitat escavado encontra no sul do país um grande espaço de representação, porém não é único desta região nem em todos os casos trata-se de escavações dedicadas à vivenda.

Segundo Gil et al.¹³ encontraram-se mais de 44 assentamentos com o topônimo de *cuevas* o *cueva* na Espanha, entre os quais os autores destacam: Tierras de Campos (Valladolid e Palencia), o valo do rio Ebro em La Rioja e Navarra, o vale do rio Jalón (Zaragoza), o vale do rio Tajuña (Madrid), La Mancha (Toledo e Ciudad Real), La Manchuela e o vale do rio Júcar (Albacete e Alicante), na horta de Valencia, no altiplano de Baza-Huércar (Granada), nos vales dos rios Andarax e Almanzora (Almería) e em Gran Canaria e Baleares.

¹² SORROCHE, M.A. cit. 4.

¹³ GIL CRESPO, I.J. [et al.], cit.6.

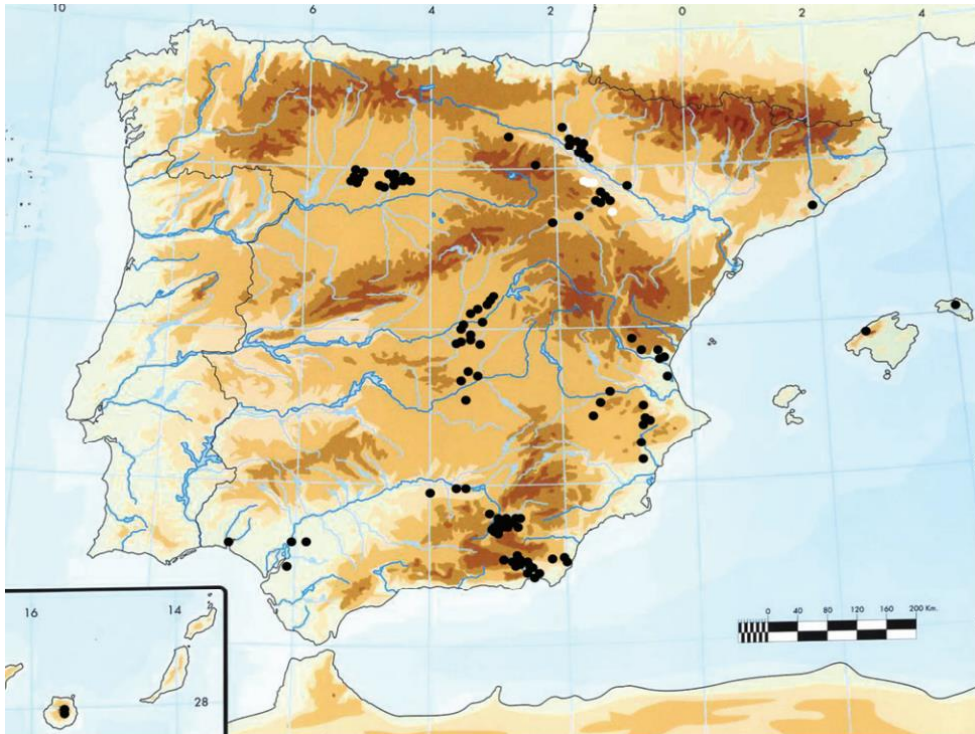


Figura 1. Assentamentos de arquitetura subterrânea na Espanha. Fonte: Cárdenas y Chávarri, J. et al., 2008.

Observando o mapa da Figura 01, constata-se que é no sul do país onde existem mais destas vivendas subterrâneas, concretamente em Jaen, Almería e Granada. Já no começo dos anos 60 essa distribuição estava presente, a Andalusia já era a região com maior número de *cuevas* habitadas, representando 49% das famílias que viviam em *cuevas* de todo o país. Só a Província de Granada representava 41% do total da Espanha¹⁴.

3.1. Origem das cuevas na Espanha

No caso da origem das *casas-cueva* do vale do Tajuña, em Madrid, Gil et al.¹⁵ afirmam que esse hábitat já foi adotado pelos colonizadores visigodos e muçulmanos, mas que foi no século XII (1118-1157), depois da reconquista de Toledo de Alfonso VI, quando essa tipologia começou a assentar-se significativamente formando bairros *cueveros*.

Na Andalusia, as referências das *cuevas* habitadas começam a surgir no século XV. Sorroche¹⁶, referindo-se as *cuevas* do antigo reino de Granada, aponta que a proliferação destas moradias populares é resultado direto de uma situação histórica concreta na região. Um conjunto de acontecimentos históricos que mostram a estreita relação entre arquitetura vernácula e história. Foi fundamentalmente nos séculos XV e XVI, com as *Revueltas de las Alpujarras* e a expulsão dos mouriscos em 1607, que aparecem em maior medida o número de *casas-cueva*¹⁷.

¹⁴ URDIALES, cit.2.

¹⁵ GIL CRESPO, I.J. [et al.], cit.6.

¹⁶ SORROCHE, M.A. cit.4.

¹⁷ Apud FLORES, C. – La España popular: Raíces de una arquitectura vernácula.

Espinar¹⁸ também confirma a existência de um documento em Guadix já no ano 1551 com o projeto de construção de uma *cueva*. E ao mesmo tempo, Bertrand¹⁹ não tem dúvida da origem medieval das *casas-cuevas* de Guadix. *“Les cueves artificielles, dans cette région, sont pratiquement les seuls témoins de l’habitat rural de la période médiévale, et très vraisemblablement du haut Moyen-Age, qui aient pu se conserver intacts jusqu’à nos jours”*.

No entanto, se a origem é datada na Idade Média, é dos séculos XVIII até metade do XX que esse tipo de moradia teve maior esplendor.²⁰ Viedma data no século XIX e durante a primeira metade do século XX a principal expansão destas casas. Segundo a autora, este período coincide com etapas de expansão demográfica, imigração e inauguração de novas terras para cultivo²¹. Na época posterior à Guerra Civil espanhola, numerosas famílias adotaram a *cueva* como moradia devido a impossibilidade de reconstruir suas casas. Este crescimento se manteve por causa do aumento da população e conseqüentemente da necessidade de moradia e do acréscimo da pobreza até os anos 60. No entanto, a partir dos anos 60 – 70, segundo Mejías del Río²² o número de *casas-cueva* diminuiu consideravelmente. A principal razão foi a falta de recursos no setor agropecuário e a conseqüente emigração que sofreram as cidades pequenas. Por outro lado, a depreciação do preço da vivenda construída nas cidades também permitiu a muitos moradores mudarem-se para novas casas na cidade e abandonarem as *cuevas*. Cabe destacar que nos anos 70-80 a maioria das casas começaram a ter conexão elétrica, água e esgoto, porém, não sempre estas instalações básicas chegavam com facilidade aos bairros *cueveros*.

Enquanto à questão socioeconômica, desde sua origem, as *cuevas* associaram-se a grupos com piores condições. O baixo custo e a facilidade na construção fazem desta arquitetura uma arquitetura de fácil aquisição. Na cidade de Granada, existe uma forte ligação entre os ciganos e as *casas-cueva* de um modo depreciativo. *“Tradicionalmente se viene asociando al gitano con la cueva, que constituía en Granada su vivienda por antonomasia, sin tener presente que esta ha sido utilizada por el castellano”*²³.

3.2. Tipologias e construção

Os assentamentos de *cuevas* apresentam um urbanismo *sui generis* diferenciado. Em relação à implantação destes assentamentos, esta responde a questões importantes: por um lado, a questão social, pois estão relacionadas as classes mais baixas²⁴ e a grupos

¹⁸ Apud ESPINAR MORENO, M. – Materiales y sistemas constructivos de la provincia de Granada en los siglos XV y XVI.

¹⁹ BERTRAND, M. cit. 8.

²⁰ Apud SEIJO ALONSO, F.G. – Arquitectura alicantina. La vivienda popular I.

²¹ URDIALES, cit. 2.

²² MEJÍAS DEL RÍO, J.M. cit. 9, p.20.

²³ PÉREZ CASAS, A. cit. 7. p.1.

²⁴ DE CÁRDENAS, J. [et al.], cit. 3.

afastados da sociedade²⁵. Por outro, por motivos construtivos referentes às características geológicas do terreno. Agrupadas formando comunidades compactas a grande parte das vezes, situam-se perto de rios ou montanhas, evitando edificar na parte horizontal para obter o maior rendimento e aproveitamento agrícola²⁶.

Piedecausa-García²⁷ apresenta um estudo extenso sobre arquitetura escavada em diferentes regiões do mundo e os analisa dividindo-os em quatro subtipos dependendo da direção da escavação: de escavação horizontal, de escavação vertical, de escavação superficial e de escavação mista. Na Espanha, a grande maioria dos exemplos encontrados são de escavação horizontal. No entanto, localizam-se exemplos de escavação mista na região do Levante espanhol em cidades como Paterna, Benimamet ou Bétera, na Provincia de Valencia.



Imagem 1. Casa-cueva em Galera. Fonte: Acervo pessoal.



Imagem 2. Cassa-cueva de Paterna. Fonte: www.paterna.es

Enquanto aos assentamentos, a autora diferencia dois tipos de escavação horizontal: assentamentos lineares – cidades penhasco-, e assentamentos circulares – cidades em anfiteatro. Os assentamentos em penhasco situam-se em ladeiras muito pronunciadas com difícil acesso e apresentam significado fundamentalmente defensivo. Por outro lado, os assentamentos em anfiteatro, são exemplos similares aos anteriores não desenvolvidos linearmente e sim em forma de curva determinando um espaço central convergente.

No que se refere a escavação, na escolha do terreno, é preferível construir em terrenos formados por materiais vulcânicos ou sedimentários, fáceis de escavar e com capacidade de endurecer com o tempo. De construção relativamente fácil e rápida, muitas vezes são os futuros moradores ou donos do terreno, junto ao *maestro de pico*, quem constroem a vivenda. O equipo encarregado da construção estava formado por um

²⁵ PÉREZ CASAS, A. cit. 7.

²⁶ SORROCHE, MA. cit. 4.

²⁷ PIEDECAUSA-GARCIA, B. La vivienda tradicional excavada: las casas-cueva de Crevillente. Análisis tipológico y medidas de calidad del aire, p. 19-34.

maestro de pico, um ou dos *picadores* ou um ou vários peões, podendo ser estes últimos os próprios moradores²⁸.

Segundo de Cárdenas y Chávarri²⁹, estudando os mapas litológicos e geológicos da Espanha, percebe-se que estas arquiteturas somente existem em terrenos calcários e argilosos. Os terrenos calcários formaram-se na Era Secundária e parte da Terciária e nestes predominam as rochas sedimentares como as calcárias, arenistas e margas. Os solos formados por estas rochas permitem fácil escavação, além de endurecer-se rapidamente com o contato do ar. Por outro lado, os solos argilosos são os mais recentes, formados nas Eras Terciária e Quaternária. Estes ocupam as bacias dos rios e estão formados por argilas, margas, gessos e areias. Este tipo de rocha apresenta uma brandura e impermeabilidade idônea para o desenvolvimento de construções subterrâneas. Uma das características mais singulares deste tipo de construção é que se baseia na subtração e não na adição de material.

De uma maneira geral, a escavação iniciava-se com um corte vertical no terreno servindo este de fachada e liberando um espaço na frente, a *plazoleta* ou *solana*. Posteriormente, traçava-se uma porta com forma de arco de profundidade aproximada de 1 a 1,5 metros, sendo esta a espessura das paredes estruturais. A partir deste espaço, escavava-se a primeira estância que geralmente tinha abóbada de berço ou arista e planta quadrada de entre 2,5 e 3 m de lado. Seguido desta habitação, escavavam-se o resto dos quartos. O número de estâncias da casa dependia da extensão da colina, da existência de *cuevas* vizinhas ou das necessidades e situação económica dos moradores.³⁰ O processo de escavação é muito rápido. “It takes two Guadix men only a few months to carve out a four-roomed house, with a least two rooms fronting the rock face”³¹.

Encontramos na bibliografia diferentes classificações destas tipologias segundo: trabalho dos moradores: jornaleiros ou agricultores^{32 33}; uso: moradia, trabalho, misto; e, o mais comum, segundo a disposição dos quartos: *cueva* túnel, *cueva* fachada, tipo misto³⁴. No entanto, em todas as tipologias é comum o excelente comportamento térmico frente às oscilações do ambiente exterior. A temperatura interior em uma *cueva* com boa orientação oscila entre os 16 – 20°C, o que favorece economicamente os moradores já que evitam gastos de calefação e refrigeração.

Os elementos mais significativos e comuns a todas as tipologias são a *plazoleta* ou *solana*, as fachadas brancas e as chaminés.

A *plazoleta* ou *solana* é o espaço que precede as vivendas e era destinado originalmente ao curral ou horta. Em ocasiões, nesse espaço também havia um algibe que recolhia as águas provenientes da ladeira. A fachada costuma ser opaca, com o espaço da porta de

²⁸ BERTRAND, M. cit.8, p. 58.

²⁹ DE CÁRDENAS, J. [et al.], cit. 3, p.3-4.

³⁰ PIEDECAUSA-GARCÍA, B., cit. 27, p. 94.

³¹ Apud OLIVER, P. – The vernacular house world wide, p.86.

³² DE CÁRDENAS, J. [et al.], cit. 3.

³³ BERTRAND, M. cit.8.

³⁴ PÉREZ CASAS, A. cit. 7.

acesso e poucas aberturas. O número reduzido de janelas está relacionado com o funcionamento térmico da cueva, com o intuito de manter a temperatura interior. Estas perfurações para as janelas eram feitas de dentro para fora para não errar a localização e favorecer a iluminação³⁵. Segundo Aranda Navarro, as janelas e portas costumavam ser cercadas por tijolos para melhor assentamento dos caixilhos. As fachadas contavam também, para proteger da intempérie, com uma pequena cobertura salientando-se uns 50 cm da colina.

As chaminés são outro marco característico da arquitetura das *casas-cueva*. Construídas com diversas formas – retangular, piramidal, cônica ou circular-, cumprem a função de ventilação, iluminação e evacuação da fumaça da cozinha. “*Estos elementos aparejados, todos ellos pintados de blanco para diferenciarlos del ocre natural del terreno, se inspiran en un supuesto folclore local, prevaleciendo la verdadera naturaleza subterránea del barrio sobre los intentos de imitación de la casa construida*”³⁶.

4. CASAS-CUEVA de Galera: transformação do uso, descontextualização e impactos.

A cidade de Galera, localizada no altiplano de Baza-Huéscar, é uma das cidades da Província de Granada caracterizadas pela grande presença de *casas-cueva*. Pouco estudada até agora, a cidade oferece um interesse particular no que se refere às habitações trogloditas. Por um lado, segundo dados da Associação de Turismo do Altiplano de Granada, Galera é pioneira no turismo das *casas-cueva* e o destino número um do altiplano em turismo cultural. Por outro lado, no seu entorno encontram-se duas jazidas arqueológicas que revelam a existência de povoados morando nessas terras na antiguidade: o *Castellón Alto* (Idade de Bronze) e a *Necrópolis de Tútugi* (IV-III a.C)³⁷. “*El Castellón Alto posee una serie de terrazas naturales en las que se situó el poblado, adaptándose a la configuración del terreno*”³⁸.

Durante a Idade de Bronze desenvolveu-se no sudeste da Península Ibérica a Cultura do Argar. O *Castellón Alto* pertence a esta época da pré-história e devido às boas condições da jazida conseguiu-se reconstruir o urbanismo e o modo de vida deste povoado.³⁹ O urbanismo desta cultura destaca-se pela agrupação de casas construídas adaptadas à configuração do terreno mediante a construção de terraços escalonados. Sem ser o objetivo deste trabalho, é interessante destacar a semelhança entre o urbanismo argárico com o urbanismo *cuevero* atual da cidade. Não existem ligação nem estudos feitos até o momento sobre a possível relação destas moradias argáricas com as *casas-cuevas* atuais,

³⁵ BERTRAND, M., cit. 8.

³⁶ ARANDA NAVARRO, F. La arquitectura del material único: arquitectura subterránea excavada en Levante, p. 95.

³⁷ OLIVA RODRIGUEZ-ARIZA, M. [et al] - Conservación y puesta en valor del yacimiento argárico de Castellón Alto (Galera, Granada).

³⁸ MOLINA GONZÁLEZ, F. [et al] - La sepultura 121 del yacimiento argárico del Castellón Alto (Galera, Granada), p.120.

³⁹ OLIVA RODRIGUEZ-ARIZA, M. [et al], cit. 37, p. 122.

porém, essa informação é interessante no que diz a respeito da forma de adaptação ao terreno naquela época, comparável ao atual.



Imagem 3. El Castellón Alto. Fonte:

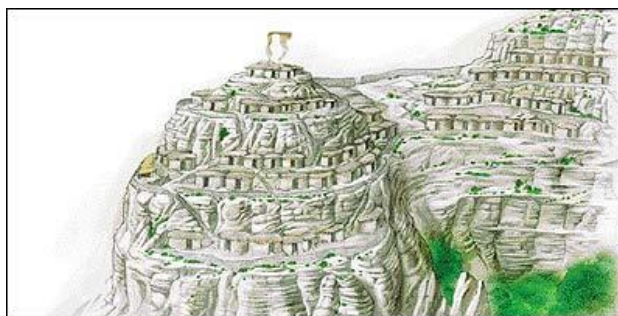


Imagem 4. Desenho do Castellón Alto. Fonte: www.granadamagazine.es

4.1. As *casas-cueva* na cidade

O urbanismo troglodita de ruas estreitas e *casas-cueva* vestidas de branco de Galera não difere muito do das cidades vizinhas. As *casas-cueva* na cidade exibem as mesmas características e elementos principais que as conterrâneas: fachada branca, *plazoleta*, *solana* e chaminés.

Enquanto à origem, dar uma data específica sobre a origem destas arquiteturas na cidade é impossível devido à ausência de documentos mais precisos e de uma cronologia tipológica das *cuevas*.⁴⁰ Será só no século XVIII, com o *Catastro del Marqués de la Enseada* quando aparecerão as primeiras referências à *cuevas* na cidade. “*ay ziento cincuenta casas a corta diferenzia y de ellas ocho arruinadas y diez cuevas las que se allan algunas grabadas con diferentes zensos y memorias que sus dueños abrán dado en sus relaciones (...)*”⁴¹.

Ao contrário de outras cidades vizinhas, não existem evidências da relação das *casas-cueva* de Galera com os mouriscos na Idade Média^{42 43}. Segundo González Barberán, pode-se assegurar que as *casas-cueva* na região foram um fenômeno próprio do século XIX. Para o autor, foram dois os motivos principais que propiciaram o aumento da demanda destas moradias na região. Por um lado, muitos imigrantes chegaram do leste espanhol, o *Levante*, por causa de uma grande seca. Por outro, a Rainha Isabel II fez a Desamortização de terras para particulares na comarca, o que fez precisar de mais mão de obra para trabalhar as novas terras. Esta emigração dos povos do Levante espanhol junto à mão de obra que veio para trabalhar as novas terras, fez das *casas-cueva* uma tipologia muito demandada, possivelmente imitando as construções já existentes de assentamentos vizinhos, como pode ser o caso de Guadix.

⁴⁰ BERTRAND, M.; SÁNCHEZ VICIANA, J.R. - Valoración del conjunto de cuevas del cerro de la Virgen de la Galera.

⁴¹ Apud Arquivo Municipal de Galera, Seção II. Nº3.

⁴² GONZÁLEZ BARBERÁN, V. - Las cuevas, sus barrios y su origen en nuestra tierra, p.7.

⁴³ FERNÁNDEZ, J.; GARCÍA, J.M. - Galera. Treinta cinco siglos de historia, p. 447.

O principal setor que habitou as *casas-cueva* durante um longo período histórico sempre esteve formado por jornaleiros sem terras ou pequenos proprietários. No entanto, nas cidades de Galera e Orce também medianos proprietários habitavam este tipo de moradia⁴⁴.



Imagem 5. Bairro de *casas-cueva*, Galera, Granada. Fonte: Acervo pessoal.

O aumento da população na cidade de Galera e a conseqüente demanda das cuevas como moradia foi aumentando até a segunda metade do século XX. Como aconteceu em outras regiões, devido à ausência de oportunidades laborais fora do setor agropecuário, grande parte da população se deslocou para zonas costeiras ou cidades maiores. Segundo o Instituto Nacional de Estatística da Espanha, o número de *cuevas* habitadas na cidade de Galera diminuiu mais de 50% do ano 1981 para o ano de 1991, reduzindo-se para 104. Pode-se observar o grande descenso da população e do total de domicílios habitados na cidade a partir de 1960 nos gráficos 1 e 2.

⁴⁴ MEJÍAS DEL RÍO, J.M. cit. 9, p.20.

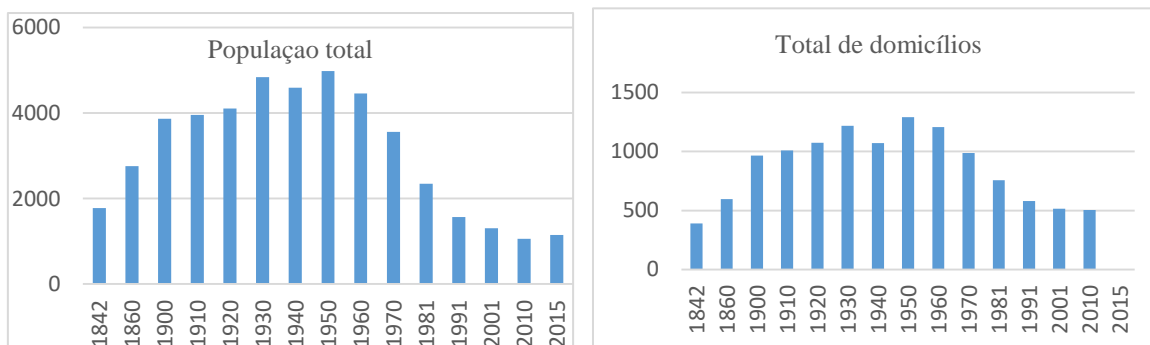


Gráfico 1. População total na cidade. Fonte: INE 2015. Elaboração própria.

Gráfico 1. Total de domicílios. Fonte: INE 2015. Elaboração própria.

4.2. O turismo *cuevero*

Como resposta a esse declínio da *cueva* dos anos 60, a meados de 1990 a cidade de Galera iniciou um processo de recuperação destas vivendas tradicionais para uso turístico. Este processo não é exclusivo da cidade de Galera nem do sul do país, porém, para Mejías del Río apresenta maior interesse na depressão Guadix-Baza⁴⁵ e segundo dados da Associação de Turismo do Altiplano de Granada Galera é pioneira em turismo troglodita.

Este ressurgimento do hábitat troglodita para uso turístico contou com financiamento do Governo. O governo de Granada, *Diputación de Granada*, junto as administrações e promotores locais de cada cidade, aproveitou as *cuevas* como recurso econômico. De acordo com dados da *Diputación*⁴⁶, destinaram-se 17 milhões de euros para toda a província com o fim de reabilitar ou construir *cuevas* para uso turístico e estavam pendentes mais 24 milhões com o mesmo fim na data da publicação. O objetivo principal destas políticas era o aproveitamento do hábitat troglodita como parte do patrimônio histórico e cultural e dotar de diferentes usos além de moradia: restaurantes, adegas, zambas, entre outros.

Vizinhos e ex-moradores adquiriram *cuevas* e *casas-cueva* abandonadas e as reabilitaram como hotéis rurais, segunda residência ou para a venda. Manifestou-se uma forte demanda por alojamentos temporários em *casas-cueva* no fim do século XX e no começo do XXI, no entanto, não temos dados exatos da quantidade de *cuevas* que foram acondicionadas para o uso turístico.

Acompanhando este processo de ressuscitação da habitação troglodita, aparece também no começo dos anos 2000 o que Mochón Escobar et al. denominam de *neorruralismo*

⁴⁵ MEJÍAS DEL RÍO, J.M. cit. 9.

⁴⁶ DIPUTACIÓN DE GRANADA. Cuevas en la Provincia de Granada. Aspectos técnicos, urbanísticos, legales, patrimoniales y perspectivas para el desarrollo local de la provincia.

no *altiplano de Granada*⁴⁷. Muitos estrangeiros começaram a chegar na cidade em busca de lazer e descanso. Em Galera a porcentagem de estrangeiros morando de maneira permanente é bastante significativa, passando de 0,31% em 2001 a 11,1% em 2011, dos quais 10,1% são de origem britânica.⁴⁸ Enquanto à idade, 54% destes estrangeiros têm entre 45-65 anos e 23% têm mais de 65.

Segundo os autores, este coletivo de novos moradores contribui para a ruptura do despovoamento e para a conservação do patrimônio arquitetônico. Também, colaboram com o aumento do consumo na cidade pois realizam as compras nos comércios locais.



Imagem 6. *Cueva*, Galera, Granada. Fonte: Acervo pessoal.

Este turismo temporário e os novos moradores, propiciaram, além da valoração do patrimônio arquitetônico, o fomento de atividades culturais e de ecoturismo na região. Criou-se, com o intuito de promover o turismo e o patrimônio da região, a *Asociación de Turismo do Altiplano de Granada*. Segundo dados desta associação, Galera é considerada a cidade mais rica em patrimônio cultural da região, devido as duas jazidas e ao museu arqueológico da cidade. É interessante destacar que no museu encontra-se uma parte dedicada ao Museu da *Cueva*, onde se imita a modo de mostruário como era uma *casa-cueva* de jornaleiros antigamente.

Como estudo de campo visitamos a cidade de Galera em várias ocasiões. Uma das visitas realizadas foi no mês de agosto de 2015. No mês de agosto são as festas patronais da cidade e é quando a cidade recebe mais turistas e familiares de moradores.

⁴⁷ MOCHÓN ESCOBAR, A. [et al], cit. 10.

⁴⁸ Instituto Nacional de Estadística - INE. Espanha. 2011.

Em esta ocasião, tivemos a oportunidade de entrevistar seis famílias. Das seis, duas tinham *casas-cueva* herdada de familiares já defuntos e a usavam como segunda residência exclusivamente nas férias. Outras duas contaram que tinham vendido a antiga *cueva* da família para famílias de estrangeiros (canadenses e ingleses, no caso) e que estavam passando o final de semana em casa de familiares. Outro morador da cidade contou que possuía uma *cueva* como moradia de animais, mas que tinha vendido recentemente para uma família de ingleses. E por último, o ultimo entrevistado comentou que continuavam indo passar as férias na cidade como antigo costume, mas que alugavam *casas-cueva* por temporada cada vez que iam.

Como pôde-se observar nas diferentes visitas de campo, a cidade apresenta maior número de turistas em épocas de temporada alta: férias de verão, semana santa, natal e fim de ano; épocas de férias e que coincidem com costumes de se juntar à família, encontrando-se praticamente deserta no resto do ano.

Enquanto a arquitetura popular se refere, verifica-se realmente uma valorização do patrimônio troglodita com a chegada destes novos moradores e dos turistas. As *casas-cueva*, tanto as antigas como as recondicionadas para os novos habitantes, tentam conservar a mesma imagem que outrora mantendo os elementos principais desta arquitetura. No entanto, para adaptar-se às novas necessidades, substituem-se os antigos espaços dedicados aos animais por novos dormitórios ou por espaços para armazenamento. Em numerosas ocasiões, amplia-se a *cueva* com uma obra externa contendo os quartos húmidos, como pode-se observar no estudo de caso das Imagens 7 e 8.

Urbanisticamente, são mais valorizadas as *cuevas* afastadas do centro urbano e posicionadas em lugares mais altos, pois beneficiam-se de melhores vistas, mais espaço e acessos rodados independentes.^{49 50}

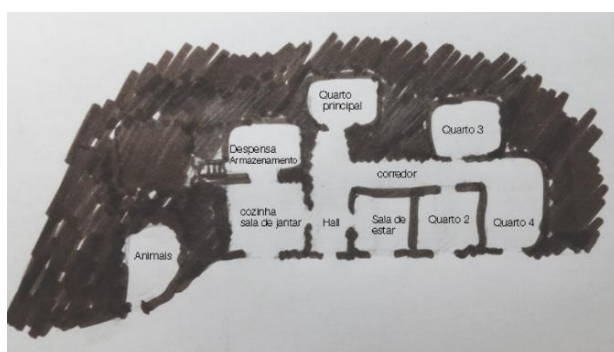


Imagem 7. Planta de *casa-cueva*, Galera, Granada. Desenho dos autores.

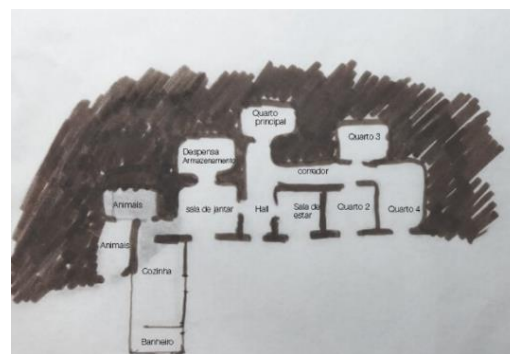


Imagem 8. Planta de *casa-cueva*, Galera, Granada. Ampliação externa. Desenho dos autores.

⁴⁹ MEJÍAS DEL RÍO, J.M. cit. 9.

⁵⁰ MOCHÓN ESCOBAR, A. [et al], cit. 10.

Contudo, e devido a este boom imobiliário troglodita e a falta de planejamento, muitas obras foram realizadas com prazos muito curtos dando lugar a resultados pouco satisfatórios. Em entrevista com moradores da cidade (2015), vários constataram que algumas das novas instalações de saneamento estão apresentando problemas na atualidade. Um morador relatou que, como consequência, uma das *cuevas* vizinhas tinha desmoronado por causa das filtrações.

É importante destacar a ausência do maestro de pico nestes processos de reabilitação das *cuevas*. Outrora, ser maestro de pico era uma tradição, era o construtor da cidade e uma profissão herdada de pais para filhos. Atualmente, a profissão está desaparecendo e estes trabalhos de acondicionamento foram feitos na maioria dos casos por pedreiros, o que pode ter incidido na qualidade das obras.

Segundo Mejías del Río, destaca a existência de um dualismo neste ressurgimento das *cuevas* e neste processo de acondicionamento para os novos usuários. Por um lado, continuam as *cuevas* ocupadas por moradores oriundos da cidade totalmente mimetizados com o entorno e cuja casa assemelha-se as originais. Por outro lado, as destinadas a imigrantes europeus, com um exterior que lembra cartões postais e interiores carregados de objetos da vida rural totalmente sem uso e descontextualizados.⁵¹

5. Conclusões

Em definitivo, o turismo troglodita e o fenômeno neorrural estão contribuindo para a conservação do patrimônio arquitetônico e da vida da cidade de Galera. No entanto, estão causando grandes mudanças nos usos e perfis tanto da arquitetura como da própria cidade.

As *casas-cueva*, antes moradias de trabalhadores do campo e caracterizadas pela autoconstrução, se transformaram em um recurso turístico vendido por imobiliárias que as adaptam aos gostos e necessidades de aposentados estrangeiros ou de turistas de alta renda. As características que fizeram desta arquitetura um dos exemplos mais peculiares de moradia popular – autoconstrução e baixo custo – em nada se assemelham com os atrativos atuais que incitam a demanda das classes médias e altas.

Como consequência, a cidade, escavada ao redor de campos de cultivo e que vivia do setor agropecuário, agora tem o setor de serviços como setor principal.

Em menos de 50 anos a vida e a arquitetura tradicional da cidade desapareceu e são vistas apenas na exposição do museu local. A *casa-cueva* como moradia popular, ainda que o modelo continue vigente, não existe mais.

⁵¹ MEJÍAS DEL RÍO, J.M. cit. 9, p.21.

6. Bibliografía

ARANDA NAVARRO, Fernando - La arquitectura del material único: arquitectura subterránea excavada en Levante. Informes de la construcción, [Em linha]. V.40, nº. 397 (1988), p. 91-98. [Consult. Setembro 2016]. Disponível na internet: <URL: <http://informesdelaconstruccion.revistas.csic.es/index.php/informesdelaconstruccion/articulo/viewArticle/1552> >. ISSN 0020-0883.

ARCHIVO HISTÓRICO MUNICIPAL (A.H.M.) DE GALERA. Seção II. Nº3. Catastro del Marqués de la Ensenada, nº1.

BERTRAND, Maryelle - Notes sur les cuevas artificielles de la vallée de l'Alhama de Guadix. In **Sierra Nevada y su entorno**. Actas del encuentro hispano-francés sobre Sierra Nevada. La Historia, la tierra y el poblamiento de Sierra Nevada y su entorno. Casa de Velázquez e Universidad de Granada. (1988), p. 55-75.

BERTRAND, Maryelle; SÁNCHEZ VICIANA, José Ramón - Valoración del conjunto de cuevas del cerro de la Virgen de la Galera. Péndulo. Papeles de Bastitania, [Em linha]

Nº 9 (2008), p.35-64. [Consult. Setembro 2016]. Disponível na internet: <URL: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2711477> >. ISSN 1138-686X.

CÁRDENAS Y CHÁVARRI, Javier de, et al. - Sostenibilidad y mecanismos bioclimáticos de la arquitectura vernácula española: el caso de las construcciones subterráneas. In **Memorias de la 14 Convención Científica de Ingeniería y Arquitectura. Primer Congreso Medio Ambiente Construido y Desarrollo Sustentable MACDES**. [Em linha] Madrid: Universidad Politécnica de Madrid, 2008. ISBN 978-959-261-281-5. [Consult. Setembro 2016]. Disponível na internet: <URL: <http://oa.upm.es/5649/> >.

DIPUTACIÓN DE GRANADA. Cuevas en la Provincia de Granada. Aspectos técnicos, urbanísticos, legales, patrimoniales y perspectivas para el desarrollo local de la provincia. [Em linha] Granada, 2007. [Consult. Setembro 2016]. Disponível em na internet: <URL: <http://www.gestopatrimonio.es/user/files/1295861594.pdf>>.

ESPINAR MORENO, Manuel - Materiales y sistemas constructivos de la provincia de Granada en los siglos XV y XVI. Gazeta de Antropología. [Em linha] Vol.15, nº20 (2000). [Consult. Setembro 2016]. Disponível na internet: <URL: http://www.ugr.es/~pwlac/G16_20Manuel_Espinar_Moreno.html>. ISSN 0214-7564.

FERNANDEZ, Jesús; GARCÍA, Jesús M^a. - **Galera. Treinta cinco siglos de historia**. 1ª Edición. Baza. 2000. ISBN 978-84-607-0793-6

FLORES, Carlos. - **La España popular: Raíces de una arquitectura vernácula**. Madrid: Aguilar, 1979. ISBN 8403800118

GIL CRESPO, Ignacio Javier et al. - La arquitectura popular excavada: técnicas constructivas y mecanismos bioclimáticos (en el caso de las casas-cueva del valle de Tajuña en Madrid). In **Actas del Sexto Congreso Nacional de Historia de la Construcción**. Valencia, Instituto Juan de Herrera, 2009. ISBN 978-84-9728-315-1. P. 603-618.

GÓNZALEZ BARBERÁN, V. - Las cuevas, sus barrios y su origen en nuestra tierra. **La Sagra**. Nº. 4 (1981), p.1,7,10.

GÓNZALEZ BARBERÁN, V. - Las cuevas, sus barrios y su origen en nuestra tierra. **La Sagra**. Nº. 5 (1981), p. 7,10.

MEJÍAS DEL RÍO, José Miguel - De infravivienda a recurso turístico, las casas-cuevas de Baza y Guadix. **PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, [Em linha] Vol. 20, nº. 81 (2012), p. 20-21. [Consult. Setembro 2016]. Disponível na

internet: <URL: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5208510> >. ISSN 1136-1867.

MOCHÓN ESCOBAR, Alberto; NAVARRO VALVERDE, Francisco Antonio; CEJUDO GARCÍA, Eugenio - Nuevas realidades poblacionales en el rural profundo. nuevos residentes extranjeros con fines de ocio y retiro en el altiplano granadino. [Em linha] XIV Congreso Nacional de Población, AGE.2014 [Consult. Setembro 2016]. Disponível na internet: <URL: <http://www.agepoblacion.org/images/congresos/sevilla/DOC46.pdf>>.

MOLINA GONZÁLEZ, Fernando et al. - La sepultura 121 del yacimiento argárico del Castellón Alto (Galera, Granada). Trabajos de prehistoria. [Em linha] V. 60, n. 1 (2003), p. 153-158. [Consult. Setembro 2016]. Disponível na internet: <URL: <http://tp.revistas.csic.es/index.php/tp/article/viewArticle/127>>. ISSN 0082-5638.

Norma Portuguesa 405 – NP 405 – Guia de Apoio ao utilizador. Referências bibliográficas- Manual de Normas e estilos . .

OLIVA RODRÍGUEZ-ARIZA, M. et al. - Conservación y puesta en valor del yacimiento argárico de Castellón Alto (Galera, Granada). Trabajos de prehistoria. [Em linha] V. 57, nº. 2 (2000), p. 119-131- [Consult. Setembro 2016]. Disponível na internet: <URL: <http://tp.revistas.csic.es/index.php/tp/article/viewFile/252/252> >. ISSN 0082-5638.

OLIVER, P. – The vernacular house world wide. Hong Kong: Phaidon. 2007. ISBN 9780714847931

PÉREZ CASAS, Ángel - Los gitanos y las cuevas, en Granada. Gazeta de Antropología, [Em linha] v. 1, nº1 (1982), p. 1-20 [Consult. Setembro 2016]. Disponível na internet: <URL: <http://www.gazeta-antropologia.es/?p=3946> >. ISSN 0214-7564.

PIEDECAUSA-GARCÍA, Beatriz - La vivienda enterrada: estudio de su evolución tipológica y adaptación geográfica. Investigaciones geográficas. [Em linha] Nº. 50 (2009), p. 169-189. [Consult. Setembro 2016]. Disponível em na internet: <URL: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/la-vivienda-enterrada-estudio-de-su-evolucion-tipologica-y-adaptacion-geografica/> >. ISSN: 0213-4691.

PIEDECAUSA-GARCÍA, Beatriz - La vivienda tradicional excavada: las casas-cueva de Crevillente. Análisis tipológico y medidas de calidad del aire. Alicante: Universidad de Alicante. 2012. Tese de doutoramento.

RODRÍGUEZ-ARIZA, M^a; GÓMEZ CABEZA, Francisco; MONTES MOYA, Eva. El túmulo 20 de la necrópolis ibérica de Tútugi (Galera, Granada). Trabajos de prehistoria, [Em linha] V. 65, n. 1 (2008) p. 169-180. [Consult. Setembro 2016]. Disponível na internet: <URL: p.revistas.csic.es/index.php/tp/article/download/142/143 > ISSN: 0082-5638

SEIJO ALONSO, F.G. – **Arquitectura alicantina. La vivienda popular I.** Alicante: Ediciones Biblioteca Alicantina. Vol. 1, 1973.

SORROCHE CUERVA, Miguel Ángel - La casa-cueva. ¿Un modelo de recuperación de la arquitectura vernácula en la provincia de Granada? In **Arquitectura vernácula en el mundo ibérico: actas del congreso internacional sobre arquitectura vernácula.** [Em linha] Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2007. [Consult. Setembro 2016]. Disponível na internet: <URL: https://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/actas/cisav05/co_41.pdf>. ISBN 978-84-690-9639-0.

URDIALES VIEDMA, María Eugenia -Las cuevas-vivienda en Andalucía: de infravivienda a vivienda de futuro. Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales, [Em linha] Nº. 7, (2003). [Consult. Setembro 2016] Disponível em WWW: <URL: [http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(051\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(051).htm) > . ISSN: 1138-9788.

Bibliografia da arquitectura vernácula em Portugal – algumas considerações.

José Manuel Fernandes

Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

jmfernandesarq@yahoo.com

Considerando, em Portugal, o universo dos estudos sobre arquitectura vernácula (isto é, etimologicamente, “própria de uma região ou lugar”), ou, seguindo outras terminologias também concorrentes ou afins, sobre arquitectura “regional”, “popular”, “vernacular” (um anglicismo) – há vários grupos de estudos que são habitualmente referidos pelos investigadores como essenciais, mais pertinentes ou constituindo-se de algum modo em núcleos de conhecimento “fundadores” nesta área temática.

Os âmbitos bibliográficos habitualmente referidos

Podem agrupar-se estes estudos, de um modo sintético, por sectores ou áreas de conhecimento e de investigação profissional e científica. Seguindo uma sequência de algum modo evolutiva, podem mencionar-se:

- os **estudos etnográficos / etnológicos, evoluindo mais tarde para os antropológicos**, de que a obra de Joaquim Leite de Vasconcelos (*Etnografia Portuguesa*), nos inícios do século XX, foi marcante, sendo também de mencionar as obras de Luís Bernardo Leite de Ataíde (*Etnografia, Arte e Vida Antiga nos Açores*) e de Rocha Peixoto (na génese do movimento da “Casa Portuguesa”), entre outras. Na geração seguinte pontificou a investigação e obras do grupo do **Centro de Estudos de Etnologia**, partindo do acção de Jorge Dias (antropólogo que estudou com Margot Dias os Macondes de Moçambique), e desenvolvida entre 1947 e os anos 1980, por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Enes Pereira, com trabalhos aprofundados (e de sólida consistência nos conteúdos desenhados) sobre a arquitectura popular, (1959 e 1992), as construções primitivas (1969 e 1988), os espigueiros (anos 1970 e 1994), os sistemas de moagem (anos 1950 e 1983), entre vários; constitui aqui uma obra base a *Arte Popular em Portugal*, sobre as áreas ibérica, insulares e ultramarinas (em 3 vols, *Arte Popular em Portugal. Ilhas Adjacentes e Ultramar*, com dir. Fernando de Castro Pires de Lima), ed. Verbo, 1968-75)

- o **estudo, isolado, de carácter sócio-económico e agro-rural**, promovido pelos engenheiros-agrónomos E.A. Lima Basto e Henrique de Barros, o *Inquérito à Habitação Rural* (“promovido pelo Senado Universitário da Universidade Técnica de Lisboa”), de que se publicou o 1.volume (“A Habitação Rural nas Províncias do Norte de Portugal”, IST, Lisboa, 1943), e tendo o segundo, sobre a região Centro, saído em 1947; ao que se sabe, os originais da restante obra, preciosos e inéditos, estiveram à guarda dos professores do Instituto Superior de Agronomia, seg. info. de 2010) – tendo sido

publicado finalmente em 2012 o terceiro volume, sobre Estremadura, Ribatejo e Alentejo (por Lima Basto, António Faria e Silva e Carlos Silva, ed. Imprensa Nacional / Casa da Moeda, Lisboa);

- os **estudos pela Escola de Geografia de Lisboa**, que, na sequência dos trabalhos de Amorim Girão, e sob a forte liderança cultural e científica de Orlando Ribeiro, desenvolveram, sobretudo nos anos de 1940, 1950 e 1960, um conjunto de monografias onde o estudo do território, aliado ao desenho esquemático das habitações, constitui mesmo assim um forte contributo de conhecimento, pela primeira vez alargado às ilhas Atlânticas e às áreas africanas insulares e continentais, como Angola (Ribeiro, no fundamental *Geografia e Civilização*, de 1961; e Soeiro de Brito, Brum Ferreira, Ilídio do Amaral, etc);

- os **levantamentos e análises pelos arquitectos, com forte dimensão gráfica e estética**, assentes no desenho e na fotografia; primeiro, nos anos 1900-1930, com pioneirismo, pelo arquitecto Raul Lino (*A Casa Portuguesa*, 1929); e décadas depois, realizados de um modo mais sistemático, pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos e seguidamente pela AAP e OA (bem como por arquitectos trabalhando isoladamente), de que a obra de referência é a *Arquitectura Popular em Portugal* (SNA, 1961, realizada desde 1956, de autoria colectiva), seguindo-se outras, de algum modo continuadoras (por Mário Moutinho, nos anos 1970; pela AAP, desde 1982, *Arquitectura Popular dos Açores*, ed. em 2000, de autoria colectiva; e por Vitor Mestre, *Arquitectura Popular da Madeira*, s/d, ed. em 2002).

De referir ainda obras de vocação mais monográfica, ou já sectorizadas em áreas ou temas sub-regionais, como os estudos de arquitectos como João Vieira Caldas (*Casa Rural dos Arredores de Lisboa*, 1999; *Casa Rural no Algarve*, 2007) e José Manuel Fernandes (*Cidades e Casas da Macaronésia*, 1996; *Arquitectura Vernácula da Região Saloia...*, 1991, com Maria de Lurdes Janeiro; *Casa Popular no Algarve*, 2008, com Ana Janeiro); e ainda os trabalhos sobre Arquitecturas de Terra (várias actas de colóquios), *Património Rural Construído do Baixo Guadiana* (coord. Odiana, 2005), *Arquitecturas do Xisto* (coord. Maria Calado, FAUTL, 2006), *Arquitecturas do Granito* (Manuel C.Teixeira, C.M. de Arcos de Valdevez, 2013), entre várias outras obras.

Estes terão sido no essencial, ao longo de um século, os grupos de investigadores, centrados em áreas de conhecimento científico específicas - cada uma com características próprias - que abordaram e desenvolveram em Portugal o conhecimento sobre a arquitectura vernácula. São, em geral, os temas e os nomes que habitualmente são referenciados pelos estudiosos, como constituindo a bibliografia básica no sector.

Breve referência a outros e menos conhecidos âmbitos bibliográficos

Embora sem qualquer preocupação sistémica, ou exaustiva - cabe aqui apontar, e chamar a importância para várias outras áreas de estudo, e para outra investigação que se foi realizando, seguindo vias paralelas e/ou complementares, muito menos conhecidas mas nem por isso menos valiosas para o conhecimento destas matérias da arquitectura vernácula, ao longo do século XX, sobretudo na sua segunda metade, em Portugal.

Assim, e na mesma linha evolutiva, podem mencionar-se:

1 – os estudos decorrentes do planeamento e da urbanização: os planos de âmbito territorial, urbanístico, os planos de pormenor e/ou de salvaguarda, que, sobretudo nos anos de 1960 a 1990, foram organizando levantamentos e estudos de análise, os quais, sendo necessários para seu próprio *corpus* de intervenção, não deixaram de constituir base de conhecimento da arquitectura urbana ou rural, vernácula, no locais estudados - que valem como conhecimento científico, para além das suas utilidades para fundamentar circunstancialmente projectos ou obras.

Recordem-se, a título de exemplo, os planos de ordenamento territorial, que Keil Amaral e também Cabeça Padrão executaram, em âmbitos distintos, para o Algarve (cerca de 1960-62); mais tarde, mencionem-se os planos de salvaguarda para Beja (pela equipa de Vasco Massapina), para o Bairro do Castelo de Lamego e para as aldeias de Castelo Mendo e de Castelo Bom, (pelas equipas de Pitum Keil Amaral e Antunes da Silva), os quais se desenvolveram, nos finais dos anos 1970 e inícios dos anos 1980, quando a (então inovadora) temática do património construído criou estas novas dinâmicas.

Para além destas referências, haverá que sistematizar todo o vasto trabalho de levantamento do património urbano e rural, arquitectónico, executado no âmbito dos Gabinetes de Apoio Técnico Local (GTLs), ou dos Gabinetes de Apoio Técnico (GATs), quer nas cidades maiores (gabinetes específicos para o Barredo ou a Sé, no Porto; e para Alfama, Bairro Alto e Mouraria, entre outros, para Lisboa), quer nas povoações regionalmente dispersas por todo o país, sobretudo nos anos 1980-90 (por. ex., o constante nos planos para Tavira e para a Horta, por J.M.Ressano Garcia Lamas).

Todos estes estudos, trabalhos de análise e de desenho de habitações, que se destinavam a fundamentar a sua recuperação, reabilitação ou reconstrução, constituem hoje testemunho da arquitectura popular então existente; porém, na sua quase totalidade, permanecem apenas acessíveis em papel, em velhos policopiados ou edições impressas limitadas.

2 – os estudos que podemos designar de “coloniais”, realizados no chamado “Ultramar” e nas ilhas atlânticas, sobretudo nas décadas de 1950 a 1970, escassos mas muito interessantes, que vão desde artigos em revistas científicas: como pelo geógrafo Ilídio do Amaral sobre o território, as cidades e as casas populares de Angola (in revistas *Finisterra*, do GEG; in *Garcia de Orta*, da JIU); como pelo arquitecto Fernando Batalha sobre arquitectura urbana de Luanda / Angola (opúsculos em Angola, anos 1950-70 e em

Lisboa, anos 2000); e como os textos pelo arquitecto Quirino da Fonseca sobre as casas de influência Índica em Moçambique (in revista *Monumenta*, Lourenço Marques, dos anos 1960-70) – até a estudos mais aprofundados, constituindo relatórios policopiados (como por Fernando Shiappa sobre o *habitat* indígena na Guiné Portuguesa, dos anos 1950-60), a estudos geográficos (*Goa e as Praças do Norte*, por Raquel Soeiro de Brito, JIU, 1966) e ainda a livros de assinalável beleza, como por Ruy Cinatti, Leopoldo de Almeida e Sousa Mendes, sobre a *Arquitectura Timorense* (pelo Instituto de Investigação Científica Tropical, de 1987).

Isto sem esquecer o trabalho fundador por Veiga de Oliveira e Fernando Galhano (*Casas Esguias do Porto e Sobrados do Recife*, 1986, editado no Recife), e os estudos sobre as populares edificações dos Impérios do Espírito Santo, quer em abordagens antropológicas (por João Leal, entre outros) quer arquitectónicas (pelo arquitecto João Campos, do Porto, nos anos 2000).

Estes trabalhos procuravam enquadramentos muitos diversos, ou quase totalmente autónomos em relação à cultura arquitectónica portuguesa (Schiappa, Cinatti), ou, pelo contrário, procurando uma expressa articulação com a realidade lusa (Amaral, Batalha, Oliveira/Galhano).

3 – as abordagens à “nova arquitectura” popular, iniciadas a partir dos anos 1980, com base quer na arquitectura efémera dos migrantes urbanos (bairros clandestinos, etc), quer na análise da designada “arquitectura dos emigrantes”, com um olhar de valorização desta como “novo” património social e estético (a exposição *Casas Modernas em Paisagens Antigas*, pelo IPPC, Lisboa, em 1982; os artigos sobre as casas Pop com “pele de girafa”, por Manuel Graça Dias, dos anos 1980); mas sobretudo, nesta temática, são de referir os livros pela arquitecta Isabel Raposo (*Alte na Roda do Tempo*, 1995; *Casas de Sonhos*, 1992, com Roselyne de Villanova e Carolina Leite, de 1995).

Finalmente, para rematar esta breve enumeração, há que mencionar a (mais recente) internacionalização dos temas da arquitectura vernácula portuguesa / insular / colonial, por via da série de artigos e entradas inseridas na chamada “bíblia”, a vasta obra em três volumes *EVAW / Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World* (pelo “editor” Paul Oliver, Cambridge University Press, 1997), onde se incluíram (por J.M.Fernandes) temas da “arquitectura popular do mundo português”, como: Colónia do Sacramento, Ilha de Moçambique, Angola colonial, Diu português, Cochim, Damão português, Goa portuguesa, Timor Leste português, Península Ibérica/Alentejo e Algarve, Ilhas da Macaronésia, Minho e Trás-Os-Montes, Minho/Espigueiros, Vale do Tejo (Casa Saloia/moinhos), Sistema Chaminé-Forno da Macaronésia, Moinhos de Maré.

Bibliografia JMF

livros

Fernandes, José Manuel; Janeiro, Ana, *A Casa Popular do Algarve. Espaço Rural e Urbano, Evolução e Actualidade*, CCDRALgarve e Edições Afrontamento, Porto, 2008

Fernandes, José Manuel (et al), *Arquitectura Popular dos Açores*, Ordem dos Arquitectos, 2000, 2ª. ed. 2007

Fernandes, José Manuel, *Cidades e Casas da Macaronésia*, FAUP, Porto, 1996

Fernandes, José Manuel; Janeiro, Maria de Lurdes, *Arquitectura Vernácula da Região Saloia. Enquadramento na Área Atlântica*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1991

Fernandes, José Manuel, entradas diversas sobre regiões de Portugal, com Madeira e Açores, in *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World* (ed. Paul Oliver), Cambridge University Press, Cambridge, 1997

artigos

Fernandes, José Manuel, “Arquitectura Timorense”, in *ExpressoRevista*, 10.12.1994

Fernandes, José Manuel, “Obra de Sonhos”, in *ExpressoRevista*, 6.5.1995

Fernandes, José Manuel, “O Fim das Pombinhas?”, in *ExpressoRevista*, 10.6.1995

Fernandes, José Manuel, “O Último Tesouro de Lagos”, in *ExpressoRevista*, 6.11.1998

Fernandes, José Manuel, “Solares Transmontanos”, in *ExpressoRevista*, 17.7.1999

ALGUMA BIBLIOGRAFIA RECENTE sobre arquitectura popular:

Oliveira, E.V.; Galhano, F.; Pereira, B. – *Construções Primitivas em Portugal*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988

Teixeira, Manuel C. – *Arquitecturas de Granito. Arquitectura Popular*, ed. Município Arcos de Valdevez, 2013

Menéres, António (fotografias) – *Arquitecturas Populares*, ed. Município Arcos de Valdevez, 2013

Arquitetura, contexto e mudança nas regiões de montanha do norte da Beira

Miguel Reimão Costa

Universidade do Algarve / Ceaacp / Cepac

mrcosta@ualg.pt

Resumo

O presente artigo incide na arquitetura vernacular das áreas de montanha no norte de Portugal e, mais especificamente, da região setentrional da Beira, procurando caracterizar as condições da sua permanência e mudança, a partir da importância do contexto, do povoamento e da paisagem e considerando os diferentes ciclos de transformação características da época contemporânea. Numa fase inicial, esta arquitetura será analisada no âmbito da organização tradicional das áreas de recursos das aldeias serranas, desde os diferentes usos e construções na paisagem ao sítio do assentamento. Do mesmo modo, será também caracterizada tendo em conta a transformação destas paisagens em altitude: primeiro através da seleção de um caso de estudo particular, tradicionalmente marcado pelo deslocamento estacional das populações (num processo idêntico aos estudados no sistema montanhoso da Peneda-Gerês ou noutras áreas de montanha do Mediterrâneo); e depois mediante o registo de algumas das características particulares que as arquiteturas destas aldeias poderão adquirir, em função da sua localização em altitude ou a cotas mais baixas.

Numa segunda fase, serão considerados alguns dos temas que marcam a transformação das arquiteturas e aldeias serranas em época contemporânea, desde a importância da mineração, até aos diferentes ciclos migratórios e aos processos de gradual abandono. Por fim, já numa parte conclusiva, a transformação mais recente da arquitetura serrana será enquadrada nos processos da redescoberta das áreas do interior, associados a projetos ou iniciativas de índole diversa que têm contribuído para afirmar a importância e identidade de alguns destes núcleos, num contexto de crescente e reconhecido abandono das áreas de montanha e, em especial, daquelas mais distantes das regiões urbanas do litoral. Procurando documentar o quadro de significativa diversidade que caracteriza as aldeias de montanha do norte da Beira serão mencionados os casos de Covas do Monte, Mazes, Pena, Drave, Almofala, Rio de Frades, Regoufe, Nodar e Campo Benfeito.

Palavras-chave: aldeia, paisagem rural, arquitetura vernacular, casa do emigrante, “território vago”

Introdução

As aldeias de montanha em Portugal têm sido caracterizadas, em diferentes circunstâncias, a partir da contraposição de um passado de relativo isolamento, associado à economia de subsistência e à persistência de formas arcaicas, e um presente em que as diversas expressões da *desruralização* se combinam com a generalização de novas arquiteturas. A presente investigação procura contribuir para uma abordagem mais matizada destas regiões, capaz de refletir a diversidade que hoje conforma os núcleos serranos de pequena dimensão, considerando os modelos de ocupação do território, os legados da economia tradicional, os reflexos da emigração e do abandono e, ainda, a emergência de novas propostas ou visões para estas áreas.

Em termos metodológicos, esta investigação tem privilegiado o trabalho de campo, quer a nível da prospeção e da visita a um número significativo de aldeias, quer a nível do levantamento da arquitetura tradicional.¹ Incide na unidade de paisagem das “montanhas do norte da Beira e do Douro”², compreendendo especialmente as regiões que se estendem do Caramulo ao Montemuro, passando pelas serras da Freita e da Arada. Inscreve-se num estudo comparado, de âmbito mais abrangente, que se estende a outras áreas de montanha do Mediterrâneo Ocidental, procurando integrar as diversas expressões do património construído, à escala da arquitetura, do assentamento e da paisagem. Ainda que este trabalho privilegie assim a caracterização do património a uma abordagem mais prospetiva, procura, em qualquer caso, contribuir para a reflexão em torno à eventual importância da sua conservação enquanto fator de desenvolvimento das áreas designadas de Baixa Densidade. Pretende-se demonstrar que, ao contrário do que à primeira vista poderia parecer, os núcleos de montanha em estudo remetem hoje para uma multiplicidade significativa de situações que deveria ser considerada nas diferentes escalas de Ordenamento do Território.

Como um círculo na paisagem

As serras do norte da Beira confirmam a tendência para a organização do povoamento em pequenos aglomerados característica das regiões de montanha. O estudo da economia tradicional destas regiões revelará, quase sempre, essa relação primordial entre o carácter agreste dos territórios serranos, a organização em comunidades praticamente autossuficientes e a pequena dimensão generalizada das suas povoações. A presença da aldeia na paisagem é aqui enfatizada pela configuração das parcelas de regadio e de sequeiro que estendem o seu limite a um *círculo* largo correspondendo a um vale mais ou menos generoso e aos terraços construídos na encosta. O desenho desse círculo resultou, na maior parte dos casos, de um trabalho contínuo sobre o território, reconfigurado a partir da importância das culturas regadas. As águas retidas em presas ou poças a montante são encaminhadas através de regos para os campos delimitados nas baixas ou para as leiras construídas nas encostas. Mas a economia de subsistência característica destes territórios remete necessariamente para uma diversidade de recursos que tem ou tinha uma expressão evidente no modelo de organização da paisagem: às terras do milho e das culturas regadas juntavam-se as vertentes e os terraços de sequeiro adstritos, em grande medida, ao centeio; a proximidade da aldeia era ainda marcada pelas vertentes florestadas de carvalhos e castanheiros (que foram perdendo relevância durante o século passado e de forma ainda mais expressiva com a recente extensão do eucalipto); e as vertentes e os planos mais altos dos baldios serviam aos pastos (gado miúdo aduado e gado graúdo semiestabulado) mas também às lenhas e aos matos para as

¹ No presente caso, o levantamento da arquitetura tradicional recaiu fundamentalmente na aldeia da Drave, integralmente levantada pelo autor em parceria com Nuno Reimão de Brito Peres e João Reimão Ferreira da Silva, a quem o presente artigo é dedicado. Cf. COSTA, M.R. – A casa de baixo e a casa de riba na Drave: crónica de um lugar do maciço da Gralheira em Portugal.

² RIBEIRO, O. – Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas, p. 188-189.

camas dos currais, às silhas de cortiços ou à produção de carvão. Vista do Portal do Inferno, a aldeia de Covas do Monte na serra da Arada, regista ainda hoje esta organização (figura 1), marcada como outras povoações pela persistência de muitos dos hábitos da economia tradicional, desde as culturas regadas ao rebanho aduado que ainda mantem.



Figura 1 Covas do Monte, Arada; Elaborada pelo autor.

A portela do inverno

Este modelo genérico de organização da paisagem tradicional comportava, como foi notado, por exemplo, para a serra de Montemuro, um significativo número de variantes, em função da delimitação das diversas subunidades de paisagem – ribeira, meia serra e planalto³ – e das limitações das diferentes culturas em altitude⁴. A aldeia de Mazes, localizada junto à *serra do Bigorne* no extremo oriental de Montemuro, constitui um caso particular no contexto da região, considerando justamente a transformação da paisagem com a altitude. Este lugar comporta uma organização em diversos núcleos associada ao deslocamento estacional da sua população, compreendendo a aldeia de Mazes, em zona de vertente, mais abrigada (entre as cotas 730 e 800) e os núcleos das Antas, Sabugueiro e Castelo mais sujeitos aos rigores do inverno (entre as cotas 930 e 970). O contraste entre as condições destes diferentes lugares é registado pela expressão das gentes de Mazes quando referem, reportando-se à zona do cruzeiro sobranceira à aldeia, que «quem não passar a portela para cima não sabe o que é o inverno...».

Os lugares mais altos combinavam as pastagens e os fenos com as culturas dos campos – batata, feijão, muito centeio e pouco milho – na orla da ribeira das Poldras que bordejava também, a jusante, a aldeia de Mazes, onde o milho, a vinha e a fruta tomavam o lugar do centeio. Se a aldeia, marcada pela presença da Igreja e dos espigueiros, não se distingue consideravelmente das povoações vizinhas (figura 2), os lugares de cima, a mais de um

³ Cf. RIBEIRO, O. – Dois tipos de ocupação humana na montanha portuguesa: posição do Montemuro.

⁴ GIRÃO, A. – Montemuro: a mais desconhecida serra de Portugal, p. 121.

quilómetro de distância, apresentam uma estrutura bem menos formalizada marcada pela preponderância dos currais para o gado (figura 3). As últimas décadas confirmaram, de resto, o abandono gradual destes lugares, primeiro de Sabugueiro e Castelo, e depois das Antas.

Antes deste processo, a maior parte das famílias tinham as casas divididas nos dois lugares, com a aldeia de Mazes a corresponder à habitação matriz e a *lojas* várias e os lugares de cima a albergar o conjunto dos currais e palheiros associados frequentemente à habitação sazonal de um único compartimento (entre algumas raras habitações de ano inteiro). Isto porque, para além de ali se deslocarem duas vezes ao dia de modo a abrir e fechar as portas dos currais ao gado, a população de Mazes *transumava* para os lugares de cima, nos meses de estio (geralmente em Julho e Agosto). Recordando as *brandas* e *inverneiras* da serra da Peneda, o deslocamento estacional de Mazes é mais próximo do das aldeias da região de Soajo, (onde a inverneira, a cota mais baixa, constituía o núcleo principal), do que das de Castro Laboreiro (onde, ao contrário, eram as brandas mais altas que correspondiam aos períodos de maior permanência).



Figura 2 Mazes, Montemuro; Elaborada pelo autor.



Figura 3 Mazes (núcleo da Anta), Montemuro; Elaborada pelo autor.



Figura 4 Pena, Arada; Elaborada pelo autor.



Figura 5 Drave, Arada; Elaborada pelo autor.

Um número certo de casas

Uma das condições decisivas que justificam a organização da aldeia de Mazes em dois núcleos está relacionada com a decisão de explorar as terras mais altas com maior aptidão agrícola, o que poderá ter permitido, inclusivamente, o aumento do número de famílias ou de casas da aldeia. Isto porque, pelas suas características específicas, os territórios de montanha tenderão a impor, ao longo da história, um limite ao crescimento dos seus aglomerados. Ainda que com a construção das leiras em terraço, o homem se pretenda rebelar à expressão confinada dos *vales* de montanha, as povoações nunca adquirirão aqui uma dimensão

significativa, com as aldeias maiores a localizarem-se, quase sempre, junto às zonas mais generosas de aluvião ou nas zonas de planalto.

Esse limite ao crescimento que o território tenderá a impor a estas aldeias, acabará por adquirir, nalguns casos, uma expressão cultural como ocorreu no lugar da Pena localizado na vertente norte da serra de São Macário (figura 4). Segundo a tradição ainda vigente na década de trinta do século passado, a povoação deveria manter-se enquanto lugar de somente sete casas, pelo que cada família casava apenas um dos filhos na aldeia, *largando* os restantes à sua sorte, de modo a contrariar o parcelamento da propriedade e assegurar a viabilidade das explorações⁵. Nalguns casos, esta tradição poderá ter dado sequência aos preceitos inerentes aos contratos de empraçamento que conformavam a ocupação destas terras durante o Antigo Regime, como ocorria com a *póvoa da Drave*,⁶ a que voltaremos de seguida. É um costume que enfatiza a importância do vínculo da aldeia à área de recursos que lhe estava afeta, registando o modo como, ao contrario do que hoje sucede, o núcleo edificado e a paisagem constituíam duas partes de um mesmo sistema, podendo, com alguma facilidade, estabelecer-se uma consonância entre a dimensão da aldeia e a generosidade das terras que se estendiam em seu redor. É o que ocorre com a aldeia da Drave (figura 5), a poucos quilómetros da Pena, que constitui um interessante caso de estudo para a interpretação da relação entre o território natural e a paisagem cultural, compreendendo, entre outros temas, o sítio do assentamento, as poças e as leiras ou as encostas de sequeiro, como a seguir se verá.

Os de Baixo e os de Riba

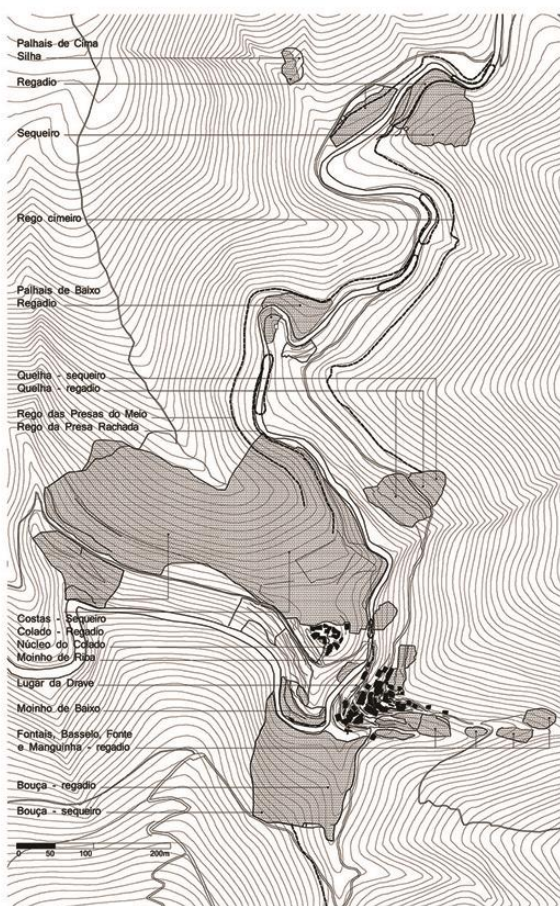


Figura 6 Drave, area de recursos; Elaborada pelo autor

A paisagem da Drave é marcada pelo curso da ribeira de Palhais, integrado na bacia hidrográfica do rio Paiva, num vale encaixado de ladeiras fragosas que, mais uma vez, se traduziu, a nível do povoamento, numa aldeia de pequena dimensão. Tal como, de um modo geral, ocorre nas regiões montanhosas, a construção deste lugar converte o afloramento rochoso em fundação, modelando a sua morfologia através da execução da plataforma e do muro de suporte em alvenaria de pedra para as habitações, os currais, os caminhos ou os eirados pontuados pelos característicos canastos onde se secava o milho.

Este processo é especialmente evidente no núcleo edificado principal da Drave que ocupa uma das ladeiras rochosas sobranceiras à ribeira de Palhais (figura 6). A organização das diferentes edificações registava ainda, em meados do século passado (figura 7), a importância da aldeia de outrora, conformada pela copresença de duas casas de lavrador que as várias fontes históricas distinguem por “casa de Baixo” e “casa de Riba”. O mesmo ocorre a nível da organização da paisagem em redor da aldeia, sendo ainda possível reconstituir os limites das parcelas pertencentes a cada uma das

⁵ GIRÃO – Montemuro: a mais desconhecida serra.... p. 124.

⁶ COSTA – A casa de baixo e a casa de riba...

Figura 7 Drave, planta da aldeia, pisos térreo e superior; Elaborada pelo autor



duas casas, a partir do testemunho de antigos moradores. Na sua grande maioria, as leiras regadas dispunham-se em três bolsas principais, correspondendo a três regos distintos alimentados por poças encadeadas ao longo da ribeira a diferentes cotas (figura 6). Os processos de parcelamento, por herança, destas casas maiores enfatizaram progressivamente a importância das águas de partilha e da gestão comum de parte das estruturas construídas (que resultavam, por exemplo, nos trabalhos, entre consortes e herdeiros, de conservação dos regos e de reconstrução das poças).

É também o que ocorre com outras estruturas, desde as eiras e os canastros aos pequenos moinhos de água que, já em época contemporânea, passaram a servir ao número superior de habitações que entretanto surgiam na aldeia. Do outro lado da ribeira de Palhais, o núcleo do Colado, constituído quase em exclusivo por currais de cabras, foi também parcelado entre herdeiros das antigas casas maiores que procuravam manter as vantagens da sua localização junto às terras mais aplanadas e produtivas do lugar. De facto é a maior proximidade a estas terras associada à facilidade no transporte do estrume ali produzido que justifica a concentração de uma parte dos currais de cabras num núcleo autónomo e apartado da aldeia.



Casa de Baixo

Habitação (1) 1 corredor 2 cozinha com despensa 3 despensa 4 sala 5 quarto do padre 6 quarto (alçapão para adega) 7 quarto 8 quarto 9 adega 10 lenha 11 curral (porcos) 12-13 casa do lagar com adega no piso inferior 14 casa da varanda ou do tear 15 sobrado de "urdir as teias" e arrecadação de produtos agrícolas 16 quinteiro 17 curral (porcos) 18 curral (porcos) 19 corte cimeira (bezerras) 20-23 curral (vacas) 24 corte dos amassadoiros (vacas) 25 curral (cabras) 26 curral (vacas) 27 banzada/palheiro 28 coberto (carros de vacas) 29 eira e canastro 30 casa da eira (ladrilho) 31 casa da eira (desfolhar o milho) 32 canastro 33-34 curral (cabras) 35 palheiro 36 palheiro (milho) 37 palheiro (centeio) 38 curral (vacas) com banzada 39 curral (cabras) 40 palheiro (conhecida antes por casa do padre) 41• eira e canastro (desaparecido) 42• ladrilho/arados 43• casa da eira 44• eido com seis currais (cabras) 45 casa do mel e da cera 46 arrecadação (serviu de venda durante os períodos de exploração do volfrâmio) 47 destilaria / forja do ferreiro.

Capela 48

Habitação (2) 49 sala 50 cozinha 51 lagar 52 quarto 53 palheiro 54 curral (vacas/cabras) 54 curral (ovelhas) 56 coberto 57 adega 58 curral (vacas) 59 curral (corte da burra) 60 palheiro 29 eira e canastro em comum com habitação (1) 61 palheiro (banzada) 62 curral (vacas) 63• eido em comum com habitação (1) com três currais (cabras) 64• palheiro 29-31 eira, canastro e casa da eira em comum com habitação (1). moinho 65 em comum - habitação 1 e 2

Casa de Ribá

Habitação (3) 66 sala 67-68 quarto 69 cozinha 70 quarto 71 quarto/despensa (piso superior, com acesso autónomo, chegou a servir de casa de mineiros) 72 curral (vacas) 73 curral 74 coberto 75 curral (vacas) 76 cozinha (deverá ter constituído com 77 e 78 uma casa autónoma) 77-78 quarto 79 lagar e adega 81 palheiro (banzada) 81 curral (vacas) 82 coberto (carros de vacas) 83 eira com dois espigueiros 84-87 curral (cabras) 88-89• eido com quatro e três currais (cabras) 90• curral 91• palheiro

Habitação (4) 92 cozinha 93-94 quarto 95 forno 96 sala 97 quarto 98-99 curral (vacas) 100 casa da eira - sequeiro (serviu também de adega). Algumas das construções da habitação (3) não foram partidas e eram comuns a esta habitação.

Habitação (5) 101 cozinha 102 sala/quarto 103-104 curral (vacas) 105 curral (porcos) 106 eido 107 canastro 108• curral (vacas) 110• palheiro 111-112• curral (vacas) 113- 114 curral 115 sobrado (serviu de quarto) 116 coberto 117• eido com quatro currais (cabras)

Habitação (6) 118 cozinha 119 sala 120-121 quarto 122-123 curral (vacas) 124 curral (porcos) 111-113 em comum com habitação (5) moinho 125 em comum - habitações 3, 4, 5, 6

guarita 126• em comum - todas as habitações

• Compartimentos ou estruturas não representados por se encontrarem fora da área de impressão do presente desenho.

As casas das aldeias altas

O acento na difícil condição das terras de montanha, na paisagem agreste ou no povoamento serrano dos pequenos aglomerados terá repercussão, a nível da caracterização da arquitetura tradicional, na referência a uma edificação pobre e austera de alvenaria de pedra aparente, com cobertura de duas águas, frequentemente associada a um único compartimento térreo ou sobradado sobre as *lojas* do gado (figura 8).⁷ Mas esta caracterização genérica, que se poderia reportar indistintamente às diversas serras do norte, acabará por remeter, necessariamente, para um quadro tipológico mais complexo de expressão diacrónica e diatópica. Uma primeira variante poderia ser considerada, a nível dos sistemas construtivos, em resultado da alternância entre solos de xisto e solos de granito comum à generalidade destas áreas de montanha. À arquitetura de alvenaria irregular de xisto com telhado em lousa contrapõe-se assim a arquitetura de aparelho frequentemente mais regular de granito com cobertura de colmo, a que se poderá acrescentar ainda a combinação de algumas destas diferentes soluções nas áreas de transição (figura 9).



Figura 8 Almofala, Caramulo; Elaborada pelo autor.



Figura 9 Covelo de Paivó, Freita; Elaborada pelo autor.



Figura 10 Gralheira, Montemuro; Elaborada pelo autor.



Figura 11 Gralheira, Montemuro; Elaborada pelo autor.

A arquitetura constitui também uma das expressões que regista as especificidades das diversas subunidades geográficas a que antes fizemos referência. As aldeias dos planaltos e das cumeadas mais altas, marcadas pela preponderância das pastagens e do centeio, tenderão a compreender uma arquitetura tradicional mais indistinta correspondendo com frequência a uma edificação de granito com cobertura de duas águas de colmo implantada contra a

⁷ Cf. AMARAL, F. K. [et al]. – *Arquitectura Popular em Portugal*, p. 245-247.

vertente. Trata-se de uma solução fundamental da arquitetura destas regiões durante todo o Antigo Regime até ao final da primeira metade do século passado. Era esta, por exemplo, a morfologia comum a grande parte das edificações de Almofala na serra do Caramulo (figura 8) ou da Gralheira na serra de Montemuro.

Nesta última aldeia, implantada no alto da serra a mais de 1100 metros de altitude, distingue-se uma edificação que remete para a persistência desta morfologia, com fachada principal de alvenaria particularmente bem aparelhada, marcada por vão flanqueado por mísulas e conformado por lintel com a data de 1758 inscrita (figura 10). Mas, para lá de uma aparência mais formal quando comparada às demais, esta edificação, hoje arruinada, confirma uma das mais correntes soluções na organização destas edificações que procuram beneficiar da implantação transversal à ladeira de modo a permitir um acesso mais fácil ao piso superior. É também esta morfologia que vemos frequentemente escondida ou dissimulada no quadro da profunda transformação que marcará a arquitetura de muitas destas aldeias, em especial, a partir da década de 1970 (figura 11).

As casas maiores da lavoura

Descendo a partir das cumeadas mais altas para a meia serra e para as zonas ribeirinhas, a diversidade de tipologias que poderemos encontrar tenderá a crescer, refletindo, entre outros fatores, a presença mais significativa da casa de lavoura associada a explorações de dimensão significativa no contexto das áreas de montanha. A maior dimensão destas casas, considerando não apenas os compartimentos da habitação mas as dependências agrícolas, resultarão frequentemente na edificação sobradada implantada ao longo da encosta, de fachada marcada por um ritmo compassado dos vãos e cobertura com quatro ou mais vertentes associada à integração de asnas e de madeiramentos mais complexos⁸. Estas soluções adquiriram maior relevância a partir da segunda metade do século XVIII e, em especial, com o aproximar do final do Antigo Regime e, pontualmente, poderão mesmo ser distinguidas pela presença de elementos de recorte barroco na fachada, do guarnecimento dos vãos à cornija e aos cunhais. Por vezes registam também a influência da organização da casa de lavoura do Norte Atlântico, particularmente evidente nas casas dispostas em redor de um *quinteiro*, com acesso a partir de portal com data inscrita na padieira correspondendo à primeira metade ou, com maior frequência, à segunda metade do século XIX (figura 12).

A influência da arquitetura das regiões vizinhas nestas aldeias é também evidente na aproximação ao vale do Douro, com a presença progressivamente mais significativa das soluções de paredes exteriores de tabique pintadas ou revestidas com telhas, soletas de ardósia, chapas onduladas ou outros materiais (figura 13). Estas soluções contribuíram para uma transformação da imagem das aldeias ribeirinhas ou a meia encosta, a partir da segunda metade do século XIX, compreendendo uma arquitetura mais diversificada a nível dos sistemas construtivos (morfologia) e dos revestimentos (cor e textura) que contrasta com a imagem mais austera daquela que era até então a arquitetura corrente da Serra.

Os anos das minas da Freita

À economia agro-silvo-pastoril de subsistência vem-se juntar, em sobressalto, a mineração do volfrâmio com especial impacto nas serras da Freita e da Arada da segunda guerra, quando esta região foi marcada pela afluência significativa de gentes das regiões vizinhas que procuravam alternativas à conjuntura de crise. O alvoroço da *indústria* do volfrâmio terá como lugar central as vertentes a nascente do Alto da Freita, na área sudeste do concelho de Arouca e, em particular, as minas em redor das aldeias de Rio de Frades (exploradas pelos alemães) e de Regoufe (exploradas pelos ingleses). Distanciadas em cerca de cinco

⁸ COSTA – A casa de baixo e a casa de riba... p. 58.

quilómetros, estas aldeias apresentam evidentes analogias na implantação na base de uma encosta voltada a sudeste na margem de um curso de água afluente do Paiva. Mas as dissemelhanças que se verificam a nível da orografia destes lugares – bem mais acidentado em Rio de Frades que em Regoufe – acabariam por contribuir para distinguir de sobremaneira os modelos dos assentamentos mineiros de Alemães e Ingleses. No primeiro caso, a nova povoação situada junto a um vale muito encaixado, dispersava-se em diferentes núcleos com acesso a partir da aldeia para sul: subindo para os bairros de Cima e da Capela situados respetivamente a meia encosta e em promontório; ou percorrendo o trajeto na margem da ribeira para as *casas da Companhia* e para as instalações técnicas, de armazenagem e da lavaria⁹.



Figura 12 Covas do Monte, Arada; Elaborada pelo autor.



Figura 13 Parada de Ester, Montemuro; Elaborada pelo autor.



Figura 14 Minas de Regoufe, Freita; Elaborada pelo autor.



Figura 15 Regoufe, Freita; Elaborada pelo autor.

Em Regoufe, o complexo mineiro concentra-se, em contrapartida, num único núcleo a meia encosta, ocupando em terraços os dois flancos de uma linha de água afluente da ribeira com o nome da aldeia. A percepção, a um único olhar, do conjunto das diferentes edificações e estruturas deste complexo enfatiza a sua imagem *assombrada* e vaga, marcada pelo tempo e pela gradual remoção de materiais reaproveitados para outras construções (figura 14). Uma imagem de abandono que regista a condição temporal deste *assento* autónomo em relação à aldeia de lavradores, situada mais abaixo. Em Rio de Frades, uma parte dos bairros operários acabará, em contraponto, por ser integrada na aldeia agrícola, constituindo a única nota de permanência da ligação casual entre esses dois mundos. Isto porque mesmo durante o

⁹ cf. SILVA, A. M. (coord.) – Memórias da terra: património arqueológico do concelho de Arouca, p. 407.

frenesim dos anos do minério – que acabaria por se desvanecer a partir de 1944 – as duas aldeias manter-se-ão profundamente arraigadas às atividades tradicionais¹⁰, reiterando a importância dos campos largos em Regoufe (figura 15) ou das estreitas leiras em terraço de Rio de Frades.

Aldeias à beira e leiras a monte

À parte este período excepcional de exploração do volfrâmio, também o maciço da Gralheira confirmará as regiões de montanha enquanto áreas da emigração para o país e para o estrangeiro. Uma das condições mais relevadas na caracterização do processo de transformação das áreas rurais do norte do país, no século passado, é justamente a presença da casa do emigrante. A partir de finais do século XIX, algumas das aldeias das regiões consideradas neste artigo, serão marcadas pelo aparecimento da casa do emigrante brasileiro de torna-viagem que frequentemente acrescentará uma dimensão mais eclética e exuberante à arquitetura do tabique a que anteriormente fizemos referência.



Figura 16 Carvalhosa, Montemuro; Elaborada pelo autor.

Mas, como se sabe, será fundamentalmente a partir das décadas de setenta e oitenta do século passado que se assistirá à transformação mais significativa dos conjuntos edificados serranos, em grande parte, marcada pelo investimento nas aldeias de origem dos emigrantes que haviam partido para o centro da Europa¹¹. A afirmação das novas construções inscreve-se num discurso de renúncia à arquitetura tradicional, convertendo grande parte das aldeias em lugares de expressivos contrastes de volumetrias, morfologias e materialidades (figura 16). Esta transformação não atingiu, no entanto, todas as aldeias serranas do mesmo modo,

¹⁰ Cf. VILAR, A. – O volfrâmio de Arouca no contexto da segunda guerra mundial (1939-1945), p. 174.

¹¹ Cf. COSTA, M. R. – Sobre a tradição e a transformação em arquitetura: as aldeias da Beira entre a Freita e Montemuro.

acabando por ser mais evidente nas áreas de transição para os grandes vales (nalguns casos marcados pelos processos da rurbanização) e nos núcleos mais próximos dos eixos de escala regional e nacional que entretanto alteraram significativamente o quadro de distâncias com o exterior. Nos planaltos e nas zonas de vertente mais altas, as aldeias maiores assumir-se-ão também enquanto polos dessa profunda transformação, reservando, nalguns casos, para os aglomerados de menor dimensão uma condição diversa que tanto poderá resultar na relativa conservação do património vernacular de conjunto como no seu abandono (figura 17).

Será, de resto, sobre alguns destes aglomerados que recairá a preferência para as novas formas de segunda habitação que marcam um outro tempo de transformação destas aldeias, a partir da década de noventa do século passado, registando uma alteração de discurso em relação à arquitetura vernacular, que se passa então a admirar. Mas na realidade, a formalização desse discurso restringir-se-á, quase sempre, a um desígnio de representação ou recriação da arquitetura local que, privilegiando a renovação à conservação, raramente traduzirá aquelas que são as suas características fundamentais, a nível da morfologia, da organização ou até dos sistemas construtivos tradicionais. Por outro lado, a ocupação sazonal destas lugares, em parte cada vez mais próximos das regiões urbanas do litoral, resultará na *emancipação* da aldeia em relação à paisagem, com o abandono ou a florestação das melhores terras da povoação de outrora.



Figura 17 Levadas, Montemuro; Elaborada pelo autor.

Para além de um «território vago»: uma conclusão

Como resultado das diversas circunstâncias que marcam estes territórios durante o século passado, a condição da aldeia serrana do norte da Beira remete hoje para um quadro muito diversificado de situações, distinguindo: lugares de ribeira e meia serra de lugares de planalto e de cumeada; lugares que preservam traços fundamentais da economia agro-pastoril de lugares marcados por diversas formas de abandono e desruralização; lugares caracterizados pela justaposição dissonante de construções de lugares com valor patrimonial de conjunto; lugares próximos dos principais eixos estruturantes de lugares mais afastados e recônditos.

Algumas outras aldeias desta região têm, ainda, acabado por acolher projetos incomuns promovidos por diferentes instituições que importaria considerar: A Associação Binaural desenvolve, desde 2004, a sua atividade na aldeia de Nodar, na margem esquerda do rio Paiva, nos domínios da arte sonora experimental, com um conjunto muito diversificado de iniciativas que incluem a organização de festivais e workshops vários ou as residências de artistas com um número admirável de visitantes; A aldeia da Drave, na serra da Arada, alberga desde 1992 uma base nacional de escuteiros a que ocorrem todos os anos dezenas de jovens; O Teatro Regional da serra do Montemuro desenvolve a sua atividade desde 1990 na aldeia de Campo Benfeito, com diversas iniciativas relacionadas com a educação e a formação ou ainda com a organização do festival Altitudes.

Partindo de uma abordagem contemporânea e procurando adquirir uma dimensão nacional ou internacional, estes projetos estão, ao mesmo tempo, arreigados a diferentes expressões da cultura regional, defendendo a relação profunda com as comunidades locais. A diversidade de circunstâncias que marcam no presente as aldeias serranas, a par da implementação destes projetos e de outras iniciativas análogas, abre a expectativa de um modelo de desenvolvimento que considere os territórios de montanha, não isolados sobre si mesmos, mas significativamente integrados com as regiões urbanas do litoral. Uma integração que se afirme para lá do que poderíamos caracterizar como interesse crescente em torno a um «território vago», ausente e expectante, remetendo para as marcas de abandono e de memória de uma cultura do passado. É neste quadro que importa compreender de que modo poderá este modelo resistir ao processo contínuo de desaparecimento das atividades agro-pastoris e à tendência de desvinculação da aldeia da sua paisagem ou, em contrapartida, de que forma estará dependente da emergência de novos contextos de produção associados a comunidades locais simultaneamente conscientes dos aspetos particulares desta cultura e deste território.

Bibliografia

AMARAL, F. K. [et al.] – Arquitectura popular em Portugal. Volume I. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961.

COSTA, M. R. – Sobre a tradição e a transformação em arquitetura: as aldeias da Beira entre a Freita e Montemuro. In Palcos da Arquitectura. Actas do 2º Seminário Internacional de Arquitectura, Urbanismo e Design. Volume I. Lisboa: Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2012, p. 349-358.

COSTA, M. R. – A casa de baixo e a casa de riba na Drave: crónica de um lugar do maciço da Gralheira em Portugal. Labor & Engenho [Em linha]. Vol. 7, n.º 2 (2013), p. 45-62. [Consult. 21 Outub. 2016]. Disponível na internet: < URL: <http://www.conpadre.org/v7n22013.php>

GIRÃO, A. – Montemuro: a mais desconhecida serra de Portugal. Coimbra: Coimbra Editores, 1940.

RIBEIRO, O. – Dois tipos de ocupação humana na montanha portuguesa: posição do Montemuro. In Opúsculos Geográficos: o mundo rural. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 273-281.

RIBEIRO, O. – Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas.
Lisboa: Sá da Costa, 1998.

SILVA, A. S. (coord.) – Memórias da terra: património arqueológico do concelho de Arouca.
Arouca: Câmara Municipal de Arouca, 2004.

VILAR, A. – O volfrâmio de Arouca no contexto da segunda guerra mundial (1939-1945).
Arouca: Câmara Municipal de Arouca, 1998.

Paradoxos entre a casa vernacular e a moderna - divergências ao longo do tempo entre o conservadorismo e o modernismo na cultura romântica europeia.

Ana Lau

CIAUD – Centro de Investigação de Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa

ana_lauribeiro@hotmail.com

Miguel Baptista-Bastos

Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa

mbaptistabastos@yahoo.com

Resumo: A distância que separa a arquitetura de vanguarda da arquitetura vernácula, tem uma história de séculos, na qual o arquiteto surge apenas em meados do século XIX. As transformações sociais profundas provocadas pela Revolução Francesa (1789) e pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), mudaram a interpretação que é feita da casa tradicional. A sua identificação com o nacionalismo, foi uma construção das sociedades conservadoras da segunda metade do século XIX e dos regimes ditatoriais do século XX. Por outro lado, os filósofos e os poetas do romantismo, elevaram-na a símbolo da luta vivida pela alma entre a necessidade da natureza e a vontade do espírito. Foi igualmente alicerce do Movimento Moderno, pelo estudo sistemático da sua evolução, permitindo a superação. A ambivalência que hoje é sentida em relação à casa tradicional, é o resultado da sua apropriação cíclica por duas tendências ideológicas contrárias. Quando parece ter caído no esquecimento, surge o seu arquétipo sob a capa da sustentabilidade, com a apologia dos métodos de construção tradicionais. Este trabalho tem como finalidade traçar um percurso, num exercício de interpretação, permitindo tornar mais claras as origens do pré-conceito que temos hoje da casa tradicional. Ao final, será possível concluir o seguinte: a história demonstra que o perigo não reside no próprio modelo, mas na intenção de quem o aplica.

Palavras-chave: Arquitetura vernacular – cottage – nacionalismo – romantismo – modernismo

Introdução: A Valorização da Habitação (o arquétipo da Cabana Primitiva)

O interesse dos arquitetos dirigiu-se para a casa tradicional somente no século XIX, pois até à Revolução Francesa, a profissão estava inteiramente devotada ao serviço prestado para com a aristocracia, salvo as devidas exceções. A Itália demarcou-se desde o século XV, pela constituição de cidades-Estado, governadas por burgueses, permitindo o contexto que deu origem ao «arquiteto à italiana», celebrizado pelos grandes espíritos da época, como Leonardo da Vinci e Michelangelo, tornando-se o exemplo a seguir para as futuras gerações de arquitetos em toda a Europa. Na França, o classicismo surgiu com vigor no século XVII, num contexto ideológico de Contra-Reforma, pelo que o debate teórico não possuía a grandeza nem a profundidade da *Accademia Platonica* (fundada em 1459 por Marsílio Ficino, sob o mecenato de Cosme de Médicis). O governo absolutista de Luís XIV, deu margem para a fundação da *Académie Royale d'Architecture* (1671), supostamente seguindo o modelo da sua congénere italiana, embora na realidade a censura do conteúdo ideológico que era lecionado aos estudantes e o controlo apertado dos debates no meio académico não permitiram o florescimento intelectual ambicionado e a melhor produção teórica surgiria no campo oposto – de reação ao absolutismo, através dos novos ideais Iluministas.

Na viragem para o século XVIII, o debate sobre a construção da identidade nacional estava inflamado e o papel vital que a arquitetura desempenhou nesse processo. A construção de Versalhes foi um marco, na medida em que, não só desempenhou a função simbólica tradicional duma afirmação de poder do monarca, como também foi uma campanha de promoção da indústria nacional. A competição, era abertamente efectuada contra a Itália – até então a maior fornecedora de elementos decorativos (espelhos, tapeçarias, vidros, etc.). No mesmo período, a querela entre os “antigos” e os “modernos”, colocava sobre a mesa a questão sobre a decadência da tradição, que no entender de Perrault se havia desvirtuado completamente no decorrer dos séculos. A prática que os arquitetos tinham de guiar-se pelos tratados italianos do Renascimento, relativamente recentes em comparação com as ruínas da Antiguidade, baseava-se num erro fundamental – o da falta de rigor nas medições, associado à livre interpretação dos autores italianos, não obstante defendidos como inquestionáveis (colocando os arquitetos franceses na posição de meros seguidores), resultando numa ausência de noção do todo do edifício (perda do sentido das regras fundamentais que devem gerar a obra como um todo harmonioso). A importância deste debate deve-se ao arquétipo pelo qual todos os arquitetos se guiavam – o do Templo de Salomão. A sobreposição das Sagradas Escrituras com o conhecimento da tratadística, impedia o livre pensamento e a inovação, na medida em que era uma blasfémia um indivíduo ter a ousadia de criar algo inteiramente novo, pois isso significava colocar-se arrogantemente ao mesmo nível que os construtores da Antiguidade. A arquitetura clássica estava revestida duma aura de sagrado que ninguém deveria profanar. No mesmo sistema de pensamento, a sociedade era igualmente obra divina, conferindo ao monarca o «direito divino» para governar. Assim, a contestação do modelo clássico antigo na arquitectura, identificou-se com a contestação da monarquia absolutista e dos seus abusos.

Nas décadas que antecederam a Revolução Francesa, a população francesa estava mergulhada na fome e num desespero crescente, enquanto quantias exorbitantes, eram continuamente investidas na ampliação do Palácio de Versalhes. Foi neste contexto que

Rousseau expressou o seu arcadismo e escreveu sobre o «bom selvagem»: o Homem no seu estado de inocência original, ainda não corrompido pela civilização. No seguimento, Laugier (1753) evoca a arquitetura nas suas origens, num imaginário romântico – a cabana primitiva, que não senão um abrigo, construído com os elementos fundamentais (a coluna, o entablamento e o frontão). Esta passagem para o arquétipo da “Cabana Primitiva”, foi o passo decisivo para a arquitetura dos séculos seguintes, pois determinou uma mudança profunda: a atenção dos arquitetos estava voltada exclusivamente para a criação de palácios e dalguns edifícios públicos com uso restrito; no Iluminismo a ambição volta-se no sentido da habitação para uso corrente e edifícios de uso coletivo. Seria o mesmo que dizer: voltaram-se da sociedade aristocrática para a sociedade burguesa, do absolutismo para a luta pela democracia. Os ideais da Revolução vão unir-se ao ideal de uma arquitetura para todos, tanto na construção de habitação com qualidade para a população, como na construção de edifícios que prestam um serviço à população.

1. Romantismo e Nacionalismo

Uma vez lançadas as bases para a utopia, no final do século XVIII será a Alemanha a tomar as rédeas da teoria da arquitetura, fundamentalmente devido ao florescimento da filosofia. O neoplatonismo do sul da Europa, de origem italiana renascentista, foi sendo gradualmente suplantado pelo classicismo francês e, finalmente, pelo Idealismo alemão. O crescendo rumo à Revolução Francesa irá culminar numa decepção, vivida tanto pelos intelectuais franceses, como pelos alemães. A expectativa em meados do século alimentava-se do sonho numa sociedade livre e democrática, com os olhos postos no exemplo positivo da sociedade inglesa. O modelo da monarquia constitucional inglesa é defendido por uma parte dos iluministas franceses, incluindo Voltaire. Em 1789, a intenção inicial não era o fim da monarquia, mas a conquista da distribuição dos poderes – à época centrados na pessoa do monarca absoluto. Mas no decorrer da ação, a facção extremista de Robespierre precipitou os acontecimentos, criando um vazio que abriu caminho para a ascensão rápida de Napoleão Bonaparte. Com o Diretório de 1795 e o golpe de Estado de «18 de Brumário» em 1799, começou uma ditadura ideologicamente ambígua, que publicamente defendia os direitos dos cidadãos, mas nos bastidores defendia os interesses da alta burguesia. Na Alemanha, os intelectuais aspiravam ao fim do absolutismo e aguardavam com expectativa a chegada das tropas napoleónicas. Mas a realidade foi bem diferente, pois Napoleão anexou os territórios ao que considerava o seu império e o sonho da república desvaneceu como fumaça. A reação dos alemães, desde o povo aos governantes, foi a união. As mais de trezentas regiões autónomas, que formaram o Império Romano-Germânico, mantiveram-se artificialmente durante séculos como um todo, mas perante a invasão estrangeira o sentimento de identidade nacional ganhou expressão. Num período de enorme riqueza cultural, desde o Classicismo de Weimar na década de 1780, a Alemanha encontrou nos seus poetas e filósofos a âncora necessária para estabilizar a sua identidade. Não sendo uma nação territorial, tornou-se numa nação cultural, unida pela mesma língua materna.

A esta transição para a época dos nacionalismos, correspondeu à mudança do modelo de referência na arquitetura, do templo grego (símbolo da sociedade democrática) para a

catedral gótica (símbolo das raízes culturais dos povos nórdicos), marcada pela publicação do artigo «Da Arquitetura Alemã», por Goethe, em 1773. Antes da desilusão com a Revolução, a apologia da catedral gótica era um apelo ao orgulho nacional num contexto em que a língua alemã era considerada inferior (os próprios monarcas alemães evitavam falar alemão, preferindo sempre o francês). O sentimento do povo alemão era de inferioridade, uma sombra com muitos séculos, com raízes no complexo de ser «bárbaro» e não romano. A cultura da Europa do sul era superior em muitos aspetos, e o *Grand Tour* era a evidência de como os europeus da França, da Inglaterra e da Alemanha idolatravam essa cultura clássica superior. O choque com a realidade demonstrou que os modelos de governo romano e grego eram idealizados (a arqueologia e a história estavam ainda no seu primórdio). Por outro lado, a sensibilidade dos poetas românticos alertavam para a discrepância entre o sentimento do povo e a estética clássica pois, para todos os efeitos, *os alemães não são gregos*. Uma vez associada a arquitetura clássica alemã com os ideais da Revolução, naturalmente o helenismo tornou-se alvo de crítica, tanto dos românticos desencantados com a democracia incipiente como dos conservadores adeptos do reacionarismo. Ambos os extremos irão voltar-se para a catedral gótica e para a arquitetura tradicional, como fonte de alimento do seu nacionalismo. Caminhando lado a lado, as ideologias de esquerda e de direita, irão dar expressão a esta necessidade de identidade nacional durante o século XIX.

2. O Interesse pela Cultura Popular e as Revoluções Liberais

Às dicotomias entre revolução e reacionarismo, cultura nórdica e cultura do sul, estrangeiro e nacional, soma-se a oposição entre a classe dominante e o povo. E a distinção é clara, no período do Congresso de Viena (1814). Os aristocratas da Europa central, destituídos por Napoleão reuniram forças e redesenharam o mapa político, segundo os seus interesses particulares. A aristocracia continuou a desempenhar funções governativas, com poderes muito reduzidos e a alta burguesia tornou-se a classe dominante efetiva. A sociedade burguesa abria assim caminho para a industrialização e para a sociedade consumista, embora com um arranque tardio da França e da Alemanha. A migração de milhares, do campo para a cidade, traduziu-se na perda da escala rural e da tradição, próxima da natureza, para dar lugar a uma massa anónima de operários fabris. Perdeu-se grande parte da produção artesanal, peça a peça, na qual o artesão controlava todo o processo de fabrico e do qual obtinha um sentimento de realização pessoal. O operário, por sua vez, lida apenas com uma parte do processo, funcionando como se ele próprio fosse uma peça da engrenagem. Esta desumanização ficará associada à mudança para a cidade, criando um imaginário nostálgico que reúne todos os aspetos positivos da vida rural.

As Revoluções Liberais nas décadas de 1820 a 1840 irão alcançar conquistas importantes para os direitos humanos, mas serão esbatidas pelos regimes conservadores repressivos da segunda metade do século: no Reino Unido, com o reinado de Vitória (1837-1901); na França com a Restauração Bourbon (1814-1830) e o Segundo Império de Napoleão III (1852-1870); na Áustria, com a era do Príncipe Metternich (chanceler em 1815-1848) e o neo-absolutismo do Barão Alexander von Bach (1849-1859). Neste período, o nacionalismo é argumento defendido pela esquerda revolucionária, associando-se a cultura e a identidade

nacional ao povo, em oposição à cultura estrangeira da elite e aos seus mecanismos de repressão. A independência nacional estava em jogo, pois os governantes das diversas nações coligaram-se pela Santa Aliança (1815-1853), para combater o republicanismo, a secularização e os movimentos revolucionários nos respectivos países. Na Confederação Germânica (1815-1866), foram publicados os Decretos de Carlsbad (1819) banindo as fraternidades de estudantes (*Burschenschaften*), de forte pendor nacionalista e liberal, defensores dos direitos civis, da liberdade política e da representatividade democrática. Os mesmos decretos instituíram inspetores nas universidades e a censura na imprensa.

Neste contexto, os arquitetos ingleses e alemães dirigiram a sua atenção para a pesquisa dos monumentos medievais, proliferando as publicações com compilações de catedrais e castelos medievais. Os poetas românticos recuperaram os heróis das lendas e dos contos tradicionais. A sensibilidade passou gradualmente da experiência do Sublime para o Trágico. Por influência de Johann Gottfried von Herder (1744-1803), os intelectuais voltaram-se para a cultura ancestral popular, para as origens do povo, para o folclore, em busca de uma poesia menos «artística» (*kunstpoesie*) e mais próxima da natureza (*volkspoesie*), associando a produção artística ao lugar. Cada região teria, então, a sua expressão artística própria, mais autêntica, com um desenvolvimento orgânico que demorou séculos, livre do «artifício» acadêmico. Foi a época da publicação de muitos dos contos infantis mais célebres, uns compilados, outros criados pelos irmãos Jacob Grimm (1785-1863) e Wilhelm Grimm (1786-1859), e por Hans Christian Andersen (1805-1875). Na novela *Heinrich von Ofterdingen* (1802), Novalis (1772-1801) narra a jornada do protagonista, um trovador da Idade Média, em busca da *flor azul* – símbolo da sabedoria alcançada através da união entre a necessidade da Natureza e a vontade do Espírito: um estado de bem-aventurança inalcançável. Estava assim completada a transição do Racionalismo iluminista, na sua busca do ideal através da Razão, para a procura do ideal pela experiência subjetiva transcendental, essência do Romantismo.

É precisamente através do sentimento, na busca da *flor azul*, que a cabana primitiva se vai identificar com a casa de campo tradicional (*cottage*). Durante o Iluminismo, alguns arquitetos concentraram a sua atenção na busca do *tipo* – o modelo, a génese, a matriz geradora de todas as suas variantes, as invariáveis da arquitetura. A recolha de exemplos num modo sistemático, tornou-se cada vez mais uma prática corrente. Da observação empírica, os arquitetos esperavam obter leis universais, encontrar as regras invariáveis subjacentes a todos os casos particulares e assim determinar a base de formação necessária para produzir obras de grande qualidade – queriam perceber o que faz o *estilo*. Em 1800, a arquitetura produzida ao longo de séculos, baseada na tradição clássica, continuava a ser ensinada na *École Polytechnique de Paris* (1794), nomeadamente por Durand, e na sua congénere *Bauakademie* de Berlim (1799). O espírito científico prático iluminista fez-se sentir através da necessidade de dar uma formação mais completa aos arquitetos, pois até então a formação artística estava separada da formação técnica, sendo que a construção civil era ensinada como mais um ramo das engenharias, e os arquitetos formados nas Belas-Artes não adquiriam esse conhecimento. O novo modelo para uma escola de arquitetura, após o período napoleónico, colocou a ênfase no espírito científico, no estudo da literatura sobre arquitetura, na adequação dos edifícios às

particularidades do país e suas especificidades climáticas, na durabilidade, estabilidade da construção e na decoração do edifício, sobretudo na interligação de todas estas componentes.

Na mesma época, o Reino Unido vivia a Revolução Industrial, precipitando o fenómeno de migração em massa para a cidade: um processo que seria mais gradual e lento na França e Alemanha. Após o Congresso de Viena (1814), a sociedade aburguesou-se ainda mais e agilizou-se a mobilidade social. A sociedade *nouveau riche*, aspirando à ascensão social, queria imitar o estilo de vida da classe alta. Para o efeito, adotaram as suas práticas, a sua moral e o seu comportamento. O acesso da classe média a mobiliário e elementos decorativos semelhantes aos da classe alta (mesmo sendo imitações de qualidade inferior) gerou o consumismo, tornando corrente a prática de decorar os diversos compartimentos duma casa de acordo com um «estilo». No mesmo século, os alunos das Belas-Artes aprendiam a decorar segundo os estilos antigos, os engenheiros realizavam obras notáveis graças à constante inovação tecnológica, enquanto as casas da classe média e da pequena burguesia eram inundadas de objetos produzidos industrialmente, sem qualquer referência estética. Em mundos diferentes, a técnica, a arte e a indústria demorariam um século a encontrar-se.

O período da proliferação dos bens de uso corrente produzidos em série, foi coincidente com o interesse pelos estilos do passado e de outras culturas. O revivalismo gótico vai adquirir contornos muito diferentes, consoante a intenção. Para o poeta romântico, o imaginário da Idade Média é sinónimo de uma jornada espiritual às profundezas da alma, tal como viria a ter o mesmo simbolismo para os Pré-rafaelitas. Para o socialista utópico, o modelo de produção medieval, de relação direta entre o artesão e o artesanato, será uma luta humanista pelos direitos dos trabalhadores a melhores condições de vida, para John Ruskin. Para William Morris, será a representação de uma época em que a arte era próxima da natureza, produzida por camponeses e por artesãos, sem ser desvirtuada pelo academismo e pela indústria. Na Inglaterra, pioneira da Revolução Industrial, e a primeira a sentir plenamente o seu impacto negativo, o Movimento Arts & Crafts foi a resposta salutar. No centro da busca de uma arquitetura autêntica, com raízes profundas na sabedoria popular, estava a *cottage house*, a casa do camponês. O mesmo símbolo poderá ser expressão de uma intuição profunda de ligação ao passado, para dar sentido ao presente, em direção ao futuro, como também poderá expressar, no sentido inverso, um sentimento de nostalgia retrógrado e conservador, que caracterizou o moralismo da sociedade vitoriana. A estética voltada para o passado tornou-se cada vez mais desfasada do progresso tecnológico e da aceleração do ritmo de vida. Quando a rainha Vitória faleceu, em 1901, os ingleses sentiram que um enorme peso lhes retirou a liberdade e uma nova era teve início.

O trabalho notável de sistematização da casa tradicional, realizado por diversos arquitetos ingleses e alemães ao longo do século XIX, veio a tornar-se a base de formação dos primeiros modernistas. O arranque da industrialização na Alemanha na era de Bismarck (na década de 1870), e a conseqüente expansão da classe média alargou o mercado de potenciais clientes. Novos edifícios tinham de ser construídos rapidamente e em grande número, para acompanhar o progresso: fábricas, bancos, estações de caminho-de-ferro, pontes, hotéis, todo o tipo de equipamentos coletivos, que servissem para acelerar a comunicação, o transporte de mercadorias, e para agradar ao novo estilo de vida da burguesia. E, acima de tudo, a

habitação. Este setor da construção, apenas pontualmente tinha merecido a atenção dos arquitetos, mais voltados para a produção de palácios e residências de dimensão monumental, ou seja: às camadas da população mais abastadas. Na segunda metade do século XIX, a classe média burguesia exigia mais qualidade do trabalho dos arquitetos para os seus apartamentos na cidade. Foi a época das grandes reformas urbanas nas capitais europeias – *Regent Street* em Londres, por John Nash (1811-1825), o projeto de Haussmann para Paris (1853-1870), *Ringstrasse* em Viena e o *Plan Cerdà* para Barcelona (décadas de 1860-1890). A construção de habitação tornou-se uma prática corrente e uma fonte de rendimento importante para os arquitetos. Mantinha-se o fosso que separava claramente a arquitetura tradicional, da arquitetura académica voltada para as elites.

3. Vanguarda na República de Weimar

Num período de censura e repressão, como foi a segunda metade do século XIX, a liberdade criativa dos artistas era controlada e limitada. Em meios mais restritos, contudo, mecenas cultos e industriais humanistas aderiam ao socialismo utópico e financiavam projetos experimentais, que visavam proporcionar melhores condições de vida ao proletariado, formando os antecedentes da habitação social. Foi após a Primeira Guerra Mundial que uma transformação profunda ocorreu na sociedade europeia.

No Reino Unido, as grandes propriedades rurais dos aristocratas tornaram-se insustentáveis, devido ao aumento dos salários dos trabalhadores. Durante a guerra, as mulheres tomaram o lugar dos homens nas fábricas e em muitas outras profissões que anteriormente lhes eram inacessíveis. Quando os homens regressaram da frente de combate e retomaram os seus postos, recusaram-se a voltar aos baixos salários que ganhavam como empregadas domésticas, o que gerou uma crise social debatida até no Parlamento, pois a classe média e a classe alta pretendiam regressar ao estilo de vida que tinham antes da guerra. A pressão exercida sobre as mulheres para aceitarem condições indignas de trabalho, não resultou e as grandes propriedades foram lentamente perdendo os seus trabalhadores, por não possuírem meio de sustento além do rendimento agrícola. O poder passou da aristocracia e da propriedade para a classe que detinha maior quantidade de dinheiro e de ações na bolsa.

Na Alemanha, o *kaiser* Wilhelm II foi forçado a abdicar durante a Revolução de Novembro (1918-1919) e o Partido Social Democrata Alemão (SPD) tomou o poder, dando início ao período da República de Weimar (1919-1933). Embora formalmente tendo mantido o título de Império Alemão (que iria perdurar até 1949), o governo era formado por um sistema representativo democrático. Foi redigida a Constituição do Império Alemão, fundando o Estado Social, concretizando a ambição socialista do SPD. Este partido havia sido formado em 1875, pela união da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (ADAV, criado em 1863) com o Partido Social Democrata Alemão dos Trabalhadores (SDAP, de 1869). Sendo que o primeiro era um partido trabalhista e o segundo um partido marxista socialista, o SPD por eles formado estava em sintonia com a Revolução Russa (1917) que dera início à União Soviética. Tinha como prioridade a garantia dos direitos sociais dos trabalhadores. Com a fundação do Estado Social, foi instituído o direito ao trabalho, ao apoio da Segurança Social, à educação, aos cuidados de saúde e à habitação. Este último direito

constitucional, significou que o Governo assumiu a responsabilidade de proporcionar habitações para os milhares de cidadãos que ficaram desalojados durante a guerra.

Os artistas *avant-garde* juntaram-se à Revolução de Novembro e com a liberdade de expressão durante a República de Weimar, deram origem a um período de intenso florescimento cultural. Esta vanguarda viria a ser abruptamente interrompida pela ascensão do nazismo ao poder em 1933, que banuiu a arte *moderna*, considerada «degenerada». A estética do Terceiro Reich iria basear-se no conservadorismo, aliado ao uso da cultura como propaganda.

Na primeira metade do século XX, a casa de campo tradicional sofreu dois desvios da sua natureza: no sentido da superação, realizada pelos modernistas, e no seu uso para a propaganda dos regimes fascistas. Esta dicotomia é a agudização da mesma tendência para o uso ambíguo do nacionalismo, que vinha do século XIX. As duas correntes mantiveram-se (e mantêm-se) lado a lado, alternando-se consoante o *zeitgeist* (o «espírito da época»). A aparente ambiguidade da apologia da casa tradicional surge apenas quando se exclui a ideologia da sua hermenêutica (ou processo de interpretação). A ideologia de *esquerda* enaltece a casa tradicional por ser símbolo do povo, da classe trabalhadora; a ideologia de *direita* enaltece a casa tradicional pela nostalgia do passado ao qual desejam voltar. Do mesmo modo, a primeira usa o nacionalismo como incentivo à revolução no sentido do progresso social e da conquista de direitos, a segunda recorre ao nacionalismo como forma dissuasora da revolta, estimulando o imaginário de que uma nação forte e estável só é possível sob um governo repressivo e autoritário. O discurso de ambos pode encontrar pontos comuns, tal como o da valorização duma arquitetura vernácula que poderia ser defendida por qualquer um dos pontos de vista. A distinção fundamental, tal como foi apontado por Ricoeur, é a *intenção* que move a *ação*. Por sua vez, a intencionalidade só é compreensível quando associada a uma ideologia, pois não é possível ao ser humano ser isento de *pré-conceitos*.

Neste sentido, a distinção entre tradicional e moderno sofre os mesmos desvios consoante a intenção. Colocando o Modernismo Alemão no seu período próprio – o da República de Weimar, entre as duas grandes guerras – então, torna-se evidente que o seu conteúdo ideológico é tendencialmente de esquerda, pois a sua manifestação foi reprimida e censurada no período extremamente reacionário que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Do mesmo modo, este primeiro Modernismo foi combatido ferozmente pelo nazismo, obrigando os respetivos arquitetos *avant-garde* a emigrar rapidamente, tanto por correrem risco de vida (pela sua ascendência ou por adesão ao comunismo), como por terem ficado sem trabalho, por pressão direta sobre os potenciais clientes. Na fase que se seguiu à diáspora dos artistas e intelectuais alemães, o Estilo Internacional deu continuidade à estética modernista, embora descartando-a do seu conteúdo social. Esta vertente norte-americana superficial celebrou o Modernismo, transformando-o numa prática banal da sociedade de consumo. A ambiguidade política dos arquitetos modernistas, contribuiu para obscurecer a origem ideológica do Movimento Moderno, na medida em que deram a primazia à sua conquista da notoriedade. As tentativas de abordagem de Mies van der Rohe a Hitler (intercedendo pela preservação da Bauhaus) e de Le Corbusier a Mussolini (oferecendo os seus serviços), dificultam ainda mais uma interpretação correta.

Contudo, a ambivalência do processo de transição do Modernismo para o Estilo Internacional, não é exclusivo da arquitetura. A própria época manifestou falta de clareza e de direção, o que foi favorável à ascensão dos partidos fascistas. Sob o disfarce de defensores dos direitos dos trabalhadores, Estaline (secretário-geral de 1924 a 1952), Mussolini (primeiro-ministro de 1922 a 1943) e Hitler (chanceler de 1933 a 1945), adotaram um discurso oficial que ia ao encontro dos desejos da classe trabalhadora e da classe média. Antes da guerra, Mussolini foi secretário do Partido Trabalhista e trabalhou para o Partido Socialista; Estaline ascendeu dentro do Partido Comunista; Hitler enveredou pela política ao associar-se ao Partido dos Trabalhadores Alemães (DAP), um partido de extrema-direita anticapitalista, antimarxista e nacionalista, posteriormente transformado no Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP, vulgarmente conhecido por *partido nazi*). A dissociação entre estes conceitos não possuía um caráter de dicotomia, como lhes é atribuído hoje. E a distinção entre arquitetura tradicional e arquitetura de vanguarda nem sempre teve o mesmo valor.

Em 1896, o arquiteto e diplomata Hermann Muthesius (1861-1927), foi nomeado adido cultural da Embaixada Alemã em Londres e nos seis anos seguintes, dedicou-se a estudar a arquitetura daquele país. A sua missão estava inserida no contexto de Revolução Industrial na Alemanha, impulsionada pela política de Bismarck (chanceler de 1871 a 1890) e pela unificação do Império Alemão (1871-1918), um período no qual a indústria alemã ficava aquém da inglesa. Muthesius publicou os resultados da sua investigação: *Arquitetura Inglesa Contemporânea* (1900, sobre edifícios governamentais, institucionais e comerciais), *Arquitetura Religiosa Recente na Inglaterra* (1901) e *Arquitetura de Estilo e Construção* (1902) onde expõe e defende as ideias do Movimento Arts & Crafts, embora não rejeitando o progresso da produção industrial como William Morris. Na perspetiva de Muthesius, a cultura e arte precisavam de revitalização urgente, unindo-se à indústria e à tecnologia, para gerar uma nova sociedade. Viria a ser esta a visão da Deutscher Werkbund (*Associação Alemã de Artesãos*), da qual foi um dos fundadores em 1907, Em 1907, foi um dos fundadores da juntamente com outros onze arquitetos. Entre os fundadores figurava também Peter Behrens, que viria a ser mentor de alguns dos grandes nomes do Movimento Moderno, como Mies van der Rohe, Walter Gropius, Le Corbusier e Adolf Meyer.

De regresso à Alemanha, Muthesius publicou *A Casa Inglesa (Das Englische Haus, 1904)*, onde divulgou a arquitetura de habitação, praticada por jovens arquitetos ingleses vanguardistas. O abandono da arquitetura de estilo, defendida por muitos na viragem do século, significava igualmente o abandono da estética elitista das Belas-Artes, dirigindo-se para a realidade da classe média. A Arte Nova pretendia superar a decadência, mas rapidamente se tornou evidente que a raiz do problema eram as dissociações entre o artista, a sociedade, a arte, a técnica e a indústria. A sistematização do conhecimento da casa tradicional durante o século XIX estava a servir de base para a aproximação dos arquitetos em direção à realidade, sobretudo da classe média, que exigia uma arquitetura *do seu tempo*. Com a atenção dos arquitetos voltada para a casa de campo (*cottage*), tornou-se possível o seu cruzamento com a filosofia de Nietzsche, a inovação tecnológica, o progresso da indústria e o projeto de reforma social. Esta combinação permitiu uma expressão plástica totalmente nova, assente na sabedoria de séculos de evolução da habitação, nos novos meios de construção e

numa visão social global. Quando se deu início à República de Weimar, reuniram-se as condições para uma *nova* arquitetura, que viria a ser o modelo da habitação do século XX. Os projetos de habitação coletiva da década de 1920, financiados pelo Estado, deram aos arquitetos a oportunidade há muito desejada.

Considerações Finais

Na Alemanha, o nacionalismo que começou por ser liberal, tornou-se reacionário durante o período do Império Alemão. O sentimento de inferioridade do país, que se esforçava por deixar para trás o seu carácter rural, deu lugar ao orgulho nacional, por ser a maior potência económica europeia em 1900. A derrota na Primeira Guerra Mundial fez despertar na população o sentimento de humilhação, associando-se à nostalgia do apogeu. Este conservadorismo veio a ser amplamente explorado pelo nazismo, que promoveu a cultura popular como motivo de orgulho e fundamento da identidade nacional. A crença na superioridade da raça veio colmatar a vergonha, alimentando um mecanismo desequilibrado de oscilação entre extremos, que se iria repetir com a derrota na Segunda Guerra Mundial e a recuperação económica do país nas décadas de 1950 e 1960.

Na Itália, o fascismo identificou-se com a estética do Modernismo, pois defendia a palingénese (o renascimento ou a recriação da cultura e da sociedade). Contudo, o Modernismo italiano não comungava do conteúdo ideológico do original alemão, uma vez que o conteúdo de *esquerda* era considerado subversivo e foi erradicado. Com a mesma expressão formal, mas sem o conteúdo que lhe conferia vida, a vanguarda modernista foi forçosamente associada às grandes renovações urbanas dos regimes fascistas. Na prática, ocorreu uma variante do mesmo desvirtuamento que ocorreu nos Estados Unidos com a vulgarização do Estilo Internacional. O Modernismo teve uma continuidade formal, mas não ideológica, tendo-se tornado apenas mais um *estilo*, imposto pela classe dominante à restante população. Este desvio total da sua origem conduziu rapidamente ao seu ocaso e à contestação da geração seguinte. Porém, o Pós-Modernismo viria a ser um fogo-fátuo, pois afirmou o fim da Modernidade sem ter conseguido proporcionar alternativas capazes. Nas décadas de 1960 e 1970, a arquitetura foi novamente puxada na direção da realidade do dia-a-dia, com a vontade de abraçar a complexidade da construção quotidiana, na esperança de que ocorresse uma revitalização salutar. O resultado é a mesma sensação de há cem anos, de que a tecnologia destruiu a arte e de que há um vazio por preencher.

No Reino Unido, o nacionalismo não teve uma expressão tão extrema quanto nos regimes fascistas do continente e a arquitetura tradicional seguiu o seu curso natural de há séculos. Na realidade, grande parte da população continua a habitar em casas ao estilo tradicional e possui hábitos semelhantes aos seus antepassados de há séculos. A evolução da habitação sempre foi gradual e fruto da necessidade. A interferência do arquiteto no processo teve como consequência uma tipologia de uso corrente que em nada apela às memórias ancestrais que proporcionam equilíbrio psíquico. A casa de campo surge novamente como modelo, sob a capa da construção sustentável. No imaginário de quem habita na cidade, a casa tradicional surge como símbolo da vida ligada à natureza, em harmonia com os seus ciclos e leis. Os arquitetos contemporâneos, formados em ambiente académico, estão relutantes em

abandonar o seu estatuto de artistas, tal como aconteceu com os seus antecessores das Belas-Artes há cem anos atrás. A questão da sustentabilidade, embora em si mesma seja débil do ponto de vista teórico, contém o potencial de recuperar os valores e os ideais românticos no seu melhor, quando em 1800 os filósofos e os poetas alemães discorriam sobre a dinâmica entre a necessidade da Natureza e a vontade do Espírito. O arquétipo da casa tradicional, pode desempenhar para o Homem contemporâneo a função terapêutica de reaproximação às suas necessidades espirituais mais profundas – papel que desempenhou para os arquitetos *avant-garde* do século XIX. No sentido inverso, a não reflexão sobre a sustentabilidade num ponto de vista filosófico, poderá desencadear um conservadorismo retrógrado, nostálgico, de abandono da cidade para regressar à vida simples do campo, como solução rápida para o vazio espiritual.

Bibliografia

- BERLANSTEIN, Lenard, ed. lit. – **The Industrial Revolution and Work in Nineteenth Century Europe**. London & New York: Routledge, 2005. ISBN 0-203-41591-4.
- BOIME, Albert – **Art in an Age of Civil Struggle, 1848-1871**. 5th Ed. Chicago & London: University of Chicago Press, 2007. (A Social History of Modern Art, vol. 4). ISBN 0-226 06328-3.
- DURAND, Jean-Nicolas-Louis – **Précis des leçons d’architecture données à l’École Polytechnique**. Premier volume. A Paris: Chez l’auteur, à l’École Polytechnique, 1802.
- FRAMPTON, Kenneth – **Historia Crítica de la Arquitectura Moderna**. 4^a edición ampliada. Barcelona: Gustavo Gili, 2009. ISBN 978-84-252-2274-0.
- HENIG, Ruth – **The Weimar Republic, 1919-1933**. London & New York: Routledge, 1998. ISBN 0-203-04623-4.
- HÜBSCH, Heinrich, et al.; HERRMANN, Wolfgang, introduction and translation; MALLGRAVE, Harry Francis, ed. – **In What Style Should We Build? : The German Debate on Architectural Style**. 7th Ed. Los Angeles: The Getty Research Institute, 1998. (Texts & Documents Series). ISBN 0-89236-198-0.
- KERR, Robert – **The Gentleman’s House: Or, How to Plan English Residences, from the Parsonage to the Palace**. London: John Murray, 1865.
- KITCHEN, Martin – **A History of Modern Germany, 1800-2000**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. ISBN 1-4051-0041-9.
- LAUGIER, Marc-Antoine – **Essai sur l’architecture**. Nouvelle Edition. A Paris: Chez Duchesne, 1755.
- MALLGRAVE, Harry Francis, ed. lit. – **Architectural Theory, volume 1: an Anthology from Vitruvius to 1870**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. ISBN 1-4051-0257-8.
- MUTHESIUS, Hermann; ANDERSON, Stanford, introduction and translation; MALLGRAVE, Harry Francis, ed. – **Style-Architecture and Building-Art: Transformations of Architecture in the Nineteenth Century and Its Present Condition**. 7th Ed. Los Angeles: The Getty Research Institute, 2000. ISBN 0-89236-282-0.
- MUTHESIUS, Hermann; SELIGMAN, Janey, trad. – **The English House**. London: Crosby Lockwood Staples, 2007. ISBN 978-07112-2688-3.
- RYKWERT, Joseph – **A Casa de Adão no Paraíso: A Idéia da Cabana Primitiva na História da Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 2003. ISBN 85-273-0321-3.
- SEMPER, Gottfried; MALLGRAVE, Harry Francis, trad.; HERRMANN, Wolfgang, trad. – **The Four Elements of Architecture and Other Writings**. Cambridge: University Press, 1989. ISBN 0-521-35475-7.
- TURNER, Thomas Hudson – **Some Account of Domestic Architecture in England**.

Oxford: T. Hudson Turner, 1851.

Telhados de Tesouro de Tavira – Modelos e Tipologias de Casas Nobres da Ribeira com telhados múltiplos

Ana Isabel Nascimento Santos

Universidade de Évora

ains.arquitectura@gmail.com

Resumo

O *telhado de tesouro*, tipologia de cobertura tradicional com estrutura em madeira resulta num elemento construtivo original presente na paisagem urbana de algumas cidades do Algarve desde o séc. XVI. Distingue-se dos comuns telhados de tesoura: pela complexa estrutura interior de madeira que assenta diretamente nas paredes-mestras de cada “casa” ou espaço (telhados múltiplos), inclinação superior a 45 graus, linha a um terço da altura, remate em beiral revirado, forro em caniço (isolante natural), telha de canudo proveniente de telheiros locais e pela carga simbólica associada a um modelo construtivo complexo e dispendioso e que confere valor de nobreza aos edifícios por eles rematados.

Incidem no território português em cidades-porto ligadas na maioria à empresa dos descobrimentos e na Madeira. Terão existido ao longo da Rota do Cabo em espaços onde a presença de estaleiros navais e conhecimentos complexos em marcenaria eram essenciais para a sua execução e onde o cruzamento da tradição de construir portuguesa com diferentes tradições em África e na Ásia gerou uma evolução para a época.

Têm em Tavira, principal cidade-porto do Algarve no séc. XVI a maior dispersão. A posição geoestratégica no apoio às praças marroquinas e consequente expansão do aglomerado desde 1415, assim como a fraca afetação por parte das catástrofes que assolaram o país no séc. XVIII devido à posição face às ilhas-barreiras da Ria Formosa tornaram possível a manutenção de alguns exemplares que foram sendo replicados até à atualidade apesar do apogeu do turismo desde os anos 60. Acrescentam-se os motivos funcionais que passam por gerar espaço através da cobertura em núcleos urbanos consolidados e pela forma como tornam os espaços de habitação mais frescos devido à concentração de ar quente na cobertura o que acusa o seu estranho aparecimento numa região do sul do país.

Palavras-chave: *telhados de tesouro*, Tavira, ribeira, arquitetura, casa nobre.

Introdução



Figura 1 - Vista aérea de Tavira, 1960; fonte: Algarve Visto do Céu, P. Argumentum; original: Arquivo CM Tavira

A necessidade de enquadrar e caracterizar atualmente os *telhado de tesouro* e sistematizá-las com dados precisos sobre a genealogia, dispersão e incidência pressupõe entender as suas características, geografia e influências o que significou o motivo principal para o desenvolvimento desta investigação. Às influências sociais e económicas, relevantes para o seu aparecimento, este estudo pretende entender uma tipologia arquitetónica desenvolvida desde o séc. XVI e que por ter uma raiz sólida, carácter nobiliárquico e erudito chega até à atualidade. Assiste-se porém ao seu desaparecimento progressivo e a necessidade de inventariação através de um estudo arquitetónico que possa ser transmitido às gerações vindouras e que auxilie nos trabalhos de reabilitação e revitalização de edifícios que as tenham de raiz mostra-se urgente e necessário.

Quanto ao seu enquadramento e na tentativa de caracterização da arquitetura algarvia em que se insere a maioria dos exemplares José Eduardo Hora Correia é o primeiro autor a tentar uma síntese das suas características. Na articulação com a história e valor do património construído no Algarve, referiu-se ao contributo da arte e arquitetura Manuelina da região, explicando que “... é já hoje aceite pacificamente a originalidade do “Manuelino” algarvio de

Alvor e Estômbar à Luz de Tavira ou de Monchique a Loulé.” (Correia, 1991); a formação das escolas decorativas de pedreiros locais, com a escola de Tavira, Moncarapacho e Cacela, para além da arquitetura religiosa, onde destaca a arquitetura de habitação urbana e rural algarvia. Num enquadramento mais próximo destaca, (principalmente na obra *Algarve em Património*) a coerência presente nas casas nobres de Tavira nomeadamente na tipologia de “casa fundada a partir do séc. XVI de que a presença do telhado de tesouro é a característica principal”.

Já Carminda Cavaco no volume II - Vilas e Cidades da obra *Algarve Oriental* destaca o papel de Tavira, a “principal” do Algarve do Séc. XVI como porto difusor e recetor das novidades bem como a arquitetura civil que surge ligada ao passado nobilitário da cidade que recebe a corte para mais facilmente controlar as praças-fortes de Marrocos e que reúne no seu centro paradigmas de um passado construtivo de grande valor poupado pelo terramoto de 1755.

O geógrafo Orlando Ribeiro, redige um capítulo a propósito das açoteias de Olhão e os telhados de Tavira (1961, pp. 53-146) e, nesta visão Ribeiro convida a relacionar os Telhados de Tavira com exemplares de arquitetura oriental pelas características semelhantes dos exemplares de cobertura existentes nos territórios do sul português e na Índia. Maria Isabel V. Afonso (2006, pp.50-55) interpreta que telhados de tesouro são “coberturas múltiplas de quatro águas muito inclinadas cujo beiral assenta quase horizontalmente na parede”. Aqui destaca as diferenças em relação aos outros telhados múltiplos existentes em Portugal que residem no facto de aqui haver, de preferência, um telhado por cada divisão e de a inclinação das quatro águas ser mais acentuada, o que transforma a transição suave até ao beiral, vulgar noutras zonas do país, numa curva quase angular. Quanto às relações orientais abordadas por Ribeiro na sua obra, a autora redige: “Pensamos, assim, que os telhados algarvios não foram inspirados nos pagodes da Índia e da China, mas antes importados da Índia, onde nasceram como criações indo-portugueses, fruto do encontro de culturas. No Algarve, recebem o encurvamento dos perfis, embora este já existisse em telhados anteriores ao conhecimento do caminho marítimo para o Oriente(...)”(Afonso, 2006, pp. 50-55). Mas Maria Isabel Afonso contesta e com razão, a inexistência de qualquer funcionalidade nos telhados de tesouro defendida por Orlando Ribeiro que diz “(...) os telhados múltiplos não têm qualquer função de recolha de água, e não correspondem portanto a nenhum fim utilitário.” (Ribeiro, 1961, pp. 53-146) o que leva a querer que daí parta a relação com outros espaços ao longo da Rota do Cabo como Luanda ou Goa onde se conhece a existência de construções com telhados múltiplos de raiz semelhante e que podem vir a ser alvos de investigações futuras que as relacionem com os *telhados de tesouro* de Tavira.

1. A vida litoral, as cidades-porto e os novos espaços da Ribeira: desígnios do urbanismo quinhentista

As implantações junto ao mar estimularam uma vida de relação quase vital. As cidades marítimas na orla do continente: abertas para o mar mas estabelecidas em sítios isoláveis da terra firme, promontórios escarpados, ilhas rochosas ou acrópoles inacessíveis, dominavam o porto e os caminhos que lá conduzem.

Na génese dos aglomerados litorais ou da proximidade de rios com foz no mar a rede urbana estruturou-se e completou-se em função da cabotagem das embarcações e dos portos que melhores condições ofereciam para a ancoragem e desembarque. O aumento da circulação concordou com o desenvolvimento económico e comercial que torna necessário dotar as aglomerações medievais mais importantes - dominadas por ruas estreitas - com vias em que o atravessamento e escoamento do trânsito se fizesse naturalmente e atraísse o comércio dos novos produtos vindos dos territórios recém-conquistados.

Com o incremento da riqueza nas cidades litorais acumulam-se preocupações com a defesa que explicam a implantação das cidades com funções comerciais e ligadas à navegação afastadas da foz dos cursos de água mas que apresentem uma base de construção rápida mas robusta. Passam a apresentar-se recuadas no seu estuário ou curso, como sucede em Lisboa ou no Porto mas também no caso das recém-conquistadas, desde a Conquista de Ceuta em 1415, que beneficiaram com o negócio dos descobrimentos como Lagos, Faro e Tavira.

O advento de novas ideologias modernistas, atrai a mudança das condições económico-sociais e à tradicional economia feudal sucede uma economia de base comercial que em muito contribuí para a vocação marítima e política expansionista.

Com o Renascimento e com a emergência de novas conceções estéticas começa a olhar-se com desagrado para as cidades medievais de ruas sujas e apertadas o que gera reajustes na forma de pensar e projetar a cidade. Por estas questões desperta-se a problemática da ampliação do aglomerado urbano e das habitações. Ainda nesta altura observa-se que a documentação passa a dar grande importância ao espaço público, designadamente no que respeita à regulação e traçado de ruas, utilizando um padrão funcional já de natureza mensurável, do qual resulta uma expressão bem documentada: traçar “de cordel” ou “por cordel”” .

O desenho base da cidade da modernidade incluía agora uma grande praça/ terreiro, maioritariamente quadrangular, que se identificava como o centro do aglomerado. Daí, definiam-se as restantes ruas e quarteirões segundo uma malha tradicionalmente ortogonal e, aos espaços onde existia maior densidade comercial correspondiam-lhe já na mesma proporção os estratos sociais mais elevados.

Á zona ribeirinha, área principal de desenvolvimento das cidades-porto, com quarteirões perfeitamente estabilizada e conservada após o século XVI, apresenta um traçado de clara intenção ortogonal, definido em relação à margem de rio, o seu eixo gerador. Este vem mais tarde a tornar-se no modelo de cidade marítima portuguesa que se afirma a partir dos finais do séc. XV, e tem o seu auge nas transformações ocorridas em Lisboa durante o reinado de D. Manuel I daí, exportado para todas as novas situações coloniais. As denominadas “Ribeiras” de todas as cidades do reino começaram por ser espaços, sempre na margem de um rio ou à beira-mar, onde acontecia tudo o que se preteria na zona “nobre”. Com efeito, tal como na Ribeira de Lisboa, modelo para as restantes quer no Reino quer no Império Ultramarino, verifica-se em Tavira a associação dos vários equipamentos portuários no espaço da Ribeira – praia, porto, alfândega, estaleiro naval e mercado (Caetano, 2009). Para isto foi necessário ampliar o aglomerado urbano e definir regras para o seu desenvolvimento, regras essas aplicando conceitos-base de ordem e proporção fundamentalmente militares.

A Ribeira de Tavira

O espaço da Ribeira de Tavira foi crescendo e consolidou as suas estruturas com referência na margem sul do rio Gilão, à semelhança das ribeiras de Lisboa ou do Porto. A aproximação da cidade ao rio e ao mar assim como o desenvolvimento da sua actividade portuária são motivos para o apogeu da sua evolução urbana. Acrescem a estes, o facto de ter-se verificado que, a área da Ribeira de Tavira, se circunscreveu, na generalidade, de um lado da cidade até à segunda metade do séc. XX, o que faz compreender que o início da Época Moderna foi, com efeito, “esplendoroso” para as construções na área da “Ribeira”.

É interessante observar tanto na cartografia como na documentação de Tavira, a apropriação desta realidade (a Ribeira) que se vai complexificando e consolidando durante os séculos XV e XVI. Assim, de um conceito generalizado de “ribeira” enquanto espaço ainda à margem, onde se doam pardieiros (casebres/choupanas) em 1287, passamos à afirmação de um espaço identificado na cidade, a “(...) praça da ribeira(...)” onde, em 1415, já se formalizavam testamentos e, finalmente, à expansão habitacional da zona, agora privilegiada, confirmada pela estadia, em 1573, de D. Sebastião nas Casas da família Corte Real no bairro da Ribeira (Iria, 1976, p.114).

O novo Foral que Tavira recebe em 1504 dá-nos, a certa altura, um claro testemunho da realidade da construção naval e da multiplicidade de materiais necessários para equipar um navio, objetos estes que se guardavam nestes edifícios e/ou que povoavam a paisagem ribeirinha, muitas das vezes utilizados na construção ou ampliação das casas nobres dos proprietários ligados aos negócios navais: “E quaisquer pessoas que fizerem navios ou naus de cento e trinta toneladas para cima, não pagarão dízima nem algum direito de portagem de mastros, madeira, ferro, armas, velas, remos, mantimentos, breu, cevo, e de quaisquer outras coisas que, para fazimento das naus e navios e reparo e armação sua, lhe forem necessárias, posto que venham pela foz. E se os vizinhos da dita vila fizerem naus ou navios, caravelas ou barcas, menos da dita quantia, não pagarão os ditos direitos, solto das coisas que lhe vierem pela foz do dito reino do Algarve, ou sejam pessoas, que tenham, por ofício de fazerem alguns dos ditos navios para vender e não para seu uso”.

A elevação de Tavira a cidade surge numa altura em que era necessário exercer a administração e controlar os territórios do Norte de África, pelo que a sua arquitetura acompanha também essa expansão, imagem do poder e ambição do português desta época.

O aumento demográfico progressivo requer a expansão da cidade homogénea pelas margens do rio, depositando as habitações paralelas ao seu curso, que serviriam também elas como armazéns para matérias e utensílios necessárias aos estaleiros no piso inferior e que convergiam de igual modo para o rio. Nas zonas ribeirinhas, a jusante da ponte, formam-se quarteirões paralelos ao rio de uma regularidade denunciadora do cumprimento de normas urbanísticas modernas. Os edifícios são encomendados ao “estilo romano”, inconfundivelmente marcados pela sobriedade e pela clareza das formas.

A partir do séc. XVII com a perda de importância da cidade, assoreamento do rio e perda de territórios conquistados, o que leva a querer que a maior evolução urbana e qualidade arquitetónica desta época com a deslocação massiva de estratos sociais do reino para esta cidade. “ E daqui em diante começou a nobreza de Tavira, uma a abater-se outra a aniquilar-se” acompanhando provavelmente o declínio do porto (Castro, 1971, pp.576-580).

2. Telhados múltiplos portugueses: os telhados de tesouro



Figura 2 - Corte do Palácio da Inquisição. Primeira residência dos Vice-Reis em Goa. Desenho segunda metade do século XVIII; fonte: Gabinete de Estudos Históricos de Fortificação e Obras Militares, Lisboa.

Da arquitetura militar à arquitetura civil: a casa-torre

Na génese das construções modulares do séc. XVI estão as casas-torre, incluídas no Algarve muitas das vezes no sistema de defesa do litoral (desenvolvido por D. Dinis no final do séc. XIII) e destinavam-se maioritariamente a famílias nobres com funções militares. “Os primeiros solares eram simples torres quadrangulares, extremamente pesadas nos seus grossos muros, com poucas aberturas (...) tratar-se-iam de novos edifícios destinados a suprir um determinado número de solicitações, nomeadamente como fortalezas e casa de habitação” (Azevedo, 1988, p.8).

A planta quadrangular compacta, derivada da casa-torre, combina-se aqui com as coberturas múltiplas de telhado de tesouro. Elevadas e colocadas em sítios de fácil controlo visual eram por vezes maciças e geralmente de pequenas dimensões. Edificadas com dimensões e expressão comparáveis às das torres dos primitivos solares do norte assemelhavam-se ainda mais na medida em que no Algarve seriam rebocadas e caiadas.

Surgem algumas habitações nobres que, não se confundindo com o modelo, terão dele herdado a planta quadrangular, o aspeto compacto e o desejo de construir em altura sendo que dois pisos mais e os elevados telhados de tesouro já constituíam um modelo de construção em altura para época.

A casa-torre possuía normalmente vários pisos de apenas uma sala sem divisões internas e apresentam dois ou três pavimentos soalhados. A entrada era feita através de um destes pisos por uma escada basculante de madeira, que era retirada em situações de emergência e no século XV os andares, principalmente dos pisos térreos, começam a ser dotados com abóbadas de pedra, em substituição da anterior divisão por estruturas de madeira.

Características, incidência e dispersão

O telhado de tesouro resulta numa cobertura que responde a exigências espaciais, programáticas e formais decorrentes das evoluções construtivas da época do seu aparecimento (séc. XVI), materiais disponíveis e qualidade da mão-de-obra designada para a elaboração dos trabalhos que resultaram em fator de novidade e inovação para a época, apenas possível pelo grande conhecimento da "arte de trabalhar a madeira" possivelmente ligada à existência de um grande estaleiro e do aproveitamento das matérias excedentes da construção naval.

Numa fase inicial são aplicados apenas nas “casas da frente” das principais artérias da cidade e replicados pelas divisões principais da habitação (telhados múltiplos). Ao deixar adivinhar o número de divisões da habitação que confere ao modelo um carácter nobilitário pela afirmação do poder do seu encomendador devido ao grande investimento em matérias-primas e mão-de-obra especializada necessária para a sua execução, imagem de uma burguesia mercantil em ascensão com grande ligação aos negócios dos descobrimentos.

São atribuídas aos telhados de tesouro normas construtivas que pressupõem inclinação superior a 45° e o facto de assentarem sobre paredes-mestras, o que permite, no interior das salas nobres, a existência de um teto de caixão do tipo “maseira”.

Não têm uma altura fixa, mas aquela que é dada pela dimensão das áreas das casas que cobrem, pelo que como a sua inclinação sempre igual ou superior a 45°, são tão mais altos quanto maior for o espaço a cobrir, o que gera perfis de grande dinâmica quando conjugados com os seus pares. Quando uma divisão é quadrangular não é possível construir telhados de forma trapezoidal e nestes casos a cumeeira é inexistente e as asnas são suprimidas, tornando um telhado em forma piramidal quadrangular.

Quanto à estrutura interior em madeira, as asnas simples do período do Renascimento, são de geometria elementar, constituídas por linha e pernas e em alguns dos casos pendural.



Figura 3 - Palácio da Galeria, *telhado de tesouro* sobre a loggia; fonte: FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Ana Algarve. *Arquitecturas e Espaços Renovados*. p.122.

O comportamento estrutural de uma asna simples é equivalente a um arco de 3 rótulas: o esforço atua sobre as pernas, que trabalham à compressão e a linha absorve a componente horizontal deste esforço. A componente vertical é compensada pela reação vertical do apoio. O elemento vertical (pendural) surge posteriormente, para facilitar a união entre as pernas

No caso das asnas de tesoura a linha passa a estar carregada a meio-vão e sujeita para além da tração, à flexão e ao esforço de corte nesta zona, o que agrava a deformação ao longo do tempo conferindo-lhe o perfil hiperbólico quando colocado na união de outro elemento de cobertura com as mesmas características.

As tradicionais ligações eram feitas por samblagem, um método que exigia a transmissão de esforços feita por atrito e compressão na interface entre os elementos a unir. Normalmente feita por dentes que asseguravam a perfeita conexão entre as peças ao prevenir os deslizamentos laterais das mesmas.

Diferem dos vulgares telhados de tesoura na medida em que quase todos os telhados de duas ou quatro águas (e seus derivados) utilizam asnas ou tesouras na sua estrutura, fazendo com que essa designação não estabelece a diferença entre os telhados de tesouro e os restantes telhados de quatro águas. Têm geralmente os níveis ou linhas (traves horizontais que ligam as pernas da asna ou tesoura) implantados a cerca de dois terços da altura interna dos telhados (asna francesa). E nos que cobrem um só compartimento, as linhas integram frequentemente uma armação horizontal atravessada por uma trave que as une pelos pontos médios e as liga às “pernas” axiais das tacaniças (as duas águas do telhado mais pequenas). Há ainda quatro traves que unem os últimos cruzamentos da armação aos barrotes dos rincões.

Nos telhados verdadeiramente piramidais que cobrem divisões quadrangulares, essas armações, simplificadas, ficam reduzidas, a dois Xx cruzados a 45° que fazem com que se perca completamente a noção de asna ou tesoura - as aspas.

O termo tesoura terá tido origem nas asnas que o compõem, enquanto que o termo tesouro terá surgido por uma mudança de género, como aconteceu com outros vocábulos. A escolha do termo tesouro teve apenas em conta distingui-los dos habituais telhados com asnas de tesoura, pois como demonstramos nesta investigação apresentam diferentes características principalmente a nível da estrutura interior apesar de pelo exterior serem bastante semelhantes.

Segundo Orlando Ribeiro, podem ver-se telhados múltiplos nas seguintes cidades (todas as gravuras no volume 3º, os respetivos números entre parêntesis): Diu; Baçaim; Chaul; Goa; Barcalor; Mongalor; Cananor; Cochim; Columbo; Negapatão; Malaca; Solor. O seu uso seria portanto bastante geral em cidades do Oriente, onde a dominação portuguesa durou algum tempo ou sem as quais Portugal manteve relações frequentes de navegação e comércio nos séculos XVI e XVII.

Em Luanda, alguns núcleos de telhados múltiplos surgiram, salvos da “sistémica destruição”(Batalha, 1950). Aqui, todos os estabelecimentos portugueses foram autênticas criações, ao mesmo tempo feitorias e fortalezas, em locais escolhidos pelas vantagens defensivas e facilidades de comunicação. Resultaram em fator de inovação para a época de quinhentos, possível pelo grande conhecimento da "arte de trabalhar a madeira" ligada à existência de um grande estaleiro naval e do aproveitamento das matérias-primas excedentes da construção naval, onde o reaproveitamento dos troncos mais curtos ou menos resistentes que não serviam a construção de grandes embarcações era possível.

Os altos e inclinados telhados permitiam que o ar quente e húmido subisse fazendo com que o espaço habitado da casa se mantivesse mais fresco pela constante circulação de ar dada não só pela presença dos telhados de tesoura mas pela conjugação com as janelas e portas de reixa.

Este tipo de cobertura, que na sua versão mais simples, não apresenta qualquer tipo de teto ficando a estrutura de suporte à vista, permite que o ar quente suba e ative a circulação das massas de ar. A versão mais sofisticada e mais próxima do modelo indiano (goês), mas de utilização rara no Algarve, com um teto plano de reixas, faz exatamente o mesmo efeito. A capacidade relativamente isolante do forro de caniço colocado entre a armação de madeira e a telha, complementa a contribuição para o conforto térmico dos telhados de tesouro (Caldas, 2007). O ar abafado era exteriorizado através de uma estrutura de reixa do interior do telhado (no Algarve normalmente substituído por caniço) e sequentemente pelas telhas em forma de escama que os portugueses logo adaptaram a “canudo” (Carita, 1995).

Em Tavira, cidade onde os telhados de tesouro apresentam a maior dispersão definem o perfil característico da cidade. O seu desenho, de quatro águas muito inclinadas e a cor do barro das telhas tradicionais fabricadas localmente (Santa Catarina) conferem à paisagem urbana uma grande unidade. Confundem-se com a evolução urbana o que indica que o seu início estará provavelmente relacionado com a primeira grande expansão do edificado à altura da sua elevação a cidade (1520), ou seja, a planta do séc. XVI.

A área urbana de Tavira distribui-se e é condicionada morfológicamente por elementos elevados como as colinas/morros de Santa Maria; S. Brás; Santana; as zonas de vale e linhas de água que correspondem aos eixos viários principais da Rua da Liberdade; Alagoa; Fonte Salgada; Bela Fria, os bairros tradicionais das zonas ribeirinhas: da Ribeira e da Carreira de São Lázaro e por um sistema geomorfológico, associado às condições que cria de declive e orientação solar o que provocou a diferenciação, quer em termos de densidade, quer em termos de época de ocupação da estrutura urbana geral da cidade.

O rio, eixo mais marcante da cidade define nas suas margens dois planos: as frentes de rio que são o espelho uma da outra. As elevações pontuam visualmente o perfil da cidade onde se localizam os pontos de referência mais importantes e, o caminho antigo que atravessa a cidade e antiga estrada de Castro Marim a Faro funciona como segundo eixo, perpendicular ao primeiro, em volta do qual se estrutura todo o aglomerado e sobretudo as casas nobres com telhados de tesouro.

Podem observar-se ainda hoje em grande número nas duas margens do rio, ligando-se aos bairros antigos da Ribeira, na sua extensão, na antiga Rua Nova Grande e Rua Nova Pequena, na Corredoura, no largo da Alagoa e ao longo da antiga Carreira de São Lázaro com o bairro do mesmo nome. Em geral estas construções estão associadas a ruas de grande tráfego e muito particularmente ao Caminho Antigo que seguia de Castro Marim, passava o rio e se dirigia para Faro (Cavaco, 1976).

As frentes urbanas são definidas pela sucessão de fachadas, geralmente de dois pisos, com portas e janelas de peito no primeiro e sacada no segundo, paredes caiadas, beirado com cornija e telhado de tesouro. Assim se compõem conjuntos muito homogéneos que pela sua grande extensão e repetição denunciadora de normas estilísticas modernas conferem-lhe carácter monumental ao perfil das ruas.

1. Casas Nobres com *telhados de tesouro* da Ribeira de Tavira

Nos lotes maiores a construção desenvolve-se à volta do logradouro numa série de volumes de dois pisos interligados por galerias ou terraços exteriores.

Numa das primeiras zonas de expansão da cidade (séc. XVI e XVII) os lotes têm maior dimensão e as habitações desenvolvem-se em dois pisos, dos quais o primeiro é destinado a ocupação comercial ou armazém. Normalmente os pátios são áreas de passagem em volta dos quais se organizam os volumes da habitação e em muitos casos há também logradouros com árvores de fruto e poços situados na parte posterior das casas e que dão para a rua das traseiras.



Figura 4 - Ribeira de Tavira, 1888 - fonte: Arquivo Histórico CM Tavira.

A tipologia base de casa nobre do séc. XVI presente na paisagem urbana de Tavira representa a standardização do tipo de casa formada nos finais do século anterior, o que corresponde em termos de arquitectura portuguesa ao que poderemos genericamente integrar no chamado “estilo chão” nacional (Correia, 1991). Assemelhavam-se estes primitivos solares a grandes cubos ou paralelepípedos, geralmente de silhueta ou mais raramente de alvenaria, de altura modesta, sendo a sua planta por vezes quadrada, outras vezes retângular (Azevedo, 1988). Nas coberturas a partir do séc. XVIII vão desaparecendo os telhados múltiplos, “substituídos por telhados uniformes de quatro águas, sobretudo nos centros urbanos mais atingidos em 1755, enquanto a escala e a volumetria igualmente se alteram. As maiores mudanças operam-se no desenho dos vãos” (Correia, 1986, p.76).

A inexistência de corredores fazem com que se acrescentem módulos sucessivos, havendo que passar progressivamente por cada uma delas, ou pelo menos, a partir da primeira câmara, até se atingir a mais recuada. A maneira como a sua ampliação era muitas vezes feita, por acrescentamento sucessivo de módulos essenciais constituí a sequência sala-câmaras. A sala surge como a dependência que mais excelentemente caracteriza a casa nobre, pelas suas dimensões acrescidas em relação às restantes divisões e pela multiplicidade de usos que permite. Á sala seguem-se as câmaras, dependendo o seu número da grandeza da própria

habitação. A sequência modelar indicada seria a câmara do paramento ou antecâmara, a câmara de dormir e o guarda-roupa ou trancâmara, colocadas progressivamente por esta ordem umas após outras e com ligação directa entre si, de modo a que a trancâmara seja a mais interior e de acesso mais privado. A esta progressão de intimidade corresponderia também a diminuição das áreas dos espaços por serem precisamente mais reservados e, como tal, com acesso permitido a um número gradualmente mais restrito de pessoas.

Conclusão

A importância dos estudos sobre arquitetura civil e neste caso no Algarve, complexos por se associarem a temas paralelos como a demografia ou as vivências do quotidiano. Estas, levam as investigações a prosseguir mais ricas e globais pelo facto de acompanharem não só as tendências construtivas como o ambiente social de uma dada época.

Uma incorreta diferenciação ou associação direta aos mais vulgares telhados de tesoura existentes um pouco por todo o território português e facto do carácter nobiliárquico do telhado de tesouro não ter possibilitado a sua integração nos volumes de *Arquitetura Popular Portuguesa* tem vindo a revelar-se devastadora para este tipo de cobertura atípica. A falta de estudos que lhe conferem a importância que merecem, sob pena do desaparecimento da informação com a cada vez menor e envelhecida mão-de-obra qualificada tem-se revelado uma ameaça para a sua manutenção.

Com a evolução tecnológica e a mudança constante de hábitos e gostos, os edifícios tendem a ser alterados ou até mesmo a desaparecer muito em parte (no caso específico do Algarve) pela devastação que o património assiste pelo desenvolvimento do turismo de massas na região o que em muitos casos deu origem à destruição gratuita de muitos destes exemplares.

Sobre os telhados de tesouro e quanto aos edifícios que lhe correspondem, com clara influência militar e renascentista seriam facilmente reproduzidos ou reconstruídos sobretudo em períodos de guerra traduziram-se mais tarde como importantes elementos sobreviventes a correntes de estilo que ultrapassaram séculos e que chegaram até nós como repositórios de técnicas construtivas tradicionais, memória da arquitetura de casas nobres da época de quinhentos.

O grande poder de adaptação e absorção de influências dos portugueses da época de quinhentos a diferentes contextos e culturas levou à criação de um modelo construtivo erudito por se adaptar facilmente às novas necessidades e desafios programáticos em diferentes contextos e culturas, para lá das correntes de gosto efémeras.

Bibliografia

- AZEVEDO, Carlos - *Solares Portugueses: Introdução ao estudo da casa nobre*. 2ª Edição. Livros Horizonte. Setembro, 1988. p.8. ISBN: 9789722401661.
- BATALHA, Fernando Batalha - *A arquitectura Tradicional de Luanda – Angola, Arquitectura e História*. Luanda: 1950. ISBN: 9789726996811.
- CAETANO, Carlos - *Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (séc. XV – XVII)*. Lisboa: Edições Pandora, 2008. ISBN: 9789728247140.

- CALDAS, João Vieira Caldas - *A Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve* [Texto policopiado] Lisboa: Publicação UTL - Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2007. Dissertação de Doutoramento.
- CARITA, Hélder - *Palácios de Goa, Modelos de Arquitectura Civil Indo-Portuguesa*. 2ª Edição. Lisboa: Quetzal Editores, 1995. ISBN: 9789725642436.
- CASTRO V. Damião António de Lemos Faria - *Política Moral e Civil etc. tomo IV*. Lisboa, 1751. pp. 576-580.
- CAVACO, Carminda - *O Algarve Oriental: as vilas, o campo e o mar*. Faro: Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, 1976.
- CORREIA, José Horta - *Arquitectura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. ISBN: 9789722314428.
- IDEM; *O Algarve em Património - Arquitectura Algarvia do Séc. XVI ao Séc. XIX* (tentativa de caracterização) “4º Congresso do Algarve. Racat, 1986” P.71.
- IRIA, Alberto - *Da Importância Geo-Política do Algarve, na Defesa Marítima de Portugal, nos séculos XV a XVIII*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1976. pág. 114.
- ISABEL, Maria Vieira Afonso - *Telhados de Tesouro em Faro, Revista Monumentos*, Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Março, 2006. ISBN: 0265000229686. pp. 50-55.
- RIBEIRO, Orlando - *Geografia e Civilização. Temas Portugueses, - Açoteias de Olhão e telhados de Tavira (Influências orientais na arquitectura urbana)* 1961. pp. 53-146 e 255. ISBN: 9789898268167.

Considerações de Raul Lino acerca das condições que influenciam a arquitectura de cada região.

Francisco Portugal e Gomes

DARQ- Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da

Universidade de Coimbra

fpg.arquitecto@gmail.com

Resumo

Este artigo aborda as considerações de Raul Lino (1879-1974) acerca das *condições que influenciam a arquitectura de cada região*, a partir da análise aos ensaios, “A Nossa Casa” (1918), “A Casa Portuguesa” (1929), “Casas Portuguesas” (1933), L’Evolution de l’Architecture Domestique au Portugal” (1937 A) e “Auriverde Jornada” (1937 B). O estudo reúne um conjunto fragmentário de reflexões sobre o assunto disperso pelas obras citadas, referenciando-as a contributos de outros autores, sintetizando os aspectos fundamentais das considerações de Raul Lino em esquemas gráficos que permitem uma melhor interpretação crítica das sínteses que se podem extrair de cada uma destas obras. O tema ainda não foi objecto de estudo sistematizado e poderá contribuir para a clarificação da evolução do pensamento de Raul Lino não só acerca do que considera serem as *condições que influenciam a arquitectura de cada região*, no período de 1918 até 1937, mas também do seu significado, quer no contexto das pesquisa dos fundamentos da «casa portuguesa», quer no contexto de reafirmação nacionalista da tradição portuguesa que se instala em Portugal a partir de 1936, de combate vigoroso à arquitectura moderna, no âmbito dos restantes nacionalismos Europeus. O estudo também poderá contribuir para um enquadramento das considerações acerca das *condições que influenciam a arquitectura de cada região* que antecedeu a reflexão sobre “aspectos” em que deveria fundamentalmente incidir o “Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa”, (1955-1958), promovido pelo SNA-Sindicato Nacional dos Arquitectos.

Palavras-chave: Raul Lino, «casa portuguesa», arquitectura popular, condições que influenciam a arquitectura de cada região, inquérito.

1. Introdução

Este artigo aborda as reflexões escritas de Raul Lino (1879-1974) acerca das *condições que influenciam a arquitectura de cada região*, centrando-se na análise dos ensaios, “A Nossa Casa” (1918), “A Casa Portuguesa” (1929), “Casas Portuguesas” (1933), L’Evolution de l’Architecture Domestique au Portugal” (1937 A) e “Auriverde Jornada”, (1937 B). A metodologia utilizada neste estudo consistiu em reunir um conjunto de considerações fragmentárias sobre o assunto dispersas pelas obras citadas, sintetizando-as em esquemas gráficos que permitem uma interpretação crítica, referenciando algumas dessas considerações a contributos de outros autores. O tema ainda não foi objecto de estudo sistematizado e poderá contribuir para a clarificação, não só da evolução do pensamento de Raul Lino acerca dessas *condições*, no período de 1918 até 1937, mas também do seu significado, quer no contexto das pesquisas dos fundamentos da «casa portuguesa», quer no contexto de reafirmação nacionalista da tradição portuguesa que se instala em Portugal a partir de 1936, num período de combate vigoroso à arquitectura moderna, no âmbito dos restantes nacionalismos Europeus.

Raul Lino começou a tecer considerações sobre o assunto no livro a “A Nossa Casa” (1918), indicando aí dois factores variáveis que geravam instabilidade na arquitectura doméstica burguesa: um de *ordem psicológica* e outro de *ordem social*. Em “A Casa Portuguesa” (1929), (Ver Figura 1) Raul Lino rejeitou a abordagem tipológica preferindo estudar a arquitectura de cada região a partir da *combinação de elementos arquitectónicos*. O ensaio é uma tentativa de identificação dos *elementos constantes* da arquitectura doméstica portuguesa, enquanto base da caracterização da «casa portuguesa», sendo aí referidos três factores fundamentais que influenciavam a arquitectura de cada região: *Etnografia*, *Clima*, *Paisagem*. Em “L’Evolution de l’Architecture Domestique au Portugal” (1937 A), Raul Lino distingue duas classes fundamentais de condições que apresentam diversidade de região para região: uma *física* e outra *humana*. No livro “Auriverde Jornada”, (1937 B), a *tradição* é uma força de resistência que se opõe às novas ideias e contrária ao movimento transformador gerado pelas *condições modificadas do viver*, conceito analisado e representado na parte final do artigo.

2. Modernidade versus Tradição: Raul Lino e Garcia Mercadal

A definição dos *factores que influenciam a arquitectura de cada região* constituiu uma matéria fulcral das pesquisas à arquitectura popular no século XX, tendo sido ponto de partida para estudos de arquitectura nos dois países ibéricos. Raul Lino não foi o único a reflectir sobre este assunto. Em 1930, um ano após as exposições de Barcelona e de Sevilha, Fernando Garcia Mercadal (1896-1985), publicou o livro “A casa Popular em Espanha”¹, [*La Casa Popular en España*], (ver Figura 2). A pertinência desta obra deve ser enquadrada na sua ligação ao Movimento Moderno e aos C.I.A.M. O interesse de Mercadal pelo estudo da arquitectura doméstica rural espanhola advém em parte da ausência dos estilos históricos. Mercadal, (op. cit. 1930) reconheceu que a disciplina da *Geografia* tinha aberto uma nova

¹ MERCADAL, Fernando Garcia - La Casa Popular en España, Editora Espalsa, Madrid, 1930.

perspectiva de entendimento da *casa tipo rural* enquanto facto predominante em íntima relação com a geografia local. A casa rural isolada seria a que melhor expressava os caracteres de dependência com o quadro geográfico local; havendo locais onde era tão íntima a sua relação com a paisagem que dir-se-ia ser um elemento da natureza que ali se fixou e cresceu como um ser vegetal. Mas, enquanto a *Natureza* em Raul Lino é inspiração, e o *bom gosto* adquire-se por um estudo dedicado, isso é, pelo amor contemplativo da natureza e pela observação das obras dos artistas também nela inspiradas,² para Mercadal a natureza molda a *casa tipo rural*. E o estudo da *casa tipo rural* parte da sua íntima relação com a geografia local. De acordo com Mercadal (1931: p.7), são três os factores fundamentais que influenciam a arquitectura de cada região: ***Clima, Materiais, Estrutura social***:

São factores fundamentais perenes:

- *O Clima*;
- *Os Materiais*.

É factor fundamental variável:

- *A Estrutura social*.

Há semelhança de Raul Lino, também para Mercadal “...os gostos, as modas e os costumes de cada geração, fazem com que a casa careça de uma permanência absoluta”.³ Porém, Garcia Mercadal vai mais longe ao admitir que “...só a perenidade dos factores físicos, clima e materiais tende à formação dois tipos locais, com características para as quais pouco ou nada influenciam os chamados estilos históricos.”⁴

Enquanto “A importância atribuída por Raul Lino ao envolvimento paisagístico da habitação, remete originariamente para a sua formação teórica de juventude nas linhas do pensamento de Emerson, Ruskin e Thoreau, mas acima de tudo, para a sua estrutural sensibilidade romântica, que cultivou ao longo da sua vida.” (Irene Ribeiro, 1994: p.164); para Garcia Mercadal o entendimento da arquitectura rural é inseparável da sua adesão ao movimento moderno e das suas preocupações com os problemas e soluções para a habitação popular no âmbito da arquitectura moderna e do racionalismo dos anos 30 do Sec. XX. Se por um lado, a *poética mistificadora da tradição arquitectónica popular* em Raul Lino, (Irene Ribeiro, 1994: p.157) resulta de um distanciamento em relação à realidade no seu todo, por outro lado, a insistência de Raul Lino no tema, ainda que fragmentada e dispersa, poderá ter contribuído para suscitar o interesse dos arquitectos mais directamente envolvidos no Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, (1955-1958), promovido pelo SNA-Sindicato Nacional dos Arquitectos, a fazerem eles próprios a sua reflexão acerca dos *factores que influenciam a arquitectura em cada região* e na metodologia a aplicar num estudo tendo em consideração esses mesmos factores.

² Cf. LINO, Raul - *A Nossa Casa*. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples. Apêndice. Edição da Atlântida. Lisboa, 1918, p.13.

³ MERCADAL, Fernando Garcia, *La Casa Popular en España*, Editora Espalsa-Calpe, Madrid, 1930, p.8.

⁴ *Ibidem*, p.8



Figura 1: Raul Lino, (1929). “A Casa Portuguesa”, Portugal, Exposição Internacional de Sevilha, 1929, p. 9.

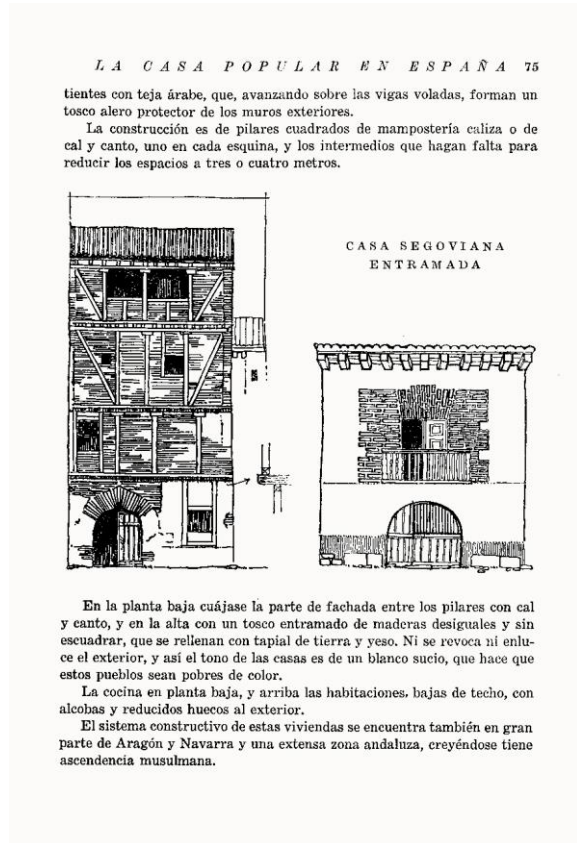


Figura 2: Garcia Mercadal, (1930). “La Casa Popular en España”, 1930, p.75.

3. Três condições fundamentais em Raul Lino

No ensaio “A Casa Portuguesa” (1929),⁵ Raul Lino faz uma caracterização da arquitectura doméstica portuguesa em várias regiões do país, procurando identificar os elementos arquitectónicos fundamentais que conferem identidade nacionalista à arquitectura da *casa portuguesa*, evitando uma abordagem tipológica. Nesse ano em Espanha foram realizadas duas exposições: uma Internacional realizada em Barcelona, virada para a Europa e o mundo industrializado, para onde Mies van der Rohe desenhou o Pavilhão alemão, e a Ibero-americana, realizada em Sevilha, direccionada para o colonialismo em África e na América. O Governo português, através do Ministério do Interior, na preparação da representação portuguesa recomendou aos industriais “da conveniência de se fazer espalhar durante esta exposição, como propaganda, pequenos objectos com manifesto carácter regional.”⁶ O ensaio de Raul Lino é apresentado em Espanha com conteúdo de interesse para o Estado Português e a sua divulgação oficial na exposição insere-se no programa de propaganda da política colonial que Portugal pretendia levar a cabo, transpondo para África os modelos arquitectónicos regionalistas da *casa portuguesa*.

⁵ LINO, Raul - *A Casa Portuguesa. Portugal*. Exposição Portuguesa em Sevilha. Imprensa Nacional de Lisboa. 1929.
⁶ In “O Trabalho Nacional”, nº 94, Novembro de 1927, cit. por Marisa Gonçalves Rodrigues, *A Participação Portuguesa nas Exposições Universais na Perspectiva do Design de Equipamento*. Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Dissertação de Mestrado, 2013, p.44.

Raul Lino, (op. cit. 1929) recordava que a questão colocada trinta anos atrás, sobre se existiria, ou não, um *tipo verdadeiro de casa portuguesa*, decorria duma má interpretação do movimento nacionalista para o «reaportuguesamento» da habitação que encarava o assunto mais como um problema da organização da planta do que uma questão de *ideia geral* de arquitectura:

...dada a variedade etnográfica, e a diferenciação de climas e paisagem que existe no continente, menos é de espantar que não haja um tipo único de casa portuguesa. As condições gerais das províncias do Norte diferem tanto das do Alentejo e Algarve, que, logicamente não-de influir de modo variado na arquitectura doméstica das respectivas regiões. Sendo lar e a cobertura centro e origem de toda a habitação. (Lino, 1929: 6)

A abordagem de Raul Lino é uma rejeição consciente a uma aproximação à questão da *casa portuguesa* através da análise dos *tipos*. É o próprio a afirmar na véspera de completar 92 anos que as viagens que fazia por Portugal, logo desde o seu regresso da Alemanha, aconteceram «no desejo imenso de conhecer a nossa terra, que tinha qualquer coisa de furor».⁷ Raul Lino utiliza neste texto a expressão **condições gerais**, mas pouco ou nada avança na descrição e caracterização da variação das condições nas diferentes regiões, quer da *etnografia*, quer do *clima*, ou da *paisagem*. Não obstante, a partir destas considerações é possível concluir que para Raul Lino, em 1929, **Etnografia, Clima, Paisagem**, constituíam os três os factores fundamentais que influenciavam a arquitectura de cada região, (ver Figura 3):

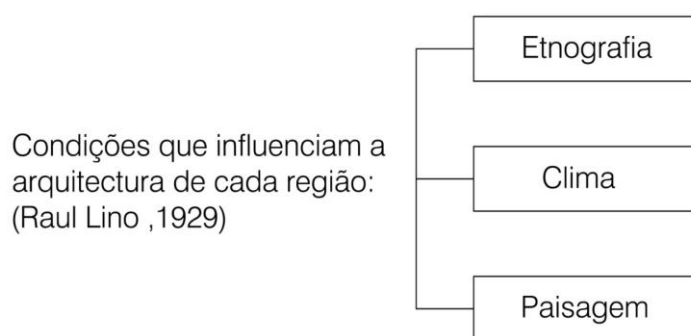


Figura 3: Elaborado pelo autor. Esquema das *Condições que influenciam a arquitectura de cada região*, a partir do livro, LINO, Raul - *A Casa Portuguesa. Portugal*, Exposição Portuguesa em Sevilha, Imprensa Nacional de Lisboa, 1929.

É possível que quando Raul Lino se referia a *condições gerais* incluísse outras circunstâncias além das três citadas, porém, neste reduzido número de condições não

⁷ *A Vida Corre e o Tempo Continua*. Conferência de Raul Lino na véspera de completar 92 anos, por ocasião da Exposição Retrospectiva da sua obra na Fundação Calouste Gulbenkian, in *Diário de Notícias*, 20-11-1970, p.1 e p.8.

aparecem, por exemplo, nem as *influências sociais*, nem as *influências económicas*. Também é de admitir que Raul Lino considerasse que *variedade etnográfica* seriam os *costumes*, os *modos de vida* e *tradições locais* que variavam de região para região; noutros textos e ensaios faz referência às influências das *tradições e costumes locais*, quando abandona a utilização da expressão *variedade etnográfica*.

4. Condições e elementos fundamentais da arquitectura

No livro “A Nossa Casa” (1918), Raul Lino manifestava um grande apreço pela relação harmoniosa da arquitectura com a paisagem e identificava as causas da *corrupção* do gosto nacional que degradavam a harmonia que segundo ele existia:

Até á cerca de 50 anos, em Portugal todas as obras de alguma importância eram projectadas por architectos enquanto que obras de categoria mais modesta, ou rústica, se executavam por gente prática, obedecendo sempre às tradições regionais. Deste modo todas as cidades, vilas e aldeias ofereciam um aspecto agradável e interessante pela harmonia do seu conjunto, sem exclusão da variedade. (...)

Várias foram as causas – umas de origem psicológica, outras de ordem social – que provocaram a tão desastrosa queda no barbarismo de construções que deslustram a maioria das localidades portuguesas e que amplamente atestam a corrupção absoluta do gosto nacional. Uma grande parte, porém, da responsabilidade deste desastre, cabe à introdução de certas publicações francesas que tiveram grande voga em Lisboa, servindo para divulgar entre nós os tipos de construções completamente inadequadas ao nosso país... (Lino, 1918: 14)

Raul Lino (op.cit, 1918) indicava dois factores variáveis que geravam instabilidade na arquitectura doméstica burguesa, um de *ordem psicológica* e outro de *ordem social*, reconhecendo a importância das influências de *ordem psicológica* causadoras da perturbação da *harmonia*. Para ele essas influências irradiavam para o resto do país a partir de Lisboa onde residia grande parte da cultura burguesa portuguesa. Nas cidades de maior dimensão, mais sujeitas às influências externas, a arquitectura estava mais dependente do *factor psicológico* do que nas cidades de província, vilas ou aldeias, onde as influências externas pouco ou nada se faziam sentir, nas primeiras décadas do Século XX. Aí a tradição impedia que o factor psicológico se fizesse sentir, ou se fazia sentir não era suficientemente perturbador da harmonia. Irene Ribeiro (1994), citando o próprio Raul Lino, refere que *harmonia* tão grata a Raul Lino advém de uma *poética mistificadora da tradição arquitectónica popular*: “Como sempre é através do véu suavemente romantizado que Lino acentua a doçura campestre das “casas simples”, sem entrever a real violência de uma ruralidade obscurantista e atrasada: «Não sei de qualificativo melhor quadra a estas casas que o de modestas. (...) As casas não gritam nem se acotovelam para atrair as atenções de quem passa. Tudo é conformidade,

harmonia, uso geral, boa apresentação, boas maneiras, dignidade...honestidade.» (Lino, *Panorama*, 1941).”⁸

Relativamente às condições de *ordem social* Raul Lino não desenvolve o assunto no livro “A Nossa Casa” (1918); aparentemente nunca terá sido sensível às necessidades das populações rurais, nem às carências dos trabalhadores e dos operários. Porém, Raul Lino indicava já nessa obra a existência de duas ordens de influências da arquitectura que viria a fazer referência em obras posteriores e a desenvolver sobretudo em “L’Evolution de l’Architecture Domestique au Portugal” (1937 A)”: uma de *ordem física* e outra de *ordem humana*. Em “A Nossa Casa” (1918), Raul Lino refere que, “...as obras de categoria mais modesta, ou rústica se executavam por gente prática, obedecendo às tradições locais”.⁹ Além disso, a arquitectura erudita e a construção de novas casas estava muito dependente das *influências psicológicas* e das *influências da organização social*. Se por um lado, as casas modestas populares obedeciam às *tradições locais*, na construção das “novas casas” havia a considerar o *factor psicológico* (“gostos especiais e modos de viver do proprietário”) – Raul Lino desenvolve um pouco o assunto no capítulo “Beleza”, do livro “Casas Portuguesas” (1933, p. 71). Para além deste factor, haveria a considerar o sol, os ventos predominantes etc.¹⁰ Ou seja, Raul Lino reconhece a influência do factor físico (condições climáticas) na arquitectura de cada região, e que as *circunstâncias locais* variam; neste ponto apesar de não indicar quais são as circunstâncias, podemos admitir que implicitamente Raul Lino possa ter considerado, *costumes, modos de vida, paisagem, materiais*, etc. (Ver Figura 4):

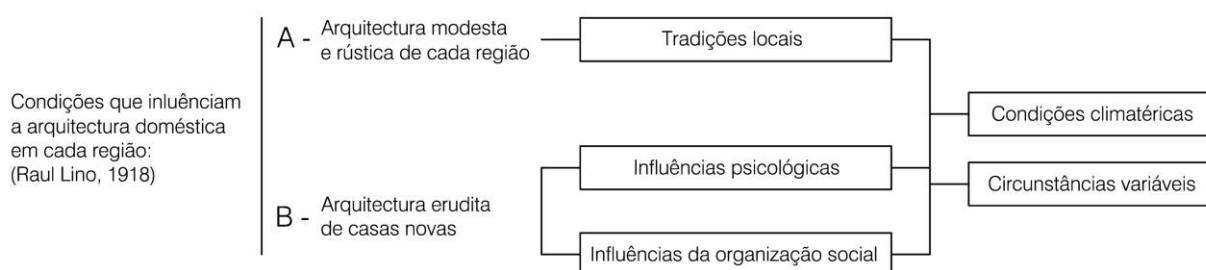


Figura 4: Do autor. Esquema das *Condições que influenciam a arquitectura de cada região*: (Raul Lino, 1918), a partir do livro, LINO, Raul - *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*. Apêndice, Edição da Atlântida, Lisboa, 1918.

No ensaio “A Casa Portuguesa” (1929), Raul Lino não se refere apenas à *arquitectura modesta e rústica de cada região*, mas sobretudo à arquitectura de palacetes e casas senhoriais. O livro ensaia a identificação dos *elementos constantes* da arquitectura doméstica portuguesa, que de alguma forma constituíssem as bases da caracterização da «casa

⁸ RIBEIRO, Irene - *Raul Lino Pensador Nacionalista da Arquitectura*. Edições FAUP. Porto, 1994, p. 157. ISBN 972-9483-04-3.

⁹ LINO, Raul - *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*. Edição da Atlântida. Lisboa, 1918, p.14.

¹⁰ LINO, Raul - *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*. Edição da Atlântida. Lisboa, 1918, p.17.

portuguesa», como aliás sugere Varela Gomes (1993)¹¹. Contudo, evita uma abordagem tipológica necessariamente mais sistemática e abrangente. De salientar também que *elementos constantes* da arquitectura portuguesa não tem o mesmo significado que *elementos primordiais*. Para Raul Lino *elementos primordiais* são: *proporção, linha, volume, cor*. “*E realmente é a proporção base de toda a arquitectura.*”¹²

Se bem que Raul Lino (op.cit. 1929) praticamente não faz referência à palavra *tipo*, em contrapartida recorre frequentemente ao termo *feição*, contudo, não define o seu conceito. Apenas dá exemplos, como este: “*feição arquitectónica mais característica, e que se estende de maneira mais generalizada por todo o país é o alpendre.*”¹³ Por outro lado, não existe uma clara distinção entre *feições* e *elementos arquitectónicos*. É possível que a utilização frequente do termo *feição* signifique uma aproximação ao carácter dos elementos particulares da arquitectura de cada região, vinculados ao seu modo de sentir particular. Apesar de Raul Lino admitir que são as *condições gerais* de cada região que influenciam a sua arquitectura, é a partir da comparação de alguns elementos arquitectónicos característicos da arquitectura de cada região que Raul Lino apresenta as principais conclusões do estudo; algumas surgem logo na introdução do ensaio; Raul Lino considera a *cheminé da lareira* um elemento fundamental da habitação:

Vemos em todo o Sul a cheminé da lareira em grande honra. Por mais modesta que uma casa seja, não lhe falta a sua cheminé – ampla no Alentejo e no Ribatejo, mais historiada em toda a província do Algarve onde os mestres de obra chegam a concentrar e a limitar todo o aparato decorativo da casa nesta única feição; enquanto que a partir da Beira para o Norte, a cheminé perde toda a importância decorativa, chegando a não existir nalgumas regiões onde o escoamento do fumo das lareiras se opera de qualquer modo, inclusivamente pela telha vã da cobertura.
(Lino, 1929: 6)

Evidentemente que estas considerações acerca da *cheminé da lareira* não resultam de uma abordagem regionalista aos modos de vida das pessoas, nem correspondem a um estudo sistemático da organização funcional das habitações, nem da evolução da tecnologia de controlo do fogo no interior da habitação, apenas nos dão conta que as diferenças de clima, costumes, culturas e materiais no Continente influenciam a arquitectura de cada região, e que a *cheminé da lareira* é uma manifestação onde as diferenças se combinam. Aliás a *cheminé* enquanto elemento funcional (de ventilação e extracção de fumos) mas também elemento expressivo e decorativo, passou a ser visto como um símbolo da portugalidade, representativo da arquitectura doméstica portuguesa.

¹¹ Cf. GOMES, Paulo Varela - *O Último Erro de Raul Lino*. In revista “Expresso”, 23 de Janeiro de 1993, 42-R, 43-R.

¹² LINO, Raul - *Casas Portuguesas. Alguns Apontamentos Sobre o Arquitectar das Casas Simples*. Edição Valentim de Carvalho, Lisboa, 3ª Edição Nov. 1943, p.71.

¹³ LINO, Raul - *A Casa Portuguesa*. Portugal, Exposição Portuguesa em Sevilha. Imprensa Nacional de Lisboa, 1929, p.6.

Gottfried Semper (1851) em “*Os Quatro Elementos da Architectura*”,¹⁴ a partir das condições primitivas (*Urzustände*) da sociedade humana fez-nos notar que o primeiro sinal de assentamento humano que resultou do descanso após a caça, a batalha, ou da viagem pelo deserto, foi a criação da lareira e a iluminação da chama do reviver, o aquecimento, e preparação de refeições quentes:

Em torno da lareira reuniram-se os primeiros grupos; em torno dela formaram-se as primeiras alianças; em torno dela foram apresentados os primeiros rudes conceitos religiosos e formados os costumes de um culto. Ao longo de todas as fases da sociedade o coração foi o foco sagrado em torno do qual tudo se formou e ordenou. Foi à volta do primeiro elemento, o mais importante, a lareira [the heart], o elemento moral, que reuniram os outros três: o telhado, o encerramento e o monte, que são os elementos defensores do coração da chama contra os três elementos hostis da natureza. (trad. do autor a partir da versão original, Semper, 1851: 102)

A combinação destes quatro elementos variou com as sociedades, desenvolvendo-se diferentemente sob as mais variadas influências do clima, ambiente natural, etc. (Semper, 1851: 110). De modo aparentemente semelhante também para Raul Lino os elementos fundamentais da arquitectura adquirem diferentes formas e expressões em função do *clima, costumes, materiais e tradições locais*. Mas a selecção de *feições* e elementos arquitectónicos no ensaio de Raul Lino é apenas pessoal, traduz as suas experiências e o seu gosto, não advém de qualquer estudo criterioso. E Raul Lino não vai ao ponto de elaborar uma teoria acerca dos elementos fundamentais da arquitectura. Para além do elemento arquitectónico *cheminé da lareira*, Raul Lino socorre-se da *combinação de elementos* arquitectónicos, de elementos integrados em espaços, ou materiais, que são encarados como *evidências arquitectónicas* que servem de exemplos para estabelecer a comparação entre regiões, ou fazer generalizações como é, por exemplo, o caso anteriormente apresentado do *alpendre*. Mas, há outros, *escadaria principal, pátio e revestimento de azulejo*, são exemplos que servem para corroborar conclusões acerca dos casos que descreve característicos de cada região. Veja-se a propósito da importância atribuída em Portugal, o exemplo da *entrada da habitação*: “No Sul mormente nas cidades, existe muitas vezes o pátio de entrada, a que em geral se liga a escada exterior para o andar nobre, mas quando não há lugar para um pátio, desenvolve-se certo luxo na escadaria principal.” (Lino, 1929: 7)

5. As duas ordens de condições principais: física e humana

Num ensaio posterior, “L’Evolution de l’Architecture Domestique au Portugal” (1937 A), as ideias de Raul Lino sobre as *condições que influenciam a arquitectura de cada região* registam uma evolução. Por um lado, reconsidera a inexistência de um tipo de *casa portuguesa*, dizendo que “a íntima combinação de características não é suficiente para definir

¹⁴ Cf. SEMPER, Gottfried - *The Four Elements of Architecture and Other Writings*. Cambridge University Press. 1851.

um tipo específico de casa portuguesa, porém afirma que “a casa portuguesa existe”.¹⁵ Por outro lado, Raul Lino distingue duas diferentes classes fundamentais de condições que apresentam diversidade de região para região: uma *física* e outra *humana*, [...]“diversités d’ordre physique et humain qui se manifestent sur tout l’étendue.”]¹⁶. Refere ainda que na formação de *todo o tipo nacional de arquitectura doméstica* entram elementos que se relacionam intimamente, sejam eles de *ordem psicológica*, da *organização social dos habitantes*, sejam as *condições físicas da região*. Algumas destas circunstâncias variam com o tempo, outras não registam apreciável modificação com o passar dos séculos:

A planta da casa depende dos costumes locais e do clima do país, e a aparência exterior e interior revela o gosto de seus usuários e das qualidades ou defeitos dos materiais utilizados na construção. A planta, a elevação e a decoração são os três elementos essenciais da arquitectura doméstica que, quando o tipo é bem definido, todos apresentam caracteres particulares.

Temos procurado, nas páginas anteriores, para destacar o que encontramos mais notável na casa portuguesa. Se assim for elementos combinados não são suficientes para dar inteiramente corpo para o tipo absoluto e perfeito do nosso lar nacional, mas não temos receio de dizer que a casa portuguesa existe, E ela não pode ser confundida com qualquer outra, pelo menos quando ao seu exterior e interior.

No geral, temos de admitir que não é no sentido de proporção que reside a nossa força. Podemos ser dotados de uma robusta exuberância na composição global, e uma bastante fantasia na forma pitoresca de lidar com o detalhe mas sempre fomos relutantes em aperfeiçoar o conceito de verdadeira grandeza. (trad. do autor a partir da versão original em francês, Lino, 1937 A: 20).

Raul Lino não refere a existência de influências fixas, mas introduz uma distinção entre as *influências que variam com o passar dos anos*, de outras que *não registam apreciável modificação com o passar dos séculos*. Apesar de não indicar quais são as mais variáveis e quais as menos variáveis, é de crer que em relação às condições menos variáveis se refira às de ordem física, ao passo que as mais variáveis fossem as de ordem humana. Os factores que influenciam a arquitectura já não são exactamente os mesmos que aparecem no ensaio “Casas Portuguesas”, (1929). O número de factores também não é igual. Vemos, por exemplo, que desaparece a expressão *variedade etnográfica*. Designações utilizadas nos textos anteriores que foram substituídas por novas. Se por um lado há uma clarificação das duas grandes ordens de factores, uma de *ordem física* e outra de *ordem humana*, por outro lado, é inegável que existe uma margem de ambiguidade relativamente às condições incluídas em cada uma destas ordens. Não obstante, para além destas duas ordens também se podem distinguir dois grupos de condições:

Primeiro grupo:

- *Influências de ordem psicológica;*
- *Influências da organização social;*

¹⁵ LINO, Raul - *L'Evolution de l'Architecture Domestique au Portugal*. Institut Français au Portugal. Ateliers de «Coimbra Editora, Lda», 1937, p.20.

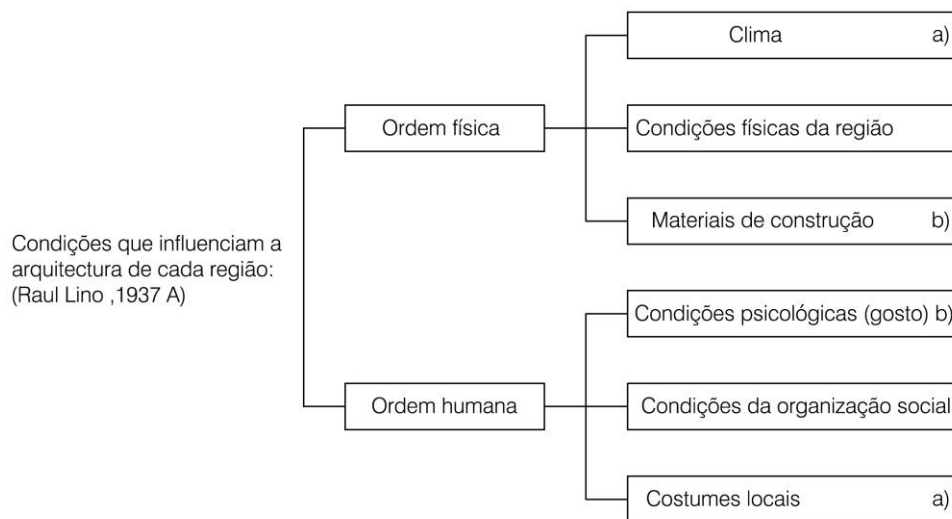
¹⁶ Idem, p. 2.

- *Influência das condições físicas do meio.*

Segundo grupo:

- *Costumes locais;*
- *Clima;*
- *Gosto dos seus usuários;*
- *Materiais utilizados.*

No primeiro grupo Raul Lino utiliza novamente o factor das *Influências de ordem psicológica* que já aparecia no livro “A Nossa Casa” (1918). No segundo grupo surge pela primeira vez os *materiais utilizados*. Sintetizando e tentando compatibilizar as duas ordens de condições principais, a *física* e a *humana* e os dois grupos de factores referidos em cima podemos representar uma síntese através do seguinte esquema:



a) - Segundo Raul Lino são factores que influenciam a planta da casa.

b) - Segundo Raul Lino o aspecto exterior e interior das casas é revelado por estes dois factores.

Figura 5: Elaborado pelo autor. Esquema das *Condições que influenciam a arquitectura de cada região:* (Raul Lino, 1937A), a partir do livro, LINO, Raul, (1937 A) - *L'Evolution de l'Architecture Domestique au Portugal*. Institut Français au Portugal, Ateliers de «Coimbra Editora, Lda», 1937.

No esquema da Figura 5, desaparece a referência a *Etnografia*, e surge a expressão *Costumes locais* no segundo grupo de condições. Acontece ainda uma sobreposição das *Condições psicológicas* do primeiro grupo, com o *Gosto dos seus usuários*, do segundo grupo; Raul Lino sempre se referiu às *Influências psicológicas* como determinando o *gosto e as preferências dos usuários*, pelo que esta duplicação parece ser uma redundância. Relativamente aos *Materiais de construção*, não surgem no ensaio “A Casa Portuguesa” (1929), como condições que influenciam a arquitectura de cada região, apesar de se referir a eles em várias ocasiões. É de admitir que Raul Lino incluísse os materiais de construção no que considerava serem as *condições locais*, ou elementos integrantes da *combinação das condições gerais*. Raul Lino fazia depender a utilização dos materiais das tradições. No ensaio

“L’Evolution de l’Architecture Domestique au Portugal” (1937 A), Raul Lino limita-se a considerar os materiais mais comuns e nobres, para explicar a variedade de alguns aspectos da arquitectura doméstica. Relativamente à pedra, Raul Lino dizia ser abundante em Portugal, mas com características diferentes em várias regiões, limitando-se a destacar a adequação de cada tipo de pedra a aspectos decorativos. Quanto à madeira, Raul Lino refere que foi um material que abundou no passado no nosso país, que sempre foi usado para elementos estruturais rudimentares das coberturas e em algumas partes como substituto da alvenaria, porém com o passar dos anos a sua utilização tem-se vindo a reduzir.

6. “Condições modificadas do viver”

Em “Auriverde Jornada”, (1937 B), Raul Lino escreve pela primeira vez sobre o que considera serem as *condições modificadas do viver*:

De facto, os costumes arrastam-se por vezes muito para além das épocas a que pertencem pelo seu aparecimento; e tal sucede porque a mentalidade também só lentamente se amolda às condições modificadas do viver. (...) Os tempos vão passando; as ideias surgem norteadas por diversas correntes. Também os costumes não deixam de evoluir, e com eles a expressão arquitectónica das nossas casas. Bom é, e consolador, porém, quando alguma coisa permanece de época em época; quando no cortejo dos séculos, os figurantes passam, gentilmente, de mão em mão o facho ardente da continuidade. (Lino, 1937 B: 267, 269)

Raul Lino não define exactamente o que entende por *condições modificadas do viver*. Contudo, fica claro que não são condições específicas de um Tempo ou de uma determinada época. Poderão eventualmente ser até de natureza distinta, por exemplo, novos hábitos de vida, novas tecnologias, novos materiais, etc., que forçosamente impelem à transformação e ocorrem a cada momento da História. Por isso é de crer que para Raul Lino, os *costumes* exercendo uma influência directa sobre a expressão arquitectónica doméstica, iam passando de época para época para além dos tempos em que surgiram, e essa influência exercia-se porque as mentalidades só lentamente se iam adaptando às *condições modificadas do viver*. Raul Lino entendia que a *tradição* impedia que o *factor psicológico* se fizesse sentir, ou fazendo-se não era suficientemente perturbador da harmonia. (Ver Figura 6):

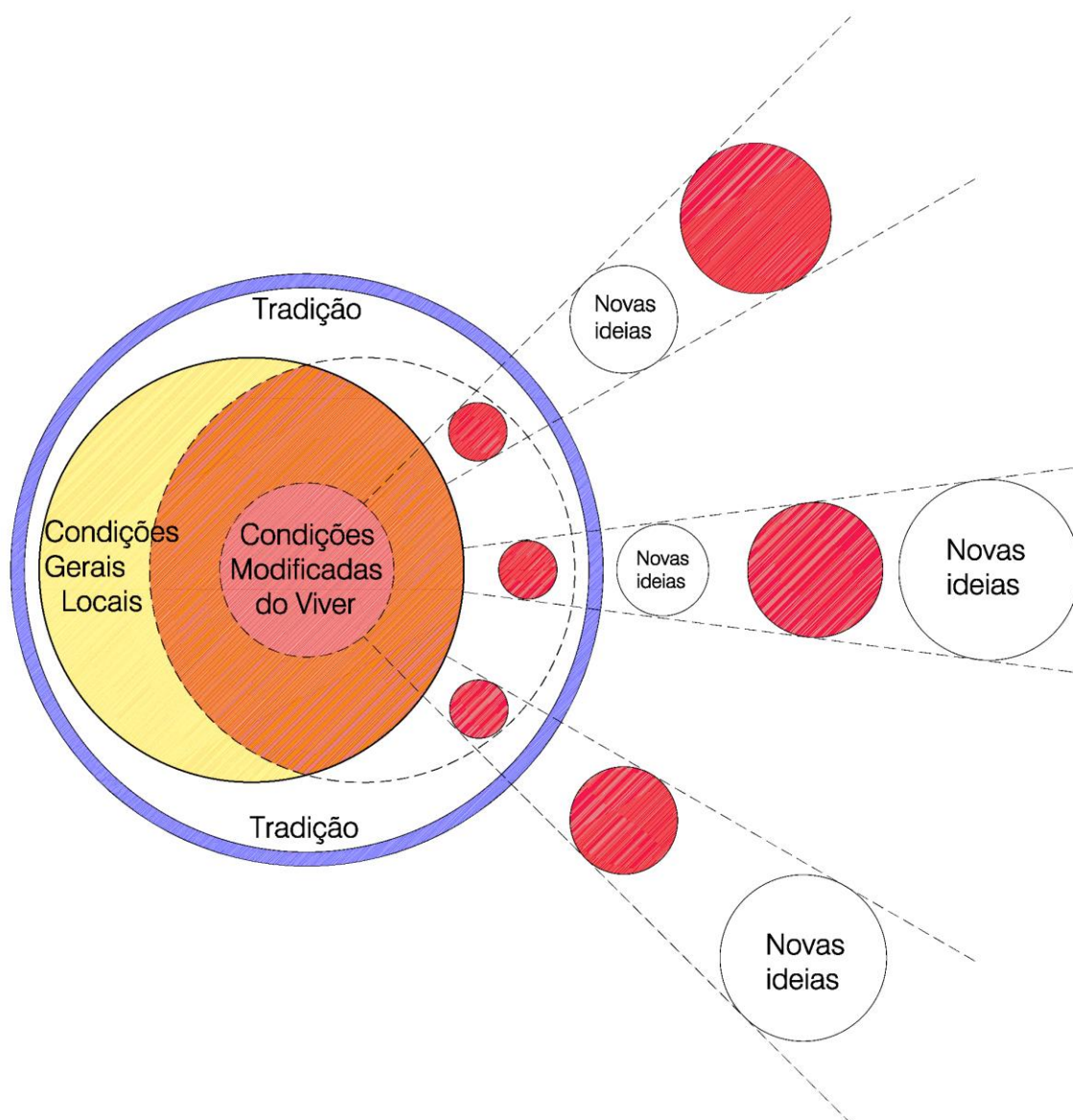


Figura 6: Elaborado pelo autor. Interpretação do conceito *Condições modificadas do viver*, (Raul Lino, 1937 B), a partir do livro, LINO, Raul (1937 B). LINO - Auriverde Jornada. Casas Portuguesas do Séc. XVIII. Valentim de Carvalho, Lisboa, 1937, p. 263-264.

A propósito do *arcaísmo dos costumes* que ainda havia nas casas antigas de província Raul Lino dizia que era curioso verificar como “...alguns costumes e certas mentalidades se mantinham à margem da corrente dos tempos”.¹⁷ Apesar de não ser explícito no texto lê-se nas entrelinhas que a “tradição” é o *facho ardente da continuidade* que sustêm o avanço imediato de novas ideias.

¹⁷ Cf. LINO, Raul - *Auriverde Jornada. Casas Portuguesas do Séc. XVIII*, Valentim de Carvalho, Lisboa, 1937, p. 263-264.

7. Conclusão

Apesar das considerações de Raul Lino acerca das *condições que influenciam a arquitectura de cada região* constituírem conteúdos fragmentários em cada um dos textos referidos e encontrarem-se dispersas pelo conjunto da sua obra escrita, uma vez reunidas neste estudo são um importante contributo para a clarificação, não só da evolução do pensamento de Raul Lino acerca dessas condições, no período de 1918 até 1937, mas também do seu significado, quer no contexto das pesquisas dos fundamentos da «casa portuguesa», desde a escrita do primeiro livro em 1918, até à fase da reafirmação nacionalista da tradição portuguesa que se instala em Portugal a partir de 1936, num período de vigoroso combate à arquitectura moderna, no âmbito dos restantes nacionalismos Europeus.

No ensaio “A Casa Portuguesa” apresentado Exposição Ibero-Americana de 1929, Raul Lino faz uma caracterização da arquitectura doméstica portuguesa em várias regiões do país, procurando identificar dos elementos arquitectónicos fundamentais que conferem identidade nacionalista à arquitectura da *casa portuguesa*, evitando uma abordagem a partir dos *tipos*, e define as três condições fundamentais que influenciam a arquitectura de cada região: *Etnografia, Clima, Paisagem*. Quando comparamos o primeiro esquema das *condições que influenciam a arquitectura de cada região*, de 1929 (Figura 3), com o de 1937 (Figura 5), a primeira conclusão que podemos tirar é que *o clima* é único factor que se mantém em ambos os esquemas. Não é de estranhar que Raul Lino o considere como um dos elementos mais importantes dentro do conjunto dos factores de ordem física. O *clima* é um factor determinante da dinâmica de distribuição e disseminação espacial dos seres vivos, inclusive os seres humanos e é um dos factores fundamentais responsáveis pela variação da arquitectura em todo o planeta. Garcia Mercadal considerava o *clima* e os *materiais* os dois factores fundamentais perenes, e a *estrutura social* o um factor fundamental variável.

O conceito *condições modificadas do viver*, que Raul Lino apresenta em “Auriverde Jornada”, (1937 B) é um exemplo paradigmático da tentativa de definir uma condição perante o avanço de novas ideias e de mudanças que inevitavelmente iriam provocar perturbação na *harmonia* existente. As *condições modificadas do viver* interferem com as *condições gerais locais*, e a *tradição* surge como força de resistência que se opõe às novas ideias e contrária ao movimento transformador gerado pelas *condições modificadas do viver*. O aparecimento deste conceito neste período, no seguimento da sua viagem ao Brasil em 1936, denota a sua obsessão crítica contra a arquitectura moderna e uma maior consciência das inevitáveis transformações que se adivinhavam na sociedade.

6. Bibliografia

LINO, Raul - A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples. *Apendice*. Edição da Atlântida, Lisboa, 1918.

LINO, Raul - A Casa Portuguesa. Portugal. Exposição Portuguesa em Sevilha, Imprensa Nacional de Lisboa, 1929.

LINO, Raul (1937 A) - L'Evolution de l'Architecture Domestique au Portugal. Institut Français au Portugal, Ateliers de «Coimbra Editora, Lda», 1937.

LINO, Raul (1937 B) - Auriverde Jornada. Casas Portuguesas do Séc. XVIII. Valentim de Carvalho, Lisboa, 1937.

LINO, Raul - A Vida Corre e o Tempo Continua. Conferência de Raul Lino na véspera de completar 92 anos, por ocasião da Exposição Retrospectiva da sua obra na Fundação Calouste Gulbenkian. In Diário de Notícias, 20-11-1970, p.1 e p.8.

GOMES, Paulo Varela - O Último Erro de Raul Lino. in revista "Expresso", 23 de Janeiro de 1993, 42-R, 43-R.

MAGALHÃES, Fernando Perfeito de - A Habitação. Livraria Bertrand, Lisboa, 1938.

MERCADAL, Fernando Garcia - *La Casa Popular en España*. Editora Espalsa, Madrid, 1930.

RIBEIRO, Irene - Raul Lino Pensador Nacionalista da Arquitectura, Edições FAUP, Porto, 1994, ISBN 972-9483-04-3.

SEMPER, Gotttfried - *The Four Elements of Architecture and Other Writings*, Cambridge University Press, 1851.

Manter ou não manter as técnicas construtivas utilizadas na Arquitectura Popular Portuguesa ?– sua justificação à luz da contemporaneidade ecológica, filosófica e tecnológica.

Joana Maria Freitas Mesquita

Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa

joanamesquita@sapo.pt

Resumo

O presente artigo tem como base e objetivos o tema por mim apresentado e defendido na dissertação do mestrado em Património Público, Arte e Museologia, em Abril deste ano, na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa com o título– “ O colmo nas terras do Parque Nacional Peneda Gerês, Barroso, breve ensaio sobre a técnica, a vida e o Homem”, consistindo, como assim sugere, no tema das coberturas em colmo das antigas habitações serranas do NO Peninsular, em Portugal. De um modo geral fala-se da construção e do ato de habitar, aborda-se a arte e a arquitetura popular, tão sábia e equilibrada, refletindo acerca da sustentabilidade deste tipo de construções e sua aplicação na arquitetura contemporânea (apresentando alguns exemplos concretos da sua atual utilização), sua memória e conservação, como parte da identidade e passagem de testemunho de uma comunidade.

Descreve-se também a execução de duas peças, incluídas neste estudo. Uma, explicativa do processo de construção de uma cobertura de colmo, e a outra, uma interpretação do material e da técnica, envolvendo o sentido poético e mágico que o abrigo/habitáculo/ninho tem junto do Homem e do animal.

A propósito do tema das coberturas em colmo, e seu modo de “fazer”, defende-se aqui, acima de tudo a manualidade como elemento importante não só de perpetuação do património mas também sua importância no ato humano de criar .

Palavras-chave: Colmo, Arquitectura Tradicional, Barroso, habitação rural, abrigo/ninho, memória

Introdução

Sabendo que a Natureza influencia o Homem no seu comportamento, crenças, hábitos e costumes, facilmente se concluiria que a vivência entre os dois deveria ser de equilíbrio e harmonia, caso o Homem tivesse sempre o cuidado e conhecimentos necessários, para entender e respeitar essa Natureza que o acolheu há milhares de anos. E há milhares de anos, que o Homem tem sentido necessidade de, na sua evolução, de intervir, modificar, construir.

Sempre que o equilíbrio se mantém, essa dualidade funciona sem hostilidade, sem revolta, sem convulsões; essa revolta e convulsões com que a nossa atualidade de “progresso”, diariamente nos confronta e cuja causa está na quebra desses laços essenciais de equilíbrio e respeito trocados pela ganância, pela corrupção que conduzem ao esgotamento dos meios naturais de que tanto precisamos para sobreviver.

Sempre que o Homem é suficientemente inteligente para evoluir, criando novos métodos de sobrevivência, novas técnicas conducentes à realização harmoniosa de engenho e arte, na saúde, na habitação, na alimentação, na cultura, enfim, tudo se conjuga para a felicidade humana e sustentabilidade do planeta.

Porém, nem sempre assim tem acontecido e eis-nos chegados a uma situação de necessidade urgente, não de regredir no progresso alcançado, mas sim de tomada de consciência em relação à agressão consecutiva ao meio ambiente que nos acolheu e permitiu viver até agora. Torna-se imperativo parar.

Acima de tudo, sendo um tema bastante atual, fruto de uma compreensão e necessidade agora de uma aproximação à Natureza, e de um retorno a princípios e modos de vida mais equilibrados assiste-se a uma tentativa de assimilação destas técnicas ancestrais, estas entretanto, quase desaparecidas, que povoaram a vida dos nossos antepassados, arriscando-se assim ao desaparecimento, se não trouxermos para a esta época de grandes mudanças e convulsões, o debate iniciado há várias décadas acerca da assimilação e contextualização destas práticas na modernidade.

A minha defesa da sustentabilidade das técnicas ancestrais de construção das coberturas em colmo, pela sua simplicidade, economia de meios e valorização humana, aproveitando e usufruindo da tecnologia moderna ecologicamente vivida, tem como base a profunda pesquisa por mim efetuada no local, fazendo uma observação e recolha visual dos poucos elementos em ruínas existentes de coberturas em colmo, complementada com uma recolha efetuada por conversa com pessoas locais que ainda aprenderam a técnica, para além dos preciosos elementos obtidos nas obras de autores que sobre a matéria se têm debruçado ao longo dos tempos, e que mais adiante serão referidos.

Através do seu estudo, pretendeu-se ilustrar e valorizar a técnica de colmagem das coberturas das antigas habitações do Parque Nacional Peneda Gerês, colocando também a hipótese da sua transposição para a atualidade, tendo em conta contudo, outras condições de segurança (sobretudo na questão dos incêndios), com a ajuda das novas tecnologias de aplicação, postas em prática por países que ainda mantêm e valorizam a técnica tradicional, mas que, embora conservando-a, pretendem inovar.

O trabalho desenvolveu-se, numa primeira parte, iniciada com uma reflexão acerca da questão do abrigo, apresentando a técnica, o material, e o porquê da sua utilização na região em estudo, pretendendo mostrar, tanto quanto possível, esse processo e modo de “fazer” artesanal. Foi considerada ainda a importância do cereal para o Homem, quer

como alimento e abrigo, presente nos vários aspectos da vida rural (ciclo do pão), e refletida na sua arquitetura e religiosidade.

Tratando-se porém e principalmente de um trabalho prático de análise e demonstração da técnica construtiva, passo a passo, desde a estrutura que sustém a cobertura aos seus processos de união, construí uma réplica de um telhado de colmo, utilizando os mesmos materiais e sistema construtivo e de aplicação utilizados originalmente.

Tal processo materializado nessa réplica/maquete está registado e documentado em fotografias, executadas nas diferentes fases de construção, bem como em desenhos e esquemas explicativos.

Numa segunda parte de reflexão aborda-se a contemporaneidade de uma técnica tradicional e a sua transposição, continuidade, e preservação na atualidade, bem como a importância dos organismos de conservação do património oral e edificado de uma região, e consequente tentativa de dinamização da sua população, envolvendo-a nos seus projetos (o caso concreto dos Ecomuseus). Finaliza-se com as conclusões obtidas por este estudo.

Numa terceira parte, agora de abordagem plástica ao tema e como reinterpretação do material, na sua vertente técnica e poética, foi construída uma peça simbolizando o ninho/abrigo (cf. fotografias e desenhos).

Do “pão” ao abrigo - a técnica ancestral das coberturas em colmo nas habitações serranas do Parque Nacional Peneda Gerês. Estudo de caso.

.O colmo

Transversal a várias sociedades humanas e utilizadas ao longo dos tempos, as coberturas vegetais (colmo) foram principal estrutura de abrigo. Material primitivo de construção, não exigia em sua aplicação, conhecimentos nem ferramentas muito sofisticadas, sendo fácil encontrá-los nos locais onde instalavam as casas que, com a sedentarização, se iam transformando, de frágeis construções temporárias em construções semissólidas e sólidas. O aperfeiçoamento dos utensílios e da técnica permitiu ao Homem apropriar-se de materiais como a pedra, a madeira e a argila, possibilitando-lhe erguer paredes robustas, deixando assim as fibras vegetais para cobertura superior das habitações.

Fresca no verão e acolhedoramente quente no inverno, bastante isolante e impermeável, a cobertura vegetal ou colmo, é aplicada por cima de uma armação em troncos de madeira, que a sustenta (Figura 2, Figura 3). Com o aperfeiçoamento da técnica, foram sendo encontradas novas formas de sustentação da cobertura (a introdução da asna, elemento construtivo), mais leves e mais simples que permitiram aumentar o tamanho das habitações e explorar novas formas.

Mas o que é exatamente o colmo? E porque é assim designado? Cientificamente, é uma fibra vegetal da família das gramíneas, oco por dentro e que tem os entrenós revestidos pelas bainhas das folhas.

O bambu, o junco e principalmente o trigo e o centeio (Figura 1) são exemplo de tipos de colmo. Utilizado como material construtivo, como revestimento exterior e cobertura das habitações, no interior e no litoral, a sua utilização varia conforme o clima e a Natureza envolvente.

Com a agricultura, o Homem aprende a cultivar o centeio e o trigo e a retirar o grão da palha, guardando esta para alimento dos animais e cobertura das habitações.



Figura 1 Campo de centeio em Montalegre (foto elaborada pela autora).



Figura 2- imagem de habitação serrana com cobertura em colmo, Castro Laboreiro, anos 80 (foto acervopessoal da autora).

.As coberturas de colmo em Portugal

Revestimento exterior e cobertura das habitações da zona do interior e litoral do país, o colmo, praticamente desapareceu das paisagens portuguesas, fruto do desenvolvimento, mas também de algum desinteresse, encontrando-se atualmente apenas alguns vestígios de como eram originalmente estas construções. À falta de elementos concretos, o estudo destas estruturas em Portugal, implica recorrer às imagens e informações presentes em livros como “Construções Primitivas em Portugal” e “Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa”, entre outras.



Figura 3- habitação típica serrana com cobertura em colmo, desenho elaborado pela autora.

.O colmo nas regiões montanhosas em estudo

“ A pequena casa de Barroso, construída de grossos blocos de granito, cosida com o solo, mal deixando penetrar a luz de tal modo se reduziram as aberturas, com a sua espessa capa de palha, dá bem a medida do esforço de adaptação do Homem a um meio inclemente”.¹

Isolada do resto do país durante séculos, esta região, de clima agreste, temperaturas extremas, chuvas e neves, obrigou-se a soluções engenhosas, sobretudo a nível da habitação. Olhando ao seu redor, o Homem observava as montanhas como obstáculos mas também como elementos protetores, construindo junto a elas, nos locais mais

¹ TABORDA, V. – Alto Trás-os-Montes: Estudo Geográfico, p.125

afáveis o seu abrigo de pedras, toscamente “aparelhadas” umas de encontro à outras. Entradas estreitas e pequenas fenestranças.

Quanto à sua cobertura? Longe dos centros onde havia e eram já utilizados outros materiais, o Homem, vítima desse seu isolamento permaneceu durante muito tempo sem outros recursos, para além daqueles que o meio ambiente lhe proporcionava.

O centeio, cereal que melhor se adaptava a esse meio ambiente, depois de dar o pão, dava o abrigo, já que a sua palha (colmo), depois de separada do grão, constituía um eficaz material de cobertura vegetal aplicado nas habitações, tornando-se assim o material típico dessas regiões.

Não fora o perigo de incêndio e dificilmente se encontraria melhor cobertura de características isolantes. Os próprios fumos (do fumeiro da lareira do chão, onde também se cozinha) saindo para o exterior, revestem a cobertura de uma camada, como que de verniz se tratasse, tornando-a mais resistente e protetora.

Esta região em estudo do Barroso (que inclui Pitões das Júnias, Tourém, Cambezes do Rio) pertencente ao Parque Nacional da Peneda Gerês é dos poucos locais que mantém ainda, embora nem sempre em estado de conservação desejável, este tipo de construções.

Como material leve, a palha de centeio (colmo) necessita de uma aplicação engenhosa que o impeça de ser arrastado pelas ventanias ou permeado pelas chuvas. Há várias técnicas, espalhadas por todo o Portugal e Galiza, que, de acordo com o meio ambiente e sabedoria das pessoas de cada localidade, são ou foram utilizadas ao longo dos séculos. Há casos em que apenas se aplicam pedras e calhaus nos bordos das várias camadas de colmo, fixando-o assim à estrutura.

Noutros lugares de maior rigor climatérico, ainda nesta zona em estudo, surgem exemplares em que as armações de paus entrecruzados - as “latas”, amarradas de onde em onde aos beirais por paus – “grampos” , evidenciando mais uma vez a busca de soluções que com êxito cumprem a sua função (mais à frente se explica o seu significado).

No entanto, ao longo dos tempos, devido à pobreza de meios de subsistência, as populações foram-se deslocando, quer para fora quer para dentro do país, tomando contato com novas realidades que se lhes afiguravam mais promissoras e geradoras de riqueza, criando na sua mente e naquilo que deixaram para trás um símbolo de pobreza, que a todo o custo tentaram eliminar, quer da habitação, quer ao nível de continuidade das tradições. Para além disso, com a introdução da telha, essas habitações de cobertura em colmo passaram a ser reservadas para os animais e armazenamento, trazendo uma melhoria a nível de segurança e higiene, facto este que não anula a defesa da existência destas habitações na atualidade, desde que salvaguardadas as condições que a moderna tecnologia oferece, sobretudo a nível de incêndios.

. Técnica de construção e de aplicação de uma cobertura em colmo do caso em estudo (Parque Nacional Peneda Gerês)

A arte de colmar praticamente deixou de ser ensinada em Portugal e até executada, com o esquecimento das antigas técnicas e o uso de novos materiais de construção. Apenas uns poucos, os mais antigos conservam o saber. Com o advento da industrialização as máquinas substituíram o trabalho manual, conseguindo realizar-se em pouco tempo, as tarefas que antigamente duravam meses. Levando ao desaparecimento de certas atividades que orbitavam à volta das culturas e envolviam a comunidade em eventos mesmo de carácter festivo. Semeado em fins de verão, o centeio passa o inverno e a primavera na terra, sendo colhido no tempo quente. Segundo o senhor António

Monteiro, colmador local do Barroso, “Ao passar do verde é altura de cortar o centeio; Em setembro é quando se semeia. E depois em fins de julho é cortado e depois “emedase” (ata-se) em uns “molhinhos” numas “medas” pequenitas, coloca-se num carro de bois (agora num trator). O centeio é reunido em molhos e os molhos são atados com “feixes” (bancelho) da própria palha e fechados em cruz. (Fig.10). todo este processo está em registo fotográfico e em vídeo, realizado no local).



Figura 10 - Molhos de palha de centeio amarrados com *bancelhos* à espera de serem transportados para a eira, em Parada do Rio, Montalegre, agosto 2016 (foto da autora)



Figura 11 e Figura 12 – segada, corte do cereal e reunião do centeio em molhos, recriação tradicional na aldeia de Parada do Rio, Montalegre, agosto 2016 (foto da autora).



Figura 13 e Figura 14 –malhada, recriação tradicional na aldeia de Parada do Rio, Montalegre, agosto 2016 (foto da autora).

Do corte do cereal (segada, Figura 11-12) passando pela separação da palha do grão (malhada, Figura 13-14), a palha do centeio escolhida será guardada para posterior aplicação nas coberturas (colmagem). Com a introdução das máquinas a palha deixou de ser ceifada à mão, impossibilitando o seu uso para a colmagem das casas, pois quebrada, deixava de ter as dimensões necessárias, servindo então apenas para alimentação e cama dos animais .



Figura 15 – “Mulheres ceifando” (desenho elaborado pela autora).

Reconstituição de uma cobertura em colmo- estrutura, proteção, manutenção

A cobertura em colmo necessita uma estrutura que a suporte.

Para uma melhor compreensão dos elementos que compõem a estrutura, elaborei um esquema de desenhos ilustrativos.

Partindo da imagem de uma casa local em ruínas (Figura 15), outrora com telhado em colmo, onde ainda se encontram alguns vestígios da sua estrutura original, tenta-se explicar o processo, o qual passo a descrever (Figura 16).

Constituída por troncos e paus existentes na envolvente natural, apoiados nas paredes laterais, paralelos entre si, tendo no cume uma viga grossa de madeira que funciona como um elemento de ligação estrutural principal de sustentação de todo o conjunto. Sobre estes assentam paus ou varedos verticais colocados horizontalmente, fechando toda uma malha, que irá sustentar o colmo. Por vezes há necessidade, para maior resistência, de prender o colmo com o uso de bancelho (corda feita em palha utilizada para prender os feixes de centeio, depois da segada e da malhada, usada também como elemento de ligação e pormenor construtivo nas coberturas em colmo, Fig.17 e Fig.18).



Figura 15 - Casa em ruínas com vestígios de estrutura suporte de cobertura em colmo em Paredes do Rio, Montalegre 2016 (foto da autora).

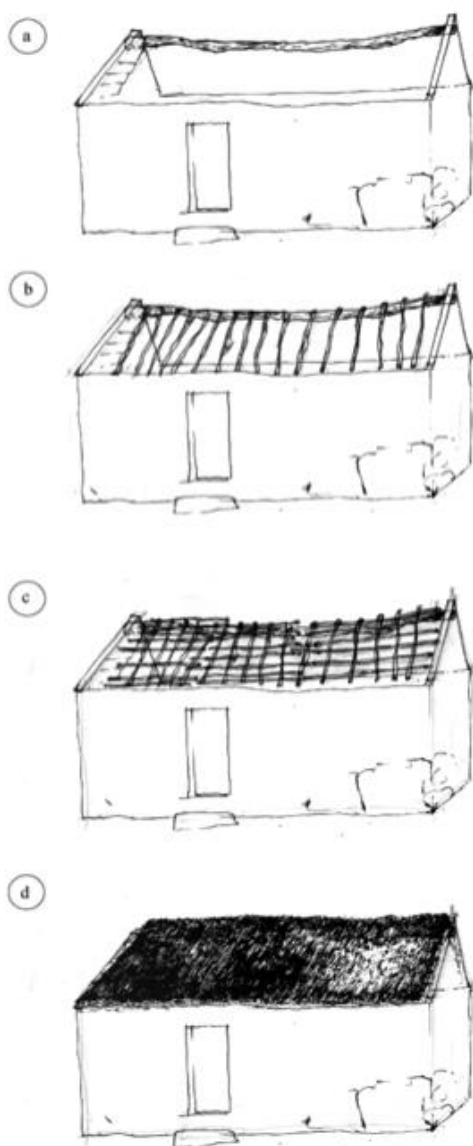


Figura 16 – Elementos estruturais construtivos de um telhado com cobertura em colmo (desenhos da autora).



Figura 17 -Exemplo de como a palha era dobrada para criar a corda do *bancelho* (fotos da autora).



Figura 18 - Interior de uma cobertura em colmo onde são visíveis os *bancelho*, amarrando o ripado de *varedo*, imagem retirada do livro “Construções Primitivas em Portugal”.

É então iniciada a colmagem (compostura) sendo o colmo colocado de baixo para cima em pequenas fiadas que cabem na mão do colmador (Figura 19), batidas a prumo por ele, partindo do lado direito.

Espiga voltada para cima para o cume da casa. Outras fiadas se seguem, em camadas sobrepostas até atingir uma espessura de 40 cm. Para melhor impedir a entrada de água, as fiadas (“panadas”) são batidas muito inclinadas em bisel, com instrumentos próprios, por exemplo uma espécie de pá que acama o colmo; também serão retiradas as palhas que fiquem soltas. A rematar, o cume da cobertura leva ainda uma camada de palha (cumeada).

Para contrariar a ação do ventos fortes são utilizados processos de fixação extra como por exemplo as “latas”, que são elementos pétreos amarrados com arame descendo do cume até à beirada; também são

usados paus ou travessos de ramos de árvore ou giestas, aplicados como de ganchos de cabelo se tratasse, prendendo a palha.

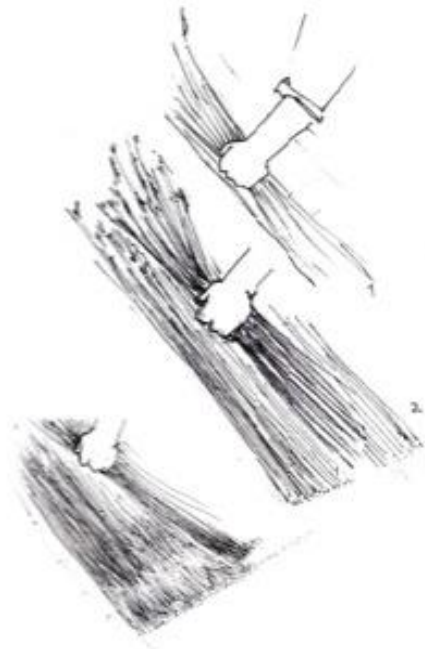


Figura 19 - “Modo de colocar o colmo” (desenho elaborado pela autora).

Outra forma de proteção é a aplicação de paus entrecruzados, em tesoura por cima do cume. (Figura 20)

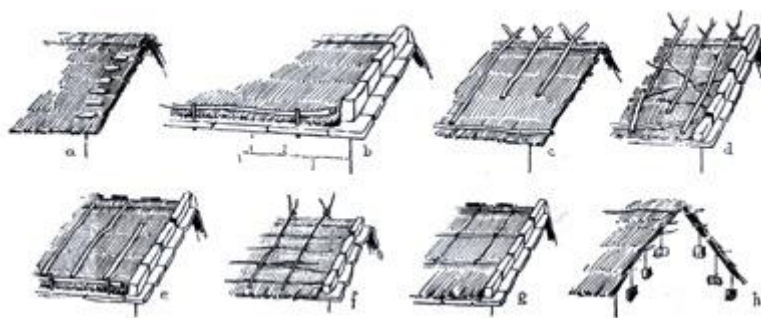


Figura 20 - Representação dos vários processos de prisão das coberturas em colmo, desenho de Fernando Galhano. Imagem retirada do livro “ Construções Primitivas em Portugal”, pág.304

Por tudo isto, a manutenção de tal cobertura é muito exigente e permanente, pelo menos de cinco em cinco anos, sendo substituídas parcialmente aquelas partes que estiverem danificadas, embora a durabilidade destas coberturas seja bastante grande (podendo durar quarenta anos). Dadas as características do clima de serra (chuvas e neves) as coberturas deverão ter inclinação de 45 graus pelo menos, para um melhor escoamento das águas e melhor acumulação de neve.

O abrigo, a cobertura em colmo e o ninho

Os elementos teóricos estudados e adquiridos ao longo do trabalho, foram colocados em prática, através da construção de uma cobertura em colmo, maquete (conforme ilustrado nas Figuras 22- 30 , e descrito o seu processo de colocação mais detalhadamente, assim como os elementos de prisão do colmo, proteção contra o vento.

A peça interpretativa, o ninho, sendo feito do mesmo material, palha de centeio, é um elemento expressivo, que resulta do estudo da 1ª peça, o telhado, e onde é aplicada como técnica construtiva e de união dos vários elementos de palha, o *bancelho*. (Figura 31-34).

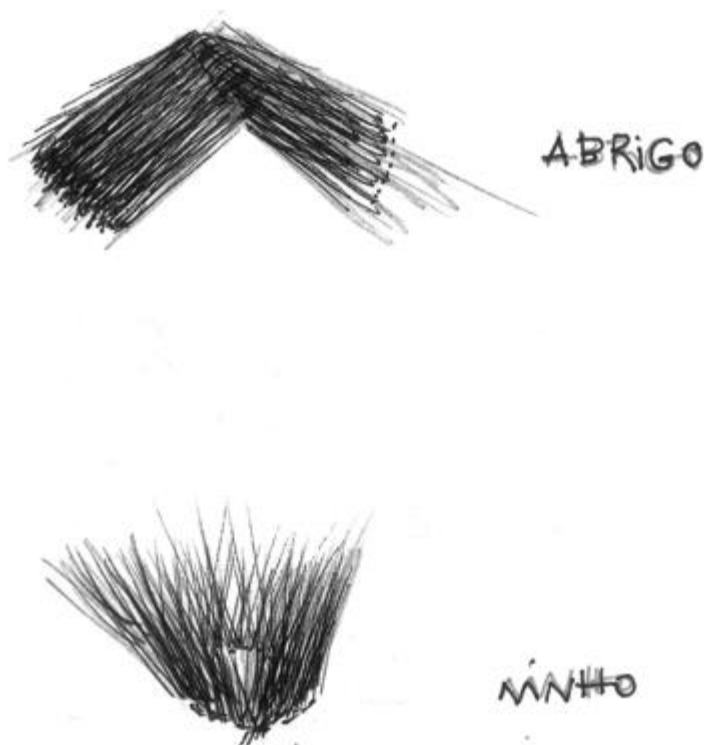


Figura 21 - “Abrigo: telhado de colmo, ninho” (desenho elaborado pela autora).

A ideia surgiu ao relacionar a forma do telhado em V invertido, com a de um ninho, que sugere um V ascendente, e que conduziu de novo para a questão do habitáculo, refletindo agora sobre o abrigo não só como objecto construído, mas, também, como a imagem poética, sensorial que nos evoca. Idealizei então esta outra peça, um ninho, como contraponto à peça do telhado, por considerar interessante a diferente dinâmica que estas duas formas, ambas abrigo e proteção, de estrutura e materiais semelhantes, tão simplesmente lembram. Se olharmos apenas para a forma de um telhado e de um ninho, podemos interpretar o primeiro, virado para baixo, como princípio do abrigo, proteção do sol e da chuva;

Virado para cima, o segundo, é a imagem do sonho. Lugar de contemplação e conforto, o ninho atua como um receptáculo para o corpo, aconchego, e segurança, mas que pode ser interpretado como o início de uma viagem, de busca. É uma forma que, protegendo, abre para o mundo (Figura 21).

A série de estudos (Figura 35 à Figura 36), “Ataduras e nós, *bancelho*, pormenor expressivo”, ilustrado na página seguinte, é resultado das experimentações com o material, palha de centeio. Criadas por mim, estas peças, de pequena dimensão, ganham outro carácter com a fotografia, que, como meio visual, permitiu captar a sua beleza e simplicidade, contida na forma dos nós, sugerida pelos *bancelhos* (como técnica).

inclui também no trabalho elementos de estudo que designei de ataduras e nós, *bancelhos*, detalhes de pequeno tamanho, fotografados e ampliados, adquirindo uma dimensão e uma expressão.

Desenvolvido para a construção das duas peças propostas: o telhado de colmo, e o ninho, foi elaborado um esquema de fotos, ilustrando o processo de construção de uma cobertura de colmo, descrevendo, passo a passo, como um guião, até ao resultado final, todas as fases do processo, como podemos observar em exemplo nas seguintes imagens.

. o telhado cobertura de colmo



Figura 22 - Material (palha de centeio) utilizado na construção das coberturas em colmo, tal como saído da malhada junto em molhos de palha (foto trabalho da autora).



Figura 23 - Preparação do material (humidificação da palha para posterior colocação). A palha é espalhada e separada, retirando algumas das impurezas e as palhas mais finas (foto trabalho da autora).

União dos dois lados da estrutura



Figura 24 - Depois de preparado o material (palha de centeio), inicia-se a construção da estrutura em madeira, que irá sustentar a cobertura (colocação dos *varedos / caibros*, troncos que irão compor cada *água* do telhado (foto trabalho da autora).

Figura 25- Colocação dos troncos (*ripado* de paus) que irá formar a estrutura que sustém cobertura em colmo (foto trabalho da autora).

Colocação das várias camadas de palha (colmo)



Figura 26 - Espigas viradas para o cume(foto trabalho da autora).

Figura 27- Início da colocação da cobertura em colmo, 1ª camada (foto trabalho da autora).



Figura 28 - Colocação do colmo correspondente à cumeada (foto trabalho da autora)

Figura 29, Figura 30 -Colocação dos paus (*cangas*) que irão prender o colmo (proteção contra o vento) (foto trabalho da autora)

Interpretação poética, o ninho



Figura 31- peça escultórica “Ninho”, pormenor de união (foto trabalho da autora)

Figura 32-Pormenor da peça (o *bancelho* como elemento de ligação do conjunto, foto trabalho da autora).

Figura 33- peça escultórica “Ninho”, (foto trabalho da autora)



Figura 34 - Ninho e Telhado, (foto trabalho da autora)



Figura 35 e Figura 36- bancelho pormenor estético (fotos trabalho da autora)

Apesar da dificuldade na execução prática destas peças, complementares ao trabalho, encontrei vários pontos de interesse plástico que explorei e poderão ainda vir a ser mais desenvolvidos numa outra fase.

Na minha visão de escultora, o *bancelho*, de técnica construtiva (e de amarração dos molhos de palha), surgiu como objeto de interpretação artística resultado das experimentações com o material, palha de centeio, descobrindo as suas diferentes expressividades quer dobrando, desenhando, quer fotografando, . A sua importância no contexto, quer no processo em estudo, quer na vivência rural foi por mim observado e compreendido, no decurso da minha investigação (literária e trabalho de campo). Embora solução secundária de pouca relevância para todo o processo para os autóctones, mero pormenor em todo o processo da colheita do centeio (segada e malhada), ampliei-o visual e simbolicamente, de forma a torná-lo protagonista de uma experimentação estética. Este não me foi ensinado mas sim observado, presencialmente, na representação da segada e malhada, evento na aldeia de Paredes do Rio, Montalegre, na qual participei, e através da observação das filmagens e fotografias que fiz deste mesmo evento.

Na continuidade do trabalho pessoal artístico, outras interpretações plásticas do *bancelho* ou de outros pormenores da técnica em estudo, poderão vir a ser mais desenvolvidos.

Conclusões

. À memória e conservação, contributos para uma reflexão.

. Manter ou não manter? A sustentabilidade de uma arquitetura ligada ao passado

“Os primeiros abrigos dos grupos de caçadores-recolectores são, até ao Mesolítico cavernas, tendas e para-ventos, assim como cabanas. O nomadismo permitia apenas a construção de abrigos provisórios feitos com a ajuda do material disponível em cada lugar. No Neolítico cumpre-se a passagem revolucionária para a agricultura. Uma parte da população primitiva sedentariza-se, tornando-se necessária uma casa estável para os Homens, os animais e as suas provisões. As técnicas primitivas de construção melhoram pouco a pouco, e surgem as primeiras casas semissólidas e de aparência mais robusta”²

Poder-se-ia supor (ou refletir) que, onde antes se idealizava o conforto, numa tentativa de sobrevivência e de adaptação ao meio que rodeava o Homem, se antes se buscava o conforto, se junta atualmente uma preocupação por valores ecológicos e de sustentabilidade do planeta, assim como (agora existe) a busca de uma identidade perdida através da preservação de um património cultural, material e imaterial.

Embora tendo em conta razões sociais de extrema pobreza, que estes modos de vida, refletiam, e não pretendendo glorificar tais tempos, de um difícil quotidiano, conseguir integrar as técnicas antigas, tão cheios de sabedoria, com os conhecimentos e tecnologias que permitem um melhor modo de vida, será pois o objectivo a atingir.

² GODIVIER , J. - Atlas d'architecture mondiale, p.100

. A questão da passagem de testemunho

“Por outro lado, em épocas recentes, as sociedades baseavam-se na transmissão ativa do saber técnico, dos ofícios, de condutas de vida; a experiência ajustava-se com a ideia de um tempo progressivo, segundo uma evolução sujeita a uma acumulação de conhecimentos que registava a sucessão sequencial dos acontecimentos. Porém, agora, encontramos-nos frente a uma civilização onde se exerce, de maneira generalizada, um culto frenético à inovação contínua, onde inclusive o papel das competências profissionais se torna funcional na busca saudosa do presente e a antecipação futurista do amanhã”.³

Mas a ignorância combate-se com o conhecimento⁴. O mesmo meio que condiciona é o mesmo que faz evoluir, revelar, construir, refletir, sem cessar, mesmo quando as respostas já parecem suficientes. Nunca o são. O Homem tem necessidade de ir mais além. Que o digam os antropólogos, os arqueólogos, os arquitetos, os filósofos e os artistas, que, juntamente com todos os anónimos e, sinceros e interessados, possuidores de uma sabedoria empírica e intuitiva, têm dado o seu contributo para a concretização de um dos mais íntimos e ancestrais sonhos do Homem, saber quem é, de onde vem, para onde vai...

Segundo o Arq. José Gomes Alvarez, acerca da questão da proteção, e conservação do património:

“a melhor conservação, diríamos a única possível é a utilização. Conserva-se uma casa um bairro velho, um convento abandonado, uma aldeia, usando-a, vivendo-a, isto é, possibilitando aos seus utilizadores ou habitantes as condições de vida digna que lhes permitam orgulhar-se de si e do lugar onde vivem. Assim, evidente se torna o que não é legítimo, sob o pretexto de conservar manifestações de cultura e da História de um povo, como seria o caso da arquitetura popular, manter certas condições de vida, muitas vezes abaixo do mínimo aceitável; será preciso encontrar uma fórmula que, tornando possível o progresso de tais núcleos e dos seus moradores, conserve para as gerações futuras toda a surpreendente e inestimável riqueza cultural que a sua existência faz supor”.⁵

Neste sentido, considera-se a ideia de que a vivência de um local é também em si mesma um modo de conservação (pode-se pensar que, uma vez que as pessoas habitam o lugar, a sua história é também património).

. O Ecomuseu do Barroso, e o seu papel na comunidade

Para a conservação do património material, imaterial e memória, muito tem contribuído o projeto do Ecomuseu de Montalegre com a ajuda preciosa e podemos dizer orgulhosa e entusiasta da comunidade local. É um dos poucos do país que mantém uma certa atividade dinâmica, talvez característica da terra, talvez por via de algumas pessoas

³ PIZZA, A. - La Construcción del Pasado, p.8

⁴ Edgar Morin afirmou, “Neste sentido, a cultura deve ser transmitida, ensinada, aprendida, quer dizer, reproduzida em cada novo indivíduo, no seu período de aprendizagem, para se poder auto-perpetuar e para perpetuar a alta complexidade social”. MORIN, E. - Paradigma Perdido, p.75.

⁵ ALVAREZ, J. - Inventário do Património Cultural Construído.

locais, por maior interesse e conhecimento. Não podendo esquecer o Padre Fontes, figura muito querida na terra, dedicada à promoção e valorização do Barroso.

Um Ecomuseu caracteriza-se pela preservação e sensibilização para a educação da conservação do meio ambiente onde estas comunidades se inserem, com o propósito de, como já referenciado, preservar o património imaterial e edificado, as tradições e modos antigos que constroem uma identidade cultural, e, ao mesmo tempo, incluir as gentes locais, colocando-as como principais dinamizadores da passagem de testemunho. Porque as suas histórias “vivem” nos lugares, as aldeias passaram a ser palco de reconstituições dos ritos de trabalho ligados à agricultura, ao ciclo do “pão” e ao muito procurado fumeiro de carnes, podendo participar quem queira. Também as construções relacionadas com a manufactura do pão, dos tecidos (burel) e do artesanato local têm vindo a sofrer obras de restauro e transformação para posterior musealização, (caso do moinho comunitário/pisão e do forno, em Paredes do Rio). Esta ideia de um museu “vivo”, surge de uma nova compreensão da necessária contextualização dos objetos e tradições da memória colectiva no seu universo popular, assim como do ambiente em torno, que povoou a cabeça do artesão que os imaginou. Estas tradições do saber fazer, algumas já extintas no tempo, também por lembrança de uma miséria e uma vida muito dura de montanha, correm o risco de desaparecer. Fruto destes complicados anos, e aliado a um “chico-espertismo”, que nada tem a ver com sabedoria e aproveitamento de materiais do modo correto, substituíram-se as técnicas por outras mais atuais, que na prática não se adequam ao clima agreste das terras montanhosas, pelo contrário, as descaracterizam.

. A técnica das coberturas de colmo e a sua aplicação na arquitetura contemporânea

Atualmente, podemos encontrar ainda, em alguns países, exemplos de continuidade na aplicação das coberturas em colmo na atualidade, integrando-a na arquitetura contemporânea, preservando a técnica antiga manual de aplicação, protegendo-a, e promovendo o seu ensino. O processo de utilização das coberturas vegetais é um fenómeno transversal a todas as culturas, verificando-se a sua existência um pouco por todo o lado, variando (como já anteriormente foi afirmado), conforme o material que têm à sua disposição, o clima e as ideias que definem cada uma das culturas humanas.

A introdução de novos materiais, ecológicos, que, conjugados com a técnica tradicional optimizam o seu desempenho (porém mantendo a sua imagem tradicional), concedendo-lhe mais segurança (resolvendo questões prementes tais como o isolamento e a proteção contra incêndios), contribui para a continuidade da sua utilização, tornando-a mais versátil, adaptada aos tempos modernos. Existem já algumas soluções para o principal problema destas coberturas, o fogo; certos produtos são retardadores de incêndios (placas colocadas entre o colmo e o interior da casa, na estrutura de madeira, dispositivos electrónicos que controlam a temperatura das coberturas, avisando a possibilidade de fogo), outros isolam, condicionando o fogo a uma parte da cobertura, prevenindo um estrago mais extenso. Embora estas técnicas sejam já utilizadas para a proteção das habitações de possíveis fogos, ainda não foi encontrada a melhor solução, o que porém, não inviabiliza a construção contemporâneas destas coberturas.

No meu percurso de investigação acerca do tema das coberturas em colmo, deparei-me com um organismo de proteção, ensino, e valorização do colmo em suas variantes internacionais, a Sociedade Internacional de Colmadores (International Thatching Society).

. A preservação das técnicas manuais construtivas vernaculares na arquitetura contemporânea

A Sociedade Internacional de Colmadores (www.thatchers.eu), formada pela Finlândia, a Holanda, Inglaterra, o Japão, Suécia, Alemanha e a África do Sul, países estes que ainda utilizam o colmo como cobertura de casas. Esta organização empreende, na busca de soluções que tornem o colmo uma técnica em sintonia com as técnicas atuais de construção, e o conforto que elas oferecem, melhorando o seu desempenho como material construtivo.

Através da promoção de encontros internacionais (congressos), procuram acima de tudo, a partilha de conhecimento e a entajuda, através do debate e exibição da diversidade que cada um dos países membros da Internacional Thatching Society apresenta (as suas associações nacionais de colmadores e seus representantes).

Para isso, apostam também, para além da formação de técnicos especializados (colmadores), na promoção da técnica junto de Universidades e centros de investigação, profissionais da área da construção, arquitetos e engenheiros (divulgando para tal, em feiras relacionadas com a construção), sendo a contemporaneidade e a busca de novas formas de utilizar o colmo como material construtivo e mesmo decorativo, igualmente uma das suas intenções. Uma das suas maiores preocupações, é o tratamento do material natural, de modo a evitar o grande perigo de incêndio, o qual no nosso país, para além da sua manutenção dispendiosa e mão de obra praticamente escassa, foi a principal razão de termos abandonado, em Portugal, tal técnica.

São então estas as ideias gerais e questões mais importantes debatidas e analisadas:

Isolamento e espessura do colmo; incêndios e retardadores de incêndios; combinação de outros materiais, ecológicos, que respeitem a técnica tradicional das coberturas em colmo, otimizando-a; arquitetura tradicional e as suas regras de construção em diálogo com novas formas e soluções criativas para a aplicação do colmo; o tipo de colmo utilizado ser o mais apropriado para o clima onde é instalada a cobertura, em simbiose com a paisagem e a natureza envolvente; promover e ensinar a técnica tradicional, divulgando-a, apostando também na comunicação junto de Universidades e centros de investigação, trazendo novas ideias; assim como, permitir às comunidades conhecer e compreender as suas tradições, através do ensino e preservação das tradições inerentes às suas regiões.

Na Holanda, país pertencente à Sociedade Internacional de Colmadores, as coberturas em colmo “vivem” ainda atualmente, não apenas através da reabilitação de antigas construções, mas também pela utilização em edifícios novos, de traço contemporâneo, explorando novas formas de colocação do colmo nas casas. Uma das suas inovações é a colocação do colmo nas paredes externas, sobrepondo-o a outros materiais de construção (Figura 21).



Figura 21 -Utilização do colmo na arquitetura contemporânea, cobertura e paredes, Holanda, retirado do site www.thatchers.eu/content/hollan (acedido em 22/02/2014).

Para além desta sociedade, existem cooperações entre países, promovendo a troca de ideias e intercâmbio de artesãos e arquitetos, utilizando as técnicas tradicionais de construção, onde se inclui o colmo.

Como exemplo, tomo o *Raiding Project*, com a participação do arquiteto japonês Terunobu Fujimori.

Raiding Project é uma organização que promoveu o intercâmbio cultural entre o Japão e a Áustria, fomentando a sua ligação, sendo também o seu propósito a construção e manutenção de edifícios feitos neste contexto.



Figura 22 - Casa *Storkhouse* (*Casa da Cegonha*), Áustria, retirado do site www.raidingfoundation.org (acedido em 22/02/2014).



Figura 23 - O autor, Terunobu Fujimori, observa a cegonha residente, ave que dá nome à casa da sua autoria, retirado do site www.raidingfoundation.org (acedido em 22/02/2014).



Figura 24 -Aplicação da cobertura em colmo na casa *Storkhouse*. retirada do site www.raidingfoundation.org (acedido em 22/02/2014).

A *StorkHouse* e a *Hara House* são duas casas construídas no âmbito do projecto, sendo a primeira da autoria de Terunobu Fujimori.

Incluo *StorkHouse* (Figura 22 - 24), neste trabalho, porque esta casa é mais um exemplo da utilização contemporânea das coberturas em colmo na arquitetura.

Nas suas obras, Fujimori emprega as técnicas antigas de construção japonesas, entre as quais, a cobertura das habitações em colmo utilizadas principalmente em templos e casas de chá. Podemos observar na Figura 24, o processo de colocação da cobertura em colmo sobre uma estrutura em madeira.

No nosso país existem algumas empresas que comercializam colmo sintético para guarda-sóis e estruturas de praia, mas penso ser mais importante citar e procurar exemplos como a “I.T.S.” ou o “Raiding Project”, na sequência deste presente trabalho, uma vez mais por ir de encontro a tudo o que foi abordado.

E por não me parecem enquadradas, uma vez que até o aspecto delas sugere outras paisagens, mais tropicais, longe da nossa realidade. Não pretendo menosprezar o material sintético, (como já à muitos anos é utilizado nos países nórdicos substituindo o colmo natural), porém, acredito e defendo a ideia de se criar um tipo de material de características que se adequem, e se harmonizem com as nossas paisagens e tradições.

Fica a questão e a vontade de conseguir fazer uma simbiose, entre o novo e o antigo, praticando uma arquitetura que una a preocupação ambiental, cultural e de conforto, unindo todo o saber e técnica, evoluindo. Não virarmos as costas ao passado, mas integrando-o no nosso futuro.

O caso das coberturas de colmo, do P.N.P.G., Alto Barroso;

Julgo ser necessária a valorização de toda uma cultura existente na região em estudo, realçando os valores positivos dessa mesma cultura, no que se refere à proximidade do homem com a natureza, o que não significa menosprezar todo o desenvolvimento e progresso adquiridos, desde que se mantenha o equilíbrio, o bom senso, e a sabedoria de enquadrar o progresso num sistema sustentável e ecologicamente responsável. Sem a utilização da tecnologia poluente, quer a nível da alimentação, quer a nível da construção, dando preferência aos meios que o progresso trouxe sim, mas não a qualquer preço. Estar atentos ao sinais que a natureza nos transmite, cada vez mais intensa e diariamente.

Apesar de tudo, acredito que a essência original não está perdida e as tentativas e ações para a recuperar são numerosas e verdadeiramente interessadas.

Existe em diferentes locais e também nesta região do Barroso, onde como atrás dizia, se procura, pelo menos, manter viva a memória coletiva, através de atividades que o seu Ecomuseu, em Montalegre, mantém e dinamiza.

O Parque (Nacional Peneda Gerês), como organismo de proteção e preservação da Natureza (fauna, flora, paisagem natural) e costumes e tradições das aldeias serranas nele englobadas, poderia viabilizar projetos dentro da área em estudo, começando por criar dentro do próprio Parque algumas oficinas de ensino e aprendizagem da técnica de aplicação do colmo, em comunhão com os próprios habitantes mais antigos, detentores de um vasto conhecimento e sabedoria.

Seria uma área a considerar a nível da investigação universitária, sobretudo em Arquitetura, Design e Belas Artes, no intuito de salvaguardar os valores etnográficos e antropológicos dos elementos da arquitetura popular (como exemplo: trazendo novas abordagens ao processo aplicativo e construtivo).

Mas, para que tal possa acontecer, será necessário a conjugação dos interesses dos habitantes com o interesse do Parque, por exemplo: nas Ecoaldeias, propiciar o

financiamento da plantação do centeio, cuja palha seria colhida no modo artesanal (onde não é quebrada e automaticamente compactada em fardos), podendo assim ser utilizada para a construção de coberturas em colmo.

Bibliografia

- ALVAREZ, José Gomes - **Inventário do Património Cultural Construído**. Lisboa: Secretaria de Estado do Ambiente, 1978.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - **Arquitectura Popular em Portugal**. Lisboa: Ordem dos Arquitectos Portugueses, 1980.
- BACHELARD, GASTON - **A Poética do Espaço**. Brasil: Edições Martins Fontes, 1996. ISBN 85-336-0234-0
- FERNANDEZ – GALIANO, LUIS (direcção) - **Cobijo** . Madrid: H. Blume Ediciones, 1973. ISBN 84-7214-188-8
- FONTE, BARROSO & FONTES, ANTÓNIO - **Usos e Costumes de Barroso**. Lisboa: Edições Âncora, 2005. ISBN 972-780-153-6
- GERALDES, ALICE - **Castro Laboreiro e Soajo: Habitação, vestuário e trabalho da mulher**. Lisboa: Colecção Parques Naturais nº4, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 1979.
- GODIVIER, JEAN-LOUIS (direcção) - **Atlas d'architecture mondiale**. França: Editions Stock, 1998. ISBN 2-234-00657-0
- LEVY, FRANÇOISE & SEGAUD, MARION - **L'Anthropologie de l'espace**. Paris: Centre George Pompidou, CCI, 1983. ISBN 2-85850-206-4
- LINO, ANTONIO - **O Homem e a Casa, A Casa e o Tempo**. Odivelas: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990. ISBN 972-566-138-9
- LLANO, Pedro - **Arquitectura Popular en Galicia 1**. Santiago de Compostela: Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, 1981. ISBN 84-85665-06-6
- MENÉRES, João *et al.* - **Parque Nacional Peneda Gerês**. Porto: Associação Fotográfica do Porto, 1976.
- MORIN, Edgar - **Paradigma Perdido** . Mem Martins: Edições Europa América, 1973. ISBN 972-1-028444
- NORBERG-SCHULZ, Christian - **Genius Loci: Paysage Ambiance Architecture** . Bruxelas: Pierre Mardaga Éditeur. 1981. ISBN 2-87009-147-8
- OKAKUSA, Kakuro - **O Livro do Chá** . Lisboa: Edições Cotovia, 2009. ISBN 978-972-795-199-4
- PALLASMA, Juhani - **Los Ojos de la Piel: La Arquitectura de los Sentidos** . Madrid: Edições GG, 2014. ISBN 978-84-252-2626-7
- Parque Nacional da Peneda Gerês, **Portugal: Guia turístico**. Braga: Edições P.N.P.G. , 1983.
- PIRSON, Jean François - **La Estructura y el Objecto**. Barcelona: P.P.U., S.A., 1998. ISBN 84-7665-224-0
- PIZZA, Antonio - **La Construcción del Pasado**. Madrid: Celeste Ediciones, 2000. ISBN 84-8211-239-2
- RABAÇA, Armando - **Entre o corpo e a paisagem :Arquitectura e lugar antes do genius loci** . Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011. ISBN 978-972-99821-6-3
- RAMOS, Luis M. & COSSIO, V. Fernando - **De Arquitectura Y Arqueologia** . Madrid: Edições Munilla- Lería, 1998. ISBN- 84-89150-21-4
- RIBEIRO, Orlando - **Opúsculos Geográficos: O Mundo Rural, – IV volume** . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. ISBN 972-31-0110-6

SMET, Marc - **Elogio do Silêncio** . Lisboa: Edições Sinais de Fogo, 2001. ISBN 972-8541-25-2

TABORDA, Vergílio - **Alto Trás-os-Montes: Estudo Geográfico** . Lisboa: Livros do Horizonte, 1987. ISBN 978-989-8271-04-4

TANIZAKI, Junichiro - **O Elogio da Sombra** . Lisboa: Relógio D'Água, 1999. ISBN 972-708-521

TORGA, Miguel - **Portugal** . Coimbra: Coimbra Editora, 1993. ISBN 972-634-076-4

TUAN, Yu-Fu - **Space and Place: The Perspective of Experience**. Mineápolis, Londres: University of Minnesota Press, 1977. ISBN 9780299226701

VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto *et al.* - **Construções Primitivas em Portugal** . Lisboa: Publicações D. Quixote, 1984. ISBN 972-20-0196-5

VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto *et al.* - **Arquitectura Tradicional Portuguesa** . Lisboa: Publicações D. Quixote, 1992. ISBN 972-20-0959-1

VIEGAS GUERREIRO, Manuel - **Pitões das Júnias: Esboço de Monografia Etnográfica**. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 1991.

Arquitetura Vernacular Praieira – Nordeste do Brasil.

Genival Costa de Barros Lima Junior

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

gbarroslimajr@gmail.com

Resumo

Há uma expressão técnica construtiva produto de três culturas que perdura nas praias nordestinas e que tem seus primeiros registros desde 1809: casas feitas do material originário do meio ambiente onde estão inseridas e que refletem um contexto socioeconômico específico das comunidades praieiras. Este artigo, através de análise dos vestígios materiais e de documentação histórica, identificou as influências e as origens destas construções, o que permitiu defini-las e compreender sua configuração atual. Através de visitas ao longo do litoral nordestino fez-se um levantamento fotográfico, gráfico e estatístico para se estabelecer quais os padrões existentes e os níveis de preservação de cada comunidade e, identificar assim, os graus de influência externa e de técnicas construtivas indígenas, europeias e negras.

Palavras-chave: Arquitetura vernacular, Patrimônio, Técnica construtiva.

Introdução

A adaptação ao ambiente, bem com permanência e uso do mesmo, depende, entre outros fatores, de desenvolvimentos técnicos que o grupo aprimora, absorve ou descarta com o passar do tempo. Este desenvolvimento estabelece padrões que se tornam característicos do grupo. Barrio (2005) associa cultura¹ a alguns sistemas de desenvolvimento técnico e tecnológico. Assim pode-se entender que o processo de aprimoramento tecnológico está ligado ao desenvolvimento cultural de determinado grupo e que esse arcabouço de conhecimento técnico acaba por ser característico de determinado grupo.

Com isso em mente percebe-se em todo o litoral nordestino uma rica expressão sociocultural envolvida diretamente com o mar e a terra e dependente desse ambiente para permanência e sobrevivência: a cultura praieira e pesqueira. Desde o trabalho até o falar, essa cultura tem suas peculiaridades, nuances, que a tornam única e explicam o fascínio que exerce em muitos observadores atentos. Música, religião, vestimenta, ferramentas e apetrechos de trabalho são facetas desse modo de vida que permeia as grandes cidades no Nordeste brasileiro. Uma das manifestações mais constantes, tão forte quanto a jangada, em toda a imagética popular é a casa de pescador. Sempre presente, isolada ou em vilas, ela acaba por se tornar parte da paisagem. Como se formou esta cultura construtiva? O que ela revela sobre sua origem? Como explicar a evolução tecnológica que se processou nas praias do nordeste?

Leroi-Gourhan, pág. 184 (1984) escreve que a habitação “é um dos aspectos da atividade humana sobre os quais mais se tem escrito, porque a casa é, ao mesmo tempo, o mais aparente e o mais pessoal de todos os traços étnicos”. Também Rapoport, pág. 48(1969) diz: “Uma casa é um fato humano, e mesmo com as mais severas restrições físicas e tecnologia limitada o homem tem construído de modos tão diversos que estes só podem ser atribuídos à escolha, a qual envolve valores culturais”. Sendo um elemento cultural que traz tanta intimidade com seu construtor, compreender a casa será imprescindível para um entendimento de cultura.

Como elemento cultural técnico, a casa dialoga com o meio, é condicionada por este e o altera na medida do possível. Esse relacionamento, homem, cultura técnica e meio, molda um inteiro modo de pensar que é bem peculiar ao caso em estudo. A diversidade de grupos humanos, associada à diversidade geográfica e biológica do ambiente praieiro, formou um modo de construir que explica como se deu, no caso do Nordeste brasileiro, e em quais proporções, um sincretismo cultural. História, população e cultura estão envolvidas nessa fusão.

¹ Definida como sistema integrado de padrões de conduta aprendidos e transmitidos de uma geração a outra, características de um grupo humano ou sociedade.

Arquitetura Vernacular Praieira

Paul Oliver, em *Dwellings* (2003), já na sua introdução destaca que habitar é tanto processo como artefato: é a experiência de viver num localidade específica e a expressão física de fazer isso. Essa capacidade de se adaptar construtivamente ao ambiente, usando os recursos disponíveis localmente em concordância com a terra, com o clima e sendo resultados de gerações sucessivas de acúmulo de conhecimento torna a arquitetura vernacular² uma expressão cultural de grande relevância para o entendimento do desenvolvimento sócio cultural de localidades.

A força dos aspectos culturais na arquitetura vernacular pode ser demonstrado em Rapoport (1990) quando discorre sobre o importância do significado (entendendo que a mente humana trabalha basicamente estabelecendo significados ao mundo através de relações cognitivas, taxonomias, categorias e esquemas que geram formas, como outros aspectos da cultura material) do meio. Relata que aparentemente as pessoas reagem ao meio em termos do significado que o meio tem para elas. Prova disso se encontra na variedade de reações que grupos tem em diferentes partes do mundo a ambientes com quase todos os mesmos recursos e dificuldades. Rapoport salienta assim que relações de afetividade (aspectos culturais) com o ambiente podem ser mais relevantes que reações analíticas do meio. Isto sugere que significado não é algo à parte de função, mas parte importante desta.

Estas ideias foram absorvidas e ampliadas num mestrado em arqueologia que foi feito a partir de uma pesquisa sobre casas de pescadores em todo o litoral nordestino. Este trabalho acabou por gerar um livro chamado “Arquitetura Vernacular Praieira”, que trata de um panorama de como (em 2006) se encontrava a cultura construtiva praieira no litoral do nordeste. Para efeito de estudo foi feita extensa busca por comunidades litorâneas que ainda preservassem a cultura material e imaterial intacta ou com mínima influencia da cultura citadina. Este livro, após apresentações, palestras e debates motivou a compreensão da necessidade de se traçar o caminho de volta para perceber melhor os traços culturais que formaram esta cultura e técnica construtiva no litoral nordeste do Brasil.

Corte temporal e geográfico

O cenário que serve de pano de fundo para o desenvolvimento da cultura praieira se desenrola em meados do século XIX, com a proximidade do fim da escravatura. Essa época que marca o declínio de um inteiro sistema econômico e social onde à guisa de muito custo e contragosto, negros começam a usufruir de “regalias” mais amplas e a liberdade completa de alguns — também fuga e conseqüente ajuntamento e união de outros — permite a formação de uma população que inicialmente é forçada a viver à margem da economia citadina e que, por isso, acaba por se enfronhar em outros modos de produção que vão se tornando cada vez mais rentáveis. É baseado nessa conjuntura político econômica que escritores, pesquisadores,

² O termo “Arquitetura vernacular” compreende as habitações e outras construções dos povos. Relacionadas aos seus contextos ambientais e recursos disponíveis, são costumeiramente construídas por seu dono ou pela comunidade utilizando tecnologias tradicionais. OLIVER, 1997.

antropólogos e historiadores começam a descrever e registrar a formação de um povo brasileiro, mestiço e fundido culturalmente, como salienta Ribeiro, pág. 251 (2006):

“[...] nasce em torno do complexo formado pela economia do açúcar, com suas ramificações comerciais e financeiras e todos os complementos agrícolas e artesanais que possibilitavam sua operação[...] Nela, a forma de existência, a organização da família, a estrutura de poder não eram criações históricas oriundas de uma velha tradição, mas meras resultantes de opções exercidas para dar eficácia ao empreendimento. Mas, por outro lado, muito mais complexa, como população surgida da fusão racial de brancos, índios e negros, como cultura sincrética plasmada na integração das matizes mais díspares e como economia agroindustrial inserida no comércio mundial existente.”

Conceitos

Quando lemos ou pesquisamos a respeito desta cultura tecnológica construtiva entramos em contato com duas expressões atribuídas a este tipo de construção. Uma usada em âmbito mundial, e outra, mais local, no âmbito dos pesquisadores brasileiros: vernacular e popular.

“Até tempos bem recentes não se havia considerado nenhum termo específico para designar esta imensa maioria de construções habitualmente ignorada nos tratados. O reconhecimento da própria existência de formas construídas, sobretudo de edifícios destinados ao uso doméstico, suscetíveis de diferenciação segundo culturas, meio ambiente e clima do lugar em que se levantam, tem conduzido a um emprego cada vez maior do termo “arquitetura vernácula” para identificá-las.”

Com esse argumento, o autor Paul Oliver, pág. 11 (1978), defende a importância de uma terminologia adequada que descreva as construções descritas acima. De fato, o termo *vernacular* é um dos mais usados na Europa pelos estudiosos das construções feitas em bases totalmente culturais, sem a presença do arquiteto ou construtor profissional, onde o conhecimento e domínio da técnica são quase que instintivos — não há documentação do processo (manuais), o trabalho é artesanal, e a oralidade e observação fazem parte do aprendizado e da difusão do conhecimento. Este termo é vinculado à construção que absorve matérias de seu entorno, que é moldada pelas restrições do clima e geografia do seu lócus.

Já no Brasil autores como Weimer, em *Arquitetura Popular Brasileira* (pág. XL), defende que o termo *popular* é melhor aplicado “às manifestações construtivas do povo”.

“Em sua origem latina, *populus* designava o conjunto de cidadãos que excluía, por um lado, os mais privilegiados, os patrícios, a quem estava reservada a representação no senado, e, por outro lado, os menos afortunados, a plebe, os despossuídos. Portanto, em seu sentido mais direto, significa aquilo que é próprio das camadas intermediárias da população. Essa definição parece ser extremamente atual e muito feliz: exclui a arquitetura realizada pelas elites — denominada erudita — e a dos excluídos, para a qual, modernamente, se têm usado o termo *favela* e outros termos semelhantes.”

Nessa defesa de sua terminologia, o autor deixa claro que o termo *popular* se aplica com mais precisão ao objeto construído pelo povo e para o povo. Para tais, essa designação tem sido suficiente por, simplesmente, excluir o que é “erudito”, ou profissional, da referida construção.

Tanto Oliver quanto Weimer usam termos que, por mais que tendam a se aproximar da realidade, segundo as explicações fornecidas, não são incisivos na explicação e no entendimento de alguns padrões tecnológicos ou, mais especificamente, de um objeto construído, neste caso uma casa, pois são essencialmente generalizantes. Descrevem³, mas não explicam alguns fatores que podem ser preponderantes para a boa compreensão dessa cultura construtiva como, por exemplo, quais as suas origens e as suas influências, qual o seu modo de construção, qual a cultura por trás da obra e, mesmo, quais as atividades e hábitos dos homens por trás da cultura construtiva, são alguma das questões que os conceitos dos dois autores não conseguem responder.

Influência Indígena, Negra e Branca

Antes de obter respostas para as questões acima convém lembrar quais aspectos foram misturados ao formar a casa do pescador praieiro. As influências se manifestam em detalhes construtivos e executivos (técnica) e modos de uso do ambiente construtivo (cultura).

Entre as influências indígenas que podemos elencar no desenvolvimento tecnológico do habitar praieiro estão: Construção com materiais vegetais, uso da varanda (estrutura a partir da uma extensão da cobertura em duas águas) cobertura para fugir do calor, palafitamento para fugir da maré ou cheia dos rios, utilização da tesoura romana como estrutura de telhado, planta retangular baseada em sequências de três pilares (sendo os do meio formadores da cumeeira), uso de forquilhas no madeiramento de apoio da cobertura, cobertura em camadas de palha seca, trançado da palha (seja de coqueiro, carnaúba ou babaçu), ausência de divisões internas na casa (objetos e utensílios em uso determinam o ambiente), casa é o reino das mulheres, plantas com dois acessos (e únicas aberturas) e banheiro separado da casa com piso elevado e livre de olhares por vedação.

³ No sentido de que os termos servem para determinar o que são as construções e, em alguns casos, como em *vernacular*, o contexto em que a construção está inserida.

Já entre as contribuições negras estão: construção com terra (argila), plantas retangulares (cerca de seis por oito metros), cubatas (casas unifamiliares sem divisões internas), cubatas de sombra (cobertas sobre pilares de madeira para uso dos homens da tribo, servindo para reuniões e trabalho), uso da taipa, beiral saliente (com o objetivo de proteger a taipa das intempéries), alpendre (lussambo) diante da casa, poucas e pequenas aberturas.

Por fim os brancos influenciaram a construção com: alpendramento das fachadas principais, especialização do ambiente interno (cozinha e demais divisões internas), acabamento de fachada, elementos acessórios (portas e janelas) trabalhados e rebuscados, telha cerâmica, exacerbação do senso de privado.

Sincretismo

A palavra sincretismo vem do grego *synkretismós*, “união de diversas cidades da ilha de Creta contra um inimigo comum”; de *syn—junto* — com *kres—cretense*. Com o tempo, adquiriu o sentido de união de correntes, teorias ou religiões diferentes. O dicionário Michaelis, entre as definições para sincretismo, define, sob o ponto de vista antropológico, assim: Fusão de dois ou mais elementos culturais antagônicos num só elemento, continuando, porém, perceptíveis alguns sinais de origens diversas.

De fato, *sincretismo* é o termo que se enquadra no cenário exposto. Mais do que uma construção popular, com a qual se poderia confundir, por exemplo, com as casas em favelas, atualmente encontradas em quase todas as grandes cidades, além de outras construções espalhadas pelo mundo, onde o fator não profissional é a principal característica analisada. Do mesmo modo, mais do que uma construção vernacular, onde o meio fala mais alto do que a cultura por trás da técnica construtiva e que pode facilmente apontar para outras regiões similares no mundo. Esta palavra — sincrética — afunila as opções socioculturais em um único ponto, onde se pode perceber e apontar, ou pelo menos conjecturar, as origens humanas da construção.

Sincretismo cultural

Conforme Silva (2004) descreve, os índios foram a mão de obra inicial nas plantações de cana-de-açúcar e outras culturas agrárias menores, que logo se desenvolveram no litoral nordestino, atividade esta que serviu como impulsionador de todo um dinamismo econômico, social e cultural observado na região. Cabia aos índios não apenas trabalhar nas plantações, mas também construir engenhos e casas, bem como produzir alimentos através da caça e pesca. Quanto ao envolvimento com as atividades pesqueiras Silva, pág. 44 (2001) salienta:

“A escravização do “gentio da terra”, portanto, não se verificou apenas no interior dos engenhos e das lavouras de cana, mas também no mundo do mar, da pesca e da navegação de cabotagem, que começava a se impor na América portuguesa. Até mesmo chegou a atingir alguma especialização, como se pode verificar, na medida em que os escravos

indígenas habilitados como pescadores, calafates e caixeiros custavam quase o mesmo preço que um escravo africano.”

No entanto, em fins do século XVI, observa-se uma grande mortandade, por diversos fatores, de doenças a guerras, entre os indígenas e o início do tráfico intenso de negros africanos como escravos. Some-se a isso o fato de que “entre os séculos XVII e XVIII, os indígenas deixaram de constituir a principal força de trabalho não apenas entre os engenhos e lavouras de cana do Nordeste, mas também na pesca e em outras atividades ligadas ao mundo do mar. Pela lei promulgada em 30 de julho de 1609, proíbe-se até mesmo sua escravização” (Silva, pág. 45, 2001).

Durante esse período, percebe-se um incremento na quantidade de escravos africanos no Nordeste e no seu uso como força de trabalho nas mais variadas frentes, não somente na lavoura de cana. Estes também tinham contato com a cultura pesqueira⁴.

A partir dessa realidade, os senhores de terras não apenas usavam sua mão de obra para a cana, mas, como observou Castelluci Jr., pág. 137 (2008).

“[...] em muitas delas [fazendas], os senhores investiram na plantação de coqueiro, cuja fruta era muito bem aceita no mercado provincial e enviada para o Rio de Janeiro; na coleta da piaçava; na extração da lenha que alimentava os fornos dos arguidas, das engenhocas e padarias do recôncavo; também cultivavam várias árvores frutíferas. A pesca litorânea se constituiu, assim como outras atividades produtivas, numa importante fonte de receita para os senhores, além de extraordinária fonte de alimentação que completava a dieta alimentar deles, de seus escravos e dos trabalhadores livres da zona rural. Na maior parte das propriedades arroladas, foi quase uma rotina identificar uma série de embarcações, tradicionalmente utilizadas para a pesca, nas proximidades da praia, além dos instrumentos utilizados na apreensão do peixe.”

Durante essa época, começou a surgir a expressão *escravo de ganho*, ou seja, o negro mais habilitado à diversificação de funções econômicas, dentre elas a pesca, que se tornava maior fonte de renda para seu possuidor. Sobre este novo contexto que se desenvolve no litoral Silva, pág. 69, (2001) acrescenta:

“Como já foi sugerido, entre os séculos XVII e XVIII os escravos africanos e seus descendentes, bem como um número cada vez mais

⁴ Há estudos que mostram que alguns escravos pescavam e catavam caranguejo em mangues e rios, próximos ao engenho ou fazenda, para contribuir com alimentação na senzala (Silva, pág. 45, 1988).

significativo de negros livres, foram substituindo paulatinamente pessoas de origem portuguesa e indígena nos misteres marítimos e na navegação fluvial nas regiões açucareiras na Bahia e em Pernambuco[...]"

Também é digno de nota, como já salientado acima, rapidamente, que uma parcela importante dos escravos trazidos para o Brasil eram oriundos de regiões costeiras africanas, onde já havia uma cultura de pesca, praia, na estrutura social das tribos (Diegues, pág. 59, 1983).

Acontece que com o declínio da mão de obra indígena a população de escravos negros abundou. As culturas econômicas se diversificaram. Escravos eram usados nas mais diversas atividades comerciais, da padaria à construção civil, passando, lógico, pela pesca. Assim, criou-se uma cultura econômica paralela, e muito forte, diga-se de passagem, nas cidades litorâneas, com arrendamentos de terras a famílias e grupos que acabavam por se instalar na praia, ou coqueiral, para administrar seu empreendimento, que incluía não só o coqueiral, mas muitas vezes um roçado onde eram plantados alimentos de subsistência. Foi nessa época que os mercados de peixe começaram a sair da sombra dos coqueiros para as proximidades da cidade e, posteriormente, para dentro dela.

Dessa cultura em desenvolvimento surge toda uma sociedade tipicamente brasileira, segundo Darcy Ribeiro em *O Povo Brasileiro*, citado acima. O autor deixa claro que esse povo gera matizes culturais que serão a base do entendimento das populações tradicionais, ou rústicas. Dentro dessas populações a crioula, segundo nomenclatura usada pelo autor, é que se torna foco de interesse. Por quê? Esta surge em torno das complexas relações econômicas, políticas e sociais no Brasil escravista colonial. Estas relações modificam e reconstróem estruturas familiares e sociais, criam um inteiro sistema econômico cultural no litoral nordestino e fundem tecnologias construídas num sincretismo de matrizes dispares e em choque.

Sincretismo tecnológico

A capacidade ou a opção pela escolha, o poder de decisão, ou, como salienta Basalla (2001), a abordagem voluntarista (em vez da determinista), conduz a entendimentos mais amplos sobre o conjunto de fatores que formaram a casa do pescador como hoje conhecemos. Nas suas conclusões em *A Evolução da Tecnologia*, pág. 220, o autor citado destaca:

“As pessoas fazem novos tipos de coisas porque decidem definir e procurar um tipo particular de vida humana. A história da tecnologia não é um registro dos objetos fabricados para garantir nossa sobrevivência. Em vez disso, é o testemunho da fertilidade da mente inventiva e do imenso número de formas que os povos da terra escolheram para viver. Sob esta perspectiva, a diversidade de artefatos é uma das expressões mais elevadas da existência humana”.

Este será o ponto de partida para salientar que adaptações e desenvolvimentos tecnológicos na construção da casa do pescador são fruto de desejos e anseios (traços culturais), além de adaptações climáticas e tecnológicas, que permeiam a cultura que se fundiu no litoral nordestino durante um período especificado. No ambiente praieiro as tipologias construtivas adotadas, ou misturadas, para se chegar ao que hoje ainda se encontra pelo litoral nordestino brasileiro, conforme o levantamento histórico feito, revelam que culturas se chocaram, cada qual com bagagem técnica.

Nesse ponto, pode-se atentar para o que Crouch e Johnson argumentam em *Traditions in Architecture*, pág. 25, para entender o progresso ou a evolução tecnológica. As autoras discorrem sobre como se técnicas e tecnologias específicas acabam por formar tradições tecnológicas que se espalham pelo território, se misturam ou são completamente modificadas. Escrevem:

“Pessoas em culturas tradicionais sabem como fazer as construções de que precisam. Há anos, através de tentativas, de erros, reflexão e novas tentativas, tradições construtivas têm evoluído para integrar clima, materiais, outras contenções físicas e práticas culturais a formas arquitetônicas que satisfazem necessidades de indivíduos e grupos. Pessoas nessas culturas, enquanto desenvolvem meios falados e escritos para codificar tradições construtivas, também sabem como transmitir este conhecimento de uma geração para a próxima. Elas preferem sempre instruções faladas e demonstração do que material impresso.”

Ainda, somando-se a isso, o que Oliver, pág. 110 (2006) destaca ao escrever sobre *know-how* vernacular pode ampliar o conhecimento dos aspectos de transmissão cultural em discussão:

“Na prática, dentro do contexto da arquitetura vernacular, é englobado o que se sabe e o que é característico sobre abrigar, construir ou assentar; inclui a sabedoria coletiva e experiência da sociedade envolvida e as normas que se tornaram aceitas pelo grupo como sendo aceitáveis para suas construções[...] tecnologia vernacular está situada conceitualmente dentro de um grande mapa cognitivo ou território que constitui a totalidade do conhecimento sobre construir e assentar que é guardado por uma sociedade específica”.

Oliver descreve não somente o papel desse mapa cognitivo que guarda o conhecimento técnico dentro de uma determinada sociedade, mas propõe que a transmissão se torna possível através de uma técnica simples, que use poucos artifícios, como ferramentas, e que seja baseada no empreendimento humano (que pode ser coletivizado), e, desse modo, a manutenção do *know-how*, do saber e do fazer, permanece no seio do grupo. Não é que se iniba qualquer manifestação de individualidade, mas que as soluções estabelecidas, culturalmente, foram, como é de conhecimento de todos no grupo, testadas através dos tempos e então aceitas e difundidas na

comunidade. Os padrões de vida se mantêm constantes nesse aspecto. Então os edifícios se manterão constantes.

Assim entendemos que o choque de culturas associado, ou motivado, a todo um sistema sócio-político fez com que dados tecnológicos se unissem em torno de uma nova formatação econômica e cultural. Esta nova formatação gerou, enquanto se desenvolvia, um novo *modus operandi* construtivo característico que de quem estava a usar o meio praieiro como base de produção.

Pesquisa

As pesquisas e levantamento de dados durante as visitas (em 31 comunidades no MA, CE, RN, PB, AL e BA) permitiram a geração de tabelas temáticas que nos ajudam a estabelecer, por fim, quais detalhes mais se aproximam das culturas em fusão. Elas apontaram para relações que podem ser estabelecidas e as conclusões que podem ser tiradas ao se deparar com os quantitativos de elementos construtivos ou finalizadores (acabamentos) de recorrência nas construções estudadas. As tabelas temáticas de recorrência são:

tema: Estrutura

Casa / Localidade	Influência		
	índia	negra	branca
01 - Ilha São Pedro - MA			X
02 - Ilha São Pedro - MA			X
03 - ilha Lençóis - MA	X		
04 - ilha Lençóis - MA	X		
05 - Espadarte / Vassouras - MA		X	
06 - Espadarte / Vassouras - MA	X	X	
07 - Morro do Boi - MA		X	
08 - Morro do Boi - MA	X	X	
09 - Caburé - MA	X		
10 - Barrinha - CE			X
11 - Barrinha - CE	X		
12 - Balbino / Xavier - CE			X
13 - Balbino / Xavier - CE	X		
14 - Praia Nova - CE	X	X	
15 - Estevão / Majorlândia - CE	X		
16 - Fontinha - CE			X
17 - Quitérias / Peroba - CE		X	
18 - Areia Branca - RN	X	X	
19 - Redonda - RN	X	X	
20 - Galinhos - RN	X		
21 - Santa Maria - RN	X		
22 - Abiai - PB	X		
23 - Abiai - PB	X	X	
24 - Camarutuba - PB	X		
25 - São Miguel dos Milagres - AL	X		
26 - Japaratinga - AL	X		
27 - Japaratinga - AL	X	X	
28 - Poças - BA	X		
29 - Cumuruxatuba - BA			X
30 - Vila de Contrato - BA			X
31 - Vila de Contrato - BA			X
Porcentagem Estrutura	64%	32%	25%
	índia	negra	branca

Tabela 1 Tabela analítica tópic: Estrutura
Fonte: Desenvolvido pelo autor

tema: Coberta

Casa / Localidade	Influência		
	índia	negra	branca
01 - Ilha São Pedro - MA	X		
02 - Ilha São Pedro - MA	X		
03 - ilha Lençóis - MA	X		
04 - ilha Lençóis - MA	X		
05 - Espadarte / Vassouras - MA	X		
06 - Espadarte / Vassouras - MA	X		
07 - Morro do Boi - MA	X		
08 - Morro do Boi - MA	X		
09 - Caburé - MA	X		
10 - Barrinha - CE		X	
11 - Barrinha - CE		X	
12 - Balbino / Xavier - CE	X		
13 - Balbino / Xavier - CE	X		
14 - Praia Nova - CE		X	X
15 - Estevão / Majorlândia - CE	X	X	
16 - Fontinha - CE	X	X	
17 - Quitérias / Peroba - CE		X	X
18 - Areia Branca - RN			X
19 - Redonda - RN			X
20 - Galinhos - RN	X		X
21 - Santa Maria - RN	X		
22 - Abiai - PB	X		
23 - Abiai - PB			X
24 - Camarutuba - PB	X		
25 - São Miguel dos Milagres - AL	X	X	
26 - Japaratinga - AL	X		
27 - Japaratinga - AL		X	
28 - Poças - BA	X		
29 - Cumuruxatuba - BA			X
30 - Vila de Contrato - BA			X
31 - Vila de Contrato - BA	X		
Porcentagem Coberta	67%	19%	32%
	índia	negra	branca

Tabela 1 Tabela analítica tópic: Coberta
Fonte: Desenvolvido pelo autor

tema: Vedação

Casa / Localidade	Influência		
	índia	negra	branca
01 - Ilha São Pedro - MA			X
02 - Ilha São Pedro - MA	X		
03 - ilha Lençóis - MA			X
04 - ilha Lençóis - MA	X		
05 - Espadarte / Vassouras - MA		X	
06 - Espadarte / Vassouras - MA	X		
07 - Morro do Boi - MA		X	
08 - Morro do Boi - MA		X	
09 - Caburé - MA	X		
10 - Barrinha - CE			X
11 - Barrinha - CE		X	
12 - Balbino / Xavier - CE			X
13 - Balbino / Xavier - CE	X		
14 - Praia Nova - CE		X	
15 - Estevão / Majorlândia - CE		X	
16 - Fontinha - CE		X	
17 - Quitérias / Peroba - CE		X	
18 - Areia Branca - RN		X	
19 - Redonda - RN		X	
20 - Galinhos - RN		X	
21 - Santa Maria - RN	X		
22 - Abiai - PB	X		
23 - Abiai - PB		X	
24 - Camarutuba - PB	X		
25 - São Miguel dos Milagres - AL	X	X	
26 - Japaratinga - AL		X	
27 - Japaratinga - AL	X		
28 - Poças - BA		X	
29 - Cumuruxatuba - BA			X
30 - Vila de Contrato - BA			X
31 - Vila de Contrato - BA			X
Porcentagem Vedação	35%	45%	22%
	índia	negra	branca

Tabela 3 Tabela analítica tópic: Vedação
Fonte: Desenvolvido pelo autor

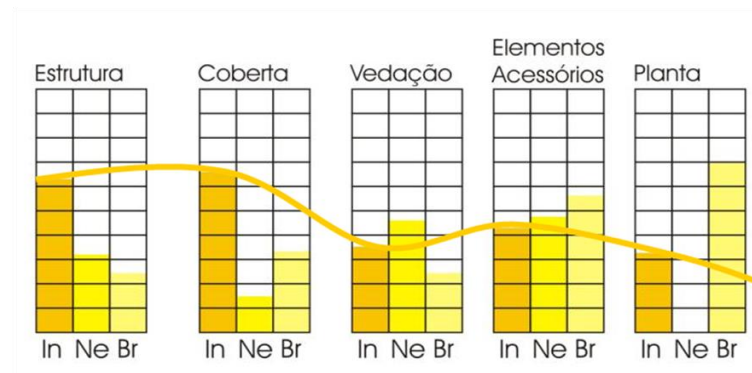


Gráfico 1 Resumo Influência Indígena
Fonte: Desenvolvida pelo autor.

tema: Elementos Acessórios

Casa / Localidade	Influência		
	índia	negra	branca
01 - Ilha São Pedro - MA			X
02 - Ilha São Pedro - MA			X
03 - ilha Lençóis - MA	X		X
04 - ilha Lençóis - MA	X		X
05 - Espadarte / Vassouras - MA	X	X	
06 - Espadarte / Vassouras - MA	X		
07 - Morro do Boi - MA		X	X
08 - Morro do Boi - MA	X	X	
09 - Caburé - MA	X		
10 - Barrinha - CE			X
11 - Barrinha - CE		X	X
12 - Balbino / Xavier - CE			X
13 - Balbino / Xavier - CE	X		
14 - Praia Nova - CE		X	X
15 - Estevão / Majoriândia - CE	X	X	
16 - Fontainha - CE		X	X
17 - Quitérias / Peroba - CE		X	X
18 - Areia Branca - RN		X	X
19 - Redonda - RN		X	X
20 - Galinhos - RN			X
21 - Santa Maria - RN	X	X	
22 - Abiaí - PB	X		
23 - Abiaí - PB		X	X
24 - Camaratuba - PB	X		
25 - São Miguel dos Milagres - AL	X	X	X
26 - Japaratinga - AL		X	X
27 - Japaratinga - AL		X	X
28 - Poças - BA	X		
29 - Cumuruxatiba - BA			X
30 - Vila de Contrato - BA			X
31 - Vila de Contrato - BA			X
Porcentagem Elementos Acessórios	41%	48%	67%
	índia	negra	branca

Tabela 1 Tabela analítica tópico: Acessórios.
Fonte: Desenvolvido pelo autor

tema: Planta / Espaço Interno

Casa / Localidade	Influência		
	índia	negra	branca
01 - Ilha São Pedro - MA			X
02 - Ilha São Pedro - MA			X
03 - ilha Lençóis - MA			X
04 - ilha Lençóis - MA			X
05 - Espadarte / Vassouras - MA			X
06 - Espadarte / Vassouras - MA	X		
07 - Morro do Boi - MA			X
08 - Morro do Boi - MA			X
09 - Caburé - MA	X		
10 - Barrinha - CE			X
11 - Barrinha - CE			X
12 - Balbino / Xavier - CE			X
13 - Balbino / Xavier - CE	X		
14 - Praia Nova - CE			X
15 - Estevão / Majoriândia - CE			X
16 - Fontainha - CE			X
17 - Quitérias / Peroba - CE			X
18 - Areia Branca - RN			X
19 - Redonda - RN			X
20 - Galinhos - RN	X		
21 - Santa Maria - RN	X		
22 - Abiaí - PB	X		
23 - Abiaí - PB	X		
24 - Camaratuba - PB	X		
25 - São Miguel dos Milagres - AL	X		
26 - Japaratinga - AL			X
27 - Japaratinga - AL			X
28 - Poças - BA	X		X
29 - Cumuruxatiba - BA			X
30 - Vila de Contrato - BA			X
31 - Vila de Contrato - BA			X
Porcentagem Planta / Espaço Interno	32%		70%
	índia	negra	branca

Tabela 2 Tabela analítica tópico: Planta / Espaço Interno.
Fonte: Desenvolvido pelo autor

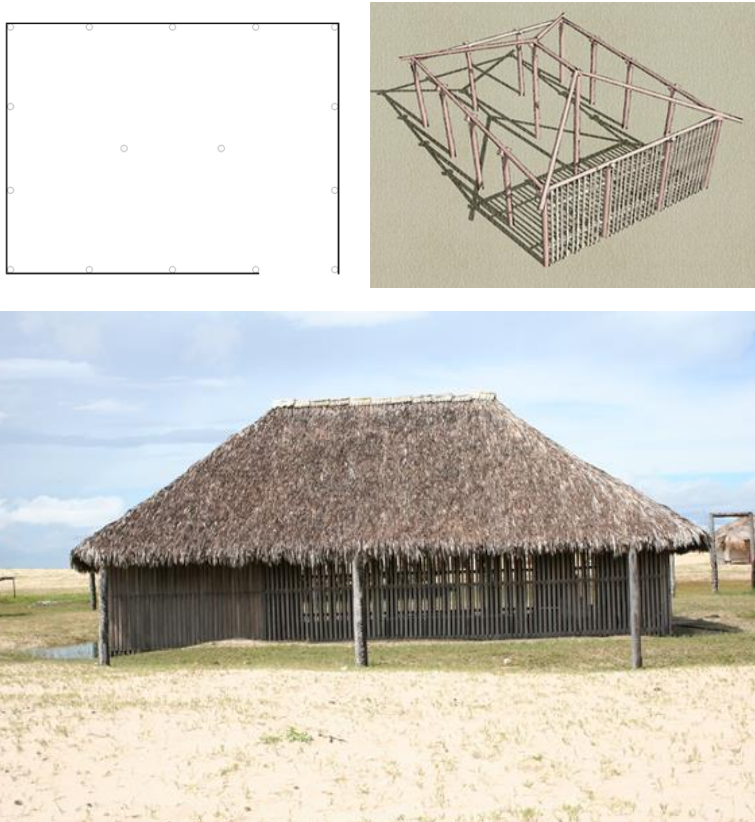


Figura 1 Casa em madeira, Caburé -MA- Planta Baixa, Perspectiva estrutura e Foto
Fonte: Desenvolvimento e acervo do autor.

Outros exemplos de influência Indígena:



Figura 2 Casa em palha, Ilha São Pedro –MA
Fonte: Acervo do autor.



Figura 3 Casa em palha, Balbino/Xavier -CE
Fonte: Acervo do autor.



Figura 4 Casa em palha, Abiaí -PB
Fonte: Acervo do autor.



Figura 5 Casa em madeira, Camaratuba -PB
Fonte: Acervo do autor.

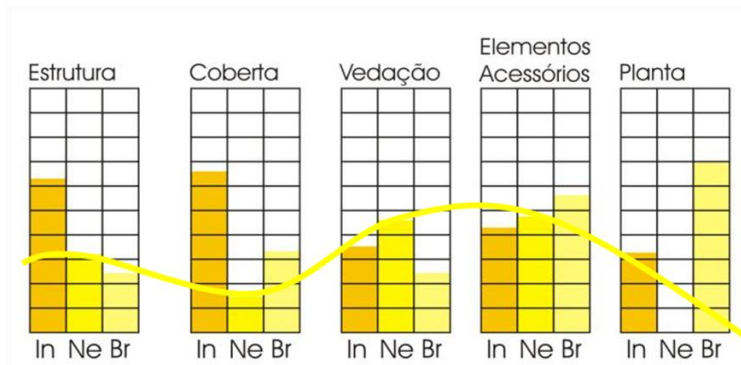


Gráfico 2 Resumo Influência Negra, Fonte: Desenvolvida pelo autor.

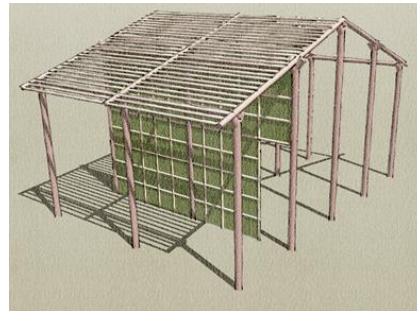


Figura 6 Casa em taipa, Quitéria – CE, Planta baixa, perspectiva estrutura, foto
Fonte: desenvolvimento e acervo do autor

Outros exemplos de influência Negra:



Figura 7 Casa em taipa, Canto do Espadarte/Vassoura –MA
Fonte: Acervo do autor.



Figura 8 Casa em taipa, Morro do Boi –MA
Fonte: Acervo do autor.



Figura 9 Casa em taipa, Barrinha –CE
Fonte: Acervo do autor.



Figura 10 Casa em taipa, Fontainha –CE
 Fonte: Acervo do autor.

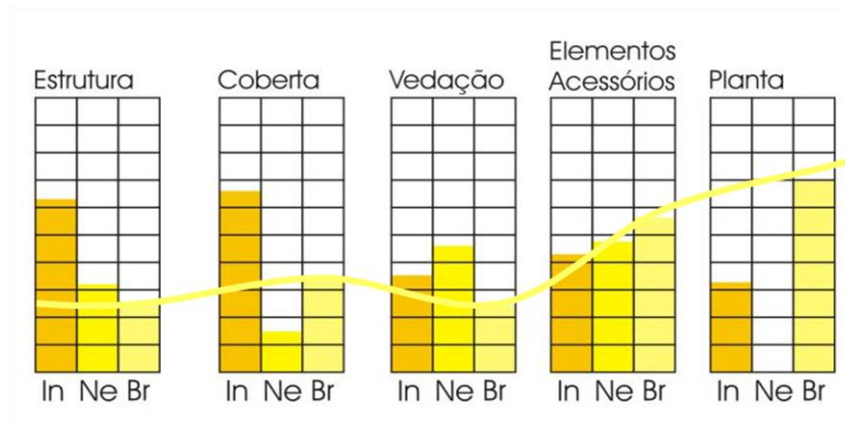


Gráfico 3 Resumo Influência Branca (Européia)
 Fonte: Desenvolvida pelo autor.

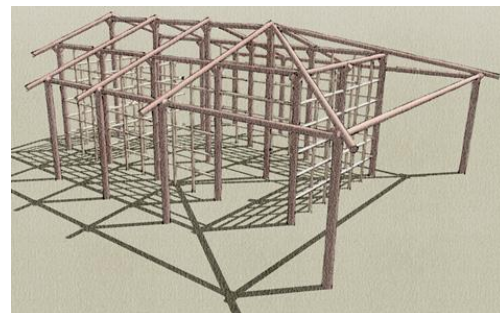
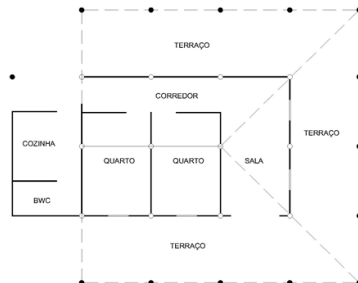




Gráfico 4 Resumo Influência Branca (Européia)
Fonte: Desenvolvida pelo autor.

Outros exemplos de influência Branca:



Figura 11 Casa em alvenaria, Barrinha –CE
Fonte: Acervo do autor.



Figura 12 Casa em alvenaria, Vila de Contrato -BA
Fonte: Acervo do autor.



Figura 13 Casa em madeira, Cumuruxatiba -BA
Fonte: Acervo do autor.



Figura 14 Casa em madeira, Cumuruxatiba –BA

Fonte: Acervo do autor.

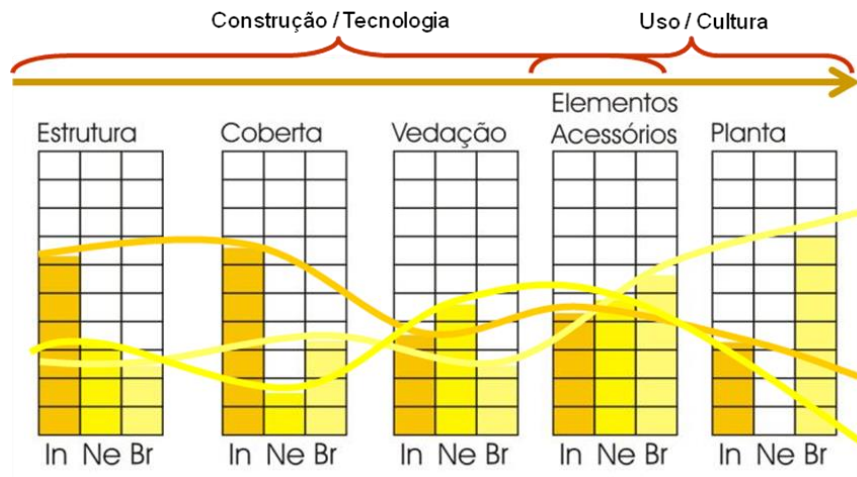


Gráfico 5 Resumo Sobreposição das influências

Fonte: Desenvolvida pelo autor.

Conforme Mumford (1998) destaca, as escolhas construtivas continuam determinantes na preservação das características culturais, afinal a cultura de aldeia (aquela baseada em oralidades, mitologias e estruturas rígidas e ancestrais) permanece nos costumes e tradições que se refletem na estrutura material (mesmo que em vestígios) das populações tradicionais que se estabeleceram historicamente no litoral. Apesar do contato com culturas dominantes e opressivas a maneira de ver e fazer o habitar permaneceu. Justamente em questões mais ligadas ao construir (estrutura, coberta e vedações) é que são mais encontradas. Não é meramente um fato ambiental, de proximidade com o material, ou de custos construtivos (quando o material básico de construção é

retirado do entorno), mas de escolha. Afinal percebe-se que no mesmo sítio onde se encontra madeiramento aparelhado e montado conforme ditames europeus também se encontra a palha e mesmo o barro (taipa). Estas decisões estético construtivas e recorrentes, independente de condições financeiras e sociais, demonstram bem como a preservação ancestral do *modus operandi* construtivo é marcante e permanente.

A tabela temática de estrutura aponta para uma relação mais achegada entre construção e meio ambiente. Conforme já salientado o madeiramento roliço, sem acabamento, é encontrado mais abundantemente no norte e no sul do litoral nordestino, enquanto a palha de coqueiro e o barro ficam no intermédio destas áreas. Ainda assim a técnica construtiva sofre alterações onde se encontra madeira aparelhada (tratada em forma de sarrafos e tábuas) com mais facilidade em função de plantios e serrarias.

As tabelas de coberta e vedação também salientam a estreita relação, em alguns momentos, entre construção e meio. A disponibilidade de material é fator importante para a utilização do mesmo. No entanto a sobreposição de técnicas construtivas de acordo com materiais diferentes no mesmo sítio deixa claro que a escolha cultural ainda é o mais preponderante fator de execução da casa.

No entanto as duas últimas tabelas (elementos acessórios e planta) demonstram o que foi a maior contribuição branca (européia) ao desenvolvimento da Construção Sincretica Praieira: o senso do privado através da especialização dos ambientes internos da casa. Conforme já discutido, esta especialização, fruto, principalmente, da atuação da mulher no ambiente construído (Mumford, 1998), revela que novos modos de vida se estabeleceram no ambiente de praia. Com as novas convenções sociais e culturais formadas as relações familiares e interpessoais também adquiriram novas feições e o uso da construção acompanhou tais mudanças. Com ambientes mais reservados, privatizados dentro do ambiente familiar, a casa se compartimentou. As plantas e elementos acessórios (em especial os de proteção visual ou resguardo, como, por exemplo, as portas estilo saia e blusa) evidenciam este novo *genre de vie* estabelecido.

Estas modificações demonstram que a casa colonial foi transplantada para a construção índia e africana, em sua maioria de planta livre ou, em alguns casos, fragmentada em varias pequenas construções. Essa mudança no ambiente interno nem sempre se refletiu na construção. Os elementos acessórios, que incluem janelas, por exemplo, nem sempre seguiram a distribuição interior. Algumas casas, na respectiva tabela, forma marcadas como sofrendo influência índia ou negra justamente pela ausência de aberturas ou aberturas muito pequenas. Ainda digno de nota é que esta modificação em planta se deu com muito mais força no ambiente interno do que no externo. Não aparecem terraços e alpendres com ascendência branca, portuguesa, com a mesma frequência que a planta interna da casa é influenciada.

Considerações finais

O que, realmente, passa despercebido pelo olhar apressado é que este é um *genre de vie* baseado numa cultura socioeconômica e que esse fato gera uma ESCOLHA pelo ambiente praieiro e pela técnica construtiva característica desse processo. Essa escolha é feita em bases históricas e CULTURAIS, e não está lá por falta de opção ou investimento. O fator cultural pesa mais que outros fatores decisórios como o ambiente ou disponibilidade de material (características vernaculares). As decisões são tomadas em base do que se aprende por transmissão do conhecimento coletivo da comunidade. Este conhecimento pode ou não estar vinculado a fatores ambientais, vernaculares ou econômicos. Prova disso são as diferentes formas de uso do material (que vão de palha até alvenaria em algumas comunidades) ou pela aparente despreocupação com orientação solar ou de ventilação. Os materiais variam dentro de uma mesma comunidade, que já tende a ser condicionada pelo entorno, demonstrando que nem sempre o clima é fator preponderante, mas a cultura construtiva. O que não desfaz das propriedades físicas dos materiais com relação às intempéries do meio ou as características ecológicas e sustentáveis dos mesmos. Com respeito à ventilação vale a pena ressaltar que a principal preocupação em muitas comunidades é fugir dos fortes ventos que trazem a areia fina para dentro de casa e são muito abrasivos (junto com a areia fina) para a construção em taipa. Também a sobreposição de ambientes demonstra uma mínima preocupação com a insolação, visto que a disposição interna pode variar em sua distribuição na planta livre. Ainda se pode mencionar a distribuição espacial da comunidade variada e inconstante. Esta distribuição, conforme se observou nas visitas aos sítios, não obedece preceitos geomorfológicos ou urbanísticos (no sentido de ordenação desenhada do ambiente), mas a convenções familiares e a uniões destas mesmas.. Estes fatores confirmam que a CULTURA é o principal fator decisório na construção sincrética praieira. O acúmulo de experiência associado a formação de uma cultura específica gerou o *modus operandi* construtivo em estudo, a construção sincrética praieira.

Por fim, vale terminar com as palavras de Freyre, pág. XXIV (1967) ao fazer a introdução de suas anotações sobre os mucambos do Nordeste:

“O mucambo, seja qual for o seu futuro no Nordeste ou em qualquer outra região do Brasil, não existiu em vão: nele afirmou-se de modo sociologicamente significativo e até esteticamente expressivo, a capacidade do brasileiro rústico para, à base de tradições européias e, principalmente, ameríndias e africanas, de arte de construção vegetal, resolver, como “arquiteto anônimo”, problemas importantes de sua fixação em espaço tropical, em face de destribalização e de ajustamento de destribalizados à modernas condições de vida denominada civilizada: inclusive ao tipo de família denominado romântico, isto é, constituído por homem, mulher e filhos. A família do genuíno, do telúrico, do brasileiro caboclo.”

Bibliografia

- BARRIO, Angel-B. Spina. **Manual de Antropologia Cultural**. Massangana, Recife. 2005. ISBN 978-85-7019-431-2
- BASALLA, George. *A Evolução da Tecnologia*. Porto Editora. Porto, 2001. ISBN 0-521-22855-7
- BORRAZÁS, PatriciaMañana; ROTEA, Rebeca Bianco; VILA, Xurxo M. Auán. *Arqueotectural: Bases teórico-metodológicas para una arqueologia de La arquitectura*. TAPA 25. Laboratorio de Patrimônio, Paleoambiente e Paisage, Galicia. 2002. ISBN 84-699-6921-8
- CASTELLUCI Jr., Wellington. *Pescadores e Roceiros – Escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860–1888)*. Annablume Editora. São Paulo, 2008. ISBN 978-85-7419-877-4
- CROUCH, Dora P., JOHNSON, June G, *Traditions in Architecture: Africa, America, Asia, and Oceania*. Oxford Press. New York, 2001. ISBN 0-19-508891-3
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. Ática*. São Paulo, 1983.
- FREYRE, Gilberto. *Mucambos do Nordeste – Algumas notas sobre o tipo e casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil*. 2ª ed. Imprensa Universitária. Recife, 1967. Pág. XXI.
- KIPFER, Barbara Ann. *Dictionary of Artifacts*. Blackwell Publishing. Oxford, 2007. ISBN-13 978-1-4051-1887-3
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Ed. Massangana. Recife, 2002. ISBN 85-7019-362-9
- LEROI-GOUHAM, André. *Evolução e Técnicas*. Edições 70. Lisboa, 1984. ISBN 9789724402673
- MILLER, Heather M. L., *Archaeological Approaches to Tecnology*. Elsevier Inc. London, 2007. 0-12-496951-8
- MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História*. 4ª Ed. Martins Fontes. São Paulo, 1998 ISBN 85-336-0847-0
- OLIVER, Paul. *Built to Meet Needs: Cultural issues in vernacular architecture*. Elsevier, Oxford. 2006. ISBN-13 978-0-7506-6657-2
- OLIVER, Paul. *Cobijo y Sociedad*. H. Blume Ed. Madrid, 1978. ISBN 84-7214-155-1
- OLIVER, Paul. *Dwellings - The Vernacular House Worldwide*. Phaidon Press, New York, 2003. ISBN 0-7148-4202-8
- RAPOPORT, Amos. *House Form and Culture*. Prantice-Hall, Inc., New Jersey. 1969.
- RAPOPORT, Amos. *The Meaning of Built Enviroment – A Non Verbal Communication Approach*. The University of Arizona Press. Arizona, 1990. ISBN 0-8165-1176-4

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras. São Paulo, 2006. ISBN 978-85-359-0781-0

SILVA, Luiz Geraldo (Coord). Os Pescadores na História do Brasil, Vol. 1 – Colônia e Império. Ed. Vozes. Petrópolis, 1988.

SILVA, Luiz Geraldo. A Faina, a Festa e o Rito: Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar. Papirus. Campinas, 2001. ISBN 85-308-0635-2

WEIMER, Gunter. Arquitetura Popular Brasileira. Martins Fontes. São Paulo, 2005. ISBN 85-336-2199-X

A Casa e o sagrado – A Cidade de Macuti, na Ilha de Moçambique.

Filipa Besteiro Lacerda

FAUP

filipabesteirolacerda@gmail.com

Resumo

Viajar é talvez a melhor forma de aprender arquitetura. Este trabalho surge, por isso, de uma experiência vivida durante uma visita à Ilha de Moçambique. Lado a lado com teorias, argumentos e ideias para uma arquitetura, são narrados episódios pessoais, num pequeno caderno de viagem, para um melhor entendimento da realidade que se vive no lugar. A ilha de Moçambique é um testemunho de muitas lendas e histórias que se foram cruzando e faz hoje parte do património cultural mundial. Embora deixada ao abandono durante muitos anos, nas últimas décadas têm sido feitos esforços para a reabilitação e conservação das ruínas da cidade colonial. Contudo, a cidade tradicional, maioritariamente construída em Macuti (e por esse mesmo motivo denominada Cidade de Macuti), tem sido esquecida e corre sérios riscos de perder a sua identidade de paisagem histórica urbana, estando a transformar-se num simples bairro informal, igual a qualquer outro.

Neste contexto, o trabalho faz um estudo das condições atuais da Cidade de Macuti, com a intenção de chegar a algumas recomendações úteis, para uma possível conservação da arquitetura tradicional e consequente manutenção da imagem urbana de uma ilha habitada, tanto por homens, como por espíritos.

Palavras-chave: Ilha de Moçambique, arquitectura tradicional, Cidade de Macuti, lendas, Moçambique

Introdução

“Há lugares que não são apenas sítios onde vivemos. São parte da nossa vida, são a nossa vida. A cidade onde nascemos é um lugar onde continuamos a nascer. Essa cidade (que é mais água que terra), somos nós, com as nossas lembranças, as nossas saudades. E a esperança que aquela seja uma cidade carregada de Futuro.”¹

Moçambique faz parte da minha vida, parte de quem sou. Por muitos lugares que visite, mesmo que me ausente durante muito tempo, Moçambique é a terra onde deposito as minhas lembranças e saudades. Ao desejo de regressar, acrescento o desejo de contribuir no seu processo de evolução. Foi dessa vontade, que surgiu o tema da tese, revelando-se uma oportunidade para aprofundar uma realidade que me é tão próxima, mas ao mesmo tempo distante.

Aproveitei o facto de ter de viajar à Ilha de Moçambique, em Agosto de 2011, para começar o meu estudo. Tradicionalmente conhecida por Muipiti, a Ilha de Moçambique, é um lugar rico de memórias, que definem a identidade de Moçambique. Caracterizada pela sua paisagem histórica urbana, a Ilha é um livro das civilizações que por ali foram passando, desde o séc. VII. Chineses, árabes, indianos e portugueses usaram-na como palco de histórias de conquistadores, de piratas e religiões. Foi principalmente, importante porto de negociação de escravos, de ouro, marfim, especiarias, de tecidos e adornos. Foi exatamente este registo de trocas culturais, que contribuiu para que a Ilha fosse declarada, património mundial, em 1991, pela UNESCO.

Existem, na Ilha, dois tipos diferentes de conjuntos urbanos que a definem, a Cidade de Pedra e Cal e a Cidade de Macuti. A Cidade de Pedra e Cal situa-se na parte norte da Ilha e foi a primeira sede da ex Colónia Portuguesa (1507-1898). É aqui onde hoje se encontram localizados alguns escritórios, pequenos postos comerciais, alguns monumentos e também algumas residências. Por sua vez, a Cidade de Macuti, fundada no final do século XVI, representa 30% da área total da Ilha e serve de habitação para a maioria da população menos privilegiada economicamente, que vive das emergentes atividades comerciais. Esta cresceu no “buraco” de onde foram retiradas as pedras, para construir a cidade de pedra e cal.

A riqueza cultural da Ilha é tão visível nas tradições das pessoas, nas suas crenças, na sua linguagem, nas suas estruturas sociais, arte, artesanato, comércio, gastronomia e música, como nos edifícios, que vão variando de uma cidade para a outra, refletindo uma longa história e diversificadas culturas populares. Na Cidade de Pedra e Cal, há uma nítida influência da cultura portuguesa, enquanto que na cidade de Macuti a influência é suaíli.

Contudo, ao longo dos séculos, através de casamentos, ou do afluxo de emigrantes (como por exemplo de refugiados de guerra), os habitantes da Cidade de Macuti têm permitido estrangeiros à ilha trazendo mudanças radicais na população. Mudanças não apenas sociais, mas que se refletem também e são bem visíveis na arquitetura. As tradicionais casas de macuti, de onde surgiu o nome da cidade, correm o risco de desaparecer, para dar lugar a novas casas de cimento e zinco. Estas alterações podem transformar por completo a identidade da paisagem histórica urbana daquele lugar, fazendo da cidade tradicional um simples bairro informal, igual a qualquer outro no mundo.

O objetivo do trabalho foi (re)conhecer e compreender a situação atual da Cidade de Macuti

¹ Mia Couto – mensagem à comunidade Beirense, Maputo, 07.12.02

e a decadência dos seus edifícios, antes de receitar, diagnosticar a doença e entender o que a provoca, sugerir recomendações para ações de intervenção na Cidade, com vista a reabilitar e conservar o património histórico edificado desta parte da Ilha, que se encontra em progressiva degradação, podendo vir a resultar em consequências negativas para a comunidade no seu todo.

De um modo geral, o trabalho pretende alertar sobre o problema que existe atualmente em Macuti e contribuir para a discussão de possíveis soluções para este, como forma de melhorar as condições de vida dos seus habitantes.

Perante a problemática selecionada como motor de desenvolvimento da dissertação, o trabalho assenta num estudo faseado entre partes interdependentes. Numa primeira fase, delimitou-se um objeto de estudo com uma recolha bibliográfica orientada para o mesmo, especificando o campo segundo os objetivos propostos. Seguiu-se uma fase de recolha de informação específica sobre o caso e posteriormente a observação e reconhecimento direto dos espaços urbanos e arquitetónicos em estudo. Numa fase avançada, analisaram-se os resultados obtidos, finalizando com uma sistematização de algumas considerações finais.

Desenvolvimento

Por todo o País se ouve falar de espíritos, deuses e demónios na Ilha porém estes espíritos estão ainda mais presentes. Ninguém sabe ao certo o motivo de tal fenómeno mas há quem afirme que a ilha guarda os espíritos de toda a gente que por ali passou ao longo da sua vasta história.

Uma das mais conhecidas lendas relatada por Rui Knopfli, diz que: “Há muitos, muitos anos já - tantos que o real mal esboçava o corpo do que viria a ser fantasia e lenda e o homem era um bicho inocente e natural pois nem sequer intentava ainda mistérios para o amor e coisas como o pecado, o crime ou a guerra - aconteceu, certa feita, terem acordado as gentes de terra firme, para um estranho facto: a neblina era pesada e densa e não se via mais a ilha. Aflitos os homens gritaram: “-Desapareceu a ilha, desapareceu a ilha!”

Parecia terem-na tragado as águas, era só um mar de chumbo a perder vista, um pasmo silencioso sem claro rumor de gaivotas e velas brancas na baía. Quando voltou a surgir, raiava o sol e a ilha estava no céu, reclinada entre nuvens e azul, o insuportável diamante iridiscente de que ainda hoje guardo o resplendor.”²

² KNOPFILI, Rui, A Ilha de Moçambique pela voz dos Poetas. Lisboa: Edições 70, Lda., 1992, p. 58



Figura 1 - Crianças da Ilha brincando

Simbolicamente o céu representa liberdade e representa também o contacto com o divino. A ilha foi elevada a um lugar sagrado, mais próximo de Deus. *“o céu revela-se infinito, transcendente. O muito alto torna-se espontaneamente um atributo da divindade... é uma dimensão inacessível ao homem como tal; pertence de direito às forças e aos seres humanos. (...) passa a ser parte de uma condição divina.”*³

Em entrevista, Mia Couto conta-nos que *“existe uma lenda que é bastante conhecida e que fala da intervenção de um demónio que erguia a fortaleza e que, no dia seguinte, por artes mágicas, a fortaleza desaparecia. O autor acha curiosa essa lenda, pois ela traduz um sentimento de estranheza da população local em relação às construções dos estrangeiros. Esse sentimento percorre ainda hoje a ilha, como todo o território moçambicano. Será que os ilhéus sentem como sendo da sua propriedade o património histórico da Ilha? Esse património foi erguido por outros, para servir outros. Como fazer com que os locais se sintam donos dessa herança?”*⁴

Num dos livros de Mia Couto, “Um rio chamado tempo, uma casa ^{SEP} chamada terra” encontramos em Luar-do-Chão, a ilha onde a família de Mariano se encontra reunida *“Para salvarmos Luar-do-Chão, o lugar onde ainda vamos nascendo. E salvarmos nossa família, que é o lugar onde somos eternos.”*⁵, vestígios de Muipiti. Também ali *“só mora o*

³ ELIADE, Micea, O Sagrado e O Profano (1a edição). São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1992, Tradução: Rogério Fernandes, p.59

⁴ COUTO, Mia. Entrevista sobre a Ilha de Moçambique. 21.07.2014.

⁵ COUTO, Mia, Um Rio Chamado Tempo, Uma casa chamada terra, (3a edição). Lisboa: Editorial Caminho, 2002. p.65

passado.”⁶ e “*não são apenas casas destroçadas: é o próprio tempo desmoronado.*”⁷

No livro, o autor realça esta visão tradicional onde “*Nenhum lugar é apenas um lugar. Aqui tudo são moradias de espíritos, revelações de ocultos seres.*”⁸ e, onde ao contrário da visão católica, o grande deus celeste, o ser supremo criador e onipotente, desempenha um papel insignificante na vida religiosa da tribo, encontrando-se muito longe, ou sendo bom demais para ter necessidade de um culto propriamente dito, pelo que é invocado apenas em casos extremos: “*Dormir é um rio, um rio feito só de curva e remanso. Deus está na margem, vigiando de sua janela. E invejando o irmos, infinitos, vidas a fora. Vem daí o cansaço de Deus. Esse Deus do padre Nunes se consome na desconfiança. Há séculos que Ele deve controlar a sua obra, com seu regimento de anjos. O nosso Deus não necessita de presença. Se ausentou quando fez a sua obra, seguro de sua perfeição.*”⁹

Uma influência dos povos bantos que afirmam que “*Deus, depois de ter criado o homem, já não se preocupa mais com ele.*”¹⁰ e das populações Fang da pradaria da África equatorial que resumem a sua filosofia no seguinte cântico: “*Deus (Nzame) está no alto, o homem em baixo. Deus é Deus, o homem é o homem. Cada um no seu país, cada um em sua casa.*”¹¹

Em “Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra”, tal como na Ilha de Moçambique, “*só existem dois lugares: a cidade e a ilha. A separá-los apenas um rio. Aquelas águas, porém, afastam mais do que a sua própria distancia. Entre um e outro lado reside um infinito. São duas nações, mais longínquas que planetas. Somos um povo, sim, mas de duas gentes, duas almas*”.¹²

Embora em conversa com o escritor, tenha percebido de que a Ilha relatada no livro e a Ilha da Inhaca e não a Ilha de Moçambique não deixa de ser evidente a semelhança que partilha com Muipiti (e quem sabe também outras ilhas do país). Comprovando que esta forma de ver o mundo não se restringe a Muipiti, mas abrange grande parte do território Moçambicano.

⁶ Ibidem, p. 151.

⁷ Ibidem, p. 27.

⁸ Ibidem., p. 201.

⁹ Ibidem, p. 259.

¹⁰ ELIADE, Micea, O Sagrado e O Profano (1a edição). São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1992, Tradução: Rogério Fernandes, p. 62

¹¹ Idem.

¹² COUTO, Mia, Um Rio Chamado Tempo, Uma casa chamada terra, (3a edição). Lisboa: Editorial Caminho, 2002. p.65.

Edifícios e estado de conservação



Figura 2 - Casas de Macuti

“No princípio, a casa foi sagrada, isto é, habitada não só por homens e vivos como também por mortos e deuses”¹³

“Em todas as culturas tradicionais, a habitação é composta por um aspecto sagrado pelo próprio facto de refletir o mundo.”¹⁴ Mais uma vez recorremos ao livro de Mia Couto “Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra” para analisar a arquitetura tradicional moçambicana: “Por fim, avisto a nossa casa grande, a maior de toda a ilha. Chamamos-lhe Nyumba-Kaya, para satisfazer familiares do Norte e do Sul. “Nyumba” é a palavra para nomear “casa”, nas línguas nortenhas. Nos idiomas do Sul, casa se diz “Kaya”.¹⁵

Como já referimos anteriormente, em todo o País há a tradição de regar a casa antes de ela ser construída, o que por vezes também acontece depois.

“-Já alguém deitou água à casa? Todos os dias a Avó regava a casa como se faz a uma planta. Tudo requer ser aguado, dizia ela. A casa, a estrada, a árvore. E até o rio deve ser

¹³ ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner in Um Rio Chamado Tempo, Uma casa chamada terra, (3a edição). Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

¹⁴ ELIADE, Micea, O Sagrado e O Profano (1a edição). São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1992, Tradução: Rogério Fernandes.

¹⁵ COUTO, Mia, Um Rio Chamado Tempo, Uma casa chamada terra, (3a edição). Lisboa: Editorial Caminho, 2002, p.28.

regado.”¹⁶

Em Macuti as melhores casas têm instalações técnicas e são habitadas por elementos da população com melhores condições económicas, situadas perto da “cidade de Pedra e Cal” ou ao longo das ruas principais. As casas são semiurbanas, organizadas em grupos ou em “cachos”, separados por estreitas ruelas. O lado maior das casas forma a fachada para a rua, com a porta principal ao centro. As casas encontram-se, usualmente, viradas a rua ou a um logradouro comum, colocadas face a face. Devido a falta de espaço levou a que este princípio nem sempre se verifique. Nomeadamente nas antigas pedreiras, nota-se a ocupação aparentemente arbitrária dos terrenos entre as filas mais regulares das casas.

Encontra-se um patamar levantado ou uma plataforma de pedra, que funciona como uma zona de estar semiprivada, Sob o amplo beiral do telhado, ao longo de toda a extensão da casa. Daqui, os moradores podem assistir ao que se passa na rua e meter conversa com quem passa. Na época quente, as varandas são também utilizadas como áreas de dormir, e as relações sociais na rua tornam-se mais intensas.

“Em Luar-do-Chão não se bate a porta, por respeito. Quem bate a porta já entrou. E já entrou nesse espaço privado que é o quintal, o recinto mais íntimo de qualquer casa. Por isso, a entrada do quintal de meu pai eu bato palmas e grito:

*- Dá licença?”*¹⁷

A planta da casa é caracterizada pela existência de um corredor central que liga as varandas abrigadas e o logradouro nas traseiras e dá acesso aos quartos, funcionando assim também, como sala comum. Na sua origem a casa era construída para acomodar diversas gerações ou várias famílias.

Junto a cada quarto ou para cada dois quartos existe um pequeno quarto de banho, com lavatório e urinol. A cozinha e anexos encontram-se em ligação com um pequeno alpendre, que se abre para o logradouro nas traseiras, ou está situado ao longo dos seus limites laterais ou ao fundo. A maioria das atividades domésticas, como lavagens de roupa, cozinha e preparação dos alimentos, desenrolam-se no logradouro (quintal) e no alpendre.

*“Não era apenas a casa que nos distinguia em Luar-do-Chão. A nossa cozinha nos diferenciava dos outros. Em toda a Ilha, as cozinhas ficam fora, no meio dos quintais, separadas da restante casa. Nós vivíamos ao modo europeu, cozinhando dentro, comendo fechados. No princípio ainda houve resistência. Lembro como minha avó conduzia as bacias e panelas, dentro e fora, fora e dentro. Outras mulheres passaram equilibrando latas de água nas cabeças, como se escutassem o compasso da terra sob os pés descalços. E a porta de rede, num sonolento bater e rebater. O pilão fiel ao chão. E tum-tum-tum, a dança das mulheres pilando.”*¹⁸

O telhado tem um papel fundamental na casa tradicional: *“Mesmo de longe, já se nota que tinham mandado tirar o telhado da sala. é assim, em caso de morte. O luto ordena que o céu se adentre nos compartimentos, para limpeza das cósmicas sujidades. A casa é um corpo - o*

¹⁶ Idem, p.31.

¹⁷ COUTO, Mia, Um Rio Chamado Tempo, Uma casa chamada terra, (3a edição). Lisboa: Editorial Caminho, 2002, p.28.

¹⁸ 67 Idem, p. 145.

tecto é o que separa a cabeça dos altaneiros céus. Sobre mim se abate uma visão que muito se irá repetir: a casa levantando voo, igual ao pássaro que Miserinha apontava na praia."¹⁹

A abertura do telhado é feita para que o espírito do falecido habitante da casa consiga chegar ao céu. A casa é um corpo e o telhado é a sua cabeça. Na Índia, o termo "*brahmarandhra* designa abertura que se encontra no alto do crânio e que desempenha um papel capital no ioga tântrica. É por aí também que se desprende a alma no momento da morte. Lembremos, a este propósito, o costume de quebrar o crânio dos iogues mortos para facilitar a saída da alma. A alma do morto sai pela chaminé, a alma se desliga mais facilmente do corpo se a outra imagem do corpo cosmos, que é a casa, for fracturada em sua parte superior. (...) mas também porque já não vive num cosmos propriamente dito e já não se dá conta de que tem um "corpo" e instalar-se numa casa equivale a assumir uma situação existencial."²⁰

A arquitetura tradicional tem uma relação muito forte com o sagrado, ao contrário da sociedade moderna, que já perdeu muitos dos seus valores.

A substituição dos materiais vem também talvez revelar uma mudança na maneira da população de encarar o mundo, uma troca do sagrado pelo material. Uma cópia do que se depara no resto do mundo, descrente, ganancioso, onde se tem pressa para construir em massa, sem realmente se perceber porque.

Segundo o relatório Aarhus, o modo de construção mais corrente das casas de macuti é de pau-a-pique, com cobertura de quatro águas assente em bambu. O tectos são feitos em mangal ou em bambu e rebocados. As paredes exteriores são rebocadas com argamassa de cal e caiadas com cal pigmentada. As vedações dos quintais são geralmente feitas em bambu.

Paredes

Tradicionalmente, as paredes exteriores e as interiores compõem-se por:

Um entramado, constituído por uma fileira de estacas de madeira de 5cm de diâmetro, espetadas no chão a intervalos de 50cm, cobertas, internas e externamente, com canas de bambu de cerca de 5cm de diâmetro, colocadas horizontalmente. as canas são atadas as estacas com cordel de sisal, a intervalos de 12.5cm. cortes oblíquos no bambu, eliminam tensões e proporcionam um travamento eficaz da armação.

Os interstícios são preenchidos com pedra miúda e pedriça de coral. A estrutura é rebocada em ambas as faces e caiada. A construção de laca-laca, constituída por uma fileira de estacas de madeira com 5cm de diâmetro, espetadas no chão e intervalos de 50 a 100cm, sendo-lhes atadas, horizontalmente, a intervalos de 50 a 100cm, varas de bambu ou mangal, as quais é presa a laca-laca, uma esteira de varas de mangal, atadas muito juntas umas das outras. As paredes são maticades e geralmente rebocadas e caiadas.

Ambos os tipos de estrutura são colocados diretamente no chão natural ou numa base levantada de pedras de coral ligadas com cimento ou argamassa de cal com murrapa. Tanto num como noutro caso as faces internas e externas das paredes exteriores são rebocadas e

¹⁹ Ibidem, p.28.

²⁰ ELIADE, Micea, O Sagrado e O Profano (1a edição). São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1992, Tradução: Rogério Fernandes, p. 83.

caiadadas. O facto de estar em contacto direto com o chão revela-se um problema, porque não apresenta resistência as águas da chuva e aos bichos que, aos poucos, destroem as estruturas.



Figura 3 - Estrutura da Casa de Macuti

Tectos e coberturas

Uma série de postes que suportam uma cumeeira, constituem a estrutura da cobertura. Os barrotes, que são fixados na cumeeira, desenvolvem-se em leque, evitando o normal emprego de barrotes presos às pernas e aumentando a estabilidade no sentido longitudinal. Os barrotes que sobem para a cumeeira, nas águas laterais, também são dispostos em leque, e são fixados 30 a 50cm, dentro do plano das águas principais.

Os pendurais, madres e tirantes, são feitos com a madeira local disponível, e as pernas e o ripado são feitos em bambu. Todas as junções são atadas com cordel de sisal.

A cobertura mais frequente é em macuti - renques de folhas de coqueiro bem atadas a varas de 30 a 50cm de comprimento, formando feixes lamelares coesos de 30 a 50cm. Estes painéis são fixados a ripas horizontais amarradas aos barrotes, a intervalos de 5 a 15cm. Quanto mais curto for este intervalo, mais espessa e impermeável se torna a cobertura.

Este método de revestir a cobertura, não possibilita uma junção estanque entre as águas nas cumeeiras. Este problema é resolvido através da inserção das águas laterais dentro das águas principais, proporcionando assim, uma cobertura estanque e uma opima ventilação. Uma cobertura de macuti, recém- construída, é estanque e proporciona uma temperatura agradável no interior da casa, mas só se mantém por 2 ou 3 anos.

A sua pouca duração é um dos motivos pelo qual a população prefere os novos materiais como o zinco, que são mais baratos e mais resistentes aos bichos e as chuvas.

Os tectos são feitos de laca-laca, com um revestimento de argamassa de cal. Eles servem de isolamento térmico e permitem ventilação, servindo também, por cima, de espaço para arrecadação de lenha e de madeira.

Pavimentos

Os pavimentos térreos são feitos ou em terra pisada ou com uma betonilha de cal e cimento.

Portas e janelas

A caixilharia tem uma alta qualidade de fabrico e é muito variada. As portas mais comuns são do tipo de pranchas ou de almofadas, com aberturas de ventilação. As janelas têm portadas e por vezes um caixilho exterior, com rede mosquiteira.

A habitação tradicional é funcional e climaticamente confortável. As técnicas de construção e de manutenção são bem conhecidas pela população, mas a falta de materiais no local conduz à deterioração das casas e dos bairros.

Com a introdução de novos materiais de construção (cimentos, fibrocimento e chapas de zinco), a forma das casas modificou-se. Foram-lhes introduzidas coberturas planas ou pouco inclinadas, e a plataforma coberta em frente da casa transformou-se num alpendre semicoberto ou desapareceu completamente. Esta modificação reflete o desejo de se possuir uma casa do tipo “europeu”, e embora se mantenham os princípios de organização interna da casa, ela perdeu a sua zona semiprivada de contacto com a rua, e com ela, uma importante qualidade social.

As paredes são fortes e estáveis, e necessitam de relativamente pouca manutenção, que pode ser feita localmente. Nas áreas de cota baixa situadas a oeste, as paredes e os postes de madeira estragam-se, devido às inundações periódicas provocadas pelas fortes chuvadas. A água desaparece muito lentamente, devido ao nível freático que se encontra a menos de 50cm de profundidade. O que teria sido um dos maiores problemas é como se podem travar as inundações? Tentarei pensar em soluções mais adiante.

Dado o pouco peso da estrutura, o efeito do vento e sobrecargas, fazem com que as paredes se desloquem independentemente umas das outras, fazendo com que o reboco nos cantos se desprenda. A estrutura dos cunhais fica assim descarnada, fazendo aumentar ainda mais os efeitos nefastos da humidade. Toda a construção fica, em seguida, ainda mais debilitada pelo apodrecimento das estacas enterradas no chão. A ação da muchén pode ser por vezes tão violenta, que as estacas e as varas de bambu desaparecem completamente, ficando somente de pé as pedras barradas e o reboco, parecendo uma carcaça descarnada.

Em geral, as coberturas encontram-se em mau estado. A falta de macuti resulta na progressiva deterioração da qualidade dos revestimentos das coberturas. Vêm-se remendos por todo o lado, e muitas das coberturas tendem a transformar-se em simples resguardos contra o sol e não protegem contra o vento e contra a chuva. O confronto térmico é importante, e a impermeabilidade das coberturas e renovação dos tectos, devem ser assegurados, como objectivo prioritário. Este objectivo pode ser atingido assegurando o fornecimento dos necessários materiais de cobertura e construção, assim como assistência

técnica aos proprietários.

O restabelecimento dos palmares e a provisão de sistemas de transporte eficientes para a província, tão rica em recursos, deverão ser as tarefas principais, no esforço de abastecer a Ilha com materiais de construção tradicionais.

A maior parte dos pavimentos estão colocados diretamente sobre ou ligeiramente acima do nível do terreno. Os edifícios nas áreas de cota mais baixa são ocasionalmente inundados durante as épocas de chuva. No tempo seco, a areia e poeiras levantadas pelo vento, provocam condições pouco higiénicas. Uma boa drenagem das áreas baixas e a consolidação dos largos, ruas e estradas, tornam-se necessárias para o melhoramento da saúde e conforto dos edifícios e dos seus ocupantes.

As caixilharias encontram-se em geral em bom estado, mas necessitam de manutenção, especialmente de pintura. Geralmente, os grandes balanços das coberturas protegem as portas e janelas contra o sol e a chuva. O estado das caixilharias é muito melhor nas casas com beirados salientes.

Tirando os aspectos técnicos, um dos factores mais visíveis para a transformação das casas é o aumento da população. O censo de 2007 indica uma população de 17.536 na parte insular da ilha de Moçambique, um número que em 1984, rondava os 7760 habitantes dos quais 6.560 viviam na cidade Macuti.

“Eu penso que é um movimento geral de urbanização, ou melhor, de urbanismo, que é migração das aldeias para a cidade, do campo para a cidade que afeta todas as zonas urbanas. E a ilha é uma zona urbana em muitos aspectos. Tem algum comércio, tem uma administração pública mais desenvolvida, sobretudo tem um ambiente urbano, uma sociedade urbana. E isso atrai as pessoas. Tem sistemas de relações entre as pessoas que são urbanas. São diferentes do rural.”²¹

Grande parte da população que visita a ilha é turista: *“hoje tem turismo, tem turistas, tem sobretudo muito mais gente, sobretudo e isso é que é importante! Muito mais gente, mais do triplo das pessoas que tinha. Provavelmente, muito menos gente da raça e da classe social que antes tinha e portanto transformou-se completamente do ponto de vista social. Por outro lado, abriu-se um turismo que não tinha, que diga-se é um turismo internacional, que já tinha um pouco antes de ser elevado à categoria de Património Mundial da Humanidade, mas que agora se desenvolveu bastante mais. Mas sobretudo a grande diferença, é que tem muito mais gente, a maioria da qual é muito pobre.”²²*

A consequência imediata deste aumento demográfico é a transformação do ambiente da cidade de Macuti num ambiente de pior qualidade de construção e a transformação dos materiais tradicionais e tecnologias de construção convencionais em inevitáveis soluções industriais. No relatório do arquiteto Forjaz, das 180 casas estudadas, 100 foram construídas em blocos de betão, 88 têm telhados feitos por telhas industriais e apenas 34 mantêm algumas das características básicas da casa

O espaço público tem sido, até agora, parcialmente respeitado, mantendo-se inalterado proporcionalmente ao crescimento da população. Se sobrepusermos um mapa de 1983 e a

²¹ Forjaz, José. Entrevista sobre a Ilha de Moçambique. Julho de.2014.

²² Idem.

atual foto de satélite Google, conseguimos perceber que houve um aumento muito pequeno de construções na cidade Macuti, da ordem de 4 a 5%. O que podemos encontrar no local é a superlotação do espaço doméstico. Casas onde vivia apenas uma família, vivem agora três, quatro ou mais, sendo que o proprietário da casa aumenta a renda familiar ao arrendar quartos a famílias diferentes.

“As pessoas não se sentem muito orgulhosas da sua casa e da sua cultura quando vivem sem água, sem luz, sem condições, sem saneamento básico. Fez-se um esforço para as pessoas construírem latrinas em casa - o que é um problema muito grande, porque depois, a água vem e há zonas que estão mais baixas que o nível do mar. Há ali problemas sérios, porque e depois ao lado, há poços onde tiram água para as pessoas beberem. Da última vez que fizemos o levantamento, havia 9 fontanários para 16000 pessoas, dos quais 3 estavam estragados.”²³

A consequência direta é o empobrecimento da qualidade de vida em geral, a ruptura dos serviços básicos. A distribuição pública de água é irregular e insuficiente. *“Encontramos seis fontes de água públicas para servir uma população de cerca de 16000 habitantes. Uma que não funciona desde 2008 e o funcionamento das outras cinco muito irregular. O fornecimento diário de água é assegurado pelos poços públicos e privados, perigosamente contaminados pela presença de uma população excessiva”.*²⁴

Para além do aumento da população, está a surgir na ilha uma classe social mais rica, que acaba por transformar as necessidades, os tipos de construção, materiais e suas soluções, que alteram gradualmente o cenário urbano. Estas famílias mais ricas ainda não têm dinheiro suficiente para restaurar uma casa de coral de pedra da cidade de pedra, mas também não se identificam com o modelo vernacular e são inspiradas por modelos urbanos, exigindo uma casa maior, diferente e moderna, usando novos materiais, para melhor expressar a sua nova posição na sociedade. *“Não podemos esquecer que foram as leis coloniais, que impuseram a construção macuti como a tipologia permitida somente nas partes baixas da ilha, conhecida como Ponta da Ilha. O estigma associado à Casa macuti como um símbolo de pobreza e de dominação colonial não pode ser subestimado.”*²⁵

Embora tidos como símbolo de pobreza, os materiais tradicionais estão a tornar-se cada vez mais raros, e com custos muito elevados, que não conseguem competir com o custo, disponibilidade e com a simplicidade da construção dos novos materiais, bem como a sua durabilidade e menor custos de manutenção.

O aumento dos custos de uma telha de macuti passou de cerca de 3 meticais em 2000 para 15, isto é um aumento muito grande, em relação ao aumento dos salários durante o mesmo período. Para além disso, o ataque de fungos e insectos sobre a estrutura de madeira, bem como a humidade nas fundações de madeira, requerem um esforço importante de manutenção a cada 5 ou 6 anos. O custo de uma folha de cobertura industrial, a sua durabilidade, a simplicidade do seu apoio e o facto de ter um preço semelhante a um telhado de macuti, faz com que seja mais facilmente escolhido, em detrimento do outro. Uma vez que quem tem possibilidades de pagar um telhado macuti, também tem maneira de pagar um telhado de folha de metal.

²³ Ibidem.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Ibidem.

Aqueles que não podem pagar nem um nem outro, escolhem materiais mais baratos e mais simples, tanto para o telhado como para a estrutura de apoio. Folhas de palmeira ou palha, que são menos eficientes em termos de proteção, isolamento, durabilidade e facilidade de manutenção.

“Onde as coisas se complicam é que os regimes de propriedade são extremamente complicados, a sociedade patriarcal, onde a mulher é que manda. Depois, não se sabe se a casa é do primo, do tio, da mulher, do filho, do avô, as coisas são muito complicadas, mas vão-se resolvendo. Já a nível de visão, de interesses, eu recebo tanto, tu recebes tanto e tal, mas é um fenómeno que está longe de ser compreendido ou minimamente estudado. As forças vivas e que determinam as transformações formais da ilha, não se explicam facilmente, não é? E a última das explicações que pode encontrar-se, é na lei.”²⁶

Para estudar a transformação das casas tradicionais, foi recentemente elaborado, pela equipa do arquiteto Forjaz, um levantamento a 180 casas da cidade de Macuti, que representa 13,5% do parque edificado existente. Foram escolhidas como amostra de tipologias, técnicas e materiais, edifícios dos bairros Areal, Litini, Macaribe, Marangonha, Quirahi e Santo António, como exemplos mais significativos.

Neste levantamento²⁷, foram identificados 6 tipos principais de edifícios na arquitetura vernacular e mostra-nos ainda, que menos de metade dos edifícios existentes, são cobertos com fibras naturais. Em mais de 50% dos casos, as paredes são feitas de betão convencional e apenas 25% dos casos apresentam paredes construídas de forma tradicional. A casa de macuti, não representa mais de um quarto de todos os casos e o uso de materiais industriais é amplamente difundido e é hoje a forma predominante de construção, fazendo com que a arquitetura vernacular local seja realizada com materiais industriais, principalmente blocos de betão, folhas de metal ou telhados de fibrocimento industrial.

“As casas vão sendo alteradas, já estão a ser, já há muita, muita alteração. E esta alteração, quanto a mim, é imparável. Se é desejável ou não, isso é outra coisa. Outra coisa é o modelo generalizado, chamado a “casa ventoinha”, 4 telhadinhos, cada um para seu lado, depois uns balustres clássicos de betão fundido, a grelha mal feita, a lajezinha sobre a varandinha à frente, o modelo é conhecido, não é? E é reconhecido como modelo de dignificação da família, e nós temos que respeitar isso. As pessoas têm os seus quadros estéticos e tem os seus quadros de qualificação social. Daqui a 300 anos vai ser muito bonito... Vai ser outra coisa, vai ser como a casa do emigrante em Portugal e já há, e ainda bem, quem a tenha requalificado esteticamente.”²⁸

Julgo que a alteração seja inevitável. As casas já estão a ser e vão acabar por ser todas alteradas e transformadas num outro tipo de habitação, o que contraria as leis do Património cultural da Unesco, mas vai de acordo com as leis naturais da vida.

Até que ponto é ético obrigar as pessoas a viver neste tipo de condições só para manter a imagem urbana?

Será mais importante melhorar as condições de vida ou conservar um património histórico?

²⁶ Ibidem.

²⁷ Island of Mozambique - Architectural survey and study on local vernacular architecture • REFERENCE NUMBER: 513MOZ4001.

²⁸ Forjaz, José. Entrevista sobre a Ilha de Moçambique. Julho de 2014.

Para a população as casas estão associadas a um passado de escravatura e é natural que queiram um futuro diferente, mais moderno, mais parecido com o que admiram ver no resto do país.

Como se faz com que as pessoas se sintam orgulhosas das suas casas e se desliguem de complexos associados ao seu passado, que incluem um período de escravatura.

‘Todo o homem tem o direito à modernidade’, que modernidade é essa e como se adquire, sem romper com as tradições ou heranças importantes do passado?



Figura 4 - Casa de Macuti alterada

Conclusão

O problema de Macuti é maior do que o tamanho das suas casas. É um problema que levará tempo a resolver e dependerá tanto da vontade dos habitantes como da dos governantes. É uma questão sensível, cujo resultado é tão complexo, quanto imprevisível.

Nesse sentido, as intervenções nas cidades em geral, não podem ser tipificadas, na medida em que ‘cada caso é um caso diferente’. As estratégias urbanas, dependem de um contexto concreto que deverá ser devidamente estudado e compreendido.

Este trabalho foca, principalmente, as exigências de reabilitação e conservação necessárias para manter viva a paisagem urbana da Cidade de Macuti e melhorar as condições de vida dos seus habitantes. Macuti representa a história da “outra metade da Ilha”, muitas vezes esquecida, atrás da importância que se dá ao património edificado da Cidade de Pedra e Cal. Contudo, é nesta parte da ilha que habita hoje a maior parte da população e onde se estão a dar as grandes transformações sociais e económicas que poderão vir a alterar o futuro da ilha.

Ao longo do trabalho, foram analisados, principalmente, os vários factores que afectam a atual transformação dos edifícios de macuti, cujo estado de preservação é lamentável, pondo

em risco toda a imagem urbana que lhe possibilitou o estatuto de património mundial.

As mudanças objectivas refletem-se através da maneira de estar dos habitantes e na forma como participam na sociedade. A tentativa constante e inevitável da procura do melhoramento das condições de vida, leva a que o tradicional seja preterido, em troca do que é tido como sendo o mais moderno. A evolução da Cidade de Macuti fica assim marcada pela troca dos materiais locais tradicionais por janelas com vidros, telhados de chapa de zinco, muros de pedra e cal. Esta situação envolve de forma espontânea e descoordenada as três autoridades supervisoras, do património, administração da cidade e do distrito, que por sua vez, e não raramente, agem de forma contraditória.

Estas alterações fazem parte de um processo natural, na medida em que as exigências sociais vão variando ao longo do tempo, fazendo com que as pessoas sintam necessidade de alterar o espaço em que habitam. A casa é, no fundo, um espelho de quem a habita, estando o seu espaço em constante mutação.

Essa alteração não tem de ser positiva ou negativa, ela é inevitável. E ninguém tem o direito de a parar, uma vez que ‘todo o homem tem o direito à modernidade’. A questão que o trabalho levanta é que a imagem urbana é um dos aspectos que importa salvaguardar, como forma de respeito pela história urbana e social, pelo passado, presente e futuro, quando se discute a preservação ou salvaguarda da cidade existente. A recomposição da identidade e da imagem da cidade processa-se na confluência da crise e retração de alguns factores, com a renovação e a consolidação de outros, no modo como se combina tradição e inovação.

A conservação destes edifícios tradicionais é uma tarefa complexa que deve ser considerada como uma simbiose entre a conservação do património edificado e a qualidade de vida dos seus habitantes. Ao longo do trabalho pode ser facilmente reconhecido que o problema central na manutenção do carácter e integridade do património histórico não pode ser abordado e resolvido apenas por um conjunto de recomendações técnicas.

A situação da cidade de Macuti é preocupante, uma vez que os edifícios estão a enfrentar mudanças profundas, pondo em risco um enorme banco de conhecimento, história e a identidade da cidade. Contudo, tem que se perceber que a identidade da cidade é evolutiva e o seu papel muda no tempo, adaptando-se às novas necessidades. Deste modo, a tradição deve ser conjugada com a inovação, de forma a que a cidade não permaneça estagnada, mas sim orientada para o desenvolvimento, incorporando novas intervenções aliadas à reabilitação do existente.

Apesar de deixar questões em aberto, tal como, por exemplo, se será positivo ou não, manter as tradicionais casas de macuti, consegui ao longo do trabalho reunir um conjunto de princípios estratégicos e regras aplicáveis ao caso particular da Cidade de Macuti, que levam em consideração a situação administrativa, económica, social, ambiental e cultural da Ilha.

No momento em que se encerra esta fase da investigação, gostaríamos de deixar as seguintes observações e recomendações para a ilha de Moçambique:

a) Apostar na sensibilização da educação cívica e na reavaliação dos valores culturais dos edifícios de macuti, através do registo, documentação e divulgação permanente do conhecimento local e das técnicas usadas na construção e conservação dos edifícios de macuti;

- b) Investir na criação de um programa de incentivo (monetário) para os habitantes dispostos a preservar os seus edifícios tradicionais;
- c) Incentivar um maior envolvimento e representação das Comunidades locais da Cidade de Macuti nos organismos de conservação da Ilha, garantindo que os habitantes façam parte dos processos de tomada de decisão e permitindo a sua cooperação em questões de conservação dos edifícios;
- d) Estabelecer um sistema de drenagem pluvial na Cidade de Macuti, de forma a resolver o problema da má drenagem que está a afectar a maioria dos edifícios de macuti;
- e) Estabelecer um sistema de sanidade pública com base em latrinas esvaziáveis e no aproveitamento do material fecal para a produção de biogás ou fertilizantes;
- f) Criar um centro de formação e divulgação das técnicas de macuti, que servirá simultaneamente de estaleiro de materiais de construção (palma, bambu, cal, etc.) para garantir um pronto fornecimento deste material à população;
- g) Autorizar a concessão de licenças de desenvolvimento, somente mediante um estudo prévio de impacto arqueológico e cultural aprovado pelas estruturas competentes;
- g) Ponderar a diminuição da densidade populacional através da promoção da emigração para o continente, com apoio de um programa de reassentamento e respectivas perspectivas de emprego das famílias abrangidas;
- h) Incentivar entidades privadas a investir na construção e melhoria das infraestruturas turísticas existentes na Ilha e arredores;
- i) Promover a Ilha, a nível regional e internacional, desenvolvendo uma estratégia de turismo atraente e sustentável;
- j) Incentivar a população a cumprir com as leis criadas pela Unesco e criar mais propostas no sentido de cumprir com as normas estipuladas pela UNESCO;

Creio que devo, porém, realçar que para qualquer das indicações acima indicadas terem o êxito para as populações, será necessário redistribuir papéis e funções; ao arquiteto um papel efetivo de orientação, aos utentes um papel de controle. Esta atribuição de responsabilidades, direitos e deveres, e de papéis claros, facilita a logística de sistemas multidisciplinares articulados, preferencialmente mais operativos e eficazes.

É também necessário que exista uma articulação disciplinar, por exemplo: pouco sucesso será atingido se as manutenções dos edifícios pelos habitantes não se fizerem acompanhar de programas de educação de construção. A participação da população instruída é fundamental pois permite um sentido de apropriação cívica do espaço, o que leva os habitantes a sentirem-se responsáveis por cuidar do que faz e que é seu.

As soluções mais efetivas e operativas estão nas próprias cidades e nas próprias populações beneficiárias. Saber ser arquiteto na Cidade de Macuti é, do mesmo modo, saber ser arquiteto na Cidade de Pedra e Cal e em qualquer outro lugar do mundo. Há que confeccionar posições de afecto, generosidade, respeito, reconhecimento e empatia, a par da consciência profissional e da responsabilidade técnica pela busca da solução.

Bibliografia:

Fontes:

- AARHUS e Secretaria de Estado da Cultura, 1985. Ilha de Moçambique. Relatório 1982-1985, Phonix A/S, Aarhus.
- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner in Um Rio Chamado Tempo, Uma casa chamada terra, (3a edição). Lisboa: Editorial Caminho, 2002
- ANGIUS, Matteo e ZAMPONI, Mario, 1999. Ilha de Moçambique – Convergência de povos e culturas, AIEP DEITORE
- ASCHER, François, 1998. Metapolis – Acerca do Futuro das cidades, Lisboa: Celta Editoras
- BOUNDARIES, International Architectural Magazine, July –September 2011.1, Contemporary architecture in Africa
- BRUSCHI, Sandro, Campo e Cidades da África Antiga, Maputo: Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitar, Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico - UEM, 2001, pg.13
- BRUSCHI, Sandro e LAGE, Luís, 2005. O desenho das cidades – Moçambique até ao séc. XXI, Maputo: FAPF
- CALVINO, Italo, 1993. As cidades invisíveis, Lisboa: Editorial Teorema
- CASAL, Adolfo Yañez, Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias Comuns de Moçambique, Lisboa: Instituto de Investigação Tropical, 1996, pg. 59
- Catálogo da Reabilitação da Fortaleza de São Sebastião, Ilha de Moçambique, Editado por Lazare Eloundou e Jane Weydt, Centro do Património Mundial da UNESCO
- CHOAY, Françoise, 2000. A Alegoria do Património, Lisboa, Edições 70
- CHOAY, Françoise, 2005. Património e Mundialização. Évora, Edição Bilingue, Casa do Sul Editora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora
- COSTA, Alexandre Alves, “A procura da harmonia ou quem tem medo da arquitectura moderna?” in ECDJ n1, Outubro de 1999, p.14.
- COUTO, Mia. Entrevista sobre a Ilha de Moçambique. 21.07.2014^[1] COUTO, Mia, Um Rio Chamado Tempo, Uma casa chamada terra, (3a edição). Lisboa: Editorial Caminho, 2002
- DAMASCENO, Tiago Rocha. Entrevista
- ELIADE, Micea, O Sagrado e O Profano (1a edição). São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1992, Tradução: Rogério Fernandes
- EXAME, Edição Especial Moçambique em Exame, Dezembro 2011, Moçambique está na moda, saiba porquê
- FORJAZ, José. Entrevista sobre a Ilha de Moçambique. Julho de 2014 FORJAZ, J., 1999. Ilha de Moçambique: arte e arquitectura In Ilha de Moçambique, Convergências de Povos e Culturas, Angius, M. & Zamponi, M. (eds). 6-9. I Libri di Africa e Oriente.
- GUILLAUME, Marc., Setembro de 2003. A Política do Património. Porto, Campo de Letras – Editores
- HENRIQUES, Raquel, Da Planificação e da Gestão Urbana: Políticas de Intervenção e Urgência no Terceiro Mundo – o novo bairro de magoanine C, Prova Final de Mestrado em Arquitectura, FAUP, Porto
- HULL, Richard W., 1976. African Cities and Towns before the European Conquest, New York: Norton e Co.
- Jornal Arquitectos, Publicação Trimestral da Ordem dos Arquitectos. Portugal, 227, Abril-Junho 2007
- KNOPFILI, Rui, A Ilha de Moçambique pela voz dos Poetas. Lisboa: Edições 70, Lda., 1992
- KRUSSE, Tiago, Dezembro de 2010. “Reabilitar precisa-se”. Arquitectura & Construção
- LACERDA, Filipa. Notas da autora

LOBATO, Alexandre, 1945. A Ilha de Moçambique (Monografia), Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques

LOPES, Flávio, “Carta de Cracóvia 2000”, Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 2004.

MACHEL, Samora Moisés, citado em Ilha de Moçambique Contribuição para um perfil sanitário, 1983, Edições Humus, Lda, 2011, Famalicão

MENDES, Manuel, “Sobre o Freixo: cidade e monumento, reabilitação e projecto” in ECDJ n1 – Fernando Távora. A polémica do Freixo, Outubro de 1999, p.27 e 32.

MORALES, Ignasi, “Teorias de la Intervencion Arquitectonica”, in PH Boletín Reabilitación e conservación de centros urbanos: O caso da Ilha de Moçambique 123 124

Reabilitação e conservação de centros urbanos: O caso da Ilha de Moçambique 37, 2001, p.48 (tradução livre). “que se plantea por primera vez la actuación de arquitectura desde una consideración critica respect al lugar donde se interviene y a las condiciones que este lugar ofrece”

MOREIRA, Isabel Maria Silva, Uma perspectiva de reabilitação urbana, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, FAUP, Porto

PORTAS, Nuno, “A volta da cidade” (2003), in Os Tempos das Formas. Vol I. Guimarães, 2005, p.199.

PORTAS, Nuno, “Velhos centros vida nova” (1981) in op cit., p.158.

PORTAS, Nuno, Álvaro Domingues; João Cabral, 2003. Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

RESENDE, Rui Pedro de Oliveira, A Ilha de Mussa Bin Bique – Anatomia de uma cidade, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, FAUP, Porto

RUFINO, Maria Caballos [coordenação] “Rehabilitación y ciudad historica : 1er Curso de rehabilitación del COAAO “

SALGUEIRO, Teresa Barata, A Cidade em Portugal – uma geografia urbana, Porto, 1992, p.338

SILVA, José António Raimundo Mendes da, Fevereiro de 2009. “Reabilitar Edifícios em Centros Urbanos Antigos. A Razão dos Materiais.”, Arquitectura Ibérica #30, Ano V

SILVA, Vítor Córias e, 2004. “Guia prático para a conservação de imóveis: manual para a utilização durável e económica da habitação, através de uma adequada manutenção”, Editora Dom Quixote, Lisboa

SIZA, Álvaro, “01 textos, Álvaro Siza”, Civilização Editora, Porto, 2009

SOUTO, Michelle, Mozambique Island – Tourism Development Plan, Witswatersand Technikon University, Johannesburg, South Africa

SCHWALBACH, João Ilha de Moçambique Contribuição para um perfil sanitário, 1983, Edições Humus, Lda, 2011, Famalicão

STRAUSS-LÉVI, Claude, Raça e História (brochura republicana em livro com o mesmo título), Ed. Vega Lda, Lisboa, 2003, p.73

TEIXEIRA, Manuel C., Portuguese Colonial Settlements of the 15th-18th Centuries. Vernacular and erudite models of urban structure in Brazil, in Coquery- Vidrovitch, Catherine, Georg, Odile, La ville européens outre mers: un modele conquérant? (XV-XX siècles), Paris: L’Harmattan, 1996, pg. 17

Documentos:

Decreto N.o. 27/94 de 20 de Julho. Regulamento de Protecção do Património Arqueológico, Boletim da República I Serie, no29, Maputo, Imprensa Nacional Lei N.o 10/88 de 22 de Dezembro: Lei de Protecção do Património Cultural In Boletim da República, I Serie, no51, Maputo

Cartas internacionais de Reabilitação

Carta de Veneza, 1964

Carta de Cracóvia, 2000

Architectural survey and study on local vernacular architecture • REFERENCE NUMBER:
513MOZ400

Sítios na internet:

<http://www.architectureindevelopment.org>

<http://www.architektenlexikon.at>

<https://www.facebook.com/IlhadeMoz/> www.iccrom.org/ www.iict.pt/ www.ilhademocambique.wordpress.com/ www.inam.gov.mz - Instituto Nacional de Meteorologia www.ine.gov.mz - Instituto Nacional de Estatística www.international.icomos.org

www.macuti.wordpress.com www.ma-schamba.blogspot.com

www.patorreb.com/ <http://www.revistamilitar.pt/> www.spab.org.uk

<http://tecniarte.wordpress.com/figuras-ilustres-do-restauro/o-restauro-cientifico/>

www.unesco.org

www.web.mit.edu/akpia/www/articlebhatt.pdf

www.wikipedia.com/

Créditos:

Fig. 1 • Crianças da Ilha brincando • AZEVEDO, Líceno, A Ilha dos Espiritos, documentário, Moçambique, 2010

Fig. 2 • Casas de Macuti • Fotografia disponibilizada pela Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane

Fig. 3 • Estrutura da Casa de Macuti • Fotografia disponibilizada pela Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane

Fig. 4 • Casa de Macuti alterada • Fotografia da autora

A operatividade do popular na concepção do erudito.

Pedro Fonseca Jorge

Escola Superior de Arte e Design das Caldas da Rainha

eu@pedrofonsecajorge.com

Resumo

O artigo pretende expor o carácter operativo da arquitetura popular no sentido em que fornece modelos capazes de responder a critérios contemporâneos de ocupação do espaço habitável.

Foram por isso utilizados três momentos na presente investigação que correspondem 1) à contextualização do âmbito “popular” no domínio das expressões da arquitetura, 2) da investigação em História (da Arquitetura) como repositório de formas e espaços capazes de fornecer soluções para a arquitetura contemporânea, e 3) o habitar contemporâneo na sua necessidade de rever os seus critérios espaciais de modo a corresponder às aspirações dos diversos grupos domésticos que atualmente compõem o panorama ocupacional da “casa”.

No final é feita a conexão entre os diferentes caminhos trilhados através da composição de uma proposta de projeto que faz uso do saber adquirido através dos estudos tipológicos realizados no âmbito da arquitetura vernácula, popular e erudita para conceber uma resposta credível ao carácter nómada da população contemporânea e à sua necessidade de conceber um espaço com que se identifique.

Palavras-chave: Popular, Vernacular, Habitar, Nomadismo, Arquitetura

Desenvolvimento

Contextualização da Investigação sobre o Domínio do Popular

O mote para a presente proposta teve origem em dois trabalhos académicos realizados no âmbito da Licenciatura em Arquitetura e no Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico.

Em ambos houve uma necessidade de conhecer o território dos arredores de Alcobaça a nível da sua arquitetura, na altura designada pelo autor como simplesmente “Popular”. Não se partiu de um pressuposto de “provar” ou “definir” a existência de Tipos e Modelos, mas tão somente de “conhecer”, criando um repositório, prático e teórico, que pudesse substanciar a prática ou a investigações futuras, ainda por definir.

A Prova Final em Arquitetura, “Alguns aspectos da evolução da casa rural da região de Alcobaça” (Jorge, 2001), revestiu-se de um carácter de “trabalho de campo”, no sentido em que os modelos recolhidos foram-no através da observação no local do legado existente. Para além do mais, havendo a vontade de fazer um registo para além do visual, o acesso ao interior das mesmas era fundamental, de modo a aferir o modo como cada Modelo distribuía o seu espaço interior.

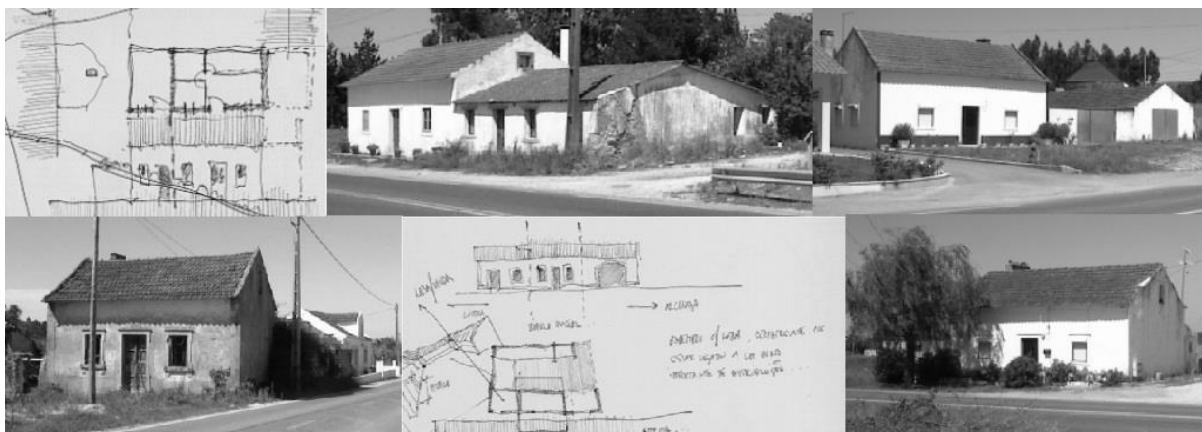


Imagem 1: Registo fotográfico e desenhado realizado no âmbito da Prova Final (2001)
Fotografias e desenhos do autor

Pelo número reduzido de Modelos recolhidos, e suas notórias dissemelhanças, não houve a pretensão de procurar definir um Tipo, “(...) a estrutura conceptual, a matriz de organização formal que está presente, mesmo com distintas soluções formais, num determinado conjunto de obras (...)” (Fernandes, 1999, p. 35). Pôde-se, no entanto, legitimar uma futura investigação que incidisse num Modelo, (...) um objecto acabado, uma obra que se pode repetir (...)” (Fernandes, 1999, p. 35) de modo a aferir a existência de um Tipo Local.

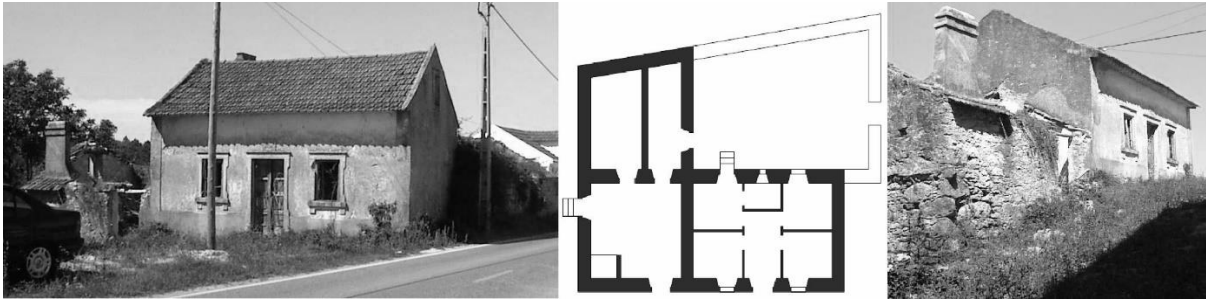


Imagem 2: Registro fotográfico e levantamento realizado no âmbito da Prova Final (2001)
Fotografias e desenhos do autor

A Dissertação de Mestrado, “A casa rural no concelho de Alcobaça em 1961” (Jorge, 2001) deu azo a essa pesquisa, sendo que se procuraram bases mais científicas para a pesquisa: recorreu-se ao arquivo da Câmara Municipal de Alcobaça, a nível de Licenciamentos, de modo a poder datar-se, por exemplo, os Modelos recolhidos. A anarquia reinante neste “arquivo” viciou em parte a investigação: os registos mais antigos datavam de 1961 e consistiam numa amostra certamente incompleta, embora numerosa: apenas estavam presente Modelos de habitação unifamiliar em povoações (sendo que seria lógico houvessem também edifícios plurifamiliares edificados na própria cidade concelho, por exemplo). A própria informação requerida na altura era bastante simples e reduzida: planta, alçados, por vezes seções (ausência de implantação), escala, o nome do requerente e povoação onde residia (sem o nome de rua, por exemplo), o que impedia o reconhecimento no local do Modelo licenciado (se esta ainda existisse).

A oferta determinou parte dos critérios de recolha dos Modelos: necessariamente rurais (porque as povoações o eram), de 1961 (por ser o registo mais antigo, mas também porque a pesquisa dos anos sucessivos se revelava ser uma empreitada demasiado trabalhosa). No seio destes puderam identificar-se formalmente, pela consulta dos processos, dois Tipos de casas (identificados na Prova Final): um correspondente a uma planta retangular e cobertura de duas águas no sentido do comprimento, paralelo à estrada, com uma porta central ladeada por duas janelas; outro de maiores dimensões, com um desenvolvimento em profundidade e a empena da cobertura orientada para a estrada, com soluções de alçado mais diversas. E finalmente, teve-se consciência que estes licenciamentos consistiam apenas no módulo inicial de um processo edificativo da casa, dado que os Modelos que podíamos observar eram aditivados com numerosos anexos ao longo do tempo.

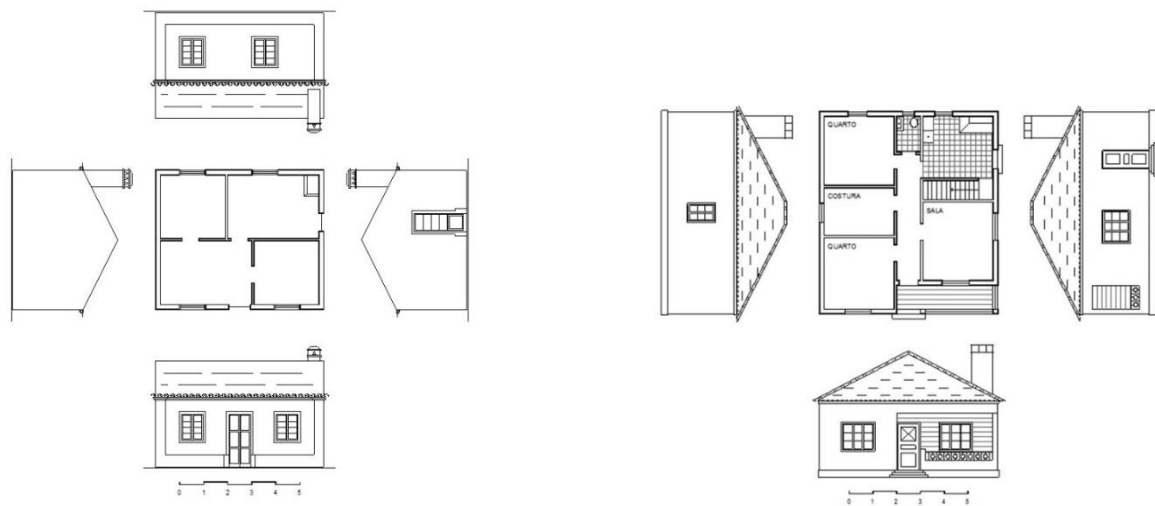


Imagem 3: Modelos dos dois Tipos encontrados nos processos de Licenciamento de 1961.
Desenhos do autor sobre a informação gráfica recolhida.

Sendo que o primeiro Tipo aparentava ser mais constante nas suas características, e mais recorrente numa memória em desaparecimento, optou-se por centrar a atenção no mesmo, através de um trabalho que envolveu a recolha das fontes, o seu redesenho fiel (de modo a ter uma base operática para registo e comparação). Este processo revelou a existência de um paralelismo entre forma e distribuição formal, apesar de diferenças existirem: um corredor largo (face às dimensões da casa) ladeado simetricamente por divisões similares, onde apenas podíamos atribuir um uso concreto a um espaço: a cozinha, porque uma chaminé se encontrava representada. A partir deste, alguns modelos adicionavam o corredor a uma das divisões frontais, outros variavam a área dos diferentes espaços antes simétricos, faziam avançar a cozinha sobre o topo do corredor, etc. Contrapondo ao outro Tipo referido, poder-se-ia aferir, tal como Francisco Barata Fernandes afirmava, que o Tipo esgota as suas capacidades evolutivas, sendo substituído por outro? (1999). Aqui faz-se uma ressalva para o trabalho “de campo”, através da observação da paisagem construída, que indiciava a existência de variantes formais que poderiam realizar (ou não) a transição entre Tipos.

Contextualização da pertinência de um domínio do Popular e do Vernacular.

O interesse pela arquitetura popular foi gerado pela consulta da obra “Arquitetura Popular em Portugal” (Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 2004), obra incontornável pelo registo que consiste, não só da arquitetura, mas também de uma sociedade empobrecida. Sobre a mesma já muito foi dito, tendo sido coincidência que o intervalo de investigação e publicação da obra coincidissem com os registos camarários usados como casos de estudo.

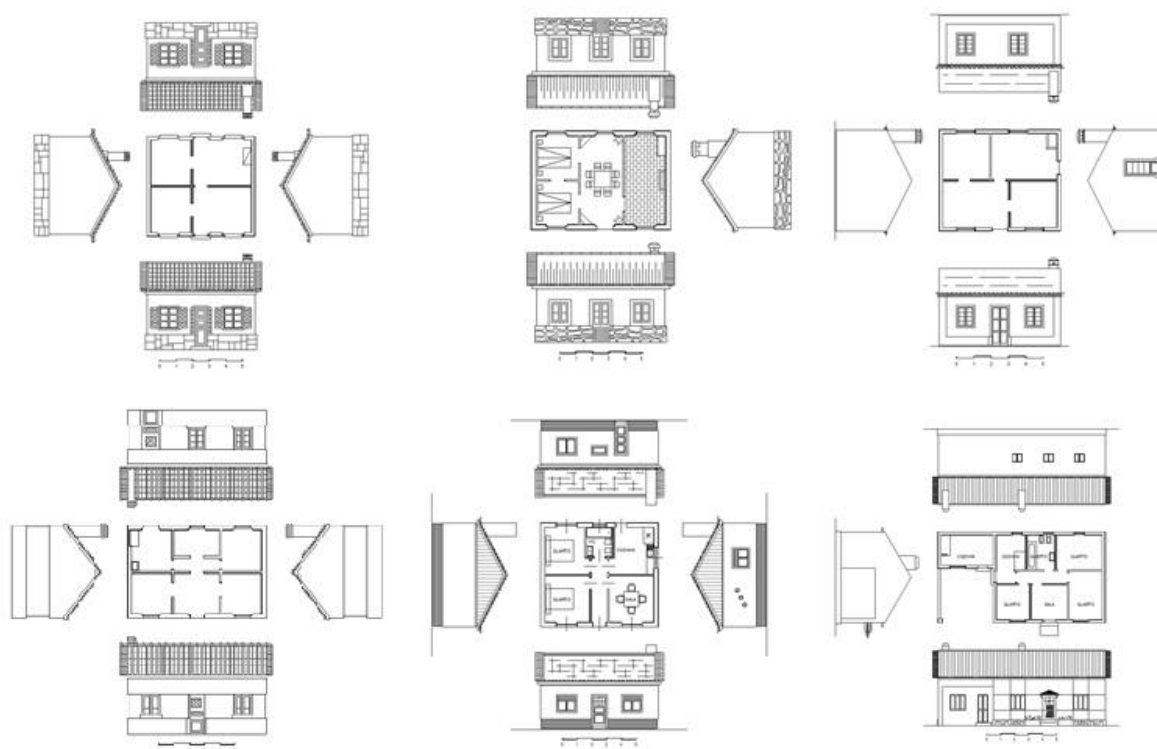


Imagem 4: Modelos do Tipo escolhido para caso de estudo nos Licenciamento de 1961.
Desenhos do autor sobre a informação gráfica recolhida.

A comparação entre os Modelos e Tipos levantados na obra supracitada e a investigação realizada no âmbito do mestrado tornou-se obrigatória. Haveria alguma coincidência entre os Tipos recolhidos no princípio dos anos 1960 e os “registados” no mesmo período?
Tendo Portugal sido “dividido” por zonas de trabalho, o concelho de Alcobaça foi abrangido pela quarta zona, abrangente o suficiente para incluir “(...) as províncias da Estremadura, Ribatejo e parte da Beira Litoral” (Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 2004, p. 7). O levantamento refere uma área entre Alcobaça e Leiria, onde se inclui Pataias, Martingança (Concelho de Alcobaça), Monte Real e em especial Ortigosa (Conselho de Leiria), sendo que o Tipo apontado consiste numa (...) construção em adobe ou taipa, alpendre integrado no volume da edificação; um só piso; caiação simples” (Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 2004, p. 96).



Imagem 5: Tipo recolhido na Zona 4 do “Arquitetura Popular em Portugal” .
Desenhos do autor a partir das fotografias patentes na obra.

Nos requerimentos de Licenciamento de 1961 este Tipo não foi encontrado, mas é de acreditar que tivesse existido em tempos também a sul de Alcobaça: registos orais que foram recolhidos referem construções já desaparecidas com as mesmas características, nomeadamente a construção em terra e principalmente o alpendre recolhido na entrada (há uma casa na Benedita, Alcobaça, que possui este alpendre, sem hipóteses de ser datada, mas decerto mais recente que as mencionadas, pelo tipo de construção. Enquanto referência merece ser mencionada porque será eventualmente a recuperação de uma memória existente no local).



Imagem 6: Modelos recolhidos em Ortigosa.
Fotos do Autor.

Se determinado Tipo persiste enquanto outro desaparece poderá ser determinada uma hierarquia em termos temporais, e esta premissa levou a que num pós-doutoramento não levado avante fosse proposto procurar este Tipo alpendrado, precisamente no local onde o “Inquérito” mais o mencionava: Ortigosa, Leiria. Vários Modelos foram recolhidos em trabalho de campo na preparação da proposta, em que alpendre e a construção em terra (nalguns também com adição de pedra lascada local) eram constantes presentes. Em conversa com uma proprietária, esta referiu que a casa (usada como arrumo) teria “cerca de 200 anos”. Assim sendo, se não podemos afirmar que estes dois Tipos não terão sido, em tempos, contemporâneos, a pertinência do Tipo presente nos Licenciamentos garantiu a sua

permanência no tempo. Mas também no território: a imagem de uma casa de planta retangular, com uma entrada central ladeada por duas janelas não nos é estranha em diversos pontos do país (em 2001 havia sido apresentada uma foto de uma casa algarvia com o mesmo alçado) e talvez Espanha: pelo menos a solução de fachada é possível encontrar em registos sobre a arquitetura popular espanhola (Feduchi, 1975).

O que nos leva a pensar nas designações de Vernacular e Popular, e o modo como são usadas de forma indiferenciada: mesmo no livro "Arquitetura Popular em Portugal" em nenhum lugar desse livro "popular" é sistematicamente definido, sendo a sua definição implícita através dos Modelos estudados (Leal, 2011, p. 70): o popular dos arquitetos não é erudito, embora possa ser por ele influenciado. Mas será tanto mais popular quanto menos erudito for. Não é urbano, mas predominantemente rural, está próximo da natureza: autêntico, genuíno, espontâneo.

Esta possibilidade da existência de influências eruditas (que consistiu também em parte da investigação realizada na citada Prova Final) retira desta definição o Tipo alpendrado, não apenas por uma questão estética e construtiva (subjativa), mas porque para este Tipo se distribuir por um espaço físico mais restrito houve decerto menor contato com realidades exteriores.

Jane Pieplow (2006) é das raras autoras a procurar uma distinção entre os dois termos em debate, em que refere que no Popular não é possível identificar uma única fonte nem um período específico, o que indica a ausência de Tradição. Ao mesmo tempo, a autora refere implicitamente a existência de “modas” no domínio dos Tipos que são adotados, o que nos remete novamente para o domínio do Erudito¹.

A existências de influências distintas (embora predominando sempre na arquitetura “sem arquiteto”) contextualiza de forma coerente o Tipo patente nos Licenciamentos. Já o Tipo Alpendrado, pela contenção territorial e pelo aspeto mais simplista e local (também pelo processo construtivo) não parece adequar-se. Geoffrey Magnan (2013) ao estudar a Arquitetura Local do Mali define-a como sendo Vernacular, refugiando-se no contexto da Linguística para sustentar a sua decisão: originalmente, o termo "Vernacular" atribuiu-se a um idioma que é falado dentro de uma comunidade bem delimitada culturalmente. O seu oposto é um idioma "Veicular", comum a vários grupos, falado entre diversas comunidades ou segundo limites mais alargados. Consequentemente, tal como a “sua” arquitetura no Mali, também o Tipo Alpendrado parece mais contido a nível de fronteiras físicas e culturais, à semelhança dos Tipos, noutros contextos arquitetónicos, denominados por “vernaculares”.

Por isso, à margem de polémicas, e mesmo que não possamos determinar fronteiras precisas ou características inequívocas aos Tipos recolhidos, mesmo que não possamos assumir a evolução, sucessão ou substituição dos mesmos, existe espaço para a consideração de categorias aparte para os Modelos estudados.

Sobre o Habitar Contemporâneo

O percurso académico iniciado com os estudos da Arquitetura Popular e Vernacular encontrou seguimento, a nível de Doutoramento, num estudo aprofundado da Habitação a Custos Controlados (Jorge, 2012), onde numerosos Modelos de habitação coletiva, maioritariamente do início do século XX até à atualidade, foram recolhidos e estudados. Já descontextualizado dos domínios da arquitetura unifamiliar e rural, a proposta de investigação

¹ A página mencionada foi consultada em 2006, pelo que lamentavelmente já não se encontra disponível, sendo impossível requerer à autora a informação produzida, por esta ter falecido entretanto.

pretendia culminar numa resposta ao habitar atual, cujas características se foram aferindo ao longo do trabalho.

É ainda comum na arquitetura residencial contemporânea optar por soluções trazidas desde os primórdios do século passado, em que a procura por soluções espaciais que resolvessem as necessidades físicas, salubres e sociais dos seus ocupantes (Aymonino *et al.*, 1973) levou a uma especificação dos espaços de acordo com um uso que lhe era atribuído. Esta conceção da ‘casa’ funcionalista (Montaner, 2001), sustentaria um processo construtivo baseado na repetição que tornaria a habitação digna acessível às camadas mais desfavorecidas da população. Prever um uso específico e a produção em série coordenavam-se assim para produzir eficazmente e de forma barata modelos universais e ‘perfeitos’ na sua relação entre função e uso atribuído.

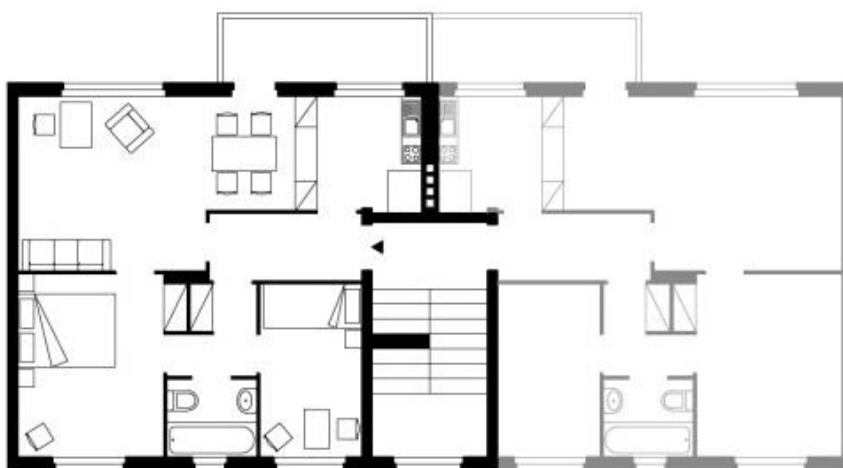


Imagem 7: Bad Durrenberg (Alexander Klein, 1928)

Desenho do autor

Os referidos excessos da primeira metade do século XX foram realizados de modo a constituírem uma resposta eficaz a um modelo de vida pré-estabelecido, que englobava um modelo familiar nuclear e estável (Silveira, 2006), um emprego com a duração de uma vida, executado num raio limitado da habitação: as relações cidade/subúrbio fortaleciam-se (Neves, 2005), tal como a facilidade de transporte, pelo que parecia racional promover a permanência.

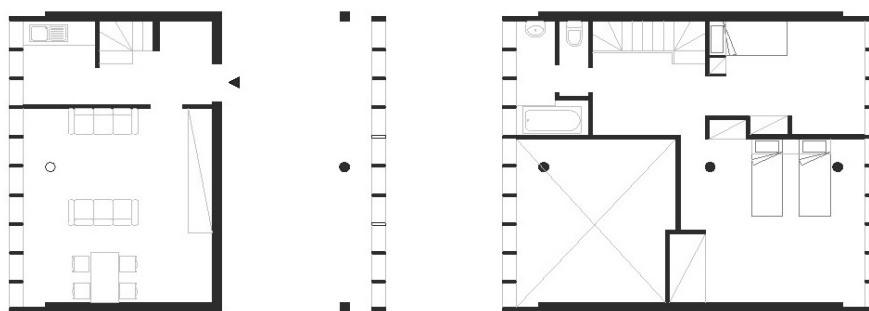


Imagem 8: Dom Komuna Narkomfin – Piso 1 e Piso 2 do dupl x (Moisei Ginzburg e Ignaty Milinis in 1928)
Desenho do autor

Há contudo de referir que a mesma regra da estabilidade e da permanência seria aplicada em utopias mais extremas, enraizada nas ideologias de esquerda, que previam a aboli o do sinal mais visível da burguesia: a família, parte do ‘derretimento dos sólidos’ (Bauman, 2003). Ainda que esta fosse desintegrada em prol da valoriza o do Indivíduo como membro de toda a comunidade e não de um círculo restrito (Teige, 2002), as propostas arquitet nicas e design envolvidas no desenho das ‘Dom Kommunas’ não punham em causa a estabilidade (i)móvel do Homem, enquanto pertencente a um local específico (*Laboratoire Urbanisme Insurrectionnel*, [s.d.]).

Os anos 1960 inverteram de forma drástica outra forma de pensar através principalmente de experiências visíveis pelo seu caráter experimental (e excessivo/impossível), destinadas mais a fazer pensar do que a executar: mobilidade e transforma o tornam-se pressupostos a estudar, seja através da magnitude de cidades móveis, seja pela minimiza o da célula habitável, através de ‘casas’ reduzidas ao essencial: vestíveis, como o Suitaloon (Jacob, [s.d.]); (*Cushicle and Suitaloon*, 2012), ou móveis, como as cápsulas da torre Nagakin (Lin, 2011); (Clark, 2009). Algo a ser ‘levado’ pelo habitante nómada, agarrado ao corpo, ou agarrado   casa. Algo que Montaner definiria como um Novo Funcionalismo (2001), pois mesmo se móvel, era igualmente condicionante a nível do indivíduo e da sua identidade.

No princípio do século XXI começam a tornar-se mais evidentes muta oes sociais que repensam os modelos anteriormente referidos, dado que a evolu o do modelo familiar se reconhece e assume (preferindo passar a referir-se o mesmo como ‘grupo doméstico’ (Afonso, 2000), independente das rela oes de sangue entre habitantes), e o estatuto laboral do trabalhador se altera: temporário, variável, doméstico, móvel (Bartholomew, e Mayer, 1992), parte da defini o da ‘Sociedade Complexa’ em ‘Nomads of the present’ de Alberto Melucci (1989). Este caráter nómada privilegia a defini o de uma Identidade Coletiva, enquanto ‘grupo’ exterior ao ambiente doméstico, em detrimento da individualidade, dado que o caráter móvel impede o habitante de criar raízes na sua casa, que é um elemento ef mero da sua Identidade Individual: ‘a narrow domestic identity’ (Melucci, 1989, p. 93).

Mobilidade Imóvel

Enquanto na produ o corrente da arquitetura ainda se aposta na herança funcionalista, em que existem espaços específicos para atividades específicas, que nega contudo a cria o de uma Identidade Individual neste novo contexto social. Quarto principal, quartos secundários,

sala comum, etc., tornam-se obstáculos quando o ocupante da casa deixa de ser a Família Nuclear e passa a ser um Grupo Doméstico composto por vários indivíduos (potencialmente com a mesma idade, unidos por laços de amizade ou simplesmente por mera comodidade financeira): a hierarquização Funcionalista não contempla necessidades espaciais similares para ocupantes sem hierarquias evidentes, em que todos pretendem um espaço individual similar e independente e lhes são disponibilizadas áreas diferentes em termos de área, uso ou localização na casa.

A nível da investigação na arquitetura, a mudança de paradigma social e individual foi já identificado, e propostas foram criadas que respondem não só ao nomadismo, mas a todo um conjunto de imprevisibilidades não contempladas pelo modelo funcionalista: convivências, familiares ou não, trabalho a partir de casa, mobilidade dos indivíduos dentro da ‘sua’ própria casa. E, ainda que paradoxalmente, contemplam-se agora modelos que, assumindo a incerteza, não procuram as suas respostas na mobilidade da casa e nem na efemeridade da construção. O edifício é uma permanência (não um módulo transportável) e os espaços internos são imutáveis, mas concebidos de forma a promover a sua apreensão pelo indivíduo.

A resposta contemporânea

Como exemplos desta postura podemos citar dois exemplos importantes no campo da arquitetura: primeiro, Bahnhofstrasse, de Florian Riegler e Roger Riewe (Graz, Suíça, 1992), onde todas as divisões são acessíveis por um corredor mais ou menos dissimulado, mas também entre si, através de duas a quatro portas por divisão. Paralelamente a cozinha pode ser transposta da divisão espacial que ocupa para o espaço da sala, criando um espaço livre adicional onde antes se situava que pode ser agora ocupado como escritório, quarto suplementar, etc. É certo que o espaço da sala se vê condicionado, o que prova que tal como na vida, na arquitetura não existem soluções perfeitas. Mas neste caso a mera existência de uma pré-instalação de fornecimento de água e esgotos permite este ‘anonimato’ de cada divisão da casa que permite a sua livre ocupação. Igualmente importante é a ligação entre divisões, o que permite a circulação entre estas sem se aceder a um espaço de circulação comum a todos os ocupantes da casa: cada um pode ‘anexar’ duas divisões ao seu espaço privado sem expor os seus movimentos entre elas ao seu colega de casa.

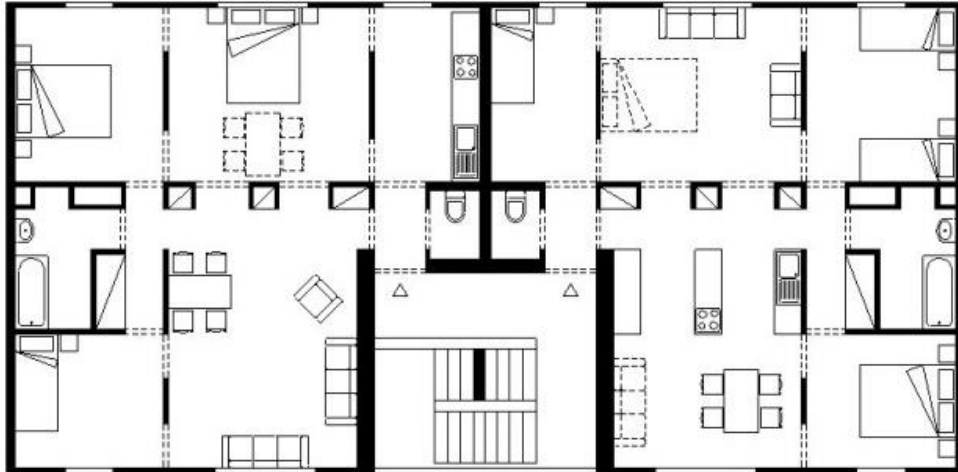


Imagem 9: Bahnhofstrasse, de Florian Riegler e Roger Riewe (1992)
Desenho do autor

Outra proposta que explora este tema consiste no Edifício de Habitação Coletiva em Kitagata, pelo atelier SANAA: a abordagem é diversa, uma vez que se pode identificar uma circulação única interna, onde inclusivamente se situa o lavatório. Já sanita e chuveiro estão separados o que permite o uso simultâneo das instalações sanitárias por pessoas sem afinidades pessoais. Mas o que mais identifica esta proposta é o modo como se processa o acesso para o exterior: sendo um edifício em altura, os acessos coletivos são feitos através de uma galeria que percorre todo o edifício. Este tipo de acesso, ao contrário do precedente (central) permite que para além da ‘porta principal’, também os quartos possuam uma ligação direta ao exterior. Horários, companhia, etc., são igualmente sinais próprios de privacidade negados num apartamento ou casa convencionais. Mas tal como nestes, qualquer uma das propostas citadas permite a apropriação das suas divisões por famílias nucleares ou grupos domésticos mais convencionais (ainda que em vias de se tornarem menos preponderantes).

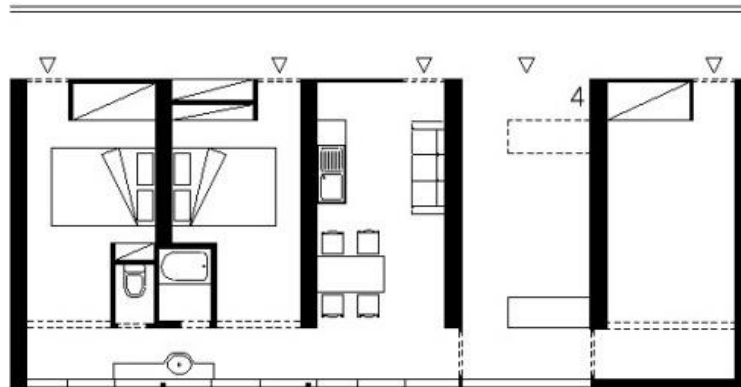


Imagem 10: Edifício em Kitagata, do estúdio SANAA (1994)
Desenho do autor

A oportunidade de, através desta análise social e espacial, propor um Tipo que correspondesse às expectativas (múltiplas) dos novos grupos domésticos, surgiu no âmbito de um concurso de arquitetura, que envolvia uma componente urbana, mas que incidia igualmente na criação de módulos domésticos que traduzissem as nossas inquietações enquanto arquitetos que determinam a sua atividade como social. E neste contexto, as referências recolhidas ao longo do tempo foram fundamentais. Todas elas.

Interseções entre Passado e Contemporaneidade

O recurso ao passado para legitimar o presente não é de todo uma novidade em arquitetura, e podemos encontrar exemplos tão díspares como o uso de Tipos espaciais como construtivos. É conhecido que Le Corbusier, nas suas Unidades Habitacionais, recupera o mezanino das Celas dos Monges do Mosteiro de Ema em Itália, edifício que visitou em 1911 (Curtis, 1998, p. 36), e mesmo Mies van der Rohe, na Casa Tugendhat (1928-1930) fez uso de reboco tradicional à base de cal no revestimento das paredes (Hammer, 2005). A casa, erroneamente considerada como “branca”, foi alvo de obras de “conservação” ao longo do tempo que visaram corresponder a esta expectativa, até ser finalmente alvo de um processo de intervenção que visou remover as “renovações” e “reabilitar” o reboco bege original.

Na minha própria atividade enquanto projetista a Arquitetura Popular (por ser aquela que permanecia na memória e ainda caracterizava a paisagem em que me inseria, sempre esteve presente, quando a encomenda o permitia: recuperar a distribuição formal da casa no lote de modo a qualificar o espaço urbanizado, fazer uso do seu caráter evolutivo como resposta às mutações familiares dos ocupantes, etc.

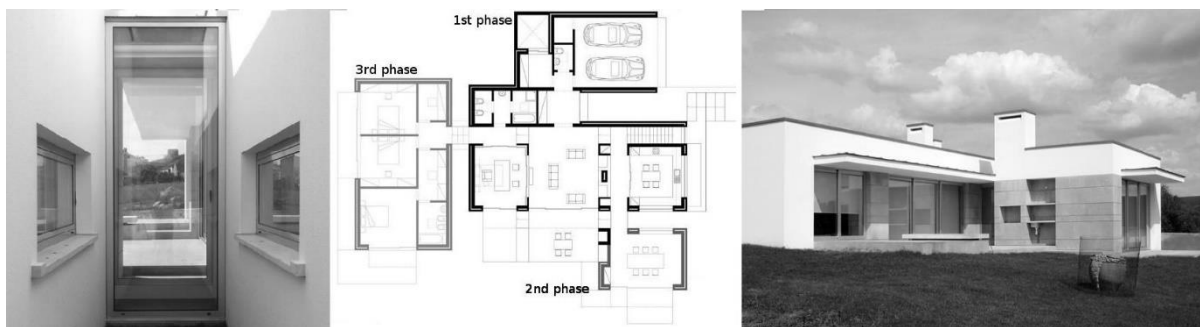


Imagem 11: Casa evolutiva na Cruz de Oliveira (2005)
Projeto, desenho e fotos do autor

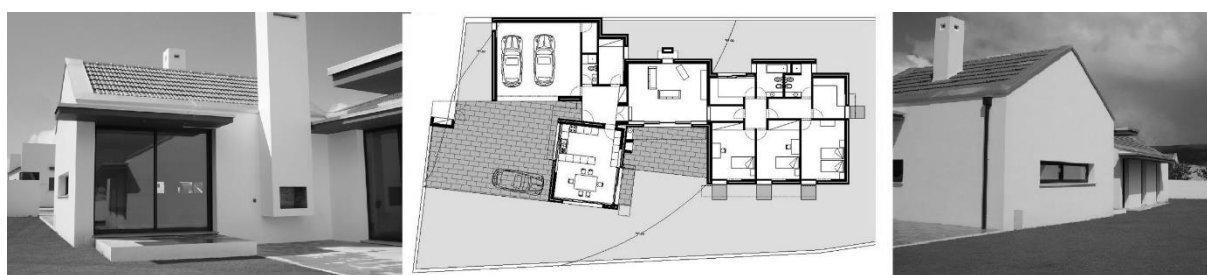


Imagem 12: Casa Unifamiliar no Taveiro (2007)
Projeto, desenho e fotos do autor

No entanto, a recuperação do espaço interior de uma Casa Popular da região revela-se uma tarefa mais complexa, pois lidávamos com espaços que não correspondiam a legislação contemporânea, nem tão pouco às aspirações, legítimas, de um habitante na atualidade. No entanto, e recuperando Le Corbusier, as referências passadas que nos inquietam e conduzem ao raciocínio não têm de ser transportas para a atualidade de uma forma acrítica. Pelo contrário, a seleção exige-se para que a questão que se nos é colocada seja respondida com precisão.

No contexto do referido concurso de arquitetura surge a vontade de criar, à dissemelhança da habitação funcionalista, um módulo habitável anónimo, em que cada espaço pudesse ser apropriado de acordo com a necessidade funcional, e sem que hierarquias fossem manifestadas no momento de ocupar o espaço. E se estas hierarquias se manifestavam em diferenças de áreas, espaços mais ou menos expostos às visitas, acesso mais dificuldade aos acessos, parte das soluções de referência foram encontradas nos Modelos acima citados no domínio da arquitetura contemporânea.

No seio das minhas “inquietações passadas” deparo-me com um princípio de um raciocínio que lideraria a minha proposta multifamiliar. Do módulo Popular levantado na Prova Final e explorado na Dissertação de Mestrado ressaltaram características que correspondiam às minhas pretensões, e que foram exploradas no sentido de as potenciar.

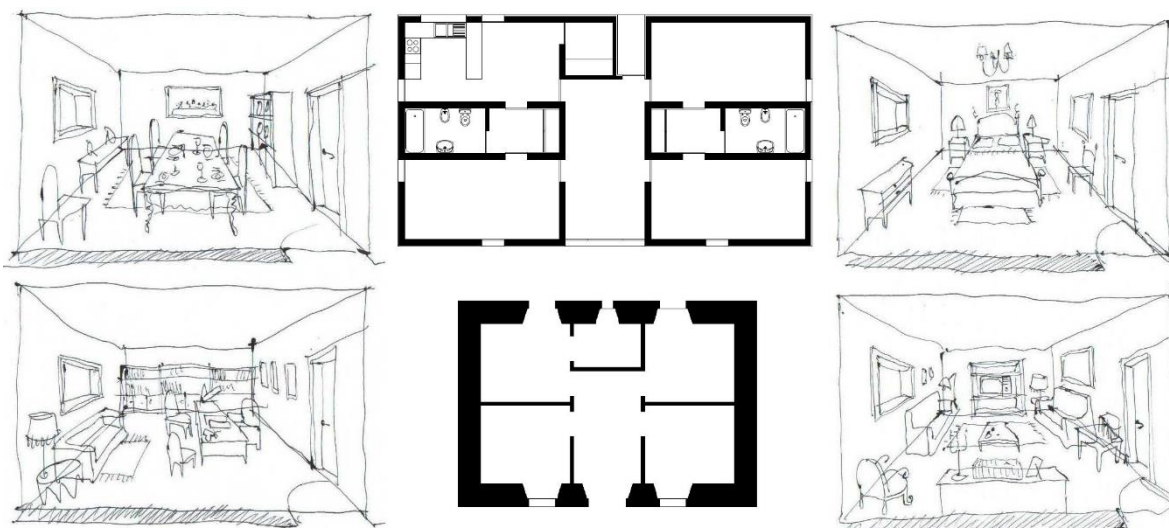


Imagem 13: Módulo proposto, usando como referência um Tipo dos anos 1960's, 2003
Desenhos do autor

Áreas similares (em que apenas o equipamento da cozinha “distingue” o uso), acessos diretos ao exterior para cada espaço, exploração adicional das circulações internas como modo de permitir maior privacidade, etc. Uma casa que pode ter o “átrio” como sala, o “quarto” como escritório – acessível do exterior – a partir do qual o visitante pode aceder às instalações sanitárias sem interferir na privacidade do Grupo Doméstico. Inclusivamente, colocando duas portas por divisão, pode dividir-se esta em duas menores, sendo que nenhum espaço ficaria privado de iluminação e ventilação naturais.

A “encomenda” previa, no entanto, habitação plurifamiliar, mas cujas necessidades específicas foram correspondidas pelo Módulo inicial. Uma galeria exterior envolvente em todos os pisos permitia a saída direta de qualquer uma das divisões, ao mesmo tempo que o acesso do exterior por parte daqueles que recorrem a serviços cada vez mais disponíveis a partir de casa sem invadir a privacidade interior.

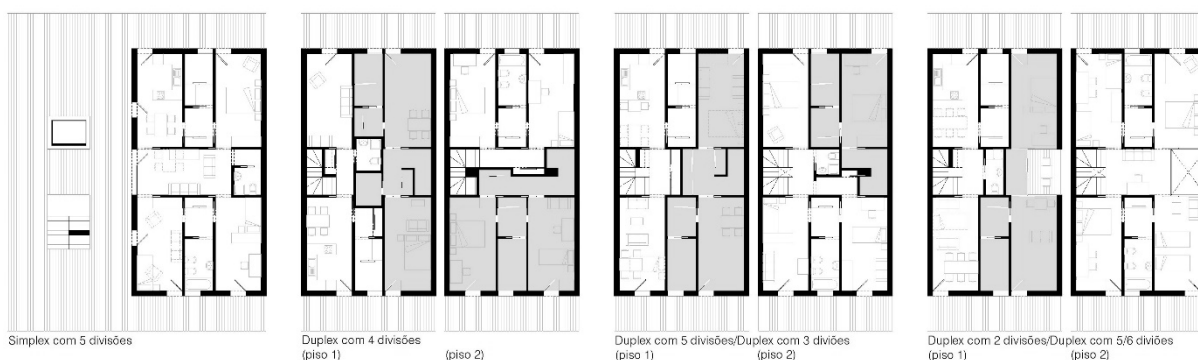


Imagem 14: Diferentes módulos propostos na composição de edifício Plurifamiliar (2011)
Desenhos do autor

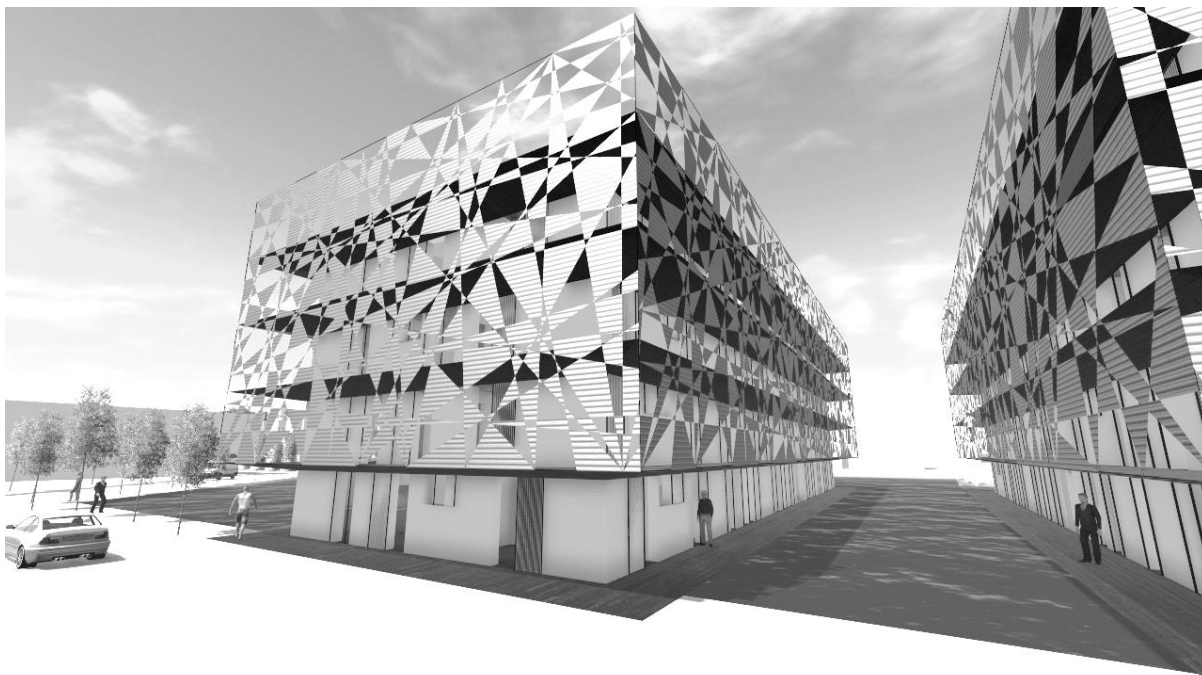


Imagem 15: Simulações tridimensionais do edifício de habitação coletiva (2013)
Desenhos do autor

Pode ainda adiantar-se que, não havendo uma clara distinção entre zonas de habitação e serviço permitiria um uso permanente destas galerias que, a ser “confundidas” com as ruas elevadas ao Movimento Moderno, pretendem oferecer uma versatilidade no percurso apenas possível através da conceção de um Módulo Habitacional que pode acomodar outros usos e facilidades.

Conclusão

Uma das minhas posturas sobre o trabalho académico, e que me valeu grande censura numa apresentação, é a de que não há que ter certezas acerca do tema ou dos objetivos a trabalhar aquando do início de uma investigação. É certo que é necessário delimitar campos de estudo, Tipos ou Modelos a investigar, etc., mas o facto é que de acordo com a informação recolhida novos caminhos, novas pertinências e novos objetos se vão desenhando no seio dos nossos interesses. Essa liberdade é necessária, especialmente no campo da História, porque o seu principal objetivo, enquanto campo de estudo, é criar um repositório de soluções que podem vir a tornar-se úteis em circunstâncias das quais podemos não estar conscientes durante muitos anos. Mas que efetivamente o serão.

Bibliografia

- AFONSO, Ana Isabel - Grupo Doméstico e Mudança Social: abordagens quantitativas e qualitativas. **Etnográfica**. IV:2000) 153–182.
- AYMONINO, Carlo *et al.* - **La vivienda racional: ponencias de los congresos CIEM 1929-1930**. Barcelona : Gustavo Gili, 1973. ISBN 84-252-0755-X.
- BARTHOLOMEW, A.; MAYER, M. - Nomads of the Present: Melucci's Contribution to New Social Movement Theory. **Theory, Culture and Society**. . ISSN 1460-3616. 9:4 (1992) 141–159.
- BAUMAN, Zygmunt - **Modernidad líquida**. Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 2003. ISBN 950-557-513-0.
- CENTRO EDITOR LIVREIRO DA ORDEM DOS ARQUITECTOS (ED.) - **Arquitectura popular em Portugal, Volume 2**. 4. ed ed. Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2004. ISBN 978-972-97668-7-9.
- CLARK, Andrew - Case Study # 1 | Nakagin Capsule Tower. **MAS CONTEXT**. 4 (2009) 28–31.
- CURTIS, William J. R. - **Le Corbusier: Ideas and Forms**. Repr ed. London : Phaidon, 1998. ISBN 978-0-7148-2790-2.
- Cushicle and Suitaloon: THE CUSHICLE AND SUITALOON - Future House(s):Genealogy, 2012. [Consult. 28 dez. 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://architecturewithoutarchitecture.blogspot.pt/p/cushicle-and-suitaloon-were-conceptual.html>>.
- FEDUCHI, Luis - **Itinerarios de arquitectura popular española** Colección Nueva imagen. . Madrid : Blume, 1975. ISBN 978-84-7031-201-4.
- FERNANDES, Francisco Barata - **Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade**. Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1999. ISBN 978-972-9483-37-0.
- HAMMER, Ivo - The white cubes haven't been white. . ISSN ISSN: 1234-5210. 16:1 (2005) 5.
- JACOB, Sam - FROM THE SUITALOON TO THE CITY CRUSHER, SAM JACOB LOOKS AT ARCHIGRAM'S ENDURING POP ARCHITECTURE LEGACY. **Contemporary**. 62 ([s.d.]).

JORGE, Pedro - **Alguns aspectos da evolução da casa rural da região de Alcobaça**. Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001 Prova Final de Licenciatura em Arquitectura.

JORGE, Pedro - **A célula mínima na experiência da habitação de custos controlados**. Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2012

Laboratoire Urbanisme Insurrectionnel: URSS | Habitat et Dom-Kommuny - , [s.d.]. [Consult. 1 fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL:<http://laboratoireurbanismeinsurrectionnel.blogspot.pt/2012/04/urss-habitat-et-dom-kommuny.html>>.

LEAL, João - Entre o Vernáculo e o Híbrido: a partir do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal. **Joelho**. . ISSN 1647-9548. 2 (2011).

LIN, Zhongjie - Nakagin Capsule Tower: Revisiting the Future of the Recent Past. **Journal of Architectural Education**. . ISSN 1531-314X. 65:1 (2011) 13–32. doi: 10.1111/j.1531-314X.2011.01158.x.

MAGNAN, Geoffroy - Architecture Vernaculaire au Mali, Jan. 2013. Disponível em WWW:<URL:<http://users.swing.be/geoffroy.magnan/mali/>>.

MELUCCI, Alberto - **Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society**. London : Hutchinson Radius, 1989. ISBN 0-09-172916-5.

MONTANER, Josep Maria - **Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX**. Barcelona : Gustavo Gili, 2001. ISBN 84-252-1828-4.

NEVES, Gonçalo - **Ideologia e Cultura na República de Veimar – A arquitetura e o planeamento urbano de Ernst May**. Coimbra : Universidade de Coimbra, 2005

PIELOW, J. - All-american family houses: Fallon’s architectural styles Focus, Vol.11, Mai. 2006. Disponível em WWW:<URL:<http://www.ccmozeum.org/InFocus/Architecture/architecture1.htm>>.

SILVEIRA, Maria Lucia Da - Família: conceitos sócio-antropológicos básicos para o trabalho em saúde. **Família, Saúde e Desenvolvimento**. . ISSN 1517-6533. 2:2 (2006).

TEIGE, Karel - **The minimum dwelling = L’habitation minimum = Die Kleinstwohnung: the housing crisis, housing reform**. Cambridge, Mass. : Chicago, Ill : MIT Press ; Graham Foundation for Advanced Studies in the Fine Arts, 2002. ISBN 0-262-20136-4.

AR QUI TETURA POPULAR

colóquio
internacional

Tradição e Vanguarda | Tradición y Vanguardia



DINAMIA'CET
CENTRO DE ESTUDOS SOBRE A MUDANÇA
SOCIOECONÓMICA E O TERRITÓRIO
ISCTE-IUL

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA